

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE PETRÓPOLIS

RELATÓRIO

2018

... do município de São Pedro da Vitória;
... e consequentemente, este
município ficou parte de uma
região política que intitulou-se
"Comando Revolucionário"
... e cargo de delegado
... Gonçalves.

RELATÓRIO DA
COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE
SOBRE OS CRIMES E GRAVES VIOLAÇÕES
DE DIREITOS HUMANOS COMETIDOS
NA CIDADE DE PETRÓPOLIS
ENTRE 1964 E 1985

João Crisóstomo Gomes

O presente inquérito foi instaurado
em 12 de Novembro de 1985, em
Petrópolis, com o fim de apurar as
condições que ditaram a instauração
da cidade de chamado "Grupo do
ou "Comando Revolucionário"
sido indiciados os elementos
do "mangueira", em número de
tudo como chefe "Empedrado Feiga
toda do município de São Pedro da Vitória,
esta área ficou incluída na segunda região
Petrópolis, o cargo de Delegado João
de Gonçalves.

9 34
4 64
10 364 Baixado
11 964 Jovohido

EDUARDO NAVARRO STOTZ
JOÃO CARLOS FABRE DOS REIS
GLAUBER DE OLIVEIRA MONTES
MARIA HELENA ARROCHELLAS
RAFANE VALOURA PAIXÃO
ROBERTO CARLOS SCHIFFLER NETO

RELATÓRIO SOBRE OS CRIMES
E GRAVES VIOLAÇÕES DE
DIREITOS HUMANOS COMETIDOS
NA CIDADE DE PETRÓPOLIS
ENTRE 1964 E 1985

1ª EDIÇÃO



PETRÓPOLIS
AADA . 2018



Capa
MARCOS DINIZ

Ilustração
ADRIANA FERNANDES

Programação visual e diagramação
MARCOS DINIZ

Impressão
ARTEG

B7364r

Brasil. Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis.

Relatório da Comissão Municipal da verdade sobre os crimes e graves violações de direitos humanos cometidos na cidade de Petrópolis entre 1964 e 1985 / Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis. – Petrópolis: CMV, 2018.

400 p.

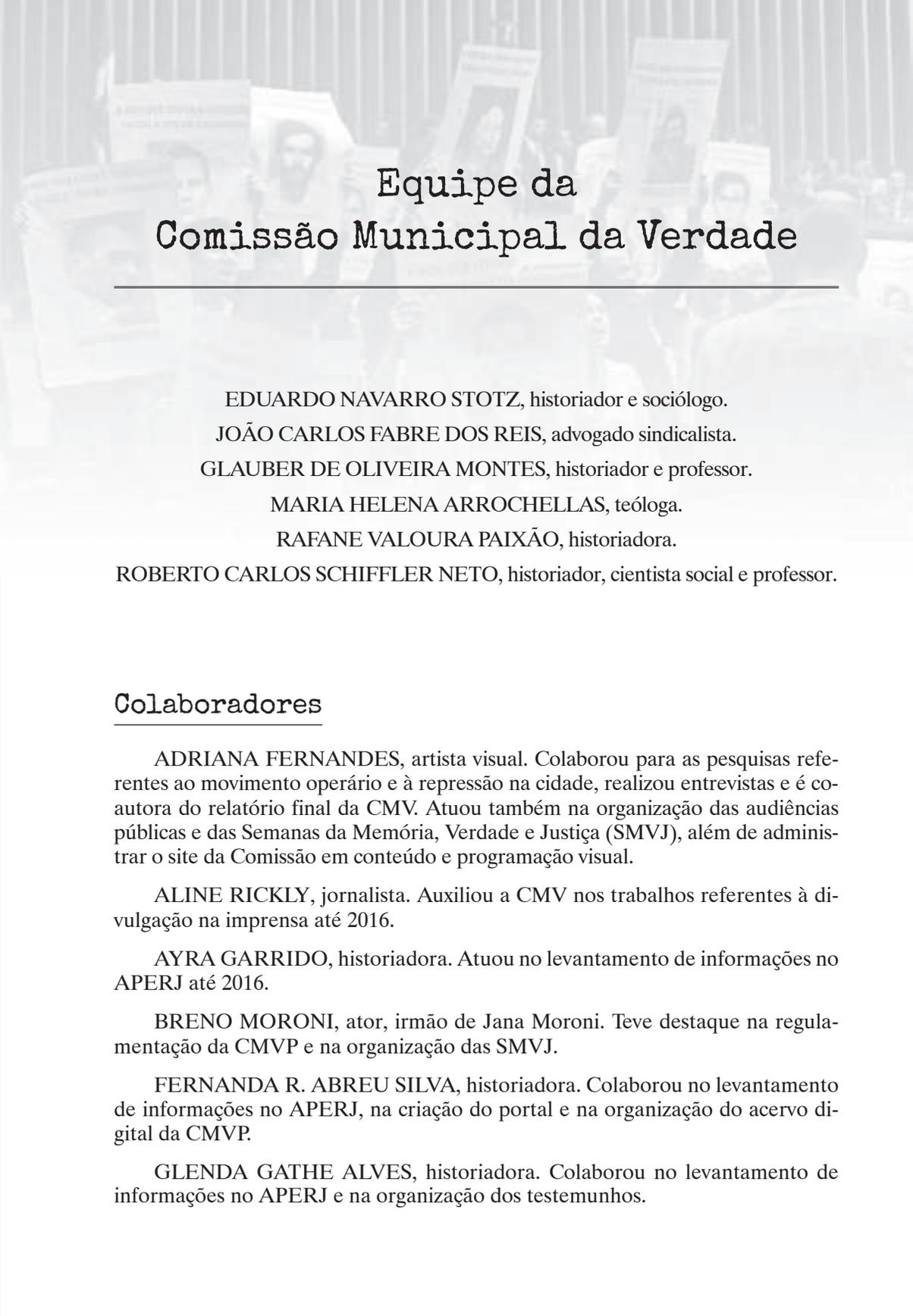
ISBN: 978-65-80079-00-1

1. Ditadura Militar – Brasil. 2. Crimes e Violações de Direitos Humanos.
3. Relatório final. I. Título.

CDD 323.81044

*Para Enivaldo Gonçalves,
homem do povo,
servidor público e
militante político.*

(in memoriam)



Equipe da Comissão Municipal da Verdade

EDUARDO NAVARRO STOTZ, historiador e sociólogo.

JOÃO CARLOS FABRE DOS REIS, advogado sindicalista.

GLAUBER DE OLIVEIRA MONTES, historiador e professor.

MARIA HELENA ARROCHELLAS, teóloga.

RAFANE VALOURA PAIXÃO, historiadora.

ROBERTO CARLOS SCHIFFLER NETO, historiador, cientista social e professor.

Colaboradores

ADRIANA FERNANDES, artista visual. Colaborou para as pesquisas referentes ao movimento operário e à repressão na cidade, realizou entrevistas e é co-autora do relatório final da CMV. Atuou também na organização das audiências públicas e das Semanas da Memória, Verdade e Justiça (SMVJ), além de administrar o site da Comissão em conteúdo e programação visual.

ALINE RICKLY, jornalista. Auxiliou a CMV nos trabalhos referentes à divulgação na imprensa até 2016.

AYRA GARRIDO, historiadora. Atuou no levantamento de informações no APERJ até 2016.

BRENO MORONI, ator, irmão de Jana Moroni. Teve destaque na regulamentação da CMVP e na organização das SMVJ.

FERNANDA R. ABREU SILVA, historiadora. Colaborou no levantamento de informações no APERJ, na criação do portal e na organização do acervo digital da CMVP.

GLENDIA GATHE ALVES, historiadora. Colaborou no levantamento de informações no APERJ e na organização dos testemunhos.

DIEGO GROSSI, historiador e cientista político. Presente desde o Grupo pró-CMV (tendo participado da produção do relatório parcial do mesmo), atuou na organização de audiências públicas e das SMVJ, além de colaborar com a pesquisa sobre a Casa da Morte e com as pesquisas referentes ao nazismo na cidade e às lutas populares nos anos 1980. Realizou entrevistas e é coautor do relatório final da CMV.

DIEGO RAMOS, historiador. Colaborou em algumas SMVJ e participou das pesquisas referentes ao fascismo em Petrópolis (compartilhando sua tese de doutorado em curso) e às lutas populares nos anos 1980. É coautor do relatório final da CMV.

JOÃO ALVES DE QUADROS, filho do comunista Fabrício Alves de Quadros. Colaborou com o contato de familiares de perseguidos políticos, em audiências públicas e SMVJ.

KISSILA NESPOLI VELLOSO, gestora de recursos humanos. Colaborou com pesquisas na imprensa petropolitana dos anos 1980, tendo foco as lutas populares no período.

LAYS CORRÊA, historiadora. Colaborou com a descrição do acervo digital da CMVP.

LEONARDO MAGALHÃES FIRMINO. Web designer que produziu o site da Comissão e o desenvolveu com a equipe.

MARIA ALVES DE QUADROS, pedagoga e filha do comunista Fabrício Alves de Quadros. Colaborou com o contato de familiares de perseguidos políticos, em audiências públicas e SMVJ.

MARCOS ALVES DE QUADROS, comerciário e filho do comunista Fabrício Alves de Quadros. Colaborou com o contato de familiares de perseguidos políticos, em audiências públicas e SMVJ.

MIRNA MARINO DUARTE, gestora de turismo. Colaborou com a pesquisa sobre a Casa da Morte e é coautora do relatório final da CMV.

NORTON RIBEIRO, historiador, coautor do relatório final da CMV.

PATRÍCIA SOUZA LIMA, historiadora. Organizou exposição de estudantes e mesas-redondas dos eventos da Semana da Memória, Verdade e Justiça no CEFET-Petrópolis.

RAFAEL T. NASCIMENTO, cientista social. Foi responsável pelo trabalho de pesquisa sobre a atuação dos religiosos católicos sob a ditadura militar.

RAQUEL WIDER, historiadora. Colaborou com a pesquisa sobre a Casa da Morte.

SANDRO MARINO DUARTE, advogado. Colaborou com a pesquisa sobre a Casa da Morte e é coautor do relatório final da CMV.

VICTOR ARAÚJO LIMA DO CARMO, historiador. Colaborou com pesquisas na imprensa petropolitana dos anos 1940 e 1970, tendo foco na questão do nazismo.

Agradecimentos

Aos Prefeitos de Petrópolis, Rubens Bomtempo e Bernardo Rossi.

Aos Procuradores Gerais do Município, Marcus Vinicius de S. Thiago e Sebastião Médici.

A Teresa Cristina Tavares de Carvalho, do gabinete do prefeito.

A Maria da Penha Rodrigues de Veras, da Casa dos Conselhos.

A Dra. Vanessa Seguezzi e Eugenia Gonzaga, do grupo Justiça de Transição do Ministério Público Federal.

A Monique Cheker, do Ministério Público Federal em Petrópolis.

Ao Pedro Paulo Ferreira Filho, Assessor do MPF-Petrópolis.

A Aline Inglez, Subsecretária de Direitos Humanos, Justiça e Cidadania, e a Ana Carolina Antão, da Coordenadoria de Memória e Verdade do Rio de Janeiro.

A UCAM, ao Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade (CAALL) e a Associação de Amigos do Dr. Alceu.

A Leonardo Boff.

A José Oscar Beozzo.

A Carla Carvalho, Daniele Linden, Flávia Valadares e Camila Vecchi, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH).

Aos sindicalistas Wanilton Reis dos Santos, do Sindicato dos Têxteis; Jorge Mussel, do Sindicato dos Trabalhadores em Vestuário; Marcos Alvarenga, Conrado Klippel, Carla Leite e Iomar Torres, do Sindicato dos Bancários.

A Carla Coelho, do Programa Trabalhador em Foco, uma iniciativa do Movimento Sindical de Petrópolis.

Ao Frederico Ferreira de Oliveira, diretor do CEFET-Petrópolis.

A Patrícia Souza Lima, professora do CEFET-Petrópolis.

Ao Igor Moura e Yuri Moura, do Movimento 9 de Junho.

Ao Maurice Politi, do Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo.

A Aurea Maria de Freitas Carvalho (in memoriam), Mauricio Vicente Ferreira Junior, Maria de Fátima Moraes Argon da Matta e Neibe Machado da Costa, do Museu Imperial; Mariza da Silva Gomes e Jessica Soares, do Arquivo Público Municipal; Teresa Bandeira de Mello, Johenir Jannotti Viégas, Joyce Campos, Jacqueline Lima e Tessali Nabekura, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; e Vicente Rodrigues e Carla Machado Lopes, do Arquivo Nacional.

Ao Sylvio e a Pitta Carvalho.

Ao maestro Carlos Fecher e ao pessoal do Coral Nheengarecoporanga.

Ao coral espírita do União Espírita Allan Kardec.

Ao pessoal do espaço Firma, Rafael Eckhardt, Jhony Muller, Caíque Silva, Paulo Lima, Aline Marques, Vicky Muller e Lucas Fernandes.

Ao Gotam CRU e os Coringas.

Ao grafiteiro Doug.

Ao grupo História de Samba.

Ao Coletivo Ana Montenegro.

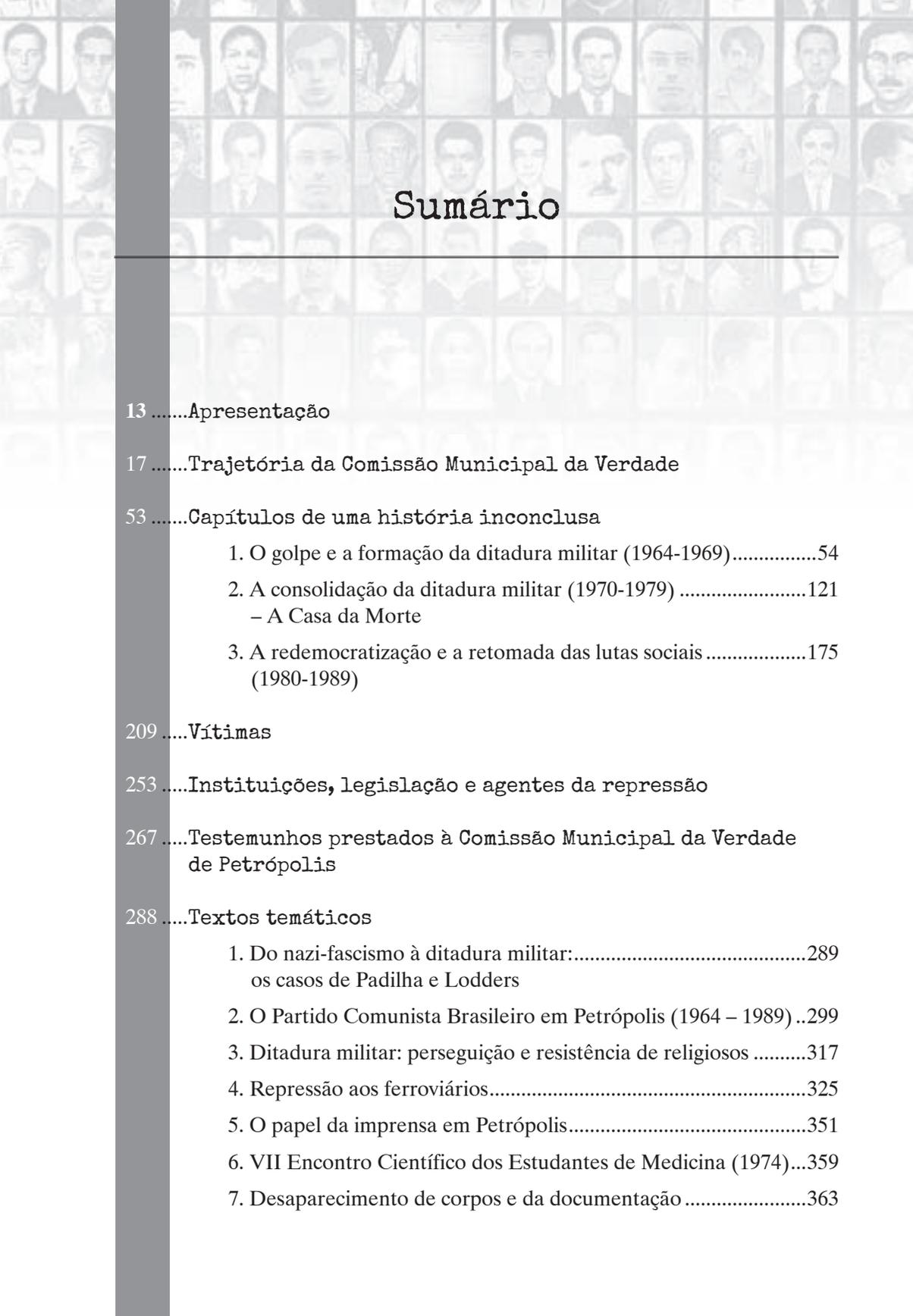
Ao André Queiroz e Arthur Moura pelo filme “Araguaia, Presente!”

A Irida Melo.

Ao Félix Rosenberg, coordenador do Palácio Itaboraí/Fundação Oswaldo Cruz.

A Juliana Possas e Daniel de Miranda, do Palácio Itaboraí/Fundação Oswaldo Cruz.

Aos militantes do PCB, UJC, PCdoB, UJS, RUA, PSOL e do Movimento 9 de Junho.

A background grid of numerous small, faded portraits of men, likely historical figures or political leaders, arranged in a regular pattern across the top and sides of the page.

Sumário

13Apresentação	
17Trajetória da Comissão Municipal da Verdade	
53Capítulos de uma história inconclusa	
	1. O golpe e a formação da ditadura militar (1964-1969).....	54
	2. A consolidação da ditadura militar (1970-1979)	121
	– A Casa da Morte	
	3. A redemocratização e a retomada das lutas sociais	175
	(1980-1989)	
209Vítimas	
253Instituições, legislação e agentes da repressão	
267Testemunhos prestados à Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis	
288Textos temáticos	
	1. Do nazi-fascismo à ditadura militar:.....	289
	os casos de Padilha e Ladders	
	2. O Partido Comunista Brasileiro em Petrópolis (1964 – 1989) ..	299
	3. Ditadura militar: perseguição e resistência de religiosos	317
	4. Repressão aos ferroviários.....	325
	5. O papel da imprensa em Petrópolis.....	351
	6. VII Encontro Científico dos Estudantes de Medicina (1974)....	359
	7. Desaparecimento de corpos e da documentação	363

375As oitivas do Ministério Público Federal em Petrópolis	
383Publicações e acervo digital	
387Considerações finais e recomendações	
391Anexos	
	1. Pesquisa em acervo do 32º Batalhão de Infantaria Leve.....	392
	(antigo 1º Batalhão de Caçadores)	
	2. Cartas e ofícios.....	398
	3. Decreto nº 610 de 13 de dezembro de 2018 que efetiva o.....	399
	tombamento da chamada Casa da Morte	

Apresentação

Qual o sentido de fazer uma narrativa de fatos e processos ocorridos há mais de 50 anos numa cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, como Petrópolis?

De imediato podemos apontar o problema da permanente “intervenção militar”, ou para ser mais exato, da tutela militar da democracia no Brasil desde 1985, quando o Alto Comando das Forças Armadas transferiu o exercício do poder aos civis. Mais grave é, porém, o apoio político de massa à emergência e vitória de candidaturas de extrema-direita no presente ano eleitoral, oriundas do meio militar.

Em outros termos, nossa resposta à questão proposta é: porque o passado ainda não é o capítulo de um livro cujas páginas possam ser viradas. Assim, no relatório final das atividades desenvolvidas de 2016 a 2018, a Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis pretende confrontar a direitização característica de uma tendência presente na política atual com a crítica sistemática da ditadura militar a partir do exame do passado e, principalmente, do que se deve denominar, em comum com as ocorrências na Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, do terrorismo de Estado.

O exame crítico do passado numa cidade do interior como Petrópolis envolve a compreensão de sua inserção na sociedade e história do Brasil.

Conhecida como cidade imperial, a elite política e intelectual petropolitana dominante praticamente conseguiu soterrar o conhecimento da cidade operária que remonta há mais de um século, mediante uma estranha relação entre tradição e progresso, ocultando seu enraizamento ideológico no mais profundo reacionarismo. O viés por assim dizer “progressista” ou modernizante, não excluiu a presença das fábricas e do trabalho, mas conseguiu – até o momento – eliminar a luta operária da história do município. E, do conhecimento público; sobretudo ocultar a violenta reação contra os trabalhadores por ocasião do golpe militar de 1964, mediante prisões, torturas, mortes e perseguições que permitiram a consolidação da ditadura militar na cidade nas décadas seguintes.

Quando nós, da Comissão Municipal da Verdade, em maio de 2016, iniciamos a pesquisa, ao constatar abundantes e variadas fontes disponíveis à pesquisa no Arquivo da Prefeitura e na Câmara Municipal, perguntamo-nos: por que ninguém se debruçou sobre tais fontes para escavar o passado? Sem sombra de dúvida, devido ao medo dos vencidos e ao silêncio dos vencedores.

O medo dos vencidos, a arrastar-se até os nossos dias, tem sua razão de ser. Importa lembrar, neste sentido, a criação da “cidade imperial” mediante o decreto nº 85.649, assinado em 27 de março de 1981 por João Baptista de Oliveira Figueiredo, o último general-presidente da ditadura militar. Obviamente, não se faz menção a este decreto, para aventar um suposto projeto monárquico, completamente fora da realidade histórica. À visão de um passado atribuído ao imperador sobrepõe-se, na contemporaneidade, às imagens de Petrópolis como “jóia serrana” e cidade pacífica.

Para o desassossego dos reacionários e conservadores tal representação coletiva foi subitamente rompida com a emergência das denúncias do funcionamento, nela, da chamada Casa da Morte, centro secreto de tortura e aniquilamento de presos políticos. Ressalte-se o papel e a atuação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) nesse sentido, em 2012. E que, desde então, na luta pela desapropriação e em seguida, pelo tombamento do imóvel, permanece como um grito de denúncia a romper e desafiar o silêncio dos vencedores.

O funcionamento deste centro de tortura e, portanto, do comprometimento do terrorismo de Estado ali praticado somente foi possível mediante a sustentação de forças locais, particularmente de agentes do Estado e de pessoas identificadas com o integralismo, o nazismo, o anticomunismo, cultivados ao longo de décadas. Não foi por acaso que o comando do DOI-CODI do 1º Exército escolheu a cidade para sediar a “Casa das torturas” como inicialmente tornou-se conhecida na imprensa local.

Ao lado do medo das vítimas e do pacto de silêncio dos criminosos importa também mencionar a desativação do ramal da Estrada de Ferro Leopoldina, destruindo o aguerrido movimento dos ferroviários. Vale igualmente lembrar a força corrosiva da “desindustrialização” que atingiu o setor têxtil, principal fonte de trabalho, de riqueza e de luta dos operários na cidade ao longo dos anos 1970 a 1990.

Entretanto, os velhos militantes e dirigentes faleceram e não deixaram o legado do passado para uma memória das lutas por direitos sociais. Aqui e ali os integrantes da Comissão conseguiram ouvir algumas vozes, numa expressão da resistência ao emudecimento imposto pelos vencedores e de enfrentamento dos desafios políticos do presente. Diferentemente de outras comissões municipais, a nossa não teve amplo acesso direto ao passado por meio dos testemunhos, embora as vozes escutadas contribuam para esclarecer os fatos e processos examinados na documentação produzida pela polícia política. Essa documentação obrigou-nos à árdua tarefa de decifrar o passado à luz da posição antagonista.

A construção da memória coletiva é um processo inacabado e necessariamente parcial. Cada geração, de diferentes grupos sociais, retoma o passado com as suas preocupações, que são aquelas de sua época e situação. Lidamos, porém, com uma História truncada, inclusive pelo confisco ou mesmo, poder-se-ia dizer, do seqüestro de arquivos documentais. Lembremos: o silêncio institucionalmente assegurado pela anistia “recíproca” imposta pelo Alto Comando das Forças Armadas implicou o “desaparecimento” de fontes de pesquisa que pudessem incriminar

os agentes da repressão em sua cadeia de comando e de execução, uma vez que a tortura e o desaparecimento dos corpos dos presos é um crime imprescritível.

Concluimos nossas atividades enquanto Comissão Municipal da Verdade com uma vitória importante na presente conjuntura: no dia 21 de novembro o Conselho Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico de Petrópolis deu ganho de causa à demanda da Comissão apresentada um ano antes, tombando o imóvel que sediou a Casa da Morte. Mais do que obrigar à manutenção das características da edificação, o tombamento confere significado institucional para a futura construção, em Petrópolis, de um lugar da memória da repressão e da resistência à ditadura militar.

Este relatório pretende contribuir para a memória coletiva dos trabalhadores e das organizações de esquerda a eles vinculados sob a ditadura militar. Um combate pela História dos que persistem em lutar por direitos humanos e sociais. Traz a escrita de fatos e processos de crimes e graves violações ocorridas do período 1964-1985, considerados, porém, parte de uma história inconclusa. Teremos cumprido nossa missão se servirem de referência a novos estudos, a escavar metodicamente o passado. Por que a luta continua.

Trajeto da Comissão Municipal da Verdade

A Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis (CMVP), criada pela Lei Municipal nº 7.207 do dia 23 de julho de 2014 e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 893 de 11 de dezembro de 2015 deve ser, antes de tudo, compreendida como uma demanda dos movimentos sociais da cidade serrana que, no ano de 2014, propuseram ao poder legislativo municipal a criação de uma instituição responsável por investigar os acontecimentos envolvendo a ditadura militar na cidade enquanto parte de toda uma luta anterior em torno dos direitos humanos e do resgate da história de Petrópolis além da “cidade imperial”.

A proposta ocorreu em um momento em que o país observava a atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada em 2012, e, no plano estadual, a Comissão da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-RIO), instalada em 2013. Além disso, o ano de 2014 foi marcado pelo aniversário dos 50 anos do golpe militar de 1964. Estes fatos contribuíram para que diversos eventos viessem a ocorrer na cidade, mas a existência da Casa da Morte, imóvel organizado e utilizado pelas Forças Armadas como o principal centro clandestino de tortura e execução daquele período, destacou-se pela relevância na história da luta contra a ditadura militar.

Assim é que, na virada do dia 31 de março para o 1 de abril de 2014, aconteceu a primeira vigília em frente à Casa da Morte, organizada pelo Partido dos Trabalhadores de Petrópolis. A vigília fez parte de uma série de atividades daquela semana cujo nome, no futuro, inspirou a formatação da Lei Municipal nº 7.398 de 26 de fevereiro de 2016, que estabelecia no calendário oficial da cidade a “Semana da Memória, Verdade e Justiça” (SMVJ), um dos seus principais legados da Comissão para a cidade de Petrópolis. A Semana e a primeira vigília organizada em 2014 tiveram destaque na imprensa nacional, como pode ser observado em recorte do Portal G1 abaixo reproduzido.

Durante a mesma semana diversas entidades e grupos de Petrópolis se mobilizaram em toda a cidade para discutir e “descomemorar” o golpe militar, para que a população tivesse cada vez mais conhecimento do que ocorrera sob a ditadura. Um evento na Universidade Católica de Petrópolis, também em decor-



A Semana da Memória, Verdade e Justiça em 2014¹ (Portal G1)

rência dos 50 anos do golpe, contou com a exibição do documentário “Jango” (1984), do cineasta brasileiro Silvio Tendler, para que estudantes e professores pudessem se aprofundar no conhecimento e debater as circunstâncias e consequências do golpe de 1964. Outro evento foi a audiência pública da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro na cidade de Petrópolis, na Câmara Municipal em 18 de junho, onde os prefeitos da cidade cassados na ditadura – Flávio Castrioto, Rubens de Castro Bomtempo e Paulo Gratacós – foram homenageados e tiveram seus cargos devolvidos simbolicamente.

Nas semanas que sucederam os eventos acima narrados, novamente o Partido dos Trabalhadores de Petrópolis, sob a indicação de Roberto Schiffler Neto, futuro membro da CMV, iniciou um debate entre coletivos de direitos humanos e outros movimentos da cidade, como o Comitê Petrópolis em Luta (CPL) e a União da Juventude Socialista (UJS), sobre a criação de uma Comissão da Verdade no município. Yuri Moura, à época presidente do PT de Petrópolis, encaminhou a proposta para o mandato do partido na Câmara dos Vereadores, representado por Anderson Juliano, em abril do ano de 2014. Sua aprovação se deu em 23 de julho, criando-se a Lei Municipal nº 7.207, cujos objetivos formais eram a investigação dos acontecimentos que envolviam a ditadura militar e a cidade, bem como a divulgação parcial e final dos resultados dentro de um mandato de dois anos, prorrogáveis por mais dois caso fosse necessário.

1. Acesso em: <http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2014/04/torturados-e-desaparecidos-politicos-sao-homenageados-na-casa-da-morte.html>

A criação formal da Comissão Municipal da Verdade, consequência de uma longa luta desenvolvida por instituições de direitos humanos, partidos políticos, coletivos estudantis, políticos, ex-presos políticos, pesquisadores, jornalistas e familiares permitiria que essa história viesse a ser oficialmente contada à população petropolitana na forma de esclarecimentos e de conhecimento do seu passado. É evidente que a força deste legado e o empenho dessas ações têm na pessoa da ex-militante Inês Etienne Romeu a inspiração de nossa luta em defesa dos direitos humanos.

Antecedentes

O avanço do movimento de anistia no final dos anos 1970 e a libertação de Inês Etienne Romeu em 1979 permitiram a divulgação da história de seu cárcere privado em Petrópolis por meio de um depoimento prestado à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Somado a isto, a vinda de uma comitiva de parlamentares e advogados, liderados por Inês, à cidade de Petrópolis, as reportagens na imprensa, inclusive a petropolitana, e um processo movido na Justiça Federal em Petrópolis contra Mário Ladders no ano de 1981 corroboraram para que, pela primeira vez, a sujeição de uma relação escusa entre a ditadura militar e a cidade de Petrópolis ficasse demonstrada. Ladders, proprietário do imóvel que sediou a Casa da Morte, cedeu-o para Fernando Sérgio Ayres da Motta o uso deste para o que, décadas mais tarde, foi revelado como um centro clandestino organizado e operado pelo DOI-CODI, subordinado ao Centro de Informações do Exército (CIE).



Stil do vídeo “Encontro de Inês Etienne com Mario Ladders” de fevereiro de 1981²

2. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ACKN3ezLHo0&t=3s>.

No ano de 1985, o vereador Paulo Pires apresentou ofício, aprovado no Plenário da Câmara, ao Ministro da Justiça, Fernando Lyra, pedindo investigação do assunto, trazendo mais uma vez à tona o tema sobre a existência de um centro clandestino de torturas, organizado e mantido pelas Forças Armadas na cidade de Petrópolis, tal como havia denunciado Inês Etienne Romeu.

No início da década de 2010 o tema voltou ao cenário municipal por forças da própria sociedade brasileira. Destaca-se, nesse momento, a série de entrevistas concedidas à imprensa escrita pelo ex-tenente-coronel do Exército Paulo Malhães. Este militar relatou detalhes da existência e organização da Casa da Morte, em Petrópolis³. De qualquer forma, em 2011, Governo Federal criava e em 2012 instalava da Comissão Nacional da Verdade. Estes eventos e processos contribuíram de modo significativo para que os movimentos sociais e a sociedade civil em Petrópolis voltassem a debater o tema da Casa da Morte e os elos entre ditadura militar e município, desta vez com um objetivo mais específico – o da desapropriação do imóvel onde funcionara a Casa para fins de utilidade pública, visando criar ali um Centro de Memória, Verdade e Justiça.

A campanha de desapropriação da Casa da Morte

A campanha foi uma iniciativa do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) de Petrópolis por meio de um abaixo-assinado que, em 2010, atingiu mais de 2000 assinaturas e da realização de atividades de diálogo na cidade, em especial eventos em universidades e cineclubes. Em 2011, o Comitê Petrópolis em Luta (CPL), coletivo posteriormente incorporado ao Movimento 9 de Junho⁴ e que atuava pelas causas populares da cidade, ingressou na campanha pela desapropriação da Casa da Morte iniciada pelo CDDH, também realizando uma série de atividades na cidade até o ano de 2012. Em uma das atividades em prol da desapropriação do imóvel, por exemplo, o CPL coletou mais de 500 assinaturas. Neste período, outro grupo formado por jovens e politicamente ativo em Petrópolis, a Juventude do Partido dos Trabalhadores, também se alinhou ao movimento.

A semana que se comemorava o Dia Internacional dos Direitos Humanos foi marcada, em 2012, por uma série de atividades envolvendo os grupos que coordenaram a campanha pela desapropriação naquele período, entre elas palestras e debates, como a que ocorrera no Palácio Rio Negro, com a presença de representantes da Comissão Nacional da Verdade, além de um ato público em frente à Casa da Morte no dia 7 do referido mês. A manifestação, divulgada em todo o

3. OTAVIO, Chico. PIVA, Juliana Dal. REMÍGIO, Marcelo. Torturador conta rotina da Casa da Morte em Petrópolis. O Globo, 24 jun^o 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/torturador-conta-rotina-da-casa-da-morte-em-petropolis-5300155>>.

4. O Movimento 9 de Junho nasceu em Petrópolis principalmente a partir dos setores do PT que na época encaminharam a questão da CMV e em 2017 saíram do partido.

Proprietário da mansão só falará pelo advogado

O proprietário da mansão 125, da Rua Arthur Barbosa, no Caxambu, Mário Lodiêra, disse à reportagem da **TRAJETÓRIA DE PETRÓPOLIS** que não poderia falar à respeito das denúncias recentemente divulgadas pela ex-advogada Iliete Elvete Simões, de que na casa criada em 1974, fora vítima juntamente com outros presos políticos de atividades torturas. Lodiêra, anfitrião que já consultou advogado, o dr. Mário Machado, com escritório no Rio de Janeiro, e que somente depois de seu assessoramento poderá prestar declarações. Mário Lodiêra, entretanto, manifestou no rápido contato com a reportagem, que está confiante em que tudo se esclarecerá e que "a verdade irá aparecer".

Concluído, segundo chegou a nosso estabelecimento, em 1971, o proprietário da referida mansão era visto constantemente em companhia de civis não conhecidos pela alçada de "Caxambu", que se dizia agente de segurança. Esta fala, poderá entretanto alterar a situação por um espaço de Lodiêra, que aparentemente pelo nome se mostra brasileiro, e confiante em que se esclarecerá a situação em que se vê aprisionado...



A mansão n.º 125, do Caxambu, que tem sido cenário de reportagem da imprensa.

Uma das atividades do CPL no centro de Petrópolis em parceria com o CDDH para o recolhimento de assinaturas com o objetivo de desapropriar a Casa da Morte⁵

país, contou com a presença de grupos estaduais e nacionais de Direitos Humanos, ativistas, políticos, familiares de ex-presos políticos. Estiveram presentes naquele ato, além de partidos políticos e sindicatos locais, o CDDH, CPL, Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça, Articulação Estadual pela Memória, Verdade e Justiça RJ, a Comissão Nacional da Verdade e outros.

A desapropriação da Casa da Morte pelo Poder Executivo de Petrópolis foi uma resposta direta das manifestações de grupos da cidade pela preservação da memória do local.

Assim, no dia 21 de agosto de 2012, a Prefeitura, por meio da assinatura do prefeito Paulo Mustrangi (PT), publicou no Diário Oficial do município o Decreto Municipal nº 966 de 23 de agosto, que tornava a Casa da Morte, localizada na rua Arthur Barbosa, nº 50, no bairro Caxambu, um espaço para fins de utilidade pública, com vistas a criação de um Centro de Referência de Resistência Contra a Ditadura Militar, conforme demandavam os movimentos sociais da cidade e do Brasil, além de instituições públicas como a OAB e o MPF. Tal ato serviria para que a memória daquele imóvel não se perdesse e os brutais acontecimentos lá praticados no passado servissem de lição para o presente e futuro.

5. Disponível em: <http://4.bp.blogspot.com/-P3Tj1QHni44/UOKLmi5yKml/AAAAAAAAAQA/7ERZe5mxvBc/s1600/02.JPG>



Manifestantes em frente à Casa da Morte seguram cartazes com os rostos de mortos e desaparecidos políticos que passaram pelo local⁶



A ex-presidenta da Comissão Nacional da Verdade, Rosa Cardoso (no fundo) acompanha a manifestação em frente à Casa da Morte em 2012⁷

6. Disponível em <http://4.bp.blogspot.com/-ytlWuXCMjl0/UOKPIEmLuXI/AAAAAAAAASw/NguAAzGfJc/s1600/A0.jpg>.

7. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/decreto-inicia-desapropriacao-da-casa-da-morte-em-petropolis-6970687>

Em 2013, o prefeito Rubens Bomtempo, por meio do Decreto Municipal nº 146 de 16 de agosto, também declarava para fins de utilidade pública, o imóvel nº 120, por compreender que todos os imóveis de Mario Lidders, já falecido, poderiam ter sido utilizados ou contribuído para a repressão.

Uma vez que desapropriação vinculava este ato à criação de um Centro de Referência, o Procurador-Geral do Município de Petrópolis, Marcus São Thiago, elaborou o projeto “Memorial de Liberdade, Verdade e Justiça” para ser instalado no local, com apoio Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A intenção da Prefeitura era de arrecadar o valor necessário para a desapropriação dos imóveis, num montante de aproximadamente R\$ 1,5 milhão. Devido a entraves burocráticos, problemas técnicos e o cenário de crise do governo da presidente Dilma Rousseff, o projeto tornou-se inviável. Deste modo, em 23 de agosto de 2017 o Decreto Municipal, findos cinco anos da data de sua publicação, perdeu, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, sua validade. Esta é ainda uma questão a ser enfrentada pelos movimentos sociais petropolitanos e outras organizações públicas e não governamentais comprometidas com a luta pela memória, verdade e justiça no país.

A luta pela regulamentação da Comissão da Verdade de Petrópolis

A mobilização ocorrida entre os anos de 2012 a 2014 foi decisiva para a decretação, pela Câmara Municipal e sanção pelo prefeito, da Lei Municipal nº 7.207, de 23 de julho de 2014, instituindo a Comissão Municipal da Verdade no âmbito do município de Petrópolis. Entretanto, apenas a instituição em lei não garantiu a sua instalação e funcionamento.

No dia 18 de abril de 2015 reuniu-se, por convite de Eduardo Stotz e de Yuri Moura, na sede do Partido dos Trabalhadores de Petrópolis, um grupo de ativistas, pesquisadores e gestores públicos com o intuito de compreender formas que levassem à regulamentação da Comissão Municipal da Verdade pelo poder público local. Deste encontro resultou o chamado Grupo pró-Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis. Dos seis membros nomeados pelo poder público e que faria parte da futura da Comissão da Verdade, quatro compuseram o Grupo pró-CMVP, dentre eles Eduardo Stotz, Glauber Montes, Rafane Paixão e Roberto Schiffler Neto.

Reunindo-se periodicamente desde abril de 2015, o Grupo pró-CMVP contava com o apoio do Partido dos Trabalhadores de Petrópolis, como já citado acima; da Fundação Oswaldo Cruz, em Petrópolis, situada no Palácio Itaboraí; do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade; e da Câmara dos Vereadores de Petrópolis, por meio de assessoria jurídica e logística oferecida pelo então mandato do Partido dos Trabalhadores na Casa Legislativa, representado pelo vereador Anderson Juliano. Dos encontros do grupo, alguns eventos foram fundamentais para a futura regulamentação da Comissão da Verdade, a exemplo do relatório preliminar que já

apontava casos de violações de direitos civis e políticos no período imediatamente após o golpe militar de 1964, a requerer maior esclarecimento. Ainda, a divulgação dos trabalhos do Grupo pró-Comissão na imprensa local; o encontro com a família Quadros. Mas, especialmente as Jornadas por Memória, Verdade e Justiça.

As Jornadas pela Memória, Verdade e Justiça

Desde o início do segundo semestre de 2015, o Grupo passou a se reunir com entidades representativas da sociedade civil, como partidos políticos, sindicatos, ONG's e outras entidades do campo progressista da cidade e do Estado, para propor a regulamentação da futura Comissão da Verdade. A realização de audiências públicas na Câmara Municipal de Petrópolis teve como propósitos: em primeiro lugar, sensibilizar o campo progressista dos movimentos sociais locais e ampliar esta percepção para toda a sociedade petropolitana e, em seguida, pressionar a Prefeitura para que, reconhecendo assim o apelo da comunidade local, viesse a regulamentar a Lei Municipal nº 7.207.2015 e oferecer possibilidades para o início dos trabalhos da entidade. Tal foi o sentido das Jornadas por Memória, Verdade e Justiça.

Entre agosto e começo de novembro de 2015, o Grupo conseguiu apoio nos meios de comunicação – Tribuna de Petrópolis, 07.09.2015: “Luta pela oficialização da Comissão da Verdade” e entrevistas nos canais 10 e 19 de televisão, em 9 e 10 de setembro, respectivamente – para a mais ampla divulgação da Jornada intitulada “A história de Petrópolis que não quer calar”.

Na seqüência, o Grupo protocolou o pedido da regulamentação da Comissão Municipal da Verdade no gabinete do Prefeito, um documento entregue por Breno Moroni, ator e irmão de Jana Moroni, guerrilheira assassinada no Araguaia. O protocolo do pedido teve a participação dos sindicatos dos bancários e dos têxteis.

A I Jornada por Memória, Verdade e Justiça ocorreu em 10 de outubro de 2015, com uma ampla participação da sociedade petropolitana, incluindo movimentos sociais como partidos políticos, sindicatos, movimentos estudantis; membros do Poder Público, como o então Procurador-Geral do Município, Marcus S. Thiago e o Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis, Paulo Igor, que abriu a Audiência Pública; velhos ativistas petropolitanos durante a época da ditadura militar, como Dona Pedentrina, da Fábrica Cometa e do Sindicato dos Têxteis desde a Era Vargas e também representantes de outras categorias de trabalhadores; membros da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro; e, por fim, familiares de ex-presos políticos como, mais uma vez, a Família Quadros, que se destacava na luta pela memória de Fabrício Alves de Quadros e de outras pessoas perseguidas pela ditadura militar em Petrópolis. De mesmo modo, Breno Moroni, artista e crítico político, e irmão de Jana Moroni, cearense radicada em Petrópolis assassinada na Guerrilha do Araguaia, não apenas fez valer das memórias de luta de sua família, mas se destacou na comunidade petropolitana pelo empenho na regulamentação da Comissão.

O evento começou às 14 horas da tarde chuvosa e fria do dia 10 de outubro de 2015, com auditório da Câmara Municipal de Petrópolis lotado de pessoas interessadas pelo tema da ditadura militar na cidade. A Jornada “A história de Petrópolis que não quer calar” foi dirigida por Eduardo Stotz, representando o Grupo pró-Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis. A mesa foi composta pelo Procurador-Geral do Município, Marcus S. Thiago que expressou o apoio e solidariedade da Prefeitura à iniciativa, afirmando aguardar o contato do Grupo pró-CMV para pensar o caminho da regulamentação da Comissão da Verdade; por Maria Alves de Quadros, filha de Fabrício Alves de Quadros, que contou a história de resistência de seu pai e de toda sua família, além da perseguição que todos os que sofreram durante a ditadura militar; por Pedetrina de Araújo Fernandes, ex-funcionária da Fábrica Cometa, relatando suas experiências de militância e luta por mais direitos para os trabalhadores, assim como a denúncia das torturas a que foi submetido o último presidente do Sindicato dos Têxteis antes do golpe, Alencar Thomaz Gonçalves; e por Marcelo Auler, jornalista e membro da CEV-Rio, destacando a importância de Petrópolis ter uma Comissão Municipal que investigasse minuciosamente as questões de direitos humanos relativas ao município. A sessão foi marcada por enorme emoção, quando os fatos do passado e o elo entre setores da cidade com o golpe e a implantação da ditadura militar foram trazidos ao conhecimento público. Mais de 150 pessoas, incluindo as que faziam parte de movimentos sociais de Petrópolis, estiveram presentes na I Jornada por Memória, Verdade e Justiça, possibilitando que a regulamentação ficasse mais próxima. A imprensa local e nacional fez cobertura e deu visibilidade para a causa.



Grupo quer Comissão Municipal da Verdade (Tribuna de Petrópolis 05/11/2015)



Abertura da I Jornada pela Memória, Verdade e Justiça com o Coro Nheengarecoporanga cantando “A Internacional”, hino mundial da classe trabalhadora (Acervo CMVP)



Eduardo Stotz presidindo a audiência; Rafane Paixão, de costas e ao centro; Silmar Fortes, Anderson Juliano e Dona Pedentrina (Acervo CMVP)

As Jornadas iniciaram, assim, a ruptura do silêncio que se impôs sobre os fatos e processos ocorridos desde os idos de abril de 1964 em Petrópolis. Permitiu o encontro de quatro gerações, favorecendo aprendizados que irão contribuir, na medida em que se fortalecerem com base em outras iniciativas, para o desvendamento e reparação dos crimes cometidos, para trazer à tona e divulgar amplamente a história das lutas populares e a reinserção da cidade no movimento histórico da sociedade brasileira.

Nas semanas seguintes, o Grupo pró-CMV e a Prefeitura realizaram rodas de conversas sobre a regulamentação da Comissão da Verdade. Participaram dessas reuniões os membros do Grupo pró-CMV, o Procurador Geral do Município, Marcus S. Thiago e o próprio prefeito, Rubens Bomtempo, filho do ex-prefeito da cidade de Petrópolis, o conhecido médico Rubens de Castro Bomtempo, que tivera tido seu mandato de prefeito cassado em 1966. É importante ressaltar ainda a participação da Família Quadros e de Breno Moroni nesse período de diálogos entre Grupo pró-CMV e Prefeitura .

O Governo Municipal sinalizou positivamente para a consolidação do objetivo inicial do Grupo pró-CMV, refletindo, assim, uma antiga demanda da sociedade civil petropolitana. O acordo entre sociedade civil e poder público estava próximo de ocorrer.

O dia 12 de dezembro de 2015 marcou a data da II Jornada por Memória, Verdade e Justiça, uma data simbólica e importante porque registrava o reconhecimento do passado em termos de verdade e justiça e também por iniciar um novo ciclo.



Da esquerda para a direita, Maria Alves de Quadros, filha de Fabrício Quadros e autora do livro “Fabrício: quadros de uma existência”, Eduardo Stotz, Dona Pedetrina e Aurissandra Fonseca (Acervo CMVP)

O Grupo pró-CMVP já havia pesquisado e comprovado, com base em documentação da Câmara dos Vereadores que, em 3 de maio de 1964, o mandato do vereador José de Araújo Aranha (PSB) e o de seus suplentes Alencar Thomaz Gonçalves, Francisco Xavier Ximenes, Manoel Maria Leal Ferreira, Rubens de Oliveira Xavier, Saturnino da Silva e Saul Alves de Quadros, foram sumariamente cassados em virtude da Lei de Segurança Nacional. O processo de cassação foi um ato cometido pela própria Câmara dos Vereadores de Petrópolis, que tornava pública a exclusão dos representantes dos trabalhadores da vida política municipal. Um destes suplentes, Saul Alves de Quadros, filho de Fabrício Alves de Quadros e irmão de Maria, Marcos e João e que, assim como seu pai, também fora perseguido pela repressão na cidade, exilou-se com ele no Uruguai após o golpe militar.

A II Jornada por Memória, Verdade e Justiça foi pensada para a devolução simbólica dos mandatos de vereador e suplentes cassados em 1964. A Casa Legislativa deu seu aval para o evento. Sob a condução de Diego Grossi a participação e de Geraldo Cândido, liderança sindical dos metroviários do Rio de Janeiro e membro da CEV-Rio, a II Jornada contou com a presença dos familiares dos Manoel Maria Leal Ferreira e de Saul Alves de Quadros. O único vivo daquele ato indigno da Câmara Municipal, Saul, não pode estar presente por motivos de saúde, sendo representado pelos irmãos.

No final do evento e já com a devolução simbólica dos mandatos realizada, o que demonstrava uma forma de reparação política dos erros cometidos pela Câmara no passado, a representante do Governo Municipal, Rosângela Stumpf, também presidente do Partido Socialista Brasileiro em Petrópolis e que recebera a devolução dos mandatos dos vereadores que não tiveram seus familiares localizados, anunciou que o Governo Municipal havia encaminhado para publicação no Diário Oficial do Município a regulamentação da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis.

A CMVP foi regulamentada no dia 11 de dezembro de 2015, por meio do Decreto Municipal nº 893, seguida de portaria com a nomeação de Eduardo Navarro Stotz, historiador e pesquisador que se tornou o presidente da Comissão; João Carlos Fabre dos Reis, advogado sindicalista e histórico militante em Petrópolis desde os anos 80; Maria Helena Arrochellas, teóloga e presidente do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade; Rafane Valoura Paixão, historiadora e pesquisadora da ditadura militar; e Roberto Carlos Schiffler Neto, professor e pesquisador da ditadura militar, sendo os dois últimos profissionalizados pelo Gabinete da Prefeitura para dedicarem-se às atividades de pesquisa. A composição do quadro de membros efetivos da instituição pública teve o acréscimo de Glauber de Oliveira Montes, professor da rede municipal de Petrópolis, cedido pela Secretaria de Educação à Comissão da Verdade.

A posse dos membros da CMV ocorreu em atividade solene, na Casa dos Conselhos da Prefeitura de Petrópolis, no dia 02 de abril de 2016, na abertura da I Semana da Memória, Verdade e Justiça.



Rosângela Stumpf e integrantes do grupo pró-Comissão da Verdade.

A volta simbólica dos cassados pela ditadura

Vereadores e suplentes de Petrópolis, que foram cassados pelo governo militar de 1964, estão recebendo, simbolicamente, seus mandatos de volta. A presidente do PSB, Rosângela Stumpf,

recebeu os diplomas dos que não foram representados por suas famílias. A Comissão Municipal da Verdade, que investigará a ação da ditadura em Petrópolis, foi oficializada pelo prefeito. • Página 11

Capa da Tribuna de Petrópolis do dia seguinte da II Jornada, com os membros da recém-regulamentada Comissão da Verdade de Petrópolis, Rafane V. Paixão (centro) e Roberto Schiffler Neto (direita) e Rosângela Stumpf, presidente do PSB em Petrópolis e que recebeu simbolicamente os mandatos dos suplentes que não tiveram seus parentes localizados para a cerimônia (Tribuna de Petrópolis 03/04/2016)

A Semana da Memória, Verdade e Justiça

Logo no início do ano de 2016, os membros da Comissão da Verdade de Petrópolis compreenderam que, além do objetivo de realizar pesquisas, coletar dados e testemunhos e analisar os acontecimentos envolvendo os crimes e graves violações de direitos humanos cometidos pela ditadura militar em Petrópolis, seria indispensável tornar acessível o conteúdo investigado e divulgar as informações e conclusões empreendidas pela Comissão, a fim de esclarecer a população petropolitana sobre o que foi a ditadura militar e seus impactos no município. Foi então que Roberto Schiffler Neto e Yuri Moura, dois dos idealizadores da Semana da Memória, Verdade e Justiça de 2014, entraram em contato com o Vereador Leonardo Giordano, então representando o mandato do Partido dos Trabalhadores em Niterói, para ter acesso à proposta de Lei Municipal que criaria uma semana de atividades de mesmo nome naquela cidade, a ser incorporada no calendário oficial do município.

Com um Projeto de Lei adequado à história de Petrópolis em mãos, a CMVP encaminhou-a ao Poder Executivo, e este, por sua vez apresentou-a à Câmara Municipal, que o debateu e aprovou, por unanimidade, reconhecendo a necessidade de debater assuntos relevantes sobre a ditadura milita. A Lei Municipal nº 7.398 de

26 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial do Município no dia seguinte, instituiu, portanto, a “Semana da Memória, Verdade e Justiça” no calendário de atividades oficiais do município. O objetivo desta semana não era apenas a realização de atividades entre os dias 31 de março e 07 de abril de cada ano enquanto durassem os trabalhos da CMVP, mas, sim, tornar-se um legado para a cidade de Petrópolis, por meio do constante apoio do Poder Executivo local e organização de atividades dos setores da sociedade civil petropolitana responsáveis na lida com este tema.

A Lei da Semana

Art. 1º – Fica instituída a Semana da Memória, Verdade e Justiça no Município de Petrópolis, a ser inserida no calendário oficial da cidade a partir do primeiro dia do mês de abril de cada ano.

Art. 2º – A Semana da Memória, Verdade e Justiça tem por objetivos:

I – valorizar a história de luta dos trabalhadores, assim como o legado dos movimentos populares e sindicais, já atuantes no início do século XX em Petrópolis;

II – esclarecer a população sobre os fatos e processos ocorridos, bem como o papel desempenhado pelas instituições na vigência da ditadura militar no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985;

III – resgatar as identidades de luta política na sociedade petropolitana, através da memória e do reconhecimento de ativistas, militantes, figuras políticas e vítimas que defenderam a democracia e os direitos sociais e humanos;

IV – afirmar a importância dos direitos fundamentais previstos nos artigos 5º e 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

V – tornar públicas as omissões e violações aos direitos humanos no Município;

VI – abordar, como tema principal, as prisões, abusos, torturas e assassinatos realizados na “Casa da Morte” e outros aparelhos de repressão no período de ditadura militar.

(Diário Oficial do Município, Petrópolis, Ano XXIV, Nº 4895, 27.2.2016, p. 2)

A I “Semana da Memória, Verdade e Justiça” entrou para o calendário oficial da cidade no ano de 2016, logo após a aprovação da Lei Municipal e foi, certamente, uma das mais marcantes dos três eventos realizados no período de existência da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis.

Por duas razões: pelo cenário político imediatamente anterior ao golpe civil-judiciário que depôs a presidente Dilma Rousseff, marcado pela polarização do debate político na sociedade brasileira e pela união de grupos progressistas de Petrópolis em torno de uma única agenda.

Paralelamente às atividades de debates, seja na rua ou em instituições como faculdades, a CMVP passou a realizar palestras em escolas públicas e privadas, com o

objetivo de levar um maior entendimento sobre o que foi a ditadura militar no Brasil e, especialmente, na cidade de Petrópolis. As palestras contavam com a intervenção dos membros da CMVP e também com depoimentos de familiares de ex-presos políticos, como os casos da participação da Família Quadros e também de Breno Moroni. Foi ainda na I Semana que uma nova vigília ocorreu em frente à Casa da Morte, precedida por uma passeata que saiu em passeata com archotes do centro histórico de Petrópolis em direção ao Caxambu, atravessando a principal via do centro, a Rua do Imperador (antiga Avenida 15 de Novembro). Na madrugada do dia 31 de março para o dia 01 de abril, aproximadamente cem ativistas, sindicalistas, políticos, pesquisadores e familiares de ex-presos políticos participaram do evento que, mais uma vez, com a repercussão nacional alcançada em virtude da cobertura da imprensa, reivindicava a memória de todos aqueles que passaram pelo centro clandestino de tortura e lá perderam suas vidas, como também da urgência de desapropriação do imóvel e criação de um centro de referências das lutas contra a ditadura militar no local.

A imagem abaixo compôs a exposição “Petrópolis: ditadura e resistência”, no Centro Cultural Raul de Leoni. Montada com a ajuda de colaboradores da CMVP, como os atores Breno Moroni e Iara Rocha, a exposição apresentava ao público a história da ditadura militar no país e sua atuação no município em textos, fotos e audiovisual. A exposição passou pelos Centros Culturais do Centro, Cascatinha, Nogueira e Posse e concluiu no Palácio Itaboraí.



Pôster de autoria do grafiteiro Doug



Um debate com alunos no Centro Cultural de Cascatinha (Acervo CMVP)



Cartaz da exposição 'Petrópolis: ditadura e resistência', no Palácio Itaboraí (Acervo CMVP)

Da I Semana até a realização da III, em 2018, os convites aumentaram e se tornaram orgânicos: os membros da Comissão visitaram escolas fora do período de realização da Semana, em função da alta procura por palestras sobre o assunto. Durante as atividades da Semana, a existência da Casa da Morte ganhava inevitavelmente maior destaque, mas a Comissão empenhou-se em explicar como a ditadura militar atacou a democracia também nas cidades de interior como Petrópolis, e não somente nos grandes centros urbanos do país.

Pelo trabalho desempenhado em 2016, a Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis foi reconhecida com o Prêmio Maestro Guerra-Peixe na Categoria Especial, recebendo uma das maiores premiações na área de cultura do interior do Estado do Rio de Janeiro.

A crítica ao golpismo e seu caráter de classe, no passado e no presente, foi o clamor mais ouvido durante a II Semana da Memória, Verdade e Justiça de Petrópolis, ocorrida entre 1 e 8 de abril de 2017. A abertura ocorreu no SindSaúde, em 2 de abril, com as participações Ivo Lesbaupin, Leonardo Boff e de Frei Betto. Na mesa, ao lado dos convidados, Eduardo Stotz e Maria Helena Arrochellas.



Abertura da II SMVJ. Da esquerda para a direita: Ivo Lesbaupin, Leonardo Boff, Frei Betto, Eduardo Stotz e Maria Helena Arrochellas (Acervo CMVP)

Na “Carta ao povo petropolitano” lida em 8 de abril de 2017, no encerramento da II Semana, observamos que o ensinamento fundamental destacado nas comunicações e debates realizados durante a II Semana no SindSaúde, no CEFET-Petrópolis, no diretório Rui Barbosa da UCP, nas escolas públicas municipais e estaduais e no Instituto Teológico Franciscano é o de que os trabalhadores somente podem confiar nas suas próprias forças, cuja consciência e organização dependem, por sua vez, da atuação permanente e cotidiana de suas lideranças nos locais de trabalho.

E mais: que ainda temos de enfrentar o terrível legado que a ditadura militar deixou para o país até os nossos dias. Trata-se de uma página da História inconclusa, que ainda não pode ser virada. A ditadura militar impôs a anistia recíproca para vítimas e algozes; incorporada na Constituição de 1988, conseguiu bloquear até o momento a possibilidade de um conhecimento aprofundado e a obtenção de provas para o julgamento dos agentes da repressão e imputá-los pelas torturas, mortes e desaparecimentos políticos ocorridos sob este regime.

Constatamos ser um desafio para o presente: na medida em que a História não foi passada a limpo e os torturados e agentes da repressão, em cadeia de comando até o mais alto posto do poder, não foram incriminados e julgados como aconteceu na Argentina e no Chile, começaram a reaparecer vozes da extrema-direita reivindicando a volta dos militares à vida política nacional.

Graças ao grupo de professores do CEFET-Petrópolis, a Comissão abriu a III Semana em 2 de abril de 2018 com a Audiência Pública “Dan Mitrione em Petrópolis: um agente da CIA no treinamento das forças policiais brasileiras (1964-1969)”, na qual foram apresentados os resultados parciais da pesquisa realizada até o momento, concentradas no período do golpe à consolidação da ditadura militar (1964-69).

Os debates trouxeram para a reflexão algumas questões: o tema da ditadura militar não faz parte, de maneira efetiva, do currículo escolar no ensino fundamental; mais ainda, os jovens de hoje têm dificuldade em entender o que estava em jogo sob este regime. Por quê? Esta pergunta foi formulada de outra forma por um estrangeiro presente na plateia: diferentemente do que se passou na Argentina e no Chile, não há no Brasil uma memória social sobre os crimes cometi-



Da esquerda para a direita: Lícia Quinan, Patricia Souza Lima, Diego Grossi e Eduardo Stotz (Acervo CMVP)

dos pelas ditaduras. Quais as razões disto? Outro participante, referindo-se à sua própria experiência, indagou: por que os soldados que prestaram serviço militar nas Forças Armadas no começo dos anos 1980 e que foram alvos da exacerbação anticomunista dos oficiais já no final da ditadura militar, não foram até o momento, considerados vítimas da ditadura militar?

As questões propostas na Audiência Pública têm diferentes respostas na forma como a ditadura militar se consolidou e, depois, como acabou. Durante o período de 1968 a 1974, o Brasil sofreu uma transformação drástica de sua estrutura social, passando de país predominantemente rural para urbano e industrial. Sem qualquer possibilidade de participação política, sob censura, a imagem do país que ficou na consciência dos trabalhadores desorganizados foi a de um país em crescimento econômico acelerado e em “paz social”, apesar de ser uma paz de cemitério, imposta pelo terror do Estado. A ditadura acabou, não foi derrubada. Foi substituída por um governo civil escolhido indiretamente, mediante acordo político entre as elites e sob a condição da anistia recíproca entre algozes e vítimas, imposta pelos militares.

Outras atividades da III Semana foram a roda de conversa “Inês Etienne Romeu e a Casa da Morte” organizada pelo Coletivo Mulheres da Luta/Mulheres do Mundo, a apresentação, em pré-estréia, do filme “Araguaia Presente”, realizado na sede da agência publicitária Firma, e o debate “Discutir para resistir”, provocado por Leonardo Boff, no Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis.

Nessas edições da SMVJ em Petrópolis, a CMV contou com a colaboração de várias entidades populares locais, como a Associação Petropolitana dos Estudantes (APE), o CDDH, o Movimento 9 de Junho, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e sua juventude (UJC – União da Juventude Comunista), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e sua juventude (UJS – União da Juventude Socialista), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Rua Juventude Anticapitalista e os sindicatos dos bancários, vestuários e têxteis. É imprescindível mencionar também o apoio de instituições como o CEFET de Petrópolis, que por várias vezes abrigou os eventos da Semana, e Projetos Visuais e Novas Idéias Firma.

A Comissão e o Conselho Municipal de Tombamento

A Comissão Nacional da Verdade, instituída (Lei 12528/2011) apresentou ao país seu relatório final em 2014, no contexto dos 50 anos do golpe militar de 1964. A cidade de Petrópolis ganhou destaque por ter sediado, nas palavras da própria CNV, o principal centro clandestino de torturas e execuções do Estado brasileiro ao longo do regime militar, a “Casa da Morte”. As informações do relatório reforçaram ainda mais a campanha mobilizada por diversas entidades da sociedade civil petropolitana em busca de transformar a “Casa da Morte” em local de memória voltado para o não esquecimento dos fatos ocorridos ali, ligados diretamente ao que foi a ditadura militar no Brasil.

Na realização das diversas edições da “Semana da Memória, Verdade e Justiça”, a Comissão da Verdade de Petrópolis realizou palestras em escolas da cidade. O fato de muitas pessoas ainda não terem conhecimento do assunto ressaltou a importância deste tema ser colocado em pauta de forma oficial. Nesse sentido, a CMV Petrópolis também atuou e atua em constante diálogo com o Ministério Público Federal, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Coordenadoria Estadual por Memória e Verdade (entre outras entidades voltadas para a questão dos direitos humanos), visando a desapropriação da Casa da Morte e a construção de um Centro de Memórias no local. Iniciativa em sintonia com a diretriz 24 (“Preservação da memória histórica e a construção pública da verdade”) do PNDH 3 (Plano Nacional de Direitos Humanos) e tendo referência em outras experiências nacionais e internacionais, como o “Memorial da Resistência”, surgido em São Paulo em 2008 e consolidado em 2009, e o “Espaço para a Memória e para a Promoção e a Defesa dos Direitos Humanos” (Argentina) em 2004, nas instalações em que a Escola de Mecânica da Armada (ESMA) funcionou, entre 1976 e 1983, como um grande aparato clandestino da repressão durante a ditadura militar daquele país.

Em julho de 2017, um Grupo de Trabalho Para a Desapropriação da Casa da Morte, constituído pelo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, Centro de Defesa de Direitos Humanos de Petrópolis, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, Coordenadoria Estadual por Memória e Verdade do Rio de Janeiro e o apoio do Ministério Público Federal em Petrópolis avaliou ser impossível, naquele momento, tentar renovar a desapropriação do imóvel que sediou a Casa da Morte. Dado o esgotamento do prazo de cinco anos sem a disposição dos recursos necessários para este objetivo, o grupo assumiu, consensualmente, o objetivo do tombamento do citado imóvel.

A iniciativa, encaminhada pela Comissão Municipal da Verdade, fez-se em nome do Grupo de Trabalho. Dessa forma, no segundo semestre de 2017, por meio da procuradoria do município, foi encaminhado ao Conselho Municipal de Tombamento Histórico, Cultural e Artístico (CMTHCA) o pedido de tombamento do imóvel, sendo aprovada a abertura do processo administrativo nº 29.394/17. Ao longo do encaminhamento deste processo, com fim previsto para novembro de 2018, a CMV e várias entidades da sociedade civil petropolitana se fizeram presentes nas reuniões do CMTHCA que, bimestralmente, versaram sobre o processo de tombamento. Nestas, com base em um calendário previamente aprovado, tinha-se a pretensão de discutir detalhadamente as provas apresentadas pela CMV, assim como a versão da contraparte, representada pelo atual proprietário, que rejeita o tombamento.

Todavia, dois fatores de dificuldade para o encaminhamento merecem ser mencionados: I – o baixo quórum dos conselheiros em várias destas reuniões; e II – a ausência de leitura dos documentos apresentados pela CMV por parte da maioria dos conselheiros. De qualquer forma, a CMV Petrópolis apresentou ao

CMTHCA ao menos quatro documentos: a) uma apresentação sintética do histórico da Casa da Morte e as justificativas do tombamento; b) uma coletânea de provas, fontes primárias e decisões judiciais comentadas e que nas suas mais de cem páginas comprovam a existência da Casa da Morte, sendo uma solicitação do próprio conselho para que pudessem avaliar minuciosamente a questão; c) um resumo da documentação anterior, ante a manifestada dificuldade por parte dos conselheiros de ler todo o material; e d) um documento pró-tombamento em resposta aos argumentos levantados pela contraparte. Assim, de maneira textual e presencial, a CMV Petrópolis esteve, ao longo de um ano, diretamente engajada na apresentação de provas em prol do tombamento, trazendo documentação oficial e fontes primárias, esclarecendo dúvidas, dando indicações para aperfeiçoar a avaliação e na discussão com a contraparte, demonstrando as limitações e incongruências dos argumentos apresentados por esta.

A perspectiva era, então, ante a irrefutável e comprovada necessidade de tombamento, que o CMTHCA votasse pelo tombamento do imóvel onde a Casa da Morte funcionou. Expectativa que se viu aumentada com o engajamento, na causa do tombamento, do Ministério Público Federal, presente em algumas reuniões e parte ativa na apresentação de documentação, e do Grupo Inês Etienne Romeu, que conquistou declarações pró-tombamento de entidades de importância ímpar, como a Anistia Internacional, o Grupo Tortura Nunca Mais e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Acrescente-se, nesta mobilização em favor do tombamento, a declaração da Rede de Sítios de Memória Latino Americanos e Caribenhos (RESLAC), reunida em 2 a 6 de outubro de 2018, na cidade de San Carlos de Antioquia, Colômbia. A declaração foi entregue às autoridades em 14 de novembro de 2018, mediante ofício no qual foi lembrado posicionamento do prefeito Bernardo Rossi quando deputado estadual, a saber, da indicação legislativa nº 207/2012 de autoria dele, encaminhada ao governo do Estado do Rio de Janeiro solicitando o envio, à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), de projeto de lei para desapropriar a chamada Casa da Morte, tendo em vista a criação, naquele local, de um Centro de Memória, Verdade, Justiça e Tortura Nunca Mais. A divulgação na imprensa da iniciativa da RESLAC e a atuação de pessoas vinculadas aos direitos humanos e à cidadania junto à Prefeitura na véspera do processo decisório tiveram um importante papel no desfecho do processo. Finalmente, no dia 21 de novembro, o CMTHCA decidiu, em rito sumário, aprovar o tombamento do imóvel que sediou a Casa da Morte por quatro votos a três.

Eis a relação nominal dos votos: Secretaria de Planejamento estratégico e Presidente do Conselho Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural: Dalmir Caetano (**Sim**); Secretaria de Obras: Antonio Lopes Neves (**Sim**); Instituto Municipal de Cultura e Esportes: Artur José Varella Guedes (**Não**); Companhia de Desenvolvimento de Petrópolis: Ronaldo Augusto da Rocha: (**Não**); Câmara Municipal de Petrópolis: Luiz Antonio Pereira Aguiar (Luizinho Sorriso) (**Sim**); Instituto Histórico de Petrópolis: Joaquim Eloy Du-

arte dos Santos (**Não**); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN: Fernando Zucolotto (**ausente**); Instituto Estadual do Patrimônio Cultural: Luis Felipe D. M. y F. Loureiro (**Sim**); Associação Petropolitana de Engenheiros e Arquitetos – APEA: Paulo Hoelz Lyrio (**ausente**).

O tombamento de um imóvel que serviu, em nossa cidade, para a repressão de opositores políticos durante a ditadura militar brasileira constitui uma importante e indispensável iniciativa para a preservação da memória e de reconhecimento oficial do Estado e do município da importância de tal casa para a história de Petrópolis e do Brasil. Entretanto semanas decorreram até que, em 15 de dezembro, a decisão do Conselho Municipal de Tombamento foi publicada no Diário Oficial do Município (ver Anexo), exigência legal que materializa a sanção do ato pelo Prefeito. Um tempo político longo, ainda a requerer esclarecimento quanto às forças e motivações aí investidas.

A relação com os governos Bomtempo e Rossi

A CMVP estabeleceu relação com as duas administrações do poder executivo municipal. Inicialmente, com o governo de Rubens Bomtempo, prefeito entre os anos de 2013 e 2016, o diálogo institucional se dava principalmente por meio do ex-Procurador Geral do Município, Marcus São Thiago. Em muitos desses encontros, ainda como Grupo Pró-CMVP, diversos apoiadores do movimento se reuniram, inclusive, com o Prefeito Rubens Bomtempo.



Membros e apoiadores do movimento criado pela Comissão da Verdade de Petrópolis em reunião com o ex-Procurador do Município, Marcus São Thiago, na Prefeitura de Petrópolis (Acervo CMVP)

Rubens Bomtempo, filho do também ex-prefeito de Petrópolis, Rubens de Castro Bomtempo, cassado pela ditadura em 1966, tinha, portanto, razões para apoiar a demanda da regulamentação da Comissão mas foi além, com o apoio ao encaminha-mento e aprovação da Semana da Memória, Verdade e Justiça de Petrópolis.

A partir de 2017, com a entrada de Bernardo Rossi (MDB) na Prefeitura de Petrópolis, a relação da Comissão com o governo passou a ser exclusivamente insti-tucional. O novo prefeito garantiu a continuidade dos cargos profissionais destina-dos pela Prefeitura às pesquisas e outros trabalhos formais da entidade. A media-ção política foi realizada pelo Procurador Geral do Município, Sebastião Médici.

No fim do ano de 2017, os membros da Comissão da Verdade de Petrópolis pleitearam, de acordo a Lei Municipal nº 7.207/14 e sua regulamentação no De-creto 893/15, a prorrogação de mais um ano para que a finalização dos trabalhos de pesquisa e produção do Relatório Final pudesse ser realizada de modo ade-quado. Nossos pedidos foram prontamente atendidos pela equipe de governo e a entidade manteve seus trabalhos até o dia 21 de dezembro de 2018.

O Ministério Público Federal e a Coordenadoria por Memória e Verdade

As relações com o Ministério Público Federal e a Coordenadoria por Memó-ria e Verdade do Governo do Estado do Rio de Janeiro foram construídas antes mesmo de a CMVP ter sido regulamentada.

A CEV-RIO, ao concluir as suas atividades em dezembro de 2015, teve suas finalidades absorvidas pela Coordenadoria por Memória e Verdade, vinculada à Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janei-ro. Em 2015, como já citado, membros da CEV-Rio estiveram presentes na I e na II Jornadas por Memória, Verdade e Justiça. Após a formação, portanto, da Coordenadoria, a relação da CMVP com a entidade estadual permitiu a melhor compreensão de certas rotinas necessárias ao funcionamento de uma comissão da verdade, como a adoção de termos de compromissos entre instituição, cola-boradores e pessoas que prestavam testemunhos. Virna Plastino, Lucas Pedresi e Ana Carolina Antão foram os principais interlocutores deste processo. Os dois primeiros se afastaram da entidade estadual em certo período, e Ana Carolina foi a principal portadora de diálogo com entidades estaduais, além de auxiliar nas pesquisas da CMVP com os resultados do trabalho de campo e apontamentos sobre o acervo de pesquisa da CEV-Rio.

A CMVP e Coordenadoria passaram a desenvolver uma estreita relação que se desdobrou na presença da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Polí-ticos e da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis em oitivas do Ministério Público Federal de Petrópolis. As oitivas se referiam a processos em que a enti-dade federal convocava testemunhas que possuíam ligações com temas relativos à Casa da Morte. Os membros da CMVP participavam auxiliando os Procuradores,

sobretudo a Dra. Vanessa Seguezzi, Sérgio Suiama e Eugênia Gonzaga – que fazem parte do grupo denominado Justiça de Transição, dedicado a responsabilizar criminalmente os agentes de Estado envolvidos em graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar.

A Dra. Vanessa Seguezzi, à frente do Grupo Justiça de Transição do MPF em Petrópolis, reconheceu a importância das pesquisas desenvolvidas pela CMVP para o entendimento dos fatos e processos ocorridos sob a ditadura militar em suas implicações jurídicas. Pedro Paulo Ferreira, seu assessor, também contribuiu significativamente para a construção desta relação institucional. No período em que a CMVP dialogava com a Prefeitura de Petrópolis a respeito da prorrogação de seu mandato, Dra. Vanessa Seguezzi foi uma das principais portadoras desta aspiração junto a Prefeitura.

A CMVP participou das oitivas de Roberta de Oliveira Correa Cavaco e de Sylvio de Carvalho, que prestaram depoimentos dos fatos em apuração no Inquérito Civil nº 1.30.007.000166/2012-13, relacionado à Casa da Morte. A Comissão Municipal da Verdade, tendo em vista a realização de oitiva de Sylvio de Carvalho, comprometeu-se a encaminhar relatório sobre os atos já apurados acerca da atuação deste jornalista e ex-comissário da polícia civil. Estas atividades estão descritas no tópico dedicado às Oitivas no MPF no presente relatório.

Por fim, o MPF também desempenhou importante papel no processo relativo ao tombamento do imóvel da chamada Casa da Morte pelo Conselho Municipal de Tombamento do Patrimônio. A Dra. Monique Cheker, substituindo Dra. Vanessa Seguezzi, de licença, dirigiu ao Conselho e à Prefeitura local uma recomendação de tombamento do imóvel.

A relação com os arquivos públicos

A Comissão da Verdade de Petrópolis desenvolveu pesquisa em vários arquivos, no âmbito municipal, estadual e federal.

Na cidade de Petrópolis destacam-se o Arquivo Municipal de Petrópolis, Arquivo Histórico do Museu Imperial e o Arquivo da Câmara dos Vereadores.

O Arquivo Municipal, situado no Centro de Cultura Raul de Leoni, foi até recentemente coordenado por Mariza da Silva Gomes, contando também com a atuação de Jessica Soares, arquivista. Elas apoiaram as pesquisas que a CMVP realizava em jornais, revistas e outra sorte de documentação, sempre oferecendo as melhores condições para que a Comissão exercesse seu trabalho.

No Arquivo Histórico do Museu Imperial o grupo de pesquisa da Comissão acessou a documentação da polícia civil relativa ao período da ditadura militar. Os documentos encontrados foram extremamente importantes para a Comissão poder identificar, nos eventos ocorridos a partir do golpe militar de 1964, a repressão desencadeada contra trabalhadores, sindicalistas e militantes de organizações de esquerda na cidade.

Maurício Vicente Ferreira Junior, Diretor do Museu Imperial, facilitou o acesso aquela documentação restrita por não estar devidamente organizada do ponto de vista arquivístico. Maria de Fátima Moraes Argon da Matta, chefe do Arquivo, recebeu a equipe da Comissão semanalmente durante o ano de 2016. Em função da relação estabelecida com o Museu Imperial, membros da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis foram algumas vezes convidados para ali proferir palestras acerca dos temas ditadura militar e memória. Assim aconteceu em abril de 2016, após a exibição do filme “O Dia que Durou 21 Anos”, de Camilo Tavares que, aliás, fazia parte das atividades da I Semana da Memória, Verdade e Justiça, e também em maio de 2017, no evento “Fale-me de Petrópolis”, com a palestra “Casa da Morte em Petrópolis”.

No Arquivo da Câmara Municipal a equipe teve acesso às atas das sessões e documentação complementar, o que permitiu identificar o processo da cassação dos mandatos dos vereadores do PSB, ocorrido entre abril e maio de 1964, bem como o projeto de nomeação do logradouro “Dan Mitrione” pelo vereador e policial Paulo de Souza Ribeiro, em setembro de 1970.

No âmbito estadual, por meio de um termo de cooperação entre o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e a CMVP, pudemos fazer um amplo levantamento da documentação relativa aos presos políticos em condições de pesquisa facilitadas devido ao fluxo de trabalho na sala de consulta. Teresa Bandeira de Mello, diretora do APERJ, teve um papel essencial neste sentido.

No nível federal, contamos com a colaboração de Vicente Rodrigues, coordenador do programa Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, para aprofundar a pesquisa de nomes e temas.

A importância dos testemunhos

Devemos lembrar que a maior parte das principais vítimas da ditadura militar em Petrópolis – dirigentes sindicais e militantes de organizações de esquerda – já havia falecido na época em que começamos a buscá-las para ouvir seus testemunhos. Apesar disso, houve o apoio de alguns dos familiares para que suas histórias chegassem até nós. Contudo, o envolvimento deles sofreu outra limitação, oriunda da forma como a Lei de Anistia foi aplicada pelos militares. Por isentar os agentes do Estado, direta ou indiretamente implicados na repressão de qualquer incriminação e penalidade, uma profunda sensação de impunidade e, por consequência, um silenciamento tomou conta deles.

Em busca da superação desse silenciamento – seja por medo de retaliação, vergonha, auto-preservação ou mesmo devido aos traumas pelos vinte e um anos de ditadura militar – a Comissão Municipal da Verdade procurou dialogar com os envolvidos, propondo que se dispusessem a construir outra versão da história de Petrópolis até agora desconhecida.

A equipe de pesquisa dirigiu-se a estudantes, trabalhadores, militantes, intelectuais, familiares, religiosos. Entendemos, como o estudioso italiano de história oral Ales-

sandro Portelli, que a diversidade dos testemunhos forma um mosaico, um patchwork, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum, buscando tanto a semelhança como a diferença. (PORTELLI, 1997).

A relevância dos testemunhos consiste em dar voz aqueles sujeitos impedidos de se manifestar, que ficam, portanto, excluídos da História.

As duas linhas de pesquisa da CMVP

No mês de janeiro de 2016 a Comissão já se reunia ordinária e extraordinariamente no Palácio Itaboraí, sede da Fiocruz em Petrópolis. O intuito dessas reuniões foi o de traçar os objetivos de curto, médio e longo prazo da Comissão. Os objetivos, no que diz respeito à pesquisa, contemplariam duas linhas, envolvendo o estudo da repressão e da resistência à ditadura militar, entre 1964 e 1985, e o foco no funcionamento da Casa da Morte, durante o período conhecido como os “anos de chumbo” (1969-1974).

A pesquisa documental

Já havíamos realizado, isoladamente, levantamento de informações na imprensa, nas atas da Câmara Municipal e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), e nas fichas de empregados da Companhia Petropolitana de Tecidos entre julho de 2014 e novembro de 2015.

Com a instituição da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, iniciamos a pesquisa coletivamente em junho de 2016, concentrando-nos no Arquivo Histórico do Museu Imperial, responsável pela guarda do acervo da 67ª Delegacia de Polícia (Acervo 67ª DP) e que, por não estar organizada, está inacessível ao público. Constatamos a integração entre o acervo da 67ª DP e os prontuários do Fundo “Polícias Políticas” no APERJ. Portanto, ampliamos o levantamento de informações dos prontuários policiais no (APERJ) a partir dos achados no acervo da 67ª DP. Em seguida lançamo-nos à leitura e seleção de fontes para a contextualização dos achados naquelas fontes na imprensa petropolitana. A propósito é importante indicar aqui que as imagens da imprensa utilizadas no relatório tem por fonte o Arquivo Histórico de Petrópolis.

Ao nos debruçarmos sobre a documentação oriunda da polícia política, constatamos que a verdade é truncada, isto é, impossível de ser avaliada na dimensão e na variedade dos seus aspectos, por ter sido mutilada, uma vez que partes essenciais da documentação foram suprimidas dos acervos documentais pelas autoridades da época. Em vários prontuários pesquisados no APERJ constam apenas uma ou no máximo duas páginas do chamado auto de qualificação e interrogatório (depoimento) de vários presos. Há documentos sem a página inicial, noutras as referências a depoimentos em inquéritos não foram localizados, documentos sobre casos notórios não integram prontuários ou estes, por sua vez, incluem mais de um nome, sem informações substantivas, e assim por diante.

Mas houve também uma política de exclusão de informações ou uma seleção deliberada na documentação destinada aos arquivos públicos. Para nossa sorte e a da história da luta contra a ditadura militar, dispomos da documentação relativa à doação do acervo da 67ª D.P.E. assim tomamos conhecimento que, no processo de transferência dos documentos iniciado em 1981 e concluído em 1982, houve uma separação deliberada de documentos considerados “sigilosos” pelas autoridades da polícia civil da época. Um verdadeiro seqüestro de uma massa documental, guardada por mais de três décadas em órgão estadual. O assunto será abordado como um tema específico neste relatório.



Colaboradas da CMVP: Glenda Gathe (à esquerda) e Ayra Garrido pesquisando no APERJ (Acervo CMVP)

Ao privilegiar as fontes locais e correlatamente pesquisar os prontuários das vítimas da ditadura no APERJ, deixamos de lado fontes importantes como as do SNI disponíveis no Arquivo Nacional, ou a dos processos do Superior Tribunal Militar que deram origem ao projeto Brasil: Tortura Nunca Mais (abreviado BNM).

Em outros termos, preocupamo-nos em deixar uma base de dados e informações locais para a pesquisa futura. Assumimos, portanto, o caráter inicial, parcial e limitado da pesquisa realizada.

Crítica das fontes policiais

Utilizamos fontes de pesquisa constituídas principalmente pelos acervos da polícia política. Precisamos fazer aqui algumas considerações a respeito dos desafios e o modo como procedemos ao utilizá-las.

Entendendo-as em seu contexto prisional, a crítica das fontes procura identificar “as operações de ocultamento/revelação próprias desse material”. (Joffily, 2014: 21). O problema é que os documentos policiais componentes da fase inquisitorial sobrevalorizam a suspeita. Conforme Roberto Kant de Lima, o inquérito policial parte da presunção de culpa, com orientação de quem se busquem provas confirmadoras para a condenação do suposto culpado (Lima, 1989, apud Joffily, 2012). Extorquidas mediante tortura ou sua ameaça, tais provas consistem principalmente na confissão do suposto culpado.

O interrogatório consiste num embate entre policial e preso, cada qual lançando mão das formas de fazer falar e de ocultar as informações para a culpabilização ou desculpabilização. O preso político lança mão de meios de “fuga” e defesa. Porém, como assinala Maria de Fátima Patriarca, o inquiridor tem consciência de tais estratégias e procede a interrogatórios múltiplos e cruzados, utiliza informação de arquivo e a obtida noutros interrogatórios, com o que vai adensando a teia relativa aos que constituem, de momento, a sua presa. (PATRIARCA, 1997: 929)

A análise que o historiador faz desse embate é um modo a aproximar-se da “verdade” do processo criminal como um todo, ou seja, do inquérito procedido contra uma organização “subversiva”. No caso de Petrópolis é possível seguir com razoável segurança este processo, dada a existência de um inquérito contra o PCB, mediante indiciamento dos acusados, a emissão de portaria pelo delegado autorizando a busca e o interrogatório, com base nas informações do investigador (“partes de serviço”), os informes policiais, a produção de relatórios das atividades realizadas, bem como os prontuários de cada um dos presos indiciados. As notícias diárias da imprensa petropolitana, por outro lado, servem para contextualizar o processo criminal, projetar uma imagem das prisões e dos presos na sociedade e, muitas vezes, oferecer traços não contidos nos documentos policiais.

Algumas observações adicionais sobre a orientação seguida na pesquisa precisam ser aqui acrescentadas. No APERJ priorizou-se o estudo, no Fundo “Polícia Política”, dos “Prontuários” em detrimento dos setores “Comunismo”, “Secreto”, “Estados” e “Termos de declarações”. A escolha resultou da percepção de que os prontuários incluíam documentos com estas outras classificações.

Os prontuários policiais constituem o conjunto das informações (uma espécie de cadastro policial) que compõem ou venham a fazer parte de um inquérito a respeito das suspeitas, provas de indiciamento, acusações, boletins de preso, depoimentos próprios e de outros, antecedentes, mandados de prisão preventiva, identificação criminal, de soltura, pedidos de informação, de um acusado de crime ao longo do tempo até a atualidade.

De um modo geral os prontuários estão organizados em três partes: a primeira, centrada no indivíduo, é dedicada aos antecedentes criminais, boletim de preso e de soltura, ficha de referência, mandados de prisão preventiva, autos de interrogatório e identificação (depoimento), termos de declaração ou de informação do próprio. Do ponto de vista da polícia política, os registros compõem a autoria ou a participação em eventos identificados com a legenda partidária ou

organização a que eles pertenceram, considerando-os como criminosos ideológicos. A segunda envolve os vínculos com outros militantes, ativistas, simpatizantes ou testemunhas contrárias, geralmente contidos em termos de declarações ou de informações. E a terceira, processual, de âmbito policial, contém informes, pedidos de busca, portarias, partes de serviço, comunicações.

Ainda que os acervos do APERJ e da 67ª D.P. sejam correlatos em termos de documentação, há de se mencionar que as prisões ocorreram tanto em Petrópolis como Niterói, tanto em locais públicos (a exemplo da carceragem da 67ª D.P.), como em locais desconhecidos, mas referidos por testemunhas (outras “casas de torturas”). De modo que toda esta diversidade ao mesmo tempo permite o acesso e oculta os registros desses atos, constituindo uma verdade mutilada. Mesmo os prontuários policiais parecem não constituir peças completas, a exemplo de um dirigente sindical no qual é notável a ausência do depoimento do mesmo.

O que não retira dos fatos analisados em tais fontes e comprovados pela pesquisa por comparação a outras fontes, textuais ou orais, a verdade da violência estatal e criminosa desencadeada e organizada de modo sistemático ao longo do tempo de duração do regime militar.

Locais em Petrópolis com nome ou história relacionado à ditadura militar

Os pesquisadores Diego Grossi e Roberto Schiffler Neto desenvolveram uma pesquisa sobre locais – logradouros, entidades, instituições – existentes na cidade de Petrópolis com nome ou história envolvidos com a ditadura militar.

A pesquisa foi publicada em 2015 pelo projeto “Cartografias da Ditadura”, disponível em <http://www.cartografiasdaditadura.org.br>, com o objetivo de divulgar cartograficamente em acervo virtual os locais mapeados no estado do Rio de Janeiro que possuem alguma ligação com o regime ditatorial que se instalou no Brasil.

A seguir, é reproduzida a pesquisa e os locais pesquisados que, além da “Casa da Morte”, demonstram a relação pública existente na cidade de Petrópolis com atores ligados à ditadura militar, atores estes ora perseguidores e ativos a partir do golpe, ora perseguidos e resistentes ao regime.

Antiga Delegacia de Polícia (67ª DP) [1]

Situada na Rua Aureliano Coutinho, s/nº Atual CIT – Centro de Moda e Serviços da Rua Teresa, Petrópolis

Pesquisadores da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, em visita à cidade de Petrópolis no ano de 2012, identificaram a cooperação entre as polícias comuns e os órgãos da repressão da ditadura empresarial-militar, inclusive quanto à Casa da Morte. De acordo com o relatório dos mesmos, haveria uma rede de comunicação entre as delegacias de Niterói, Teresópolis e Petrópolis [a 11ª Região Policial, na época sediada nesta cidade], os DOPS do RJ e da Guanabara, e unidades das Forças Armadas, como o antigo 1º Batalhão de Caçadores, atual 32º Batalhão de Infantaria Leve.

Avenida Castelo Branco [2]

Logradouro Público que se inicia na confluência das Ruas Cidália Meireles e Jornalista Carneiro Malta e que termina na Praça das Rosas, na Chácara das Rosas, no Bairro Retiro, no 1º Distrito de Petrópolis

Através da Lei nº 3.929 de 06 de julho de 1978, a cidade de Petrópolis homenageou o ditador Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente da ditadura que governou o país de 1964 a 1967. Outro documento do processo da homenagem é o Ofício nº PRE 170/78, em 3/7/78, do Projeto de Lei nº 667/78 de autoria de José F. de Azevedo.

Escola Municipal Dr. Rubens de Castro Bomtempo [3]

Situada na Rua Perminio Schmid, s/nº, Vila Felipe, Petrópolis

Com a Lei nº 6.517 de 24 de março de 2008, a Escola Municipal Vila Felipe, localizada na região do Alto da Serra, passou a homenagear o Dr. Rubens de Castro Bomtempo, pai do atual prefeito da cidade. O homenageado em questão, já falecido, se destacou na região pelos serviços prestados à classe trabalhadora enquanto médico. Pela ligação com a esquerda, teve seu mandato de prefeito cassado pela ditadura empresarial-militar em 1966, duas semanas após assumir o cargo com a cassação do prefeito eleito, Flávio Castrioto. Em 1986, voltando à política, conseguiu ser eleito Deputado Estadual no Rio de Janeiro.

Estrada Marechal do Ar Eduardo Gomes [4]

Trecho compreendido entre a bifurcação da Estrada da Vargem Grande, onde no sentido Pico do Couto, à esquerda, temos a entrada para o número 7.437, e a direita, seguindo a pista principal, para o Pico do Couto, numa extensão de 4.200 metros, no Bairro Fazenda Inglesa no 1º Distrito de Petrópolis

Através da Lei nº 6.900 de 10 de novembro de 2011, foi homenageado Eduardo Gomes, petropolitano, ex-tenentista e conspirador ativo, presente na campanha contra Vargas em 1954 e no Golpe de 1964. Tal golpista é considerado o patrono da Força Aérea Brasileira. Projeto 2076/11 de autoria dos vereadores Baninho e Thiago Damaceno.

Grêmios Estudantil Jana Moroni [5]

Situada na Rua João Caetano, 154, Petrópolis, RJ

Na década de 2000, o movimento estudantil petropolitano passou por uma fase de ascensão, através da Associação Petropolitana de Estudantes (APE), na qual diversos grêmios foram fundados nas escolas da cidade, alguns homenageando vítimas da Ditadura. Um destes grêmios foi o do Colégio Opção, criado com apoio do diretor Nilton São Thiago, homenageando a militante do PCdoB e ex-guerrilheira do Araguaia Jana Moroni Barroso, que viveu grande parte da sua juventude em Petrópolis. Em 2010 o Colégio Opção encerrou suas atividades e no local funciona hoje outra escola, o Centro Educacional Maurício Barroso.

Maternidade Jana Moroni Barroso [6]

Situada na Rua Vigário Correa, 1345, Corrêas, Petrópolis, RJ

Maternidade localizada dentro do Hospital de Ensino Alcides Carneiro, que homenageia a cearense Jana Moroni Barroso, militante do PCdoB. Jana viveu gran-

de parte da sua juventude com sua família em Petrópolis, onde seu pai, Girão Barroso, exerceu a função de secretário municipal de saúde. Na década de 1970, Jana foi estudar Biologia na UFRJ, cumprindo tarefas pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Em 1971 foi destacada para região do Araguaia, integrando o Destacamento “A” da guerrilha. Foi capturada pelas forças do Estado em 1974 e o paradeiro do seu corpo é desconhecido até hoje.

Praça Prefeito Flávio Castrioto [7]

Logradouro Público existente na confluência das Ruas Cristóvão Colombo, Olavo Bilac e Conde D’Eu, no Bairro Castelânea, 1º Distrito de Petrópolis

Através da Lei nº 5.122 de 20 de abril de 1994, de autoria de Antonio Elias da Cruz Gonçalves, P.L: 48/94, Petrópolis homenageou seu ex-prefeito Flávio Castrioto. Teve seu mandato de prefeito interrompido e cassado pelo Ato Institucional nº 2.

Praça Tancredo Neves [8]

Logradouro Público, localizado no final da Rua Joaquim Zeferino de Souza Filho, nos Frias, em Corrêas, 2º Distrito de Petrópolis

Tancredo Neves foi figura controversa da vida política nacional. Mesmo sendo um conservador teve papel importante no final do regime militar ao construir uma candidatura com força para vencer o candidato governista Paulo Maluf nas eleições indiretas de 1985. Mesmo com a vitória, Tancredo não assumiu o cargo, pois veio a falecer antes da posse, deixando a presidência para seu vice, José Sarney. Seu nome é homenageado em Petrópolis através da Lei nº 4.613 de 05 de janeiro de 1989.

Rua José Vasco [9]

Situada na Rua José Vasco, Avenida Barão do Rio Branco, Centro, Petrópolis, RJ

Em 1979, foi feita uma homenagem pela Câmara de Vereadores a um dos maiores torturadores dos EUA na América Latina, Dan Mitrione, através da Deliberação nº 2.916, de 24 de setembro de 1970 (projeto 664/70 do vereador Paulo Ribeiro), que modificou o nome de uma rua perpendicular da Av. Barão do Rio Branco, iniciada antes do nº 565 e terminada no morro, para Rua Dan Mitrione, justificando tal medida por uma suposta amizade entre Mitrione e pessoas do município, além de atividades não reveladas deste em Petrópolis (fato ainda não esclarecido). Na década de 1990, a rua ganhou o nome de Aloízio Palhano, em homenagem a uma das possíveis vítimas da Casa da Morte. No final dos anos 1990, modificaram novamente o nome da rua, que atualmente se chama José Vasco.

Rua Presidente João Goulart [10]

Situado no Logradouro Público que tem início na Avenida Portugal e termina no Lote 113 do Loteamento São Norberto, no Bairro Valparaíso, 1º Distrito de Petrópolis

Jango, ex-presidente deposto pelo Golpe de 1º de abril de 1964, foi homenageado em Petrópolis no final do regime militar, através da Lei nº 4.388 de 19 de dezembro de 1985, oriunda de Antonio Elias da Cruz Gonçalves, P.L. nº 1290/85.

Rua Presidente Ranieri Mazzilli [11]

Logradouro Público que tem início na Rua Joaquim Gomensoro (Lote 232) e termina no Lote 275 do Loteamento São Norberto, no Bairro Valparaíso, 1º Distrito de Petrópolis

Através da Lei nº 4.399 de 07 de maio de 1986, Ranieri Mazzilli teve seu nome homenageado em uma rua de Petrópolis. Mazzilli, como presidente da Câmara dos Deputados na época do Golpe de 1964, foi peça fundamental para o sucesso do levante militar, pois aceitou a farsa da renúncia de Jango assumindo interinamente a presidência e passando a mesma posteriormente para os militares.

Travessa Brigadeiro Eduardo Gomes [12]

Logradouro Público que tem início no Lote 122 e termina no Lote 124 do Loteamento São Norberto, no Bairro Valparaíso, 1º Distrito de Petrópolis

Através da Lei nº 4.400 de 07 de maio de 1986, oriunda de Antonio Elias da Cruz Gonçalves, P.L. nº 1292/85, foi homenageado Eduardo Gomes, petropolitano, extenentista e conspirador ativo, presente na campanha contra Vargas em 1954 e no Golpe de 1964. Tal golpista é considerado o patrono da Força Aérea Brasileira.

Travessa Marechal Lott [13]

Logradouro Público que tem início no Lote nº 157 e termina no Lote nº 160 do Loteamento São Norberto, no Bairro Valparaíso, 1º Distrito de Petrópolis

O Marechal Henrique Teixeira Lott se destacou na vida política pela defesa da legalidade e contra o golpismo, tendo liderado o contra-golpe que garantiu a posse de Juscelino na década de 1950. Foi candidato à presidência da república em 1960, quando foi derrotado por Jânio Quadros. Em 1965 foi afastado da vida política e impedido de se candidatar ao cargo de governador do Estado da Guanabara. Antonio Elias da Cruz Gonçalves, através do P.L. nº 1293/85, prestou a devida homenagem do povo petropolitano a um herói da república (Lei nº 4.389 de 19 de dezembro de 1985).

REFERÊNCIAS

- [1] CARTOGRAFIAS DA DITADURA. Antiga Delegacia de Polícia. Disponível em: <<http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/antiga-delegacia-de-policia/>>. Acesso em 30 jul. 2015.
- [2] CARTOGRAFIAS DA DITADURA. Avenida Castelo Branco. Disponível em: <<http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/avenida-castelo-branco/>>. Acesso em 30 jul. 2015.
- [3] CARTOGRAFIAS DA DITADURA. Escola Municipal Dr. Rubens de Castro Bomtempo. Disponível em: <<http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/escola-municipal-dr-rubens-de-castro-bomtempo/>>. Acesso em 30 jul. 2015.
- [4] CARTOGRAFIAS DA DITADURA. Estrada Marechal do Ar Eduardo Gomes. Disponível em: <<http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/estrada-marechal-do-ar-eduardo-gomes/>>. Acesso em 30 jul. 2015.
- [5] CARTOGRAFIAS DA DITADURA. Grêmio Estudantil Jana Moroni. Disponível em: <<http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/gremio-estudantil-jana-moroni/>>. Acesso em 30 jul. 2015.

- [6] CARTOGRAFIAS DA DITADURA. Maternidade Jana Moroni. Disponível em: <<http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/maternidade-jana-moroni-barroso/>>. Acesso em 30 jul. 2015.
- [7] CARTOGRAFIAS DA DITADURA. Praça Prefeito Flávio Castrioto. Disponível em: <<http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/praca-prefeito-flavio-castrioto/>>. Acesso em 30 jul. 2015.
- [8] CARTOGRAFIAS DA DITADURA. Praça Tancredo Neves. Disponível em: <<http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/praca-tancredo-neves/>>. Acesso em 30 jul. 2015.
- [9] CARTOGRAFIAS DA DITADURA. Rua José Vasco. Disponível em: <<http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/rua-jose-vasco/>>. Acesso em 30 jul. 2015.
- [10] CARTOGRAFIAS DA DITADURA. Rua Presidente João Goulart. Disponível em: <<http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/rua-presidente-joao-goulart/>>. Acesso em 30 jul. 2015.
- [11] CARTOGRAFIAS DA DITADURA. Rua Presidente Ranieri Mazzilli. Disponível em: <<http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/rua-presidente-ranieri-mazzilli/>>. Acesso em 30 jul. 2015.
- [12] CARTOGRAFIAS DA DITADURA. Travessa Brigadeiro Eduardo Gomes. Disponível em: <<http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/travessa-brigadeiro-eduardo-gomes/>>. Acesso em 30 jul. 2015.
- [13] CARTOGRAFIAS DA DITADURA. Travessa Marechal Lott. Disponível em: <<http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/travessa-marechal-lott/>>. Acesso em 30 jul. 2015.

1ª Audiência Pública da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis

Realizada em 10 de dezembro de 2016, na Casa dos Conselhos “Augusto Ângelo Zanatta”, a 1ª Audiência Pública da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis teve por objetivos apresentar os resultados preliminares da pesquisa realizada até aquele momento e fazer a devolução simbólica, aos representantes das vítimas da ditadura militar na cidade, da documentação policial relativa às lideranças sindicais presas e aos militantes de esquerda que tiveram seus direitos políticos cassados pelo regime a partir de 1964.

A audiência teve início com a intervenção de Ricardo Costa, representando a Comissão Municipal da Verdade de Nova Friburgo “Chico Bravo”, cujo nome homenageava o vereador comunista cassado em 1964. Costa informou que a Comissão de Nova Friburgo estava encerrando suas atividades no momento da audiência, após dois anos de atividades. O trabalho desenvolvido consistiu principalmente na coleta de testemunhos das pessoas perseguidas pela ditadura militar na cidade, tendo ficado evidente a participação do empresariado local na repressão desencadeada a partir do golpe militar. Esta participação teve à frente o engenheiro Heródoto Bento de Mello que, na época, como vice-prefeito, articulou ações para forçar a renúncia do prefeito da cidade, Vanor Tassara Moreira

e, assim assumir o seu lugar, e também para cassar o vereador Chico Bravo, por razões ideológicas e vínculos dele com o movimento sindical, sobretudo rural. O Sanatório Naval de Nova Friburgo desempenhou um papel coadjuvante na repressão policial. Sindicalistas, artistas e estudantes perseguidos pela polícia encontraram acolhida na Igreja Católica, por meio do bispo Dom Clemente Isnard.

O representante de Comissão Municipal de Nova Friburgo concluiu com a convocação para não esquecer, para resgatar a memória da opressão e da resistência mas, principalmente, para continuar o movimento de modo que os crimes cometidos pelos agentes da ditadura militar sejam objetos de justiça efetiva. Neste sentido, destacou a necessidade de reverter a interpretação da lei de anistia, uma vez que esta incluiu os que perpetraram crimes de lesa-humanidade no Brasil, neste período triste de nossa história.

Em seguida, os membros efetivos e colaboradores da Comissão fizeram a apresentação do relatório parcial das pesquisas intitulado “O movimento sindical e político sob a ditadura militar em Petrópolis: repressão e resistência”, organizado em várias partes.

Eduardo Stotz abriu com as “Palavras iniciais” a história da Comissão e apresentou as atividades de pesquisa que seriam relatadas. Assim, Roberto Schiffler Neto dedicou-se a analisar “A conjuntura política do golpe de 1964 na cidade de Petrópolis” tendo por referência principal a Revista Social. Diego Grossi examinou a “Ação política dos trabalhadores petropolitanos na conjuntura do golpe de 1964”, enquanto Glauber Montes deteve-se em compreender “O movimento



1ª Audiência Pública da CMVP. Da esquerda para a direita: Ricardo Costa, Jorge Mussel, Wanilton Costa, Eduardo Stotz e Marcos Quadros (Acervo CMVP)

sindical petropolitano frente a ditadura militar”. O caso dos lapidários, cujo sindicato sofreu intervenção em 1964 e apenas em 1984 conseguiu se reorganizar foi apresentado por João Carlos Fabre dos Reis na intervenção “O sindicato dos lapidários no contexto da ditadura militar”. Frei Rafael Teixeira abordou, no tema “Religiosos em Petrópolis: perseguição e resistência”, os católicos e as religiões afro-brasileiros. Rafane Paixão descreveu o perfil de algumas vítimas imediatas do golpe (Alencar Thomaz Gonçalves, Wagner Ennes Rodrigues e Pedro Lopes Neves) e da ditadura militar (Jana Moroni). Maria Helena considerou “A ditadura militar como a institucionalização da violação dos direitos humanos”.

Nas intervenções do público, além de Breno Moroni e Rachel Wider e outros, Enivaldo Gonçalves falou em nome dos servidores públicos que em 1979 realizaram uma greve geral e cuja associação foi proibida pela ditadura.

A audiência distinguiu-se por um momento especial – o do resgate da memória da resistência à ditadura militar em Petrópolis, por meio da entrega de documentos pesquisados e reproduzidos pela Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis aos familiares das vítimas, representados por Marcos Alves de Quadros, aos dirigentes sindicais Wanilton Reis dos Santos, dos têxteis e Jorge Luis Mussel, dos trabalhadores do vestuário e militantes do PCB, representados por Ricardo Costa.

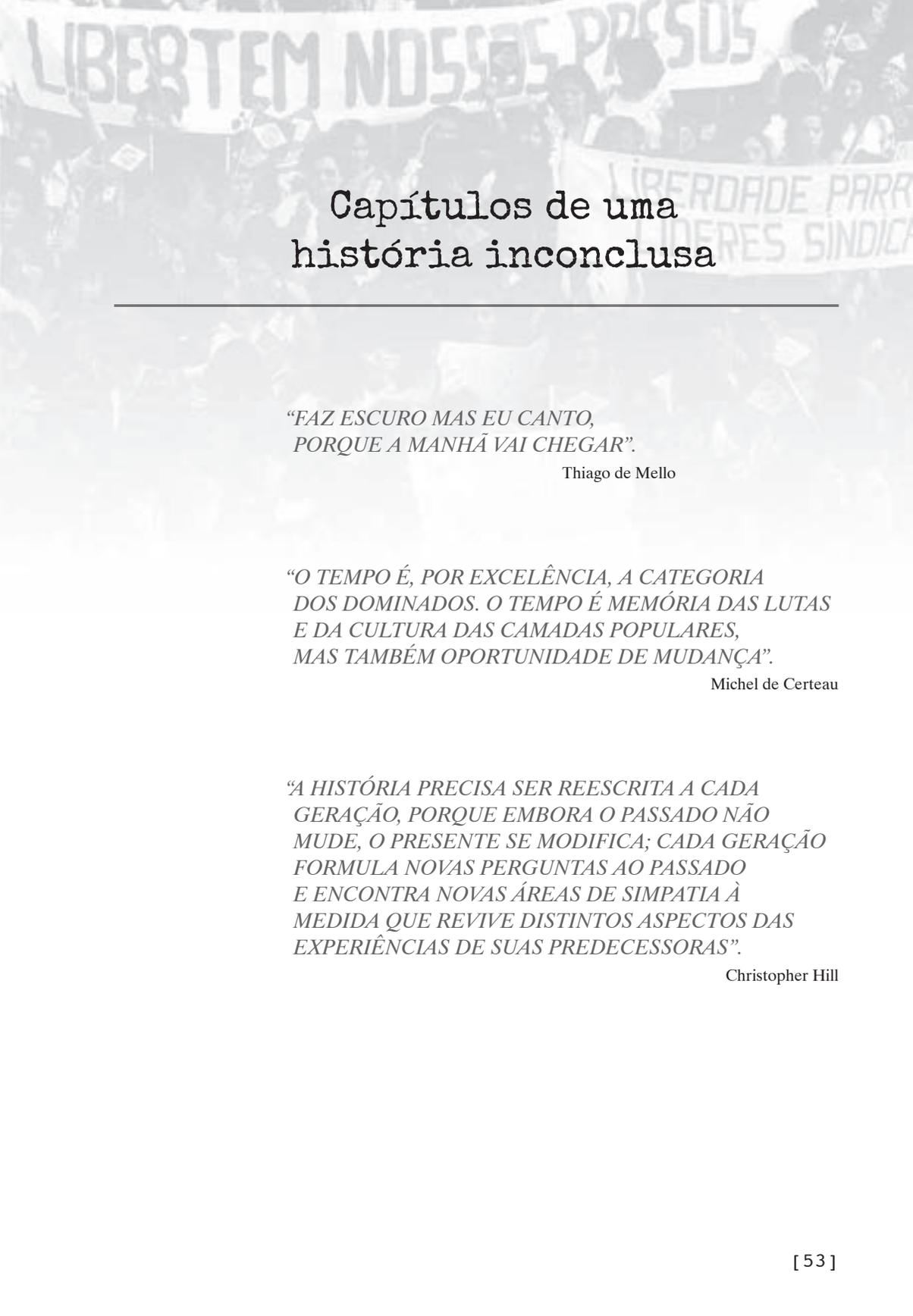
Os participantes que ficaram até o final do evento posaram para uma foto coletiva como se pode ver ao na página seguinte.

REFERÊNCIAS

- JOFFILY, Mariana. *A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos*. Dimensões, vol. 32, 2014, p. 2-28.
- LIMA, Roberto Kant de. *Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 10 (4): 65-84, 1989.
- PATRIARCA, Maria de Fátima. *Sobre a leitura de fontes policiais*. Análise Social, nº 4 e 5, 1997. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218794013U5wHP1yw1Zo18EE8.pdf>.



(Arquivo CMVP)



Capítulos de uma história inconclusa

*“FAZ ESCURO MAS EU CANTO,
PORQUE A MANHÃ VAI CHEGAR”.*

Thiago de Mello

*“O TEMPO É, POR EXCELÊNCIA, A CATEGORIA
DOS DOMINADOS. O TEMPO É MEMÓRIA DAS LUTAS
E DA CULTURA DAS CAMADAS POPULARES,
MAS TAMBÉM OPORTUNIDADE DE MUDANÇA”.*

Michel de Certeau

*“A HISTÓRIA PRECISA SER REESCRITA A CADA
GERAÇÃO, PORQUE EMBORA O PASSADO NÃO
MUDE, O PRESENTE SE MODIFICA; CADA GERAÇÃO
FORMULA NOVAS PERGUNTAS AO PASSADO
E ENCONTRA NOVAS ÁREAS DE SIMPATIA À
MEDIDA QUE REVIVE DISTINTOS ASPECTOS DAS
EXPERIÊNCIAS DE SUAS PREDECESSORAS”.*

Christopher Hill

1.

O golpe e a formação da ditadura militar (1964–1969)

Antecedentes imediatos do golpe

É importante deixar claro que a democracia no Brasil nos idos de 1964 não passava de um instrumento das oligarquias políticas, predominantemente rurais, representadas pelo Partido Social Democrático (PSD); o Partido Trabalhista Brasileiro havia sido convidado a participar como coadjuvante, representando o emergente proletariado. Uma democracia controlada pelo latifúndio num país predominantemente agrário, por meio do “voto de cabresto”. Uma democracia restrita em termos de participação eleitoral, porque a maioria absoluta da população, analfabeta, não votava. E corruptível: nas eleições proporcionais de 1962, uma parcela enorme de deputados federais fora comprada pelo “dinheiro do IBAD” repassado pela Embaixada dos Estados Unidos¹.

Não por acaso, o Congresso recusara-se a aprovar as propostas de reformas de base de Goulart. A resposta de Brizola, endossada pela Frente de Mobilização Popular, foi a de propor uma Constituinte popular. Na disputa com Brizola, seguindo uma tradição que remontava ao segundo governo de Getúlio Vargas, o presidente fez o pêndulo governamental virar rapidamente à esquerda. O comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964 pelas Reformas de Base permitiu a Goulart retomar a iniciativa política junto às massas populares.

Diante da radicalização popular – que, para apresentar uma alternativa de poder precisava contar com a participação e a experiência de multidões, num processo a ser ainda organizado – as forças do poder que articulavam o golpe acenderam o sinal vermelho e reagiram prontamente. A disposição de uma forte base de apoio para o golpe a ser desfechado apareceu na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada na cidade de São Paulo em 19 de março de 1964. Então, neste mesmo dia, o general Humberto Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, advertiu, em circular reservada aos oficiais a ele subordinados, contra a suposta “ameaça comunista” no Brasil e apontou a linha que as Forças Armadas deviam seguir:

1. IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, uma das organizações que sustentaram o movimento conspirativo iniciado em 1961 e que teve seu desfecho no golpe de 1964 (DREIFUSS, 1981).

São evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT. (...) A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura. [...] É preciso aí perseverar, sempre “dentro dos limites da lei”. Estar pronto para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral, e contra a calamidade pública a ser promovida pelo CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas.

Era o sinal de que a cúpula do Exército abandonava definitivamente o governo. O fato de Goulart não punir os marinheiros revoltados que ocuparam o sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro em 25 de março de 1964 apenas teria agravado a decisão de derrubar o governo, pelo que era entendido, entre os golpistas, como “desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas”. No dia 30, o presidente João Goulart denunciava, em discurso pronunciado em festa promovida pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, na sede do Automóvel Clube, no centro do Rio de Janeiro, a existência de uma poderosa campanha contra seu governo. Nesse mesmo dia, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) publicava nos jornais *Última Hora*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, um manifesto conclamando os sindicatos a se manterem “preparados para desfechar a greve geral em todo território nacional na defesa das liberdades democráticas e sindicais, usando todas as formas de luta que o movimento comportar, além da greve geral.” Como assinala Lucília Delgado, os sindicatos de Minas Gerais, São Paulo, Guanabara e Estado do Rio declararam-se em assembleia permanente para deflagrar, se necessário, a greve geral. (DELGADO, 1986).

A conspiração golpista e o papel de Petrópolis

A deposição de João Goulart pelo grupo militar em 1º de abril de 1964 é um processo que remonta à renúncia de Jânio Quadros e à tentativa fracassada de uma facção militar, com apoio civil, de impedir a posse de João Goulart na presidência da República, em agosto de 1961. Esse processo conspirativo, em sua articulação e trajetória foi estudado com profundidade por René Dreifuss.

Dreifuss (1981), ao pesquisar os arquivos do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), produziu uma das principais obras sobre o Golpe de 1964. É o próprio Dreifuss que diz que Petrópolis foi “um dos pontos-chave para a articulação do aspecto militar da campanha” (1981, p. 406). A condição de veraneio ou de vilegiatura para a elite carioca serviu aos propósitos dos golpistas. Dreifuss cita que diversos nomes de relevância nacional se reuniam na cidade desde 1962, buscando articular a oposição a Goulart. Entre as pessoas citadas temos: os generais

Mourão Filho, Nelson de Mello, Denys, Dutra, Kruel (algo de valor nacional, já que de acordo com a própria Comissão Nacional da Verdade, o general Kruel só teria traído Goulart nas vésperas do golpe – o que aqui se mostra inverídico) e o Almirante Heck (algumas destas desempenharam papel importante no primeiro golpe dado contra Jango quando da renúncia de Jânio Quadros). Um dos locais de encontro dos conspiradores era o apartamento do juiz Antônio Neder, localizado no Edifício Centenário, situado na Rua 16 de março, no centro de Petrópolis. (Dreifuss, 1981). Além da conspiração organizada, o historiador uruguaio cita um programa de formação de sindicalistas de direita financiado pelo IPES sob a responsabilidade do padre Carvalho e algumas atividades realizadas pelo “Re-armamento Moral”, entidade anticomunista criada sob tutela dos EUA (p. 293).

O golpe militar ou a chamada Revolução

Vista na perspectiva da luta de classes, o processo conspirativo e o golpe desfechado em 1964 expressaram a falência e a superação violenta da política de colaboração de classes tentada por Jango dentro da aliança entre o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Social Democrático.

Na linha de confronto a tal aliança e governo, o golpe expressou uma ampla aliança política que envolveu os partidos (PSD, UDN, PSP, etc.), as associações de classe de industriais, fazendeiros, banqueiros, comerciantes, a maioria da Igreja Católica e da grande imprensa. O apoio das chamadas classes médias viabilizou a “base de massa” para o sucesso do golpe que se manifestou na Marcha pela Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo em 19 de março de 1964. Organizações civis de direita, vinculadas a estas classes, atuaram como força repressiva de apoio ao golpe, com a tarefa de prender lideranças e ativistas e dismantelar as organizações de massa dos trabalhadores, a exemplo das Ligas Camponesas e dos sindicatos operários organizados em torno do Comando Geral dos Trabalhadores; dos estudantes, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs); das esquerdas no amplo espectro de organizações reformistas e revolucionárias; e também de prender as lideranças ligadas ao governo de João Goulart.

Desde o início ficou claro para a burguesia que os militares eram os mais aptos a cumprir o papel de destruir aquela aliança ao assumir imediatamente o governo. Entretanto, uma coisa é derrubar uma ordem política tida como ameaça à dominação burguesa, outra é substituí-la com suas próprias forças e sem a iniciativa política dos representantes diretos ou civis daquela classe. De um lado, a unidade do Alto Comando estava marcada por um consenso provisório entre várias facções militares e, por outro, os comandantes haviam assumido o compromisso de restabelecer a democracia mediante a prévia “limpeza” dos comunistas, “pelegos” ou “populistas”. A pressão dos representantes civis da burguesia, ávidos em retomar as rédeas do poder, obrigou o novo regime a admitir, entre 1964

e 1965, os partidos existentes à direita do espectro político e a usar a legislação vigente antes do golpe, como a Lei de Segurança Nacional de 1953 e a Constituição de 1946, emendada apenas pelo Ato Institucional nº 1.

Petrópolis entre 31 de março e 1º de abril de 1964

Petrópolis esteve situada no entorno do epicentro político do país, a cidade do Rio de Janeiro (Guanabara). O patronato e a elite política petropolitana reagiam na mesma medida que o restante das classes dominantes no resto do país. Em Petrópolis, encontravam ressonância no 1º Batalhão de Caçadores, conhecido como Batalhão D. Pedro II, para onde eram levadas acusações contra sindicalistas e aqueles considerados comunistas; mas os delatores acabavam deixando escapar o teor do que haviam contado. (Bomtempo, 2006). Se deixavam escapar era porque, provavelmente, havia quem pudesse, do próprio Batalhão, informar à Prefeitura. Possivelmente foi o caso do Major Stênio Cidade Soares, citado, aliás, como amigo no mencionado livro de Bomtempo.

O espectro da luta de classes tornara-se real no processo em que se dividia a sociedade brasileira e, dentro dela, Petrópolis. Não apenas a imprensa noticiava e se posicionava, igualmente agiam as duas emissoras de ondas curtas da cidade, a Rádio Imperial e a Rádio Difusora. A radicalização da luta atingiu seu ápice em 31 de março de 1964.

No Diário de Petrópolis de 31 de março de 1964, uma nota publicada na primeira página, sob o título “Trabalhadores em Assembléia”, informa:

Para tomada de posição ante a atual situação política do Brasil, analisar o Manifesto do CGT e assuntos gerais, vão se reunir, no Sindicato dos Têxteis, os trabalhadores de Petrópolis, convocados especialmente pela Frente de Mobilização Popular, seção de Petrópolis, que tem como presidente o vereador José Aranha. A reunião terá início às 19,30 horas, hoje, dia 31.

Entretanto, outra era a perspectiva dos partidos políticos em Petrópolis. A situação em 31 de março foi assim caracterizada por Bomtempo:

Todos estávamos meio perdidos. Mas, acostumados às turbulências da política nacional, éramos unânimes na confiança de que a rebeldia militar não iria longe. (...) Ninguém acreditava que a coisa fosse realmente para valer e que desse no que deu, obrigando-nos a sofrer 20 anos de regime autoritário. (BOMTEMPO, 2006, p.109).

Analisemos com mais detalhe os acontecimentos, pois se trata de eventos praticamente desconhecidos do público geral.

Na noite de 31 de março, tropas do 1º Batalhão de Caçadores (Batalhão Dom Pedro II) desfilaram pelas ruas de Petrópolis em direção à Estrada União e Indústria, deslocadas para enfrentar os golpistas e defender o governo Goulart.

O dia 1º de abril foi, talvez, um dos mais longos, febris e angustiantes da história contemporânea do Brasil. Enquanto as tropas do 1º Batalhão de Caçadores mantinham posição com o objetivo de paralisar a movimentação dos golpistas mineiros e aguardar a chegada do Regimento Sampaio (1º Batalhão de Infantaria Motorizada, do Rio de Janeiro), na cidade de Petrópolis dirigentes sindicais mobilizavam-se, cedo de manhã, para fazer piquetes nas fábricas, em resposta à convocação de greve geral feita pelo CGT e conclamada por nota do Conselho Sindical de Petrópolis. O mesmo ocorria em outras cidades como Niterói e Volta Redonda.

Em resposta, a Polícia Civil preparava-se para uma situação que beirava a guerra civil. De acordo com o cronista João Francisco (Jornal de Petrópolis, 10/04/64: “O Prefeito nos acontecimentos do dia 1º de abril”), o chefe de polícia da cidade tinha ordens expressas do secretário de segurança do estado, Herval Basílio, para não reprimir os piquetes.

É notável, contudo, o despreparo técnico das forças militares e policiais: as primeiras, deslocadas em ônibus requisitados à viação Única, e as últimas, que requisitaram armas e munições ao comércio local.

O 1º BC permaneceu próximo à divisa entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, até o dia 1º de abril às 16:30 horas, quando recebeu ordens de voltar (Diário de Petrópolis, 03.04.1964: “Petrópolis está de parabéns pela bravura de seus filhos”). O fato de ter-se mantido firme na defesa do governo Goulart, até receber ordens do 1º Exército de retornar a Petrópolis, acarretou a exoneração do tenente-coronel Kerensky Túlio Mota do comando, sendo substituído pelo coronel Antônio Ferreira Marques, que havia servido no governo da Guanabara.

A notícia “Cumpriu ordens o Primeiro de Caçadores”, publicada no Jornal de Petrópolis na mesma data, é mais detalhada:

Disse o comandante da unidade da Presidência, que o 1º B.C., Batalhão Pedro II, não aderiu às tropas mineiras com as quais manteve contato nos limites de Minas Gerais, uma vez que cumpriu as ordens emanadas de seus superiores do I Exército, e que consistiam na missão de obstacular a passagem das forças rebeldes, até que chegasse o contingente do 1º R. I. (...) Quando o comandante do 1º R. I. chegou à região e confessou-lhe que sua tropa viera para aderir, ele – comandante do 1º B. C. – permaneceu entre os contingentes daquela tropa e as dos mineiros, até a ordem de retorno a Petrópolis.

A propósito do batalhão não ter aderido, Célio Salim Thomaz, em sua coluna “Na Sociedade” publicada no Jornal de Petrópolis de 04.04.1964 apresenta outra visão dos eventos:

Segundo uma fonte fidedigna o que realmente aconteceu foi o seguinte. Em Areal chegou a notícia que tropas haviam aderido aos rebeldes. Foi aí que o capitão Vassimon e capitão Borges com mais dois agrupamentos resolveram passar para outro lado. O tenente coronel Kerensky Túlio Motta, major Stênio Cidade, tenente Euclides e tenente Sarmento resolveram permanecer com seus agrupamentos não fazendo resistência para aqueles que se rebelaram. (...) Positivamente que ten^o cel Kerensky Túlio Motta com a maioria dos seus comandados não aderiram e ficaram firmes nas suas posições obedecendo as ordens que tinham recebido do 1^o Exército.

Enquanto se desenrolavam tais episódios envolvendo as forças militares, do lado da delegacia de polícia ocorria uma movimentação no sentido de requisitar armas, mas principalmente munição, nas lojas de material de caça J. Varanda e A Fauna. Meses depois, o escrivão Maurício de Figueiredo comunicava ao delegado de Petrópolis “que, em 1^o de abril deste ano (dia da Revolução), foram trazidos para esta D. P., armas e munições de diversos calibres que se encontravam nos estabelecimentos comerciais (...)”. Informava ter feito uma relação do material, auxiliado neste serviço pelo comissário Sylvio de Carvalho. Anexava uma relação dos funcionários da delegacia que apanharam munição com compromisso de pagar na casa de origem. Nesta relação consta que o investigador Wilson Madeira havia requisitado um revólver calibre 38, mas seu nome está riscado e o de João Alves Pereira, então adjunto da PPS (Polícia Política e Social), está anotado à mão e consta que pegou uma caixa de 20 e outra de 25 balas, respectivamente. (Arquivo Histórico do Museu Imperial. Acervo da 67^a D.P. Pasta de 1964, Caixa 2).

Possivelmente Wilson Madeira, chefe da polícia política (era vinculado à DOPS de Niterói), dispunha de um pequeno arsenal de armas e de munição. Tanto é que, no dia 2 de abril, orientou seu filho, Marcos, a entregar pelo menos dez armas para uma pessoa que as guardaria no Palácio do Governo Estadual, no Valparaíso (Mensagem de Marcos Madeira ao autor, datada de 25.03.2018).

A mobilização da polícia civil provavelmente respondia à expectativa de que, se houvesse resistência nas Forças Armadas, a greve geral anunciada em 31 de março tomaria vulto, para além da paralisação da maioria das fábricas de tecidos. Licínio de Souza Raposo, em seu depoimento, informa que, após a reunião no sindicato dos têxteis realizada em 31 de março, que decidira pela paralisação geral no dia 1^o de abril, ele acompanhou Romão, Aranha e Pedro Lopes Neves ao jornal Diário de Petrópolis, onde, com apoio de um funcionário, conseguiram publicar nota conclamando à greve. (APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Alcebíades de Araujo Romão).

O movimento de fato aconteceu sob a forma de grandes piquetes, como assinala o termo de declarações de Eduardo Pomin, industrial, ao ter-se deparado, no dia 1^o de abril, com o piquete que parou a fábrica de sua propriedade (APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Alcebíades de Araujo Romão). Apesar da declaração de Hercílio Soares de Rezende à polícia apontar para uma passeata (APERJ. Pol-Pol. Prontuá-

Aos Trabalhadores de Petrópolis

O CONSELHO SINDICAL DE PETRÓPOLIS, acatando a decisão do COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES, comunica a todos os trabalhadores petropolitano que, em face do atentado contra as Instituições Democráticas, praticado por reacionários inimigos do povo, ocorrido no Estado de Minas Gerais, e os atos de vandalismo praticados pelo Governo da Guanabara ao prenderem e violentarem trabalhadores daquele Estado, numa verdadeira e acinosa provocação às forças vivas da Nação, os trabalhadores NÃO DEVERÃO COMPARECER AO TRABALHO, hoje, procurando as sedes dos sindicatos de classe, para a ASSEMBLEIA GERAL das 8 horas, para se discutirem da situação em que os inimigos do Brasil procuram deter a marcha pacífica do progresso através as REFORMAS DE BASE, preconizadas pelo PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DR. JOÃO GOULART.

NOSSA PALAVRA É
ORDEM e LIBERDADE,
CONTRA A GUERRA CIVIL!
(a) JOSÉ NICOLAU BRAZ — Vice-Presidente do Conselho.

Diário de Petrópolis, 01.04.1964

rio de Hercílio Soares de Rezende), cujo percurso teria começado numa lapidação da Rua Visconde de Bom Retiro e se dirigido em seguida às fábricas Dona Isabel e Aurora, “dissolvendo-se cerca das cinco da tarde”, Saul Alves de Quadros, em suas declarações, menciona o uso do caminhão de sua propriedade e que, na parte da tarde, conduziu diversos operários tendo em vista a paralisação da Fábrica de Papel (localizada no bairro do Itamarati). Walter Kuhn de Amorim, por sua vez, refere-se à paralisação da Fábrica São Pedro de Alcântara (APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Alcebíades de Araujo Romão).

Vale citar o testemunho de Maria Alves de Quadros, apoiada em seu relato pelos irmãos João e Marcos Alves de Quadros:

Mas eles (os sindicatos) começaram a preparar a greve... e principalmente os ferroviários, porque os ferroviários aqui, eles eram praticamente os líderes, eles é que organizavam, entendeu?...os têxteis também (...) eram fortes, só que (...) a massa que levava, os mais inflamados eram os ferroviários, né? (...) No dia primeiro eles já começaram os piquetes pela manhã, cedo. Já ninguém mais entrou nas fábricas, né, porque eles já estavam paralisando tudo. E a polícia “em cima”, para pegar quem é que estava organizando. (...) Praticamente todas (as fábricas) aderiram. (...) A polícia “em cima”, só que nesse momento eles estavam observando pra ver os que estavam organizando. E nesse ponto realmente meu irmão (Saul), né? E nós tínhamos o caminhão que realmente fez aquela coisa de levar líderes de um lado pro outro, e fechar as fábricas. (...) Claro, eles (os policiais) conheciam o carro do meu pai (...). Ford-600. (CMVP, entrevista realizada em 11 de junho de 2016).

A paralisação na Companhia Petropolitana teria ocorrido de outra forma. De acordo com depoimento de Paulo Pedro Toraldo, presidente do Sindicato dos Têxteis de Cascatinha, ele, no dia 31 de março, seguira ordem do CGT de paralisação geral das fábricas, e para isso, teria conversado com o gerente da Companhia, tendo a fábrica funcionado até às 23 horas, encerrando então todos os serviços e fechando os portões. O mesmo gerente, o inglês Penn C. Menhinick, apresentou outra versão dos fatos à polícia: o sindicalista havia telefonado às qua-

tro horas da manhã com a advertência de que, por ordem do CGT, a fábrica não funcionaria; que Toraldo impediu a entrada do foguista cuja tarefa era acionar o apito da fábrica e que ele e um grupo amarraram os portões da fábrica (APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Pedro Paulo Toraldo).

Tudo indica que a ação do piquete de paralisação foi concluída à tarde. Neste período, de acordo com as memórias de Bomtempo (2006), dada a gravidade da situação nacional, o prefeito Flávio Castrioto convocou vereadores, sindicalistas e representantes das classes patronais para uma reunião no seu gabinete no período da tarde.

É importante destacar, com base em notícia divulgada no Jornal de Petrópolis no dia 2 de abril de 1964, as diferenças de posição entre os sindicalistas e os políticos no dia anterior, quando havia esperança de resistência. O Conselho Sindical, presente na reunião, leu a nota que o prefeito não quis assinar, na qual se propunha: a paralisação geral de todas as atividades industriais; a manutenção dos serviços públicos essenciais e do comércio de gêneros, inclusive farmácias, leiterias e padarias, em pleno funcionamento; a integração de todos os meios de comunicação numa cadeia nacional da legalidade – plano a ser executado por uma comissão dos sindicatos em conjunto com a Prefeitura e a Câmara dos Vereadores.

Alguns pontos da nota do Conselho merecem destaque: em primeiro lugar, apesar de se colocarem a reboque do governo municipal do ponto de vista do encaminhamento das medidas propostas, os dirigentes sindicais propunham a greve geral em defesa do governo de Goulart e contra o golpe, mas neste aspecto se distinguiram da orientação do CGT para quem a paralisação deveria afetar apenas os transportes públicos. A nota sugere o entendimento de que se tratava de um equívoco, uma vez que impediria a mobilização dos operários.

Em contraposição, a nota de Castrioto publicada no Jornal de Petrópolis de 02.04.64, sob o título “Comunicado ao povo” – que, aliás, vem ao lado da manifestação do Conselho Sindical –, apesar de mencionar “a totalidade dos Sindicatos de Trabalhadores de Petrópolis”, não contém nenhuma assinatura destas organizações. A diferença de conteúdo é clara: o governo assume um plano para garantir a tranquilidade da população.

Ao recusar-se a assinar a nota do movimento sindical, Castrioto teria assumido uma posição “firme”, “serena” e “equilibrada” para evitar “baderna e agitação nas ruas”, de acordo com o cronista Celio S. Thomaz (Jornal de Petrópolis, 7.04.1964), e atuado “em favor da ordem e da tranquilidade da família petropolitana”, conforme manifesto da Associação Comercial e Industrial de Petrópolis publicada no mesmo jornal em 14 de abril de 1964.



Um balanço da derrota sem luta frente ao golpe militar

Um historiador conservador, mas não reacionário, como Hélio Silva, posicionado como um “castelista” diante da ditadura militar, deixou patente em sua obra de conclusão do último volume de sua História da República Brasileira, consagrada aos governos militares, a falácia de do movimento militar ser um “contragolpe”:

Sob a ameaça de um golpe em potencial armara-se um contragolpe em que se reuniram as Forças Armadas, no combate ao comunismo e, principalmente, à quebra da disciplina militar. [...] A vitória do movimento revolucionário evidenciou, desde logo, que Jango não tinha estruturado forças populares em dispositivos militares capazes de operar o golpe propalado para o 1º de Maio, com a implantação de uma República Sindicalista. [...] Desde logo, porém, prevalecera a intenção de conservar a face externa de um país regido pela Constituição. Os vencidos, presos ou foragidos, não preocupavam os vencedores. Houve, evidentemente, uma preocupação em não impedir a saída de figuras marcadas, como João Goulart e Leonel Brizola, ou a despreocupação de não retê-los no país. [...] Não havia, conseqüentemente, o perigo de uma reação. Urgia, porém, pôr a casa em ordem e disciplinar as hostes vitoriosas, enquadrando seus chefes em novo dispositivo militar, o que ditaria as normas não, apenas, aos vencidos, mas, também, aos vencedores, o que era bem mais difícil. (SILVA e CARNEIRO, 1975, p. 29-31).

Vejamos agora, a análise da derrota vista pelos vencidos, na perspectiva da esquerda. Nesta, o traço mais dramático diante do golpe militar foi a derrota sem luta. Um dos poucos a tentar, com Marighella, a resistência armada ao golpe, Apolônio de Carvalho, combatente das Brigadas Internacionais durante a Guerra Civil Espanhola, dirigente do PCB responsável pela formação dos quadros e assistente do Comitê Municipal do partido em Petrópolis, apresenta no livro *Vale a pena sonhar*, as razões da derrota sem luta em abril de 1964, explicando porque o golpe militar não encontrou a resistência dos trabalhadores e atribui a responsabilidade ao Comitê Central do PCB. Transcrevemos aqui trechos para apresentar um balanço do golpe militar do ponto de vista da esquerda:

Apesar do ascenso sem precedentes do movimento popular e da permanente agitação golpista nos quartéis, na imprensa e junto à população, o PCB não se preparara – e não mobilizara o movimento popular para fazer frente ao golpe conservador. Alimentava a ilusão de que o exército estaria conosco. Tudo dependia, assim, do governo Goulart e de seu dispositivo militar. As ilusões de classe pairavam sobre a esquerda que, até o último lance, acreditaria nas mentiras oficiais. (CARVALHO, 1997, p. 186).

Logo nas primeiras semanas após o golpe militar um “Esquema para discussão”, de iniciativa dos mais ativos membros da comissão executiva – Mário Alves, Marighella, Jover Teles –, fora elaborado e começara a ser levado às bases.² Nele se considerava que a orientação política anterior desarmara a organização, deixando de preparar o movimento popular para responder ao golpe, e permitindo ainda que a direção política do movimento permanecesse nas mãos dos demais setores nacionalistas e democráticos. (Idem, p.195).

A “institucionalização” da ditadura militar

Para entender os crimes e graves violações de direitos humanos cometidos pelos representantes do golpe militar em Petrópolis, precisamos delinear, em breves linhas, a orientação política por eles seguida, procedente do comando das Forças Armadas.

O golpe que depôs João Goulart e instaurou a mais longa ditadura de nossa história, justificado pela ameaça da “comunização” do Brasil, tinha por objetivo a “reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil”. Assim está escrito no Ato Institucional nº 1 (AI-1), de 9 de abril de 1964. Mais especificamente, a política governamental em todas suas esferas de ação precisa ser entendida à luz da chamada “institucionalização” do movimento golpista – autointitulado “revolucionário” – que caracterizou a fase de instalação da ditadura militar entre 1964 e 1969.

O termo institucionalização é da primeira lavra ditatorial, a saber, do Ato Institucional nº 1. Tem o significado de uma limitação à ditadura então implantada. Quer dizer, a Constituição de 1946 continuava a ter vigência; mediante a divisão de poderes, o exercício de direitos individuais e sociais e o Congresso continuavam a funcionar.

Apresentado como uma “revolução”, o movimento armado ou o golpe militar que acabara de depor violentamente o governo, não reivindicava para si nenhuma legitimidade popular ou democrática: “... a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação (BRASIL, 1964)”.

O golpe apresentou-se como um poder constituinte, a se autolegitimar por seus objetivos econômicos e pelas exigências implícitas de assegurar politicamente um aumento brutal na taxa de exploração da força de trabalho. O alcance de tais objetivos somente seria viável com a deposição do governo “que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País”. A linguagem truculenta do Ato é típica de uma mentalidade militar informada juridicamente de modo muito raso.

Interessante registrar aqui a opinião de João Goulart em pronunciamento feito num jornal uruguaio na véspera do AI-1. Contrapondo-se às críticas feitas pelos militares golpistas, em declaração para o jornal El Debate, de Montevidéu, afirmou: “Minhas reformas, em seu espírito e seu texto, por seu sentido e significado

2. Apolônio refere-se à primeira reunião do Comitê Central, em 15 de maio de 1965.

prático, eram reformas que impediriam justamente o avanço comunista.” (Correio da Manhã, 8 de abril de 1964: “JG diz que reformas evitariam comunismo”).

Como se perceberá adiante, a aceitação formal da Constituição de 1946 não impediu que ela fosse rasgada continuamente no capítulo dos direitos e garantias individuais, no princípio da irretroatividade da lei e da autonomia dos poderes da República.

A ditadura militar procurou manter uma fachada democrática, uma forma limitada de democracia representativa, subordinada à tutela militar. As razões desta “institucionalização” devem-se principalmente à compreensão de que era necessário canalizar politicamente as contradições sociais e, subsidiariamente, preservar a imagem internacional do país. Mas a natureza do regime implantado pelo golpe militar como um governo acima das classes, inclusive dos interesses da própria burguesia a quem suas ações serviriam, ou seja, como uma ditadura aberta e indireta daquela classe, estava evidente desde o começo e se fortaleceria. Mais uma vez lançamos mão do insuspeito historiador Hélio Silva. Referindo-se à sucessão militar da escolha da presidência da República, no arranjo entre Castelo e Costa e Silva no começo de 1967, observa:

A continuidade política do movimento de 1964, dessa forma, mostrava depender cada vez mais dos atritos e acordos entre as correntes militares e cada vez menos do jogo político-partidário. Com o tempo, essa tendência, acabaria se reforçando e se impondo. (SILVA e CARNEIRO, 1975, p. 79).

A repressão em Petrópolis

De acordo com as informações disponíveis no acervo da polícia política, as prisões começaram no dia 3 de abril. Provavelmente o dia foi anterior foi dedicado ao planejamento operacional das forças da repressão, a saber, o 1º Batalhão de Caçadores, sob o comando do coronel Antônio Ferreira Marques, com a delegação da função repressiva ao capitão Edir Vassimon; a Delegacia de Polícia de Petrópolis, sob a chefia de Oriovaldo de Almeida Serra e a atuação do comissário Wilson Madeira enquanto representante da DOPS-Niterói; e, finalmente, a Rádio Patrulha, chefiada por Sylvio Carvalho da Silva.

Assim, as prisões, que começaram em 3 de abril de 1964, se prolongaram até meados de 1966, atingindo mais de uma centena de dirigentes e ativistas sindicais, vereadores vinculados à classe trabalhadora e lideranças de esquerda (Partido Socialista Brasileiro – PSB, Partido Comunista Brasileiro – PCB e Grupos dos Onze).

Para causar repercussão política na cidade, o tenente-coronel Antônio Ferreira Marques mandou tropas do 1º BC cercar o edifício onde funcionava o escritório de contabilidade de Floreal Garcia e prender o suposto membro do Comitê Municipal do PCB, figura de expressão pública em Petrópolis.

O 1º BC também fez intervenção no Sindicato dos Ferroviários para apreender a documentação existente (“material subversivo”) e comandou outras prisões, como divulgado no Diário de Petrópolis, de 04.04.64:



A notícia das prisões é parcialmente verdadeira, pois dois dos supostos presos, Alcebiades de Araujo Romão e Saturnino da Silva, estavam foragidos. Enquanto o primeiro nunca foi localizado, o último, delegado sindical do sindicato dos ferroviários em Petrópolis, teria retornado à sua residência duas semanas depois, quando foi capturado.³

O Jornal de Petrópolis de 04.04.64, sob o título “Polícia do Exército fez diligências e prisões em Petrópolis”, faz referência a numerosas prisões que continuavam até altas horas da noite, sendo os detidos “conduzidos à Delegacia de Polícia, onde ficaram à disposição do 1º Batalhão de Caçadores.”

Testemunho de um antigo operário, cujo nome tem de ser mantido sob sigilo, relatou a um colaborador da CMVP, em 18 de agosto de 2016, o que viu no período em que ele próprio e vários companheiros da Companhia Petropolitana de Tecidos, “apanhados na fábrica” na ambulância do sindicato, estiveram presos por 15 dias, incomunicáveis no 1º BC. Lá assistiu a cena de agressão a Saturnino da Silva.⁴ Porém disse não ter sido vítima de tortura: “Foram exigentes comigo. Queriam saber quem era comunista.” O interrogatório foi conduzido pelo capitão (Edir) Vassimon⁵

Memórias de José Maciel Neto, diretor da Companhia Petropolitana na época, recolhidas por Wilma Borsato Costa, confirmam as prisões dos dirigentes sindicais de Cascatinha. Menciona a intervenção no sindicato e a ocorrência de prisões de sindicalistas imediatamente após o golpe militar de 1964, citando o nome de Paulo Toraldo, e que ele próprio quase foi preso por impedir prisões dentro da fábrica. Informa que advogados da empresa foram ao quartel para defender os líderes sindicais e que a diretoria da empresa procurou a mediação do general Cordeiro de Farias, então no Ministério do Interior sob o governo de Castelo Branco. (COSTA, 2016).

3. Informação de Bomtempo (2006, p. 112). Num dos boletins de preso consta a data de 16.04.64; noutra, 22.04.64.

4. Supomos que Saturnino tenha ficado preso no Batalhão por conta do Inquérito Policial Militar (IPM) da Estrada de Ferro Leopoldina, empresa estatal.

5. Informação sobre o primeiro nome constante em Bomtempo (2006, p.111).



Vista da Fábrica Nova da Companhia Petropolitana a partir da Estrada da Saudade em 2004 (Acervo de Eduardo Stotz)

Outro nome a ser destacado é o de Alencar Thomaz Gonçalves, presidente do Sindicato dos Têxteis do 1º Distrito. Imediatamente após o dia 2 de abril, sabendo ser um alvo da repressão, refugiou-se na casa de um parente, na localidade do Itamarati. O endereço registrado no boletim de preso datado de 22 de abril de 1964 é o desta localidade, sugerindo uma denúncia, talvez de um desafeto dentro do próprio sindicato. Numa das versões do boletim, consta a anotação de uma ordem enviada do 1º BC, de que ele deveria ficar incomunicável. (APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Alencar Thomaz Gonçalves). Permaneceria no “xadrez” até junho de 1964. De acordo com testemunho de Pedetrina de Araújo Fernandes, prestado na 1ª Jornada pela Memória, Verdade e Justiça de Petrópolis, realizada em 12.09.2015 na Câmara dos Vereadores de Petrópolis, Alencar teria sido enviado antes a Niterói, onde foi barbaramente torturado.

Bomtempo destaca, em suas memórias:

Uma parte dessas prisões foi feita na ambulância do Sindicato dos Têxteis, confiscada pela repressão. Ao lado do motorista, o policial-jornalista Wilson Madeira ia até a casa dos ativistas e lhes dava voz de prisão. Muitos ferroviários ligados ao sindicato foram para a cadeia, assim como têxteis e trabalhadores de outras categorias. (BOMTEMPO, 2006, p.110).

A repressão era articulada localmente entre o DOPS, como setor da polícia civil local (a 67ª DP), o 1º Batalhão de Caçadores (Batalhão Pedro II) e o apoio da Rádio

Patrulha com a 3ª Vara Criminal, mantendo tal estrutura um vínculo de comando da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e encaminhamento processual junto a 1ª Auditoria Militar da 1ª Circunscrição Judiciária Militar.

Ainda no dia 3 de abril, a imprensa noticiava a substituição do tenente-coronel Kerensky Túlio Mota no comando do 1º BC pelo tenente-coronel Antônio Ferreira Marques. A troca de comando devia-se, como afirmamos, ao fato de Kerensky ter agido em favor da legalidade, na defesa do governo de Goulart contra a rebelião liderada por Olympio Mourão. Posteriormente, Kerensky foi reformado compulsoriamente no posto. O mesmo se passou em todo o país, incluindo a prisão e tortura de sargentos, cabos e mesmo de altos oficiais, como a do Almirante Aragão, que perdeu um olho nesse processo que, no caso dele, durou quatro meses. Crézio Chavez, um fuzileiro naval que tinha uma relação de amizade com o almirante, foi também vítima de tortura, conforme testemunho por ele prestado à CMVP, em 10 de janeiro de 2017.

A nova ordem se apresentava como uma “revolução” contra a democracia representativa “conspurada” pelos interesses dos trabalhadores – e, de fato, tal justificativa se fazia necessária para declarar nula toda a ordem política e jurídica vigente até a véspera e fazer proceder das próprias Forças Armadas o poder de instituir e aplicar novas leis ou “poder instituinte automeado”, como expressa o Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.

A onda repressiva ganhou espaço na imprensa petropolitana nos primeiros dias de abril, em meio à euforia dos vitoriosos e o medo dos derrotados. O contraste com a situação dos derrotados foi a comemoração dos vencedores, quando do retorno das tropas mineiras vindas da Guanabara, de passagem por Petrópolis. O “povo petropolitano” estava supostamente representado por uma “Comissão de Senhoras que idealizou e realizaram a Marcha da Democracia, com Deus e pela Liberdade, autoridades civis, militares e eclesiásticas, além de contingentes de alunos de todas as classes”. (Diário de Petrópolis, 08.04.64: Gal. Murici alvo de grande manifestação.)

As prisões aconteciam num clima de perseguições e de denúncias, como assinalava o cronista Célio S. Thomaz na coluna “Na Sociedade” do Jornal de Petrópolis na edição de 8 de abril de 1964:

Temos a lamentar a onda de boatos que está se registrando nos últimos dias. Histórias fictícias e prisões são espalhadas para confundir a nossa população. É necessário que isso acabe para tranquilizar a todos, pois o povo brasileiro necessita de paz para trabalhar e produzir. (JORNAL de PETRÓPOLIS, 8 de abril de 1964).

Logo abaixo desse comentário, noticiava-se a prisão de João Pinheiro Netto, dirigente da Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA), no Parque São Vicente, em Petrópolis, graças à denúncia de uma senhora da alta sociedade petropolitana.

O clima de perseguição aos comunistas, estimulado pelas novas autoridades, levou a “excessos” tais que motivou o delegado fazer as seguintes declarações à imprensa:

O delegado Oriovaldo Serra, amigo do povo petropolitano e também homem avesso à violência, deseja agir dentro da lei, mas acima de tudo, dentro dos princípios de justiça. Daí apelar para que só se façam denúncias de comunistas comprovados, pois tem observado que um espírito de vingança e de maldade reprovável está movendo certos denunciadores. (DIÁRIO de PETRÓPOLIS, 11.04.64: “Delegado apela que só façam denúncias comprovadas”).

Ora, a comprovação cabia à polícia. No mais não passava de denúncias contra inquilinos, desafetos pessoais a ponto de mentir sobre a ideologia dos denunciadores, vangloriar-se, pura e simplesmente. Lembranças de conflitos do passado voltavam como denúncias, como a registrada pelo chefe do DOPS, Wilson Madeira, em resposta a um pedido de busca, datado de 02 de junho de 1965 e que aqui transcrevemos na grafia original:

O Sr. Victor Lourenço Pelegre, residente em Cascatinha, 2º Distrito de Petrópolis, é antigo militante da extinta Ação Integralista Brasileira, e durante os primeiros dias da revolução, compareceu ao Setor do DOPS, acusando o Sr. Manoel Bernardo, de possuir a listas dos elementos anticomunistas que seriam fuzilados, alegando também estar seu nome incluído. Entretanto, convidado a prestar Declarações em Cartório, não compareceu. (APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Alencar Thomaz Gonçalves).

Obviamente, o noticiário da imprensa mantinha o clima da sanha anticomunista, dentro da “Operação Limpeza” promovida pelo novo comando das Forças Armadas. No dia 7 de abril, por exemplo, o Jornal de Petrópolis estampava no alto da primeira página a informação: “Novas prisões realizadas” e, abaixo, a matéria “As forças mineiras do general Murici foram ovacionadas”.

Conforme a matéria, as novas prisões teriam ocorrido dois dias antes, por ordens da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, e os detidos encaminhados “diretamente” ao DOPS em Niterói.

A notícia sobre as novas prisões representava, publicamente, o ato repressivo de maior impacto na cidade. No dia 5 de abril, o comissário Sylvio de Carvalho prendia o vereador José de Araujo Aranha e, na data, encaminhava-o a Niterói. A confirmação da prisão foi dada pela polícia a Antônio Martins de Souza, presidente da Câmara, em ofício datado de 17 de abril de 1964. Neste, o delegado Serra informava ter sido o vereador “preso nesta cidade em virtude de determinação expressa do Tenente Coronel Hugo de Sá Campelo Filho, secretário de Segurança Pública deste Estado, a cuja disposição se encontra”. Ou seja, encontrava-se preso no DOPS de Niterói.

A cassação dos mandatos dos vereadores do PSB

Não bastava, contudo a prisão. Era necessário excluir politicamente Aranha, a representação dos trabalhadores e o PSB. E conseguir tal intento como um ato da Câmara dos Vereadores, cassando-os politicamente.

A imprensa petropolitana noticiou a apresentação, debate e votação de projeto de cassação do mandato do vereador José de Araujo Aranha e dos suplentes de sua legenda, o Partido Socialista Brasileiro. O processo tomou um caráter público na cassação dos mandatos dos vereadores, promovida pela mesa-diretora da Câmara Municipal entre 17 de abril e 3 de maio de 1964, estando os cassados na condição de presos ou foragidos. Ou seja, sem defesa. A instrução do processo teve informações encaminhadas pela polícia política sem provas materiais.

A situação de um dos suplentes do PSB esclarecida pouco depois, demonstrava de maneira clara e insofismável, a equivalência entre movimento sindical ou operário e subversão que pautava a posição dos membros do movimento golpista e do novo regime. Em 23 de abril, por meio do ofício 191/64, o delegado Serra respondia ao ofício 342/64 da Câmara, informando que

o cidadão Manoel José Leal Ferreira no momento se encontra recolhido para averiguações, tendo em vista haver participado de vários movimentos de agitação grevistas e, conseqüentemente, subversivas. (ARQUIVO da CÂMARA dos VEREADORES. Documentação complementar, 1964).

No decorrer do mês de abril de 1964, o presidente da Câmara dos Vereadores pedia informações sigilosas sobre o paradeiro e a situação daqueles que sabia estarem presos. Mas o fazia para preparar a cassação de seus mandatos e suplências. O processo foi encaminhado pela Comissão Executiva da Câmara por meio do projeto de Resolução nº 220/64, assinado em 24 de abril de 1964 por Antônio Martins de Souza (Presidente da Câmara), Vicente Siqueira Barreto (Partido Democrata Cristão), autor, e Roberto Francisco (Partido Trabalhista Brasileiro), relator. Deve-se registrar que a cassação, realizada no dia 3 de maio, teve a unanimidade dos votos dos presentes e justificativa favorável à mesma por parte dos vereadores ausentes.⁶

Vale registrar o projeto de resolução na sua íntegra ao lado.

Com base na Lei de Segurança Nacional e no Regimento Interno da Câmara, o documento do Projeto de Resolução aponta os nomes daqueles que (presos, sem direito de defesa, ressaltemos) teriam posteriormente seus mandatos e direitos políticos cassados: o vereador **José de Araújo Aranha**, os suplentes de vereador **Francisco Guimarães Ximenes**, **Saturnino da Silva**, **Saul Alves de Quadros**, **Alencar Thomaz Gonçalves**, **Rubens de Oliveira Xavier**. O nome de **Manoel Bernardo** está rasurado. Inclui-se ainda a suspensão do suplente de vereador **Manoel**

6. O papel assumido pela Câmara Municipal de Petrópolis naquele momento não constituiu uma exceção no país. (Delgado, 2011). Ver também o Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Macaé (2016).



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Projeto de Resolução
Número 220
Data 24 ABR 1964

LIDO

Em 24/4/64
1.º SECRETÁRIO

Dispõe sobre cassação de mandato de vereador e das outras providências.

Art. 1 - Fica cassado, com fundamento na Lei de Segurança Nacional e no Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, o mandato do vereador José de Araújo Araujo.

Art. 2 - Ficam igualmente cassados, pelos mesmos fundamentos legais, os mandatos dos suplentes de vereador Francisco Guimarães Ximenes, Saturnino da Silva, Saul Alves Quadros, Alencar Thomaz Gonçalves, Rubens de Oliveira Xavier ~~XXXXXX~~

Art. 3 - Fica suspenso o mandato de vereador do suplente Manoel Maria Leal Ferreira, até ulterior deliberação, por parte dos Poderes Competentes, ressalvadas as agravantes, atenuantes e outras definições jurídico-constitucionais.

Art. 4 - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

S.S., em 24.4.64.

Vereador Roberto
Comissão Executiva nº 4/64
Antônio Horta

Vicente Siqueira Barreto

Vicente Siqueira Barreto

Câmara Municipal de Petrópolis
APROVADO

31/5/64
Antônio Horta
Presidente

Proj. 220
Resoluções

Projeto de Resolução nº 220/64, de 24 de abril de 1964

Maria Leal Ferreira. Todos do Partido Socialista Brasileiro. (Arquivo da Câmara dos Vereadores. Documentação complementar, 1964b).

Na sessão extraordinária da Câmara realizada no dia 24 de abril de 1964, o vereador Vicente Siqueira Barreto afirma que aquela fora convocada “a fim de ensejar ao Legislativo a oportunidade de apreciar a situação do vereador José de Araujo Aranha, consoante às informações respectivas prestadas pela Delegacia de Polícia, e cassar-lhe o mandato se necessário”.

Extremamente tumultuada pelas acusações de “comunistas, de mentirosos de irresponsáveis, etc.”, trocadas entre os vereadores, conforme consta na edição do Diário de Petrópolis de 15 de abril de 1964, a sessão extraordinária concluiu sem o objetivo pretendido pelos vereadores Vicente Siqueira Barreto, Paulo Machado Costa e Silva, Claudionor Pereira da Silva, Roberto Francisco, Eugênio Prata, Nelson Vieira da Costa e Decio Nicolay, que a haviam convocado quatro dias antes. A divisão entre a posição de julgamento sumário, proposta por este grupo, e a posição questionadora de outro, no qual estavam João Esio Caldara, Teofilo Faraco, José de Oliveira Costa e Altino Barbosa de Sousa, em favor do direito de defesa dos acusados, da necessidade de parecer conforme exigência regimental e do caráter insuficiente dos ofícios e informações verbais das autoridades, foi superada, depois de sucessiva prorrogação da sessão até as 23:25 horas, pelo acordo de todos em dar vistas ao Projeto por cinco dias, havendo inclusive mudanças de posição no primeiro grupo.

Um aspecto importante é a menção do vereador João Ferreira de Castro à carta de Althayr Neumann Aranha, esposa do vereador, enviada à Câmara em defesa de seu esposo, com críticas ao processo. Pela relevância da carta, apresentamos uma transcrição da mesma, devido à perda de definição do texto original, datilografado:

*“Câmara dos Vereadores de Petrópolis
Protocolo da Secretaria
Recebido em 20/4/64,
Nº 0210*

Ilmo Sr. Antonio Martins de Souza

Muito estranhei nota publicada no JORNAL DE PETRÓPOLIS, datada de 18 de abril de 1964, e que foi endereçada também a Vossa Excelência.

O Sr. delegado de Petrópolis, Sr. ORIOVALDO DE ALMEIDA SERRA, fez uma acusação a um nobre membro desta casa, apoiado apenas em um papel convite, que em seu teor nada tem de subversivo, feito por uma entidade de classe, que não é a mesma do referido edil, não lhe cabendo por este motivo nenhuma responsabilidade; tentando o Sr. Delegado com esta acusação, atirar lama ao nome do Honrado Vereador JOSÉ DE ARAUJO ARANHA. Fazendo uma declaração dessa natureza, afirmando aquilo que nem as Forças Armadas de nossa terra podem fazê-lo presentemente.

Encontrando-se o nobre vereador detido, até o momento não prestou qualquer declaração ficando assim as Autoridades Competentes sem dar o seu veredicto, se inocente, que é provável, se culpado. Pergunto a Vossa Excelência, como pôde fazer esta afirmativa? Baseado em que? Em conversa de rua ou de porta de botequim? Parece-me que neste caso 'o carro andou na frente dos bois'.

Qual o interesse em desacreditar um membro desta casa, que sempre pautou com honestidade seu trabalho na luta das liberdades e da justiça.

O que está por trás disto tudo?

O povo não se deixa iludir por conversa fiada, quer provas reais e isto que anda pregado em tabuletas contra o vereador JOSÉ DE ARAUJO ARANHA é uma palhaçada.

Esperemos, pois a palavra autorizada das Forças Armadas, para depois julgarmos. Deixemos as vinganças torpes para depois.

Petrópolis, 19 de abril de 1964.

Altahyr Neumann Aranha (assinatura)”.

A carta não passou sem comentários. O mesmo João Ferreira de Castro, que também apoia a concessão de vistas ao Projeto de cassação, recusa para si e seus colegas a pecha de covardes e afirma que “se o Legislativo nada fez pelo Sr. José de Araujo Aranha foi por absoluta falta de competência legal”. (Arquivo da Câmara dos Vereadores. Documentação complementar, 1964b). O argumento seria risível se não fosse trágico.

Na leitura da ata da sessão de 3 de maio, fica-se com a impressão, pela insistência do vereador Augusto Patuléa em assinalar que as informações oriundas das autoridades contra o vereador eram “verbais”, de forte pressão das autoridades policiais sobre a Câmara, no sentido de aceitar as acusações contra José de Araujo Aranha e demais suplentes do PSB como vinculados ao Partido Comunista Brasileiro. Estar vinculado a este partido, em qualquer nível, era motivo de prisão para averiguações.

A votação nominal pela cassação foi unânime: Galdino Carlos Pereira, Nelson Vieira da Costa, Roberto Francisco, Eugênio Prata, Claudionor Pereira da Silva, Vicente Siqueira Barreto, João Werneck de Carvalho, João Esio Caldara, José de Oliveira Costa, Teofilo de Oliveira Faraco, Augusto Patuléa, Decio Nicolay, João Pereira de Castro e Nicanor Batista de Mello. O vereador Claudionor Pereira da Silva informou que o vereador Paulo Machado da Costa e Silva declarou que votaria pela cassação. O presidente da Câmara informa que Altino Barbosa de Sousa fora dispensado de comparecer à sessão por motivos imperiosos. (Arquivo da Câmara dos Vereadores, Ata da sessão de 3 de maio de 1964).

Finalmente, no dia 5 de maio de 1964, o Diário de Petrópolis noticiava a cassação dos mandatos de “edís implicados em movimentos subversivos”, a saber, o

Tentou Suicidar-se a Esposa do Líder Sindical

Impetado Alceol matarado
com perfume, tentou suicidar-se,
domingo, a esposa Maria,
filha de Lourenço, Vitor
Braga, esposa do líder sindical
José Nereu Braga, atual-
mente preso, acusado de
participar em movimento sub-
versivo. Ela, que viveu à rua
Bomfim, ainda 33
anos de idade, foi levada ao

Presos Socorro em estado
grave. Estará observada.
A hora de prisão, a re-
cebeu Maria de Lourdes Ga-
lvão que estava desgracia-
da a situação do esposo.
O delegado de Polícia Dr.
Oliveiro Serra, perito que
o acusado José Nereu Braga,
divulgou a acusação, com-
parando-se ao homicídio ge-
ral, tentou suicidar-se.

Diário de Petrópolis, 05.04.64

vereador José de Araujo Aranha e os suplentes de vereador Francisco Guimarães Ximenes, Saturnino da Silva, Saul Alves de Quadros, Alencar Thomaz Gonçalves e Rubens de Oliveira Xavier. Noutro título, no final da primeira página da mesma edição, o jornal informava a tentativa de suicídio da esposa de um líder sindical.

A greve é “subversiva”

Uma das acusações lançadas contra dirigentes sindicais, a exemplo de Alencar Thomaz Gonçalves ou vereadores como José de Araújo Aranha, consistiu em que teriam estimulado greves operárias. Como assinalamos no tópico anterior, o delegado Oriovaldo de Almeida Serra justificou a prisão do suplente de vereador Manoel Ferreira por ele ter participado de “**agitações grevistas e, conseqüentemente, subversivas**” (grifos nossos).

Era a reprodução da linguagem da classe dominante, agora sob a ditadura militar.

No Prontuário de Alencar Thomaz Gonçalves, numa parte de serviço enviada por Wilson Madeira, representante do DOPS em Petrópolis ao comissário geral do DOPS, Heráclio da Silva Araujo, sem data, mas provavelmente de novembro de 1963, consta a acusação de oportunismo da direção sindical dos têxteis, que teria aproveitado uma greve dos ferroviários. No mesmo prontuário, aliás, há um recorte de jornal sobre a greve geral da categoria em outubro de 1963. (APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Alencar Thomaz Gonçalves).

Vale a pena deter-nos no exame da luta dos operários têxteis, para deixar claro como a verdade pode ser construída a partir ou contra os fatos, a depender dos interesses de classe em disputa, verificando o modo como a polícia se posicionava.

No começo dos anos 1960, a polícia acompanhava, vigiava e sempre que possível reprimia, mas, dada a conjuntura, não poderia ir mais longe que isso. O clima, contudo, era de radicalização. A oposição entre capital e trabalho ressaltava-se nas paralisações que vinham crescendo nas fábricas desde 1962.

O caso da Fábrica de Tecidos “Cometa” – Alto da Serra, a seguir apresentado, consiste em uma ilustração do conflito de classes no âmbito do município, onde a indústria têxtil era a atividade econômica principal, bem como a responsável pela maioria dos empregos.

Empresa antiga no ramo, constituída no início do século, a Cometa era conhecida pelo reacionarismo de seus dirigentes e pela violência utilizada contra os operários revoltados. Mas nos idos de 1962, a violência dos capatazes contra os operários transformou-se em movimento contra a empresa. Notícia do Jornal de Petrópolis, 07.06.62: “Centenas de operários lançam protestos” informa que a redação do jornal ficou repleta de operários da fábrica e que a reportagem ficou sabendo do desrespeito aos direitos dos operários, relacionados por eles: coação sobre os empregados; pagamento de salários abaixo da lei do salário mínimo; não pagamento das diferenças salariais relativas aos últimos dissídios; recusa em aceitar atestados médicos de dispensa do SAMDU e IAPI; demissão de operários com estabilidade; arbitrariedade da guarda da fábrica contra empregados, inclusive menores; supressão do intervalo normal para as refeições, nos três turnos; desrespeito ao sindicato da classe pelo sr. Guido Lessa Ribeiro, chegando à atitude de ameaçar o presidente.⁷

Passados dois dias, o mesmo jornal informava que “após as queixas formuladas por mais de 150 operários”, eles voltaram à redação para denunciar violência contra um operário cometida pelos guardas da fábrica. O mesmo fato narrado pelo Diário de Petrópolis carrega mais nas tintas da denúncia, porém traz mais detalhes do “Regime de escravidão na fábrica Cometa”. Além do noticiado pelo Jornal de Petrópolis, há uma observação importante, no subtítulo “Sempre a conversa mole do comunismo”:

Prosseguindo nas suas reclamações os operários revelaram que, na Cometa, quem reclama é logo taxado de comunista. [...] Só tem meia hora de almoço, e a terceira turma trabalha quase oito horas e só recebe seis horas. Além de tudo os pagamentos são feitos com grande atraso e os patrões não cumprem o que ficou determinado nos dois últimos dissídios coletivos (diferença do salário mínimo). (DIÁRIO de PETRÓPOLIS, 07.06.1962).

No Diário do dia 9 de junho de 1962, diante do espancamento de um operário pela guarda da fábrica, os operários apelaram ao 1º Batalhão de Caçadores e ao Governador Celso Peçanha, deputados, vereadores e demais operários para auxiliá-los contra a violência da qual foram vítimas. A legenda da fotografia sugere uma relação entre a violência contra os operários e o legado do nazismo em Petrópolis:

7. Bomtempo lembra-se de Guido Lessa Ribeiro com as seguintes palavras: “Homem sério, ligado ao meio empresarial, ele não gozava de muita simpatia entre o operariado” (p.107).



Diário de Petrópolis, 09.06.62

Este movimento bastante radicalizado aparentemente vinha de bases da fábrica, num momento em que a antiga direção sindical mais acomodada, representada por José Maria Barbosa era substituída por uma nova, representada por Alencar Thomaz Gonçalves, Sebastião Gomes Soares e Nilton Ursula, mais combativa. (Ribeiro, 2014)

No ano seguinte, o sindicato iniciou negociações para aumento dos salários face ao aumento do custo de vida e à perda do poder de compra dos salários, porém, diante da obstinada reação empresarial, foi ao dissídio e alertou a categoria para deflagrar a greve, se necessário. No meio da luta, o atraso no pagamento dos salários na fábrica Cometa precipitou a greve. (Diário de Petrópolis, 18.10.1964: “Operários em pé de guerra: têxteis vão protestar contra dispensa dos operários da “Fábrica de Tecidos Cometa”).

Desde o início do ano, porém, os constantes atrasos no pagamento dos salários traduziam-se em atos de indisciplina muitas vezes audaciosos, como se pode ler na anotação feita pelo setor encarregado da fábrica Cometa na ficha do operário Oswaldo Aranha da Costa. Admitido em 02.02.63 para trabalhar no setor de dobação como tarefeiro⁸, foi demitido em 25.07.63

...por indisciplina, tendo se recusado a cumprir ordem do diretor, largando o serviço às 24 horas sem autorização do encarregado, saindo da fábrica para voltar meia hora depois, tentando invadir o recinto da fábrica para paralisar a secção de Dobação. (Arquivo do Sindicato dos Têxteis. Fichas de empregados da fábrica de tecidos “Cometa”).

8. Dobação: setor de fábrica de tecidos dedicada a enovelar o fio da meada de algodão; tarefeiro: quem trabalha e recebe por tarefa ou produção.

Daí ao movimento coletivo, foi um passo adiante na conjuntura.

Em 25 de abril, em matéria publicada pelo Diário de Petrópolis, o sindicato convoca para debater as reformas de base e a tarefa de organizar a comissão pró-aumento de salário dos operários têxteis. Em agosto, enquanto o sindicato propôs 40% de aumento, as empresas não negociaram e concederam pequeno aumento em caráter de adiantamento para refrear a luta. No mês seguinte, decidiram ir ao dissídio. Finalmente, em 25.10.63, esgotados os meios legais, deflagram a greve.

A Associação Comercial e Industrial de Petrópolis (ACIP) manifesta uma opinião de classe contrária ao movimento grevista, mas distorcendo os fatos a tal ponto que se invertem os acontecimentos, como as notícias publicadas na imprensa deixam claro. Afirma em seu boletim de novembro a diretoria da ACIP:

Os agitadores valem-se sempre de uma reivindicação aparentemente justificável para, deturpando-a, provocar a subversão.

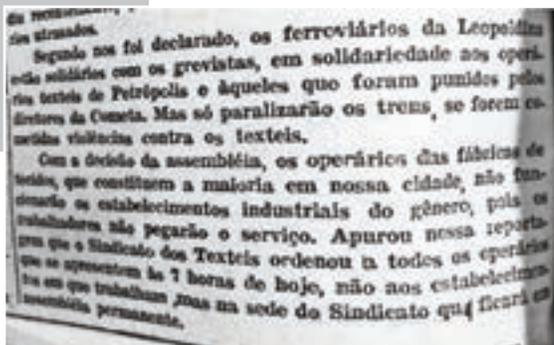
No caso [da greve geral] partiram do afastamento de alguns operários de determinada empresa [Cometa] para apuração de falta grave, em inquérito judicial. Não encontrando a receptividade que esperavam (...) acrescentaram a reivindicação salarial como bandeira para a desordem que pretendiam implantar. (Boletim da ACIP, 1963).

Eis o que dizia, em contrapartida, o insuspeito Jornal de Petrópolis, em sua edição de 22.10.63: “Operários ameaçam greve”:

Nossas instalações foram pequenas, ontem à noite, para conter a grande massa de operários têxteis que, tendo à frente o Presidente do Sindicato de classe, Alencar Tomás Gonçalves, vieram a este jornal numa visita para manifestar seu protesto contra a direção da Cia Fábrica de Tecidos Cometa, por arbitrariedades que a mesma teria cometido no dia 17 deste mês, despedindo injustamente sete operários com estabilidade...

Dizendo-se dispostos a desencadear a greve geral na cidade, os “visitantes”, ou seja, os operários afirmaram que a classe já teria o apoio dos ferroviários e dos operários da Cia Brasileira de Energia Elétrica. (Jornal de Petrópolis, 22.10.63).

É interessante observar que a informação publicada no Jornal de Petrópolis, em 26.10.63, confirma a declaração dos operários divulgada quatro dias antes:



Mas, no que diz respeito aos operários demitidos, vale citar carta de Guido Lessa Ribeiro endereçada a Alencar Thomaz Gonçalves, sem data, mas possivelmente de novembro de 1963, em resposta a ofício deste último. O diretor industrial da fábrica Cometa caracterizava como “subversiva” a greve desencadeada por operários no dia 16 [de outubro], devido ao não pagamento dos salários marcado para acontecer cinco dias antes, informando que os operários, apesar de estáveis, “estavam suspensos para abertura de inquérito para apuração de falta grave, como manda a lei”. (APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Alencar Thomaz Gonçalves).

Em outros termos, a ACIP e a direção da fábrica Cometa propositalmente deixavam de lado a campanha salarial, omitiam a relevância do atraso no pagamento dos salários, uma reivindicação da fome, por assim dizer. Toda luta transformava-se em movimento subversivo, toda reclamação com a cabeça erguida, em ameaça “comunista”. Em boletim da empresa intitulado “O Cometa”, o frei Antonio Moser, fazendo o seu balanço da greve na perspectiva patronal, terminava com estas palavras “Ao trabalho honroso, sim! À greve absurda, não!”.

Note-se a concordância do documento policial citado no início do tópico com o ponto de vista patronal acima expresso.

A greve finalmente aconteceu no dia 25 de outubro. Os grevistas em passeata dirigiram-se às redações dos jornais e das emissoras de rádio local, comunicando, como notícia do Diário de Petrópolis, de 26.10.1963: “...o seu propósito de só retornarem ao serviço quando forem atendidos em suas pretensões, isto é, a readmissão dos operários despedidos [da Cometa] e o pretendido aumento salarial da classe.”

No dia 30, o Jornal de Petrópolis anunciava o fim da greve: “Indústrias voltam a funcionar hoje”. Enquanto a direção sindical dos operários negociava com os patrões no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (Guanabara), os piquetes de greve continuaram ativos e os têxteis “mantiverem-se firmes na parede”. Contudo o TRT rebaixou a proposta de aumento para 35%, com vigência de janeiro de 1963 a maio de 1964, imediatamente aceita pelo patronato. Não por acaso: pois a inflação do período anularia o aumento. Reconheceram o direito de greve (afinal o processo foi encaminhado nos termos da legislação trabalhista), concordando em não punir os grevistas, mediante cessação imediata da greve.

A disposição de luta dos operários têxteis, principalmente da fábrica Cometa, remete à existência de um grupo operário independente, inclusive da direção sindical. Conforme estudo de Norton Ribeiro, baseado em testemunhos de antigos operários: “Parece que o sindicato sofria alguma pressão dos grevistas que o consideravam um tanto conciliador e não aceitava movimentos dessa natureza.” (RIBEIRO, 2014, p. 99).

Cópia (transcrita) de ata de reunião do Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil, realizada em 8 de março de 1964 e confiscada por Wilson Madeira, deixa entrever, na avaliação da greve de 1963, que a participação do Sindicato no movimento dos operários da Cometa e que impulsionara a greve geral devia-se a uma questão de legitimidade em termos de classe:

O Sindicato estava desmoralizado desde a demissão de 11 no exercício do Barbosa. Foi feito um movimento amplo pela readmissão dos companheiros. Problema pendente: aumento de salário. (APERJ. Comunismo, 76, 5. Manoel Raposo e outros).

As prisões contra os “Grupos de Onze” e o sentido da “averiguação ideológica”

Os ativistas e militantes das forças de esquerda (PCB, PSB e Grupos de 11) que convergiram na Frente de Mobilização Popular eram a expressão da radicalização da luta de classes pela qual atravessava o Brasil no final de 1963, e constituíam o principal temor das classes dominantes. O esvaziamento da influência do PCB devido à atitude dúbia desse partido na luta política e a decepção com Jango no encaminhamento das reformas de base naquele momento possibilitou a penetração do discurso de Leonel Brizola entre os operários:

Seus apelos a favor da criação de “Grupos de Onze” encontraram eco nas regiões mais afastadas do país e células e bases sindicais inteiras do PCB começaram a ignorar praticamente as diretrizes partidárias e se colocaram à disposição de Brizola. (MARTINS, 1970, p.8).

Em decorrência, Jango, numa disputa com Brizola na perspectiva das eleições de 1965, também acentuou o tom radical no discurso e, assim, recuperou a liderança, atestada no Comício de 13 de Março de 1964, na Central do Brasil. Mas ali perdeu, definitivamente, o resto de apoio que lhe restava na chamada “burguesia nacional”.

Quando os militares depuseram Jango e seguraram o leme do poder, na tarde de 1º de abril daquele ano, sabiam que tinham de enfrentar e destroçar a Frente de Mobilização Popular.

De acordo com a documentação disponível, a ação policial voltou-se imediatamente, como apontado acima, contra o PCB e o líder da Frente de Mobilização Popular, José de Araujo Aranha. Logo em seguida, teve início a ação contra os Grupos de 11.

Imediatamente foram presos Lafayette de Souza Rapôso (ferroviário da Leopoldina), Helio Paulino Neves (operário da Companhia Petropolitana), José Benedito da Silva, Manoel Corrêa Cesário e Egídio Gioia (operários da fábrica Santa Irene) entre 7 e 14 de abril. (APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Fernando José de Barros).

É importante assinalar que o motivo da prisão, “averiguação ideológica”, deixava claro a necessidade de identificar as posições políticas e as vinculações organizativas de cada um dos presos. Aparentemente a DOPS não tinha clareza de quem era quem, ou seja, não sabia separar comunistas (ou simpatizantes deles) daqueles propriamente brizolistas. Uma evidência são as diferentes anotações sobre o motivo da prisão constantes no boletim de preso de Ismael Galdino (APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Ismael Galdino):

21070-262 4

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Petropolis
BOLETIM DE PRESO

Nome Ismael Galdino n. 1330
Voto 0
Nacionalidade Brasileira natural Est. de Rio
Data 20/2/32 Sexo M Solteiro
Profissão Operário da Fábrica Petropolit
Residência Rua Jansenbarral, 674
Outra residência Fábrica Petropolitana
Inscrição Privataria filiação Francisco
de Assis Galdino e Leonor
Antônia Galdino
Local de nascimento Via Petropolitana
Cidade Santa Inger

MOTIVO DA PRISÃO: Comunista

Objetos em poder:

Em 28 de 4 de 1964

DESTINO:

Vide verso

Esta via é para o serviço de Cartórios

Cal. 10

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
BOLETIM DE PRESO

Nome ISMAEL GALDINO
Voto 0 Cid. SP 100A
Nacionalidade BRASILEIRA Naturalidade Est. do RJ
Idade 32-10-2 anos 21 Est. civil Solteiro
Profissão Operário da Fábrica Petropolitana
Residência Rua Jansenbarral, 674
Onde trabalha Via Petropolitana
Inscrição Privataria Filiação Francisco de Assis
Galdino e Leonor Antônia Galdino

Local da Prisão Via Petropolitana
Custódia Carce, 1004

MOTIVO DA PRISÃO: averiguação ideológica

Objetos em poder:

Em 28 de 4 de 1964

DESTINO: averiguação da situação política
para averiguação da situação política
de acordo com o art. 10, inciso I, da Lei
de Segurança Nacional, nº 136-64

Vide verso

Esta via é para o serviço de cartórios

em 21070-262

APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Ismael Galdino. Boletins de Preso, datados de 28.04.1964

A polícia política em Petrópolis teve a colaboração ativa e explícita de Alceu de Oliveira Martins, tendo este inclusive feito um Termo de declarações abaixo reproduzido:

Declaração de Alceu Martins de Oliveira, em 15 de novembro de 1964: "...inquirido pela autoridade, DISSE: que tem conhecimento da existência em Petrópolis, de quatro unidades do chamado "Grupo dos Onze"; que também sabe da existência de duas unidades no município de Terezópolis; que sabe, por ouvir dizer, que uma das unidades foi fundada no distrito de Cascatinha, da qual era líder e presidente o indivíduo LEO QUADRIO NETO e vice-líder PAULO PEDRO TORALDO; que a unidade que foi fundada no Departamento de Correios e Telégrafos de Petrópolis, tinha como líder o indivíduo DAVID XAVIER MENDES; que existindo também uma unidade no Corpo de Bombeiros de Petrópolis, de cujos componentes seus nomes não recorda no momento; que também na Fábrica Dona Isabel funciona uma das unidades a qual tinha como líder o indivíduo REGINALDO FARIA DE JESUS; que no momento também não se recorda dos nomes dos componentes das duas unidades de Terezópolis; que o depoente sabia das atividades subversivas do chamado "Grupo dos Onze", a começar pela pregação altamente nociva do deputado Leonel de Moura Brizola; que sendo o depoente, reconhecidamente um elemento anti-comunista e que sempre combateu as idéias do ex-deputado Leonel Brizola, na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis, onde exerce o cargo de presidente do Diretório Acadêmico Ruy Barbosa; que por essa razão ouvia constantemente a Radio Mayrink Veiga [ilegível] pregações subversivas do deputado Leonel Brizola e seus [ilegível] das, para poder combatê-lo como realmente o faz; que por intermédio de colegas seus da Faculdade de Direito havia obtido três números do jornal "Panfleto", órgão oficial do "grupo dos onze"; que nesse jornal leu o Regulamento e as Instruções de como formar "um Grupo de Onze"; que soube por ouvir dizer, e também por notícias de jornais, das atividades terroristas e de guerrilhas de vários núcleos do chamado Grupo dos Onze; que ouvia constantemente o deputado Leonel Brizola pregar a subversão armada através da rádio Mayrink Veiga e, de comícios nos quais participava o referido "pregador" e deputado Leonel Brizola; que no dia sete de julho do corrente ano foi convidado juntamente com o senhor LUIZ CARLOS DE SOUZA BASTOS para servirem como testemunhas da leitura de todos os depoimentos dos indiciados nos autos do inquérito que apura as atividades subversivas do chamado "Grupo dos onze", neste município bem como no município de Terezópolis; que assim veio a saber que compunham essas unidades os seguintes indiciados: LEO QUADRIO NETO – PAULO PEDRO TORALDO – DEOCLECIANO TORALDO – ANTONIO DA COSTA VILELA – ELPIDIO LINO – ANTONIO DUARTE NOGUEIRA – ROBERTO DE SOUZA MELLO – JOÃO RIBEIRO DOS SANTOS – NELSON NUNES DA COSTA – SEBASTIÃO DE FREITAS e MANOEL BERNARDO que constituíam a unidade de Cascatinha; que compunham a unidade da Fábrica Dona Isabel os seguintes indiciados: REGINALDO FARIA DE JESUS – FRANCISCO MATEIRA – JOSÉ DOS SANTOS OLIVEIRA – OCIMAR NUNES AGRA – ANTONIO PEREIRA – ELSO GONÇALVES MOTA – EVANIR JOSÉ DE OLIVEIRA – JOSÉ PINTO FIGUEIREDO – JOAQUIM RAMALHO FILHO – MANOEL GONÇALVES VEIGA – RUBENS AUGUSTO DA SILVA; que faziam parte do "grupo" do Departamento de Correios e Telégrafos de Petrópolis, os seguintes indiciados: DAVID XAVIER MENDES – FRANCELINO SEABRA DA ROSA – FERNANDO JOSÉ DE BARROS – AGENOR MOEBUS – GIOVANNANGELO RIZZO – NELSON JOSÉ BECK – JOSÉ FRANCISCO CACILHAS FILHO – PASCHOAL MATHEUS – JOÃO RABELLO; que faziam parte do "grupo" do Corpo de Bombeiros de Petrópolis, os seguintes indiciados: JOÃO GONÇALVES DA SILVA – MANOEL FERREIRA DE CARVALHO – DELSO FERREIRA DE FREITAS – PAULO DO VALLE AZEVEDO e PAULO ALVICO DUARTE; que faziam parte do grupo do município de Terezópolis, os seguintes indiciados: IRINEU JOSÉ – FERREIRA – IVAN DE CARVALHO – JOACY LIPPI – MANOEL FERREIRA DE SOUZA – DR. MARIO MONTEIRO DA SILVA – CELIO DE CARVALHO – EVANILDA MARIA DE SOUZA MATTOS – JOSÉ MOZART MEDEIROS – ALFREDO TABIRA – ALAN PARK – LUIZ ADOLFO AMORIM – RUBENS PIRES – JOÃO FURTADO DE OLIVEIRA – WALDEMIRO JOSÉ GONÇALVES – JACY ALVES DA MOTA – PAULO DO VALLE ALBERNAZ – JOSÉ INÁCIO NETTO – VIRGÍLIO SOARES DE SOUZA – CARMELO SILVEIRA DE SOUZA – CARMELIO CORRÊA e ELCÍDES RAPOSO, sendo os elementos de Terezópolis, digo, tendo assinado somente os depoimentos dos indiciados, que prestaram declarações neste Município de Petrópolis. E NÃO MAIS DISSE, nem lhe foi perguntado, lido e achado conforme, do que dou fé, vai devidamente assinado pela autoridade e pelas testemunhas. Eu,

Escrivão o datilografei e subscrevo. -----

Assinaturas

[APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Paulo Pedro Toraldo.]

Na segunda quinzena de abril de 1964, com a prisão de Fernando José de Barros (funcionário do Departamento de Correios e Telégrafos – DCT), David Xavier Mendes (garçom) e Francelino Seabra da Rosa (funcionário do DCT), a polícia podia contar com a identificação das lideranças brizolistas.⁹

A disposição a denunciar e a perseguição ideológica às esquerdas, oriundos de setores declaradamente anti-comunistas, a exemplo da Falange Patriótica e Rearmamento Moral, podem ter auxiliado a polícia política nesta identificação.

Contudo, na declaração de um ativista prestada na 7ª Região Policial, o nome de Leo Quadrio Netto, empregado da Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE), foi apontado como a liderança maior. Quadrio foi preso em 05.07.64. (APERJ. Pront. De Leo Quadrio Neto.)

O inquérito contra os “Grupos de Onze” tomou o número 48/64 mas este instrumento não foi localizado na documentação do APERJ relativa aos presos destes grupos. Contudo, na documentação do acervo da 67ª DP/Arquivo Histórico/Museu Imperial relativa ao ano de 1964, constam os boletins de ocorrência da série nº 101/64 no qual estão arrolados Agenor Moebus e outros 49 nomes por crime contra a Segurança Nacional, com processo iniciado em 06.07.64 e identificação em 14.07.64, e cujos autos foram remetidos a 1ª Auditoria Militar da 1ª Região Militar em 06.08.64.

Dois anos mais tarde, o Superior Tribunal Militar (STM) remeteu o processo contra 55 indiciados dos Grupos de Onze a 11ª Delegacia Regional para “completar diligências e localizar suspeitos que estavam foragidos”. O DOPS solicitou apoio à Rádio Patrulha para esta busca (Diário de Petrópolis, 12.05.66). Um mês depois, este Setor apenas encontrou Deocleciano Toraldo, “estando os demais em lugar incerto e não sabido” e, deste modo, considerou concluídas as investigações, com encaminhamento do processo, por meio da Delegacia da Polícia Civil, ao juiz criminal e deste à Auditoria Militar. (Diário de Petrópolis, 18.06.66).

A investigação no IAPI: o caso do médico Costa Souza

Em 9 de junho de 1964, um aviso publicado na Tribuna de Petrópolis informava a constituição de uma Comissão Especial de Investigações, representada por Floriano Moinho Peres e convocava as chefias a denunciar (ou delatar, como se diz atualmente), a existência de servidores que tivessem praticado atos contra a segurança do país, a ordem política e a probidade da administração:

9. O DCT parece ter sido um núcleo brizolista forte, com presença expressiva de ex-pracinhas, a exemplo de Francelino Seabra da Rosa, sargento destacado por bravura durante a campanha da FEB na Itália (Valença, 1996).

IAPI

Aviso

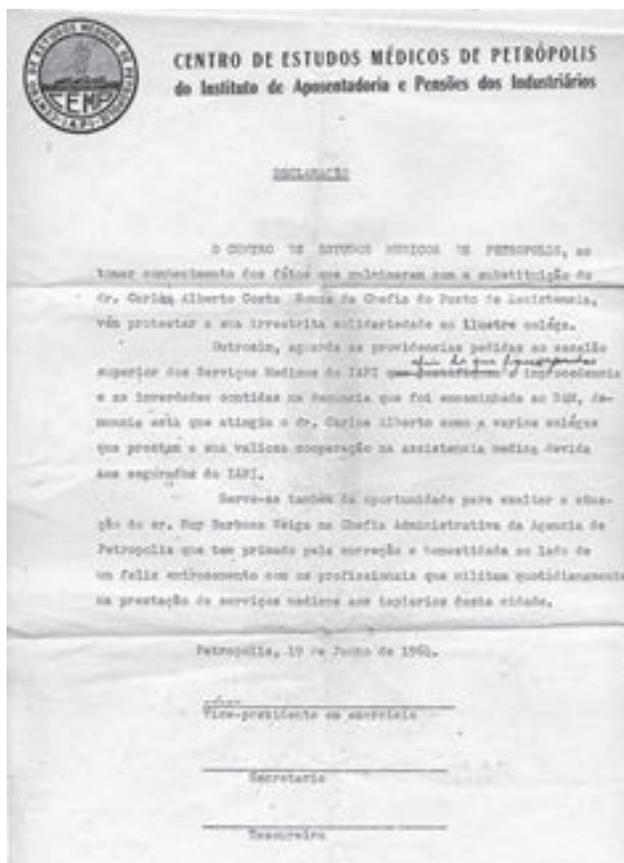
A Agência do IAPI em Petrópolis comunica a instalação, no Estado do Rio de Janeiro, da Comissão Especial de Investigações, representada pelo Sr. Floriano Molino Peres, designado Sindicante local pela Junta Interventora e que funciona à Rua Maestro Felício Toledo, 513 — 4.º andar — sala 409 — telefone 2-2642 — Niterói.

Todo ocupante de cargo ou função de direção ou chefia no IAPI, está obrigado a comunicar ao Sindicante, no prazo de 8 dias, por escrito e reservadamente, a existência de servidores que hajam praticado qualquer ato atentatório à segurança do País, ao regime democrático e à probidade da administração.

Os Segurados, os empregadores e os sindicatos poderão representar contra atos praticados por servidores, chefes ou autoridades do IAPI.

Tribuna de Petrópolis, 09.06.64 (Acervo CMVP)

Nesse contexto, cabe examinar a perseguição ao médico Carlos Alberto Costa Souza. Em fins de 1915, recebemos alguns livros como doação da professora Maria Celina de Almeida Meirelles Palma. Dentro de um dos livros havia um envelope e, contido nele, a declaração, reproduzida a seguir, do Centro de Estudos Médicos do IAPI de Petrópolis, solidarizando-se com o médico vítima de denúncias:



De acordo com Salvador Fernandes, em testemunho prestado a esta Comissão no dia 21 de março de 2017, o Dr. Carlos Alberto Costa Souza fazia parte dos médicos estatutários do IAPI, juntamente com Barros Franco, Girão Benigno Barroso e o entrevistado, no final da década de 1950. Costa e Souza, médico do Hospital Santa Tereza, assumiu a direção do Serviço Médico do IAPI provavelmente no começo dos anos 1960, de onde foi deposto com o golpe de 1964.

Tratava-se de médico de grande respeitabilidade. Daí se entender porque a Revista Social tenha dedicado matéria central para anunciar, em seu número 68, de 19 de julho de 1964: “Inapiários petropolitanos em festa: a justiça triunfou!”. A comemoração se fez pelo retorno de Ruy Barbosa Veiga à chefia do IAPI local e de Costa Souza ao serviço médico do instituto, de onde foram afastados depois de uma denúncia de supostas irregularidades, durante um mês.

A Associação Petropolitana de Estudantes (APE)

A Associação Petropolitana de Estudantes aparece na imprensa em 1963 ao lado da Cruzada Democrática realizando

...um comício de exaltação à democracia. Falarão oradores de Petrópolis e de outras cidades fluminenses. A concentração estudantil foi denominado, pelos seus promotores, “Encontro Regional de Estudantes. (JORNAL de PETRÓPOLIS, 19.10.63).

A Cruzada, composta de militares da extrema-direita, mereceu o seguinte verbete do Dicionário do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas:

“CRUZADA DEMOCRÁTICA

Movimento organizado em março de 1952 por militares da corrente conservadora das forças armadas, com o objetivo de derrotar a chapa nacionalista Estillac Leal – Horta Barbosa, que tentava a reeleição para a presidência do Clube Militar. A vitória da Cruzada em duas eleições seguidas levou à presidência do Clube os generais Alcides Etchegoyen (1952-1954) e Canrobert Pereira da Costa (1954-1955). Derrotados pelo Movimento de 11 de Novembro de 1955, os militares da Cruzada Democrática continuariam atuando dentro e fora do Clube Militar, mas só voltariam ao poder em 1962. Em 1964, iriam participar do golpe que depôs João Goulart da presidência da República.” (https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/cruzada_democratica)

De acordo com Nelson Werneck Sodré, a Cruzada atuou de modo extremamente violento na eleição do Clube Militar, que começou atingindo a baixa oficialidade até alcançar o nível mais alto da hierarquia militar:

Quartéis foram transformados em locais de tortura, oficiais transformaram-se em carrascos, celas em câmaras de defuntos, com a anuência, ou a conivência, ou a cumplicidade de comandantes de unidades, e com o conhecimento de generais. (Sodré, 1968, p. 331-2 e ss.).

Deixemos a Cruzada Democrática, para tratar da APE. Pois bem, em 2 de maio de 1964, o Conselho Deliberativo da APE tomava a decisão de suspender a diretoria por conta da sua vinculação a políticos desejosos de usar a entidade como trampolim para seus interesses (Diário de Petrópolis, 03.05.64). A nota vinha assinada por Decio Miranda Jordão, Antonio Carlos Werneck, Pedro Paulo Bert, João Paulo Gonçalves Barroso, Rudy E. Ritter, Fernando de Souza Queiroz, Ivaldo Costa, Tanus Somerson Tauk.

Delmo Geraldo Ferreira sequer tinha simpatias pelo comunismo ou pela esquerda, como se verifica em Termo de Declarações prestadas em 15 de maio de 1964, no qual denuncia à polícia as pressões sofridas para não mencionar os nomes de deputados comunistas eleitos pelos ferroviários, num comício de desagravo aos estudantes de Macaé, tempos antes (APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Juarez de Azevedo Almeida). Talvez a atitude de recuar frente à ameaça tenha servido de base para sua deposição.

O colunista Paulo Barbosa manifestou apoio a ele. Mas nada impediu que integrantes de sua chapa tivessem o mandato cassado e ele mesmo tenha renunciado, sob a pressão do acontecido. A descrição da reunião por Paulo Barbosa, sob o título “Começou a cassação de direitos estudantis”, contém os detalhes de um “interrogatório”, numa reunião iniciada às 19 horas e concluída às 3 horas da madrugada, assistida por representantes da DOPS e da Delegacia de Polícia “que presenciaram todos os debates até o final, garantindo a ordem dos trabalhos.” Rudy Ritter atuou como elemento de acusação, diz a matéria. Neste momento, João Xavier de Andrade foi excluído da diretoria. (Diário de Petrópolis, 07.05.64. Coluna de Paulo Barbosa).

Delmo renunciaria e a APE escolheria Rudy Ritter como novo presidente, numa eleição do Conselho Deliberativo, tendo recebido cinco votos, sendo quatro nulos e um branco. (Diário de Petrópolis, 09.05.64. Coluna de Paulo Barbosa).

Ivaldo Costa, outro membro da APE, aluno do 2º ano do curso de contabilidade no Colégio Werneck, prestou declarações à polícia em 12 de junho de 1964, dizendo que, “como autêntico democrata que é não se nega em revelar o nome daqueles militantes ou simpatizantes da política esquerdista”, citando Derly, da União Trirriense de Estudantes, Francisco Guimarães Ximenes, Geraldo Pimentel, Lourenço e Lenine Reis, foragidos “e que, dos professores, o único que o declarante ouviu falar ser comunista é o Professor Marchesin, que lecionava no Colégio Estadual e no Liceu Municipal.” (Pront. Francisco Guimarães Ximenes. Termo de declarações de Ivaldo Costa.)

Mas a APE pode ter representado formalmente os estudantes em atividades sociais e esportivas. Não conseguimos encontrar referências de um movimento estudantil além da entidade, quer dizer, nas escolas e em manifestações próprias.

A investigação no Poder Judiciário

No dia 26 de maio de 1964, o juiz Felisberto Monteiro Neto, da 1ª Vara Cível da Comarca de Petrópolis, assinava portaria designando os advogados Otávio Leopoldinno Cavalcanti de Moraes e Astor Tavares Allemand e o serventuário Wilson Barbi Silva para compor, sob a sua presidência, uma comissão para, nos quadros do poder judiciário da comarca, “proceder investigações sumárias contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, no âmbito deste Município”. (Diário de Petrópolis, 27.05.64). Fazemos aqui apenas o registro da notícia, pois não dispomos de outras informações.

“Maus tratos e pancadas”

A ditadura militar preservou a Constituição de 1946 e, portanto, o capítulo dos direitos e garantias individuais. Ademais, fez uso do Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de Dezembro de 1940, o código expressa claramente a responsabilidade da autoridade policial:

Art. 136 – Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina: Pena – detenção, de dois meses a um ano, ou multa. § 1º – Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave: Pena – reclusão, de um a quatro anos. § 2º – Se resulta a morte: Pena – reclusão, de quatro a doze anos. § 3º – Aumenta-se a pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos. (grifos nossos).

Contudo, a polícia nunca pode, devido à criminalização manifesta no artigo 136 acima transcrito, assumi-la abertamente. Vejamos como as denúncias de “maus tratos e pancadas” – denominação passível de ser aceita como amenização ou substitutivo aceitável de tortura contra presos comuns – foram registradas na documentação policial disponível no acervo da polícia civil constante no Arquivo Histórico do Museu Imperial.

Em 03.12.65, por meio do Ofício 1.463/65-CARTORIO, encaminhado ao Major Secretário de Segurança Pública, o delegado regional Sérgio Rodrigues considerou “estranháveis, injustas e provocadoras as atitudes e pronunciamentos do médico legista em atividade em Petrópolis, dr. Alberto Otto.” Que, no exame de necrópsia de “infeliz débil mental falecido no interior de cubículo na Cadeia Pública, houve-se aquele legista com pronunciamento algo ferino, embora paradoxal, dizendo no respectivo laudo: ‘as lesões encontradas permitem afirmar que, ainda em vida, a vítima debateu-se, foi agarrada ou agredida, sofreu quedas

e pancadas”. Adiante no texto do mesmo ofício, o delegado nega a ação policial descrita e que a insensatez do perito estaria “conduzindo dificuldades à autoridade policial e seus agentes, absolutamente alheios ao evento”. Em outros termos, estaria inibindo a ação policial em relação aos presos comuns (Arquivo Histórico do Museu Imperial. Acervo da Polícia Civil. Caixa 1965-livros).

Um evento que poderia ser incluído na caracterização acima é a do suicídio de Telio Barbosa Martins, brasileiro, branco, 36 anos de idade, casado, natural de Minas Gerais, residente no Parque Itambé, lote 65. O comissário Milton Campos de Moraes comunicou a ocorrência do suicídio ao Delegado da 11ª Região Policial, informando que o preso por crime de tentativa de homicídio foi encontrado pelo carcereiro com o testemunho de outros quatro presos, um dos quais, ao acordar, deparou-se com o corpo pendurado na janela. A descrição contida no documento refere-se a um enforcamento cometido com “uma gravata e uma tira de pano amarrada às grades da janela do xadrês”. A comunicação termina assim: “O corpo, com guia da delegacia foi removido para o necrotério municipal, para a devida necrópsia e ao local compareceu o perito Emmanuel Fonseca.”¹⁰

As denúncias de “maus tratos e espancamentos” provavelmente apresentadas por advogados dos réus foram acolhidas pela autoridade da Justiça, conforme se pode concluir da leitura do Ofício circular Reservado nº503/66-G, de Niterói, expedida pelo General Carlos Fabrício Silva, secretário de Segurança Pública em 6 de julho de 1966, com destino ao delegado da 11ª Região Policial. Ressalta “não ser cristão o sofrimento físico infligido a qualquer ser, racional ou irracional” e determina a observação “se, nos órgãos sob sua jurisdição, têm procedência tais reclamações”. O documento teve a seguinte anotação da autoridade policial: “Ciente. Sempre foi nossa conduta. Dê-se ciência aos funcionários. 7/7/66 (assinatura)”.¹¹

Aplicar a tortura aos presos políticos era, portanto, compatível com uma prática habitual, ainda que considerada crime. A polícia política fizera largo uso do método no Estado Novo. Entretanto, a campanha para a “limpeza” dos comunistas e esquerdistas no país, desencadeada pelos militares a partir do golpe de 1964, chancelou o uso da tortura.

Interrogatório, tortura e morte

As prisões acima relatadas e ocorridas em sua maioria no período de abril a junho de 1964 deram início à fase inquisitorial do processo político-policial, centrado no interrogatório e na admissão ou não, das acusações imputadas, pelos presos.

Para entender os interrogatórios e o registro de tortura como um crime presente já na fase da formação da ditadura militar, faz-se necessário entender como o processo inquisitorial foi conduzido desde o início.

10. Arquivo Histórico do Museu Imperial. Acervo da Polícia Civil. Caixa 1965.

11. Arquivo Histórico do Museu Imperial. Acervo da Polícia Civil. Caixa 1965 e Caixa Danificados 1969-1972.

A documentação mais abundante nos prontuários refere-se ao PCB, objeto do Inquérito 49/64. Este foi encaminhado formalmente por uma portaria baixa-da em 13 de abril de 1964, assinada pelo delegado Oriovaldo de Almeida Serra, embora de fato tenha iniciado antes, mais precisamente no dia 9 de abril daquele ano, conforme atestado na “Representação ao Juiz Auditor”, de 1º de junho de 1964, escrita por Wilson Madeira. A Portaria definia como provas as atividades subversivas dos acusados descritas nas “Partes de serviço”, enviadas ao delegado Serra por Wilson Madeira. A maioria de tais provas era constituída da transcrição dos documentos apreendidos no consultório médico de Alcebíades de Araujo Romão e na sede do Comitê Municipal do partido, localizada na sala 108 do Edifício Santa Inês, na rua Dr. Porciúncula, nº 68.

Em contrapartida, os acusados no inquérito 48/64 (Grupo de 11) tinham a vantagem, no enfrentamento da polícia política, de participarem da organização pouco rígida dos Grupos de 11, a ausência de atas ou outra forma de registro, a comunicação pessoal, verbal e o vínculo externo, com “comando” irradiado dos pronunciamentos de Leonel Brizola na Rádio Mayrink Veiga.

Por outro lado, o fato do PCB ser um partido ilegal reforçava as acusações contra seus militantes mais conhecidos, pela atuação pública anterior ao golpe militar. Parece que a tentativa de resistir ao golpe no dia 1º de abril de 1964, por meio da paralisação das fábricas e do transporte ferroviário, passou a ser prova da “subversão” mais utilizada contra as bases e simpatizantes das organizações de esquerda para intimidá-las e, obviamente, para incriminar os dirigentes. Em outros termos, como instrumento de quebra do companheirismo e da relação de confiança nele estabelecido. Vale assinalar ainda o pequeno número de declarações arquivadas nos prontuários pesquisados no APERJ, em comparação com o número de detentos interrogados no período, indicando uma possível seleção de cunho incriminatório.

Nos interrogatórios a que foram sujeitos os militantes do PCB (inclusive do PSB, transformados em comunistas ou “satélites” daquele partido), o principal instrumento de incriminação foi a ata de uma reunião realizada no dia 8 de março de 1964.¹²

A leitura desse documento, assim como as declarações de outros acusados, serviu de base ao interrogatório, e as respostas, padronizadas na linguagem policial, eram incorporadas depois, cessado o interrogatório, nos autos de qualificação e nos termos de declarações. As respostas dos acusados no papel teriam, portanto, de confirmar os atos subversivos.

A tortura para obter confissão mediante violência física foi o método comum utilizado pela ditadura militar, embora tenha uma longa história em nosso país. Obviamente, em nenhum momento a polícia admitiu publicamente, em qualquer época do Brasil contemporâneo, ter lançado mão de tortura para obter confissões.

12. Interessante a observação, na Portaria, do encaminhamento para “exame no Departamento de Polícia Técnica aqueles [materiais] que apresentem condições que necessitem de pronunciamento pericial”, uma vez que Wilson Madeira não entregava os originais e sim a sua transcrição.

Mas, nos interrogatórios, a ameaça da violência tomava a precedência. Nos testemunhos prestados à Comissão Municipal da Verdade, o medo de ficar mais tempo preso ou mesmo de ser deslocado para “Niterói” (equivalente a sofrer tortura) agia para o preso concordar com a redação do delegado que ia sendo anotada pelo escrivão.

A tortura não ficou restrita a Niterói, como demonstra o caso da prisão de Saturnino da Silva no 1º BC, presenciado por um dos operários que lá esteve e relatado em seu testemunho a esta Comissão. Ademais, as pessoas que prestaram testemunhos acusaram a polícia política de ter lançado mão tanto da violência física, como psicológica. Deve-se incluir na mesma categoria da tortura a contaminação da comida com fezes servida aos detentos, assim como a falta de higiene e o frio a que foram submetidos os presos constantemente.

Havia aqueles presos de Petrópolis encaminhados para Niterói que sofreram de fato violentas torturas físicas, como o dirigente sindical dos têxteis, Alencar Thomaz Gonçalves, o vereador José de Araujo Aranha e o médico Nelson Corrêa de Oliveira, segundo testemunhos prestados à Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis. Vale ressaltar que os nomes de Floreal Garcia, José de Araujo Aranha, Hercilio de Soares Rezende, Nelson Corrêa de Oliveira e Nilton Ursula constam da “Lista de presos, confirmados, no Estádio Caio Martins” (Relatório parcial da CMV-Niterói, 2015). A inclusão dos seus nomes baseou-se, por sua vez, em documento da polícia política, conforme divulgado no jornal O São Gonçalo, 30.07.2015: “1964, o ano em que a bola não rolou no Caio Martins”, texto escrito por Ari Lopes, Sérgio Soares e Gustavo Aguiar.

Eis o documento no qual constam os nomes de Floreal Garcia, José de Araújo Aranha e Nelson Corrêa de Oliveira, procedentes do quartel da Polícia Militar. A data assinalada com letra em cor vermelha não corresponde à das prisões, provavelmente por conta de novo processo em andamento no ano de 1966:

RELACÃO DE PRESOS RECOLHIDOS NO "PRESÍDIO" DO GIMÁSIO CAIO MARTINS, EM PRISÃO ESPECIAL.

PROCEDENTES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

- Paulo Paulo do Caio Martins*
Em 1964
- MUSA*
- 1 - Alvaro Acielli de Oliveira (Médico)
 - 2 - Augusto Antônio da Cunha (Médico)
 - 3 - Antônio Pereira da Silva (Técnico de Contabilidade)
 - 4 - André Trifino Corrêa (Coronel Reformada)
 - 5 - Aldo Rossi (Engenheiro)
 - 6 - Antônio Pires Estevan (Funcionário Público)
 - 7 - Aírten Pereira da Silva (Advogado)
 - 8 - Clevis Avelina Corrêa (Farmacêutico)
 - 9 - Carlos Alves de Moura (Advogado)
 - 10 - Ervine Navear Kvasniak (Pilote de Linhas Aéreas)
 - 11 - Fernando Milton Valente de Oliveira (Dentista)
 - 12 - Fláveal Garcia (Advogado)
 - 13 - Francisco Alves da Costa (Ex Deputado)
 - 14 - Flávia Berteluz de Oliveira (Prefeita de Teresópolis)
 - 15 - Humberto El-Jaik (Advogado)
 - 16 - Henriette Gil Rege (Engenheiro)
 - 17 - Harison de Oliveira (Advogado)
 - 18 - Irênio de Mattes Pereira (Engenheiro)
 - 19 - Israel Jacob Averbach (Engenheiro)
 - 20 - Jacinto Francisco Paiva Netto (Professor)
 - 21 - José de Araujo Araújo (Contador)
 - 22 - Jarchas de Albuquerque Nello (Téc. Contabilidade)
 - 23 - João Bernardine Filho (Engenheiro)
 - 24 - Jandir Frés (Advogado)
 - 25 - Jorge El-Jaik (Advogado)
 - 26 - Luiz Tubenschlak (Médico)
 - 27 - Manoel Martins (Advogado)
 - 28 - Nelson Corrêa de Oliveira (Médico)
 - 29 - Nélia Soares de Aguiar (Téc. Contabilidade)
 - 30 - Paulo Cesar Pimentel (Médico)
 - 31 - Paulo Peres Quevedo (Engenheiro)
 - 32 - Paulo Dias (Advogado)
 - 33 - Ricardo Menezes Leite e Santos (Médico)
 - 34 - Roberto Paiva Muniz (Advogado)
 - 35 - Roberto Secora Pessanha (Advogado)
 - 36 - Roberto Dussinger de Figueiredo (Func. Público)
 - 37 - Rafaelis Varinas (Advogado)
 - 38 - Severina de Oliveira (Jornalista)
 - 39 - Tágua Chaves de Moura (Professor)
 - 40 - White Abrão (Professor)
 - 41 - Waldemar Ferreira de Silva (Médico)

Disponível em <https://www.osaogoncalo.com.br/esportes/7697/1964-o-ano-em-que-a-bola-nao-rolou-no-caio-martins>

Com base no Relatório de Niterói, sabemos que o Estádio “Caio Martins”, em Niterói, foi um ponto de concentração e redistribuição dos presos, operando entre abril e setembro de 1964. Neste relatório constam vários testemunhos de torturas ocorridas no DOPS e no Centro de Armamento da Marinha.

Assim, chama atenção o registro de que os presos não sofreram “coação física”, como está anotado no termo de Hercílio de Soares Rezende. Preso no dia 03.04, foi encaminhado ao DOPS de Niterói em 05.04, retornando a Petrópolis provavelmente em maio, para ser interrogado pelo delegado de polícia Serra e compor o inquérito nº 49/64. Ele afirmou ter prestado declarações no Centro de Armamento da Marinha e no Estádio Caio Martins, “esclarecendo que não sofreu qualquer coação ou constrangimento nesses lugares, bem como nesta Delegacia”. (APER. Pol-Pol. Prontuário de Hercílio Soares de Rezende). Fazer constar tal esclarecimento chama atenção, pois o conjunto dos testemunhos transcritos no Relatório Parcial das Atividades da CMV-Niterói (2015) detalha o uso sistemático da tortura em tais locais.

Os autos de interrogatório e qualificação e os termos de declarações nos quais ficavam lavradas as acusações e o reconhecimento destas por parte dos presos não necessariamente expressavam o interrogatório no seu conjunto. Provavelmente a polícia política omitia informações conseguidas mediante coação física ou psicológica, pois levava em conta um inquérito com um grande número de foragidos e até asilados, em sua maioria membros do Comitê Municipal do PCB.

A esse respeito, nos prontuários, relatórios e partes de serviço relativos ao PCB, aparecem como foragidos os nomes de Alcebíades de Araujo Romão, Alencar Thomaz Gonçalves, Antonio Nicolau Mura, Fabrício Alves de Quadros, Francisco Guimarães Ximenes, Juarez de Azevedo Almeida, Luiz Cardoso de Lemos, Luiz Francisco Monteiro, Nilton Ursula, Pedro Lopes Neves, Rubens Guayer Wanderley, Saul Alves de Quadros, Sebastião Gomes Soares. Alguns foram logo presos, como Alencar (abril de 1964) e Luiz Cardoso de Lemos (maio de 1964), outros mais tarde, em janeiro de 1965, a exemplo de Juarez de Azevedo Almeida, cujo caso será adiante comentado.

Um aspecto importante era a divulgação pública de rejeição à militância comunista, para desmoralizar os que persistiam com suas crenças e poderiam ainda ser presos. Em 11 de fevereiro de 1965, Luiz Francisco Monteiro, um dos processados na Lei de Segurança Nacional e com prisão preventiva decretada declarava à imprensa que “foi iludido pelo médico dr. Alcebíades de Araujo Romão que, aproveitando-se de tratar graciosamente familiares de Luiz, exigiu sua assinatura em papéis do Partido Comunista...”, tendo se manifestado arrependido e repudiou o comunismo...”. Muito provavelmente, ter aceito divulgação de seu depoimento neste teor evitou que ele fosse torturado, como aliás está sugerido na frase final da matéria: “Graças a atuação de seu advogado, Luiz Francisco Monteiro não será remetido para o DOPS em Niterói.” (Diário de Petrópolis, 14.02.65).

Tais informações eram repassadas pela polícia política ao público, mas a imprensa não fazia o papel de indagar o próprio acusado, como seria de se esperar numa imprensa que se declarava livre.

Outros, como Alencar Thomaz Gonçalves, ex-dirigente e desempregado, ameaçado de despejo da moradia nos fundos da sede do Sindicato dos Textéis, publicou carta aberta na imprensa, apelando, em nome da família e da propriedade, para a classe econômica do município, às autoridades do país e aos trabalhadores têxteis, de modo que interferissem no sentido de solicitar ao presidente da Junta Governativa do sindicato a permanência dele e da “família com cinco filhos menores (...) em consideração as dificuldades que venho atravessando contra a minha espontânea vontade.” (Diário de Petrópolis, 09.01.1965: “líder sindical formula apelo dramático”).

Prisões ilegais, tortura e desaparecimentos temporários, até por vários meses, atingiram militantes como Fabrício Alves de Quadros, Pedro Lopes Neves e Juarez de Azevedo Almeida. Confiando no fim do período legal do mandado de prisão preventiva estabelecido na Lei de Segurança Nacional, apresentaram-se à Justiça. No caso de Fabrício, de acordo com testemunho de seus familiares, tendo retornado do Uruguai onde se encontrava asilado até início de 1965, apresentara-se na 3ª Vara Criminal da Justiça de Petrópolis. Liberado para responder ao processo em liberdade pelo juiz, na saída da 67ª DP foi sequestrado pela polícia política e conduzido a local desconhecido, provavelmente em Petrópolis, e depois a Niterói, onde permaneceu preso durante aproximadamente dois meses.

O mesmo ocorreu com Juarez de Azevedo Almeida. As declarações dele, prestadas no cartório da DPPS em Niterói, no dia 19 de abril de 1965, indicam que sua prisão ocorreu em Petrópolis “quando de sua espontânea apresentação” ao juiz, embora não precise tratar-se do momento subsequente a esta:

...que, na época da revolução o depoente se encontrava em Petrópolis, em casa de seu irmão de nome Jair de Azevedo Almeida, residente na mesma rua que o depoente, no conjunto do IAPI; que o declarante não se ausentou de Petrópolis durante todo o tempo, desde a revolução até a esta data, tendo sido prêso quando de sua espontânea apresentação ao Juízo de Petrópolis, a fim de prestar depoimento em inquérito para a apuração de subversão, no qual foi decretada sua prisão preventiva; (APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Juarez de Azevedo Almeida).

O caso de Pedro Lopes Neves, também de 1965, traz, porém, a marca de um crime, pois ele faleceu em decorrência das torturas um ano depois, fato reconhecido por um informante do Departamento de Polícia Política e Social da 11ª Região Policial (serviço secreto), ao mencionar “abcesso, já antigo” (sublinhado), conforme se pode ler abaixo:

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA POLITICA E SOCIAL
11ª REGIÃO POLICIAL - SERVIÇO SECRETO

Ilmo Sr
Diretor Chefe do Setor

INFORMAÇÃO

Cumpra-se informar a V. Excia, e dando sequência à correspondência da semana próxima passada, que o Sr. PEDRO LOPES LAGES, - chamado PEDRINHO, comunista fichado, e implicado na IPK, faleceu no dia 17 de julho de 1966, internado no Hospital Santa Tereza em Petrópolis, e depois terminado seus dias e agonias, em sua casa, à Rua D. João Braga, também considerada Rua Albo Tancuceloi, no Alto da Serra.

Ex-funcionário da Estrada de Ferro Leopoldina, exercia o cargo de foguista ou maquinista, e sua morte foi mencionada por um abcesso, há alguns, e agora suscitado.

Sua morte, constrangeu muito seus colegas de ofício, tendo o Sr. OSMAR PEREIRA, braço direito do Sr. Saturnino Silva, e de próprio movimento, dito que, - "Este a polícia não precisa ser o executor, e também depois da vida que tivemos na delegacia, outro não poderia ser o fim."

Petrópolis, 20 de Julho de 1966

AGENTE PJ 49

APERJ. Pol.-Pol. Prontuário de Osmar Pereira

O abuso sistemático dos “meios de correção e disciplina” faz parte da história policial de nosso país, como se pode ler na matéria “Tortura, um mal que persiste até os dias de hoje” publicada no jornal O Globo de 12 de julho de 2015, disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/tortura-um-mal-que-persiste-ate-os-dias-de-hoje-16739065>

“No crime de tortura existe uma dificuldade prática de apurar a ocorrência”, alertava Bruno Melaragno, então presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB. “No caso de agentes públicos, eles estão protegidos pela própria autoridade que o cargo lhes confere”.

Lembremos a tortura, morte e desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza, por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora da favela da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, em 14 de julho de 2013, símbolo de casos de abuso de autoridade, de violência policial e de crime cometido por agentes públicos.

Importante informar que a Lei 9.455/1997, conhecida como lei contra a tortura, pune este crime, inafiançável e sem direito a anistia, com a punição de até 21 anos e quatro meses de prisão.

As forças da repressão “prestam contas”

Retomemos o fio da história imediatamente após o golpe de 1964 em Petrópolis. A “prestação de contas” da ação repressiva à sociedade civil na cidade, quer dizer, à elite política e às bases de apoio do golpe militar, aconteceu mediante uma exposição de material subversivo, organizada pelo comissário e jornalista Sylvio Carvalho da Silva, ou, como passaria a ser conhecido, Sylvio de Carvalho, então chefe da Rádio Patrulha. (Tribuna de Petrópolis, 14.04.64: “Material subversivo está exposto na delegacia de policia”) Na imagem abaixo, os representantes da Rádio Patrulha, do DOPS e do 1º BC, perfilados no ângulo da fotografia, visitam a exposição.



Os limites impostos pela “institucionalização” à ditadura

O Inquérito Policial Militar foi o processo adotado nas Comissões Gerais de Investigação (CGIs), instituídas pelo Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964. O presidente da Comissão Geral de Investigações do Governo Federal, Marechal Estevão Taurino de Rezende Neto, informava à imprensa sobre a existência, no país, de 457 inquéritos policiais militares instaurados até junho de 1964 (Correio da Manhã, 9 de junho de 1964).

As Comissões nomeavam encarregados para instaurá-los que deviam apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que tinham cometido crimes contra o Estado e a Ordem, enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Esta apuração se fazia mediante Inquéritos Policiais Militares (IPMs).

Por meio de nota emitida no Ministério da Guerra, o marechal Taurino dava conta de que os inquéritos resultaram no encaminhamento de 65 expedientes sobre a suspensão de direitos políticos ao Conselho de Segurança Nacional, envolvendo mais de quinhentas pessoas passíveis de enquadramento no artigo 10 do AI-1, acima referido, ou seja, de suspensão de direitos políticos e de cassação de mandatos eletivos por 10 anos.

A atuação das CGIs mediante os IPMs consistia no **“enquadramento de criminosos mesmo antes do pronunciamento da Justiça e sem prejuízo do processo penal”**. (grifos nossos). Nem todos podiam ser enquadrados no artigo 2º da Lei de Segurança Nacional, havendo resistência da Justiça Militar a tal intento, posto que a apreciação dos enquadrados neste dispositivo era considerada exclusivamente para presos militares. De acordo com Angela Moreira Domingues da Silva, “...o general Peri Bevilacqua, ministro do STM de 1965 a 1969, esse artigo [2º Da LSN] passou a ser uma espécie de vala comum em que se lançavam os IPMs que contivessem matéria política (Silva, 2012, 140)”.

Com o Ato Institucional nº 2, de 27.10.1965, esta limitação foi superada a favor da “politização” dos IPMs, mas então a primeira onda de repressão havia chegado ao fim.¹³ Entretanto, a CGI e os IPMs tinham de enfrentar os limites impostos pela institucionalização da ditadura. No Diário de Petrópolis de 3 de junho de 1964, sob o título “Será pedida a prorrogação para os inquéritos sobre atividades subversivas”, lê-se que “Marechal Estevão Taurino de Rezende informou à imprensa que pedirá ao presidente Castelo Branco a prorrogação do prazo previsto no Ato Institucional para o inquérito sobre as atividades de subversão e corrupção no país.”

Na documentação componente do prontuário de José de Araujo Aranha e outros presos incluídos no Inquérito 49/64, aparece uma “Representação ao MM Juiz Auditor”, datado de 1º de junho de 1964, com sete páginas, sem assinatura, a requerer a suspensão do inquérito para a “imediata decretação de prisão preventiva dos acusados”.

13. Os IPMs foram encaminhados ao Superior Tribunal Militar e fazem hoje parte do Projeto Brasil Nunca Mais. A rigor, cada BNM inclui um IPM.

Uma coisa, porém, era a ação individual ou coletiva demandada por advogados em defesa dos réus. Outra era o processo criminal. Assim é que os quatro volumes do inquérito 49/64 foram encaminhados pelo promotor Mario Carrilho da Fonseca e Silva em 08.10.64 para instruir a fase jurídica do processo contra os comunistas enquadrados na Lei de Segurança Nacional. O processo foi registrado no cartório da 3ª Vara Criminal e remetido a 1ª Auditoria da 1ª Região Militar, informando tratar-se de crimes contra a Segurança Nacional.

No ano seguinte, os acusados no inquérito 49/65 foram incorporados ao Inquérito Policial Militar nº 709/65, presidido pelo coronel Ferdinando de Carvalho, envolvendo o PCB como uma organização nacional. Contudo, o inquérito local continuou sob julgamento na 1ª Auditoria da 1ª Região Militar, sob o Processo nº 26/64.

Em outros termos, os acusados viviam uma situação de sursis, de liberdade condicional, podendo ser detidos novamente a qualquer pretexto julgado relevante pela polícia ou pelo Exército.

Em 12.05.1970, extinguiu-se a punibilidade dos acusados neste processo, pela prescrição da ação penal. A promotoria apelou ao STM que, em sessão de 07.06.1971, confirmou a sentença (APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Dídimo Pereira Macedo). Apenas então, o principal dirigente do Comitê Municipal do PCB, Alcebíades de Araujo Romão, foragido em local desconhecido, retornou a Petrópolis. Mesmo assim, seria vítima de outras prisões, a exemplo da ocorrida na chamada “Operação Gaiola”, realizada a uma semana das eleições proporcionais de 1970, envolvendo milhares de pessoas (Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis. Testemunho de Paulo César Moura, prestado em 18 de agosto de 2018).

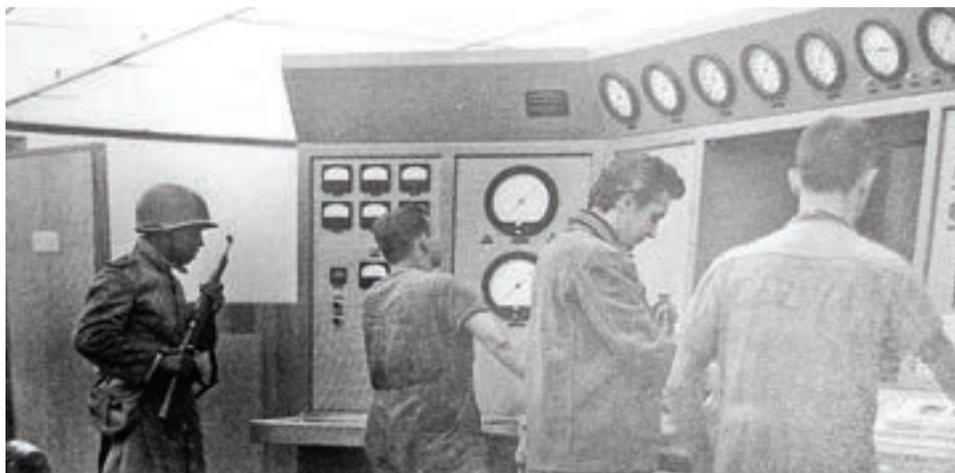
A intervenção militar em empresas: o caso da Celma, em Petrópolis

O golpe militar, desencadeado contra os trabalhadores da cidade e do campo cuja mobilização social e política estaria ameaçando a ordem capitalista, não impediu que o Alto Comando, sob a liderança do general Castelo Branco, promovesse a intervenção em certas empresas, de modo a favorecer concorrentes ou a estabelecer controle direto. Assim foi no caso da Panair do Brasil, em 1965.

A história desse processo em benefício da Viação Aérea Rio Grandense, conhecida pela sigla Varig, dirigida por Ruben Berta, é contada no livro “Pouso forçado”, de Daniel Leb Sasaki. Em 23 de março de 2013, Rodolfo Rocha Miranda e outros apresentaram, na audiência pública da Comissão Nacional da Verdade, os seus testemunhos a respeito da destruição da Panair do Brasil pela ditadura militar.

O ato atingiu, em Petrópolis, a Companhia Eletromecânica (CELMA), subsidiária da Panair adquirida em 1957 e que, da produção de furadeiras de bancadas e outros produtos, passara a ser uma firma especializada na retífica de motores de avião, serviços de manutenção e consertos técnicos, prestando serviços inclusive para a Força Aérea Brasileira.

De acordo com o livro acima citado, perto da meia noite do dia 10 de fevereiro de 1965, com ordens partidas diretamente do ministro da Guerra, general Costa e Silva, tropas do 1º Batalhão de Caçadores ocuparam o prédio da CELMA, sob a alegação de que a medida visava “preservar a integridade do patrimônio”, garantia que o diretor-gerente da empresa, Rodolpho Figueira de Mello, não havia solicitado. Durante a ocupação imediata, soldados chegaram a vigiar de perto, com armas embaladas, operários dentro das oficinas como atesta fotografia da época, publicada na obra referida (Sasaki,2015).



Celma, em fevereiro de 1965. Foto de Teixeira/CPDOC /JB_Daniel L Sasaki. Pousso forçado, 2015

Em 8 de março de 1965, Sérgio da Câmara Júdice, membro do Conselho Fiscal da CELMA notificava Alberto Victor de Magalhães Fonseca, síndico da massa falida da Panair do Brasil, S.A., da aceitação da demissão de John Wallace Simonsen, Nelson de Maia e Rodolpho Figueira de Mello, e da indicação da nova diretoria, composta pelos nomes do Major-brigadeiro José Kahl Filho, de Kleber Correa Lemos (funcionário do Banco do Brasil) e do coronel Marcos Baptista dos Santos Junior, para cumprir mandato no biênio 65/66 (Sasaki, 2015).

Conforme o livro de memórias de Rubens de Castro Bomtempo, outro diretor da empresa teria sido Fernando Sérgio Ayres da Motta, comandante aposentado da Panair e secretário de Obras do governo Nelson de Sá Earp. O nome de Ayres da Motta seria vinculado à intervenção da ditadura militar em Petrópolis em dois momentos distintos: imediatamente após a cassação de Bomtempo, em 1966 e, mais tarde, no período de 1971 a 1973, pelo aluguel do imóvel de Mário Ladders, no Caxambu, para sediar a Casa da Morte, centro secreto de tortura e aniquilamento de presos políticos.

A história posterior inclui a estatização da CELMA por meio do decreto nº 57.682, de 28 de janeiro de 1966, “a bem do interesse público e da Segurança Nacional”, perdurando até que, em 1º de novembro de 1991, sob o governo Collor, a empresa foi privatizada, passando ao controle de um grupo formado pelas empresas General Electric, Andrade Gutierrez, Banco Boavista e Banco Safra, por um valor pouco acima do faturamento de 1990. A CELMA contava então com 1.500 empregados (Sasaki, 2015).

O começo da resistência e o enfraquecimento das bases sociais da ditadura

Enquanto as prisões, interrogatórios, torturas e mortes ocorriam, a vida política nacional continuava, apesar dos sobressaltos. Expressões de resistência brotavam, entre trabalhadores, estudantes, intelectuais, artistas e políticos.

As lutas operárias

Durante o ano de 1965, a situação econômica continuou a deteriorar-se, principalmente porque a crise desencadeada ao final do Governo de Juscelino Kubistchek, que assumira o caráter de uma recessão econômica, a primeira a ser endogenamente produzida no Brasil, em 1962, fora aprofundada pela política econômica de Campos/Bulhões. O objetivo de eliminar a inflação incluía a racionalização da economia capitalista, mediante concentração de capitais. As empresas mais afetadas foram do ramo de bens de consumo leve, a exemplo das têxteis. O Serviço Nacional de Informação, criado pela lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964, monitorava as consequências. Na verdade, as antecipava, como se pode constatar no Informe nº245 SNI-ARJ, de 12 de março de 1965.

O Informe começa por afirmar: “Esta agência recebeu, de fonte idônea, o seguinte informe, provavelmente verdadeiro”. Segue-se em caixa alta o título “Articulação comunista no Estado do Rio de Janeiro”. O informe secreto refere-se à retomada da atuação em sindicatos, citando nomes dos dirigentes do PCB vinculados aos sindicatos e, no final, na página com o número 10 desenhado a lápis de cor, uma menção aos constantes atrasos de pagamento dos salários pelo patronato:

As classes empregadoras também tem a sua parcela de culpa. As mais beneficiadas com a Revolução foram as categorias econômicas; no entanto, ainda hoje temos conhecimento de medidas postas em prática por patrões, que só servem para irritar os trabalhadores, jogando-os contra as Juntas que dirigem algumas entidades¹⁴, fazendo com que eles vivam sonhando com a volta ao passado.¹⁵

14. Juntas interventoras nos sindicatos impostas pelo Ministério do Trabalho após impedimento ou cassação de diretorias eleitas.

15. Ou seja, fazer greves.

Encontram-se entre esses proprietários, os de Estaleiros, de Usinas de Açúcar, de Empresas de Transportes Rodoviários, de Indústrias de Fiação e Tecelagem, como é o caso da Fábrica Petropolitana, em CASCATINHA, Município de PETRÓPOLIS, **que vem mantendo salários religiosamente atrasados, desde a Revolução.** A indústria América Fabril, Fábrica de INHOMIRIM, MAGÉ, que por determinação de sua Diretoria, deixou de fazer descontos das mensalidades do Sindicato, em folha, como sempre fez, apenas visando desacreditar a Junta, alegando, inclusive, que não existe mais Sindicatos no País. (APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Juarez de Azevedo Almeida) [grifos nossos].

De fato, após a repressão desencadeada contra o movimento sindical – com prisões, torturas, perseguições e humilhações durante os anos de 1964 a 1965 – os operários retomaram suas lutas. Praticamente defensivas, pelo pagamento de salários atrasados e direitos descumpridos pelos patrões, foram greves que alcançaram dimensões maiores como no caso dos operários da Companhia de Tecidos Petropolitana, de caráter legal, com duração de nove meses, ocorrida entre 1966 e 1967. Também não se deve esquecer o descontentamento gerado com o novo decreto do salário mínimo com um valor baixo, aquém do custo de vida. (Diário de Petrópolis, 03.03.66: “Salário mínimo sai criticado”).

Em 26 de março de 1966, na matéria “América Fabril vai pagar operários”, o jornal Diário de Petrópolis dava conhecimento de um confronto entre operários e policiais, com vários feridos em ambos os lados. Pouco depois, uma situação semelhante quase aconteceu na Companhia Petropolitana. Em 3 de março de 1966, os operários da Cia., por conta de dois meses de atraso dos salários, entraram em greve. Desfilaram pela Avenida 15 de Novembro (atual Rua do Imperador) com tabuletas de protesto e uma bandeira nacional estendida com pedido de ajuda financeira. Eram os conhecidos “bandos precatórios” de outros tempos. Apesar da declaração do presidente do sindicato, Pedro dos Santos, de que a greve era legal e pacífica (Diário de Petrópolis, 02 de março de 1966), a revolta era grande e foi a intervenção do padre Cirillo, pároco de Cascatinha, que acalmou os ânimos exaltados dos operários e os convenceu a aceitar o acordo proposto pela Justiça do Trabalho. Em 11 de março, a empresa começou a pagar os salários.

Pequenos incidentes entre operárias e capatazes são comuns nas fábricas, mas no caso da Petropolitana havia um capataz particularmente detestado, visto como um demônio, o Sr. Clothier Galvão. Contudo, provavelmente por causa da falta de compromisso da empresa em pagar os salários, a fiandeira Maria Rosa – que se encontrava, na manhã de 2 ou 3 de junho de 1966, sentada entre as máquinas, tomando café – o enfrentou e recusou-se a retomar o trabalho. Acompanhada de colegas, ela compareceu ao departamento de Pessoal para receber a suspensão, num clima de revolta. Uma delas, Arlinda, lançou o desafio enquanto voltava ao trabalho: “a fábrica vai parar”. (Arquivo Histórico do Museu Imperial. Acervo da 67ª DP, Caixa 1966. Ocorrências verificadas nas fábricas em 03.06.1966.)

A paralisação aconteceu poucos dias depois, envolvendo o tecelão Eduardo Souza Mello, conhecido como “Ronqueira”, empregado com 30 anos de casa. Na documentação policial do acervo da 67ª DP relativa ao ano de 1966, consta uma primeira suspensão registrada em bilhete de 25 de junho: ele não aceitava suspensão. “Diz que só sae com ordem da Justiça” A segunda suspensão, em 5 de julho, por desacato ao chefe da sala de pano, ao tê-lo chamado de “burro” (obviamente o motivo do destempero não é anotado): não apenas comparece ao trabalho no dia seguinte, mas afirma que apenas com a polícia sai de lá; chegando a Rádio Patrulha, acontece a paralisação da tecelagem da Fábrica Velha, seguindo-se outras paralisações. A Rádio Patrulha, apesar de chamada a intervir, não pode agir devido à ação dos operários. Com a chegada do reforço e da polícia civil, inclusive do chefe do DOPS, Wilson Madeira, a situação poderia ter evoluído para o confronto, não fosse a mediação do comissário Milton Moraes, aceitando os operários retomar o trabalho. Ainda assim, dois policiais permanecem lá a postos para prevenir qualquer ato de violência contra o Gerente da Fábrica. Para assegurar a “paz social”, o delegado regional, Sérgio Rodrigues, promoveu uma reunião entre representantes da fábrica e operários em busca de acordo. Foi então notificado ao Sindicato que somente greve legal seria permitida. (Diário de Petrópolis de 7 de julho de 1966: “Princípio de greve em Cascatinha”; Arquivo Histórico do Museu Imperial. Acervo da 67ª DP, Caixa 1964-1965-1966).

Greve legal, decidida nos termos da Lei nº 4330, de 1 de junho de 1964, ou seja, devido, mais uma vez, ao atraso de salários e por ampla maioria em assembleia sindical. Foi o que aconteceu a partir de 30 de dezembro de 1966, a exemplo de movimento semelhante na Companhia de Cimento Portland, em Perus, São Paulo, nesse mesmo período.

Novamente vieram os operários da Companhia Petropolitana desfilar na Avenida 15 de Novembro, com a bandeira do Brasil aberta sobre a cabeça, para recolher ajuda (os chamados “bandos precatórios”). Apenas com o acordo que levou à intervenção governamental na Companhia, mediante a nomeação de Guido Lessa Ribeiro, ex-gerente da Fábrica de Tecidos Cometa, e um empréstimo bancário para pagar a dívida trabalhista, conseguiu-se formalmente terminar a paralisação. O apito da fábrica acionado em setembro de 1967 pelo governador fluminense Geremias de Mattos Fontes foi um gesto simbólico de caráter inócuo, pois a empresa não conseguiu recuperar-se e fechou antes do governador concluir seu mandato.

Ainda em 1967, consta na documentação da polícia política (Arquivo Histórico do Museu Imperial. Acervo da 67ª DP, Caixa 1967) o registro de uma paralisação da Petrópolis Confecções S.A. e Indaiá Modas S.A. O movimento grevista nesta confecção foi uma iniciativa das operárias que ameaçaram depredar os vidros e máquinas devido ao atraso de pagamento dos salários e desrespeito de direitos.

“Exploração!” foi o título do editorial da Revista Social dedicado ao assunto, em seu número 148, de 06.02.66: denunciava-se a escravidão vigente em fábricas de confecção nas quais adolescentes de 14 anos eram brutalmente exploradas. Horários não eram obedecidos, o salário mínimo não era pago e os “serões” [jornada extra-

ordinária] feitos sem remuneração. A CLT totalmente ignorada e ainda por cima as mocinhas eram obrigadas a limpar banheiros e sanitários. “Marajás da Ganância” e “senhores de escravos”, eis os epítetos conferidos a eles por Celio Salim Thomaz.

O processo avançou no ano seguinte, com reclamações apresentadas pelo advogado Wagner Rodrigues sobre demissões, coação e perseguições da “polícia feminina”, bem como de denúncias de máquinas sendo retiradas pela empresa à noite. A firma pedira concordata, mas o proprietário a adquirira fazia apenas dois anos. Pouco depois, em junho de 1967, as declarações de Alcides de Souza, proprietário da Indaiá Modas, foram consideradas pela Secretaria de Finanças do município inverídicas e a falência fraudulenta (Diário de Petrópolis, 07.06.67: “Industrial preso à disposição da Justiça”).

A propósito da ação desta “polícia feminina” observamos que fora reconhecida por Wilson Madeira na comunicação feita ao diretor do DPPS no processo acima referido. O comissário acrescentou informações a merecer aqui uma reprodução completa, com destaque para a última frase:

2-11: A Polícia Feminina do Estado da Guanabara, é uma organização particular, que cede elementos para policiamento interno, mediante pagamento da parte contratante. Quanto a ação no Estado do Rio de Janeiro, "DATA VERIA" solicite ao Sr Diretor do IPTG, instruções para casos futuros, em virtude de Não existir em nosso Estado uma organização semelhante. Nos primeiros dias da Revolução o antigo D.P.S. (hoje IPTG) empregou a Polícia Feminina da Guanabara no Ginásio Caio Martins (Presídio Político) e nas próprias dependências do Departamento.

Portanto, reservadamente, a polícia política de Petrópolis seguia o método da Agência Regional do SNI: havia proprietários que, pelo desrespeito aos empregados, estimulavam o confronto e devia-se agir para evitá-lo. Mas, no tocante a uma força repressiva como a “polícia feminina”, mantinha reserva e sequer citava o nome da “aspirante” envolvida na repressão às operárias a serviço de um proprietário cujo comportamento era condenável. (Arquivo Histórico do Museu Imperial. Acervo da 67ª DP, Caixa 1967).

A crise política

É indispensável deslocar a análise para o outro lado do pêndulo social, para a burguesia, comprimida pela política econômica e a falta de perspectivas de crescimento econômico. Aos poucos, a oposição à ditadura militar começou a se fazer sentir também do ponto de vista das suas próprias bases de sustentação. Uma

parte expressiva dos representantes civis da burguesia, a exemplo de Juscelino Kubitschek e de Carlos Lacerda, apoiou o golpe militar apenas para liquidar com as pretensões do trabalhismo em manter-se no governo, de modo a recuperá-lo na eleição presidencial agendada para 1965. Apesar do fim da eleição direta e o controle do processo sucessório na Presidência da República pelos militares a partir do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1966, e da extensão da mesma restrição nos Estados e municípios das capitais mediante o Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966, o processo eleitoral direto continuava para a maioria absoluta dos municípios. Uma boa parte dos prefeitos e políticos era composta por adesistas de última hora, considerados suspeitos pela polícia política.

O oportunismo político entrou na mira da repressão política, com investigações e organização de provas, de modo a conseguir cassações e impugnações.

Um caso notável aconteceu na tentativa de prisão do vereador Augusto Patulea, conforme notícia do Jornal de Petrópolis de 04.03.1966: “Vereador detido ao chegar à Câmara!”. Os investigadores Wilson Madeira, Saul de Carvalho e Silvio Gomes conduziram Patulea à 67ª DP. Paulo Machado, presidente da Câmara, e Fabiano Pércia Gomes, assessor jurídico daquela casa, se dirigiram e solicitaram, ao que tudo indica, a mediação do delegado regional, Sérgio Rodrigues. Passando ao controle da situação, este último liberou o vereador e publicou nota que podemos considerar uma desautorização da iniciativa de Wilson Madeira. Esclarece, na nota publicada na matéria acima, que o chamamento do edil devia-se ao fato de figurar como co-autor de ilícito penal objeto de inquérito policial, porém não via nenhum impedimento para acertar novo horário destinado a cumprir as exigências processuais. Na conclusão, uma espécie de condenação da atitude do comissário: que esperava não evoluíssem os comentários e cessassem “as divulgações tendenciosas feitas por elementos interessados na conturbação do ambiente petropolitano, reconhecimento obreiro e pacífico.”

Contudo, a situação evoluiu para uma tragédia, envolvendo o nome daquele assessor da Câmara Municipal, o advogado Fabiano Gomes.

Foi o que aconteceu em 1966, quando o prefeito, Flávio Castrioto e seu sucessor, Rubens de Castro Bomtempo, foram cassados com base no Ato Institucional nº 2, porque na sucessão estadual do Rio de Janeiro, haviam se colocado na oposição ao nome imposto pela ditadura. A cassação de Castrioto aconteceu em 4 de julho de 1966. Bomtempo, contrariando orientação expressa do general Golbery do Couto e Silva, chefe do SNI, conforme as memórias do próprio Bomtempo (2006), não quis renunciar e resolveu assumir a vacância, para ser cassado quinze dias depois. Veio o período da interventoria do ex-comandante da Panair, Fernando Sérgio Ayres da Motta, outro prócer do PDC e que teria, mais tarde, um papel importante no funcionamento da chamada Casa da Morte. A indicação do interventor ainda estava limitada pelas regras da legislação vigente, de modo que se teve de convocar nova eleição. No interior desse processo, a tentativa da polícia política em impugnar a candidatura de Paulo Gratacós, vinculada a Bomtempo, do qual fora secretário, fracassou, diante da tragédia provocada pelo suicídio de um candidato a vice-prefeito em Petrópolis e acabou por provocar divergências dentro do aparelho de repressão.

O suicídio de Fabiano Gomes

A propósito, publicamos, em 27 de junho de 2017, o artigo “As cassações dos prefeitos pela ditadura militar e o suicídio político de Fabiano Gomes” no blog “Acontece em Petrópolis”. Em 7 de fevereiro de 2018, recebemos carta de Fernando Gomes, irmão de Fabiano, apresentando correções àquele artigo. Esta carta e nossos comentários foram publicados no portal da CMVP, dado que, alegando tamanho incompatível com o padrão do blog, a diretora Marianne Wibert não se propôs a publicá-los na íntegra. O texto a seguir é o que foi publicado no portal com algumas inclusões e pequenas mudanças:

Em 5 de fevereiro de 1966, a ditadura militar teve de enfrentar uma crescente oposição política, desta vez de dentro das suas próprias bases de sustentação. Em nome da “tranquilidade e harmonia” para o Brasil, o general-presidente Humberto Castello Branco baixava o Ato Institucional nº 3, que tornava indireta a eleição para os governos estaduais e para os municípios das capitais. Por outro lado, tratava de assegurar o controle do processo eleitoral direto para as Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional e na maioria dos municípios, mediante uma nova onda de cassações e impugnações de candidaturas.

Assim é que a imprensa petropolitana anunciava a chegada, no dia 11 de outubro, de agentes do Serviço Nacional de Informações, representado por altas figuras de seus quadros (Tribuna de Petrópolis, nº 205, de 11.10.1966). A reunião apresentada como secreta, a ser realizada por aqueles “quadros” com outras figuras do nível local, era revelada na edição do dia seguinte pelo mesmo periódico: ocorrida no Edifício do Fórum¹⁶ sob direção do SNI, vinha com a impugnação de Paulo Gratacós, candidato a prefeito pela legenda do MDB e de outros nomes já decidida. Um dos membros da comitiva era um oficial do Exército, provavelmente o coronel (Francisco Homem de) Carvalho, em ofício policial mais adiante citado.

A DOPS iria cumprir as determinações do SNI com uma afoiteza ímpar, a ponto de ser desastrosa – assim caracterizou a ação da polícia secreta depois de consumada a tragédia, o delegado regional Sérgio Rodrigues, em insuspeito e involuntário testemunho.

As informações sobre o processo no qual estava envolvido Fabiano Gomes foram divulgadas pela imprensa local. A Tribuna de Petrópolis, em sua edição nº 206, de 15.10.1966, publicava a matéria “Os fundamentos da impugnação proposta pelo Promotor de Justiça”, nada mais do que a transcrição dos argumentos que o promotor público Gil Castello Branco utilizava para solicitar à Justiça Eleitoral a impugnação da candidatura de Paulo Gratacós. O promotor menciona um documento anexado, cujo trecho de acusação transcrevemos integralmente:

16. Atual CEFET-Petrópolis.

Fonte reconhecida em idoneidade moral, jurista do Município de Petrópolis declarou a um dos agentes do DPPS que “O Sr. Paulo Gratacós fez um comício no pátio da estrada de ferro Leopoldina no Alto da Serra, em Petrópolis, defendendo o comunista Demistocles [sic] Batista e se declarando contra a revolução e contra a cassação de mandatos dos comunistas”. O mesmo, segundo o Dr. Fabiano, faz campanha em companhia do médico Rubem [sic] de Castro Bomtempo, elemento cassado pela revolução, que também ataca o Governo. (Tribuna de Petrópolis, 15.10.1966).

Apesar da declaração contrária a tal calúnia escrita por Fabiano Gomes, divulgada, aliás, na mesma edição da Tribuna de Petrópolis de 15.10.1966, a acusação de ele ser informante contra Gratacós circulou e se afirmou insidiosa entre os porta-vozes e seguidores da elite política reunidos nos bares e restaurantes em torno da “esquina famosa” da então Avenida 15 de Novembro com a Praça D. Pedro. Vale registrar a opinião do irmão dele, na carta de 7.02.18 acima referida:

Depois, existia um compromisso sério do Sr. Paulo Monteiro Gratacós para comparecer na casa de Fabiano, então na Rua Montecaseros, no alto do logradouro, e afirmar que acreditava que Fabiano jamais afirmara alguma coisa contra ele, Paulo Gratacós, mas Gratacós jamais compareceu à casa, descumpriu o compromisso, depois foi tarde demais. (Tribuna de Petrópolis, 15.10.1966).

Então aconteceu o suicídio de Fabiano Gomes, às 22:30 horas de 17.10.1966.

No dia seguinte, o delegado regional Sérgio Rodrigues enviava o ofício nº 827/66-CARTORIO ao Coronel Eduardo do Couto Pfeil, Secretário de Segurança Pública, no qual apresenta a narrativa dos fatos que culminaram na morte. Indica que o chefe do DOPS, Wilson Madeira, encaminhara documentação para efeito das impugnações para o DPPS em Niterói, material que retornara a Petrópolis pelas mãos pelo Coronel (Homem de) Carvalho do SNI. Contudo, as certidões fornecidas pelo DOPS sobre a vida pregressa dos candidatos continham, com relação ao nome de cada candidato objeto da medida, o nome do informante, como foi o caso da indicação do “Dr. Fabiano”. Sérgio Rodrigues levanta a suspeita de não ser o informe verdadeiro e critica o amadorismo da atuação de Wilson Madeira. Informa ter participado de reunião levada a efeito no 1º BC com seu “digno comandante”, Coronel Torres Marques, juntamente com o Capitão Santana (S-2) e o promotor Gil Castelo Branco, que atuava na 29ª Zona Eleitoral. Nesta ocasião, o comandante do 1º. BC desmentiu que os informes contra a impugnação de Paulo Gratacós haviam sido recolhidos nos arquivos daquele batalhão. O coronel foi dissuadido de desmentir publicamente esta pretensa autoria pelo delegado Sérgio Rodrigues, em nome da preservação da imagem dos órgãos de repressão. Reproduzimos abaixo o documento:

reunião levada a efeito no 1º A.C., com o seu digno comandante, Coronel Torres Marques, juntamente com o Capitão Santana (R2) e o Promotor Gil Castello Branco, que atua na 2ª. Zona Eleitoral. Ali, exteriorizando o mais justo abreviamento decorrente das citações envolvendo o 1º A.C. (os informes ditas foram sido recolhidos nos arquivos do 1º A.C. e que não servem a verdade), o Coronel Torres Marques manifestou-se disposto a distribuir nota oficial à imprensa desmentindo publicamente os informes do Departamento de Polícia Política e Social que atue, o 1º A.C. como portador das fichas dos candidatos sujeitos à insuagação, quando, na realidade, o 1º A.C. nenhuma participação tivera nos fatos que se sucederam até ao pedido de insuagação formulado por aquele representante do Ministério Público.

9. Parecendo de imediato que tal esclarecimento público, por parte do Comando do 1º A.C., veria a falência das atividades da Segurança Pública do Estado, especificamente do Departamento de Polícia Política e Social, e que importaria no total e absoluto descrédito de todas as insuagações prosseguidas no Estado, e, assim de tudo, a falência do chamado Serviço Secreto, inqual contornar o interesse, e, em falsa modestia,

Arquivo Histórico do Museu Imperial. Acervo da 67ª DP, Caixa 1964-1965-1966

Impôs-se, por acordo, o silêncio, com ônus para o Batalhão. O delegado terminava o ofício responsabilizando Wilson Madeira “por tal espécie de trabalho, tal erro, tal absurdo”, deixando ao encargo do Secretário de Segurança as devidas providências. (Arquivo Histórico do Museu Imperial. Acervo da 67ª DP, Caixa 1964-1965-1966).

Assim, fica-se a saber que o documento anexado pelo promotor Gil Castello Branco na notícia publicada na Tribuna de Petrópolis de 15.10.1966 era de autoria de Wilson Madeira, baseado em informes próprios. Os informes foram dados por “Vasquinhos” (Denizard Vasques), garçom da Confeitaria D’Angelo e Gualter, fiscal de rendas aposentado, tal como se pode constatar no trecho de documentação constante nos prontuários de Alcebiades de Araujo Romão e de Paulo Gratacós.

1-1: O Fiscal de Rendas aposentado, Sr. Gualter, residente no Edifício Becho, elemento anti-comunista, sabe de elementos das ligações do atual Prefeito, Paulo Gratacós, com comunistas, durante a campanha eleitoral inclusiva de um comércio no Alto do Serra.

1-2: Também o garçom Vasquinhos, da Confeitaria D'Angelo, elemento de Sindicato, sabe a respeito e também sobre corrupção no Sindicato dos Hotel (empregados)

NY-36

*A.S.P. de
Faz. de
encaminha-se
a DPT/1966
para se
no processo
C-28/6/67
M...*

APERJ. Pol-Pol. Prontuários de Alcebiades de Araújo Romão e Paulo Gratacós

A atuação de Wilson Madeira no DOPS em Petrópolis ainda continuou até pelo menos 1967, mas a tragédia certamente fez sua estrela declinar daí em diante.¹⁷

Fabiano Gomes foi vítima de ato torpe e, pelo resultado, criminoso. Pesa sobre os agentes da repressão direta e indiretamente implicados a responsabilidade pelo desfecho trágico de sua existência. Por fim, não temos a convicção de que o processo deva ser considerado concluído, supondo que foi vítima de chantagem da polícia política. Quem sabe outros pronunciamentos, principalmente dos “homens leais e amigos” a quem ele dirige suas últimas palavras na nota “Ao povo de Petrópolis”, possam lançar nova luz?

A prisão de Saul Alves de Quadros e o retorno dos exilados

No dia 19 de fevereiro de 1967, a família Quadros publicava a seguinte nota na imprensa petropolitana:



Era uma forma de denunciar a prisão publicamente e obrigar a polícia política a assumir a prisão, considerada ilegal nos termos de sua própria legislação e atuação. Verificamos na documentação contida em seu prontuário que, tendo retornado ao Brasil, ele foi preso no 1º BC e solto por determinação da 1ª Auditoria Militar. Na nota, é informado que “**ele desapareceu imediatamente após**

17. A comprovação é a notícia de que Madeira fora convidado a lecionar na Escola de Polícia em Niterói, assumindo a cadeira de “Segurança Interna”. Em decorrência, deixaria o cargo até então exercido de chefe do DOPS em Petrópolis, Teresópolis, Magé e Duque de Caxias. No início de 1967, iria aos Estados Unidos fazer cursos no FBI, durante seis meses (Diário de Petrópolis, 21.08.66). Uma promoção administrativa sempre foi o método policial adotado para afastar policiais incômodos ou submetidos a processo judicial.

o cumprimento da ordem de sua soltura” (grifos nossos), repetindo-se o procedimento da prisão do pai, Fabrício, de Juarez de Azevedo Almeida e de Pedro Lopes Neves, referidos anteriormente. De acordo com testemunho de Marcos Alves de Quadros, ao descer a pé da Vila Militar, foi sequestrado pela DOPS e conduzido, em seguida, a Niterói.

O boletim de preso de Saul Alves de Quadros é registrado em Niterói, em 15.02.67. O primeiro auto de qualificação e interrogatório tem a data deste mesmo dia; o segundo, como termo de informações, o mesmo local, em 20.02.67. No intervalo, foi barbaramente torturado. No verso do boletim de preso, consta ter sido solto em 21.02.67, por ordem do secretário de segurança.

Na mesma data da soltura formal de Saul, o vereador Roberto Francisco, contrário a Goulart e um dos apoiadores políticos do golpe militar em Petrópolis, publicava na sua coluna do Jornal de Petrópolis o artigo *Exilados voltarão ao país*. Afirmava que aqueles exilados “voluntariamente” após o golpe iriam “voltar tranquilamente ao país”, com a prescrição dos atos institucionais, “a consumir-se com a posse do novo Presidente”. Explicava tratar-se apenas dos IPMs, quer dizer, da “competência legal dos presidentes dos IPMs para a imposição de prisões. Tudo passou à órbita da Justiça.” Em outros termos, se os retornados do exílio estariam sujeitos a mandados de prisão preventiva, poderiam responder em liberdade e lançar mão de habeas-corpus em caso de prisão.

A referência ao exílio voluntário era uma manifestação de desprezo por aqueles que, temendo a prisão e vexações, ele denominou de “fichinhas e cartolas do sistema deposto”, como se a prisão fosse um fato normal e não houvesse a imposição da tortura sistemática para os inimigos do regime vitorioso.

Certamente não era o caso de Saul, que, junto com seu pai, Fabrício Alves de Quadros, fora um dos perseguidos desde o dia imediato ao golpe e meses depois conseguira asilar-se no Uruguai, com mandado de prisão preventiva expedido em 12 de junho de 1964.

O risco da oposição armada

A par de lançar mão de registros do passado para instruir processos de prisão, interessava aos órgãos de repressão política o papel que alguns militantes do PCB poderiam vir a ter na resistência armada ao regime que, imediatamente após o golpe, envolveu o nome e a influência de Leonel Brizola.

Na documentação relativa a Fabrício Alves de Quadros produzida pelo Setor do DOPS em Petrópolis e reproduzida pelos órgãos de informação das Forças Armadas, consta que teria retornado do Uruguai para o Brasil onde teria estado asilado até aquele momento. No período em que lá esteve, teria mantido ligação com Leonel Brizola e Eliseu Torres (APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Fabrício Alves de Quadros).

A resistência brizolista acabaria, contudo, no insucesso da guerrilha em Caparaó, em março de 1967. Nos anos seguintes, surgiria uma “esquerda armada”

a partir de cisões no PCB, com destaque para a ALN e MR-8 e de outras organizações, como a Política Operária. A influência cubana sobre estas organizações, tendo por marco a fundação da Organização Latinoamericana de Solidariedade (OLAS), realizada em Havana de 31 de julho a 10 de agosto de 1967, expressava-se tanto no apoio material e no treinamento militar, como na orientação estratégica e tática, especialmente quanto ao papel da guerrilha.

A importância conferida pela polícia política aos membros do Comitê Municipal do PCB em Petrópolis deve-se, principalmente, à crise política do partido que, no curso do ano de 1967, era perceptível na preparação do VI Congresso, uma vez que poderia representar uma reorientação estratégica no sentido da luta armada.

O treinamento das forças policiais e Dan Mitrione em Petrópolis

Logo após ter passado a primeira onda repressiva, uma notícia publicada na Tribuna de Petrópolis dava conta de que a SSP-RJ pretendia agir para conseguir o enquadramento disciplinar da polícia civil nos termos da visão institucional da ditadura recém-implantada (Tribuna de Petrópolis, 30.05.64: “Política fluminense”).

De acordo com a matéria, uma Comissão de Investigações Sumárias da SSP recém-instalada fizera publicar no Diário Oficial uma relação de 86 funcionários indiciados em crimes de corrupção¹⁸ e contra a Segurança Nacional. Dos nomes listados, identificamos os dos delegados Mauro Fernandes Magalhães e Oriovaldo de Almeida Serra; e os dos comissários, Luis Carlos Azeredo Viana, Milton Campos de Moraes e Sylvio Carvalho da Silva. Todos teriam um papel importante em Petrópolis sob a ditadura militar, entre 1964 e 1971.

A matéria menciona também a necessidade de preparar melhor os efetivos policiais. Vale ressaltar que, por iniciativa da SSP-RJ, a partir de 1965, vários delegados e comissários, inclusive de Petrópolis, foram treinados por agentes norte-americanos especialmente destacados para este fim por meio do chamado “Ponto IV”.¹⁹ De acordo com Huggins (1998), essa atuação foi precedida pela colaboração estreita com as forças da repressão brasileira no imediato pós-golpe, durante a chamada “Operação Limpeza”. Segundo Huggins (1998), decorrida uma semana após o golpe, mais de 7.000 pessoas haviam sido presas em todo o país.

Em que consistia o treinamento? De acordo com Huggins (1998), em:

18. Pela informação de outra matéria na mesma edição, poderia ser o envolvimento com a contravenção representada pelo “jogo do bicho”.

19. Esta era a denominação dada à colaboração mantida entre os governos americanos e brasileiro, por meio da USAID (United States Agency for International Development), organizada pelo presidente John Kennedy. Remetia ao quarto ponto do discurso de posse do presidente Truman, em 1949. Os programas de ação da USAID incluíam um componente de segurança pública, conhecido pelo nome de “of Public Safety” (OPS) ou Seção de Segurança Pública, criada em novembro de 1962 (Huggins, 1998).

- a) cursos de treinamento em técnicas de vigilância, coleta de informações, procedimentos de interrogatório, métodos de realização de batidas, controle de motins e multidões, investigações técnicas (bombas, explosivos, armamentos);
- b) jogos de simulação (“Operação San Martim”), realizada em sala de operações de alta tecnologia, na qual um grande mapa de Baltimore e arredores era usado para representar o país fictício (“San Martim”) alvo de um ataque por outro (“Maolândia”);
- c) rede informatizada de comunicações da polícia com rádio-transmissores-receptores e posto fixo. Posto à prova, com sucesso, durante as passeatas na Universidade de Brasília, em 1965. Tinha um objetivo de integração nacional mais amplo e nele, como sempre, nos acordos de cooperação com os EUA, participavam uma ou várias empresas. No caso era a IBM que fornecia o equipamento.

O treinamento realizado alcançou 109.483 agentes, entre policiais treinados nos EUA (648) e no Brasil (108.835), assim distribuídos ao longo do tempo de acordo com estudo de Battibugli (2006):

Ano	Total EUA	Total Brasil
1964	131	8.380
1965	193	17.140
1966	268	44.030
1967	346	64.443
1968	391 (janº 1969)	86.761
1969	523	105.819

Notícias a respeito do treinamento de policiais apareceram no Diário de Petrópolis em 1965 e 1966. O major Paulo Biar, secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, declarava à imprensa, dentro de seu plano de uma “Polícia mais forte”, que iria conseguir “novas bolsas de estudos para [que] delegados fluminenses façam cursos especiais nos EUA.” Uma primeira turma estava então retornando ao Brasil (Diário de Petrópolis, 21.07.65). No ano seguinte, ao informar a diplomação da primeira turma formada na Escola de Polícia no Estado do Rio, o seu diretor, Ovidio Romeiro Netto, dava ciência da indicação de duas turmas de 10 alunos para fazerem cursos especiais FBI, inclusive Curso de Guerrilhas. Citava entre os nomes, o de Wilson Madeira (Diário de Petrópolis, 28.07.66).

Informações a respeito deste treinamento em Petrópolis também foram encontradas na Revista Social, dirigida por Célio Salim Thomaz, colunista social do Jornal de Petrópolis que era também funcionário da SSP-RJ, lotado no setor de Censura a Diversões Públicas. A conexão entre jornalistas e policiais permitiria a divulgação naquele periódico, em janeiro de 1965, de que o comissário Sylvio de Carvalho fazia curso de aperfeiçoamento sobre assuntos policiais; de que os

delegados José Silva, Paulo Paciolo e Carrielo, de Niterói, foram indicados pelo secretário de segurança para fazer curso no FBI, em março de 1965; de que Wilson Madeira estava em conversação na Embaixada dos EUA para tratar da “bolsa de estudo do Ponto IV para jornalistas”, em agosto de 1965. No Diário de Petrópolis de 21.07.65, noticia-se o retorno da primeira turma de delegados que haviam esta-
giado “nos principais órgãos de segurança” dos EUA.

Uma notícia importante, divulgada em novembro de 1966, é a de um churrasco oferecido pelo casal Sylvio de Carvalho e Sra. aos casais Weyland, Mitrione, Eckert, Shirk e Salazar, “todos altos funcionários da Embaixada Americana e assessores de Segurança Pública do Ponto IV”, evento do qual participou o colu-
nista Celio Thomaz, acima referido.

Entretanto, um resultado significativo da cooperação da OPS com as forças de segurança em Petrópolis foi a inauguração da nova sala de operações e um novo serviço de rádio doado pela USAID para a Rádio Patrulha, à frente do qual estava Sylvio Carvalho da Silva. A notícia publicada pelo Diário de Petrópolis em 26.08.67 informava a participação, na solenidade, de “Carlos Eckert, Assessor de Segurança da USAID para o Estado do Rio de Janeiro”.

A relação entre Sylvio de Carvalho e Dan Mitrione aparentemente fortaleceu-se após o curso que o primeiro fez nos EUA (Jornal de Petrópolis, 18.05.67), ficando mais evidente depois do sequestro e da execução do americano em 10.08.1970, diante da recusa do governo uruguaio em libertar 150 presos políticos. Imediatamente após, o comissário encomendou missa por intenção de Mitrione na Igreja do Sagrado Coração de Jesus (Jornal de Petrópolis, 14.08.70). Ambos eram católicos praticantes. E, por iniciativa de Paulo Ribeiro, vereador e policial licenciado, Mitrione tornou-se nome de rua em Petrópolis, em setembro de 1970.

O aprendizado nos cursos realizados nos EUA apareceu nas notícias de jornal. Numa destas, Sylvio de Carvalho divulgou o mapa da Central de Operações Espe-
ciais da Polícia, ao lado do delegado regional Mauro Magalhães e de uma jornalista:



A cooperação entre os dois países terminou quando o governo Nixon suprimiu a ajuda, sob a alegação de que as forças policiais brasileiras já estavam aptas a preparar e adestrar seus próprios agentes. Na verdade, tratava-se das consequências das denúncias relacionadas ao envolvimento dos americanos com o chamado Esquadrão da Morte no Brasil, levantadas pelo senador William Proxmire, da Subcomissão de Dotações do Senado dos EUA. Eis a matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, de 14.07.71:

EUA contra o 'Esquadrão'

WASHINGTON — O Departamento de Estado norte-americano condenou ontem em Washington as atividades do "Esquadrão da Morte" no Brasil. O subsecretário para assuntos interamericanos, Charles Meyer, disse que as "espontâneas operações" dos policiais pertencentes a essa organização "não têm qualquer vinculação com o programa de treinamento oferecido pelos Estados Unidos" e que eles "não podem ser apoiados".

O governo do presidente Nixon suprimiu a ajuda às forças responsáveis pela ordem pública no Brasil, sob a alegação de que elas já têm condições de preparar e adestrar seus agentes. A informação da supressão foi dada em comunicado oficial distribuído cotem na capital norte-americana.

Condenação

Em depoimento à Subcomissão de Dotações do Senado de Washington, Charles Meyer explicou que o objetivo do programa dos Estados Unidos de assistência à segurança pública na América Latina é "o de adotar a polícia juntamente com os recursos humanos". Esclareceu também que os policiais do "Esquadrão da Morte" "representam um pequeno setor da polícia brasileira", lembrando que "na maior parte dos países do mundo são cometidos excessos em qualquer profissão".

Segundo informou Meyer, o vice-coordenador da "Aliança para o Progresso", Hermann Klein, o programa inclui não apenas o treinamento de 600 oficiais da polícia brasileira nos Estados Unidos e a preparação de outros 100 mil no Brasil. A polícia brasileira — revelaram Meyer e Klein

na — é composta de 200 mil agentes.

No depoimento, Meyer disse que o Brasil "já pode preparar seus próprios agentes federais e estaduais com modernas técnicas", graças à assistência recebida durante 12 anos, que foi a maior do Continente.

Recusa

O presidente da subcomissão, senador William Proxmire, que levantou o problema do "Esquadrão da Morte" com base em reportes de jornais, particularmente, sobre o pedido de prisão a 15 agentes da polícia em São Paulo, disse que os Estados Unidos deviam pagar ajuda "a qualquer pessoa onde sejam violados os direitos humanos". Proxmire questionou sobre a validade da implementação do programa em "determinadas ações, em virtude de abusos".

Gustamala

O senador pediu ao Departamento de Estado que prepare um relatório com análise da situação política na Guatemala, mostrando se "sabemos, como os policiais de treinamento, haviam aumentado ou diminuído durante o período de ajuda ou da segurança pública dos Estados Unidos".

Notícia de "Esquadrão" na página 28.

Evasão preocupa Buzaid

Do Senador de
BRASILIA

O ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, determinou ontem a seus assessores que se informem junto à Secretaria de Segurança da Guanabara do processo de fuga do policial Sílvio Carneiro, que estava sendo processado por crimes do "Esquadrão da Morte". Disse que deve ser mantida a autoridade criminal e sua prorrogação quanto à captura do fugitivo.

Auxiliares do ministro disseram em Brasília que Buzaid está particularmente preocupado com a fuga de pessoas de promotor público Sílvio Lobo, encarregado do inquérito contra o "Esquadrão da Morte" no Rio de Janeiro. O ministro não pode intervir direta e efetivamente na questão, pois o processo corre na Justiça estadual.

As que se sabe, a atitude de ministro Buzaid foi a mesma que adotou por ocasião da fuga de "Pinheiro", em São Paulo, quando telefonou ao governador Laudo Nabel manifestando sua preocupação com o fato e pedindo que fosse dada proteção ao promotor Rildo Rendo.

O ano de 1968

O ano de 1968 foi dominado pelo protesto político das classes médias, representadas pelo movimento estudantil. Em Petrópolis ocorreram manifestações, principalmente em sinal de protesto contra a violência policial que matou o jovem Edson Luiz de Lima Souto, no meio da repressão a uma passeata-relâmpago contra a alta do preço e a má qualidade da comida no restaurante do Calabouço.



Corpo do estudante Edson Luís Souto. Imagem disponível em <http://m.memorial-dademocracia.com.br/card/mataram-um-estudante-podia-ser-seu-filho>

Reunidos na Universidade Católica de Petrópolis, os acadêmicos de Direito, de Engenharia e de Filosofia decidiram entrar em luto oficial por 3 dias (Jornal de Petrópolis, 30.03.1968). Numa passeata marcada para as 18 horas, os estudantes universitários depararam-se com o delegado Péricles Gonçalves, chefe da 11ª Região Policial que ponderou “a inoportunidade da passeata, mesmo porque não estava devidamente autorizada” (Diário de Petrópolis, 30/03/68). Os estudantes, contudo, realizaram, sob a chuva, a passeata unificada, silenciosa e de luto, com cartazes protestando contra a violência e a ditadura. Dirigiram-se à Câmara Municipal e em seguida ao gabinete do prefeito Paulo Gratacós, superlotando a sala e demais dependências. Ao pedido dos estudantes, o prefeito decretou luto oficial por três dias na cidade (Diário de Petrópolis, 30.03.68).

Fato é que o episódio trágico do restaurante do Calabouço precipitou as manifestações massivas dos estudantes em todo o país. As manifestações são interpretadas pelo governo do general-presidente Costa e Silva como uma contestação à ordem. No dia 3 de abril, o Jornal de Petrópolis publica “A continuarem as agitações o Governo iria ao sítio”. As tropas do I Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em apoio à Polícia Militar, controlam as ruas do centro do Rio de Janeiro.

A agudização política dos conflitos de classe, protagonizadas pela classe média no começo de 1968 e pela classe operária nas greves de Contagem e de Osasco, em abril e em julho do mesmo ano, é interpretada pelo regime como uma ameaça que precisa ser erradicada (trata-se dos “inimigos do povo”, no dizer do delegado Péricles Gonçalves). Até mesmo a oposição liderada por Carlos Lacerda sofre com a proibição de funcionamento da Frente Ampla em 5 de abril, proscrita por uma portaria do Ministério da Justiça. A queda do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP) e a prisão de Vladimir Palmeira em outubro, entretanto, dramatizam a derrota do movimento estudantil.

A ditadura militar se mantinha, o Alto Comando das Forças Armadas seguava o leme com uma convicção aparentemente contrária aos fatos. O controle cada vez maior da vida social era praticado pela polícia política, inclusive em Petrópolis, como se pode constatar nos pedidos feitos à Prefeitura, de encaminhar a relação dos edifícios existentes, nomes dos proprietários dos apartamentos, número total de andares e elevadores de cada edifício e a relação dos endereços e números de alunos matriculados nas Faculdades existentes (Arquivo Histórico do Museu Imperial. Acervo da 67ª DP. Caixa 1968).

No segundo semestre, portanto, a onda de contestação, principalmente das classes médias, havia passado e a ditadura retomara o controle. Apesar disso, a situação evoluiu para uma crise. Citamos aqui uma avaliação dos momentos finais de 1968, feita por Augusto Buonicore:

O pretexto para o recrudescimento do regime foi dado por um acontecimento aparentemente sem importância, ocorrido na Câmara dos Deputados. Num discurso corriqueiro Márcio Moreira Alves do MDB defendeu o boicote às comemorações de Sete de Setembro e uma “greve de sexo” das namoradas dos cadetes e oficiais em protesto contra as agressões que vinham se dando contra os estudantes.

O discurso não teve a menor repercussão na imprensa. No entanto, os altos oficiais, insuflados pela linha dura, exigiram que governo tomasse providências enérgicas contra o deputado insolente. O general-presidente Costa e Silva solicitou ao Congresso licença para poder processá-lo. O descontentamento existente dentro dos partidos políticos pode ser medido pelo resultado da votação daquele pedido presidencial. Em 12 de dezembro ele foi derrotado por 216 votos contra 141. Parte importante dos deputados da ARENA ajudou a derrotar o governo que deveria defender.

Não só o poder Legislativo havia imposto uma derrota ao regime. Um dia antes o Supremo Tribunal Federal (STF) ordenou a libertação de 81 estudantes presos, inclusive as principais lideranças do movimento. Poucos, por manobras do regime, continuariam presos. Até mesmo no Superior Tribunal Militar (STM) podiam se ouvir vozes discordantes. (BUONICORE, 2018).

A reação governamental foi transformar esses eventos em crise do regime, em atos de contestação aos “rumos da Revolução”. Tudo antecipava a decretação do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

O ato institucional nº 5, de 13.12.1968: o golpe dentro do golpe militar

Às 16 horas do dia 13 de dezembro de 1968, o general-presidente Costa e Silva abria a 43ª sessão do Conselho de Segurança Nacional, realizada no Palácio Laranjeiras (cidade do Rio de Janeiro), e explicava o motivo da convocação aos seus membros: “colocá-los a par de problemas de muita gravidade”. Que, considerando-se “um legítimo representante da Revolução de 31 de março de 1964”, teria de decidir se “a Revolução continua – ou a Revolução se desagrega”. Mencionou a boa vontade e a tolerância do governo no sentido da união entre a área política e a área militar, agora posta em questão pela recusa do Congresso de casar o mandato de Márcio Moreira Alves, cujo discurso de provocação às Forças Armadas visou “interromper o processo evolutivo da Revolução, na consecução da ordem democrática e do regime democrático completo”.²⁰

A decisão, embora tomada pelo Alto Comando, foi proposta para discussão e opinião de cada um, de modo a autenticar, *perante a Nação*, a assinatura do Ato Institucional nº 5. O general-presidente retirou-se por minutos para facilitar a leitura e discussão do documento pelo vice-presidente da República, os ministros, os chefes dos gabinetes militar e civil, do Serviço Nacional de Informações e das Forças Armadas e, após o intervalo, reabriu-se a sessão para ouvi-los.

Enquanto o vice-presidente da República, Pedro Aleixo, questionava a interpretação dada à recusa do Congresso Nacional e propunha a “suspensão da Constituição por intermédio do recurso do Estado de Sítio”, fazendo referência ao fato de que a “Revolução declarou-se institucionalizada pela Constituição de 24 de janeiro de 1967”, Antonio Delfim Netto, ministro da Fazenda fazia um pronunciamento oposto e sucintamente, e dava o tom da relevância do Ato. Deixava claro que o movimento militar de 1964 teve por objetivo básico “criar as condições que permitissem uma modificação de estruturas que facilitassem o desenvolvimento econômico” e deixa transparecer que a chamada institucionalização propalada por Aleixo é uma “camisa de força” que impedia a realização de tal objetivo. Aprovava francamente o novo Ato e, ao considerá-lo insuficiente, recomendava mudanças constitucionais para acelerar o desenvolvimento econômico.

No mesmo sentido e escancaradamente, o coronel Jarbas Passarinho, senador e então ministro do Trabalho, declarava ter havido *açodamento* da institucionalização do regime e defendia o aprofundamento da ditadura qualificada como uma *nova Revolução*, isto é, um golpe dentro do golpe perpetrado com o AI-5.²¹

20. A ata da reunião do Conselho de Segurança Nacional encontra-se disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

O chefe do SNI, general Emilio Garrastazu Médici, futuro presidente da República, aprovava com satisfação o Ato institucional porque, dado “o minucioso relatório da situação nacional” anteriormente apresentado, demonstrando que “o que estava na rua era a contra-revolução”, considerava ter sido o presidente da República “tolerante demais” e que já solicitara então “medidas excepcionais”.

Em longa intervenção, o ministro da Justiça, Antonio da Gama e Silva, comentava várias das posições adotadas pelos membros do Conselho. Esclarecia e apoiava as posições de Antonio Delfim Netto e do general Afonso Augusto de Albuquerque Lima, ministro do Interior, no sentido de conceder ao presidente da República a possibilidade de emendar a Constituição, retirando-a, portanto, do Congresso Nacional. Paradoxalmente, não percebia o AI-5 como instrumento de uma ditadura “porque a pessoa a quem esses poderes são confiados, pelo seu equilíbrio e o patriotismo, saberá dosar e aplicar, nos casos que se tornarem necessários”, ao cumprimento do Ato presidencial.

Todos os argumentos acerca da tolerância e caráter democrático do governo do general-presidente Costa e Silva, a par de falaciosos, deixavam de lado a retomada da coesão social do empresariado em torno da ditadura no segundo semestre de 1968, quando começam a surgir os primeiros sinais de recuperação econômica divulgados pela Fundação Getúlio Vargas na revista “Conjuntura Econômica”. Em outros termos, sem uma base material deste tipo a ditadura militar não teria iniciado sua consolidação. Por outro lado, o ciclo econômico tornou-se o fiel da balança, em termos de bases sociais de sustentação do regime.

Vale informar que, no dia 14 de dezembro, ao noticiar a implantação do AI-5, o Jornal do Brasil anuncia, no box do lado esquerdo do cabeçalho com o nome do periódico, a seguinte avaliação climática: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos”. O AI-5 estava em vigência.²²

As consequências vieram imediatamente. Um dos primeiros a ter seus direitos políticos suspensos por 10 anos, ainda em dezembro de 1968, foi, paradoxalmente, o primeiro golpista, Carlos Lacerda, mas naquele momento, liderança civil da oposição. No ano seguinte, as “suspensões”²³ prosseguiram. De Petrópolis, vale citar os nomes de Hercílio Soares de Rezende, Fabrício Alves de Quadros, Saul Alves de Quadros, Ophildes Horácio da Silva, Saturnino da Silva, Nelson Correa de Oliveira, Djalma Cosmo Costa, Alcebíades de Araujo Romão, Luiz Cardoso de Lemos e Pedro dos Santos.

Tomando o caso de Saul Alves de Quadros, constatamos o objetivo político, no final do trecho destacado. O Presidente da República apresenta o caso de Saul Alves de Quadros, baseado no extrato de prontuário organizado pelo SNI:

21. Para mais informações acessar a série 1968 – Ato institucional nº 5. Os personagens. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/jarbasPassarinho.html>>

22. Para ler o ato acessar <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>

23. O termo usado na imprensa era “cassações”.

Passemos a SAUL ALVES QUADROS – militante comunista em Petrópolis/RJ.

SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL – DA INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. – Extrato do Prontuário. – Comunista militante. – Membro do Comitê Municipal do PCB, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro. – Asilou-se no Uruguai, após a Revolução. – É anti-revolucionário, mantém contatos com os principais elementos do Governo deposto, asilados no Uruguai. HISTÓRICO DAS ATIVIDADES. Em 1960 – Ingressou no Partido Comunista Brasileiro. De 1961 a 1964 – Foi um dos integrantes do Comitê Municipal de Petrópolis. – Dirigiu a Organização de Base de Cascatinha, Distrito de Petrópolis. – Frequentou o “Curso Básico” do PCB e desenvolveu intensa atividade partidária na região de Petrópolis. – Participou do célebre comício realizado no dia 13 de março na Guanabara. – Teve sua prisão preventiva decretada pelo Juiz de Petrópolis, a requerimento do Promotor local. – Esteve asilado na Embaixada do Uruguai na Guanabara, de 26 de junho até 17 de julho, data em que viajou para o Uruguai. Em 1967 – Em janeiro, quando viajava em um ônibus pela estrada Petrópolis-Três Rios, foi identificado e preso por um graduado do 1º BC; recolhido ao quartel da citada unidade do Exército, foi posteriormente ouvido pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado do Rio. – Foi citado no IPM sobre a emboscada preparada por JEFFERSON CARDIM DE ALENCAR OSÓRIO, em junho de 1965. Em 1968 – **Registrado que está articulando sua candidatura a um cargo político, tendo em vista as futuras eleições.** (Arquivo Nacional. Conselho de Segurança Nacional. Ata da 49ª sessão do Conselho de Segurança Nacional, realizada no dia 1º de julho de 1969, páginas 94-95) [grifos nossos].

Agir para impedir qualquer oposição à esquerda no Congresso Nacional, tendo em vista as eleições de 1970, era o objetivo mais geral da suspensão de direitos das pessoas (denominadas “cidadãos”) como Saul Alves de Quadros.

Mas havia também o sentido mais amplo, de advertir que o sistema estava no comando do país. No caso de Jorge do nascimento, sindicalista da Petrobrás, “O Setor de Vigilância da área comunicou o reaparecimento do marginado no meio sindical provocando tumulto em assembléia do Sindicato, juntamente com remanescentes da era janguista”. Após decidir pela suspensão dos direitos políticos do militante, o general-presidente concede-se o direito a reflexões acerca do processo dirigido por ele. Em certo momento, afirma:

Já declarei que nós não temos a pretensão de limpar completamente a área política, operária, etc. porque isto seria impossível. Procuramos criar um exemplo, que sirva de aviso porque não podemos continuar da maneira que estava. Analisamos o interesse nacional, o interesse do País, principalmente no que tange a tranquilidade social e política. (ARQUIVO NACIONAL. Conselho de Segurança Nacional. Ata da 48ª sessão, em 24.04.69, p. 251).

A ação no plano político era o lado visível e, por assim dizer, legal, da repressão. Desenvolveu-se outra, secreta, contra as organizações de esquerda, visando o seu aniquilamento. Com a retomada do crescimento econômico e o controle sistemático da vida social, iniciava-se um longo período de “paz social” imposta pela força total, sem limites. O terrorismo de Estado tornou-se realidade, mas é como se fosse, pelos métodos secretos utilizados, uma realidade paralela.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PETRÓPOLIS. Boletim da ACIP, XXI, nº367, novembro de 1963: “Lições de uma greve”.
- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- ANPUH. Nota da ANPUH: *Comissão da Verdade – entre a Memória e a História*. Jornal da ciência, 30 de janeiro de 2012.
- APERJ. DOPS: *a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro, APERJ, 1996.
- BATTIBUGLI, Thaís. *Democracia e Segurança Pública em São Paulo (1946-1964)*. Tese de Doutorado em Ciência Política da FFLC/USP, 2006, 304 p.
- BOMTEMPO, Rubens de Castro. *Estação Petrópolis: memórias de um médico que não perdeu o bonde da história*. Rio de Janeiro: Desiderata & Memória, 2006.
- BORER, Cecil. *A contradita: Polícia Política e Comunismo no Brasil: 1945-1964/Entrevistas com Cecil Borer, Hércules Corrêa dos Reis, José de Moraes, Nilson Venâncio*; organização: Leila Menezes Duarte e Paulo Roberto de Araújo. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
- BUONICORE, Augusto. *1968: A classe média e a crise do regime militar*. 14 de março de 2018. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/1968-as-camadas-medias-e-a-crise-do-regime-militar/>.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Ata Institucional nº1, de 9 de abril de 1964*. Disponível em [WWW.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-04-64.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-04-64.htm).
- _____. *Ata Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm
- _____. *Ata Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm.
- MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS. *Documentação complementar às atas das sessões da Câmara Municipal de Petrópolis*. Livro de 1963 a 1964. Ofício nº 191/64, de 23 de abril de 1964, da Delegacia de Polícia de Petrópolis..
- _____. Idem: Projeto de Resolução nº 220/64, de 24 de abril de 1964: Dispõe sobre a cassação de mandato de vereador e dá outras providências.

- _____. *Livro de Atas das Sessões da Câmara dos Deputados de número 34, relativo ao período de 26 de março de 1963 a 5 de maio de 1964*. Ata da 1ª Reunião da 7ª Sessão Extraordinária, realizada em 24 de abril de 1964, páginas 193 a 196.
- _____. *Documentação complementar às atas das sessões da Câmara Municipal de Petrópolis*: carta enviada por Altaíyr Neumann Aranha em 19 de abril de 1964, protocolada sob o número 0210, em 20 de abril de 1964.
- _____. *Documentação complementar às atas das sessões da Câmara Municipal de Petrópolis*: Ata da 1ª Sessão Ordinária de maio, realizada em 3 de maio de 1964, páginas 197 a 198.
- CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS – *Relatório Final (2013-2015)*. Volta Redonda, 10 de setembro de 2015. 589 p.
- COMISSÃO DA VERDADE DE NITERÓI. II Relatório Parcial de Atividades (Versão Preliminar). Niterói, outubro, 2015. 145 p.
- COMISSÃO DA VERDADE DE MACAÉ. Macaé, Câmara Municipal, 2016.
- COSTA, Isabel J. R. da. *Ombro a ombro: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeiras de Macacu (1954-1964)*. Niterói: Dissertação de Mestrado em História/UFF, 2015.
- COSTA, Wilma Borsato. *A Cia Petropolitana e o desenvolvimento de Cascatinha: fragmentos de uma história*. Petrópolis, 2016. (no prelo)
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil, 1961-1964*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- _____. *Intolerância e interdição da memória: a cassação dos deputados operários no estado de Minas Gerais, Brasil em 1964*. Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti – Espacio Memoria y Derechos Humanos. IV Seminario Internacional Políticas de la Memoria "Ampliación del campo de los derechos humanos". Mesa 11 – Pelos caminhos da memória: esquecimentos e lembranças dos direitos humanos no Brasil. Disponível em http://conti.derhuman@jus.gov.ar/2011/10/mesa_11/almeida_neves_mesa_11.pdf. Acesso em 8 de agosto de 2015.
- DUARTE, Leila Menezes e Araujo, Paulo Roberto Pinto de. *A contradita. Polícia Política e comunismo no Brasil, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: *a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- HUGGINS. Martha *Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.
- HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça*. São Paulo. Companhia das Letras. 1987. p.32.
- MARTINS, Ernesto/Sachs, Erico. *Caminho e caráter da revolução brasileira – Parte II: A força motriz do processo Revolucionário, 1970*. Centro de Estudos Victor Meyer. Disponível em

<http://centrovictormeyer.org.br/acervos/arquivo-erico-sachs/>.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de e SWENSSON, Walter Cruz. *Contra os inimigos da ordem. A repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró de. *Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. História e Luta de Classes*, São Paulo, nº 1, 2005.

MOTTA, R P S. *Modernizando a repressão: a USAID e a polícia brasileira*. Revista Brasileira de História, v. 30, nº 59, p. 237-266, 2010.

_____. *O ofício das sombras*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte: APM, ano XLII, nº1, janº-junº 2006, p.52-67.

NEGRO, Antonio Luigi e FONTES, Paulo. *A história como processo: revelando aspectos da prática policial no período democrático brasileiro (1945-1964)*. In: Bohoslavsky, Ernesto; Caimari, Lila y Schettini, Cristiana (org.), *La policía en perspectiva histórica. Argentina y Brasil (del siglo XIX a la actualidad)*, CD-Rom, Buenos Aires, 2009. Disponível em <http://www.crimenysociedad.com.ar/files/submenu5-item4.html>. Acesso em 06 set. 2018.

OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. *Atos institucionais: sanções políticas: aposentadoria, banimento, cassação de aposentadoria, cassação de disponibilidade, cassação de mandato, confisco de bens, demissão, destituição de função, dispensa de função, disponibilidade, exclusão, exoneração, reforma, rescisão de contrato, suspensão de direitos políticos, transferência para a Reserva*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000.

RELATÓRIO PARCIAL do Grupo Pró-Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis: “uma voz que não quer calar.” Petrópolis, 2015, 70 p.

RIBEIRO, Norton. *Petrópolis, cidade operária: a trajetória do movimento operário na Indústria Têxtil (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro: Multifoco/Luminária Academia, 2014.

SASAKI, Daniel Leb. 2ª Ed. Pouso forçado. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. *O “poder desarmado”: a atuação do Superior Tribunal Militar no processo de institucionalização da ditadura militar (1964-1965)*. Revista Perspectiva Histórica, nº 3, jul/dez de 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1968.

STOTZ, Eduardo Navarro. *As faces do moderno Leviatã. Versão do capítulo do livro “Vinte Anos de Resistência: Alternativas da Cultura no Regime Militar”*, organizado por Maria Amélia Mello, publicado em 1986 no Rio de Janeiro pela editora Espaço e Tempo. Disponível em <http://cmvpetropolis.org/publicacoes-e-pesquisa/>.

_____. *Memória coletiva dos militantes de esquerda. Versão do capítulo “Tantas ilusões perdidas: memória dos militantes de esquerda”* publicado no livro *A Deformação da História ou Para Não Esquecer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, de autoria de José Luiz Werneck da Silva. Disponível em <http://cmvpetropolis.org/publicacoes-e-pesquisa/>.

VALENÇA, Antonio Rolim (major). *A Força expedicionária Brasileira na Itália. Fatos marcantes: relatos de febianos da AVEFEB-Petrópolis*. Petrópolis: Editora Netuno Ltda, 1996.

2.

A consolidação da ditadura militar (1970–1979): a Casa da Morte

Devemos lembrar que o período de 1970 a 1974, no qual o assunto central do presente capítulo, a Casa da Morte, será abordado, ficou conhecido pela denominação “anos de chumbo”, período que corresponde ao momento da consolidação da ditadura. E que a estabilidade do regime incluiu o apoio de parte significativa da sociedade em razão da recuperação econômica, marcada por elevadíssimas taxas de acumulação de capital, indicadas pelo crescimento do PIB na casa dos 10%. Foram os anos do “milagre econômico”. A pedra de toque foi a política de arrocho salarial que garantiu os ganhos no processo de acumulação de capital para todas as frações da burguesia.

A violência estatal contra qualquer oposição – ou ameaça desta – à ditadura representava, aos olhos dos oficiais do Alto Comando das Forças Armadas, um desafio aberto ou velado ao que entendiam ser a “reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil”, obra de longa e complexa duração a que tinham se lançado explicitamente no Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, e que em 1969, estava acontecendo.

Imediatamente após a aprovação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, os membros do Conselho de Segurança Nacional, cujos nomes seguiram assinados abaixo do presidente Costa e Silva, também aprovaram o Ato Complementar nº 38, decretando o recesso do Congresso Nacional. Durante esse período, Costa e Silva dirigiu várias sessões do Conselho de Segurança Nacional para cassar milhares de “subversivos” e “corruptos”. Porém a repressão direta, mediante prisões, tortura, assassinato e desaparecimento dos corpos de militantes considerados “subversivos perigosos”, no sentido de que representariam uma ameaça à Segurança Nacional, desenvolveu-se paralelamente. A confirmação dessa linha repressiva veio recentemente, com a revelação de memorando da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (Central Intelligence Agency), conhecida pela sigla CIA, informando que “o presidente-ditador Ernesto Geisel chancelou a continuidade da política de execuções sumárias de ‘subversivos perigosos’” (G1/O GLOBO, 14.05.2018: “89 morreram ou desapareceram após reunião relatada pela CIA em que Geisel autoriza mortes”).

Essa violência de caráter sistemático e ilegal, inclusive nos termos da legislação imposta pela ditadura, e que tornou-se a prática corriqueira a partir de 1969,

permite caracterizar as ações da ditadura militar a partir de então como terrorismo de Estado. No segundo semestre de 1969, um conjunto de eventos evidenciava o caminho assumido pelo Alto Comando das Forças Armadas.

Em 29 de agosto, o general-presidente Costa e Silva sofreu uma trombose cerebral e se afastou do governo. Em 31 do mesmo mês, o locutor Alberto Curi informava, em cadeia nacional de rádio e televisão, que o país estava sob a administração de uma Junta Militar. A Junta altera a Constituição anterior, a de 1967, com a incorporação dos Atos Institucional e Complementares decretados desde então. A esse respeito, deve-se lembrar que, de acordo com o Ato Institucional nº 6, de 1 de fevereiro de 1969, definia-se, no parágrafo 1º do artigo 122, que o julgamento dos crimes políticos era uma competência da Justiça Militar:

Art. 122 – À Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes são assemelhados.

§ 1º – Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança nacional, ou às instituições militares.

Mal a Junta Militar assumira o poder, defrontou-se, no dia 4 de setembro, com o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, na ação de um comando organizado pela Aliança Libertadora Nacional e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro. O comando exigia a libertação de 15 presos políticos e a leitura de uma carta em transmissão nacional. Sob forte pressão dos EUA, a Junta concedeu.



A histórica imagem mostra os 13 presos políticos trocados pelo embaixador Elbrick – os últimos dois subiriam a bordo do Hércules C-56 no meio da viagem – na base aérea do Galeão, Rio de Janeiro, antes de partirem para o exílio no México. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Charles_Burke_Elbrick#Sequestro

No dia 17, a ARENA¹, sob o comando do senador Filinto Müller, aclamou os nomes de Emílio Garrastazu Médici e Augusto Rademaker como seus candidatos a presidente e vice-presidente da República, respectivamente. Foi assim que o Congresso Nacional aprovou, por 293 votos e 76 abstenções, os candidatos da ARENA ao poder executivo, tomando posse logo em seguida, no dia 30 de outubro, com mandato até 15 de março de 1974. (SILVA e CARNEIRO, 1975).

O primeiro ato de Médici, antes mesmo de tomar posse, em 30 de outubro de 1969, foi a criação dos DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna). Esses órgãos, subordinados ao Ministério do Exército por meio de centros de informação (CIE), centralizaram as informações e a repressão, tanto às organizações revolucionárias, como aos opositores do regime em geral. A organização desse aparato repressivo, que agiu na clandestinidade e de modo descentralizado, mas com o pleno conhecimento da cadeia de comando que alcançava a presidência da República, foi narrada pelo general Adyr Fiúza de Castro para Maria Celina d’Araujo e outros (1995), na obra “Os anos de chumbo”, e também faz parte da entrevista concedida pelo jornalista Antonio Henrique Lago à Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis.

Essa estrutura praticamente substituiu a ação da polícia política, realizada pelas Delegacias de Ordem Política e Social. O último ato significativo das DOPS foi o cerco, a emboscada e a execução de Carlos Marighella, liderança da ALN, em 4 de novembro de 1969, na cidade de São Paulo. Nilmário Miranda, representante do Ministério da Justiça em 1996, responsabilizou o Estado brasileiro pela morte de Marighella, deixando clara a verdade da repressão: “Ao invés de suicídios, assassinatos cruéis. Ao invés de fugas da prisão, desaparecimentos forçados. Ao invés de tiroteios simulados, execuções à queima-roupa.” (Isto é, nº 2.208, de 7 de março de 2012).

A forma clandestina de organização, a compartimentalização entre as equipes e a competição entre os órgãos de operação direta foram as características adotadas no sistema DOI-CODI. Os procedimentos incluíam a orientação para tortura, assassinato e desaparecimento dos corpos dos militantes, implicando a informação e a contrainformação. A Comissão Nacional da Verdade apontou a existência de 17 centros organizados para este fim no país A Casa da Morte se sobressaiu devido ao conhecimento construído por uma sobrevivente, Inês Etienne Romeu, e todo o processo público gerado a partir de sua resistência.

A Casa da Morte: as provas

Apesar da principal fonte sobre tal casa ser a única pessoa a ter sobrevivido às torturas realizadas no imóvel (Inês Etienne Romeu), são inúmeras as provas

1. ARENA: sigla da Aliança Renovadora Nacional, partido político pró-regime, fundado em 4 de abril de 1966, em consonância com o sistema de bipartidarismo, implantado pela ditadura por meio do Ato Institucional Número 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965.

nesta e em outras fontes sobre o funcionamento dela em Petrópolis (desde pesquisadores até os próprios militares envolvidos com a repressão no período). Pode-se agrupar as origens de tais provas, então, em alguns grupos:

I) *vítimas*: composto pela citada *Inês E. Romeu*; responsável por (a) achar a casa, mesmo anos depois, através do número de telefone do imóvel onde ficara presa; (b) distinguir criteriosamente o imóvel de forma visual e presencial, rejeitando a casa vizinha (do mesmo dono e localizada no mesmo terreno) e só depois reconhecendo a adjacente como a Casa da Morte; (c) identificar, no mesmo dia, seu dono, Mario Ladders², que coincidentemente saía de carro no exato momento da presença de Inês no local; e (d) precisar, com exatidão, várias características físicas, profissionais e até os codinomes dos vários agentes da repressão que atuaram na casa durante o tempo em que ficou sob o controle destes, quando, décadas depois, os pesquisadores da Comissão Nacional da Verdade conseguiram chegar até o nome verdadeiro de alguns militares que, então, foram reconhecidos por foto por Inês E. Romeu³;

II) *agentes da repressão*: composto por várias figuras ligadas ao regime militar que tiveram presença ativa na estrutura da Casa da Morte, como, entre outros, o tenente médico *Amílcar Lobo*, o sargento ligado aos serviços de inteligência *Marival Chaves*, o delegado do DOPS *Claudio Guerra* e o agente do Centro de Informações do Exército (CIE) *Paulo Malhães*. Todos esses, desde os últimos anos da ditadura até os dias de hoje, declararam, através de livros, entrevistas à imprensa e depoimentos às comissões da verdade, reconhecimento da existência da Casa da Morte denunciada por Inês, além de fornecerem informações sobre o funcionamento da mesma, pessoas vitimadas etc.;

III) *vizinhos*: que deram seus depoimentos tanto na época quanto nos dias de hoje; e

IV) *estudiosos*: em que se destacam os pesquisadores ligados às *comissões da verdade e seus relatórios*, mas merecem menção também jornalistas que trouxeram à tona, através de fontes então inexploradas, oriundas dos próprios militares, a questão da Casa da Morte, como *Tais Morais*.

De forma resumida, pode-se dizer que a Casa da Morte foi utilizada pelo regime militar brasileiro para torturar e executar presos políticos de todo o país

2. O vídeo com o exato momento do encontro pode ser visto no Youtube, já que, na época, a imprensa foi chamada para cobrir o reconhecimento e flagrou o momento: www.youtube.com/watch?v=ACKN3eZLHo0&t=6s

3. O momento também pode ser localizado no mesmo site. Nota-se a sobriedade de I. E. Romeu na situação mesmo após estar com a fala debilitada por conta de um acidente sofrido em 2003: www.youtube.com/watch?v=OkQ8i1zA3vc

na década de 1970 (entre 1971 e 1974, conforme indicam os desaparecimentos e mortes das possíveis vítimas). Localizada em um imóvel na cidade de Petrópolis, alugado informalmente por Mario Lodders ao ex-interventor da ditadura no município, Fernando Ayres da Motta, foi colocado por este a serviço do CIE.

Segundo mencionado no relatório da CNV⁴ (p. 20), poucos anos depois, ainda no final do regime, as dificuldades não impediram que Inês (bancária que participou do sequestro do embaixador suíço, Giovanni Bucher, em 1971, quando militava na VPR – Vanguarda Popular Revolucionária) encontrasse a localização do imóvel no qual havia sido sequestrada, já que, durante o tempo em que ficou no cárcere clandestino, escutou os últimos dígitos de um número de telefone (4090) e o nome do suposto dono (Mario), que visitara a casa, podendo assim utilizar estes dados oito anos depois, para chegar até a mesma⁵. Após sair da prisão, Etienne Romeu, junto de um grupo constituído por familiares de desaparecidos políticos, advogados, jornalistas e parlamentares, em visita ao local correspondente às informações guardadas, constatou que o telefone referia-se à residência de uma pessoa chamada justamente Mario Lodders, localizada na Rua Arthur Barbosa (bairro Caxambu), identificando, porém, a casa vizinha⁶ (localizada no mesmo terreno) como o local em que, com outros presos políticos, havia sido torturada. Etienne reconheceu também o antigo dono de ambos os imóveis, Mario Lodders, como alguém que estivera presente durante seu encarceramento ilegal, levando o mesmo a assumir, após tergiversar, que se lembrava de Inês.

No depoimento à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), registrado antes da visita ao município de Petrópolis, Etienne Romeu relatou todo o calvário do qual foi vítima entre sua captura pela equipe do delegado Sérgio Fleury, no dia 5 de maio de 1971, e a saída da Casa da Morte para um hospital, cerca de cem dias depois (e posteriormente para a prisão, onde permaneceu até 1979). Na casa, através do que viu e ouviu de alguns torturadores e outros presos políticos, ficou sabendo da prisão, tortura e execução de figuras importantes da esquerda brasileira, como Carlos Alberto Soares de Freitas, o Beto (uma das lideranças da VAR Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária). Sua libertação só foi possível depois de fingir concordar em atuar como espiã para entregar os remanescentes da luta armada, obtendo assim a liberdade vigiada e podendo ir para Belo Horizonte, onde morava sua família.

Conforme publicou “O Globo”, em 23 de junho de 2012, Inês sofreu, em 2003, um misterioso acidente na sua própria residência (que lhe causou traumatismo cranioencefálico), o que não a impediu de contribuir com as investigações até sua morte, em 27 de abril de 2015. Esse jornal, através dos depoimentos da ex-militante, reproduziu como seria a Casa da Morte. A estrutura da casa, segundo a memória de Inês, encontrou sintonia plena com a planta do imóvel.

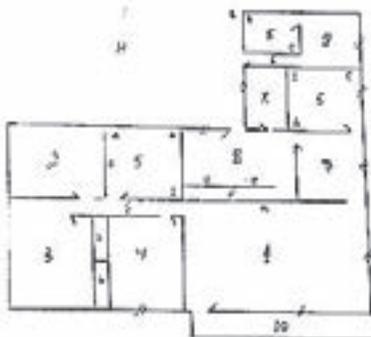
4. Comissão Nacional da Verdade.

5. Contando com a ajuda de sua irmã, Lúcia Romeu, do jornalista Antonio Henrique Lago e de Sérgio Ferreira (primo de Beto, ex-companheiro de guerrilha de Etienne).

6. Propriedade de Renato Firmento de Noronha, que teria comprado a mesma de Lodders.

- 1 - sala
- 2 - quarto
- 3 - banheiro
- 4 - cozinha (com ilha para dois cozinheiros)
- 5 - banheiro sujeira (com porta fechada)
- 6 - lavanderia
- 7 - cozinha
- 8 - sala
- 9 - quarto
- 10 - quarto
- 11 - quarto

(Planta de uma casa moderna feita)



- 1 - sala
- 2 - quarto
- 3 - quarto
- 4 - quarto
- 5 - quarto
- 6 - quarto
- 7 - quarto
- 8 - quarto
- 9 - quarto
- 10 - quarto
- 11 - quarto
- 12 - quarto
- 13 - quarto
- 14 - quarto
- 15 - quarto
- 16 - quarto
- 17 - quarto
- 18 - quarto
- 19 - quarto
- 20 - quarto
- 21 - quarto
- 22 - quarto
- 23 - quarto
- 24 - quarto
- 25 - quarto
- 26 - quarto
- 27 - quarto
- 28 - quarto
- 29 - quarto
- 30 - quarto
- 31 - quarto
- 32 - quarto
- 33 - quarto
- 34 - quarto
- 35 - quarto
- 36 - quarto
- 37 - quarto
- 38 - quarto
- 39 - quarto
- 40 - quarto
- 41 - quarto
- 42 - quarto
- 43 - quarto
- 44 - quarto
- 45 - quarto
- 46 - quarto
- 47 - quarto
- 48 - quarto
- 49 - quarto
- 50 - quarto
- 51 - quarto
- 52 - quarto
- 53 - quarto
- 54 - quarto
- 55 - quarto
- 56 - quarto
- 57 - quarto
- 58 - quarto
- 59 - quarto
- 60 - quarto
- 61 - quarto
- 62 - quarto
- 63 - quarto
- 64 - quarto
- 65 - quarto
- 66 - quarto
- 67 - quarto
- 68 - quarto
- 69 - quarto
- 70 - quarto
- 71 - quarto
- 72 - quarto
- 73 - quarto
- 74 - quarto
- 75 - quarto
- 76 - quarto
- 77 - quarto
- 78 - quarto
- 79 - quarto
- 80 - quarto
- 81 - quarto
- 82 - quarto
- 83 - quarto
- 84 - quarto
- 85 - quarto
- 86 - quarto
- 87 - quarto
- 88 - quarto
- 89 - quarto
- 90 - quarto
- 91 - quarto
- 92 - quarto
- 93 - quarto
- 94 - quarto
- 95 - quarto
- 96 - quarto
- 97 - quarto
- 98 - quarto
- 99 - quarto
- 100 - quarto

Planta de uma casa feita com
 medidas que foram feitas com
 um aparelho grande que estava
 lá no quarto (1, 2, 3, 4) de
 lá (1) com o aparelho que
 está lá no quarto, a parte
 de dentro para dentro, lá
 lá de lá e quarto 2.

Rua ...
 ...

1/11/12

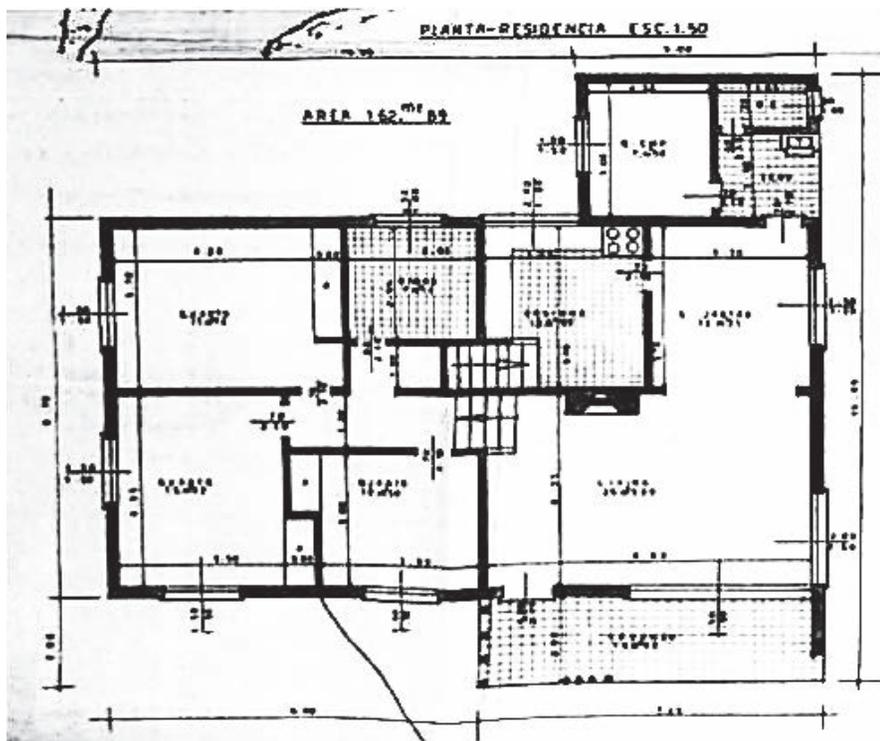


Imagem superior: “planta” feita a partir das lembranças de Inês de sua permanência na casa. Imagem inferior: planta do imóvel

Na versão do ex-tenente médico e psicanalista Amílcar Lobo, que visitou a Casa da Morte diversas vezes para tratar dos presos políticos que ali se encontravam (inclusive Inês, conforme denúncia da mesma), ninguém saía vivo do local, sendo, inclusive, os corpos enterrados no mesmo terreno (LOBO, 1989. p. 71).

Marival Dias Chaves do Canto, à revista “Veja” em 1992 (18 de novembro), explanou sobre a história e o funcionamento da casa. De acordo com o sargento, o “aparelho” clandestino tinha sede inicialmente em São Conrado, no Rio de Janeiro, mas por questões de segurança havia sido transferido para Petrópolis no início da década de 1970. A execução dos militantes era feita com extremo profissionalismo, para que o corpo não fosse encontrado (e, caso isso acontecesse, não identificado), sendo comum a mutilação de cadáveres. De acordo com Marival, outra importante liderança da esquerda brasileira vitimada no local teria sido David Capistrano da Costa, membro do Comitê Central do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e veterano da Guerra Civil Espanhola, ao lado das Brigadas Internacionais, e da II Guerra Mundial, como membro da *resistência partisan francesa*. As histórias apresentadas por Taís Morais no livro “Sem vestígios: revelações de um agente secreto da Ditadura Militar” (MORAIS, 2008. pp. 172-177) e por Cláudio Guerra em “Memórias de uma guerra suja” (GUERRA, 2012. p. 57) confirmam o assassinato de Capistrano. Cláudio Guerra assume que fora responsável pelo transporte e desaparecimento de pelo menos 10 vítimas executadas na casa e em outros órgãos oficiais, tendo reconhecido recentemente a casa por foto, mesmo após tantos anos (GUERRA, 2012, pp. 60). Tudo isso foi, depois, enriquecido pelas informações de Paulo Malhães, ex-agente do CIE, em depoimentos junto à Comissão Nacional da Verdade e à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, com informações relevantes sobre a questão.

Segue uma análise da documentação disponível acerca do tema, destrinchando os assuntos brevemente mencionados acima.

O uso do imóvel: da família Lodders à Ditadura Militar

O imóvel conhecido como “Casa da Morte” tem sua história diretamente ligada à família Lodders e sua empresa, a Vista Alegre Mediadora S/A. Inicialmente, o patriarca da família, Ricardo Lodders, teve o primeiro projeto de uma casa no terreno aprovado em 20 de janeiro de 1942, passando a residir ali, no imóvel onde hoje se situa o número 120 da Rua Arthur Barbosa (mas que na época se chamava Rua Montevideu). No mesmo ano, esse imóvel foi depredado numa onda anti-alemã e Lodders foi acusado de ser espião nazista⁷. Nesse terreno, outros imóveis foram edificadas e, com o terreno sendo desmembrado, vendidos. Um dos primeiros na região foi justamente onde funcionou a “Casa da Morte” e hoje se localiza no

7. Detalhes dessa história estão contados em outra parte do relatório: “1930-1964 – Do nazi-fascismo à Ditadura Militar: os casos Padilha e Lodders”

número 50 da referida rua. Licenciada através do requerimento nº 10.364/1961 e com vistoria final em 29 de julho de 1963, a casa foi vendida por Mario Peter Carl Richard Lodders, filho de Ricardo Lodders e seu herdeiro na Vista Alegre, para a atual família proprietária apenas em 1979. A mudança de número da casa, do antigo 668 A para o atual 50, deu-se apenas em 2012, sob pedido do proprietário. Mario Lodders faleceu em 2008. Já o imóvel de nº 120 foi transferido, junto de 99% da Vista Alegre Mediadora S/A, por Magdalena Julia Lodders, irmã de Mario, para Rodrigo Novarini, um amigo que conheceu por este lhe vender gás, em 10 de agosto de 2010. Em 26 de Julho de 2012, Magdalena faleceu.

Bem antes, porém, o imóvel hoje situado na Rua Arthur Barbosa nº 50 e que pertencia, então, a Mário Lodders, foi cedido entre 1971 e 1974 ao ex-comandante da Panair e ex-interventor da cidade de Petrópolis, Fernando Sérgio Ayres da Motta⁸; que, por sua vez, cedeu o local ao Centro de Informações do Exército (CIE), conforme apontam o “Relatório Final” da Comissão Nacional da Verdade e as entrevistas e depoimentos prestados pelo ex-tenente-coronel Paulo Malhães à imprensa e às próprias Comissões Nacional e Estadual-RJ da Verdade. Malhães, como será apresentado a seguir, foi um dos responsáveis, segundo ele mesmo, por organizar o funcionamento da Casa da Morte.

O aparelho clandestino fora organizado e mantido pelo CIE logo após a morte, em decorrência de torturas, do ex-deputado federal Rubens Paiva. Grossi e Schiffler Neto⁹, no estudo “A Casa da Morte de Petrópolis: A importância da (re)construção de uma memória além da ‘Cidade Imperial’ para a consolidação democrática” (2014), destacam a organização do local através das observações preliminares da Comissão Nacional da Verdade e confirmadas em seu “Relatório Final” (2016):

[...] o local foi concebido em decorrência d’a morte (por conta das torturas sofridas) do deputado Rubens Paiva, em 21 de janeiro de 1971, no DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna) do I Exército. Na época, o CIE (Centro de Informações do Exército) atuava nas dependências do DOI-CODI, que, por sua vez, compartilhava das mesmas instalações da Polícia do Exército no Bairro da Tijuca, Rio de Janeiro. A morte de Paiva teria causado desentendimentos entre o DOI-CODI, a PE e o CIE, por conta dos métodos usados e do vazamento de informações referentes ao caso. A necessidade

8. Concessão que durou até 1978 e pode ser comprovada por um processo ulterior, já que uma contenda entre Lodders e Motta repercutiu nos tribunais da 3ª Vara Cível de Petrópolis, quando, no final dos anos 1970, Mario Lodders e Fernando Sérgio Ayres da Motta divergiram sobre a permissão de uso da casa. O ex-interventor argumentava que o imóvel teria sido alugado para seu filho, Fernando Eduardo Ayres da Motta, mas Lodders desejava reaver a residência. Assim, o empresário teve de pagar uma indenização de 200 mil cruzeiros, vendendo a casa logo em seguida. Há quem alegue que Fernando Sérgio Ayres da Motta sofrera uma injustiça, mas o problema é que foi o próprio Mario Lodders que afirmou, de forma categórica e clara quando a imprensa foi entrevistá-lo no dia que Inês o reconheceu¹, ter cedido o imóvel nº 50 para o Fernando Ayres da Motta ex-interventor – o que pode ser visto em: <<http://youtu.be/OKQ8i1zA3vc>>

9. Colaborador e membro da CMV-Petrópolis, respectivamente.

de transferência do local de atuação dos agentes das Forças Armadas que utilizavam meios ilegais, como a tortura, para locais desassociados das dependências militares, onde estes poderiam agir de maneira mais reservada e sem nenhuma suspeição, fez com que fosse organizado o centro clandestino em Petrópolis logo após o falecimento de Paiva, como o coronel reformado Paulo Malhões veio a assumir em depoimentos às comissões Nacional e Estadual da Verdade (GROSSI e SCHIFFLER NETO, 2014, p. 09).

É importante destacar que Paulo Malhões, em seu depoimento prestado à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio), sustentou que o aparelho clandestino de Petrópolis foi um laboratório para os demais centros clandestinos utilizados em todo o Brasil durante a ditadura militar. Para Malhões, o caso de Petrópolis foi um “primeiro passo”, como cita: “[...] então a importância dele cresce por ele ter sido o primeiro passo. Do teste, se a gente conseguia... se a gente podia, tem que dar certo. Então, era um teste. Daí, Petrópolis tem importância muito grande nessa história, porque ele foi o laboratório inicial” (p. 174). Isto posto, é um elemento a se considerar sobre a importância de se realizar um fiel entendimento sobre a Casa da Morte de Petrópolis, destacando, sobretudo, a relevância de resgate desta memória para o esclarecimento e uma consequente assimilação do passado, causando impactos no presente.

A história revelada sobre a Casa da Morte, possivelmente em operação entre os anos de 1971 e 1974, segundo perspectiva trabalhada pela Comissão Nacional da Verdade através do cruzamento das datas de desaparecimento ou morte dos militantes que combatiam a ditadura militar, da atuação de membros de grupos clandestinos e que possam ter passado pelo local, de acordo com os depoimentos de Inês Etienne Romeu e dos agentes da repressão, demonstra que a principal função daquele centro clandestino de torturas e mortes era, objetivamente, a obtenção de informações, retiradas das lideranças contrárias ao regime à época vigente, através de práticas como a tortura (ilegal e desumana, porém, institucionalizada no país durante a ditadura militar). Estas informações serviam para desarticular os grupos de esquerda resistentes ao regime. O CIE, segundo o “Relatório Final” da Comissão Nacional da Verdade: “manteve também centros clandestinos de tortura e execução de presos políticos, como a chamada Casa da Morte, de Petrópolis. Nesse centro, o CIE atuava em coordenação com os DOI-CODI, retirando presos de suas dependências, alguns de outros estados, e levando para Petrópolis (BRASIL, p. 158, 2014).”

As Comissões Nacional e Estadual-RJ da Verdade apontam para as pessoas que possivelmente passaram pelo centro clandestino de tortura. Dentre eles, a maioria desempenhava papel de importância em seus grupos. A partir de 1968, com o Ato Institucional nº 5, a ditadura torna ainda mais violenta a perseguição aos grupos que contestavam a autoridade do Estado militar brasileiro. A Casa da Morte em Petrópolis funcionou justamente nesse sentido, segundo o Relatório Final da CNV:

A Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), foi um dos principais centros clandestinos utilizados pelo regime militar para a prática de graves violações de direitos humanos: detenção ilegal e arbitrária, tortura, execução e desaparecimento forçado. As informações mais importantes a seu respeito têm origem no depoimento de sua única sobrevivente, Inês Etienne Romeu, e são complementadas e corroboradas por documentos produzidos pelo próprio Estado, bem como por testemunhos de ex-presos políticos e depoimentos de agentes da repressão (BRASIL, 2014, p. 532).

A existência da Casa da Morte ficou conhecida por causa de Inês Etienne Romeu, que, ao ser a última presa política liberada no Brasil, no processo derivado da conjuntura de anistia, passou a realizar diversas denúncias sobre seu período de cárcere e tortura em Petrópolis. Esta parte do relatório também busca destacar as fontes que atestam o testemunho apresentado por Inês, uma vez que ainda não constam, na literatura sobre o tema, fatos como, por exemplo, a Ação Declaratória movida por ela em 1999 contra a União, assim como declarações dos agentes que organizaram e trabalhavam na Casa da Morte, que corroboraram seu relato, confirmando sua passagem pelo local e tornando fidedigna sua memória enquanto elemento da história. Para tanto, é necessário retomar o caminho feito por Inês.

Inês Etienne Romeu e a descoberta da “Casa da Morte”

Em 1979, Inês Etienne Romeu apresentou ao Conselho Federal da OAB uma série de documentos com um relato de seu período na Casa da Morte. Inês fora militante da Política Operária (Polop), da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES), participando da ação de sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher e sendo presa no dia 5 de maio de 1971, pelo delegado do DOPS de São Paulo, Sérgio Paranhos Fleury, após ter sido delatada por um outro militante de codinome “Primo”. Diz Inês em seu depoimento entregue à OAB: “Fui presa no dia cinco de maio de mil novecentos e setenta e um [...] por agentes comandados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury” (1979, p. 8). Logo em seguida à prisão na Avenida Santa Amaro, em São Paulo, Inês foi levada ao DEOPS, onde o interrogatório e as torturas começaram, sendo colocada no “pau de arara”, e levando choques elétricos na cabeça, pés e mãos, conforme a ex-militante relatou em depoimento. A intenção dos seus algozes era, naquele momento, que ela viesse a falar seu endereço no Rio de Janeiro, conforme seu depoimento prestado à OAB:

[...] eu fui levada à sala de torturas, onde me colocaram no “pau de arara” e me espancaram barbaramente. Foram-me aplicados choques elétricos na cabeça, pés e mãos. Queriam conhecer meu endereço na Guanabara, mas consegui, apesar de tudo, ocultá-lo, para proteger uma pessoa que lá se encontrava. Para evitar a continuação da tortura, mencionei ter um encontro no dia seguinte, no

Rio de Janeiro, às doze horas, em Cascadura. Era a minha intenção suicidar-me tão logo chegasse ao local, pois a perspectiva de continuação de tortura me aterrorizava. À tarde deste mesmo dia fui levada para o Rio de Janeiro, de automóvel. Chegamos por volta de vinte e uma horas, parando, inicialmente, em frente ao Ministério da Guerra, na Av. Presidente Vargas, quando, do carro, desceu um indivíduo que se dirigiu ao interior do Ministério, pela entrada destinada aos carros e lá regressou em companhia de outro, a paisana, que se incorporou ao grupo. [...] No dia seguinte, seis de maio, ao me aprontar para o “encontro”, fizeram-me calçar meias para ocultar as marcas de espancamento, bem visíveis, em minhas pernas. Às doze horas fui ao local e atirei-me sob as rodas de um ônibus (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 1980, p.2).

Mas Inês sobreviveu. Foi levada para o Hospital da Vila Militar e, em seguida, transferida para o Hospital Carlos Chagas, onde reivindicou ser uma presa política para os que a recebiam, sendo isso negado pelos policiais que a acompanhavam. Mais uma vez, Inês Etienne Romeu foi transferida para o Hospital Central do Exército (HCE). Debilitada, os agentes adentraram seu quarto e tentaram interrogá-la, sendo impedidos pelo médico de ocasião. No dia 8, sem respeitar a informação do HCE de que teria alta em cinco dias, foi levada para Petrópolis. Estas informações são do próprio depoimento que Inês prestou à OAB, onde ela cita, pela primeira vez, a existência de Mário Ladders, proprietário da Casa da Morte, e sua relação com os agentes que organizaram e cuidavam do local. Assim, considerou Inês:

[...] jogaram-me numa caminhonete C-14 que estava estacionada no pátio do hospital. Deitada e com os olhos vendados, fui conduzida para uma casa que, com o decorrer do tempo, descobri situar-se em Petrópolis, e cujo telefone é quatro mil e noventa (creio ser uma extensão do telefone do vizinho, ao que parece o locador da casa; diariamente, este indivíduo a quem os agentes chamavam de Mário, visitava o local e mantinha relações cordiais com os seus moradores. Mário é estrangeiro – possivelmente um alemão – e vive em companhia de uma irmã. Possui um cão dinamarquês, cujo nome é Kill; embora não participe pessoalmente das atividades e das atrocidades naquele local, tem delas pleno conhecimento. Seu nome é Mário Ladders. Telefones e endereços atuais: 423254 e 426119 – Rua Arthur Barbosa 120 e 668-A– Petrópolis – RJ (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 1980 p.3).

Pela primeira vez, Inês trouxe em suas lembranças a existência e caracterização de Mário Ladders. As informações acima serão importantes para que, a seguir, testemunhas e o próprio Mário Ladders entrem em contradição sobre apontamentos e acusações de Inês Etienne Romeu.

Desde seu traslado do Rio de Janeiro para Petrópolis, Inês já começou a ser interrogada. Chegando ao lugar em que ficou mantida presa por cerca de três meses, a mineira identificou a roupa de cama de uma cama de campanha, cujas iniciais

eram “CIE”, segundo o testemunho da ex-presa política à OAB: “chegando ao local, uma casa de fino acabamento, fui colocada numa cama de campanha cuja roupa estava marcada com as iniciais CIE [...], onde o interrogatório continuou” (1980, p. 3).

A partir deste trecho, Inês começa sua denúncia sobre as práticas de torturas sofridas na Casa da Morte. Ao citar os seus torturadores, com codinomes e, quando possível, com seus nomes reais, Inês relata que passou a sofrer as violências naquele local depois que os agentes que a prenderam em São Paulo entregaram-na para outra equipe de torturadores. Prosseguiu Inês em seu depoimento à OAB: “o agente paulista retirou-se dizendo: ‘está entregue a vocês’. Imediatamente, Dr. César (codinome) passou a chutar minha perna machucada, sendo contido por outro elemento” (1980, p. 4).

Ao nomear seus algozes com os codinomes que eles usavam para disfarce de suas identidades verdadeiras, e, quando possível, suas patentes e reais nomes, Inês também relatou passagens específicas e marcantes. Como, por exemplo, momentos em que os mesmos diziam que outros presos políticos foram presos ou executados no local. O caso de Carlos Alberto Soares de Freitas, o “Breno”, por exemplo, foi contado à Inês por Camarão, um dos seus principais algozes, segundo a ex-presa política relatou em seu depoimento à OAB, quando descrevia o ex-agente:

Baixo, claro, natural do Ceará. Sua família reside em Fortaleza. Seu nome real é Wantuir ou Wantuil. É do Exército e fez parte da segurança pessoal do presidente João Goulart. Disse-me que “Breno” (Carlos Alberto Soares de Freitas) foi o primeiro “terrorista” que esteve preso naquela casa. É uma espécie de caseiro do local, lá permanecendo durante todo o tempo acompanhado por outro elemento (inicialmente foi Raul, depois foi Pardal). É de baixa instrução (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 1980, p. 4).

O livro “Seu Amigo Esteve Aqui” (2012), de Cristina Chacel, condensa informações da relação de convívio entre “Breno” e Inês, além de se aprofundar no histórico do ex-militante da VAR-Palmares e denunciar sua passagem pela Casa da Morte de Petrópolis. O título do livro faz parte de uma frase que um dos torturadores contou a Inês, em função de ter reconhecido Beto, de codinome “Breno”, da mesma época que jogaram juntos basquete, em Belo Horizonte:

[...] foi revelado à militante e amiga Inês Etienne Romeu, quando ela esteve presa em um centro clandestino de tortura na serra fluminense de Petrópolis, que ficou conhecida como a Casa da Morte. Lá, um dos agentes lhe confidenciou: ‘Seu amigo esteve aqui.’ Por sinistra coincidência, esse torturador havia sido jogador de basquete, em Belo Horizonte, na mesma época em que Carlos Alberto Soares de Freitas – conhecido então pelo seu apelido, Beto – atuava nas quadras. E ambos teriam se reconhecido (CHACEL, 2012, p. 17).

Na continuidade de seu depoimento, Inês destaca com detalhes os tipos de torturas e violências que havia sofrido no seu período de cárcere no centro clandestino conhecido como Casa da Morte. Do início de seu cativeiro até o mês de maio,

Inês não havia sofrido agressões físicas extremas, a não ser pontapés: “durante esse tempo fui interrogada mas não sofri nenhuma coação física, **a não ser os pontapés dados pelo Dr. César**” [grifo nosso] (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 1980, p. 6). Os agentes da Casa da Morte desejavam inicialmente que Inês relatasse informações sobre a VPR, como sua organização financeira, estrutura do sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher e onde estivera escondido Carlos Lamarca, o principal líder dessa organização, de que Inês também fizera parte. Entretanto, o tratamento dado pelos repressores foi se modificando conforme estes achavam que Inês estava mentindo, segundo ela mesma relatou junto à OAB:

Maio findo, houve uma radical mudança de comportamento: passaram a achar que eu mentia sobre o que lhes havia dito e, em consequência, torturaram-me quase que ininterruptamente. Quando não me submetiam a torturas físicas, destroçavam-me mentalmente. Nesta ocasião, aplicaram-me na veia uma droga qualquer, dizendo ser o soro da verdade. Senti o corpo entorpecido e não consegui manter os olhos abertos, mas a mente permanecia lúcida (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 1980, p. 6).

Ao se referir a “uma droga qualquer” em seu depoimento, Inês se referia, na realidade, à denúncia do uso de soro pentotal como prática de tortura, também conhecido como o “soro da verdade”. O médico Amílcar Lobo, codinome Dr. Carneiro, que atendeu Inês na Casa da Morte seguidas vezes, negou que tivesse usado estas práticas, porém, reconhece o contato com Inês – como relatou em diversas ocasiões e será minuciosamente apresentado adiante, atestando a presença e o atendimento médico a Inês Etienne Romeu em Petrópolis.

As torturas se tornavam mais severas e constantes contra Inês. Os próximos trechos de seu depoimento à OAB falam por si só:

Dr. Roberto, um dos mais brutais torturadores, arrastou-me pelo chão, segurando-me pelos cabelos. Depois, tentou estrangular-me e só me largou quando perdi os sentidos. Esbofetearam-me e deram-me pancadas na cabeça. Colocavam-me completamente nua, de madrugada, no cimento molhado, quando a temperatura estava baixíssima. Petrópolis é intensamente fria na época em que lá estive (oito de maio a onze de agosto). Fui várias vezes espancada e levava choques elétricos na cabeça, nos pés, nas mãos e nos seios. Nesta época Dr. Roberto me disse que eles não queriam mais informação alguma; estavam praticando o mais puro sadismo, pois eu já fora condenada à morte e que ele, Dr. Roberto, decidira que ela seria a mais lenta e cruel possível, tal o ódio que sentia pelos “terroristas”. Fui então obrigada a escrever três documentos: uma análise sobre as esquerdas, os motivos de minha saída da organização e uma crítica sobre os órgãos de repressão do governo. Evidentemente as condições em que foram escritos estes documentos não refletem verdadeiramente o que penso sobre os assuntos neles abordados.

O meu estado psicológico era o pior possível. Por outro lado, eu sentia que estava me tornando uma “batata quente” nas mãos dos meus carcereiros. Camarão me disse que o meu nome já estava no Superior Tribunal Militar e que meu “sequestro” já era conhecido de todos. Esta informação contradizia a de seus superiores hierárquicos, que afirmavam que ninguém tinha conhecimento da minha prisão e que minha família não se preocupava com meu sumiço. Pedi-lhes que me entregassem à Justiça Militar, que eu responderia pelos meus atos. Negaram-me com o argumento de que eu sabia demais e em tom de desprezo disseram que o Superior Tribunal Militar é brando no julgamento de casos como o meu.

Alguns dias após submetida a verdadeiro horror, apareceu o Dr. Teixeira, oferecendo-me uma saída “humana”: o suicídio. Disse-me que eu tinha sido condenada à morte, mas ao invés de uma morte lenta nas mãos do Dr. Roberto, eu poderia dar cabo de minha vida. Aceitei e pedi um revólver, pois já não suportava mais. Entretanto, Dr. Teixeira queria que o meu suicídio fosse público. Propôs-me então que eu me atirasse debaixo de um ônibus como já fizera. Concordei e no dia seguinte (sete de julho) fui levada para o local. No momento em que eu deveria me atirar sob as rodas de um ônibus, agachei-me e segurei as pernas de um deles, chorando e gritando. Minha atitude começou a despertar a atenção de populares e imediatamente fui reconduzida para a casa. Por não ter me matado, fui violentamente castigada: uma semana de choques elétricos, banhos gelados de madrugada, “telefones”, palmatórias. Espancaram-me no rosto, até ficar desfigurada [...].

Em dezenove ou vinte de julho terminou essa fase de torturas. Dr. Pepe comunicou-me que haviam chegado a uma decisão a meu respeito: eu deveria tornar-me agente da repressão e infiltrar-me em minha organização. Fingi aceitar, pois eu precisava quebrar a minha incomunicabilidade. Estava literalmente reduzida a um verme. O tratamento que me foi dispensado foi o mais cruel e o mais desumano (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 1980, p. 6, 7 e 8).

Também há destaque no depoimento de Inês para a parte em que é relatado o estupro cometido pelo agente de codinome Camarão. No ano de 2014, o Ministério Público Federal de Petrópolis ofereceu denúncia à Justiça Federal contra Antonio Waneir Pinheiro Lima, descoberto, então, como sendo a identidade por trás de “Camarão”, sob as acusações de sequestro e estupro¹⁰. Para isso, o MPF realiza uma importante consideração a respeito do Processo nº 0023113-23.2014.4.02.5101:

10. Inicia-se aqui a apresentação das tratativas políticas envolvendo a Casa da Morte nos seus aspectos relevantes, bem como as Ações Declaratórias movida por Inês Etienne Romeu e que adiante serão apresentadas de formas mais detalhadas.

[...] estupro e outras formas de violência sexual contra homens e mulheres não eram, de forma alguma, acontecimentos isolados resultantes da mera perversão de um ou outro agente envolvido na repressão. Os métodos de tortura empregados (despir a vítima, introduzir objetos em seu ânus e vagina, aplicar-lhe choques elétricos nos genitais, praticar atos lascivos) e o registro de relatos de violência sexual em praticamente todos os centros de tortura conhecidos do período (DOI-CODIs, Casa da Morte, Cenimar, CISA, delegacias de polícia, hospitais militares, presídios e quartéis) revelam que a prática de crimes sexuais era PARTE INTEGRANTE do sistema de repressão engendrado para destruir, física e moralmente (e não punir, segundo as regras do Estado de Direito), todos aqueles considerados inimigos do regime ditatorial (grifos originais, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2014, p. 41).

Destarte, a denúncia do MPF é fundamentada em decisão da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, do qual o Brasil é signatário, em que atos que firmem a tortura devem ser considerados como crimes de lesa-humanidade.

Vale recordar que o Estado Brasileiro voluntariamente submeteu-se à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos ao ratificar, em 1998, a cláusula facultativa de jurisdição obrigatória prevista no art. 62 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2014, p. 45).

Este tipo de crime imprescritível – é importante destacar – fez da barbárie do estupro, como relata o MPF, uma forma de aviltar presos políticos no Brasil durante a ditadura militar. Inês Etienne Romeu relatou esse caso em seu depoimento:

A qualquer hora do dia ou da noite sofria agressões físicas e morais. **“Márcio” invadia minha cela para ‘examinar’ meu ânus e verificar se “Camarão” havia praticado sodomia comigo. Este mesmo “Márcio” obrigou-me a segurar seu pênis enquanto se contorcía obscenamente. Durante este período fui estuprada duas vezes por Camarão e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades, os mais grosseiros** (grifos nossos, ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 1979, p. 15).

O depoimento de “Camarão”

Assim, e amparado nos termos legais supracitados ao realizar a denúncia, e, conseqüentemente, a intimação aos vários endereços identificados para que Camarão prestasse depoimento, o denunciado não comparecia, mesmo com insistências. O MPF, então, identificou através de interceptações telefônicas que o mesmo estava se escondendo em casa de parentes no interior do Ceará. Isto pos-

to, foi solicitada a condução coercitiva de Camarão e sua escuta em 2014, na Procuradoria da República no Ceará, na cidade de Fortaleza. “*Em seu depoimento, depois de fugir do MPF e da Comissão Estadual da Verdade e esconder-se no interior do Ceará, o denunciado confessou ser o caseiro da Casa da Morte!*” (grifos originais, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2014, p. 20). A seguir, os principais pontos do depoimento de Camarão que atestam seu trabalho na Casa da Morte:

Promotor: e essa casa em Petrópolis? Qual era a sua ligação com ela?

Camarão: a ligação era da gente ser escalado pra tirar serviço lá e a gente tirava serviço.

Promotor: E essa casa é uma casa oficial? O que era isso?

Camarão: Eu não sei dizer o que era isso.

Promotor: Era um quartel lá?

Camarão: Não, não, era do CIE, pertencia ao CIE...

Promotor: Quem é que dava essa ordem para o senhor tirar serviço lá?

Camarão: Lá nós trabalhávamos em equipe, então o meu chefe da equipe era o Coronel Paulo Malhães.

Destarte, indagado sobre a Casa da Morte, Camarão não refuta sua participação, indo ao encontro de outras informações e atestando-as em referência à existência do aparelho clandestino de torturas, como o próprio depoente irá citar mais adiante.

Promotor: É... quem é que integrava a mais essas equipes?

Camarão: Olha, tem muito tempo, Dr. Eu, sinceramente, de nome assim, eu não lembro mais não... Por que até a gente não usava nome, usava codinome, né...

Promotor: E o senhor sabe por que usava esse codinome?

Camarão: Nunca... nunca tive curiosidade...

Promotor: De soldado, quem é que trabalhava mais lá?

Camarão: Tinha vários... Tinha muitos... Cada equipe tinha 4, 5 soldados... Tinha muitas equipes...

[...]

Promotor: Seu chefe imediato então quem era?

Camarão: Era o Coronel Paulo Malhães.

Promotor: Não tinha outros oficiais na cadeia de comando?

Camarão: Tinha nas outras equipes...

Promotor: Na sua...

Camarão: Na minha era ele... Tinha oficiais das outras equipes.

Promotor: Ai só pra deixar assim bem claro: o serviço do senhor era só ir lá?

Camarão: Quando a nossa equipe tava de serviço, era designado pra ir, nós éramos a segurança da casa, fazia a segurança da casa.

[...]

Promotor: Qual foi o período que o senhor ficou lá? O senhor sabe precisar assim?

Camarão: Foi... O período ali foi entre 71 e 75... Foi assim... Eu acho que começou em 71.

[...]

Promotor: E essa casa ficava ocupada direto?

Camarão: Ah não sei, aí não sei... só sei...

Promotor: Não, mas o senhor não...

Camarão: Eu sei da época que eu tirava serviço lá, depois eu já não sei quem tirava serviço lá ou se a casa ficava fechada.

Promotor: Certo... Isso... Foram quantas vezes, vamos dizer, que o senhor compareceu lá, tirou serviço lá?

Camarão: Não dá pra te...

Promotor: Muitas vezes?

Camarão: Muitas vezes...

Promotor: Ao longo de quanto tempo? Anos? Meses?

Camarão: Eram anos...

Promotor: Anos, né... Qual era... O senhor tinha algum apelido que fosse usado lá?

Camarão: Tinha... Tinha Codinome... Camarão.

Neste momento, definitivamente, Antonio Waneir Pinheiro Lima assume ser “Camarão”, acusado por Inês Etienne Romeu como caseiro e um dos seus algozes na Casa da Morte de Petrópolis. A seguir, Camarão explica a função do aparelho, negando que participava dos “interrogatórios”, onde só os oficiais atuavam, de acordo com seu depoimento:

[...]

Promotor: E o que é que tinha (na casa)?

Camarão: Tinha interrogatório.

Promotor: Como era esse interrogatório?

Camarão: Ah, o interrogatório nós não participava...

Promotor: Mas o senhor não tinha...

Camarão: Eu sabia que eles estavam lá no quarto fazendo interrogatório.

Promotor: como era esse quarto?

Camarão: Era um quarto comum... Era uma sala... Era uma casa comum e eles fizeram aquele quarto pra interrogatório... Botaram uma porta forte... Só isso, no quarto só tinha uma porta e lá dentro faziam o interrogatório.

Promotor: Mas vocês não ouviam nada?

Camarão: Não... a gente não ouvia, até por que, a coisa era silenciosa por que tinha casas perto... Entendeu? Se houvesse barulho, qualquer coisa, o pessoal das casas perto também escutava.

Promotor: Mas seu Antonio, olha só... O senhor tá numa casa que o senhor ta vendo que é clandestina, né?

Camarão: não, eu não sei que é clandestina, era do exército, do gabinete do ministro do exército, Dr...

Promotor: Não, o senhor chamou de aparelho, né?

Camarão: É... Eu disse aparelho por que era o que tinha a subversão de aparelho, né.

Promotor: O senhor chamou de aparelho, as pessoas de lá usavam codinomes, o senhor expressamente disse “não, ninguém usava nome”, os oficiais não andavam fardados...

Camarão: Ninguém...

Promotor: Qual era a razão disso aí?

Camarão: Era fazer investigação pra prender terrorista na época que a gente falava, prender terrorista.

Adiante, Camarão, reconhece que o imóvel fora cedido por um alemão, o que reforça a identidade e outras descrições, especialmente nominais, de que Mário Ladders¹¹ era conhecido como “Alemão”:

Promotor: Isso é uma casa no centro? É afastada?

Camarão: Não, a casa era muito afastada.

Promotor: Sítio?

Camarão: Não, não era sítio não... Era muito afastada... Umass casas assim, tipo aquelas casas de veraneio, que fica num... Que fica em cima de um morro alto.

Promotor: Certo... E de quem era essa casa, o senhor se recorda?

Camarão: Essa casa era de um alemão... eu não sei, não lembro, eu não me recordo o nome dele não... Sei que era um alemão.

Desta forma, Camarão, ao prestar depoimento ao MPF em 2014, assume sua passagem pelo Casa da Morte, conforme Inês Etienne Romeu revelou, corroborando as memórias da ex-presa política e testemunhos de outras pessoas, firmando, assim, não apenas o entendimento sobre a existência da Casa da Morte, como os seus objetivos. Disse Camarão sobre isso em seu depoimento:

Promotor: O senhor se lembra como que começou o funcionamento dessa casa? Como é que surgiu, vamos dizer, é, a primeira vez que o senhor foi lá, como é que foi essa decisão de abrir essa casa...

Camarão: Essa casa surgiu como eles chamavam, era um aparelho, porque o pessoal da subversão tinha aparelho, então eles acharam por bem fazer um aparelho também... Ai eles disseram, olha, agora tem um aparelho

11. Mario Ladders nasceu no Brasil, mas era descendente direto de alemães, tendo não só traços tipicamente étnicos como também o costume de falar o idioma alemão. Não à toa tinha o apelido de “Alemão”.

em Petrópolis e nós vamos tirar serviço lá... O pessoal que for preso na rua, vai pra Petrópolis e pronto, surgiu nisso aí...

Promotor: E aí a primeira vez que o senhor foi já tinha preso lá?

Camarão: Não. Nós fomos pra fazer reconhecimento, fazer... É... Ajeitar a casa, fizemos limpeza na casa... Primeira vez... Aí depois a gente ia, já chegava os presos...

Promotor: Muitos?

Camarão: Chegaram muitos... Tinha tempo que chegava... Todo dia chegava um, dois... Um, dois...

Promotor: Permanecia lá na casa muito tempo?

Camarão: Não mais de dois dias, nunca permaneceu mais de dois dias.

Promotor: E o senhor nunca levou ninguém pra lá?

Camarão: Eu, não, nunca levei.

Promotor: E o senhor sabe como eles chegavam?

Camarão: Chegavam em viaturas

Promotor: Nessas viaturas, do Rio?

Camarão: Olha, chegavam de todo lugar, não chegavam só do Rio não... Vinha de Belo Horizonte, vinha de São Paulo... Aonde fosse feita a prisão, levava direto pra lá.

Ao ser perguntado sobre a passagem de presos pelo local, Camarão reconhece a de Inês:

Promotor: Inês Etienne?

Camarão: Também não... Ah ouvi falar, ouvi falar... Inclusive na televisão.

Promotor: Como é que o senhor ouviu falar dela?

Camarão: Por que ela esteve presa lá... Quando eu tirei serviço, quando nós tiramos serviço lá... Tem uma presa e nós ficamos tirando serviço... Todas as vezes que nós íamos tirar preso... Eu acho que ela foi a que ficou mais tempo lá, aí nós sabíamos porque ela já tava com mais tempo, nós sabíamos o nome dela.

Promotor: Certo... Só ela?

Camarão: De nome assim que eu lembro, só...

Mas, em seguida, disse não ter tido contato com Inês e, adiante, nega também que a tenha estuprado:

Promotor: O senhor soube de presa que foi estuprada lá?

Camarão: Não.

Promotor: Inês Etienne?

Camarão: Não... Dizer pro senhor, porque, equipe que ficasse, que desse segurança lá, eu nunca ouvi falar.

Promotor: O senhor sabe que ela disse que foi estuprada...

Camarão: Ela disse, né, eu sei, eu vi na televisão, ela acusa, mas... Não é verdade.

Entretanto, através de interceptações telefônicas, o MPF concluiu que Camarão mentira em partes de seu depoimento:

É relevante destacar o diálogo, obtido por meio da interceptação do terminal (21) 34978034, usado por Francisco Vândi de Lima, um dos irmãos do denunciado ANTONIO WANEIR PINHEIRO LIMA, de acordo com fls. 639-640 do Processo nº 0023113.23.2014.4.02.5101. Os interlocutores comemoram o fato de o denunciado ANTONIO WANEIR ter sido evasivo no depoimento prestado ao Ministério Público Federal (quando disse que era “apenas vigia da casa”). O denunciado foi chamado no diálogo de “malandro” por ter mentido. Os interlocutores deixam claro ainda que o advogado “instruiu” o depoimento de ANTONIO WANEIR para que ele não dissesse a verdade [...].

Ações Declaratórias de Inês Etienne Romeu

Ainda na continuidade de linhas processuais que ratificam a existência da Casa da Morte, é possível identificar duas Ações Declaratórias que Inês Etienne Romeu moveu. Tais processos serão resgatados neste relatório para a análise documental, e, sobretudo, o destaque de testemunhas que se pronunciaram sobre o enredo analisado.

A primeira, o Processo nº 2.072 movido contra Mario Ladders, na 3ª Vara Cível da Comarca de Petrópolis em 1981, buscava estabelecer a relação jurídica entre Mario Ladders, como o antigo proprietário da Casa da Morte, e as ações cometidas contra Inês, como o cárcere. A acusação consistia em esclarecer a relação de ação ou omissão voluntária do antigo proprietário com as violações sofridas por Inês, pois, como ela mesma já havia reproduzido em seu testemunho à OAB e indagado o próprio Mario Ladders em visita ao local no ano de 1981, Ladders não apenas sabia da existência do aparelho, como havia lhe oferecido uma barra de chocolate em uma das ocasiões em que estivera com a ex-presa política dentro da Casa da Morte, segundo suas memórias. Portanto, desejava a defesa de Inês estabelecer o entendimento do prejuízo que Ladders causou à própria, bem como ter sido cúmplice de tais ações de violências contra Inês, como o cárcere privado, torturas e vexames.

Pela primeira vez, foram constatados documentos oficiais do Exército (que reproduzimos a seguir) que afirmavam o aprisionamento de Inês, em que, mesmo sem citar Petrópolis e a Casa da Morte, as datas batem com o relato da ex-bancária.

Inês afirmou em seu depoimento que fora de fato, presa em 05 de maio de 1971, sendo levada para a Casa da Morte três dias depois, no dia 08. O documento apresenta todo o período que Etienne ficou sob a tutela das Forças Armadas.

No desenrolar do processo, a defesa de Ladders passou a adotar uma estratégia que o afastava dos acontecimentos do centro clandestino de tortura. Inclusive, justifica não ter relação com as acusações de Inês pelo fato do imóvel estar emprestado, à época, a Fernando Sérgio Ayres da Motta. Corroborou a defesa dizendo que o período indicado pela autora do processo devia ser apelado às autoridades que man-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR
3ª AUDITORIA DO EXÉRCITO
COMISSÃO JUDICIÁRIA MILITAR

GLÁUCIO GARCINDO FERNANDES DE
SÁ, Escrivão da 3ª Auditoria
do Exército, da 1ª Circunscri-
ção Judiciária Militar, na
forma da lei, etc..

CERTIFICA, atendendo ao pedido do interessado -
Dr. Arthur Lavigne, Advogado, com escritório nesta cidade -
do Rio de Janeiro, na qualidade de defensor constituído de
INÊS ETIENNE ROMEU, brasileira, filha de Paulo Romeu Junior
e de Maria Etienne Romeu, nascida em 22/8/42, natural do
Estado de Minas Gerais, solteira, que, revendo em cartório
deste Juízo (3ª Auditoria do Exército, da 1ª C.J.M.), os li-
vros competentes a seu cargo, consta que a cidadã de quali-
ficação acima referida, foi julgada pelo Conselho E. de Jus-
tiça, desta Auditoria, em sessão de 24/8/72 e condenada à
pena de prisão perpétua, no grau mínimo do artigo 28, pará-
grafo único do Decreto Lei nº 898/69, havendo o Egrégio Su-
perior Tribunal Militar, por acórdão de 13/5/77, dado provi-
mento, em parte, ao apelo da Defesa, para reformar a Sen-
tença desta Auditoria e condená-la a pena de 30 anos de re-
clusão, por desclassificação do artigo 28 "caput", do mesmo
Decreto Lei. CERTIFICO, mais, que o Egrégio Superior Tribunal
Militar, em sessão de 2/6/78, acolhendo os Embargos inter-
postos pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral da Justiça Militar,
deu-lhes provimento, por maioria, para condenar INÊS ETIENNE
ROMEU, acima qualificada, a pena de prisão perpétua pelo cri-
me do artigo 28, § único do Decreto Lei nº 898/69, reduzindo
a mesma pena para 30 anos, na forma do artigo 51, do Decre-
to Lei nº 898/69, havendo os autos de Embargos sob o nº-----
39.544, transitado em julgado no dia 23/8/79. CERTIFICA, ain-
da, que, este Juízo, por despacho de 21/8/79, ajustou a pe-
na da sentenciada INÊS ETIENNE ROMEU, já qualificada, para 8
anos de reclusão, correspondente a pena mínima prevista no
parágrafo único do artigo 26, da vigente Lei de Segurança -

Documento anexado ao processo de Inês Etienne contra Mario Lodders (1981)

fls. 27
807
31
m

Diretor Geral do "DESIPE", para o devido cumprimento, se
al não estiver presa, através do Ofício nº 860/79, de
/79. CERTIFICA, outrossim, que o Instituto Penal Talave
ruce, órgão subordinado ao "DESIPE", comunicou a esta
tória, através do Ofício nº 01467, de 30/8/79, que a sen
tada acima aludida foi posta em liberdade no dia 29 de
to de 1979. CERTIFICA, finalmente, que INÊS ETIENNE RO -
compriu a pena imposta por este Juízo, no período
previdido de 5/5/71 até 5/5/79. O REFERIDO É VERDADE E
PS. NADA MAIS consta com referência a mesma neste Juí
s era tudo o que lhe cabia certificar face ao requerido,
e fez bem, fielmente, ao que se reporta e dá fé. Dada e
ada nesta cidade, do Rio de Janeiro, na sede da 3ª Audi
da do Exército, da la.C.J.M., em seu cartório, aos vin
seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos
tenta e nove. Eu, Deivid Lacerda
vivo, que a datilografar e assinar.

tinham a casa, e não a Ladders. A relação de Ladders com Camarão foi, inclusive, identificada pela imprensa petropolitana assim que I. E. Romeu realizou a denúncia:



...apuramos, que contudo, Mário Ladders, proprietário do Mansão do Camambu mantinha àquele tempo estreitas ligações com o cidadão conhecido pelo apelido de Camarão, que se intitulava agente de segurança também naquele tempo. E Mário, por diversas vezes foi visto com o referido cidadão, o que realmente causa estranheza nesse emaranhado de acontecimentos que agora veio à tona com o desabafo da jovem exilada, que fora anistiada. (TRIBUNA DE PETRÓPOLIS, 5 DE FEVEREIRO DE 1981).

Em seu testemunho de defesa, Ladders afirmou não conhecer Inês, mas o encontro entre ambos, em 1981, quando Inês e uma comitiva fizeram o reconhecimento do local, demonstrou a imensa perturbação do ex-proprietário quando confrontado pelos repórteres e pela própria autora do processo. Mario Ladders, que sempre morou na casa vizinha, de nº 120, segundo depôs, contou que o imóvel, à época numerado como 668-A¹², estava vazio antes do empréstimo feito a Fernando Sérgio Ayres da Motta, e que também havia emprestado a garagem daquela casa para que amigos guardassem objetos antes dos acontecimentos narrados. Outrossim, afirma ainda que em um eventual momento, apareceram rapazes bem-vestidos e que tinham a intenção de alugar a casa. O chefe entre eles, segundo Ladders, apresentou um contrato ao proprietário, em que tinha a intenção de alugar o imóvel para a realização de palestras políticas, mas isto não o agradava.

É preciso realizar uma ressalva neste trecho e esclarecer algumas possíveis imprecisões.

Na sequência do seu depoimento, Ladders afirmou que Fernando Sérgio Ayres da Motta foi apresentado a ele como uma pessoa de prestígio e interventor da ditadura na cidade de Petrópolis, e que o ex-comandante da Panair havia pedido o empréstimo da casa para alguns amigos, por poucas semanas, e que devolveria quando o

12. Atualmente nº 50.

proprietário pedisse. De fato, Ladders diz que o próprio Ayres da Motta devolveu a chave da casa, mesmo sem nunca ver o ex-comandante naquele lugar. O que, porém, contrasta com as memórias da vizinha Neide Miranda Filha, que, no dia 14 de agosto de 2018, deu seu testemunho à CMV-Petrópolis. Segundo a mesma, Fernando S. A. da Motta e Mario Ladders se conheciam há tempos, sendo inclusive o primeiro a pessoa responsável por fazer com que sua família adquirisse o imóvel na região.¹³

Sem lembrar precisamente por quanto tempo a casa ficou emprestada, Ladders diz que tal uso não deveria ter durado mais de um ano, o que vai contra testemunhos de ex-agentes em outras ocasiões, que disseram ter trabalhado no local por um período maior. Este é o caso, por exemplo, de Camarão, como já relatado.

Questionado sobre sua presença no imóvel ou contato com os que ficaram na casa, Ladders afirmou em depoimento que nunca havia visitado os novos “moradores” do local. Em determinada ocasião, havia se encontrado com duas pessoas e que estas não haviam dito seus nomes. Somente recentemente, havia tomado conhecimento de que o nome das pessoas eram Pardal e Camarão. Como será demonstrado a seguir, Ladders não apenas tergiversou como mentiu descaradamente. Outros depoimentos adiante, inclusive o da própria Inês, demonstram o contato de Mário Ladders com os caseiros da Casa da Morte.

Sem saber afirmar ao certo a procedência dos novos frequentadores fixos do local, afirmou então que uma vizinha sua, chamada Neide Cruz Ribeiro de Miranda, lhe dissera que os rapazes eram engenheiros. Neste sentido, o depoimento revela que o ex-proprietário do local afirmou que no final do período de presença das pessoas que passaram a viver em sua casa, mulheres “pouco recomendáveis”, segundo o próprio Ladders, visitavam a casa, pedindo, assim, que Ayres da Motta devolvesse o imóvel. Nesse sentido, corrobora o que Inês diz em seu depoimento, sobre a Casa da Morte ser visitada por prostitutas. Disse Inês à OAB: “Na ausência dos oficiais, a casa foi muitas vezes visitada por prostitutas, quando eram realizadas ‘festas’, das quais participavam Pardal, Camarão, Raul, Marcelo e Alan” (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 1980, p. 16).

Dentre outras contradições de seu depoimento, Ladders diz que, no lugar, era muito comum passar carros, algo bastante inapropriado para um lugar afastado do centro de Petrópolis e com pouquíssimas casas. Mais uma vez, Ladders será contradito por outras testemunhas nesse processo, além do recente testemunho que Neide Miranda Filha, moradora do local por mais de 50 anos, prestou à Comissão da Verdade de Petrópolis, no ano de 2018.

A este processo foram arroladas outras testemunhas fundamentais para que se compreendam as contradições do depoimento do próprio Mário Ladders ante as acusações de Inês. Uma dessas testemunhas era Gervásio Hermenegildo de Araújo, caseiro de Mário Ladders e que trabalhava para ele havia um período de dez ou onze anos, segundo inicia seu depoimento, e que morava na propriedade do suplicado. Diz saber que quem morava na casa de baixo, a futuramente conhe-

13. Seu testemunho será melhor trabalhado à frente.

cida como Casa da Morte – pois o local em que Ladders e o próprio depoente viviam com sua esposa, Ruth, ficava numa residência acima, porém no mesmo terreno – eram Pardal e Camarão, e que outros rapazes e mulheres iam até a casa, sem explicitar as características desses ocupantes. Dentre outras informações relatadas, diz que Pardal e Camarão tinham um fusca, e que era corriqueiro ver quatro ou cinco carros na garagem da Casa da Morte e que também ocorriam festas com frequência no local.

Entretanto, a principal informação trazida pelo caseiro de Ladders e que contradizia o depoimento dele, era que Ladders, sim, conversava constantemente com os frequentadores da casa, reconhecidos como Pardal e Camarão, e que certa vez os tinha visto jogando cartas, inclusive dentro de casa. Gervásio ainda aponta que Ladders nunca dissera que Pardal e Camarão eram engenheiros ou estudantes, e que os tratava informalmente, sem os chamar de senhor, como o próprio Gervásio fazia.

Outro ponto em que Ladders não se debruça profundamente, mas que Gervásio relata, é que Ladders e Ayres da Motta se encontravam constantemente, mas que este último não frequentava a Casa da Morte, achando, inclusive, que o “Alemão” – como Ladders era conhecido pelas pessoas mais próximas – era padrinho de um dos filhos de Ayres da Motta. Neide Miranda Filha, filha de Neide Miranda, confirmou esta informação em testemunho prestado à CMVP. Gervásio também não confirma a versão levantada por Ladders de que um grupo de pessoas bem-vestidas havia procurado o ex-proprietário da Casa da Morte.

Outra testemunha do processo e que fora arrolada pela defesa de Mário Ladders era Neide Cruz Ribeiro de Miranda, vizinha do acusado. Segundo Neide, ela havia tomado conhecimento de que Ladders emprestara a Casa para duas pessoas chamadas Pardal e Camarão, e que estes eram comportados. Segundo relatou, alguém, de quem ela não se lembrava, havia dito que Pardal e Camarão eram engenheiros. Sua filha, Neide Miranda Filha, irá abastecer com mais riqueza de detalhes, adiante, esta informação. Questionada sobre o fluxo de carros, apenas respondeu que subiam e desciam carros, porém não sabia se eram para visitar Pardal e Camarão. No mesmo depoimento, quando interrogada pela defesa do suplicado Mário Ladders, se contradiz dizendo que os carros que subiam no local eram pra visitar Ladders ou sua outra casa, habitada por Pardal e Camarão.

Na linha de outras testemunhas, Antonio Augusto Sales Fontes, fotógrafo que cobriu o encontro de Inês e Ladders em 1981, e que à época trabalhava pela revista “Isto É”, diz se lembrar que o acusado disse naquele dia que emprestara a casa para um grupo de paramilitares e que tais paramilitares não andavam armados. O jornalista Marcelo Jorge Werneck, também presente quando do encontro entre ambos, lembra que Ladders disse primeiramente que as pessoas que ocupavam a casa faziam uma pesquisa sobre a Transamazônica, e depois disse que o espaço era ocupado por paramilitares, e que havia cedido o local para um “prócer da revolução de 1964”. Nesse caso, a pessoa em questão possivelmente era Fernando Sérgio Ayres da Motta, escolhido pela ditadura militar como interventor de Petrópolis em 1966.

É notório que o processo e a apresentação das testemunhas demonstram as contradições na narrativa apresentada por Mário Ladders. Os argumentos contraditórios não refutam, mas sim confirmam a ideia do funcionamento de um centro clandestino no local, descoberto e aprofundado quanto ao conhecimento da sua estrutura anos depois, em função de novos relatos e testemunhos somados à descoberta original, desencadeada por meio da memória de Inês Etienne Romeu.

Entretanto, o juiz Leon Gilson Alvim Soares, da 3ª Vara Cível de Petrópolis, decide que não foi provado que o réu, Mário Ladders, tivesse conhecimento do que ocorria na sua própria casa – embora claramente tenha ficado evidente a variedade de contradições e imprecisões durante o colhimento de provas testemunhais – e que tampouco era possível a Ladders concluir o que ocorria dentro do imóvel. Considera que, como Ladders cede a casa em comodato, este então não poderia ser responsabilizado, e que também não havia ficado provado que o réu tivesse conhecimento do que fora praticado contra Inês, logo, não ficava estabelecida a relação jurídica entre os dois, sendo que era esse o objeto de acusação de Inês.

Entretanto, documentação das Forças Armadas apresentada abaixo é referenciada pelo Juiz, que decidiu improcedente a Ação Declaratória movida por Inês contra Ladders. Em sua decisão, nas folhas 306 e 307 do processo, é citado:

Não se provou tivesse o suplicado o conhecimento da situação da Autora [...]. Ainda, pelas certidões das folhas 36/37 e 38 da 3ª Auditoria do Exército, da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, cumpriu a autora a pena que lhe foi imposta, ‘no período compreendido entre 5/5/71 a 5/5/79’, constatando-se que o início do cumprimento da pena se deu exatamente no dia em que ela foi presa (fls.2), data referida na inicial. Legalizou-se, por tal forma, o ato que pudesse ser tido como irregular e, em relação ao Réu, não teve ele nenhuma participação na **fase negra passada pela autora** (grifos nossos). (PODER JUDICIÁRIO, 1981).

É importante ainda destacar que os indícios levantados por Inês foram plenamente desconsiderados frente a uma série de contradições apresentada pela defesa do acusado, inclusive as próprias mentiras apresentadas por Ladders, assegurando, assim, a decisão do juiz.

Inês recorreu às instâncias superiores, sendo negada sua apelação. Em 1999, Inês entraria novamente na justiça para o reconhecimento de sua passagem na Casa da Morte. Em junho daquele ano, Inês Etienne Romeu protocolou o processo nº 002785-69.1999.403.6100 na 17ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, considerando o direito a uma Ação Declaratória contra a União. Neste novo processo, Inês pleiteava que a União Federal reconhecesse seu histórico de presa política, ou seja, sua prisão em 05 de maio de 1971, em São Paulo, e sua permanência na cidade de Petrópolis entre 08 de maio e 11 de agosto do mesmo ano. Consequentemente, a validação jurídica da existência da Casa da Morte passava pelo reconhecimento da história de Inês. De forma detalhada, a nova Ação

Declaratória movida por Inês Etienne Romeu contra a União Federal desejava, segundo a própria peça processual, “obter a declaração judicial de que agentes ou funcionários da Ré foram autores dos atos de cárcere privado e de torturas” (1999, fls. 6), de acordo com o embasamento da descrição feita por Inês em seu depoimento prestado à OAB, testemunhos anteriores, o processo contra Mário Ladders e novas provas documentais que seriam reveladas.

Inês narra em sua acusação todo seu histórico de sequestro e cárcere privado em São Paulo. Utiliza das confissões do médico Amílcar Lobo, cujo codinome era “Dr. Carneiro”, e que havia exercido tratamentos médicos em seus momentos de aprisionamento ilegal e maus tratos na Casa da Morte, em Petrópolis, para produzir sua argumentação:

Ao prestar depoimento no curso do processo de ação declaratória mais adiante referida, o Dr. Amílcar Lobo afirmou: ‘Que é verdade que atendeu Inês Etienne Romeu, na qualidade de médico da casa de Petrópolis; que o depoente não sabe informar que casa onde foi que atendeu a paciente; que era um médico do Exército e foi mandado atender a paciente Inês na referida casa; tendo sido-lhe dito que Inês havia sofrido um atropelamento; que realmente constatou que Inês estava com feridas contusas e escoriações na parte superior da coxa, numa delas e também no abdômen; que o depoente fez em Inês uma sutura, na coxa, e depois voltou para completá-la; que o depoente recebeu uma recomendação militar de sigilo para não ser indicada a onde Inês se encontrava; [...] que o depoente sabia ser Inês presa política (doc. nº 2) (PODER JUDICIÁRIO, 1999, fls. 03-04).

Era do intento da defesa da autora do processo que, com a nova ação, ficasse comprovado que agentes ou funcionários da ré, a União Federal, atuaram no cárcere privado e nas torturas contra Inês, na Casa da Morte. Assim, ao utilizar a estrutura repressiva do Estado, a União deveria ser declarada responsável, conforme pleiteia uma Ação Declaratória, pelas atuações passadas da ditadura militar, possibilitando que a justiça reconhecesse a relação jurídica entre as partes envolvidas e também que o direito à verdade prevalecesse como base fundamental do direito da pessoa humana e um dos fundamentos do Estado Republicano, rogando, inclusive, às partes signatárias, que o Estado brasileiro firmou com a “Convenção Interamericana contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos e degradantes, promulgada entre nós pelo Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991”, de acordo com o que se apresenta na acusação da peça processual nº 002785-69.1999.403.6100 de 1999.

Em decorrência do exposto, pede a Autora que seja ordenada a citação da UNIÃO FEDERAL para configurar como Ré no presente processo, ao cabo do qual deverá ser afirmada a relação de autoria dos atos de cárcere privado e tortura sofrido pela Autora, declarando-se que os seus autores eram servidores ou agentes a serviços da Ré (PODER JUDICIÁRIO, 1999, fls 12).

Dentre os elementos que sustentam a decisão desta empreitada jurídica de Inês, serão levados em conta os autos do processo que a mesma moveu contra Mário Ladders em 1981, na Justiça Federal em Petrópolis. Outros documentos do Exército também foram inseridos na base de provas documentais. Em destaque, um da Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República traz o histórico de Inês, citando, inclusive, sua passagem por Petrópolis. Observa-se, portanto, entre as fls. 39-42 a documentação:



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA MILITAR
SUBSECRETARIA DE INTELIGÊNCIA

Faz conformidade com a Portaria nº 008, de 16 Jan 96, da Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República, e em atendimento a requerimento de INÊS ETIENNE RÔMEU, protocolado no dia 23 Jul 98, informo que nos arquivos em poder desta Subsecretaria há registros sobre fatos e situações com as seguintes indicações a respeito da requerente:

INÊS ETIENNE RÔMEU, brasileira, divorciada, historiadora, filha de PAULO RÔMEU JÚNIOR e MARIA ETIENNE RÔMEU, nascida no dia 22 Ago 42, em Povo Alegre/MG, portadora da Carteira de Identidade nº 27.468.735-5 - SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 208.226.623-87.

No período de 1961 a 1963, foi aluna do curso de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). À época, iniciou suas atividades políticas no Movimento Estudantil.

Foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Política Operária (POLOP), Comando de Libertação Nacional (COLINA), Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), sendo integrado o Comando Nacional dessa organização subversivo-terrorista. Utilizou na sua militância os codinomes de "Olga", "Tênis", "Nádia", "Isabel", "Leda" e "Ada".

Participou das seguintes ações terroristas: roubo de um automóvel à mão armada no bairro de Santa Tereza no Rio de Janeiro/RJ; assalto à Casa de Câmbio "ADAMS", na Av. Atlântica/RJ; e sequestro do Embaixador suíço Giovanni Enrico Bader, ocorrido em Dez 70, ocasião em que foi morto um agente de segurança daquela autoridade.

Em Jan 69, foi citada em Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado pelo comando da IDN, com a finalidade de apurar as atividades da organização de extrema esquerda conhecida como Organização Político-Militar (OPM) em Belo Horizonte/MG.

Foi presa no dia 05 Mai 71, em São Paulo/SP e posteriormente, foi transferida para o Rio de Janeiro/RJ, onde permaneceu presa até 11 Ago 71.

Em 03 Out 71, quando encontrava-se hospitalizada no Casa de Saúde Santa Maria em Belo Horizonte/MG, enviou carta ao advogado Augusto Sussekind de Moraes Rêgo relatando fatos ocorridos no período em que esteve presa, bem como alertando aquele advogado sobre a possibilidade de vir a ser morta por supostos agentes do governo.

Foi indiciada em IPM sobre a VPR, encaminhada à 2ª Auditoria do Exército da 1ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), em contra IPM sobre a VPR, encaminhado à 1ª Aud./Aeronáutica da 1ª CJM; e no IPM sobre o sequestro do Embaixador suíço encaminhado à 3ª Aud./Ex da 1ª CJM. Teve a sua prisão preventiva decretada em 10 Nov 71.

Em 24 Ago 72, foi condenada pelo Conselho Especial de Justiça da 3ª Aud./Ex da 1ª CJM, no Processo nº 18/71, à pena de prisão perpétua pelo sequestro do Embaixador suíço e morte de seu agente de segurança. Foi incurso no art. 28, § único do Decreto-Lei nº 898/69 - Lei de Segurança Nacional (LSN).

Em 01 Set 72, foi condenada pelo Conselho Permanente de Justiça da 1ª Aud./Aeronáutica da 1ª CJM, no Processo nº 41/71, à pena de 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, com pena acessória de suspensão de seus direitos políticos por 03 (três) anos. Foi incurso no art. 14 do Decreto-Lei nº 898/69 (LSN). Não foi feito cômputo da pena por estar a mesma condenada a prisão perpétua pela 3ª Aud./Ex. Iniciou o cumprimento da pena em 05 Mai 71.

Em Jul 75, a Nunciatura Apostólica do Brasil enviou correspondência ao então Ministro da Justiça, solicitando clemência para a requerente, que encontrava-se presa cumprindo prisão perpétua, aguardando julgamento do recurso de apelação pelo Superior Tribunal Militar (STM).

Nos meses de Fev/Mar 75, as embaixadas brasileiras em Londres/Inglaterra, Paris/França e Bonn/Alemanha, receberam cartões de protesto remetidos por organismos ligados a anistia internacional, contra a prisão da requerente no Brasil.

Em Set 75, a United States Committee for Justice to Latin American Political Prisoners (USLA), organismo com sede em Nova York/EUA, enviou petição dirigida ao Presidente da República, no sentido de que fosse revisto o julgamento da requerente.

Em 13 Mai 77, teve a sua sentença de prisão perpétua reformada para 30 (trinta) anos de reclusão pelo STM, por desclassificação do art. 28 do Decreto-Lei nº 898/69. O término de sua pena estava previsto para 05 Mai 2001.

Em 01 Fev 79, teve o seu Alvará de Soltura expedido pela 1ª Aud./Aeronáutica da 1ª CJM, por ter sido julgada extinta a punibilidade pelo

SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO
PRISÃO PERPETUA
13 de Maio de 1977
1ª Auditoria Aeronáutica da 1ª CJM

cumprimento da pena de 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão e suspensão dos seus direitos políticos por 03 (três) anos.

Em Jul 79, quando encontrava-se detida no Presídio Estadual Bruce em Bangu/RJ, recebeu a visita do então Senador Teotônio Vilas. Não aderiu a greve de fome iniciada em 22 Jul 79 por presos políticos condenados pela LSN e custodiados no Presídio Milton Dias Moreira, em protesto contra o projeto de anistia do governo federal.

Em 06 Ago 79, integrou relação de pessoas condenadas definitivamente na Justiça Militar e que estavam excluídos do projeto de anistia.

Em 29 Ago 79, foi liberada em virtude de ter sido beneficiada pela Lei nº 6.683/79 (Lei da Anistia).

Em 26 Out 79, participou da reunião comemorativa do 1º aniversário do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA), realizado no auditório da Faculdade de Direito da UFMG.

Em Dez 80, transferiu-se para Fortaleza/CE para fazer o curso de História na Universidade Federal do Ceará (UFC).

No início do ano de 1981, denunciou à imprensa, no Brasil e no exterior, que havia identificado uma casa na qual ficara em cárcere privado, após ter sido presa pela repressão entre Mzi e Ago 71. Tal imóvel ficava situado na Rua Artur Barbosa, nº 120 em Petrópolis/RJ. Apresentou também uma relação de "torturadores" que, segundo ela, conheceu durante a sua permanência na mencionada casa.

No período de 03 a 24 Mai 81, participou do Seminário Político intitulado "Brasil: Uma Revolução Escondida", realizado em Roma/Itália e promovido pela Associação das Mulheres Brasileiras e Italianas, e pela Associação Internacional Contra a Tortura.

Em 16 Mai 81, esteve no Aeroporto Santos Dumont no Rio de Janeiro/RJ, para o desembarque dos restos mortais da ex-militante do MR-8, Sônia Maria Lopes de Moraes, que estavam sendo trasladados de São Paulo/SP.

Em 15 Jun 81, a ação judicial interposta pela requerente contra Mário Lodders, proprietário da casa em que ficou em cárcere privado, em Petrópolis/RJ, foi julgada pelo titular da 3ª Vara Civil da Comarca daquela cidade, tendo sido julgada improcedente.

Em 08 Mai 82, assinou a ata da assembleia de fundação do Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas, realizada na sede daquela entidade no Rio de Janeiro/RJ.

Em 26 Mai 82, integrou a mesa coordenadora dos trabalhos, durante o evento denominado "Semana Mundial do Preso Político Desaparecido",



realizado na sede do Instituto "Sedes Sapientiae", em São Paulo/SP. O referido evento foi promovido por familiares de presos políticos desaparecidos da América Latina.

Em 26 Jan 83, compareceu ao lançamento do livro "Anistia", de autoria de Teotônio Vilela, realizado em São Paulo/SP.

O Diário Oficial do Estado de São Paulo, nº 233, de 09 Dez 83, publicou a nomeação da requerente para o cargo de diretora técnica da Diretoria do Serviço de Arquivo Histórico, da Divisão de Arquivo do Estado, do Departamento de Museus e Arquivos da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

Em 16 Mai 84, esteve presente à passeata seguida de um comício em prol da diretas-já, realizado na Cincelândia/RJ.

Foi uma das pessoas escolhidas para receber a "Medalha Chico Mendes de Resistência", pelo organismo denominado "Tortura Nunca Mais", em evento realizado no dia 07 Jul 89, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

É o que se contém arquivado neste Órgão até a presente data.

Brasília/DF, 23 de fevereiro de 1999



DAVID BERNARDES DE ASSIS
Assessor



PODER JUDICIÁRIO, 1999

A documentação da Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República obtida pela defesa de Inês, revela o histórico de militância da ex-militante política, como as organizações em que havia atuado, de acordo com a inteligência das Forças Armadas; sua prisão e seu cárcere, até 1971, e depois até seu processo de soltura em 1979; que continuou sendo monitorada pelas forças de inteligência mesmo com a Anistia Política, revelando a sua ida a Petrópolis, em 1981, para fazer o reconhecimento do local em que esteve presa e foi torturada, a Casa da Morte; sendo, então, acompanhada pelos serviços de investigação nacional até 1989, como demonstrou o documento acima, com o acompanhamento de que recebeu a "Medalha Chico Mendes de Resistência", oferecida pelo que as forças de segurança consideravam como "organismo", a saber, o grupo "Tortura Nunca Mais", em função de todo seu histórico de vida.

Outro documento, entre as fls. 43 e 44 do mesmo Processo, uma certidão do Superior Tribunal Militar, relata mais informações que respaldam o testemunho de Inês Etienne Romeu e seu relato de passagem pela Casa da Morte:



continuação da Certidão referente a INÊS ETIENNE ROMELI

RECURSO CRIMINAL Nº 1.194, tendo aquela Corte Suprema regado provimento ao Recurso, em Acórdão de 06/11/1973, o qual transitou em julgado em 09/04/1974. CERTIFICO, ainda, que, dos Autos Fmides nº 1.103, da 3ª Auditoria do Exército da 1ª CIM, consta a informação que o Exmº. Sr. Juiz-Auditor da 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CIM, em Despacho de 10/02/1979, adequou a referida pena para 01 (um) ano e 03 (três) meses de reclusão, nos termos do artigo 12, da Lei nº 6.620/78, causada a suspensão dos direitos políticos. CERTIFICO, mais, que por Despacho do Exmº. Sr. Juiz-Auditor da 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CIM, de 29.08.1979, foi-lhe extinta a punibilidade pela ANISTIA, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.683/79. CERTIFICO, finalmente que a Requerente, INÊS ETIENNE ROMELI, esteve presa, cumprindo penas de 03 de maio de 1971 até 29 de agosto de 1979, quando lhe foi concedido o direito de ANISTIA. O referido é verdade e dou fé. Secretária do Superior Tribunal Militar, em 11 de maio de 1999, às 14h30m. Duane Silva, Vice-Diretora Judiciária, mandei digitar e conferir. Juiz de Direito, Dr. Luiz Malta Coelho, Diretor Judiciário, subscrevo e certifico. Dr. Raul Lopes Bianchini, Diretor Geral da Secretaria deste Tribunal. ASSINADO: XXXXXXX, XXXXXX.



PODER JUDICIÁRIO, 1999

Nesse processo contra a União, Inês obteve um reconhecimento diferente daquele que movera contra Mário Ladders. Levando em consideração todo o material, o Juiz Federal José Marcos Lunardelli, da 17ª Vara de Justiça Federal de São Paulo, reconheceu a ação como favorável a Inês Etienne Romeu. Segundo a decisão, a União Federal deveria ser declarada juridicamente envolvida com os fatos levantados por Inês, entre eles, a sua passagem e maus-tratos no cárcere clandestino da Casa da Morte. Pela primeira vez, um órgão do Poder Público brasileiro reconhecia publicamente sua responsabilidade ante a história de Inês Etienne Romeu. A decisão traz a seguinte afirmação:

[...] em 08 de maio, foi conduzida, de olhos vendados, para uma residência na cidade de Petrópolis/RJ, que depois veio a ser identificada como sita à rua Arthur Barbosa, nº 668, de propriedade de Mario Peter Carl Richard Ladders. Nessa casa, foi mantida em cárcere privado e torturada até dia 11 de agosto. De acordo com a inicial: ‘foi estuprada duas vezes, sofreu espancamentos e choques elétricos em várias partes do corpo, foi arrastada pelos cabelos e estrangida a tomar banhos gelados durante o inverno, recebeu contínuas ameaças de morte’ (fl. 03) e tentou se suicidar por quatro vezes (PODER JUDICIÁRIO, 1999, fls. 200).

A decisão em primeira instância do juiz considerava que as descrições outo-
ra oferecidas por Inês eram suficientes para o provimento de sua causa e susten-
tação jurídica do que ela acusava, possibilitando, então, a certeza jurídica neces-
sária pleiteada por Inês.

Outro fator a ser considerado pela decisão do Juiz José Marcos Lunardelli
foi a utilização do depoimento de Amílcar Lobo, médico que assistiu Inês Etien-
ne Romeu na Casa da Morte, para sustentar o veredicto:

Não obstante o autor do livro não identifique a pessoa que atendeu, percebe-
se a existência de diversos pontos semelhantes entre este trecho de seu livro
e seu depoimento, prestado em 1981. Onde reconheceu ter atendido Inês
Etienne: a data do ‘atendimento’ (1971), **a localização da casa em que ficou
encarcerada (Petrópolis)**, a justificativa das lesões (‘acidente’), o número de
vezes que a atendeu e, por fim, as próprias lesões (na coxa e no abdômen).
Esses pontos em comum indicam que os dois relatos referem-se à mesma pes-
soa, no caso, a autora (grifos nossos, PODER JUDICIÁRIO, 1999, fls. 209).

O contexto de relevância de considerações favoráveis à defesa de Inês, em
virtude das contribuições de Amílcar Lobo relatadas acima, se referem às in-
formações trazidas pelo ex-médico da Polícia do Exército (PE) em seu livro de
memórias “A Hora do Lobo, a Hora do Carneiro”, em que relata, nas páginas 75
e 83, conforme o Juiz José Marcos Lunardelli atesta em sua decisão, que esteve
realizando atendimento profissional em uma casa de Petrópolis, e que esse aten-
dimento se referia a uma pessoa com as características apresentadas por Inês em
seu testemunho. Eis a citação:

Decorrido mais algum tempo, o coronel Homem de Carvalho me chama ao
seu gabinete e diz que o major Sampaio havia telefonado e solicitado meu
atendimento profissional a uma presa numa casa de Petrópolis. Trata-se
de uma mulher que estaria bastante ferida, em decorrência de um atro-
pelamento em Cascadura, e provavelmente necessitaria de uma pequena
cirurgia plástica. Pergunto-lhe, de chofre, quem é o major Sampaio e a ra-
zão desta presa se encontrar em Petrópolis, uma vez que havia sofrido um
acidente no Rio de Janeiro. O coronel, então, me responde rapidamente
que o major Sampaio é do Centro de Informações do Exército e que desco-
nhece as razões desta mulher se encontrar em Petrópolis. [...]

Entramos num quarto ao lado da sala e que estava com a porta fechada.
Deparei-me com uma mulher, jovem, deitada no chão em cima de uma
manta, muito emagrecida, esquelética, muito deprimida e com as feições de-
notando um profundo sofrimento. Fico de cócoras e começo a examiná-la.
Ela apresenta uma ferida na região inferior do abdômen e outra, extensa,
com perda de tecido na parte superior e externa da coxa. [...]

Na volta é o próprio major Sampaio quem dirige o opala preto e, ao longo do percurso, you me inteirando das atividades desenvolvidas naquela casa em Petrópolis. Fico sabendo que existia uma ordem do próprio Ministro do Exército para que todas as pessoas que abandonaram o país, principalmente as que escolheram o Chile como refúgio, deveriam ser mortas após esclarecerem devidamente as atividades terroristas do grupo a que pertenciam antes da evasão. (...) Conclui dizendo-me que a mulher que eu havia operado fizera um acordo com ele para gravar um videotape, mostrando-se muito arrependida de suas atividades subversivas e condenando radicalmente as ideias apregoadas pelo comunismo. A chefia do CIE aprovou com entusiasmo este acordo e decidiu poupar a jovem. (...)

Voltei ao chamado “aparelho” do exército em Petrópolis mais duas vezes para ver a moça que operei e que se encontrava em franca recuperação do seu estado geral, tanto cirúrgico como mental (grifos do Juiz, PODER JUDICIÁRIO, 1999, fls. 207-208).

Os próprios grifos do juiz servem para trazer em comparação a sustentação de Inês. A existência de uma casa em Petrópolis – sendo esse o principal ponto concórdância para o presente relatório –, o atropelamento em Cascadura, conforme Inês relatou em seu testemunho prestado à OAB em 1981, as condições físicas que ela descreveu e, por fim, mesmo sem estar grifado, Amílcar Lobo relata o falso acordo que Inês havia firmado com os seus algozes para gravar um vídeo condenando as ações de grupos de esquerda, como ela própria revelou em seu testemunho: “obrigaram-me também a gravar um ‘tape’ em que me declaro agente remunerada do governo, e filmaram-me contando notas de dez cruzeiros, quando li o meu ‘contrato de trabalho’” (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 1980, p. 9). Outrossim, é importante considerar que Amílcar, um oficial do Exército, se referiu à Casa da Morte como aparelho, como Camarão também fizera, como demonstrado acima em seu testemunho ao MPF, bem como outros ex-agentes da repressão.

Encaradas as considerações do Juiz José Marcos Lunardelli, a seguinte sentença foi proferida no dia 14 de novembro de 2002, trazendo o reconhecimento da existência da Casa da Morte de Petrópolis:

[...] julgo procedente o pedido para o fim de declarar a existência de relação jurídica entre Inês Etienne Romeu e a União Federal, por conta dos atos ilícitos de cárcere privado e de tortura praticados por servidores militares no período compreendido entre 05 de maio e 11 de agosto do ano de 1971, na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro (PODER JUDICIÁRIO, 1999, fls 212).

Ainda sobre o processo movido por Inês contra a União Federal, a Ré, inicialmente, apelou contra a decisão. Entretanto, a própria União retirou sua apelação. O Acórdão foi publicado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região em 17 de setembro de 2007.

As memórias da vizinhança

Complementando os meios para se compreender a existência e as relações ocorridas na Casa da Morte temos, ainda, os testemunhos prestados por ex-agentes da repressão e outras pessoas da vizinhança da casa que conheceram e prestaram informações sobre esses fatos.

A Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis coletou, no dia 14 de agosto de 2018, o testemunho de Neide Miranda Filha. Neide é moradora das proximidades da Casa da Morte há aproximadamente 50 anos. Filha de Neide Cruz Ribeiro de Miranda, que fora testemunha de Mário Lodders quando Inês Etienne Romeu moveu um processo contra o antigo proprietário do local em que foi torturada, Neide Miranda Filha trouxe considerações que contradizem aqueles que negam a referida história, bem como novas informações que acrescentarão ao entendimento da Casa da Morte. É importante destacar que Neide Miranda Filha fora muito amiga da irmã de Mario Lodders, Magdalena Júlia Lodders, a quem se referia como Lena e manteve relação de proximidade até sua morte. A curta distância entre as residências das famílias, algo entre 150 e 200 metros, segundo Neide, além de não existir, à época, outras casas nas imediações, fez com que as famílias desenvolvessem uma relação de convívio e amizade.

Segundo Neide, por ser um lugar afastado e sem outras residências, como citado, qualquer tipo de barulho chamava atenção. Neste sentido, ela se recordou de uma vez em que ouviu um pedido de socorro:

CMVP: A senhora falou que, em algum momento, logo após o nascimento da sua filha, a senhora se lembra de ter ouvido registro de alguns gritos que vinham da residência conhecida como a Casa da Morte. A senhora pode contar pra gente um pouquinho?

Neide: Sim. De madrugada eu acordei para alimentar a minha filha e ouvi gritos de mulher, como se tivesse pedindo socorro, era um grito desesperado mesmo, e estranhei, mas supunha que fosse alguma coisa de estupro, alguma situação que tivesse ocorrendo. Após a essa amamentação que eu fiz, eu iria ligar para a polícia e desisti porque os gritos cessaram. Isso deve ter sido 1973, no final, ou início de 74, porque eu estava amamentando né... ela nasceu em setembro de 73.

CMVP: E independentemente, a senhora não viu movimentação na rua?

Neide: Não, não vi.

De mesmo modo, ao falar sobre barulhos no local, Neide traz à tona a forte presença de carros na rua da Casa, contradizendo Mário Lodders:

CMVP: A senhora também falou que se lembra de carros no local.

Neide: Não... À noite costumava subir carros pesados, tipo caminhão, Jeep, que a gente estranhava o motivo dessa movimentação, porque era tudo muito silencioso ali em cima.

CMVP: E a senhora se lembra se o endereço desses carros eram a casa conhecida como a Casa da Morte?

Neide: Não... Eles subiam e iam ali pra cima e só tinham a Casa da Morte e a casa do Mário né, então...

CMVP: Não tinham pra onde ir...

Neide: Não tinha pra onde ir, só tinha esses dois lugares...

Mais adiante, Neide Miranda Filha é perguntada sobre se recorda da presença de duas pessoas chamadas Camarão e Pardal. Neide diz não apenas se recordar como, mais uma vez, demonstra as contradições levadas por Mário Lodders ao Tribunal em 1981, quando este havia falado que não mantinha relações com os moradores de sua casa, sabendo, inclusive, que ambos eram militares:

CMVP: Nesse período, a senhora chegou a se recordar, confirmando o depoimento que a sua mãe já tinha prestado em 81, da presença de duas pessoas identificadas como Camarão e Pardal, na casa...

Neide: Sim...

CMVP: Como que era, como que a senhora ficou sabendo dessas pessoas, o que eles alegavam que estavam fazendo lá, quando que foi mais ou menos isso?

Neide: Isso foi mais ou menos 1970 ou 1971, mesmo, nesse período... É... A Lena nos contou, né, e depois o Mário também confirmava que a casa tinha sido alugada pra duas pessoas que eram do Exército e que estariam ligados à construção da Transamazônica, daí a gente supôs que fossem engenheiros, mas que ali era um lugar também que eles faziam alguma coisa ligada a radioamador. Então eles precisavam de uma área mais tranquila, então a gente sabia que eles eram do Exército, era alguma coisa de segurança nacional, reforçavam isso, e que talvez fossem engenheiros... E eles tinham esses apelidos, sim...

CMVP: Eles se apresentavam dessa forma, né?

Neide: Não! Eles nunca foram apresentados a gente, nunca vimos, mas o Mário e a Lena se referiam a eles com esses nomes.

[...]

CMVP: Inclusive, a senhora também falou que ele entrava na casa nesse período, né...

Neide: Sim, ele convivia com esses dois rapazes lá... o Camarão e o... como é o nome do outro?

CMVP: Pardal...

Neide: Pardal! Ele convivia... Quer dizer... A Lena considerava que eles eram amigos, companheiros lá... Ele frequentava a casa.

Outro ponto surpreendente e revelador da entrevista com Neide Miranda Filha foi a informação de que o antigo proprietário da Casa da Morte, segundo contou sua irmã à entrevistada, foi pressionado por Fernando Sérgio Ayres da

Motta para que a casa fosse cedida às Forças Armadas, e que possivelmente Mário Ladders recebeu, posteriormente, uma quantia de dinheiro pelo fato de ter emprestado sua residência aos militares:

CMVP: Ela chega a falar explicitamente que houve alguma forma de coerção pro Mário ceder a casa?

Neide: Sim, disse que sim, que houve uma coerção do Fernando pai, Fernando... é... que ameaçou...

CMVP: Sérgio...

Neide: É... E que ele chegou armado. Quer dizer, ela diz isso, né, que o Mário diz que ele estava armado.

CMVP: Isso nesse momento de pedida para a ceder a casa, né?

Neide: Isso...

CMVP: Entendi... E também teve uma situação em que é contado que foram ao Rio de Janeiro e receberam uma quantia em dinheiro...

Neide: A Lena me disse, e isso já recentemente agora, com essa história toda da Etienne contando sobre a casa, que ela ficou muito surpresa, né, mas eu acho que ela a partir daí começou a ligar alguns fatos. Ela disse que uma vez eles receberam uma ligação, foram ao Rio de Janeiro, num escritório no Centro do Rio, tinha um senhor que recebeu, e que deram uma mala de dinheiro pra eles, é, em recompensa pelos serviços prestados pela casa.

Ainda sobre os Ayres da Motta, Neide afirmou ter havido estremecimento na relação entre as duas famílias:

CMVP: E nessa relação de proximidade, dava pra identificar que o Mário e o Fernando eram muito próximos também há tempos anteriores?

Neide: Sim, com certeza. Eles eram como amigos, depois com o Fernando Eduardo morando lá, essa amizade até se aproximou mais... O Mário e a Lena são padrinhos do filho do Fernando Eduardo. Depois houve estremecimento, alguma confusão ali em relação à questão da casa, de vender a casa pro Fernando ou não, eles ficaram inimigos, vamos dizer assim. A Lena se referia a eles com muita mágoa. Achava que tinham sido muito destratados por ele, né...

Ao fim da entrevista, Neide Miranda Filha, como frequentadora e moradora do local havia mais de 50 anos, deixou claras suas impressões sobre essa história:

CMVP: E a senhora, vamos dizer assim, entre frequentadora e depois moradora do local há 50 anos... Como uma pessoa que frequenta o local há 50 anos, a senhora, por tudo que ouviu falar, ligando todos os pontos, a senhora dá fé, daria fé, a essa questão da existência da Casa da Morte?

Neide: Sim, com certeza... Eu acho que é bem plausível sim... Eu acho que a própria Lena no final da vida, agora esses últimos momentos, ela esta-

va bastante inclinada a aceitar que tinha sido... Bastante envergonhada com isso... de vez em quando ela puxava o assunto, tentava ligar alguns pontos... Fez muita referência dessa coisa do Mario ter sido iludido pelo Fernando, mas... E fechou com essa história do dinheiro, né... Foi quando eu disse pra ela: “Lena, se deram tanto dinheiro, alguma coisa de verdade tem nessa história mesmo”. Porque eu não procurava acusá-la de nada, eu acho que ela foi bastante inocente ali, era não... Assim como não sabia, ela não sabia, provavelmente... O disfarce devia ser perfeito.

Outra vizinha, Roberta Correa de Oliveira Cavaco, narrou suas recordações:

que seus pais eram amigos de Mário e Magdalena, vulgo “Lena” e, à época, souberam que Mário havia sido obrigado a ceder a casa ao lado da dela para uso do exército; que além dessa casa conhecida como "Casa da Morte" a própria casa de Mário também foi utilizada pelo pessoal do exército, que ali realizava reuniões; que no quintal da casa de Mário e Magdalena foi instalado o acampamento do exército, sendo que muitos ali faziam as refeições, que eram preparadas por Magdalea; que a mãe da depoente em uma oportunidade chegou a almoçar na residência de Mário Ladders, vindo a saber na década de 80, quando foi veiculada reportagem na TV sobre esses fatos; que então o pai da depoente, já falecido, questionou Mário Ladders a respeito dos fatos, tendo este confirmado que havia emprestado os imóveis aos militares, tendo inclusive presenciado sessões de tortura de presos políticos e que muitas vezes chegava a comprar bombons para os presos torturados.¹⁴

Os depoimentos dos agentes da repressão

Vejamos, agora, declarações de ex-agentes da repressão que tiveram alguma ligação/proximidade com a estrutura da Casa da Morte e que revelaram, ao longo do tempo, mais informações. Faz-se mister mencionar que essas memórias de militares, que vão desde o alto-comando até aqueles que atuavam diretamente com as vítimas do “aparelho”, possuem caráter complementar e sugestivo; sendo importante considerar que, por serem, de alguma forma, alinhados ao lado que cometeu as graves violações de direitos humanos ao longo do regime militar, podem ter interesses diversos no compartilhamento de suas narrativas e tais interesses não necessariamente possuem sintonia com a realidade dos fatos. Os eventos citados precisam ser analisados criticamente, comparados com as informações disponíveis e servirem como variáveis de potenciais hipóteses a serem confirmadas ou descartadas em futuras pesquisas.

14. Depoimento prestado ao MPF em 27 de setembro de 2012.

Em depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em 2014, Mauro Magalhães, delegado da Polícia Civil na cidade na época dos eventos, perguntado se confirma a existência da casa em Petrópolis, afirma que não sabia da existência da mesma, que depois veio a saber dela por publicações da imprensa. E que não sabia de torturas. Afirma, porém, ter visto outro depoente, Paulo Malhães (que reconhece, inclusive, por foto em seu depoimento), na cidade na época, umas poucas vezes. Conquanto estivesse em Petrópolis em 1971 (início do funcionamento da casa), afirma não saber de qualquer ato de repressão política nesse sentido (ou mesmo em qualquer sentido), não havendo qualquer ocorrência na delegacia local. Os presos, no local, eram, como afirma, “comuns”. Fato pitoresco supostamente ocorrido com esse depoente é que teria encontrado, em uma caixa de talco de uma prostituta de Juiz de Fora, documentos de um desaparecido, Paulo de Tarso Celestino, que teria encaminhado a autoridades militares.

No mesmo ano, a CNV colheu depoimento de Ubirajara Ribeiro de Souza, ex-sargento do Exército, citado por Inês Etienne Romeu em suas memórias como aquele que revelou a passagem de Carlos Alberto Soares de Freitas pela Casa da Morte. Este, porém, afirma sequer conhecer a cidade de Petrópolis, tampouco Inês Etienne Romeu, nada tendo a declarar quanto à casa. No episódio, recebeu, inclusive, orientação para permanecer calado pela advogada que o acompanhava, afirmando que esta orientação se dava em face de que o Ministério Público (federal, conclui-se) estaria denunciando depoentes. Ora nega, ora afirma que nada tem a declarar quanto a haver atuado na Casa da Morte. Afirmou ser “vítima de uma injustiça muito grande” e estar “sendo usado como boi de piranha” e que não iria dizer nada. Afirma-se inocente das acusações e que “uma falsa heroína de esquerda” estaria acusando-o há 40 anos (que se supõe ser Inês Etienne Romeu). Deve-se também mencionar, conquanto não seja depoimento direto de Ubirajara, o registrado na petição de 2017 pleiteando o tombamento da Casa da Morte proposto pela CMVP, constante de reprodução de matéria jornalística em que o referido Ubirajara, embora diretamente nunca tenha assumido publicamente sua ligação com a Casa da Morte, teve sua descrição física compatível com a feita por Inês Etienne Romeu, bem como confessou para um ex-técnico de basquete o envolvimento com o caso:

– Ele foi meu pupilo, jogou uns cinco anos, mas depois foi servir em Juiz de Fora. Logo entrou para a Polícia do Exército (PE) – conta Ladeira, que, mesmo distante, nunca perdeu o contato com o ex-jogador, que até hoje o chama de “pai branco”.

Bira contou ao técnico que atuou na “Casa da Morte”.

Ladeira nunca deixou de receber cartas de Ubirajara, onde ele lhe contava as novidades. Da ascensão de cabo a sargento, passando pela entrada no Serviço Nacional de Informação (SNI), o trabalho como guarda-costas de autoridades e a convocação para trabalhar na “Casa da Morte”.

Mesmo servindo no aparelho que ficou conhecido como aquele de onde nenhum militante da luta armada saía vivo, ao treinador ele não deixava transparecer a violência do seu trabalho, pelo contrário.

– O Bira foi da repressão, mas salvou muita gente. Teve uma moça lá em Petrópolis mesmo que ele salvou. Ele me escreveu uma vez e falou comigo disso – conta Ladeira, que diz não ter guardado as cartas do “filho preto”. Embora confidenciasse a Ladeira suas ações, Bira pedia ao ex-técnico que não contasse detalhes aos colegas¹⁵.

Passa-se, agora, aos depoimentos daqueles que diretamente e de forma pública admitem a existência da Casa da Morte. Vai-se subdividi-los em aqueles que admitem a tortura, morte e ocultação de cadáveres e aqueles que não o fazem quanto a, principalmente, assassinatos e sevícias mais graves (como estupro), e buscam justificar a existência do aparelho estatal para outros fins. Na primeira categoria estão Cláudio Antônio Guerra, Marival Chaves do Canto, Joaquim Artur Lopes de Souza (“Carioca”) e Amilcar Lobo. Ao primeiro, as referências são resgatadas em livro e depoimento à CNV; o segundo, depoimento à CNV; o terceiro e o quarto, livros. Na segunda, principalmente, o sr. Paulo Malhães, em depoimento à CNV e à CEV-RJ, somando-se a ele o general Adyr Fiúza de Castro, conforme depoimento concedido por este a Maria Celina D’Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares, em março de 1993.

Cláudio Antônio Guerra, ex-agente da Polícia Civil e do DOPS, afirma que vários desaparecidos foram mortos na Casa da Morte e depois incinerados na Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes, RJ, afirmando haver recolhido pelo menos dez cadáveres oriundos de Petrópolis e do DOI da Barão de Mesquita para incineração no local mencionado, segundo apontou no livro “Memórias de uma Guerra Suja”:

E foi assim que fui responsável por levar dez corpos de presos políticos para lá, todos mortos pela tortura no DOI e na Casa da Morte, em Petrópolis, além dos cadáveres provenientes do DOI da Barão de Mesquita e os que vinham de São Paulo. Não matei nenhum destes (p. 53).

Em seu depoimento à CNV, Guerra reafirma que os corpos foram incinerados, bem como que não teria matado nenhum dos que levou para a usina, mencionando tê-los apanhado, outrossim, na Casa da Morte e outros na Barão de Mesquita (linhas 182 a 184 e 195 a 197).

Afirma também ter conhecimento de cemitérios clandestinos pelas imediações da cidade de Petrópolis (p. 60 a 62). Guerra ainda fala da existência de uma segunda “casa da morte”, fato também afirmado por Paulo Malhães¹⁶ (vide nota 29, pg. 61, do livro “Memórias de uma Guerra Suja”), bem como que cadáveres teriam sido atirados em penhascos da Floresta da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ. Todavia, esse

15. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/descoberto-algoz-de-amigo-de-dilma-reluta-em-revelar-segredos-do-pior-centro-de-torturas-montado-pela-ditadura-1060292.html>>.

16. Malhães se refere, porém, a um suposto aparelho clandestino em Itaipava.

suposto local que Guerra chama de “segunda casa da morte”, que ficaria próximo de um balneário em Petrópolis, estaria voltado para a “desova” dos corpos. Conquanto afirme haver eliminado vários militantes, não assume mortes relativas à Casa da Morte. Nomeia, tanto no livro quanto no depoimento prestado à CNV, os nomes dos mortos cujos corpos teriam sido levados para incineração. Afirma que a partir de 1974/75 teria havido mudança da “política americana”, com grande pressão ao governo em face de desaparecimentos, daí a necessidade de que não houvesse vestígios, portanto, teria-se decidido pela incineração. Confirma haver estado na Casa da Morte, porém, só ia até o portão, havendo acessado o local além desses limites apenas quando foi fazer um documentário em tempos contemporâneos, ou seja, no endereço conhecido. Portanto, Guerra confirma o endereço específico da Casa da Morte. Já no livro, o assumia em relação à cidade, bairro e rua:

Na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, existiu um centro clandestino de tortura e assassinato de adversários políticos do regime militar. Era operado pelos órgãos e por agentes que combatiam os comunistas. A Casa da Morte – como era conhecida – funcionava na Rua Arthur Barbosa, no alto de um morro localizado no bairro de Cachambu. Esse aparelho recebeu presos considerados estratégicos.

Assim, ao afirmar ter ido ao local contemporaneamente para um documentário, na prática confirma a numeração da casa em relação à rua e bairro. Registra-se, inclusive, no livro, na página 61, que Guerra aponta inequivocamente para uma foto da casa publicada na revista Época.

A compartimentalização, ou seja, o fato de que não tenha havido contato entre as equipes que frequentavam a casa, é confirmada por Guerra, mencionando, inclusive, haver tido contato no local apenas com Freddie Perdigão Pereira. Confirma, no depoimento à CNV, haver recolhido na Casa da Morte os corpos de Ana Kucinski e de seu esposo Wilson Silva, bem como de Joaquim Pires Cerveira (coronel Cerveira), David Capistrano e João Massena, aparentemente se lembrando de ambos no local, conquanto não se lembre de Massena mutilado, sem a mão direita, conforme lhe é perguntado, bem como não consegue identificar a contento um e outro. Confirma ter conhecimento de torturas, inclusive com utilização de animais, notadamente um jacaré, levado para a Casa da Morte por Paulo Malhães, e sinais de sevícias, inclusive sexuais, nos cadáveres, notadamente em Ana Kucinski. Tem um pedido de acareação com Paulo Malhães negado, por questões ligadas ao depoimento deste, que, conforme se verá adiante, nega afirmações de Guerra quanto à retirada de corpos e incineração. Afirmou, em face da origem de Paulo Malhães ser a contrainteligência, que no depoimento deste, técnicas de desinformação foram utilizadas no sentido de que não se chegasse à conclusão relativamente aos homicídios, ocultações e destruição de cadáveres, sobretudo mediante incineração. Quanto ao desaparecimento de Rubens Paiva, afirmou à CNV nada ter a informar.

Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento do Exército que trabalhou no DOI-CODI e no Centro de Informações do Exército (CIE), afirmou em depoimento à Comissão Nacional da Verdade que estava em Recife quando “a chefia” recebeu ordens para a destruição de documentos que “tratavam de operações clandestinas e que envolviam mortes, cárceres privados, interrogatórios com torturas em cárceres privados, ocultação de cadáveres e tudo mais”. Perguntado sobre o que seriam esses cárceres privados, confirma que eram aparelhos como a Casa da Morte. Quanto especificamente a esta, afirma, citando “uma das maiores mancadadas” o fato de haver deixado Inês Etienne Romeu viva e que o aparelho localizado em Petrópolis serviria para eliminação sumária de detidos políticos, tendo especificamente esse objetivo.

Acredita, por análise da utilização da Casa da Morte, que mais de 100 detidos foram eliminados no local – aumentando, assim, em muito o número médio admitido – segundo o Relatório Preliminar da CNV-2014. Na nota 27 (p. 60) do livro de Cláudio Antônio Guerra, se afirma que: “Relatos dão conta de que cerca de 20 pessoas que combatiam o governo teriam sido assassinadas nas dependências da Casa da Morte. As ações contra os presos incluíam choques, espancamentos e violência sexual. A ordem era clara: ‘Que ninguém saia vivo da casa.’” O sr. Marival chegou a esse número, segundo afirma, pois sendo 144 desaparecidos, “em torno de 100 pessoas ou mais de 100 pessoas foram parar em Petrópolis” (linhas 613 e 614 do depoimento à CNV). Assume ser de seu conhecimento que aparelhos como a Casa da Morte visavam a tortura e a eliminação de forma mais direta, sendo que para o aparelho em Petrópolis iriam presos do Brasil inteiro visando esse objetivo, chegando à conclusão (é uma inferência dele, portanto) que Rubens Paiva teria sido também levado para o local em algum momento, tendo sido esquartejado. Esquartejaria os cadáveres, notadamente, Félix Dias Freire (repudiando as acusações deste contra ele por suposto abuso sexual), sendo, inclusive, Félix um dos “matadores” do CIE, tendo o depoente sabido pelo próprio Félix dessa condição em relação à atuação deste na Casa da Morte etc.

Contradiz, porém, Cláudio Antônio Guerra, quanto a este ter matado alguém nesse contexto ou se deslocado com cadáveres conforme narrado acima, afirmando, inclusive, que transportar corpos “retalhados” do local iria “ferir completamente os princípios de segurança, porque não era possível, dada a frequência com que eles faziam aquilo” (depoimento à CNV, linhas 1.041 a 1.043). Marival diz que Félix, por sua vez, não teria mencionado nomes de mortos ou desaparecidos especificamente quanto à Casa da Morte. Afirma, inclusive, ter conhecido a casa através de Félix. Também afirma ser de pleno conhecimento dos comandantes dos DOIs os cárceres privados. Diz ter conhecimento de ter sido Freddie Perdigão Pereira quem levou o casal Wilson Silva e Ana Rosa Kucinski de São Paulo para Petrópolis, bem como outras pessoas ligadas ao PCB. Afirma ter conhecido Paulo Malhões no CIE, tendo este desenvolvido operações “clandestinas” de infiltração, mortes e desaparecimentos de cadáveres. Repudia, porém, a afirmação de Malhões quanto à casa servir para infiltração, afirmando não ter conhecimento de ninguém que tenha saído

nessa condição do local (vide depoimento à CNV, linhas 2.020 a 2.026). Sustenta que quem gerenciava o espaço de torturas e mortes respondia ao chefe do CIE, tendo sido o local ligado ao CIE, não ao DOI. Afirmar que a logística de trazer detidos do Brasil inteiro para a casa é exatamente por essa ligação com o CIE, órgão central de comando, citando nomes como os de Paulo Stuart Wright, Eduardo Collier Filho, Fernando Santa Cruz e Honestino Guimarães, bem como o de Nestor Veras, que afirma especificamente ter ouvido dizer ter sido levado para o local, chegando a aduzir que “o comandante do DOI possivelmente sabia da existência, mas não conhecia o cárcere”, devido à compartimentalização (depoimento à CNV, linhas 933 e 934).

Sua lógica em relação a Rubens Paiva é exatamente nesse sentido, vale ressaltar: teria sido “processado” seu cadáver em Petrópolis por ser, em sua análise, a Casa da Morte utilizada como base principal para o fim de desaparecimento de cadáveres (o que, guardadas as proporções em relação aos números e à contradição da atuação, vai ao encontro do afirmado por Cláudio Antônio Guerra). Acha mais plausível que não houvesse deslocamento de corpos e que estes ficassem no local (Petrópolis). Também afirma acreditar que, além de Inês Etienne Romeu, mais pessoas podem ter sobrevivido à casa.

Deve-se registrar que Marival afirma que entrou no CIE em 1981. Assim, não teria participado diretamente de nenhuma ação conhecida em relação à Casa da Morte. Seu depoimento é o de alguém que afirma ter tido conhecimento, por análise de dados e informações e por contato com pessoas ligadas diretamente à casa (como afirma ser o caso do sr. Félix, que nega), de tudo que afirma. Registra, porém, que se pode chamar de política de estado a ação relativa ao centro de torturas, havendo conhecimento até da presidência da República.

Joaquim Artur Lopes de Souza, o “Carioca”, codinome Ivan – falecido sargento e ex-agente do CIE que chegou a visitar a Casa da Morte – tem as informações colhidas pelo livro “Sem Vestígios”, de Taís Moraes, post-mortem ao narrador dos fatos, mediante acesso a escritos particulares elaborados pelo mesmo, como é registrado na obra. Especificamente em relação à Casa da Morte, existe o capítulo intitulado “Carnificina na serra de Petrópolis” (p. 172 a 177). Neste capítulo se registra que “Carioca” teria escoltado, na companhia de um indivíduo denominado Boa Morte, o detido David Capistrano, de Porto Alegre a São Paulo e posteriormente ao Rio de Janeiro, para Petrópolis, especificamente para a Casa da Morte. Nela, o detido teria sido colocado em um compartimento sob o piso da sala, tendo sido posteriormente torturado e morto, sendo o cadáver esquartejado – tendo Carioca visto partes do corpo penduradas em ganchos em um “cômodo do quintal” da casa, como registrado no livro:

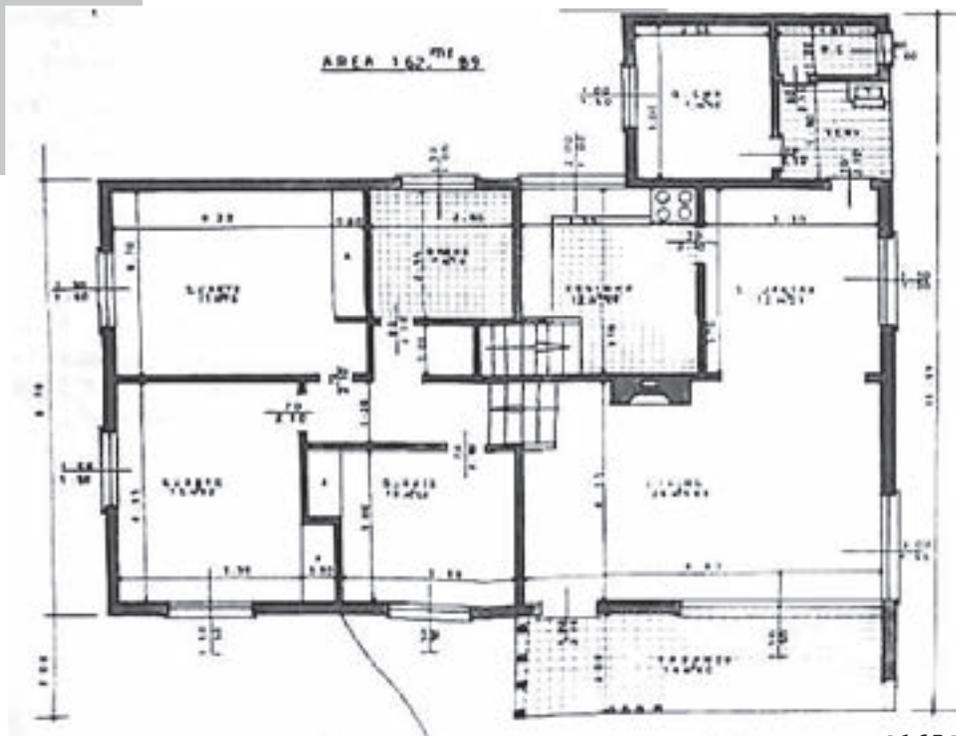
Os agentes que ali estavam pareciam apenas ter esperado por ele para completar o que haviam começado. Retiraram tudo e colocaram em sacos plásticos, que imediatamente levaram até o porta-malas de um carro de passeio recém-estacionado na porta do matadouro. Não estava ali, quando Carioca entrou (Morais, 2008).

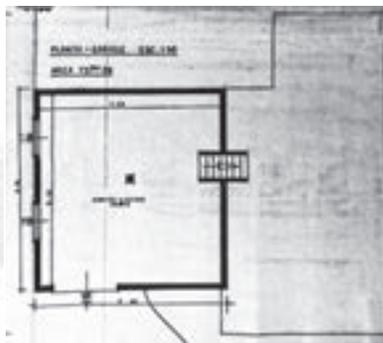
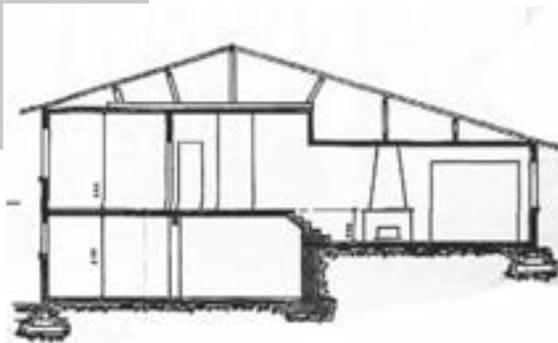
O cubículo teria sido lavado, com atenção especial para o piso. É interessante registrar que a questão relativa a ensacar corpos e remetê-los a veículo para transporte a algum local é registrado por Taís Moraes em 2008, indo no sentido do livro de Cláudio Guerra (de 2012), bem como o fato de um detido ser levado de Porto Alegre para a casa ir no sentido do narrado por Marival Chaves quanto a presos do Brasil inteiro serem passíveis de remessa ao local, sem esquecer as confirmações de Amílcar Lobo (1989). Segundo se registra no livro:

A equipe de desova saiu de Petrópolis pelas duas da madrugada e retornou só às dez da manhã. Jamais aqueles homens disseram onde haviam depositado ou espalhado o corpo esquartejado de David Capistrano. A equipe que trouxera o preso da Oban a São Paulo foi embora e Carioca nunca mais voltaria ali (Morais, 2008).

Taís Moraes também registra que Carioca teria ido à casa de Petrópolis pela primeira vez em 1974 e não retornou ao local.

Entretanto, observando a planta do imóvel, se percebe que não há um subsolo exatamente debaixo da sala, mas sim uma escada ao lado da sala que leva para um cômodo um nível abaixo da mesma sala (a garagem).





Outro depoimento registrado fundamentalmente em torno de um livro é o de Amilcar Lobo – “A Hora do Lobo, a Hora do Carneiro”, sendo este mais antigo, de 1989¹⁷. Interessante nesse livro é o registro, na página 15, da localização da casa em Petrópolis, mas na Rua Arthur Bernardes, o que não corresponde à realidade apurada através dos anos. Há proximidade dos nomes das ruas (Arthur Barbosa e Arthur Bernardes). Existe uma rua Presidente Arthur Bernardes em Petrópolis, no bairro Duarte da Silveira, o que pode ter confundido o autor, que, como afirma, era levado encapuzado ao local. Certo é que na altura da edição da obra (1989), o endereço da casa já era conhecido. Lobo registra que em fevereiro de 1981, Inês Etienne Romeu o confrontou em seu consultório, indagando se a conhecia e afirmando que ele a teria atendido em Petrópolis, na Casa da Morte. Afirma, levando em consideração essas premissas, o autor:

Um turbilhão de pensamentos me ocorre naquele instante. Atendi, realmente, em 1971, uma jovem mulher, na chamada “Casa da Morte”, um “aparelho” do Centro de Informações do Exército, localizado na rua Arthur Bernardes, em Petrópolis. Era uma jovem bastante emagrecida, estado geral precário, extremamente deprimida emocionalmente e com profundas feridas no abdômen inferior e na coxa direita, com grande perda de tecidos. (Lobo, 1989)

Deve-se registrar aqui que, além da localização da casa na rua, ainda que de forma confusa quanto ao “Bernardes”, Lobo reconhece, no livro, a presença e sevícias em Inês Etienne Romeu no local já em 1989. Levantando questão a si próprio na página 19 do livro, infere-se que houve mortes na Casa da Morte, pelas palavras do autor: “Por que um médico, psicanalista, que cuida das cabeças tortas, frequentou os porões da tortura durante quatro anos e atendeu pessoas tão selvagememente torturadas e, até mesmo, assassinadas no PIC e na ‘Casa das

17. Mas não o único, pois, como se viu, Lobo depôs em processos judiciais e, além disso, concedeu diversas entrevistas à imprensa.

Mortes’?” Nas páginas 33 a 36, o autor narra atendimento a Inês Etienne Romeu na casa, tendo sido levado encapuzado para o local, descrevendo a Casa da Morte como “pintada de branco externamente, com uma pequena varanda na frente e no alto de um morro”, o que bate com as características da época em relação ao imóvel, tendo sido conduzido ao local pelo conhecido “Camarão”, o que revela fidedignidade com as outras fontes sobre o local. Nas páginas 36 a 37, voltando ao local para atendimento de um preso que entendeu se chamar “Papaleo” (na verdade, Papandreu, como se registra no depoimento de Paulo Malhões), que estava com transtornos mentais, ao posteriormente verificar que a situação de transtorno persistia, um outro agente de codinome “Dr. Teixeira” (o Major Sampaio) assassinou o detido com um tiro na cabeça. “Doutor Teixeira”, conforme registra no livro, ainda teria lhe dito: “Lobo, não é a primeira vez que mato alguém aqui em Petrópolis, você bem sabe disto. Já foram mais de dez que seguiram este destino. Ninguém sai com vida daqui. Disse isto a você na primeira vez que estive aqui, já esqueceu?”. Assim, Amílcar Lobo registra torturas e mortes (sendo que testemunha pelo menos uma, diretamente) no aparelho.

Convém também mencionar que Lobo afirma ter sido procurado por autoridades militares quanto ao processo movido por Inês Etienne Romeu relativamente à casa. Assim ele registra no livro, em relação ao que lhe teria sido dito pelo coronel Cardoso, da segunda seção do I Exército. Este o informa de que teria que depor no processo por suas atividades na casa, devendo manter um “comportamento dúbio e arredo frente ao Juiz e à própria imprensa, escrita e falada”. Além disso:

Disse-me, também, que o Juiz encarregado do processo movido por Inês em Petrópolis estaria devidamente instruído pelo Exército sobre como proceder e que estaria perfeitamente de acordo com estas instruções. (...) Durante a audiência, senti nitidamente que o Juiz se mostrou o tempo todo muito favorável às minhas respostas evasivas, colaborando insistentemente com as dificuldades que surgiam a cada momento. Esta constatação me deixou com a suspeita cada vez maior de que o que o coronel Cardoso me falou durante a entrevista no QG tinha algum fundamento (Lobo, 1989).

Vale notar que essa narrativa vai ao encontro do apurado pela CNV, conforme registrado no Relatório Preliminar de Pesquisa sobre a “Casa da Morte de Petrópolis”, em março de 2014, páginas 18 a 20. A CNV localizou memorando do chefe do SNI para a agência central, demonstrando a preocupação do CIE, do SNI e do comando do I Exército com a localização da Casa da Morte de Petrópolis e o reconhecimento de seu proprietário Mário Lidders por Inês Etienne. Outrossim, o memorando, reproduzido nas páginas 18-19, menciona que, quanto ao processo, em ação movida na 3ª Vara Cível de Petrópolis por Inês em face a Mario Lidders, tendo sido citado Fernando Sérgio Ayres da Motta como intermediário, as providências tomadas foram a ARJ/SNI (Agência Rio de Janeiro do SNI) ser

... acionada para acompanhar o assunto, em particular, o caso da ação de interpelação, na 3ª Vara cível de Petrópolis; O CIE está acompanhando o assunto, fazendo os necessários contatos; a ARJ¹⁸ informou que foi confirmada a existência de uma ação na 3ª Vara Cível de Petrópolis contra o proprietário da casa, o qual, espontaneamente, procurou o Btl de Petrópolis para prestar declarações; O I Ex, a Bda e o Btl de Petrópolis estão acompanhando o problema de perto (CNV, 2014).

Assim, há fortes indícios de influência nessa primeira ação movida por Inês, antes do ganho de causa em ação declaratória posterior, movida em face da União Federal. No mesmo documento, conforme registrado no relatório (p. 20), menciona-se que o coronel Homem de Carvalho, que estaria sendo assediado pelas revistas “Isto É”, “Veja” e o jornal “Folha de São Paulo” (que desejariam entrevistá-lo, sendo o mesmo, à época, comandante do 1º Batalhão de Polícia do Exército, do Rio de Janeiro), estaria ligado à casa, pois, dadas essas informações, conforme registrado no documento reproduzido no relatório: “(...) O referido oficial informou, ainda, que pretende ‘sumir por uns tempos’ até que o problema seja resolvido e foi alertado, pela ARJ, que deveria procurar o I Exército (...)”.

Finalmente, em relação ao livro de Amilcar Lobo, na página 71, se registra:

Numa de minhas idas a Petrópolis, logo após o major Sampaio ter mostrado amplamente a finalidade daquele “aparelho” clandestino, fui beber água na cozinha e o homem que era chamado por “Camarão” lá estava também, preparando uma refeição. Demorei-me propositalmente a sorver a água e comentei sobre o que conhecia sobre o destino final das pessoas presas ali. Depois, discretamente, indaguei sobre o sepultamento dos cadáveres dessas pessoas mortas. Foi quando ele me falou: – Doutor, aí atrás tem muita pedra e é por lá mesmo que a gente se vira. Este pessoal tropeça muito por aí, o Sr. sabe, não é? E o homem riu gostosamente.

Assim, entre incinerações, cemitérios clandestinos, penhascos ou locais variados, os cadáveres dos desaparecidos podem ter tido destinos variados. Cláudio Guerra registra, inclusive, que somente a partir de 1974/75 é que haveria as incinerações. Interessante também registrar, na página 35, afirmação de Lobo de que o major Sampaio lhe teria dito haver ordem do ministro do Exército...

... para que todas as pessoas que abandonaram o país, principalmente as que escolheram o Chile como refúgio, deveriam ser mortas após esclarecerem devidamente as atividades terroristas do grupo a que pertenciam antes da evasão. Assim, o CIE, copiando um modelo montado pelos próprios indivíduos da esquerda atuante, montou aquele ‘aparelho’ em Petrópolis, onde os presos eram interrogados e, posteriormente, mortos.

18. Agência do Rio de Janeiro.

O ministro mencionado, na época, era Orlando Geisel, irmão do futuro presidente Ernesto Geisel. A ideia de formação desse tipo de aparelho estatal, portanto, vai ao encontro do narrado por Cláudio Antônio Guerra e outros no sentido de que se procurava extrair informações (mediante tortura, geralmente) e eliminar posteriormente os detidos, sendo que o caráter de eliminação sumária é contestado por Paulo Malhães, como se verá adiante. A afirmação de Lobo, porém, vai ao encontro de documento estadunidense de 1974 revelado recentemente, mencionado em outra parte deste texto.

Os próximos testemunhos confirmam a existência da Casa da Morte. Entretanto, recusam mortes ligadas a ela. É o caso, especialmente de Paulo Malhães, assumidamente um dos organizadores do centro clandestino de Petrópolis. Malhães prestou depoimentos às Comissões Nacional e Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, além de entrevistas para jornais, revelando importantes informações sobre a casa de Petrópolis.

Morto em um estranho crime de latrocínio em abril de 2014, Paulo Malhães foi tenente-coronel do Exército, trabalhando no CIE e, tendo se destacado na organização da Casa da Morte, segundo apontam seus próprios testemunhos prestados à CNV e CEV-RJ. Neles, fundamentalmente, se baseiam as informações relatadas a seguir, que contribuem para a confirmação da existência da Casa da Morte.

Paulo Malhães prestou depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro entre fevereiro e março de 2014. As referências a seguir são todas retiradas de seus depoimentos à CEV-RJ. Seu longo depoimento (o mais longo de todos) não confirma mortes na casa, mas, no seu dizer, uma “casa de conveniência”, ou seja, um “aparelho” para, também no dizer seu, “infiltrar” os detidos nas próprias organizações, como agentes duplos, portanto, a fim de extrair informações e desmontar células “subversivas”. Desse longo depoimento, porém, podem-se extrair, conquanto não confirmações de mortes, a presença de Inês Etienne Romeu na Casa da Morte, a localização deste aparelho na cidade de Petrópolis, uma duração longa do aparelho estatal, a existência de outros aparelhos estatais de mesma natureza, incluindo um na mesma cidade de Petrópolis, que até os fins dos trabalhos desta Comissão Municipal da Verdade não foi localizado, apesar de algumas incursões em possíveis regiões, e também confirmações que levam ao endereço, de forma inequívoca, da conhecida Casa da Morte.

Malhães, no início de seu depoimento, relata informações importantes e que corroboram experiências testemunhais e historiográficas sobre a existência da Casa da Morte, além de citar a possível existência de mais de um aparelho em Petrópolis:

E nós não tínhamos só um em Petrópolis, certo? Nós tínhamos outros mais desviados. Nós queríamos um lugar que fosse tranquilo, que fosse calmo. E a casa de Petrópolis era o ideal. Atrás tinha um alemão. Morava um alemão, com a irmã dele, com a mãe, que ganhavam dinheiro graças ao pai que aplicou dinheiro no Banco do Brasil, então ganhavam dinheiro, não precisavam trabalhar. E tinha um relacionamento com a gente maravilhoso

e nunca viram nada. Se você chegar perto deles – não sei se já morreram – se vocês chegarem perto deles e perguntarem eles vão dizer, “não é possível. Nós nunca vimos nada”. E eles, inclusive, entravam na casa, quer dizer, chegavam na casa. (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO RIO DE JANEIRO, p. 27).

É importante destacar, mais uma vez, que este trecho do depoimento de Malhães confirma as contradições de Mario Ladders em depoimento prestado à Justiça em 1981, relativo ao processo que Inês Etienne Romeu moveu contra o antigo proprietário da Casa da Morte, acusando-o de responsabilidade e conhecimento de seu sequestro, cárcere e torturas entre maio e agosto de 1971, em que Ladders tergiversou sobre o contato com os moradores e organizadores da Casa da Morte. Por outro lado, os testemunhos prestados pelo ex-caseiro de Ladders, Gervário Hermenegildo de Araújo, no mesmo processo, assim como o testemunho de Neide Miranda Filha a esta Comissão, e, inclusive como Inês Etienne Romeu o acusou de conhecê-la, ao ponto de interagir com ela à época de seu cárcere, oferecendo-a uma barra de chocolate, demonstra uma coerência de informações de que Ladders frequentava a Casa da Morte.

Negando torturas no local, “a seu ver” (p. 29), embora seja apontado por vários depoentes como um dos responsáveis (chefia) pelo local, percebe-se em seu depoimento certa autopreservação e também de terceiros. Afirma que Ayres da Motta arranhou aquele espaço e que o contato deu-se por intermédio de um coronel com ele (p. 39). Paulo Malhães afirma, em acréscimo, ter conhecimento de que o filho de Fernando Sérgio Ayres da Motta era advogado e que o contato teria sido “com aquele advogado, o filho dele é que era advogado...” (p. 39). Afirma que várias festas para disfarçar a natureza do local eram realizadas (p. 40). Este trecho, inclusive, alinha-se com a visão de Mário Ladders, quando este afirmou, em depoimento prestado em 1981 em face do processo que foi réu ante Inês Etienne Romeu, que havia pedido o imóvel de volta do empréstimo, depois que festas foram realizadas no local. Seguido a este trecho, dá ênfase à passagem de um caseiro pela Casa da Morte, que havia saído do Exército e era paraquedista (p. 40). Estas referências condizem com a identidade já apontada de Waneir Pinheiro Lima, o Camarão, que assumiu ter trabalhado e executado funções de vigia e segurança do local, conforme já apontado nos trechos acima deste relatório.

Outro importante ponto, e de impacto sobre o tema do centro clandestino de Petrópolis conhecido como Casa da Morte é o assassinato do ex-deputado Rubens Paiva, forte opositor à ditadura militar e que fora perseguido, sequestrado, torturado e morto pelos seus algozes. Paulo Malhães nega a presença do ex-deputado no local (p. 32). Nesta mesma linha de pessoas que podem ter passado pelo local, na página 33, afirma que levou trinta ou quarenta pessoas para a casa, tendo transformado 30 em informantes (p. 92), o que, na narrativa de Malhães, era um dos principais objetivos daquele aparelho. Número, entretanto, evidentemente alto ante tudo o que se sabe sobre a oposição ao regime militar, poden-

do ser não só contrainformação como também uma maneira de desmoralizar a memória daqueles vitimados pela repressão e que até hoje estão desaparecidos. Adyr Fiúza de Castro, fundador do CIE, bem antes de Malhões vir a público, já falava que a questão da espionagem era a principal função da casa, sem apontar, porém, números: “A casa de Petrópolis era preparada para ‘virar’, aliciar agentes. Não era nada daquilo que andaram falando. Não era casa de tortura”.

Segundo o “Relatório preliminar sobre a Casa da Morte de Petrópolis” da CNV (2014, p. 7), o local foi concebido em decorrência da morte (por conta das torturas sofridas) do deputado Rubens Paiva, em 21 de janeiro de 1971, no DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) do I Exército. A morte de Paiva teria causado desentendimentos entre as forças armadas e policiais por conta dos métodos usados e do vazamento de informações referentes ao caso. A necessidade de transferência do local de atuação dos agentes que utilizavam meios ilegais, como a tortura, para locais desassociados das dependências militares, onde estes poderiam agir de maneira mais reservada e sem nenhuma suspeição, fez com que fosse organizado o centro clandestino em Petrópolis-RJ.

Ainda de extrema relevância em seu depoimento e citado no início deste capítulo, Paulo Malhões aponta que a Casa da Morte de Petrópolis fora uma das primeiras experiências de aparelhos clandestinos organizados no país, tendo em vista a importância para que fosse demonstrada a eficiência do trabalho realizado, conforme o ex-agente do Centro de Informações do Exército (CIE) destaca em seu depoimento, e é apresentado na página 174 do documento da CEV-RJ.

Por fim, na página 240, registrando que o gravador desligara por falta de memória, os entrevistadores registram que o depoente:

(...) acaba lembrando da passagem de Inês Etienne por Petrópolis que, anteriormente ele disse que não tinha visto. Admite que a viu por lá, sem ser visto por ela. Desmente que ela tenha trabalhado na cozinha e garante que ela não tentou suicídio se jogando contra um ônibus, mas que o acidente ocorreu quando os militares tentaram matá-la. Primeiro, pensaram em jogá-la da passarela sobre a linha do trem para que fosse atropelada pelo mesmo. Depois, resolveram jogá-la na frente de um ônibus, o que contraria a versão oficial de Etienne.

Não obstante contradiga Inês Etienne em alguns pontos, admite que agentes do Estado a tenham tentado assassinar e acaba por confirmar, ao menos, a passagem da ex-bancária e opositora do regime pela Casa da Morte. Relatou ao jornal “O Globo” (21 de março de 2014) ter sido o responsável por se desfazer dos restos mortais do deputado Rubens Paiva, além de mencionar a Casa da Morte de Petrópolis e as técnicas de ocultamento de cadáveres, que consistiam, segundo ele, em retirar as arcadas dentárias e pontas dos dedos dos corpos para não permitir o reconhecimento, caso estes viessem a ser encontrados.

Na manhã do dia 25 de abril de 2014, porém, Malhães foi encontrado morto em seu sítio em Nova Iguaçu (RJ), após ter o local de moradia invadido por indivíduos que o assaltaram. Em função do desdobramento das investigações do suspeito assassinato, a viúva dele, Cristina Malhães, revelou ao jornal “O Dia”, em matéria publicada no dia 06 de maio de 2014, que seu marido havia lhe confidenciado a responsabilidade pelo desaparecimento do corpo de Rubens Paiva. Com base nisso, os computadores de Malhães foram investigados, o que permitiu ao MP identificar e denunciar à Justiça cinco responsáveis pelo assassinato de Paiva.

Para o MPF (Portaria nº 46, de 15 de maio de 2012), vinte e dois nomes, além da própria Inês Etienne Romeu, foram vitimados na Casa da Morte. Todavia, pesquisas ainda estão em curso sobre o assunto.

Considerações finais

A Casa da Morte de Petrópolis foi um dos principais aparelhos clandestinos de torturas e execuções utilizados pelas Forças Armadas durante a ditadura militar no Brasil. A presente parte do relatório teve como objetivo trazer à luz os principais acontecimentos que revelam a existência do local, partindo da passagem de Inês Etienne Romeu por lá, pois foi a única pessoa a sair com vida da Casa da Morte; mas também trazendo a confirmação de agentes da repressão que atuaram ou tinham conhecimento da Casa da Morte; testemunhos prestados a esta entidade; e depoimentos apresentados à imprensa, à Ordem dos Advogados do Brasil e à Justiça Federal – que reconheceu que Inês Etienne Romeu fora uma das vítimas com passagem pelo local de sevícias.

Por fim, uma extensa revisão documental, testemunhal e bibliográfica realizada entre os anos de 2016 e 2018 serviu para que a Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis manifeste, aqui, anuência com os principais resultados acumulados até então (através de pesquisas como as da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro).

Fica fundamentada a compreensão de que este seja um dos acontecimentos mais severos da história da cidade – e do país. O que, para a população local, sobretudo pela existência no município de uma ideia hegemônica de “Cidade Imperial”¹⁹, torna acontecimentos que destoam de uma memória positiva da cidade que abrigou um dos núcleos de poder do Império do Brasil e, conseqüentemente, de todos seus valores simbólicos, assunto de difícil percepção e aceitação no imaginário social local.

19. Título oficialmente conferido à cidade de Petrópolis em 27 de março de 1981, pelo então presidente-ditador João Figueiredo, sob o Decreto Federal nº 85.849.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Hanrikson de. MPF acha provas na casa de Malhães e denuncia 5 por morte de Rubens Paiva. Portal UOL, 19 mai. 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/05/19/mpf-acha-provas-na-casa-de-malhaes-e-denuncia-5-por-morte-de-rubens-paiva.htm>>
- BARROS, Jorge Antonio. *Lobo dá nomes de militares torturadores do DOI-CODI*. Jornal do Brasil, p. 18. 28 de setembro de 1986.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*: volume I. 2014.
- CANTO, Marival Dias Chaves. *Autópsia da sombra*. São Paulo: Veja. 18 de Nov. 1992.
- CHACEL, Cristina. *Seu amigo esteve aqui*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO RIO DE JANEIRO. *Depoimento de Paulo Malhães*. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2018/02/anexo-28-cev-rj-malhaes-divulgacao-publica-29-05-14.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2017.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Apresentação sobre torturadores e carcereiros identificados por Inês Etienne Romeu ante a Comissão Nacional da Verdade em 15/03/2014*. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/petropolis/torturadores_carcereiros.pdf> Acesso em: 24 abr. 2014.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório preliminar de pesquisa sobre a Casa da Morte de Petrópolis*. 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/petropolis/Versao_final_-_Casa_da_Morte_-_relatorio_preliminar_revisado.pdf>
- D'ARAÚJO, Maria C.; SOARES, Gláucio A. D; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Poder Judiciário. 3ª Vara Cível de Petrópolis. Processo nº: 2.072/1981*.
- GUERRA, Cláudio. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
- GROSSI, Diego, SCHIFFLER, Roberto. *Além da cidade imperial: a Casa da Morte de Petrópolis*. Acesso Livre nº 2 jul/dez. 2014.
- LOBO, Amílcar. *A hora do lobo, a hora do carneiro*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). *Portaria nº 46, de 15 de maio de 2012*.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). *Processo nº: 0023113-23.2014.4.02.5101 de 2014*.
- MORAIS, Taís. *Sem vestígios: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Geração Editorial, 2008.
- ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). *Processo nº F-CDH-017/80*. Rio de Janeiro: Conselho Federal – Comissão de Direitos Humanos, 1980.

OTAVIO, Chico. PIVA, Juliana Dal. REMÍGIO, Marcelo. *Torturador conta rotina da Casa da Morte em Petrópolis*. O Globo, 24 junº 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/torturador-conta-rotina-da-casa-da-morte-em-petropolis-5300155>>.

OTAVIO, Chico. PIVA, Juliana Dal. REMÍGIO, Marcelo. *Única sobrevivente da Casa da Morte relata tortura, estupro e humilhação*. O Globo, 26 junº 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/unica-sobrevivente-da-casa-da-morte-relata-tortura-estupro-humilhacao-5300325>>.

OTAVIO, Chico, REMÍGIO, Marcelo. *Casa da Morte: Investigações revelam nomes de cinco agentes que atuaram em torturas*. O Globo, 14 mar. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/casa-da-morte-investigacoes-revelam-nomes-de-cinco-agentes-que-atuaram-em-torturas-11896556>>.

PODER JUDICIÁRIO. Justiça Federal da 3ª Região. *Seção Judiciária de São Paulo. Processo nº: 0027857-69.1999.403.6100*. Protocolado em 18/06/1999.

PIVA, Juliana Dal. *Corpo de Rubens Paiva foi jogado em rio, diz viúva*. Portal O Dia, 06 mai. 2014. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-05-06/corpo-de-rubens-paiva-foi-jogado-em-rio-diz-viuv.html>>.

Comissão Nacional da Verdade ouve Marival Chaves, ex-analista do DOI-CODI. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/noticias/30-10-2012-2013-comissao-nacional-da-verdade-ouve-marival-chaves-ex-analista-do-doi-codi>>.

Justiça recebe denúncia contra cinco militares pela morte de Rubens Paiva. Portal G1, 25 mai. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/justica-recebe-denuncia-contra-cinco-militares-pela-morte-de-rubens-paiva.html>>.

3.

A redemocratização e a retomada das lutas sociais (1980-1989)

O processo de redemocratização política conduzido pelos militares já havia envolvido dissensões internas que escaparam a seu controle estrito, uma vez que, na sucessão à presidência da República, disputada em 1979 entre os generais Euler Bentes Monteiro e João Baptista Figueiredo, o MDB partido oficial da oposição, participou abertamente em defesa do primeiro nome.

O general Figueiredo, candidato do regime militar, era oriundo, como o presidente anterior, do SNI. Revelou sua origem quando declarou que mandaria “prender e arrebanhar” quem se opusesse ao processo democrático pautado pela anistia e a reforma partidária.

O governo de Figueiredo exprimiu a erosão das bases sociais da ditadura militar. No centro do descontentamento da burguesia estava a herança da política anticíclica adotada por Geisel, priorizando os investimentos públicos, manifestado no IV Congresso das Classes Produtoras, em 1977, sob a palavra de ordem “contra a estatização da economia”. Mas incluía também a vontade de reapropriar-se do poder político por meio de seus representantes diretos. Um impulso difícil de ser concretizado numa conjuntura marcada pela inflação e pelas lutas reivindicatórias dos trabalhadores questionando o arrocho salarial e pela pressão em favor da anistia dos presos e dos banidos e exilados do país pela ditadura.

Em 1977, os estudantes foram às ruas em defesa das liberdades democráticas, exigindo o fim das prisões e torturas e anistia ampla, geral e irrestrita. Apesar da repressão, reconstruíram suas entidades representativas e de caráter geral. No ano seguinte, metalúrgicos das fábricas de automóveis do ABC iniciaram paralisações que seriam o estopim de um movimento de contestação da ditadura.

Em março de 1979, cerca de 180.000 metalúrgicos da região do ABC paulista entraram em greve, com assembleias e piquetes. O sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, tendo Luís Inácio da Silva, o Lula, despontado como liderança, sofreu intervenção e durante os 14 dias de paralisação ocorreram diversos conflitos com a Polícia Militar (PM), inclusive casos em que estes foram derrotados pelos operários e tiveram de recuar.

No ano seguinte, outra grande greve foi decretada diante da recusa dos patrões de pagar 7% de produtividade e manter a estabilidade empregatícia. Numa assembleia com 100.000 operários ocupando o estádio Vila Euclides, helicópteros do Exército sobrevoavam a multidão apontando armas de grosso calibre, assim como carros do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) rondavam sindicatos e agrupamentos operários. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) decretou a greve ilegal e os sindicatos que a apoiaram sofreram intervenção, causando o afastamento de 42 dirigentes. Quinze lideranças sindicais, entre eles Lula, foram presas. No dia 24 de abril, 40.000 metalúrgicos escorraçaram a tropa de choque da PM em São Bernardo. Em maio, entretanto, a greve, mesmo com apoio de outros sindicatos, Igreja Católica, movimentos de bairro e estudantil, atingia seus limites (NAPOLITANO, 2014, pp. 301-306). Todavia, era apenas o início da longa ascensão do movimento operário que do ABC paulista se irradiaria para todo o Brasil, inclusive o município alvo do presente capítulo, Petrópolis, conforme se recorda Eliete de Souza, militante do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade desde os primeiros tempos:

A luta do ABC é a semente da nova esperança de um mundo melhor e maior. Quando eu vejo o Lula hoje eu lembro do Lula em cima do caminhão naquela época. Então pra gente as coisas que aconteciam lá eram assim: "Está acontecendo lá, mas pode acontecer aqui com vocês. Então, companheiros, arregacem as mangas, dobrem as calças e vamos para a rua!"¹

O quadro de evolução do número de greves no Brasil ao longo dos anos 1980 ajuda a compreender o contexto nacional no qual as manifestações populares ocorridas na cidade serrana (e descritas ao longo do texto) se inserem. Entre 1980 e 1989 temos: 144; 150; 1444; 393; 618; 927; 1655; 2188; 2137; 3943 (MATTOS, 2009, pp. 120-122). O principal eixo mobilizador era a bandeira por reajustes salariais que pudessem limitar as perdas causadas pela inflação, adquirindo inegável caráter político ao bater de frente com a política econômica militar, baseada no arrocho salarial. Nas greves gerais, que também levantavam questões mais amplas, como a reforma agrária e o não pagamento da dívida externa, pararam entre 2 e 3 milhões em 1983; entre 10 e 15 milhões em 1986; 10 milhões em 1987; e, 22 milhões em 1989 (COSTA, 2007, p. 632). Nesse momento, o número de jornadas não trabalhadas, especialmente por conta das greves no setor público, apresentou uma das maiores médias mundiais para o período (NORONHA, 2009).

Paralelamente à retomada do movimento sindical desenvolveu-se a luta das associações de moradores. Em todo o Brasil batalharam principalmente pela questão da moradia (incluindo ocupações e lutas contra remoções), mas não se limitavam a isso, realizando também atividades de cunho assistencialista, cultural e de politização da população local, merecendo destaque, no Rio de Janeiro,

1. Entrevista concedida à Comissão Municipal da Verdade (CMV Petrópolis) no dia 01 de agosto de 2018.

lugares como Borel, Jacarezinho e Rocinha (ARAÚJO, 2007, pp. 340-341). O movimento estudantil também vai às ruas e já em 1979, em Salvador-BA, a União Nacional dos Estudantes (UNE) realiza seu congresso de reconstrução, conquistando a legalidade em 1985. A luta dos trabalhadores rurais também recomeçava. No final dos anos 1970 via-se, novamente, ocupações de terra no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Paralelamente, surgia, no Paraná, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná, formado por agricultores que estavam sendo deslocados por conta da construção da hidrelétrica de Itaipu. Com a atuação da Comissão Pastoral da Terra (surgida por volta de 1975 apoiando as lutas de posseiros acudados por grandes projetos agropecuários no Norte e Centro-Oeste e espalhando-se rapidamente através das Comunidades Eclesias de Base – CEBs) articularam-se a nível nacional e constituíram o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em 1984 (MEDEIROS, 2007, p. 567).

No processo, ganhava corpo a campanha pelas eleições diretas para a presidência da república, lançada em 1983 sob o slogan “Diretas Já”. Em pouco menos de um ano ocorreram atos em várias regiões do país, com destaque para o Rio de Janeiro (1 milhão) e São Paulo (1,5 milhão no dia 6 de abril). Em Brasília, deputados e fotógrafos foram presos em meio às mobilizações. O governo também proibiu que emissoras de televisão e de rádio transmitissem, ao vivo, a votação da emenda parlamentar que estabelecia as eleições diretas – que acabou derrotada na Câmara dos Deputados com 298 votos a favor, 65 contra, 113 ausências e 3 abstenções (faltando 22 votos para que o quórum qualificado de 2/3 fosse alcançado) (DELGADO, 2007, pp. 423-424). Com a derrota, a ampliação da abertura conquistada pela oposição encontrara seu limite e, restringindo-se a evitar retrocessos, apoiou a eleição indireta e a posse de um presidente civil comprometido com a transição liberal. Estava consolidado o primeiro passo, sem voltas, rumo à redemocratização liberal. Processo coroado pela Constituição de 1988 e as eleições diretas para a presidência em 1989.

Nessas lutas a classe trabalhadora petropolitana se fez presente.

A reconfiguração do quadro partidário e as esquerdas: PCB, PT e outras organizações

De acordo com as memórias dos militantes Alvaro Penalva² e Paulo Moura³, na década de 1980 a constelação das esquerdas em Petrópolis foi composta por algumas entidades, entre elas a Liberdade e Luta (Libelu), o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido dos Trabalhadores (PT)⁴.

2. Entrevista concedida por Álvaro Penalva à CMVP em 24 de julho de 2018.

3. Foram realizadas duas entrevistas da CMV Petrópolis com Paulo Moura. Uma no dia 28 de julho de 2018 e a segunda no dia 18 do mês seguinte.

4. Penalva ainda ressalta que a presença de Luiz Carlos Prestes na cidade era forte, apesar de, no momento, estar no processo de ruptura com o PCB. A figura de Luiz Ragon em Petrópolis foi importante nesse sentido.

Para Alvaro Penalva, o PCB, apesar de ser (conforme se pode notar em capítulo anterior) a mais antiga e enraizada destas organizações, estava desarticulado e tinha no comunista Sergio Cabral⁵ a personificação do partido na cidade, aglutinando, porém, outras figuras, como Lenin Ribeiro. Penalva conheceu Cabral quando ainda era militante do MR-8, pois ambas as organizações atuavam dentro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Então estudante de História na Universidade Católica de Petrópolis (UCP), Penalva chegou até o MR-8 por meio do movimento estudantil, especialmente a União Estadual dos Estudantes (UEE-RJ), organizando a entidade na universidade junto de cerca de uma dezena de pessoas. Recorda-se que, na época, as mencionadas entidades tendiam a compor de forma unitária o movimento estudantil da UCP, com presença principalmente nos cursos de Engenharia, História e Psicologia. Sua história no MR-8 começa a findar quando, em 1982/1983, a entidade sofre um “racha” liderado nacionalmente por Franklin Martins, levando a dissidência até o PCB – movimentação acompanhada por Penalva e seu grupo na cidade.

Segundo Paulo Moura, com a reorganização do PCB em Petrópolis, Alvaro Penalva assumiu a presidência do comitê provisório do partido. Todavia, até isso se concretizar, Penalva, Cabral e outros tentariam rearticular o partido buscando conhecidos comunistas que estavam desorganizados e alguns militantes operários da geração anterior, mas tiveram dificuldades consideráveis por causa dos efeitos da repressão não só em nível municipal como geral. Um exemplo dessa situação, recuperado pelas memórias de Penalva, é a figura de Antonio Ribeiro Granja⁶, responsável das instâncias superiores por acompanhar o partido na cidade durante os anos 1970. Quando a Ditadura Militar desencadeou a "Operação Radar" visando destruir o PCB, Granja, que era um dos alvos, teve que se afastar das suas funções práticas e redobrar o grau de clandestinidade vivido – o que, na opinião de Alvaro Penalva, pode ter contribuído para a desorganização do PCB na cidade. Apesar dos percalços, alguns laços com a geração anterior, para além de Cabral, conseguiram ser reestabelecidos. Paulo Moura recorda nomes como os de Lourenço Reis e Didimo Quirino⁷, destacada figura do tradicional bairro operário Alto da Serra, presidente do sindicato dos aposentados e vítima da repressão já em 1976, acusado de tentar reorganizar o PCB local nessa época. Milton Santos, alfaiate e genro de um dos principais dirigentes do PCB petropolitano quando do golpe de 1964, Fabrício Alves de Quadros, cumpriu papel de destaque no momento, já que sua sala de trabalho, localizada na Rua do Imperador⁸, era

5. De acordo com Paulo Moura, foi Sergio Cabral que conseguiu uma bandeira do Partido Comunista para que a mesma fosse colocada no caixão do histórico militante Fabrício Alves de Quadros durante o enterro em um 29 de dezembro de 1986. Penalva diz se recordar que Cabral estaria na comitiva que acompanhou Inês Etienne Romeu até a Casa da Morte quando da denúncia realizada por ela em 1981. Não confundir com o ex-governador do RJ, Sergio Cabral Filho. Tratava-se de Sérgio Murilo Jeolas Cabral Silva.

6. Hoje presidente de honra do Partido Popular Socialista (PPS).

7. Didimo Quirino, aposentado da fábrica São Pedro de Alcantara, também é citado como figura importante nos primeiros anos do PT local (ver a depoimento prestado por Enivaldo Gonçalves à CMV no dia 28 de abril de 2016).

8. Principal rua do centro de Petrópolis.



Lenin Ribeiro (de boné), Alvaro Penalva (camisa listrada) em atividade do PCB (Arquivo de Lenin Ribeiro)

usada como espécie de comitê informal do PCB, pois o partido demorou algum tempo para ter sede própria⁹. Granja voltou a acompanhar o PCB petropolitano com a rearticulação.

Paulo Moura, como Penalva, também ingressara no PCB após passagem pelo movimento estudantil e por outra organização partidária, o PT, cuja presença na cidade será comentada adiante. Chegou a participar da criação deste partido na cidade antes mesmo da sua legalização, mas algum tempo depois saiu por causa das muitas disputas entre as correntes, que, segundo Moura, não raramente chegavam à violência física.

Quando chegou ao PCB, para ajudar em sua reorganização, Moura o fez inspirado no exemplo de comunistas históricos, como o médico Alcebiades de Araújo Romão que, durante os anos de 1970, facilitava o atendimento de inúmeras pessoas mais pobres em seu consultório. No meio de uma dessas tardes, nos primeiros anos da ditadura, dr. Romão, como era conhecido, foi preso e teve seu consultório invadido, num episódio em que, além da brutalidade contra a sua pessoa, a polícia apreendeu de materiais considerados subversivos. Paulo, que morava em frente ao consultório de Alcebiades, assistiu a tudo. Seu ingresso nas fileiras comunistas aconteceu mais de década depois e a partir de contatos pessoais com outros militantes, como Lenin Ribeiro, Sergio Moebos e Paulo Afonso. Foi convidado pelo último para entrar no partido, figurando, assim, como parte da comissão de reorganização do mesmo.

9. Paulo Moura registra ainda que para além do PCB, ali se reuniam várias vertentes da esquerda local, inclusive o próprio PT.

Lenin Ribeiro e Paulo Afonso atuavam junto ao movimento comunitário. Segundo Penalva, o partido tinha alguma presença também no movimento estudantil. Todavia, a grande influência junto ao movimento operário (como se podia ver até 1964) parece ter sido perdida por conta da brutal repressão do regime militar – a pequena presença na empresa Celma acabou durando pouco, já que os militantes que trabalhavam na mesma acabaram saindo da fábrica para se dedicarem aos estudos. Mesmo assim, não chegaram a existir sequer bases na fábrica, conforme aponta Paulo Moura.

Ele também lembra que os pecebistas locais chegaram a ter quase cem filia-dos, inclusive "muitos filhos da burguesia petropolitana estavam lá presentes". A sensação que ele guarda é a de que, apesar de não muito grande e até superes-timado, o partido era em geral muito respeitado pela sociedade petropolitana. Penalva aponta, por exemplo, que a sede do partido, conquistada em 1985 no pro-cesso de luta pela legalização da sigla comunista, era sustentada financeiramente até mesmo por empresários. As diversas atividades realizadas, como cineclubes e palestras (inclusive de João Saldanha¹⁰), ajudavam a projetar o partido na cidade. Alvaro Penalva menciona que os deputados progressistas tinham muitos votos de petropolitanos e atribui parte disso à influência do PCB. Ele mesmo, quando integrou a direção estadual do partido, chegou a se candidatar a deputado esta-dual pela sigla, obtendo mais de mil votos. Nas eleições de 1989, Penalva traz a lembrança de que Roberto Freire foi muito bem recebido na cidade, enquanto Fernando Collor de Melo terminou escorraçado pela população, que chegou a lançar ovos e pedras contra o candidato neoliberal.



Lenin Ribeiro (camisa clara) ao lado de Roberto Freire (camisa vermelha) (Acervo de Lenin Ribeiro)

10. João Saldanha foi um conhecido atleta, jornalista e treinador do futebol brasileiro. Comunista do PCB, foi demitido da função de técnico da seleção brasileira em 1970 por interferência da Ditadura Militar. Em 1985 foi candidato a vice-prefeito do Rio de Janeiro pelo partido na chapa encabeçada por Marcelo Cerqueira, do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Todavia, com o que é entendido por muitos ser uma traição nacional, pela transformação do PCB em PPS, o partido em Petrópolis vivenciou um processo de acirrados conflitos internos e terminou por se esfacelar. Segundo Penalva e Moura, alguns dirigentes ingressaram na nova sigla, outros foram para o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Alvaro Penalva, que nesse momento se afastou também por questões pessoais, acabou por ingressar no PT tempos depois.

O PT em Petrópolis surgiu principalmente a partir do cristianismo de esquerda, fortemente presente na cidade. Paulo Moura lembra de quando seu avô, que fora um dos grandes nomes da União Democrática Nacional (UDN), discutiu com frei Leão, amigo de Fabrício Quadros, e o chamou de "padre vermelho". Os leigos e os religiosos do cristianismo de esquerda criaram o Grupo Ação Justiça e Paz, mais tarde rebatizado como Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (CDDH)¹¹. O Centro teve vários membros ativos na fundação do PT local, entre eles Gustavo Friaça, recordado com frequência nos depoimentos prestados à CMV. Foi Friaça, aliás, quem ajudou o sindicalista Enivaldo Gonçalves não só a ingressar na militância no PT como também na política em geral.

Enivaldo, pouco antes de falecer, colaborou com a CMV Petrópolis e deixou registrado o seu testemunho¹² da época. Além de apontar o Grupo Ação Justiça e Paz como principal núcleo para a edificação do PT petropolitano, mencionou o episódio que solidificou suas relações com Gustavo Friaça, que tempos depois seria dirigente do PT na cidade.

Enivaldo Gonçalves era servidor público¹³, exercendo a função de técnico administrativo quando, durante 33 dias, entre o final de 1979 e início de 1980, liderou a greve do funcionalismo municipal devido ao atraso de seis meses de salário durante a gestão do prefeito Jamil Sabrá. No processo, recebeu apoio do Grupo Ação Justiça e Paz. Já em fevereiro, poucos dias após o fim da greve, recebeu uma ligação do vereador "Calau" solicitando uma visita ao seu gabinete. Chegando lá havia dois agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) que começaram a interrogá-lo, exigindo informações de supostas células comunistas em Petrópolis e acusando-o de participar das mesmas. Foi torturado de forma

11. A cidade sediou o I Encontro Nacional de Direitos Humanos em 1982.

12. Depoimento prestado em 28 de abril de 2016.

13. Nasceu em Petrópolis no dia 11 de novembro de 1960, filho de uma empregada doméstica e de um operário têxtil. Aos nove anos de idade foi *office boy* no Hotel Casablanca, depois que o pai abandonou a mãe com sete filhos, ele inclusive, o mais velho. Quando prestou depoimento à CMV Petrópolis recordou-se das péssimas condições de trabalho oferecidas pelo dono, Germano Valente, que possuía enquanto método de trabalho a agressão contra as crianças, principalmente tapas na cara e chutes na canela. De acordo com Enivaldo, Valente, sob a desculpa de que estava dando oportunidades para as mesmas, explorava suas forças de trabalho com crianças ganhando pouco, sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas. Num episódio, Enivaldo se acidentou numa escada e, consequentemente, acabou quebrando algumas vidraças, sendo, como era de costume, agredido. Todavia, dessa vez, reagiu e terminou espancando Germano Valente com uma vassoura, sem que qualquer outro funcionário esboçasse reação, segundo sua narrativa. Depois disso trabalhou no comércio, como trocador de ônibus e outros. Nos anos 1990, já militante do PT, Enivaldo panfletou um texto contando a história do agente estadunidense Dan Mitrone na rua com nome em sua homenagem. Daí nasceu o movimento que culminou com a mudança de nome da rua pela Câmara dos Vereadores, a rebatizando para José Vasco, possivelmente um antigo morador.

física e psicológica no episódio, enquanto Calau chorava e pedia para que passassem alegando que Enivaldo realmente não saberia nada sobre o que estavam falando. Antes de ser liberado, porém, teve rodar no carro dos agentes por um tempo e terminou solto na Rua Barão do Rio Branco, no centro da cidade. Friaça, por conta da aproximação oriunda do auxílio prestado à greve, foi a primeira pessoa para quem Enivaldo ligou e acabou acolhendo-o em sua casa até o dia seguinte. Durante uma caminhada, Enivaldo, por curiosidade, levantou a questão que o incomodava sobre a acusação dos agentes do SNI no dia anterior:

Eu perguntei para ele: o que que é comunista? O Gustavo era uma pessoa muito didática, era católico... e começa a me explicar didaticamente o que que era o comunismo. Num determinado momento ele para pra me explicar a teoria da mais-valia do Marx. Aí eu paro no meio da calçada, no Valparaíso, olho na cara dele e digo: "isso é ser comunista?" Ele diz é. Então eu sou comunista e não sabia. Deveria ter dito isso ontem para os agentes do SNI. Eu sou comunista e não sabia". Só não sabia que era.

Como resultado, Enivaldo acabará sendo o tesoureiro da primeira direção petista em Petrópolis, com Gustavo Friaça na direção.

Gustavo era estudante universitário e militante da Juventude Universitária Católica (JUC) na época do golpe de 1964. A fundação do Grupo Ação Justiça e Paz ocorreu assim que ele voltou para o Brasil após um ano e meio de estudos na França e se juntou a seminaristas e freis da Igreja do Sagrado Coração de Jesus (sob a liderança de Leonardo Boff) anos mais tarde. Friaça, formado em Direito, era então procurador do estado, mantendo também um escritório de advocacia para atender gratuitamente a quem necessitava – ação semelhante a de outra militante que ingressará no PT por meio do cristianismo de esquerda, a já mencionada Eliete de Souza, que em 1988 iniciou a faculdade de Direito na Universidade Católica de Petrópolis (UCP) visando justamente atender àqueles que não poderiam pagar. Pensava, na época: "Eu quero atender da melhor forma, com o melhor saber que eu tiver, as pessoas que não podem pagar" (...). Eu queria ser uma excelente profissional para atender essas pessoas. (...) "Eu vou ser a melhor advogada para essas pessoas que não podem pagar".

Essa ética, porém, possuía raízes mais antigas. Eliete nasceu em São José dos Cabritos e veio pra Petrópolis com mais quatro irmãs aos quatro anos de idade, no início dos anos 1960, quando a família buscava atendimento médico para o pai, que trabalhava na roça. Segundo consta em sua entrevista, começou a formar sua consciência crítica já nos grupos de jovens da Igreja Católica, ainda que estes não tivessem um caráter explicitamente político. Seu primeiro emprego foi na multinacional Souza Cruz, no bairro de Correias, onde negociava com seus chefes o uso das horas extras do banco de horas para que ela pudesse participar das manifestações na cidade. Iniciou sua militância em 1981, na tragédia das chuvas em Petrópolis, quando foi criada, por iniciativa do Grupo Ação Justiça e Paz,

a "Comissão dos Desabrigados de Petrópolis", na qual os franciscanos tinham presença destacada.

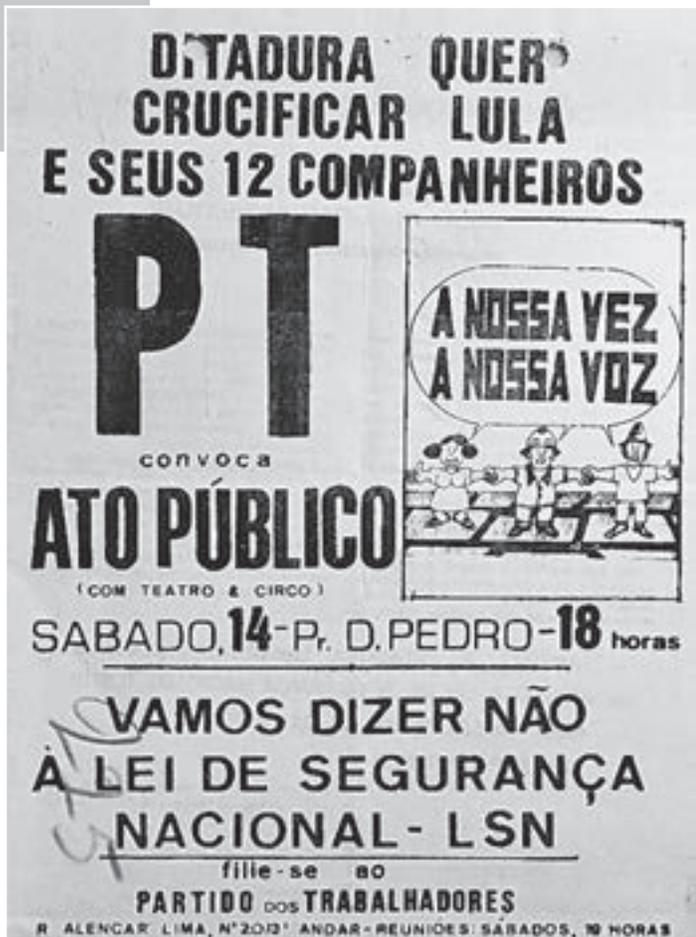
Eliete de Souza afirma que o Grupo Ação Justiça e Paz/Centro de Defesa dos Direitos Humanos passou a lutar pela retomada dos sindicatos, na época com direções pouco atuantes (então, em geral, refêns de grupos "pelegos"¹⁴), embalados pelos exemplos da classe trabalhadora no ABC paulista. O grande núcleo desse embate se deu, segundo Eliete, nas disputas em torno do Sindicato dos Metalúrgicos, sob a liderança de operários como Waldir Lima e Alfredão, que, com apoio dos cristãos de esquerda, conseguiram vencer a diretoria "pelega", formada por interventores da Ditadura Militar. Com a vitória, o sindicato dos metalúrgicos passa a ser uma espécie de central do "sindicalismo combativo" em Petrópolis, apoiando novas pessoas em prol de um sindicato forte também em outras categorias. Além dos metalúrgicos, Eliete lembra que os sindicatos dos têxteis e da alimentação foram muito importantes nessa fase de retomada das lutas operárias na cidade, num processo no qual a criação do PT, da qual ela participou, aconteceu paralelamente a tais lutas, pois a retomada dos sindicatos, a organização das associações de moradores (comentadas na parte seguinte do deste capítulo) e a fundação do partido eram feitas, em geral, pelas mesmas pessoas.

Essas lembranças encontram sintonia com as de Mario da Costa Soares¹⁵, outra liderança da classe trabalhadora na época. Mario, além de afirmar que o partido nasceu na luta grevista, recorda-se de que havia militantes dentro das grandes indústrias da cidade. Nestas, internamente, no horário de café e almoço, ou panfletando nas portas, fazia-se a politização dos trabalhadores. Mario destaca também outra categoria muito importante na formação do PT local: os bancários. Alvaro Penalva, então dirigente pecebista, recorda-se ainda da presença e do auxílio na UCP de professores marxistas ligados ao PT.

Nos seus primeiros anos, recorda-se Eliete, as reuniões do PT, nas quais várias correntes disputavam a organização, lotavam grandes auditórios com dezenas de pessoas. Entre as atividades dessa geração estavam não só aquelas referentes às pautas locais, mas também o exercício da solidariedade e engajamento com as outras lutas. No calçadão do Colégio Dom Pedro II arrecadaram produtos (alimentos e até mesmo fogões) para ajudar a greve do ABC em SP. Já Mario tem outras lembranças: recorda-se do aluguel de vans e ônibus para que os militantes locais, como ele e Paulo Moura, pudessem frequentar os comícios da campanha "Diretas Já".

14. Pelego é o instrumento de amortecimento que fica entre o cavaleiro e o cavalo. No jargão político possui caráter inerentemente negativo, mobilizando a metáfora da função de amortecimento para apontar aqueles que, ao invés de representarem um lado na luta de classes, se colocam como mediadores e ao invés de participarem da luta atuam no sentido de amortecer o conflito entre as classes sociais.

15. Mario da Costa Soares nasceu em Natividade de Carangola. Filho de meeiros, veio para Petrópolis em 1959, com 10 anos, após a família de doze pessoas ter sido expulsa pelo fazendeiro com as seguintes palavras: "O gado hoje, uma vaca leiteira, está valendo mais do que a sua família". Começou trabalhando cedo no transporte de marmittas dos trabalhadores da Cia Petropolitana. Em 1962 teve a primeira carteira assinada ao trabalhar no setor de limpeza de uma loja. Ali, o gerente Silvio Manoel Macedo (que era do sindicato) estimulou-o a se sindicalizar na categoria dos comerciários para garantir os seus direitos e o orientou politicamente também. (Entrevista concedida por este à CMV Petrópolis no dia 31 de julho de 2018)



Panfleto anexado à "Informação nº 010/81-SRIE", da Secretaria de Estado de Segurança Pública, como parte do acompanhamento do PT feito pela polícia local (APERJ. Pol-Pol. Municípios, 152-B)

Um fator interessante a ser ressaltado por ser frequente em alguns testemunhos tomados pela CMV Petrópolis é a observada tendência à unidade e a boa convivência entre as várias forças da esquerda municipal durante a década de 1980 – o que contraria certa visão tradicional, pautada principalmente a partir do quadro das grandes capitais, onde, de um lado, o petismo, e, do outro, os partidos comunistas, se apresentavam como grandes adversários.¹⁶ Alvaro Penalva, Eliete de Souza e Mario Soares lembram da boa relação entre as esquerdas locais. Penalva recorda, inclusive, que Gustavo Friaça, fundador do PT no município, possuía forte relação de amizade com o veterano pecebista e peça importante da rearticulação do PCB

16. Em nível nacional, essas disputas podem ser vistas em SANTANA, 2003, pp. 292-294

na cidade, Sergio Cabral. João Alves de Quadros, filho do já citado Fabrício Quadros, chegou a ser do PT na década de 1980. Na própria época de universitário aponta como viu MR-8 e Libelu compondo o mesmo diretório estudantil na UCP. O Partido Democrático Trabalhista (PDT)¹⁷ também é lembrado por Alvaro, pois um dos seus membros, o brizolista João Carlos Farias, teria sido o principal financiador da sede do PCB. Um elemento aglutinador também entre os variados segmentos (estruturação partidária, movimento sindical, comunitário, etc.) era o fato de, para Eliete, haver um número de militantes limitado ante as demandas, fazendo com que todo mundo fizesse de tudo ao mesmo tempo.

Entre as bandeiras que mais agitavam todos estes se encontravam, de acordo com a veterana petista, a luta pela Constituinte, as denúncias contra as arbitrariedades praticadas pela polícia, os direitos dos portadores de hanseníase, a questão LGBT¹⁸ e a luta contra o racismo. Mario da Costa Soares, que é negro¹⁹, guarda a memória de uma grande palestra proferida pelo conhecido intelectual e militante negro, Abdias nascimento, organizada pelo PT num grande hotel da cidade, que ficou lotado.

Uma condição que parece ter favorecido a atuação da esquerda na cidade foi a eleição de Paulo Rattes (PMDB) como prefeito em 1982²⁰, pois, de acordo com Alvaro Penalva, o PCB teve proximidade forte com seu governo, havendo não só uma amizade pessoal entre o pecebista Sergio Cabral e Rattes, como também o emprego de vários militantes em trabalhos na prefeitura, inclusive militantes históricos da esquerda de fora da cidade, desde egressos da luta armada até os "autênticos" do antigo MDB, como Modesto da Silveira – situação lembrada pela deputada constituinte e então esposa e secretária de apoio comunitário de Paulo Rattes, Ana Maria Rattes²¹. A própria legislação de patrimônio histórico da cidade, produzida nessa época e um legado importante até hoje, teria sido produto da presença comunista no governo, com figuras como Rajão e Ricardo Varzer. Foi sob o governo de Rattes (já em 1988) que o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) organizou, na cidade, o 4º Congresso Nacional da sua juventude, a União da Juventude Socia-

17. A presença de Leonel Brizola em Petrópolis aparece em depoimentos e na imprensa de então. A Tribuna de Petrópolis (19 de junho de 1984, p. 01) registra não só a a figura do líder trabalhista e socialista em eventos do PDT local, como ainda faz notar que este possuía moradia na cidade, onde costumava passar os finais de semana com a sua família. Segundo Mario Soares, um evento com este na Praça da Liberdade (local tradicional de realização de eventos políticos na época) lotou a Praça da Liberdade

18. Eliete de Souza recorda-se de que chegavam a acompanhar até a delegacia vítimas desse segmento que haviam sido alvo de agressões, passado por repressão policial e até mesmo pessoas que, forçadas a entrar na prostituição para sobreviver, sofriam alguma violência por conta de tal exposição.

19. Uma situação vivenciada por este militante permite mensurar o grau de racismo presente na sociedade petropolitana na época. Quando se tornou porteiro num importante condomínio da cidade recebeu a solicitação para montar a sua equipe, lhe sendo exigido, porém, que não houvesse mais "mulatos" presentes além dele – o que foi rejeitado por Mario, respondendo que conhecia principalmente negros, como ele (e não "mulato"). Nesse mesmo condomínio, segundo Mario, o negro não podia usar o elevador social, só o elevador de serviços; e o pressionavam por não agir dessa maneira no exercício da sua função. Em suas palavras: "racismo ainda tem em Petrópolis... muito grande, mas naquela época era terrível (...) O racismo era muito forte em algumas regiões aí na cidade".

20. Terceiro mandato como prefeito da cidade, sendo um como substituto, na condição de vice-prefeito, de Paulo Gratacós, cassado pelo regime militar em 20.20.1969.

21. Testemunho prestado em 03 de agosto de 2017.

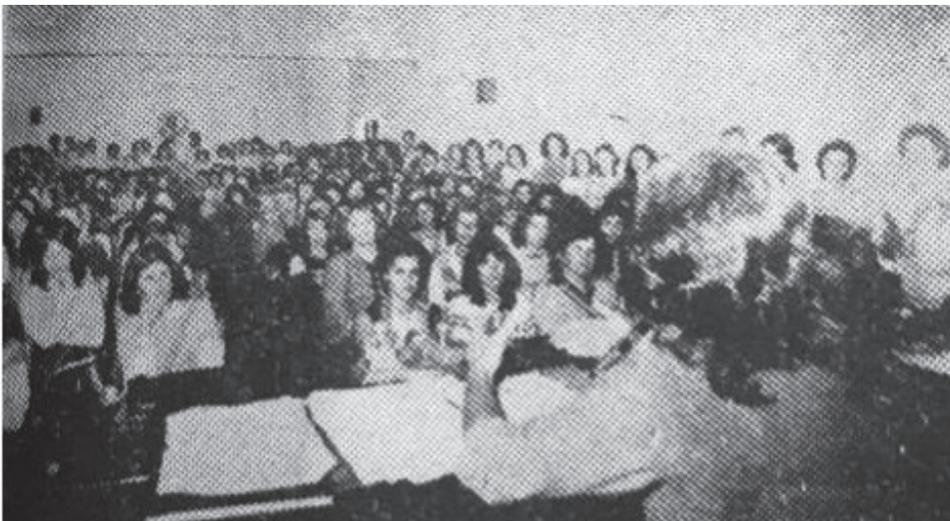


A Tribuna de Petrópolis do dia 5 de fevereiro de 1984 (p. 2) descreve da seguinte maneira a manifestação em prol da democratização do controle sobre o transporte público: “As faixas, entre bandeiras do PT, pedia pelos desabrigados e desempregados que não podem pagar passagem”

lista (UJS), em que marcaram presença entidades de esquerda de vários países, como Canadá, Inglaterra, Nicaragua, Palestina e Portugal (BERTOLINO, 2014). Ana Rattes também se lembra dos conflitos entre esse governo e as empresas de ônibus ante a iniciativa do primeiro de democratizar as discussões sobre o preço da passagem em Petrópolis por meio de um conselho e contrariar o empresariado no assunto. A imprensa da época registra um grande embate entre a classe trabalhadora e os empresários, envolvendo a prefeitura (que se comprometara a cumprir as pautas populares) e a Câmara dos Vereadores, que chega a pedir investigação contra Rattes por este ter supostamente apoiado manifestações populares (Tribuna de Petrópolis, 05 de fevereiro de 1984, p. 02).

Paulo Moura afirma, em sua entrevista, que Ana Rattes, figura de destaque nesse governo, foi eleita deputada federal constituinte com o apoio de militantes do PCB.

A formação da secretaria de apoio comunitário foi uma realização de Ana Rattes, mas também de vários militantes do CDDH, que, inclusive, foram trabalhar ali, atuando na organização de várias associações de moradores e com destaque para a pauta dos desabrigados – questão que, segundo a ex-secretária, fez com que se encontrasse, por vezes, em oposição institucional ao marido prefeito, como quando lutou pela legalização de algumas moradias no bairro Bonfim. Deve-se registrar aqui o vínculo de Ana Rattes com o Grupo Ação Justiça e Paz, tendo se aproximado de Leonardo Boff anos depois de pertencer à Juventude Estudantil Católica (JEC) e à JUC, por ela referido em sua entrevista à CMVP.



Carmem Felicetti, presidente da Associação dos Professores Municipais, fala em assembleia da categoria, na qual mais de 500 professores endossaram suas reivindicações de triênios progressivos, 30 por cento de regência de classe e novos pisos salariais (Tribuna de Petrópolis, 29 de setembro de 1983, p. 1)

Ana classifica essa época como "primavera petropolitana", por conta da grande mobilização popular, especialmente das associações de moradores. Visão que não é hegemônica. Eliete de Souza, por exemplo, que na mesma época também atuou na organização das associações de moradores, criando vários estatutos para a legalização delas, sustentou que o fato do governo Rattes levar associações do tipo para dentro do governo acabou por enfraquece-las e desarmá-las. As associações serão tratadas, porém, com mais destaque a seguir. De qualquer forma, a própria Ana Maria Rattes, enquanto secretária, estava, segundo a imprensa da época, em um episódio no qual seu governo foi muito hostilizado por professores municipais ante a rejeição da regência de classe de 30% e outras reivindicações feitas pela categoria, numa reunião entre poder público e docentes cujo clima a Tribuna de Petrópolis (21 de outubro de 1983, p. 01) demonstra ao citar que "alguns gritavam, outros levantavam, em total agitação".

As massas voltam à cena: ocupações e protestos

O movimento comunitário municipal também teve como um dos grandes aglutinadores o cristianismo de esquerda, com destaque para os franciscanos. Eliete de Souza aponta a formação de algumas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na cidade e a importância das reuniões do grupo "Fé e Política" nos bairros, produzindo um amálgama bíblico-político. Nas memórias da militante se

destacam a atuação dos franciscanos na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, na Montecaseros e na Igreja do Santo Antônio, localizada no bairro Alto da Serra, tendo como uma das lideranças o padre Lino Boutinho. Foi lá, aliás, que Eliete se engajou, pois, apesar de ser moradora de Correias, a atuação da CEB do Alto da Serra chamava a sua atenção. Além da atuação em escala local, Eliete recorda-se da participação em grandes eventos nacionais, como a Romaria da Terra, e encontros em outros locais, como Goiás.

Uma liderança comunitária que se destacou na região do Alto da Serra a partir do núcleo de esquerda da Igreja Católica foi "Dona" Alice²², descrita por Eliete de Souza como "Uma negra forte, muito forte". Moradora do "Morro da Oficina"²³, foi muito atuante no período (não só no movimento comunitário), inclusive cedendo sua casa para reuniões²⁴ e levando toda sua família (filhas e marido) para a luta política.

A questão da moradia e em prol dos desabrigados foi uma das questões que mais sensibilizou a atuação não só de Dona Alice como de grande parte do movimento comunitário em Petrópolis. Em setembro de 1982, por exemplo, 500 desabrigados se concentraram na Praça da Inconfidência (centro da cidade) e de lá partiram em passeata até a prefeitura exigindo solução para os seus problemas



A capa da Tribuna de Petrópolis de 4 de setembro de 1982 estampa a foto de uma passeata dos desabrigados na cidade

22. Homenageada até hoje no Centro de Referência e Atendimento à Mulher Tia Alice, em Petrópolis.

23. Entre outras lutas efetuadas pelos moradores do Alto da Serra, se pode citar também a mobilização em torno do lugar da feira local, em que um abaixo-assinado chegou a recolher duas mil assinaturas (Tribuna de Petrópolis, 04 de agosto de 1980, p. 01).

24. O que era, de acordo com Eliete, comum por parte das mulheres militantes.

(Tribuna de Petrópolis, 04 de setembro de 1982, p. 02). Eliete de Souza explica a causa do fenômeno: "Por que era forte a questão da moradia? Porque os desastres [naturais] em Petrópolis sempre aconteceram. Perdiam casas, morriam pessoas..."

Várias (e vitoriosas) ocupações ocorreram no período, como na comunidade Primeiro de Maio e no Sítio Cebolinha. A primeira, hoje bairro Madame Machado²⁵, nasceu a partir da constatação de que um conjunto do Banco Nacional de Habitação (BNH) ali construído estava abandonado, completamente tomado pelo mato, levando o CDDH, sob a liderança de figuras como Sergio Hammes e Leonardo Boff (que celebrou a primeira missa da ocupação), a atuar como vanguarda na ação.

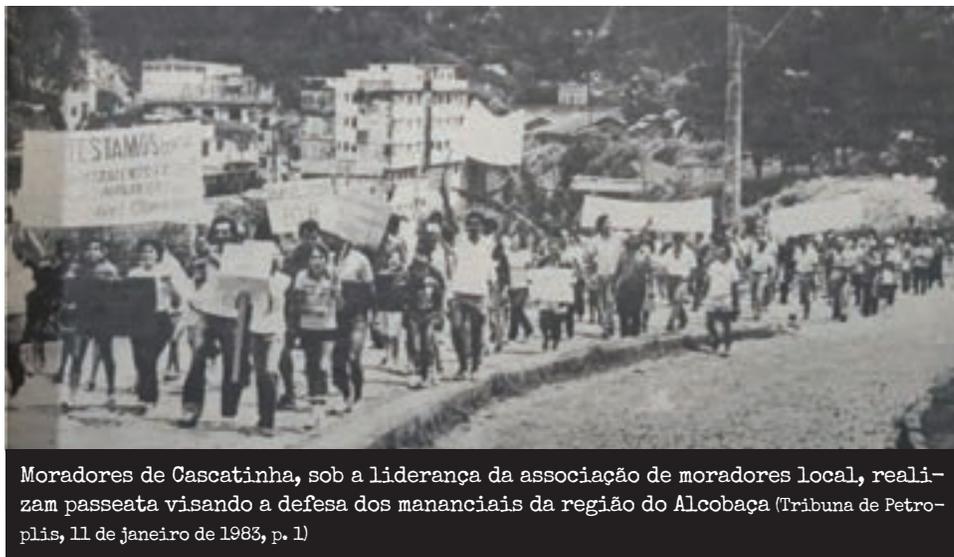
Um caso diretamente relacionado com as tragédias naturais²⁶ em vários aspectos se deu às margens da BR-040, próximo do bairro Duarte da Silveira. Ali, foram cedidos pelas forças estatais, inclusive as Forças Armadas, materiais para abrigos temporários que levou a organização de esquerda local a estruturar uma ocupação que, feita, gerou uma comunidade presente ali até hoje.

Nas ocupações, Eliete recorda-se de que tudo era organizado secretamente até a efetivação, compreensível devido o clima ditatorial na época. Inclusive a própria Igreja Católica não era homogênea e também produzia, a partir dos seus setores conservadores, reação às lutas populares promovidas pelas CEBs. Frei Davi, que organizava passeatas dos desabrigados, chegava fazer mobilizações até nas portas de bispos conservadores para pressioná-los. A Tribuna de Petrópolis, na primeira página de sua edição de 27 de setembro de 1980, publicou uma reação dos setores católicos conservadores ante um abaixo-assinado levado pelos segmentos progressistas para as portas das igrejas durante as missas, exigindo o engajamento da Igreja Católica nos problemas sociais. Em um dos trechos a crítica à politização à esquerda é explícita: "Preocupa-nos a acentuação das Comunidades Eclesiais de Base, como instrumento de politização e não como diz o Santo Padre *voltadas para os objetivos da Igreja e vinculadas aos Pastores da Igreja*" (Tribuna de Petrópolis, 27 de setembro de 1980, p. 01).

As lutas de bairro em Petrópolis não se restringiam às ocupações. A questão ambiental também foi pauta das associações comunitárias. A Associação dos Moradores e Amigos do Quarteirão Imperial conseguiram, por exemplo, suspender a derrubada de árvores às margens do Rio Piabanha (Tribuna de Petrópolis, 29 de abril de 1982, p. 04). Nesse quesito, a luta de maior destaque foi efetuada pela Associação de Moradores de Cascatinha, que promoveram uma grande campanha em defesa dos mananciais do Alcoaça perante a possibilidade de

25. Um documentário sobre essa ocupação pode ser visto em: [youtube.com/watch?v=pRPovlasall](https://www.youtube.com/watch?v=pRPovlasall). Acesso em 31 set. 2018.

26. Até hoje a cidade de Petrópolis sofre com tragédias naturais derivadas principalmente das chuvas. São frequentes deslizamentos de terras e enchentes, nas quais, principalmente nas primeiras, se vê consequências como a destruição de casas e mortes, assim como a expulsão (por parte do poder público) de moradores de casas não atingidas, ou parcialmente atingidas, produzindo assim, com frequência, desabrigados que não raramente ficam desamparados pelo Estado.



desmatamento da região visando a construção de um conjunto do BNH, tendo realizado protestos com centenas de pessoas tanto no próprio bairro (Tribuna de Petrópolis, 08 de janeiro de 1983, p. 07) quanto no centro da cidade (30 de janeiro de 1983, p. 01). Este movimento deu origem à Associação em Defesa dos Mananciais do Alcobaça (ADMA) e à criação da área de preservação ambiental do Alcobaça. A entidade passou a fazer a distribuição de água desses mananciais para os moradores da antiga Vila Operária da Companhia Petropolitana e existe assim até hoje.

A questão da infraestrutura é outra muito relevante na época. Na comunidade São João Batista²⁷, em que lideranças sindicais atuavam também como lideranças comunitárias, chegaram a promover um piquete ante problemas relacionados à área. A imprensa narrou da seguinte forma a barricada levantada no bairro Duarte da Silveira:

Barricada na Luiz Winter foi a solução encontrada pelos moradores do Bairro Duarte da Silveira para dar fim à ausência da autoridade municipal no que concerne à conservação da rua esburacada quase que em toda sua extensão (...) a paciência dos moradores do bairro Duarte da Silveira se esgotou ontem, seus moradores resolveram arrancar os paralelos que ali ainda existiam em sinal de protesto e abandono pela causa de seus habitantes (Tribuna de Petrópolis, 13 de dezembro de 1980, p. 01).

27. Então pejorativamente conhecida como "Favela do Lixo". De acordo com Eliete de Souza, a luta por um nome digno era também uma reivindicação comum ao movimento comunitário da época.

A pauta da infraestrutura era, portanto, uma constante, tendo na imprensa local não só registrado manifestações de rua, como ainda denúncias frequentes dos moradores das comunidades e suas associações. Em 1980, a Associação de Moradores do Bairro Independência fez diversas reclamações, propondo pautas sobre a escola, o transporte, a iluminação e a questão da violência:

A falta de iluminação pública faz com que os moradores vivam em constante sobressalto devido a marginalidade crescente, pois à noite são vítimas de assaltos e violências, a falta de vagas na única escola do bairro faz com que centenas de crianças fiquem sem estudar, enquanto seus pais trabalham, elas ficam a vagar pelas ruas e matas próximas ficando portanto a mercê dos marginais que frequentam aquela região (Tribuna de Petrópolis, 06 de agosto de 1980, p. 01).

Na mesma direção, moradores do bairro Ponte de Ferro encaminharam um abaixo-assinado pedindo melhorias sanitárias e por iluminação, sinalização e segurança (Tribuna de Petrópolis, 22 de janeiro de 1980, p. 01).

É imperativo mencionar, aliás, que reivindicações contra a violência e em prol da segurança pública aparecem em vários momentos e de várias formas na imprensa do período, o que contrasta diretamente certa “mitologia” difundida por setores da direita política alegar ser a Ditadura Militar uma época de ouro, no qual o poder estatal absoluto apareceria como fórmula máxima de eficiência no combate à criminalidade. Os registros históricos sobre a Ditadura Militar em Petrópolis e a mobilização da população local por conta dos problemas relacionados à violência urbana na época não permitem que se sustente qualquer flerte com essa fantasia reacionária. No dia 07 de fevereiro de 1982, por exemplo, a Tribuna de Petrópolis (p. 01) trazia a seguinte matéria:

Um grupo de moradores da Rua João Caetano esteve ontem em nossa redação, para protestar contra a situação de insegurança que se verifica naquela via pública petropolitana. Bastante nervosos e apreensivos, os moradores contaram ao repórter da TRIBUNA DE PETRÓPOLIS, que quando cai a noite as coisas ficam realmente insustentáveis, com marginais de toda espécie atrevidos e desumanos ao extremo, que não respeitam quem quer que seja. Moças, senhoras e homens de avançada idade, são constantemente vítimas desses fora-da-lei, que assaltam em grupo e praticam toda a sorte de atrocidades. Uma das reclamantes, que consentiu apenas ser publicada a sua inicial, M. H., explicou que de nada adianta queixas à polícia, pois as autoridades vivem prometendo passar pela João Caetano, e tudo fica na promessa, ao passo que os moradores não aguentam mais viver sob um clima de terror.

O sindicato dos taxistas, sob a liderança de Pedro dos Santos, envolveu-se na polêmica e organizou uma manifestação de 400 taxistas contra a violência na



Greve dos taxistas em Petrópolis contra a violência após vários assaltos sofridos pela categoria (Tribuna de Petrópolis, 19 de junho de 1984, p. 1)

cidade por conta da morte de Jamil Pereira da Silva (Tribuna de Petrópolis, 14 de janeiro de 1982, p. 03), num caso que terminaria em barbárie com uma turba linchando o acusado pelo crime. Era tão evidente que a Ditadura Militar fracassara completamente no combate à criminalidade²⁸ que a Tribuna de Petrópolis trouxe, em 1985, o anúncio público da formação de uma milícia ilegal organizada na cidade para enfrentar criminosos (31 de maio de 1985, p. 01).

O movimento operário e sindical

Pelo que se pode notar de acordo com os depoimentos das lideranças operárias e populares da época, a presença do cristianismo de esquerda cumpriu, como aventado, papel importante não só no movimento comunitário mas também dentro do sindicalismo. Conforme José Maria de Moraes, conhecido no movimento sindical como "Zé Maria"²⁹ e um dos dirigentes dos metalúrgicos em Petrópolis na época em questão, além o apoio do CDDH, foi importante a atuação do Frei Luis Maria Sartori, do Círculo Operário Católico, para organizar as oposições sindicais na cidade. Enivaldo Gonçalves, então do CDDH e do PT, é lembrado por Zé Maria como uma pessoa "muito inteligente, [que] politicamente não era mole, não. Tinha muito conhecimento".

28. A criminalidade era fruto da explosiva combinação entre o aprofundamento da desigualdade social com um regime no qual os agentes do Estado gozavam de plena liberdade de ação, inclusive para adentrarem no mundo do crime organizado, como confessou o ex-delegado do DOPS Claudio Guerra em seu livro "Memórias de uma guerra suja" (2012).

29. Testemunho prestado à CMV Petrópolis em 23 de fevereiro de 2018.

Zé Maria aponta ainda que foi uma figura ligada a Leonardo Boff, o artista plástico João Carlos Moura³⁰, quem inicia a primeira mobilização para tentar tombar a Casa da Morte, e que Paulo Pires, vereador do PMDB, em contato dos movimentos sociais com a Câmara de Vereadores, abraçou essa causa.

José Maria de Moraes nasceu em Muriaé, estudou em Além Paraíba e com 13 anos começou a trabalhar como cobrador de ônibus. Veio para Petrópolis em 1963, já que o pai, operário numa fábrica de tecidos, começou a lutar por melhores condições de trabalho, acabando perseguido por sua atuação. O pai começou a trabalhar na Fábrica de Tecidos Cometa no ano de 1964, sendo seguido por Zé Maria, que, depois, empregou-se na Fábrica Dona Isabel. Nesta, em que tinha como companheiros de trabalho “quase toda a família”, lembra-se de que na empresa havia três turnos, mas as jornadas de trabalho podiam atingir cerca de doze horas devido ao “serão” (horas extraordinárias). Descreve a relação na fábrica como “de trabalho rigoroso, [em que, por] qualquer motivo a empresa poderia



Assembleia dos metalúrgicos, realizada no Sindicato dos Têxteis, decreta estado de greve em prol de aumento salarial. (Tribuna de Petrópolis, 25 de maio de 1965, p. 1)

30. Leonardo Boff e o CDDH serão os responsáveis por retomar a luta em torno da Casa da Morte, a partir de 2010.

mandar embora”. Depois ainda trabalhou na ATA Combustão. Como liderança dos metalúrgicos combativos na cidade, compôs a primeira diretoria oriunda da oposição sindical, em que foi vice-presidente do já citado Waldir Lima.

Entre as atividades do sindicato, a atuação dele e demais companheiros de diretoria visava a conscientização dos trabalhadores, fazendo reuniões até mesmo nas portas de fábrica e que lutavam constantemente por melhores condições de trabalho. A presença nas portas das fábricas é mencionada também por Eliete, que aponta o esforço de se politizar a classe trabalhadora e mobilizá-la para os sindicatos. No que concerne às reivindicações, a militante petista se lembra das lutas contra atrasos salariais, por reajuste e em busca de melhores condições de higiene, saúde e segurança dentro das fábricas e outras. Mario Soares assinala que a questão da salubridade era muito forte, já que nas fábricas era comum o uso de produtos que faziam mal à saúde e que exigiam uso de equipamentos como luvas e máscaras, pautas somadas à busca de que os patrões respeitassem o horário de trabalho e fornecessem alimentação adequada. Entretanto, a questão salarial era realmente o que pautava muitas greves.

A matéria "Operários da Fábrica de Papel Petrópolis estão revoltados", veiculada pela Tribuna de Petrópolis em 1981, permite compreender o drama da classe trabalhadora e sua luta salarial:

Os operários da Fábrica de Papel Petrópolis, na Rua Itamarati, 16, reuniram-se na porta da fábrica em clima de revolta reivindicando o pagamento que há dois meses está sendo prometido pela direção, que agora está partindo para atitudes agressivas, ameaçando de morte alguns deles, sem apresentar qualquer solução para o problema, que, segundo os funcionários, está levando famílias ao desespero porque estão passando fome.

(...)

O clima de revolta entre os operários da Fábrica de Papel Petrópolis, tanto homens como mulheres, reunidos durante horas no portão da fábrica, era visível no rosto de cada um, que desejavam exprimir a fome e a sede de justiça por que vêm clamando nos últimos dias. Estavam todos decididos a não deixar que ninguém saísse da fábrica sem que uma satisfação fosse dada, sem que algum dinheiro fosse pago ainda ontem. E segundo os comentários que nossa reportagem ouviu no local, ante o clima pesado de revolta de dezenas de pais e mães preocupados com a fome de seus filhos, a promessa da direção da fábrica foi de que seria pago o 13º salário, o restante do mês de novembro, além das férias de muitos que já estão vencidas. Tudo isto foi prometido aos operários que seria pago no último dia 10, o que não aconteceu, sendo que o pagamento normalmente sai no dia 25 de cada mês e o restante no dia 10.

A maioria dos operários estava pedindo ajuda para que as injustiças que estão acontecendo no interior da fábrica, como o clima de terror instaurado por Douglas Fabian sejam divulgadas. Disseram à reportagem que o diretor industrial chegou a por a mão no revólver e disse que atiraria se fizessem tumulto dentro da fábrica (Tribuna de Petrópolis, 23 de dezembro de 1981, p. 03).

Entre as categorias mencionadas pelos militantes da época como as mais destacadas nas lutas, aparecem os metalúrgicos, os têxteis e os bancários. Nestes últimos já se fazia presente o auxílio de militantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de outras cidades para organizar os piquetes em Petrópolis e vice-versa, tendo por objetivo não "queimar" a imagem de um bancário no seu local de trabalho.

Figuras como Aroldo (Bohemia) e João (Café Solúvel) foram ainda importantes na organização do Sindicato da Alimentação, recorda-se Zé Maria, que aponta também o apoio da esquerda local ao Sindicato dos Lapidários. No que se refere esta última categoria, uma peculiaridade institucional foi indicada por João Fabre dos Reis³¹, filho de pai lapidário e um dos rearticuladores do sindicato da categoria na primeira metade dos anos 1980. Segundo João, o primeiro sindicato dos lapidários foi fundado em 1963, tendo uma militância muito ativa, mas completamente desarticulada com o golpe de 1964³². No processo de retomada das lutas operárias, João e alguns companheiros refundaram um novo sindicato para representar a categoria no início dos anos 1980.



Assembleia dos professores realizada no Sindicato dos Têxteis
(Tribuna de Petrópolis, 9 de junho de 1984, p. 1)

31. Em audiência pública realizada pela Comissão da Verdade de Petrópolis na "Casa dos Conselhos" em 10 de dezembro de 2016, o ex-dirigente lapidário, membro da CMV-Petrópolis, contou um pouco da história da sua categoria – elementos retomados aqui. Vale destacar que João Fabre é membro da CMVP.
32. Com seus principais dirigentes indo buscar exílio em países como Cuba, Argélia, México e França.

Naturalmente diversas outras categorias também se mobilizavam tanto pelas pautas locais quanto pelas regionais e nacionais, como no caso da greve dos médicos (Tribuna de Petrópolis, 28 de abril de 1981, p. 01), dos professores estaduais (Tribuna de Petrópolis, 30 de março de 1982, p. 01), dos profissionais da Companhia Elétrica do Rio de Janeiro (CERJ) (Tribuna de Petrópolis, 26 de outubro de 1984, p. 02) e dos Correios (Tribuna de Petrópolis, 11 de maio de 1985, p. 01). Só no ano de 1982, por exemplo, aconteceram grandes movimentações de massa, a exemplo das professoras municipais que protestaram diante da Câmara de Vereadores e da prefeitura contra um baixo índice no reajuste salarial (Tribuna de Petrópolis, 06 de abril de 1982, p. 03) e dos profissionais da enfermagem, cuja passeata, partindo da Praça da Inconfidência, aglutinou 400 pessoas em protesto contra a onda de demissões na categoria (Tribuna de Petrópolis, 21 de dezembro de 1982, p. 01).



Passeata de profissionais da saúde ante onda de demissões
(Tribuna de Petrópolis, 21 de dezembro de 1982, p. 1)



Trabalhadores da CERJ em greve (Tribuna de Petrópolis, 26 de outubro de 1984,)

Nos movimentos grevistas promovidos pelos operários, Mario afirma ser comum que a paralisação de uma única fábrica importante fosse suficiente para que as conquistas se estendessem às outras.

Nesse sentido, um forte trabalho de base era fundamental para a gênese e a maturação de todos esses processos. Zé Maria lembra-se, por exemplo, da organização das comissões de trabalho na Celma, localizada no bairro Bingen^o Próxima desta estava a Dentsply, enquadrada na categoria dos metalúrgicos e que, por ter uma maioria de funcionárias mulheres era, segundo ele, a “a empresa que mais explorava em Petrópolis”.



Valdir Lima foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Petrópolis e uma das principais lideranças operárias da cidade nos anos 1980. Na foto à direita, aparece junto de outros dirigentes do sindicato ao defender, na imprensa, as reivindicações dos operários da Celma (Tribuna de Petrópolis, 17 de junho de 1984, p. 1; 21 de maio de 1985, p. 1)

As greves eram poderosas e a classe trabalhadora sabia disso.

A cidade foi surpreendida ontem com um movimento grevista entre algumas empresas de transportes coletivos. A greve, que não chegou a atingir a totalidade dos transportes coletivos, mas a paralisação de alguns ônibus não deixou de afetar de algum modo a vida de nossa cidade. Felizmente, tudo se resolveu a contento, mas vale aqui o registro, por quanto a greve, de pequenas proporções, deu para assustar, preocupando a todos (Tribuna de Petrópolis, 11 de abril de 1980, pág. 01).

E, como mencionado na parte anterior, não se pode esquecer de que, além de lutarem contra a classe empresarial, dona das fábricas e dos demais estabelecimentos, as trabalhadoras e os trabalhadores combativos ainda necessitavam enfrentar os chamados "pelegos" – que, de acordo com Eliete de Souza, mobilizavam o velho fantasma do anticunismo contra os militantes combativos. A militante aponta que um meio importante de se fazer essa luta, especialmente nos sindicatos tomados pelo peleguismo, era ir até as comunidades e discutir com os trabalhadores nos bairros a questão sindical, estimulando-os à luta pela tomada das entidades.



Rodoviários em assembleia (Tribuna de Petrópolis, 21 de dezembro de 1982, p. 1)

No Brasil desta época, pode-se dizer de forma simplificada que o movimento operário estava dividido entre de duas correntes: de um lado, a “Unidade sindical”, formada por setores sindicais “pelegos” e por militantes do PCB e PCdoB atuavam dentro da estrutura sindical oficial e evitavam enfrentamentos diretos ao regime, alegando que isso colocaria em risco o processo de transição rumo à redemocratização (SANTANA, 2003); por outro, um movimento mais amplo, integrado pelos chamados “sindicalistas autênticos” ou “novo sindicalismo”, comportando os elementos destacados a partir das greves dos metalúrgicos do ABC e agrupando, com o tempo, os sindicatos sob sua influência, e as oposições sindicais compostas por militantes de esquerda, egressos ou não da luta armada e aqueles ligados à igreja progressista, a exemplo da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Esse bloco, coluna vertebral do PT (fundado em 1980), defendia uma atuação para além da estrutura oficial dos sindicatos e o enfrentamento direto ao regime a partir das demandas dos trabalhadores.³³

Em nível local, porém, a questão se mostra mais complexa, sendo importante indicar que a questão da luta contra o peleguismo em Petrópolis não ficou restrita à

33. Os dois setores disputariam a hegemonia na I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em 1981. Ali, ambos se definiram pela fundação da CUT, o que ocorreria num congresso em agosto de 1983 a partir de iniciativa apenas dos setores combativos, contando com a presença de 5.059 delegados, representando 912 entidades (cuja base atingia mais de 12 milhões de trabalhadores). Em novembro de 1983, a “Unidade Sindical” realizou outro congresso, com 4.234 delegados de 1.243 entidades, optando, porém, por não fundar uma central. Apenas em 1986 fundam a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que ainda daria origem à Confederação Geral dos Trabalhadores e à Força Sindical. Os adeptos do “sindicalismo de resultados”, anticomunista e defensor da economia de mercado, enfrentariam a esquerda tradicional dentro da própria CGT, levando essa a migrar para a CUT, que, por sua vez, acabou se moderando, assumindo uma posição chamada de “sindicalismo propositivo”, marcada não pela confrontação direta, mas sim pela cooperação conflitiva. O grande marco das mudanças foi seu terceiro congresso nacional em 1988.



Mario da Costa Soares, à direita, ao lado do vereador, e seu amigo, Luiz Carlos Soares (PMDB)

luta de uma nova geração contra outra anterior. Mario Soares, por exemplo, quando trabalhou como porteiro no Edifício Bela-vista, reuniu ali alguns colegas para formar uma associação para defender a categoria, já que passavam por problemas como terem que pagar do próprio bolso pelo uniforme de trabalho, sofrerem constantemente com o desvio de função (tratados, por vezes, como empregados domésticos), não possuírem férias e ainda sofrerem com baixo salário. Os pouco mais de dez companheiros de Mario se reuniam até mesmo em bares para conversar e pensar a associação e, aos poucos, foram aglutinando mais pessoas de outros prédios, arrecadando verbas, etc. Mesmo com a imobiliária Adjuve realizando pressão sobre os condomínios para que se demitissem as pessoas envolvidas com a formação da entidade, conseguiram formar a associação em 1978 e conquistaram muitos desses direitos.

Tal associação, surgida a partir da base e com intensa amostra de capacidade de autoorganização dos trabalhadores, serviu de embrião para o Sindicato dos Porteiros,

surgido pouco tempo depois a partir da transformação formal da entidade. Todavia, já na segunda diretoria, o novo presidente do sindicato foi tomado, de acordo com Mario, pelas práticas do peleguismo, preferindo as negociações ao invés das lutas e se encastelando no sindicato sob influência das administradoras. Em torno dele se formou um grupo que não trabalhava em nada e ainda assim recebia o dinheiro do imposto sindical. Com isso o próprio Mario terminou por se afastar da entidade:

Virou um emprego. Eu nunca pensei que fazer parte de uma associação, fazer parte de um sindicato, formasse pra mim um emprego, rendimento. Eu nunca pensei isso: "ah eu quero salário". Não. Eu nunca pensei isso. Eu pensava em beneficiar os funcionários (..) e não eu me beneficiar com a ajuda da Adjuve, da Goldman, e de outras aí. Eu nunca pensei isso... Em ficar pegando migalhas e prejudicar meu colega de trabalho. Eu nunca pensei isso!

Eliete de Souza também vivenciou problemas com os chamados "pelegos" em sua própria categoria. Relatou um curioso caso: uma greve na Souza Cruz na qual o dirigente sindical de então mobilizou um piquete para tirar proveito da luta em

benefício próprio. Eliete, membro da oposição sindical, declarou abertamente para alguns sindicalistas que faziam piquete na porta da sua fábrica que o dirigente era contra o movimento e que por isso furaria o piquete, adentrando a fábrica. Na fábrica, o pelego acabou tendo de defender os trabalhadores para que aquele dia de trabalho dos que faltaram não fosse descontado, obtendo sucesso na reivindicação.

Um episódio marcante da luta "combativos" *versus* "pelegos" na cidade foi a disputa em torno da adesão ou não à greve geral convocada para o dia 21 de agosto de 1983 em solidariedade à luta dos trabalhadores do ABC paulista. O Conselho Sindical de Petrópolis, presidido por Pedro dos Santos, concluiu por rejeitar a participação na greve nacional, tentando justificar a decisão pelo fato de que a mesma seria "política", alegando que paralisar seria uma ação muito "radical". Na votação ocorrida no Conselho, a proposta de adesão, levada pelo Sindicato dos Metalúrgicos, foi derrotada por oito votos contra três e um em branco (Tribuna de Petrópolis, 17 de agosto de 1983, p. 01).

Outro segmento social que se destacou nas lutas dos anos 1980 foram os estudantes, desde as crianças até os universitários.

Logo no início da década, cerca de uma centena de estudantes da UCP levaram até o reitor da universidade um abaixo-assinado contendo 1.500 assinaturas de pessoas preocupadas com um possível aumento das mensalidades, oportunidade na qual aproveitaram para cobrar do Ministério da Educação e Cultura (MEC) mais verbas para a educação (Tribuna de Petrópolis, 27 de novembro de 1981, p. 01).

No mesmo ano a cidade viu também estudantes do Colégio Estadual Pedro II realizarem piquetes em protestos contra a mudança na diretoria da instituição, feita de forma arbitrária (Tribuna de Petrópolis, 20 de outubro de 1981, p. 01). Pauta parecida mobilizou, no ano seguinte, estudantes de outra unidade e, no dia 19 de



Estudantes da E.M. Augusto Pugnaroni protestam, na Câmara de Vereadores, contra a demissão da diretora da escola (Tribuna de Petrópolis, 19 de agosto de 1982, p. 1)

agosto de 1982, a mesma Tribuna (p. 01) indicava que as crianças da Escola Municipal Augusto Pugnali, localizada em Itaipava, entraram em greve e realizaram manifestações na Câmara dos Vereadores da cidade contra a demissão da diretora do colégio. Os estudantes contaram com o apoio da Associação dos Moradores e Amigos de Itaipava, Bonsucesso, Nogueira, Corrêas e Pedro do Rio: "as crianças queriam vir hoje de qualquer maneira e eu tive que acompanhá-las, para que não viessem sozinhas", disse uma dirigente comunitária (Tribuna de Petrópolis, 21 de



Protesto contra a interdição da Escola Carmen Nunes Martins
(Tribuna de Petrópolis, 2 de março de 1985, p. 1)



5 dias depois, 7 de março, o mesmo jornal, em sua primeira página, trazia a foto dos estudantes invadindo a Câmara dos Vereadores da cidade em prol do direito à educação

agosto de 1982). Também foi com o apoio de uma associação de moradores, dessa vez a do Itamarati, em que cerca de 150 pessoas, principalmente estudantes, protestaram em passeata contra a interdição da Escola Estadual Carmen Nunes Martins (localizada no bairro Ponte de Ferro), cujo prédio estava parado há quatro meses por decisão da prefeitura (Tribuna de Petrópolis, 02 de março de 1985, p. 01)

O caráter ditatorial da transição: perseguição política e repressão policial

Apesar da Ditadura Militar já estar formalmente no seu período de "distensão", durante a primeira metade da década de 1980 mantinha sua atuação repressiva, ainda que sob novas formas e muito mais acuada pela sociedade civil do que quando gozava de considerável base social, especialmente no empresariado e nos setores conservadores das camadas médias, conforme visto durante o "milagre econômico". A militância de esquerda vivia e sentia, porém, a ditadura na pele. A memória daqueles que lutaram no período o demonstra.

Alvaro Penalva, por exemplo, recorda-se de que o receio de infiltração entre ele e seus companheiros de movimento estudantil era um fantasma a atormentá-los cotidianamente. A questão não era só uma impressão, pois na época se percebia com frequência a presença de pessoas com a função de espionar as atividades, mesmo aquelas legalizadas, como as do PMDB. Em um desses episódios, Marcos Novaes, do PT, chegou a denunciar uma dessas figuras de imediato e em voz alta, fazendo com que fosse escorraçado de um evento em solidariedade à Nicarágua.

Documentos encontrados pela Comissão da Verdade de Petrópolis no fundo "Polícia Política" do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) atestam a justeza da preocupação dos militantes de então, pois revelam uma atividade sistemática de acompanhamento da esquerda por parte dos órgãos da repressão.

Vários comícios do Partido dos Trabalhadores foram minuciosamente observados e relatados por agentes da repressão. A Informação nº 65/81, da Secretaria de Estado de Segurança Pública, datada de 02 de outubro de 1981 apresentava detalhes do comício realizado pelo PT na Praça Dom Pedro II (centro de Petrópolis) no dia anterior, descrevendo as palavras de ordem mais invocadas, a quantidade de pessoas (oitenta), quem dirigia a atividade (Carlos Alberto Marques Novaes, presidente da executiva provisória do PT em Petrópolis), etc. No referido documento pode-se observar também que a vigilância acontecia desde antes da realização do ato, estando os órgãos de repressão devidamente informados de sua realização logo da convocação feita pelo PT. A informação nº 136/82-SRIE, de 13 de setembro de 1982, indica até mesmo a composição do diretório municipal do PT em Petrópolis, revelando os 25 nomes que o compunham. A Informação nº 031/81-SRIE, de 26 de maio de 1981, não deixa dúvidas sobre a espionagem, quando Reinaldo dos Santos, detetive inspetor, informou ao delegado do Serviço Regional de Investigações Especiais "que no dia do comício, estiveram presentes policiais deste SRIE".

A Polícia Federal manifestou preocupação ante o I Encontro Nacional de Centros de Defesa dos Direitos Humanos ocorrido na cidade sob a liderança do Grupo Ação Justiça e Paz, observando a presença de 90 entidades, acompanhando principalmente a entidade organizadora e suas lideranças, mas também vigiando as atividades do evento, registrando as lideranças envolvidas, etc (0275/82-SI/SR/DPF/6, 17 de março de 1982).

Qualquer ação contestatória dos/nos movimentos sociais poderia ser tida como suspeita. A Informação 075/81-SRIE da Secretaria de Estado de Segurança Pública, produzida no dia 26 de novembro de 1981, traz o detetive inspetor Silvano Gomes, da 67ª DP, relatando aos seus superiores os detalhes de uma passeata realizada pelos estudantes da UCP no centro de Petrópolis, em que se posicionavam contra o aumento das anuidades. Mesmo um conflito interno no Sindicato dos Têxteis, derivado da venda de grande parte do prédio que o sediava, foi detalhadamente observado por essa secretaria, conforme se pode observar na Informação nº 31/80, de 15 de agosto de 1980. Ali se menciona a participação de "setor específico" da 1ª Brigada do Exército no acompanhamento dos acontecimentos em questão.

Por vezes a atividade de espionagem era acompanhada da repressão aberta, apesar de menos frequente e direta como na década anterior, a exemplo da situação relatada por Eliete de Souza de quando ela foi forçada a entrar no carro do ex-vereador Paulo Ribeiro, jornalista e informante da ditadura que possuía em seu currículo a responsabilidade pela homenagem prestada a Dan Mitrione pela Câmara dos Vereadores nos anos 1970.

De acordo com Eliete o episódio teria acontecido entre 1981 e 1982, quando ela saía de uma reunião de um grupo de desabrigados. Ao se direcionar para o ponto de ônibus foi parada por um sujeito dirigindo um "fusca", que a fez adentrar ao veículo para, após arrancar começou a alertá-la sobre o perigo de estar ao lado de comunistas, aconselhando-a a se afastar deles, assim como fez questão de registrar que sabia da ocorrência da reunião. Como o tom do sujeito ficava cada vez mais agressivo, Eliete de Souza teve que sair do carro ainda em movimento quando este passava pela Rua 13 de Maio, no centro de Petrópolis. De acordo com a descrição que passou para seus companheiros ficou sabendo que a pessoa em questão chamava-se Paulo Ribeiro, sendo um conhecido informante do regime. A partir do episódio, o grupo teve que adotar algumas medidas de segurança, como mudar os locais das reuniões, andar em grupo, etc.

No caso de José Ramos, o primeiro presidente da associação dos porteiros da cidade, a pressão se tornou prisão. Mario Soares recorda-se de que seu amigo ficou preso no quartel de Petrópolis por cerca de uma semana. Os motivos? Por ser muito atuante na organização dos trabalhadores e fazer com frequência críticas ao regime foi acusado de pertencer a organização comunista, o que era, segundo Mario, falso. D í a posterior soltura, por falta de provas.

Outro líder da classe trabalhadora a sofrer o mesmo tipo de "acusação" por conta do destaque no sindicalismo foi Enivaldo Gonçalves. A situação abaixo

citada era, para Enivaldo, corriqueira nos anos finais da ditadura: “Nós eramos perseguidos o tempo todo. Em vários momentos nós fomos encaminhados para a delegacia de polícia. Só que eram prisões relâmpagos. daquelas que passávamos uma noite, prestávamos depoimentos e no dia seguinte de manhã eles soltavam.”

Em seu caso, porém, é sabido, pelas suas próprias palavras, que houve, por parte do regime ditatorial, o agravante da tortura (física e psicológica), como comentado anteriormente:

Nessa época (...) eu era um analfabeto político. Eu não sabia o que era célula comunista. Eu não sabia de nada disso. Eu tinha dezoito ou dezenove anos. Não sabia de nada disso. E os caras me interrogaram de duas da tarde até as dez da noite sob ameaça constante de tortura também. Em determinado momento eles tinham mandado buscar um lanche pra eles. Veio uma Coca-Cola. Tomaram a Coca-Cola. E aí o policial, o agente do SNI, passou a esquentar o gargalo da Coca-Cola e a passar no meu rosto para que eu dissesse o que eu não sabia. E ameaçava o tempo todo que iria tirar a minha roupa e enfiar a garrafa quente no anus. Me botaram num carro, deram uma volta comigo na cidade e me soltaram na Barão do Rio Branco.

Possivelmente foi no decorrer do episódio da greve que a barbaridade cometida pelos agentes do SNI aconteceu. Da greve geral surgiu a Informação nº 29/79-SRIE, de 26 de dezembro de 1979:

Constatamos que a greve é geral, estando todos os serviços paralisados. Que em frente à prefeitura encontravam-se dezenas de funcionários, com faixas e cartazes, tais como:

Só voltaremos a trabalhar com o pagamento em dia.

Prefeito come peru e os funcionários nem angu

Que o prefeito peça demissão ou sairá a supapão

A união faz a força...

À frente do portão da prefeitura estava sendo realizado um enterro simbólico do prefeito e vereadores, contendo inclusive velas tendo em sua volta diversas pessoas simulando estar rezando.

Pouco tempo depois, já no PT, o dirigente político seria detido com mais quatro companheiros numa madrugada quando colava cartazes contra a Ditadura Militar e em defesa de Lula nas ruas Teresa e Montecaseiros, tendo centenas de cartazes apreendidos. Todos foram liberados após serem ouvidos em cartório (processo E-09/029/8 1-SRIE/3CSP).

Enivaldo aí já trazia em sua memória não só as torturas sofridas por si mesmo, mas também pela família. Um quadro que girava principalmente em torno do irmão Vladimir Gonçalves, preso aos 13 anos e que liderava os meninos de rua na cidade, terminou por fazer sua irmã, ainda criança, vítima do sadismo dos agentes militares:

Ela era novinha. Eu me lembro de um dia que o policial entrou de manhã. Ela estava deitada ainda. Pulou da cama. E tava naquela fase de pré-adolescência, com os seios crescendo... e ela de camisolinha transparente. Eu me lembro do policial apertando os bicos do seio dela para ela dizer onde estava o irmão dela. Essa menina tinha onze anos de idade... doze. É o que eu me lembro. É o meu legado da ditadura.

A conjuntura na época era evidentemente perigosa, portanto. O próprio Gustavo Friça, aquele responsável por levar Enivaldo ao mundo da militância, teve que se afastar da cidade durante três meses por conta de questões políticas³⁴.

Um episódio de violência institucional que parece ter marcado muito a geração dos anos 1980 foi a questão de uma suposta cessão de terras para a construção de casas para os desabrigados. Eliete recorda da cessão de áreas na região do Alcobaça que não podiam ser usadas, pois estavam um local cheio de nascentes e sob proteção ambiental. O que, inclusive, fez a população da região se mobilizar em defesa dos mananciais, conforme citado anteriormente.

Ainda na questão da moradia, segundo a militante petista, até o desvio dos cadastros dos desabrigados chegou a ser feito, visando a adoção de uma política seletiva de se facilitar o acesso a casas somente para aqueles eleitoralmente alinhados com o governo. Certa vez, na ocupação realizada no Sítio Cebolinha, a polícia prendeu todos os moradores-ocupantes, fazendo com que Leonardo Boff e demais militantes que auxiliavam na mesma luta fossem imediatamente para a delegacia (então localizada na subida da Rua da 24 de maio) exigir que também fossem presos ou se libertasse todos. Com a prisão, outro grupo de militantes que havia ficado com a tarefa de acompanhar o caso contactaram figuras como Dom Paulo Evaristo Arns, Fernando Gabeira e Lucélia Santos, conseguindo produzir cobertura por parte da imprensa e uma grande mobilização de solidariedade. Todavia, mesmo quando os presos políticos foram libertos, dirigindo-se em passeata para a Câmara dos Vereadores, o movimento foi reprimido pelas forças policiais, com diversas pessoas sendo agredidas no episódio relatado também por Eliete.

Um dos fatores que teria dificultado a nova geração do PCB de estabelecer vínculos mais sólidos com um maior número de militantes das gerações anteriores (como comentado no início do capítulo) pode ter sido, segundo Penalva, o temor que havia entre os antigos militantes de que alguns poderiam ter sido delatores. A repressão durante os últimos anos do regime militar era, então, força ativa mesmo quando poderia não passar de um fantasma.

Assumia, outrossim, forma mais sutil também e, por vezes, com ativa colaboração de setores conservadores da sociedade.

O mesmo Penalva lembra-se de que algumas bancas de jornal da cidade rejeitavam vender os jornais da imprensa comunista o, quando o faziam deixando os exemplares ocultos.

34. De acordo com Enivaldo.

A Informação nº 011/82-SRIE da Secretaria de Estado de Segurança Pública, de 11 de março de 1982, revela que uma mesa redonda sobre a teologia da libertação, na qual Leonardo Boff dividiria espaço com vários teólogos de destaque de toda a América Latina, terminou por ser proibida de ser realizada no Centro de Cultura da Prefeitura de Petrópolis, numa situação que combinou a ação dos organizadores do local e o bispo Dom Manoel Cintra, citado no documento como "integrante da ala conservadora da igreja".

É importante ressaltar que na década de 1980 a repressão continuava a atingir a tudo e a todos, não só militantes politicamente organizados, inclusive de forma "preventiva". Mario Soares lembra de que, quando trabalhava em um condomínio, tinha, entre outras obrigações, a de entregar mensalmente na delegacia um livro com fichas no qual devia registrar os dados de todos os que passaram a morar ali – livro este que, após as fichas ficarem com a polícia, era carimbado e devolvido. Seu time de futebol, no qual era técnico, o Brasinha Futebol de Salão³⁵, era forçado, por conta de tal conjuntura repressiva, a entregar na delegacia uma lista com todos os membros da equipe sempre que estes fossem viajar para outra cidade, num ato de precaução ante possível risco de que viessem a ser encarados como suspeitos e acabassem presos por isso³⁶.



Mario da Costa Soares (de branco, à direita) e seu time, Brasinha Futebol de Salão
(Acervo de Mario Soares)

35. Fundado em 1977 e com atividade até o início dos anos 1990.

36. Mario, assim como Enivaldo, lembraram da repressão policial por motivos que em nada se relacionavam com a ação política. Lembra que ele e mais alguns amigos aguardavam transporte coletivo num ponto de ônibus então localizado na Rua Barão de Teffé quando então receberam a absurda ordem policial de que deveriam ficar andando ali sem parar e em direções opostas, pois não podiam ficar parados juntos. Um dos seus amigos, ao questionar o agente sobre os motivos daquilo, teve como resposta um tapa no rosto.

Como apontou o metalúrgico Zé Maria “A ditadura foi umas das épocas mais sofridas da classe operária...”.

A pesquisa realizada pela Comissão da Verdade de Petrópolis na documentação do Fundo Polícia Política do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro converge com as memórias dos militantes e do antigo líder operário acima citado no que se refere ao final do regime militar na primeira metade dos anos 1980: a repressão política e as violações dos direitos humanos continuaram a acontecer, ainda que de maneira muito mais velada e menos brutal do que na década anterior.

Relembrar as lutas políticas acontecidas nesses anos é uma maneira de contrastar esse aspecto negativo da história do Brasil, em que as forças armadas e policiais aparalheram o Estado em relação direta para com o grande empresário e os segmentos conservadores da sociedade, especialmente nas camadas médias, nas suas ações contra a classe trabalhadora. Se, de um lado, a repressão continuou ativa, por outro, a classe trabalhadora e os segmentos progressistas daquelas mesmas camadas médias levantaram-se e promoveram uma onda de protestos, fundamentais para o país sair daquela situação ditatorial de então e contribuir para os aspectos mais avançados da Constituição de 1988 ainda vigente e hoje, infelizmente, sob sérios riscos.

Que fique registrado para a história a participação do poder executivo municipal na repressão contra os trabalhadores nos anos 1980 ao lado de setores conservadores da sociedade local, mas também, em contrapartida, as lutas de milhares de petropolitanos e petropolitanas, cujo esquecimento não poderá mais ser tolerado – uma questão de memória, verdade e justiça. E que o presente relatório seja um estímulo para que outros pesquisadores e militantes continuem a investigar, descubram mais informações, pois o que aqui se revelou tem um caráter inicial e aproximativo da realidade dessa época.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Paula nascimento. *Lutas democráticas contra a ditadura*. In: REIS, D. A; FERREIRA, J (orgs). **As esquerdas no Brasil** (vol. III): revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BERTOLINO, Osvaldo. *30 anos da União da Juventude Socialista*. **Revista Princípios**, São Paulo, 2014, nº 131.
- COSTA, Hélio da. *O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas*. In: REIS, D. A; FERREIRA, J (orgs). *As esquerdas no Brasil* (vol. III): revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Diretas-Já: vozes das cidades*. In: REIS, D. A; FERREIRA, J (orgs). **As esquerdas no Brasil** (vol. III): revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GUERRA, Cláudio. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

- LEMOS, Renato. *Anistia e crise política no Brasil pós-1964*. Topoi, Rio de Janeiro, nº 5, p. 287-313, 2002.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARINI, Ruy Mauro. *Brasil: da ditadura à democracia, 1964-1990*. Disponível em <marxists.org/portugues/marini/1991/03/brasil.htm>. Acesso em: 12 ago. 2015.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo. *O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: notas sobre a produção de um movimento social*. In: REIS, D. A; FERREIRA, J (orgs). **As esquerdas no Brasil** (vol. III): revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NORONHA, Eduardo. *Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007*. **Lua Nova**, Vol. 76, p. 119-168, 2009.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática*. **Política & Sociedade**, v. 13, p. 279-309, 2008.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, nº 41, p. 103-120, 1999.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990*. In: FERREIRA, J.; DELGADO; L. A. N. **O Brasil republicano** (vol. IV) – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SANTOS, Theotonio dos. *Evolução história do Brasil: da colônia à crise da “Nova República”*. Petrópolis: Vozes, 1995.



Vítimas

Lista nominal de pessoas presas

Informações contidas na imprensa, arquivo público do Estado do Rio de Janeiro, arquivo da 67ª Delegacia de Polícia e em depoimentos prestados à Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis.

1. ADEJAIR TAVARES DOS REIS

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1966 – Caixa 3 nºs. 963 a 111 (Bol. indiv. de ocorrência)

Informações: Art. 13 da LSN – motorista.

Indiciamento: 30/03/1966 – Identificação: 30/03/1966

2. ADILSON MIGUEL DE CASTRO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

Fonte: Testemunho

Referência: Enivaldo Gonçalves

Informações: Petroleiro, cassado

3. ADRIANO

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB – Bohemia

4. AGENOR MOEBUS

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: Departamento de Correios e Telégrafo (DCT), incursos na LSN

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Bol. indiv. de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN

Indiciamento: 06/07/1964 – Identificação: 28/07/1964

5. AGOSTINHO ESCOSSIA DE ABREU

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB – [fábrica] Santa Irene

AGOSTINHO DE ABREU

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

6. AGOSTINHO JOSÉ DE ARAGÃO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Preso na 67ª Delegacia e solto após interrogatório

7. AIMÉE DE CÂNDIO

Fonte: APERJ

Referência: Municípios, 152-B

Informações: Detida, com termo de declarações em 1981

8. ALAYDE GONÇALVES TOSTA

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: ProntuárioRJ-21.679 (Rubem de Oliveira Xavier)

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 ofício 442

Informações: Denúncia de Wilson Madeira

ALAÍDE

Fonte: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Referência: (esposa de Rubens de Oliveira Xavier) Candu (Morin)

9. ALBERTO DA SILVA GRILLO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

10. ALCEBÍADES DE ARAÚJO ROMÃO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Prisão preventiva decretada (foragidos)

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Fonte: Prontuário RJ-22.036

Informações: Cúpula Comunista, Comitê Municipal Centro; Foragido. Cassado em 1969. Retornou a Petrópolis em 1971

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

DR. ALCEBÍADES DE ARAÚJO ROMÃO

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964-1966 Caixa 1 (Bol. processual Inquéritos instaurados abril de 1964)

Informações: E outros mais 56 acusados inclusos na Lei de Seg. Nacional;
Início: 13/04/1964

11. ALCIDES JOSÉ DE SOUZA

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cúpula Comunista, Comitê Municipal

ALCIDES JOSÉ DE SOUZA (CIDOCA)

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Candu (Morin)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário RJ-22.267

Informações: Depoimento em 06/05/64

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

12. ALCIDES PROENÇA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB – [fábrica] Cometa

13. ALENCAR THOMAZ GONCALVES

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Ex-foragido, capturado

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cúpula Comunista, Comitê Municipal Comissão Sindical do PCB;
Frações Sindicais do PCB –Textil: Dona Isabel

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário RJ-13.328

Informações: Foragido no começo de abril. Preso em 22/04/64; termos de declarações referentes a Paulo Toraldo; falecido em 28.05.1968

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 cont. ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

14. ALFREDO DA COSTA

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB - Estamparia Petropolitana (Gillete)

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

15. ALMIR NEUMANN

Fonte: CMVP

Referência: Testemunho de Almir Neumann à CMVP; Data: 25/11/2016; Local: Petrópolis

Informações: Ferroviário, preso na 67ª Delegacia por cerca de 7 dias.

ALMIR NEUMEN

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

Fonte: APERJ

Referência: Informação de depoimento no Pront. RJ – 22.048 (Manoel M L Ferreira)

16. ALVIM RODRIGUES DE SOUZA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

17. ALUISIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

18. AMAIR LEITE

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Prisão preventiva decretada (foragidos)

ALMAIR LEITE (NANA)

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB – Ferroviários

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

19. AMÉRICO NUNES

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 cont. ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

20. ANNA DOS SANTOS VIEIRA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

21. ANTONIO COELHO RIBEIRO

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1966 – Caixa 3 nºs. 963 a 111 (Bol. indiv. de ocorrência)

Informações: Art. 13 da LSN – Motorista – Indiciamento: 30/03/1966

Identificação: 30/03/1966

22. ANTONIO DA COSTA VILLELA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: De Cascatinha, incursos na LSN

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Operário Indiciamento: 06/07/1964

Identificação: 10/07/1964

23. ANTÔNIO DESSI (TOMÉ)

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB – Textil: São Pedro de Alcântara

24. ANTONIO DO VALE

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Prisão preventiva decretada (foragidos)

ANTONIO DO VALE (TONICO)

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Comissão Sindical do PCB Frações Sindicais do PCB – Textil -
Santa Irene

25. ANTONIO DUARTE NOGUEIRA FILHO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: De Cascatinha, incursos na LSN

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Aux. escritório Indiciamento: 06/07/1964

– Identificação: 25/07/1964

26. ANTONIO GONÇALVES PEYROTON

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964-1966 Caixa 1 (Bol. processual inquéritos remetidos abril de 1966); 1966 Caixa 3 nºs. 963 a 111 (Bol. indiv. de ocorrência)

Informações: Art. 13 da LSN – Motorista Indiciamento: 30/03/1966 – Identificação: 30/03/1966

27. ANTONIO LUIZ DE ALMEIDA

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

28. ANTÔNIO NICOLAU MURA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Prisão preventiva decretada (foragidos)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

29. ANTONIO PEREIRA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: Fábrica Dona Isabel, incursos na LSN

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Func. Público Municipal Indiciamento: 06/07/1964 – Identificação: 10/07/1964

30. ARACY FREITAS DE SOUZA

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

31. ARMÊNIO SILVEIRA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

32. ARNALDO GOMES PORTO JUNIOR

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

33. BRAZ RODRIGO DE SOUZA

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Comissão Sindical do PCB Frações Sindicais do PCB – Dona Isabel

34. BOLIVAR MIRANDA

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Informações: Consta também na relação dos elementos comunistas processados na LSN cf. Prontuário Saul Alves de Quadros; jornalista e representante da Globo em Petrópolis

35. CARLOS ALBERTO MARQUES NOVAES

Fonte: APERJ

Referência: Municípios, 152-B

Informações: Detido, com termo de declarações em 13/02/1981

36. CARMÉLIO SILVEIRA DE SOUZA

Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Func. Público Municipal Indiciamento: 06/07/1964 – Identificação: 23/07/1964

37. CLAUDIO ALVICO DUARTE

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Func. Público Municipal Indiciamento: 06/07/1964 – Identificação: 10/07/1964

38. CRISTALINO RODRIGUES FRAZÃO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

39. DANIEL

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB – Santa Irene

40. DARCY MARQUES

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

41. DAVID XAVIER MENDES

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964; 14/12/1965

Informações: Do DCT, incursos na LSN Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário RJ- 21.608

Informações: Preso em 16.04.64. Depoimento em 16.04.64 e 07.07.64

42. DEJAIR VIEIRA DE SOUZA

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1966 – Caixa 3 nºs. 963 a 111 (Bol. indiv. de ocorrência)

Informações: Art. 13 da LSN – Motorista Indiciamento: 30/03/1966 – Identificação: 30/03/1966

43. DELSON FERREIRA DE FREITAS

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Operário Indiciamento: 06/07/1964 – Identificação: 13/07/1964

DELSON FERREIRA DE FREITAS

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: Do Corpo de Bombeiros, incursos na LSN

44. DÍDIMO PEREIRA MACEDO

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário RJ-22.077

Informações: Depoimento em 13/05/64

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

DÍDIMO

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB – Ferroviários

45. DÍDIMO QUIRINO DE MELO

Fonte: Testemunho

Referência: Testemunho de Enivaldo Gonçalves

Informações: Trabalhador têxtil da Fábrica São Pedro de Alcântara

46. DJALMA COSMO DA COSTA

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

DJALMA COSMO COSTA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

47. DOMINGOS ANTUNES SIQUEIRA

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB- Estamparia Petropolitana (Gillete)

48. DURVAL PIMENTEL

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

49. EDGARD FRANCISCO MARCOLINO (NENEM)

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB – Metalúrgico

Fonte: APERJ Municípios, 152-B

Informações: Preso em 11/05/1964. Termo de declarações de 12/05/1964

50. EDUARDO POMIM

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

51. EFIGÊNIO FERREIRA DA SILVA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB –Cascatinha

52. EGIDIO GIOIA

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário RJ- 23.077 (Fernando José de Barros)

Informações: Santa Irene. Italiano. Prisão: 14/04/1964

53. ELPIDIO LINO

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Tecelão Indiciamento: 06/07/1964 –

Identificação: 13/07/1964

ELPIO LINO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: De Cascatinha, incursos na LSN

54. ELZO GONÇALVES MOTA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

ELSO GONÇALVES MOTTA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: Da Fabrica Dona Isabel, incursos na LSN

ELZO GONÇALVES

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Operário Indiciamento:
06/07/1964 – Identificação: 11/07/1964

HELZO GONÇALVES MOTA

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Dona Isabel

55. ENIVALDO GONÇALVES

Fonte: APERJ

Referência: Municípios, 152-B

Informações: Detido, com termo de declarações em 13/02/1981

56. EUCLIDES RAPOSO

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Tecelão Indiciamento: 06/07/1964 –
Identificação: 10/07/1964

57. EUGÊNIO MAGALHÃES

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

58. EVANILDA MARIA DE SOUZA MATTOS

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Operária Indiciamento: 06/07/1964 –
Identificação: 28/07/1964

59. EVANIR JOSÉ DE OLIVEIRA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: Fábrica Dona Isabel, incursos na LSN

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Operário Indiciamento: 06/07/1964 –
Identificação: 28/07/1964

EVANIR JOSÉ DE OLIVEIRA (DEVANIR)

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB – Dona Isabel

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário RJ- 22.994

Informações: Detido em 24.04.64 e solto posteriormente.

60. FABRÍCIO ALVES DE QUADROS

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964; Diário de Petrópolis 12/03/1965

Informações: Prisão preventiva decretada (foragidos); Preso. Comitê Municipal do Partido Comunista

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cúpula Comunista, Comitê Municipal

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário GB-699

Informações: Foragido. Asilado até janeiro de 1965. Apresentou-se ao juiz da 3ª Vara Criminal.

FABRÍCIO ALVES DE QUADROS

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1965 – Caixa 1; 1965 – Caixa; 1965 – LIVROS

Informações: “... infração da Lei de Segurança do Estado”. Obs.: “Devidamente recolhidos à cadeia pública em 11 de Março de 1965”; “... presos políticos, sobretudo dotados de enfermidade grave”; Incursos nos artigos 2º, item III, 7, 9, 10 e 13 da Lei de Segurança Nacional.

Fonte: Testemunho

Referência: Maria Alves de Quadros, filha. Testemunho prestado à Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis em 11/06/2016.

Informações: Teria sido preso em 06/01/1965, depois de apresentar-se ao juiz Paulo Gomes da Silva (3ª Vara Criminal) De lá foi conduzido à Delegacia e, após, levado preso (sem conhecimento da família) para Niterói, onde ficou preso, incomunicável e sem paradeiro conhecido pelos familiares por quase 3 meses.

61. FERNANDO JOSÉ DE BARROS

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964; 14/12/1965

Informações: Do DCT, incursos na LSN Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

FERNANDO BARROS

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB-Correios

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário-RJ 23.077

Informações: Preso em 05.07.64 e 23.11.64. Termo de declarações em 26.11.64

62. FLAUSINO ANTÔNIO DO VALE

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB – Estamparia Petropolitana (Gelei)

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

63. FLAUZINO ANTONIO DOS SANTOS

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indicados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

64. FLÁVIO MOREIRA DA COSTA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

65. FLÁVIO

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB-Metalúrgico

66. FLOREAL GARCIA

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário RJ-1.607; RJ – 2243

Informações: Preso em 3.01.64 pelo 1o.BC: em 9.04 (Niterói); em 22.04 e 19.05.64 (Petrópolis); 09.02.1973 (Niterói); termo de declarações em 09.04 (Niterói), 22.04 e 19.05.64 (Petrópolis); em 09.02.1973 (Niterói); termo de informações: 09.02.1973; Encaminhado Niterói. Informe relativo pedido de busca 410/65

DR. FLOREAL GARCIA

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cúpula Comunista, Comitê Municipal

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

67. FRANCELINO SEABRA DA ROSA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964; 14/12/1965

Informações: Do DCT, incursos na LSN; Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Func. Público Municipal Indiciamento: 06/07/1964 – Identificação: 28/07/1964

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário-RJ 21.434

Informações: Preso em 16.04.64.

68. FRANCISCO GUIMARÃES XIMENES

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Prisão preventiva decretada (foragidos)

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário GB-45791; RJ-22.242

Informações: Cassado em 1969

69. FRANCISCO MATEIRA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: Fábrica Dona Isabel, incursos na LSN

FRANCISCO MATEIRA ou MOTEIRA

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Operário Indiciamento: 06/07/1964
– Identificação: 28/07/1964

70. FRANCISCO WALTER DE SOUZA MOTTA

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

71. GENEZIO EXPEDITO DA SILVA

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário 21.093 (Saturnino da Silva)

Informações: Informe CENIMAR. Relata prisão de Genezio no DOPS do Rio de Janeiro logo após o golpe.

72. FRANCISCO WALTER DE SOUZA MOTTA

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB-Correios-Lapidários

73. GERALDO PIMENTEL

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Prisão preventiva decretada (foragidos)

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cúpula Comunista, Comitê PCB

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Informações: Asilado no México

74. GILBERTO MONTEIRO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

75. GIOVANNANGELO RIZZO

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Operário Indiciamento: 06/07/1964 –
Identificação: 28/07/1964

GIOVANGELO RIZZO (CIONANGELO)

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964; 14/12/1965

Informações: Do DCT, incursos na LSN Presos na 67 Delegacia e soltos após interrogatório

76. GUSTAVO FRIAÇA

Fonte: Testemunho de Enivaldo Gonçalves

Informações: Membro do Grupo Ação, Justiça e Paz

77. HELIO PAULINO NEVES

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67 Delegacia e soltos após interrogatório

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Fernando José de Barros

Informações: Cia Petropolitana; Prisão em 11/04/1964.

78. HERCÍLIO SOARES DE REZENDE

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 06/08/1964; 13/10/1964

Informações: Habeas Corpus concedido pelo STM; Prisão preventiva decretada pelo juiz Paulo Gomes da Silva

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cúpula Comunista, Comitê PCB

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário RJ-21.558

Informações: Preso em 3.04.64; encaminhado ao DOPS Niteroi em 05.04; enviado a Petrópolis em 19.05.64; depoimento em Petrópolis, 24.05.64

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 cont. ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

79. IGIDIO GIORGIA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

80. IRINEU JOSÉ FERREIRA

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Tecelão Indiciamento: 06/07/1964 – Identificação: 28/07/1964

81. ISMAEL GALDINO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Ex foragido, capturado

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cúpula Comunista, Comitê PCB

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário RJ-21.070

Informações: Preso em 28.04.64; depoimento em 13.05.64

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

82. IVAN DE CARVALHO

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Tecelão Indiciamento: 06/07/1964 –
Identificação: 28/07/1964

83. JOACY ALVES DA MOTTA

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Operário Indiciamento: 06/07/1964 –
Identificação: 28/07/1964

84. JOACY LIPPI

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Operário Indiciamento: 06/07/1964 –
Identificação: 28/07/1964

85. JOÃO ALFREDO PEREIRA DA SILVA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Ex foragido, capturado

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Ferroviários

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário RJ-22.025

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1966 Caixa 3 nºs. 963 a 111 (Resposta a ofício da Estrada de F. Leopoldina à Delegacia de Petrópolis)

Informações: Entrada: 22/04/64; Baixa: 13/06/64 (“após o regresso do Batalhão”)

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

86. JOÃO ANÉZIO DE OLIVEIRA

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Organização de base (Centro)

JOÃO ANESIO DE OLIVEIRA

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

87. JOÃO BAPTISTA BARROSO

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário RJ-24.064

Informações: Preso em 06.05.64. Termo de declarações em 09.05.64.

88. JOÃO CRISPIM PIMENTEL

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Prisão preventiva decretada (foragidos)

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cúpula Comunista, Comitê PCB; Frações Sindicais – Lapidários

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário RJ-22.025

Informações: Foragido e asilado no México

JOÃO

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Lapidários

89. JOÃO FURTADO DE OLIVEIRA

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Operário Indiciamento: 06/07/1964 –
Identificação: 28/07/1964

90. JOÃO GONÇALVES DA SILVA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: Do Corpo de Bombeiros, incursos na LSN (líder)

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Operário Indiciamento: 06/07/1964 –
Identificação: 28/07/1964

91. JOÃO JACINTHO DA SILVA

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Fernando José de Barros

Informações: Ferroviário da Leopoldina; data do boletim de prisão: 15/04/1964

92. JOÃO PEDRO BERNARDO WECKMULLER

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Ferroviários

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário: RJ-22.107

Informações: Preso em 06.10.64; novamente em 28.06.65; Depoimento em 15.05.1964 e 26.08.1965

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 cont. ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

JOÃO PEDRO BERNARDO WICKMULLER

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Ex foragido, capturado

93. JOÃO RABELLO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis, 25/11/1964

Informações: Do DCT, incursos na LSN

94. JOÃO REBELLO

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Operário Indiciamento: 06/07/1964 –
Identificação: 28/07/1964

95. JOÃO RIBEIRO DOS SANTOS

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis, 25/11/1964

Informações: De Cascatinha, incursos na LSN

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Operário Indiciamento: 06/07/1964 –
Identificação: 28/07/1964

96. JOÃO SIQUEIRA DOS SANTOS

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

97. JOAQUIM

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: De Cascatinha – Metalúrgico

98. JOAQUIM RAMALHO FILHO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964; 14/12/1965

Informações: Fábrica Dona Isabel, incursos na LSN Presos na 67ª Delegacia e
soltos após interrogatório

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Operário Indiciamento: 06/07/1964 –
Identificação: 28/07/1964

JOAQUIM RAMALHO

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB – Dona Isabel

99. JOSÉ AQUINO DE SANTANA

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – página 798, ofício 206

Informações: Guarda-linha da Companhia Brasileira de Energia Elétrica – CBEE.
Presidente do Sindicato, detido em Secretário: 1º/05/1964

100. JOSÉ BENEDITO DA SILVA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB Santa Irene

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Fernando José de Barros

Informações: Operário da Fábrica Santa Irene; data do boletim de prisão: 11/04/1964

101. JOSÉ CARDINELLI

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Ferroviários

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 cont. ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito
nº 49/64 da DP de Petrópolis)

102. JOSÉ DE ARAUJO ARANHA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Prisão preventiva decretada (foragidos)

JOSÉ ARAUJO ARANHA

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cúpula Comunista, Comitê PCB

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário: RJ-21.076

Informações: Preso em 05.04.64; Depoimento em 09.05.64; Encaminhado a Niterói (consta na lista de presos no Estádio Caio Martins/Niterói)

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

103. JOSÉ DOS SANTOS

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

104. JOSÉ DOS SANTOS OLIVEIRA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: Fábrica Dona Isabel, incursos na LSN

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Operário Indiciamento: 06/07/1964 – Identificação: 28/07/1964

105. JOSÉ FRANCISCO CACILHAS FILHO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: Do DCT, incursos na LSN

106. JOSÉ FRANCISCO COCILHOS

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Func. Público Municipal Indiciamento: 06/07/1964 – Identificação: 28/07/1964

107. JOSÉ FREITAS

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB Santa Irene

108. JOSÉ GERALDO LOPES

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cúpula Comunista, Comitê PCB

109. JOSÉ INACIO NETTO

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Operário Indiciamento: 06/07/1964 – Identificação: 28/07/1964

110. JOSÉ JACINTHO DA SILVA

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Saturnino da Silva

Informações: “... prestaram depoimento mas não foram indiciados...”.

111. JOSÉ MAIA JUNIOR

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Operário Indiciamento: 06/07/1964 – Identificação: 28/07/1964

112. JOSÉ MOZART DE MEDEIROS

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Operário Indiciamento: 06/07/1964 – Identificação: 28/07/1964

113. JOSÉ NICOLAU BRÁS

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

114. JOSÉ PARADELLA NETTO

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Ferroviários

JOSÉ PARADELA NETTO

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: Imprensa

Referência: Prisão preventiva decretada (foragidos)

Informações: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

115. JOSÉ PEDRO DE SOUZA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

116. JOSÉ PEDRO DE ARAÚJO

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1966 – Caixa 3 nºs. 963 a 111 (Bol. indiv. de ocorrência)

Informações: Art. 13 da LSN – Motorista Indiciamento: 30/03/1966 – Identificação: 30/03/1966

117. JOSÉ PEREIRA PAULINO

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Ferroviários

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

118. JOSÉ PINTO FIGUEIREDO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Operário Indiciamento: 06/07/1964 –
Identificação: 28/07/1964

119. JUAN LEVY

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Fernando José de Barros

Informações: Agricultor de Pedro do Rio; boletim de prisão: 27/08/1964

120. JUAREZ DE AZEVEDO ALMEIDA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964; Diário de Petrópolis 12/03/1965

Informações: Prisão preventiva decretada (foragidos); Preso. Dirigente Sindical

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário: RJ-22.821

Informações: Preso em 12.03.65; 05.05.67; 13.12.72; Depoimento em 19.04.65;
Termo de declarações em 04.12.72

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1965 – Caixa 1; 1965 – Caixa 2.

Informações: "... infração da Lei de Segurança do Estado". Obs.: "Devidamente recolhidos à cadeia pública em 11 de Março de 1965"; "... presos políticos, sobretudo dotados de enfermidade grave" (grifo nosso); Incurso nos artigos 2º, item III, 7, 9, 10 e 13 da Lei de Segurança Nacional.

121. KRONENBERGER

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Lapidários

122. LAFAYETTE DE SOUZA RAPOSO

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Fernando José de Barros

Informações: Ferroviário da Leopoldina; data do boletim de prisão: 07/04/1964

LAFAYATE DE SOUZA RAPOSO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

123. LAURIDES BARBOSA DOS REIS

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Ferroviários

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Informações: Termo de declaração no prontuário de João Weckmuller.

LAURIDES BARBOSA REIS

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – página 709, 710, 711 ofício 292

Informações: Lei de Segurança Nacional, 22/05/1964.

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

124. LEO QUADRIO NETO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: De Cascatinha, incursos na LSN (líder)

LEO QUADRIO NETTO

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário-RJ 23.214

Informações: Preso em 05.07.64. Depoimento em 07.07.64

125. LUIS GALDINO DE OLIVEIRA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

126. LUIZ CARDOSO DE LEMOS

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Ex-foragido, capturado

LUIZ CARDOSO DE LEMOS (LUIZINHO)

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Comitê PCB; Comissão Sindical Cometa

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

LUIZ CARDOSO DE LEMOS

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário-RJ 14.123

LUIZ CARDOSO DE LEMOS

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964-Estante II. Ofício 407, de 16.06.64

Informações: Recolhido com outros na cadeia pública

127. LUIZ FRANCISCO MONTEIRO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Prisão preventiva decretada. Ex-foragido. Preso. Comitê Municipal

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cúpula Comunista, Comitê PCB

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1965 – Caixa 2; 1965 – LIVROS.

Informações: Incurso nos artigos 2º, item III, 7, 9, 10 e 13 da Lei de Segurança Nacional

128. MANOEL BERNARDO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964; 14/12/1965

Informações: De Cascatinha, incursos na LSN; Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Fernando José de Barros

129. MANOEL CORRÊA CESÁRIO

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Fernando José de Barros

Informações: Fábrica Santa Irene; Prisão em 14/04/1964

MANOEL CESÁRIO

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Santa Irene

MANOEL CORREA

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Santa Irene

130. MANOEL DE ALMEIDA CESÁRIO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

131. MANOEL DE ALMEIDA PINTO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

132. MANOEL FERREIRA DE CARVALHO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: Do Corpo de Bombeiros, Incursos na LSN

133. MANOEL GONÇALVES VEIGA NETTO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: Fábrica Dona Isabel, incursos na LSN

134. MANOEL LUIZ RODRIGUES MARCELLO

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Saturnino da Silva

Informações: Termo de declarações em 02.05.1964

135. MANOEL MARIA LEAL FERREIRA

Fonte: Imprensa

Referência: Imprensa Referência: Diário de Petrópolis, 13.10.1964

Informações: Ex-foragido, capturado

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário: RJ-22.048

Informações: Preso em 22.04.64; Termo de declarações em 02.05.64 e em 13.05.64; Membro do PSB e dirigente da Sociedade dos Amigos do Alto da Serra

136. MANOEL MEDEIROS DE SOUSA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

137. MANOEL MUNIZ PEREIRA

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

138. MANOEL OSÓRIO DA SILVA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

139. MANOEL PEREIRA LIMA

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1966 – Caixa 3 nºs. 963 a 111 (Bol. indiv. de ocorrência)

Informações: Art. 13 da LSN – Motorista Indiciamento: 30/03/1966 – Identificação: 30/03/1966

140. MANOEL RAPOSO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: De Cascatinha

141. MANOEL RODRIGUES BARCELOS

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

142. MANOEL SEVERINO DE OLIVEIRA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

143. MARIA ELIZABETH R. BARBOSA

Fonte: APERJ

Referência: Municípios, 152-B

Informações: Detida, em 13/02/1981

144. MARIA ZILLIG ou MARILIA ZILLIG

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Informações: Consta do prontuário de João Pedro Weckmuller.

145. MARIO MATEUS DE LOURDES

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

MÁRIO MATEUS DE LURDES

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Prisão preventiva decretada (foragidos)

146. MILTON SOARES

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Metalúrgicos

147. MURA

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cúpula comunista

148. NATAEL BARBOSA DE QUEIROZ

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Prisão preventiva decretada (foragidos)

149. NELSINO NUNES DA COSTA

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Func. Público Federal Indiciamento:
06/07/1964 – Identificação: 14/07/1964

150. NELSON CORRÊA DE OLIVEIRA

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Informações: Nome consta na lista dos presos no Estádio Caio Martins.

NELSON CORREA DE OLIVEIRA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Prisão preventiva decretada (foragidos)

151. NELSON JOSÉ BECK

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: Do DCT, incursos na LSN

152. NELSON NUNES DA COSTA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: De Cascatinha, incursos na LSN

153. NILO CANELA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Prisão preventiva decretada (foragidos)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário GB-20644

Informações: Membro do Comitê estadual do PCB

154. NILTON FERREIRA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

155. NILTON RODRIGUES DOS SANTOS

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

156. NILTON ÚRSULA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Ex-foragido, capturado

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cúpula Comunista Têxtil

NILTON URSULA

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário RJ-21.119

Informações: Preso em 9.04.64, Niterói; Termo de declarações em Niterói aos 13.05.64; Depoimento em Petrópolis aos 19.05.64

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

157. OCIMAR NUNES AGRA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: Fábrica Dona Isabel, incursos na LSN

158. OSCAR CORREA PINTO JUNIOR

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

159. OSMAR ALVES DE OLIVEIRA

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Santa Irene

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 699,700, 701 ofícios 302,303,304

Informações: Lei de Segurança Nacional, 22/05/1964

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – página 577 ofício 442

Informações: Denúncia de Wilson Madeira

160. OSMAR PEREIRA DA SILVA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações sindicais: São Pedro de Alcântara

161. OSMAR PEREIRA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Ex foragido, capturado

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Fernando José de Barros

Informações: Ferroviário da Leopoldina; data do boletim de prisão: 14/05/1964

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indicados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário RJ-23.098

Informações: Preso em Petrópolis aos 01.05.64; Depoimento aos 13.05.64

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – página 577 ofício 442

Informações: Denúncia de Wilson Madeira

162. OSWALDO LOPES NEVES

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: (Falecido) Ferroviários

163. OTACÍLIO

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Metalúrgico

164. PASCHOAL MATHEUS

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: Do DCT, incursos na LSN

165. PASCHOAL URSULA

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indicados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

166. PAULO ALVICO DUARTE

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: Do Corpo de Bombeiros, incursos na LSN

167. PAULO DO VALLE ALBERNAZ

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Caixa 1 (Boletim individual de ocorrência)

Informações: Indiciados no Art. 24 LSN – Tecelão Indiciamento: 06/07/1964 –
Identificação: 14/07/1964

168. PAULO JOSÉ DOS SANTOS

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 687,689 ofícios 314, 316

Informações: Lei de Segurança Nacional. 23/05/1964

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

169. PAULO PEDRO TORALDO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964; 14/12/1965

Informações: De Cascatinha, incursos na LSN; Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cúpula Comunista, Comitê PCB Comissão Sindical do PCB Cascatinha

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964-1966 Caixa 1 (Boletim processual de Inquéritos Remetidos em Julho de 1964)

Informações: Lei de Segurança Nacional – Início: 23/06/1964

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário-RJ 20.982

Informações: Boletins de preso em 11.04.64, 28.04.64 e 22.06.64 em Petrópolis. Anotado no verso do boletim de 28.04, por Wilson Madeira, a cooperação de um funcionário do posto de identificação para com este e outros presos. Depoimento em 03.07.64

170. PAULO VALLE DE AZEVEDO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: Do Corpo de Bombeiros, incursos na LSN

171. PEDRO LOPES NEVES

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964; 06/08/1964

Informações: Prisão preventiva decretada (foragidos); Habeas Corpus

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cúpula Comunista, Comitê PCB Comissão Sindical do PCB Têxtil – Ferroviários

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário RJ-15.079

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Saturnino da Silva – Informação de agente secreto (“AGENTE RJ 49”) ao Diretor Chefe do Setor (DPPS/11ª Reg. Policial – S. Secreto)

Informações: Informa morte de Pedro L. Neves, indicando que esta teria ocorrido em decorrência de torturas praticadas “na delegacia”

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1965 – Caixa 1 – Caixa 1 – nº 156; 1965 – Caixa 2; 1965 – LIVROS

Informações: “... infração da Lei de Segurança do Estado”. Obs.: “Devidamente recolhidos à cadeia pública em 11 de Março de 1965”; “... presos políticos, sobretudo dotados de enfermidade grave” (grifo nosso); Incursos nos artigos 2º, item III, 7, 9, 10 e 13 da Lei de Segurança Nacional

Fonte: Testemunho

Referência: Maria Alves de Quadros, prestado à Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis em 11/06/2016

Informações: De acordo com o testemunho de Maria Alves de Quadros, prestado à Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis em 11/06/2016, preso no mesmo momento em que Fabricio Alves de Quadros.

172. PRAVITZ

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: [fábrica] Bohemia

173. REGINALDO FARIA DE JESUS

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964; 14/12/1965

Informações: Fábrica Dona Isabel, incursos na LSN (líder); Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964-1966 Caixa 1 (Bol. processual inquéritos instaurados agosto de 1964; Bol. processual inquéritos remetidos nov. de 1964; Bol. processual inquéritos remetidos dez. de 1964; Bol. processual inquéritos remetidos junº de 1966)

Informações: (E outros) LSN; Art. 24, LSN Início: 23/06/1964

174. ROBERTO DE SOUZA MELLO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: De Cascatinha, incursos na LSN

175. ROMANO ZAMPERINE

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

176. RUBENS AUGUSTO DA SILVA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: Fábrica Dona Isabel, incursos na LSN

177. RUBENS DE OLIVEIRA XAVIER

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964; Diário de Petrópolis 06/08/1964

Informações: Ex -foragido, capturado; Habeas-Corpus

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cadu (Morin)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário RJ-21.679

Informações: Preso em 11.04.64; Depoimento em Petrópolis aos 19.05.64; Termo de declarações em 11.04.64

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

178. RUBENS GUAYER WANDERLEY

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Informações: Foragido; ligação com o Comitê Estadual do PCB

RUBENS GUAYER WANDERLEY

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Prisão preventiva decretada (foragidos)

179. SATURNINO DA SILVA

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cúpula Comunista – Comissão Sind. PCB Ferroviários

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário RJ-21.093

Informações: Preso em 22.04.64; mas há ref. prisão em 16.04.64 cf. SSP-RJ; Termos de declarações datados de 07.07.64 e 17.07.64

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis, 06/08/1964 e 13/10/1964

Informações: Habeas Corpus concedido pelo STM; Prisão preventiva decretada pelo juiz Paulo Gomes da Silva

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1964 – Estante II – páginas 557 ofício 442

Informações: Denunciado por Wilson Madeira

180. SAUL ALVES DE QUADROS

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964; Diário de Petrópolis 12/03/1965

Informações: Prisão preventiva decretada (foragidos); Asilado político no Uruguai

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cúpula comunista, Cascatinha

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário: RJ-22.024

Informações: Preso em 15.02.67; Depoimento em Niterói, aos 15.02.67; em Petrópolis, aos 20.02.67

181. SEBASTIÃO ADRIANO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

182. SEBASTIÃO DA COSTA MESQUITA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

183. SEBASTIÃO DE FREITAS

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 25/11/1964

Informações: De Cascatinha, incursos na LSN

184. SEBASTIÃO GOMES SOARES

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Prisão preventiva decretada (foragidos)

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cúpula Comunista, Frações Sindicais do PCB : Têxtil

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário RJ 22.243

185. SEBASTIÃO JOSÉ DE ARAÚJO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

186. SEBASTIÃO REIS DE OLIVEIRA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

187. SERAFIM DE PAULA RODRIGUES FILHO

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações sindicais do PCB: Santa Irene

188. SÉRGIO MARC CORD

Fonte: APERJ

Referência: Municípios, 152-B

Informações: Detido, com termo de declarações em 13/02/1981

189. SILLAS DO VALE CARDOSO

Fonte: APERJ

Referência: Municípios, 152-B

Informações: Preso, com. Termo de declarações em 12/04/1964.

190. SYLVIO CAVALEIRO LAGO

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

191. WALDIR FURTADO DA COSTA

Fonte: Acervo da 67ª DP – AH/MI

Referência: 1966 – Caixa 3 nºs. 963 a 111 (Bol. indiv. de ocorrência)

Informações: Art. 13 da LSN – Motorista Indiciamento: 30/03/1966 – Identificação: 30/03/1966

192. WALDIR RAEDER

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

193. WALTER FURTADO DA COSTA

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

194. WALTER KUNH DE AMORIM

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

195. WALTER MOTA

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 13/10/1964

Informações: Prisão preventiva decretada (foragidos)

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Cúpula Comunista

196. WANIR SANTOS

Fonte: APERJ

Referência: Departamento de Polícia Social (Comunismo-78)

Informações: Frações Sindicais do PCB : Santa Irene

197. WILSON REIS

Fonte: APERJ

Referência: Prontuário de Dídimo Macedo (Relação dos indiciados no inquérito nº 49/64 da DP de Petrópolis)

198. WLADIMIR ALVES DE QUADROS

Fonte: Imprensa

Referência: Diário de Petrópolis 14/12/1965

Informações: Presos na 67ª Delegacia e soltos após interrogatório

Os nomes que se referem à mesma pessoa, encontrados grafados de maneiras distintas em diferentes fontes, foram repetidos tais quais estavam em cada fonte, porém sem alterar a numeração. Nesses casos, a forma de escrita considerada mais correta do nome foi mantida na posição superior, em negrito e ao lado do número correspondente.

Instituições, leis e agentes da repressão em Petrópolis

No município existiram, no período de 1964 a 1975, três grandes instituições incumbidas de garantir a ordem: a 67ª Delegacia de Polícia, incluída na 11ª Região Policial (Petrópolis, Teresópolis); o poder judiciário, representado pela promotoria federal e o juizado da 3ª Vara Criminal; e finalmente o 1º Batalhão de Caçadores ou batalhão Pedro II que em 1973 foi transformado em 32º Batalhão de Infantaria, subordinado a 1ª Brigada de Infantaria Motorizada, instalada em Petrópolis em 1975.

A repressão política direta era uma responsabilidade do Setor da DOPS (depois DPPS), vinculado à 67ª D.P. como um Setor e, portanto, responsável tanto à delegacia como à DOPS/DPPS da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói. O 1º B.C., por seu lado, atuava na repressão por meio do Serviço Secreto ou Seção 2 (S-2), subordinado ao comando do mesmo e, a partir de 1975, com a participação direta da S-2 da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada.

A Promotoria pública e a 3ª Vara Criminal encaminhavam a fase judicial do processo, geralmente endossando *ipsis literis* a posição da DOPS e da 67ª D.P.

O delegado de polícia geralmente assumia a condução dos depoimentos e termos de declarações cartório na própria delegacia, mas os interrogatórios cabiam aos investigadores e comissários, dentre os quais, o chefe do Setor, Wilson Madeira.

As relações entre estas instituições aparecem nas ações descritas no relatório, mas também por meio de processos administrativos, judiciários e informações. Quanto a este último aspecto, vale observar que o B.C., assim como o 1ª Brigada, produziram relatórios periódicos de informações conforme registros encontrados em prontuários de presos políticos no APERJ.

Um traço importante da ação concertada entre os agentes da repressão consistiu no conhecimento advindo da experiência comum partilhada desde o fim do Estado Novo.

A repressão aos militantes e ativistas de esquerda no período de 1964 a 1967 – durante o qual foi presa e processada a maioria dos militantes e ativistas das or-

ganizações de esquerda – teve por base a lei nº 1802 de 5 de janeiro de 1953 (Lei de Segurança Nacional) e os atos institucionais decretados pela ditadura militar a partir de abril de 1964.

Os presos indiciados em inquérito policial eram enquadrados como passíveis de punição nos termos do artigo 2º da Lei de Segurança Nacional de 1953, que estabelecia como crime contra o Estado e sua ordem política e social, tentar:

I – submeter o território da Nação, ou parte dêle, à soberania de Estado estrangeiro;

II – desmembrar, por meio de movimento armado ou tumultos planejados, o território nacional desde que para impedi-lo seja necessário proceder a operações de guerra;

III – mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional;

IV – subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo;

Pena: – no caso dos itens I a III, reclusão de 15 a 30 anos aos cabeças, e de 10 a 20 anos aos demais agentes; no caso do item IV, reclusão de 5 a 12 anos aos cabeças, e de 3 a 5 anos aos demais agentes.

Quanto aos atos institucionais, o primeiro, de 9 de abril de 1964, estabelecia, no tocante a estes crimes:

Art. 8º – Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente.

A vinculação dos presos civis ao PCB, muitas vezes, pela designação genérica de “comunista”, era fundamental para remeter os inquéritos à Justiça Militar, devido ao enquadramento dos mesmos no inciso III do artigo 2º da Lei de Segurança Nacional, uma vez que aquele partido supostamente mantinha vínculos com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

III – mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional.

Na Lei de Segurança Nacional de 1953 cometia crime contra a segurança nacional quem, em número de três ou mais pessoas, associava-se para a prática desses crimes (artigo 7º) ou tentava reorganizar partido ou associação dissolvida por meio de lei (artigo 9º). Um artigo importante era o artigo 13º que estabelecia

como crime passível de punição “instigar, preparar, dirigir ou ajudar a paralisação de serviços públicos ou de abastecimento da cidade”. Como vimos, a aplicação deste artigo representava uma forte intimidação aos que se mobilizaram para a paralisação da cidade em defesa do governo Goulart, apesar dele ainda estar na presidência da República até o final do dia 1º de abril de 1964.

Essa legislação foi atualizada na Lei de Segurança Nacional de 1967 (Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967) e de 1969 (Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969). Este último decreto poderia ser denominado de código penal para crimes contra a segurança nacional.

Agentes da repressão

Adotamos a sistemática da Comissão Nacional da Verdade de identificar os agentes da repressão responsáveis pela prática de torturas, assassinatos e desaparecimentos de corpos e demais crimes e violações contra os direitos humanos aqueles com responsabilidade político-institucional, controle e gestão da estrutura e procedimentos repressivos e estrutura direta de condutas.

Assim, identificamos como agentes da repressão os generais-presidentes Humberto de Alencar Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Emilio Garrastazú Médici, Ernesto Beckmann Geisel, João Baptista de Oliveira Figueiredo e os membros da Junta Militar de 31.08 a 30.10.1969, o general Américo de Lyra Tavares, o Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald e o brigadeiro Márcio de Souza Mello, como responsáveis da cadeia de comando de 377 agentes nomeados pela Comissão Nacional da Verdade.

Acrescentamos a esta lista: Marechal Estêvão Taurino de Resende, presidente da Comissão Geral de Investigações, substituído meses depois pelo almirante Paulo Bosísio; e o tenente-coronel Adhilvo Paiva e Silva, encarregado do Inquérito Policial Militar da Estrada de Ferro Leopoldina.

E ainda:

Juiz Auditor da 1ª Auditoria da 1ª Região Militar

- Teocrito Rodrigues de Miranda

Secretaria de Segurança Pública

- Tenente Coronel Hugo de Sá Campelo Filho (1964) (prontuário de José de Araujo Aranha)
- Major Paulo Biar (1965) Diário de Petrópolis, Revista Social
- Coronel Eduardo do Couto Pfeil (Ofício 827/66 de Sérgio Rodrigues)
- Coronel Agenor Francisco Homem de Carvalho (1968-69) (Jornais Diário e Jornal de Petrópolis).

Nota biográfica de Célio Salim Thomaz JP 05.02.67 na coluna “Na sociedade: um grande secretário de segurança”, indica que “vinha funcionando no S.N.I.” ou seja, de ser da Agência do SNI no Rio de Janeiro. Casado com Gilda Gelli, filha de “prestigiosa família petropolitana”, Homem de Carvalho foi, por muito tempo antes, oficial (tenente e depois capitão) do 1º Batalhão de Caçadores. Informações em várias matérias nos jornais petropolitanos.

Departamento de Polícia Política e Social – Niterói

- Waldyr da Costa Cabral (1965-67) (documentação 67ª DP; APERJ. Prontuário Saul Alves de Quadros)
- Paulo Paciolo (APERJ. Pront. Nilton Ursula, 1964)
- Edesio Gonçalves (APERJ. Pront. Hercilio de Soares Rezende, 1964)
- Urbano Cariello (APERJ. Pront. Hercilio de Soares Rezende, 1964)
- Sylvio Camillo Martins (APERJ. Pront. Juarez de Azevedo Almeida, 1972)
- Newton Costa, Diretor Geral do D.G.I.E. (DOPS) (1980) (APERJ. Municípios [Petrópolis], 1952-B)
- Fernando Golfetto, Chefe DPPS (1982) (APERJ. Municípios [Petrópolis], 1952-B)

3ª Coordenação de Segurança Pública (CSP)

Serviço Regional de Investigações Especiais (S.R.I.E.)

- C.A. Menna Barreto Monclaro – Delegado-chefe do S.R.I.E. (1980)

Em Petrópolis, identificamos os seguintes agentes da repressão, conforme seus vínculos institucionais:

1º Batalhão de Caçadores / 32º Batalhão de Infantaria Motorizada

32º Batalhão de Infantaria Leve

- **Capitão Edir Vassimon** (S-2, em 1964, testemunho com nome sob sigilo; Bom-tempo, 2006)
- **Capitão Santana** (S-2, citado no Ofício 827/66, de Sérgio Rodrigues ao secretário de segurança, Acervo da 67ª DP/Museu Imperial)
- **Capitão Simão Mansur Netto** (Diário de Petrópolis, 26.08.67)

A cadeia de comando do Batalhão foi composta pelos oficiais:

03/04/64 a 03/06/66 – Cel. Antonio Ferreira Marques;

03/06/66 a 26/02/69 – Cel. Luiz José Torres Marques;

26/02/69 a 20/03/71 – Tenº Cel. Amaury Rocha Vercillo;

30/03/71 a 22/02/73 – Tenº Cel. Carlos Alberto Baldino Souto de Oliveira

22/02/73 a 18/11/75 – Cel. Milton Masselli Duarte.

18/11/75 a 12/01/78 – Cel. Anibal de Melo Henriques

12/01/78 a 25/01/80 – Tem. Cel. Leone da Silveira Lee

25/01/80 a 28/01/82 – Cel. Simon Mansur Netto

28/01/81 a 31/01/84 – Tem. Cel. Gustavo Manoel Fernandes Júlio

31/01/84 a 31/01/86 – Cel. Guilherme Ney Barbosa Hübner

Fontes: 1) “O Primeiro Batalhão de Caçadores no âmbito com a população civil”, extraída da Revista Social nº 465, de 1972; Paulo Roberto Martins de Oliveira: Album de Memórias do Batalhão Dom Pedro II. Petrópolis: Gráfica do Exército, 2008. A revista “Nosso Batalhão – 140 anos” – Revista do 32º BI. Mtz (2010). O 1º BC passa a ser denominado 32º Batalhão de Infantaria em 1972 e em 24/01/73 foi transformado em 32º Batalhão de Infantaria Motorizada, subordinado a 1ª Brigada de Infantaria Motorizada. Em 1975 o 32º BI passou a denominar-se 32º Batalhão de Infantaria Motorizada. Em 16/12/91, ocorreu a mudança de subordinação do 3º BIMtz da 1ª para a 4ª Brigada de Infantaria Leve, com sede na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Esta, por sua vê, subordina-se a 1ª Divisão de Exército/Comando Militar do Leste.

2) A 1ª Brigada tem origem no Grupamento de Unidades-Escola (GUEs), com sede na Vila Militar, no Rio de Janeiro – RJ, instalado em 29 de janeiro de 1946 com a missão de atender às necessidades de instrução do Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo e realizar o adestramento com o equipamento e o armamento que estavam sendo recebidos pelo Exército, após o término da II Guerra Mundial. O GUEs foi extinto em 1º janeiro 1969, dando origem a várias Brigadas, entre elas a 1ª Brigada de Infantaria, cuja sede permaneceu na Vila Militar. A partir de 1º de janeiro de 1972, a Brigada passou a denominar-se 1ª Brigada de Infantaria Motorizada, tendo, em 1975, sua sede transferida para a Cidade Imperial de Petrópolis. A 1ª Brigada de Infantaria de Selva foi criada por Decreto Presidencial, de 13 de novembro de 1991, passando a funcionar a partir de 1º de janeiro de 1992, com a transferência do Comando da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada de Petrópolis para Boa Vista – RR.

Informações disponíveis em http://www.1bdainfl.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=280&Itemid=356

1ª Brigada de Infantaria Motorizada

- General Heitor Luiz Gomes de Almeida (APERJ. Pront. De Paulo Antonio Carneiro Dias, 1974)

Outros militares

Ariedisse Barbosa Torres – Segundo Sargento do Exército; servia no 10 BPE – RJ (1968-1970); recebeu a Medalha do Pacificador (1971); em 1987 era segurança do banqueiro do jogo do bicho Anísio Abrahão acusado da morte de Rubens Paiva. Prestou serviço no 1º batalhão da PE no RJ de 1961 a 1977. Atuou, a partir de 1965 no PIC – Pelotão de Investigações Criminais; serviço em Petrópolis, de 1977 a 1986. Citado no livro “Os porões da contravenção” de Aloy Jupiara

e Chico Otavio, reforçado por testemunho com nome sob sigilo e no sitio: Documentos Revelados¹ e no sitio do Brasil Nunca Mais².

Cleber Bonecker³ –Major Engenheiro do Exército; está na reserva; em 1986 trabalhava como professor de Psicologia do Trabalho e de Psicologia Educacional da Universidade Católica de Petrópolis-RJ, também chefiando o Serviço de Orientação Educacional do Colégio de Aplicação da mesma Universidade; serviu no BPE-RJ. Citado no sítio: Documentos Revelados.

Justiça – Petrópolis

- Juiz Antonio Neder (3ª Vara Criminal). Participou da conspiração que desencadeou o golpe militar de 1964 (Dreifuss)
- Juiz José Gomes da Silva (3ª Vara Criminal) (Diário de Petrópolis; Revista Social)
- Promotor Gil Castelo Branco (Diário de Petrópolis, 1964-1966)
- Promotor Mário Carrilho da Fonseca e Silva (APERJ. Processo contra o PCB)
- Promotor Waldir de Mattos (1972) (APERJ. Municípios, 152-B)

11ª Região Policial

- João (de) Oliveira Albuquerque (1964)
- Saint-Clair Raposo (delegado adjunto, 1966)
- Affonso A Gomes da Costa (1981)

67ª Delegacia de Polícia

a) Delegados

- Oriovaldo de Almeida Serra (22.11.1963-1964)
- João de Oliveira Albuquerque (02.12.1964)
- Saint Clair da Motta Raposo (Adjunto) (17.06.1965)
- Monclair Sérgio Montagna Cammarota (Adjunto) (23.06.1966 e 1971)
- Péricles Gonçalves* (21.07.1967)
- Jacques Sodré Viana (Adjunto) (24.08.1967)
- Carlos de Souza Lima (09.01.1969)
- Monclair Sérgio Montagna Cammarota (Adjunto) (09.01.1969-1971)
- Sérgio Geraldo de Alencar Rodrigues* (17.06.1965; 10.04.1969-1971)
- Mauro Magalhães (1971)
- Ronaldo Alvaro Lopes Martins (Adjunto) (1981)
- Ronald Braga de Andrade – delegado (1981)

(Fontes: imprensa petropolitana. Acervo da Polícia Civil. A.H./Museu Imperial. APERJ. Municípios, 152-B)

1. <https://www.documentosrevelados.com.br/geral/lista-dos-377-agentes-do-estado-apontados-como-responsaveis-por-crimes-durante-a-ditadura-militar/>

2. http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL&PagFis=1057&Pesq=

3. <https://www.documentosrevelados.com.br/geral/lista-dos-377-agentes-do-estado-apontados-como-responsaveis-por-crimes-durante-a-ditadura-militar/>

b) Comissários e investigadores

- Sylvio Carvalho da Silva ou Sylvio de Carvalho (policial e jornalista) (chefe da Rádio Patrulha, a partir de 1957 e possivelmente comissário da Polícia Civil a partir desta data)
- Luis Claudio de Azeredo Vianna* (1971)
- Joel Ferreira Crespo* – inspetor de polícia, adjunto de Luis Cláudio de Azeredo Vianna na cidade (“Os Porões da Contravenção” p.76)
- Otavio Miloski (1964)
- Paulo de Souza Ribeiro (policial e jornalista) (1964-67)
- Saul de Carvalho (anos 1950 em diante)
- Silvio Gomes (1964)
- Edemir da Silva Cunha (1981)
- Reinaldo dos Santos – Detetive Inspetor (1981)
- Celio Salim Thomaz, do setor de Censura e Diversões Públicas da Polícia Civil, jornalista e proprietário da Revista Social (1964-1985)

(Fontes: imprensa petropolitana. Acervo da Polícia Civil. A.H./Museu Imperial. APERJ. Municípios, 152-B)

c) Peritos

- Floriano Achão (MPF-Petrópolis)
- Alodio Imbriosi (MPF-Petrópolis)

DOPS – Petrópolis

- Wilson Madeira (Petrópolis, 1964-67) (Acervo da Polícia Civil/Arquivo Histórico do Museu Imperial; APERJ; Diário de Petrópolis)
- João Alves Pereira (Ajunto, Petrópolis, 1964-?) (Acervo da Polícia Civil/Arquivo Histórico do Museu Imperial APERJ).
- Orlando de Oliveira (1972-73) (APERJ. Prontuários de Juarez de Almeida e Floreal Garcia).

Testemunhas e informantes

a) Inquérito 49/64 (contra o PCB. APERJ)

- Waldemiro Santos
- Alfredo Cunha Wanderley
- Elmar Huber Menke
- Avelino Cardoso Menezes
- Dewet Cardoso do Nascimento
- João Christ
- Ivaldo Costa (Francisco Guimarães Ximenes)
- Felipe José Platz

b) Contra os grupos de Onze (APERJ)

- Alceu Martins de Oliveira
- Luiz Carlos de Souza Bastos

- c) **Contra Hercilio Soares de Rezende** (APERJ)
 - Luiz Carlos Bastos (funcionário estadual)
 - Salvador Braz (comerciante)
- d) **Contra Floreal Garcia** (APERJ)
 - Jayme de Andrade e Silva (Pront. de Floreal Garcia); Elmar Huber Menke (sargento) e Dewet Cardoso do nascimento (tenente) do 1º B.C. (Pront. de Floreal Garcia)
- e) **Contra Fabiano Gomes** (APERJ)
 - Gualter, fiscal de rendas aposentado (APERJ. prontuário Alcebiádes de Araujo Romão)
 - Denizard Vasques ou Vasquez (“Vasquinho”) – garçon da Confeitaria D’Angelo (Pront. Alcebiádes de Araujo Romão)
- f) **Contra Alencar Thomaz Gonçalves** (APERJ)
 - Victor Lourenço Pellegrini – integralista – comerciante (Prontuário Alencar Thomas Gonçalves)

Agentes

- RJ – 44 Jorge Banker (APERJ. Prontuários de Hercilio Soares de Rezende e de Paulo Gratacós)
- Tião Cachaça (Testemunho da família Quadros por ter arrombado a casa da família sem mandado)
- Sargentos Helmar e Pedro Henrique, este último cuspiu no rosto de Saul⁴ preso e levado para o BC.

Casa da Morte⁵

Cyro Guedes Etchegoyen Coronel do Exército. Chefe da seção de contrainformações do Centro de Informações do Exército (CIE) de 1971 a 1974. Segundo depoimento do coronel Paulo Malhães à CNV, Etchegoyen era a autoridade do CIE responsável pela **Casa da Morte**, em Petrópolis (RJ).

Fernando Sérgio Ayres da Motta Ex-comandante da companhia aérea Panair. Interventor em Petrópolis (RJ) em 1965 e 1966. No início da década de 1970, foi o intermediário da cessão de imóvel de propriedade de Mário e Madalena Lidders ao Centro de Informações do

4. QUADROS, Maria Alves p.175

5. Informações no site: <https://www.documentosrevelados.com.br/geral/lista-dos-377-agentes-do-estado-apontados-como-responsaveis-por-crimes-durante-a-ditadura-militar/>

Exército (CIE), no qual funcionou a **Casa da Morte**. Segundo testemunho colhido pela CNV, frequentava o local, tendo conhecimento, portanto, de sua utilização como centro de tortura. De acordo com o mesmo testemunho, encontrou detido na **Casa da Morte** seu concunhado Aluízio Palhano Pedreira Ferreira, desaparecido desde maio de 1971.

**Francisco
Homem de
Carvalho***

Coronel do Exército. Serviu na agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Rio de Janeiro, de setembro de 1964 a fevereiro de 1967. Comandou o 1º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, de março de 1971 a abril de 1974. Memorando oficial de março de 1983, do chefe do SNI para a agência central do órgão, indica a vinculação de Francisco Homem de Carvalho à **Casa da Morte**, em Petrópolis (RJ). Foi secretário de Segurança do estado do Rio de Janeiro (1967-1971).

**José Luiz
Coelho Netto**

General de divisão. Subchefe do Centro de Informações do Exército (CIE) à época da criação e funcionamento da **Casa da Morte**, em Petrópolis (RJ) (1971-74) e um dos responsáveis por sua concepção, segundo depoimento prestado pelo coronel Paulo Malhães à CNV. Chefe do Estado-Maior do I Exército em 1979, e chefe de gabinete do ministro do Exército de 1981 a 1983.

**Amílcar Lobo
Moreira da Silva**

Médico do Exército. Designado em 1970 para atuar como médico no 1º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro. Atuou no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército de 1970 a 1974, onde era conhecido como “doutor Carneiro”. Em 1981, foi denunciado publicamente pela ex-prisioneira política Inês Etienne Romeu por ter atuado no centro clandestino de tortura e extermínio do Centro de Informações do Exército (CIE) conhecido como **Casa da Morte**, localizado em Petrópolis (RJ). Em 1986, o Conselho Regional de Medicina do estado do Rio de Janeiro cassou seu registro profissional. A decisão foi ratificada em 1989 pelo Conselho Federal de Medicina. Teve participação em casos de tortura, execução e ocultação de cadáver.

**Antônio Fernando
Hughes de
Carvalho**

Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro, em 1970 e 1971. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultações de cadáver, entre eles o caso do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva, a quem teria torturado e executado pessoalmente. Atuou na **Casa da Morte**, em Petrópolis (RJ), de 1971 a 1974.

- Antônio Waneir Pinheiro Lima*** Soldado do Exército. Atuou na **Casa da Morte**, em Petrópolis (RJ), com o codinome “Camarão”. Atou na Chacina do Parque Nacional do Iguazu. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
- Cláudio Antônio Guerra** Delegado de polícia no estado do Espírito Santo. Serviu no DOPS desse estado. Teve participação em casos de execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Reconheceu essa atuação criminosa em três depoimentos que prestou à CNV, ocorridos em 25 de junho de 2012, 16 de agosto de 2013 e 23 de julho de 2014. Em agosto de 2014, participou da diligência da CNV na Usina Cambahyba, em região próxima à cidade de Campos dos Goytacases (RJ); a Usina foi identificada por Guerra como local onde, em 1973 e 1974, incinerou corpos de presos políticos levados da **Casa da Morte**, em Petrópolis (RJ).
- Félix Freire Dias** Ex-cabo do Exército. Foi agente do Centro de Informações do Exército (CIE), com atuação no Rio de Janeiro e em Brasília, tendo também cumprido missões na região de Xambioá (PA), sob o comando do major do CIE José Brant Teixeira. Atuava na Casa de Petrópolis (RJ), um dos principais locais de tortura do país, onde era conhecido como “doutor Magro” ou “doutor Magno”. Segundo depoimentos de Marival Chaves à CNV, Dias teve participação em casos de execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
- Freddie Perdigão Pereira*** Coronel do Exército. Serviu no Centro de Informações do Exército (CIE), vinculado aos gabinetes dos ministros do Exército Lyra Tavares e Orlando Geisel, de julho de 1968 a março de 1972. Sob o codinome “doutor Roberto”, atuou no centro clandestino conhecido como **Casa da Morte**, em Petrópolis (RJ). Entre fevereiro de 1973 e janeiro de 1975, serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, em São Paulo, sob o comando de Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Maciel. Esteve na agência do SNI no Rio de Janeiro de novembro de 1974 a fevereiro de 1977. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.
- Jacy Ochsendorf e Souza** Capitão do Exército. Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro, e na **Casa da**

Morte, em Petrópolis (RJ). Foi agente do Centro de Informações do Exército (CIE). Denunciado criminalmente pelo Ministério Público Federal em maio de 2014, acusado do homicídio e da ocultação do cadáver do ex-deputado Rubens Paiva, em 1971. Em depoimento à CNV, o ex-analista do CIE e do DOI Marival Chaves acusou Jacy Ochsendorf de ser o responsável em Brasília pelos agentes infiltrados entre os montoneiros exilados no Brasil. Prestou depoimento à CNV em julho de 2014, negando-se a responder às perguntas.

**José Brant
Teixeira**

Tenente-coronel do Exército. Esteve vinculado ao Centro de Informações do Exército (CIE) de 1971 a 1979, quando passou a prestar serviços ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Chefiou equipe do CIE que atuava na **Casa da Morte**, centro clandestino localizado em Petrópolis (RJ). Atuou na repressão da Guerrilha do Araguaia e participou da “Operação Limpeza” realizada em janeiro 1975, que se destinou à ocultação dos corpos dos guerrilheiros e camponeses executados e ao encobrimento dos vestígios da atuação das forças repressivas.

**Jurandyr
Ochsendorf
e Souza**

Capitão da reserva do Exército. Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, atuando também na **Casa da Morte**, em Petrópolis (RJ). Foi agente do Centro de Informações do Exército (CIE). Denunciado criminalmente pelo Ministério Público Federal em maio de 2014, acusado do homicídio e da ocultação do cadáver do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva, em 1971.

**Paulo Malhães*
e Souza**

Coronel do Exército. Serviu no Centro de Informações do Exército (CIE). Com intensa participação em atividades de repressão, atuou nos estados do Rio de Janeiro – inclusive na **Casa da Morte**, em Petrópolis – do Rio Grande do Sul, do Paraná e do Mato Grosso, na região Nordeste e na região do Araguaia. De acordo com depoimento que prestou à CNV, esteve, também, em operações que contaram com a cooperação de agentes argentinos e chilenos. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.

**Rubens Paim
Sampaio**

Coronel do Exército. Oficial do gabinete do ministro do Exército a partir de agosto de 1970, exerceu a função de adjunto do Centro de Informações do Exército (CIE), até 1976. Identificado por Inês Etienne Romeu como o torturador que na

Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), atuou sob o codinome de “doutor Teixeira”. Teve participação em casos de tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Foi denunciado criminalmente pelo Ministério Público Federal em maio de 2014, acusado de participação no homicídio e na ocultação do cadáver do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva.

Ubirajara Ribeiro de Souza Subtenente do Exército, oficial do gabinete do ministro do Exército, de 1970 a 1977. Segundo pessoas ouvidas pela CNV, Ubirajara atuou na Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). Teve participação em casos de tortura, execução e desaparecimento forçado. Convocado pela CNV em duas oportunidades, prestou depoimento em julho de 2014, tendo deixado de responder às perguntas formuladas.

Outros nomes referidos pela Comissão Nacional da Verdade

Alan Investigador de Polícia; lotado em Juiz de Fora-MG (1964) ALAN Servia na Casa da Morte em Petrópolis-RJ no DOI-CODI-RJ (1971).

André Servia no DOI-CODI-RJ e na **Casa da Morte** em Petrópolis-RJ (1971).

César, Doutor Oficial do Exército; atuou na **Casa da Morte** em Petrópolis-RJ (1971) e no DOI-CODI-RJ (1972-1973).

Éber Teixeira Pinto Major da Aeronáutica; comissionado no DOI-CODI-RJ e na **Casa da Morte** em Petrópolis-RJ (1971); conhecido como Doutor Bruno.

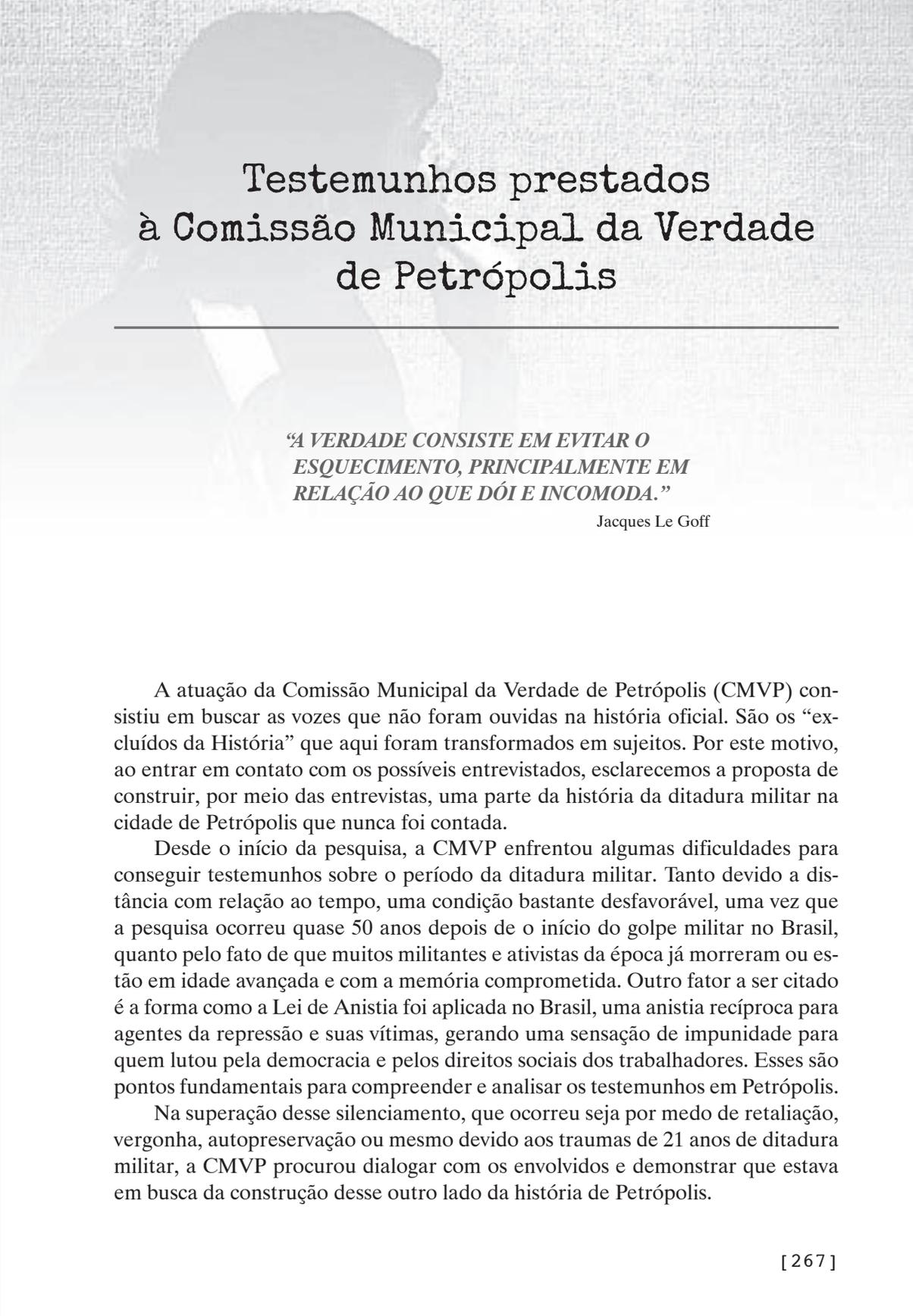
Fernando Sergio Ayres da Motta Intermediário entre Mario Ladders e o DOI-CODI na cessão do imóvel conhecido como **Casa da Morte**.

Guilherme, Doutor Oficial do Exército; era Major ou Tenente-Coronel; atuou no DOI-CODI-RJ (1970-1973) e na **Casa da Morte** em Petrópolis-RJ.

Jarbas Fontes Atuou na **Casa da Morte** – Petrópolis-RJ (1971); conhecido como Pardal.

Luís Cláudio	Comissário da PF; atuou na Casa da Morte – Petrópolis-RJ Azeredo Viana (1971); conhecido como Laurindo.
Marcelo	Cabo do Exército; servia no PIC do 10.BPE do Rio de Janeiro (1969) MARCELO Atuou na Casa da Morte – Petrópolis-RJ (1971).
Márcio	Atuava na Casa da Morte – Petrópolis-RJ (1971).
Mario Lodders	Proprietário do imóvel que sediou a Casa da Morte , cedido ao DOI-CODI.
Mauro	Atuava na Casa da Morte em Petrópolis, no Rio de Janeiro (1971).
Orlando de Souza Rangel	Delegado de PF; lotado no DOPS-RJ (1970 a 1971); atuou na Casa da Morte em Petrópolis-RJ; conhecido como Doutor Pepe.
Otávio	Atuava na Casa da Morte em Petrópolis no Rio de Janeiro (1971).
Ricardo Agnese Fayad	Major Médico do Exército; serviu no DOI-CODI-RJ (1970-1971); atuou também na Casa da Morte – Petrópolis-RJ; em 1983 estava no 4º Benge-BA; era conivente; único da sua turma a ganhar a Medalha do Pacificador.
Rubens Gomes Carneiro	Atuava no Esquadrão da Morte; em Petrópolis-RJ (1971) estava na Casa da Morte ; conhecido como Laecato.
Severo	Era da Casa da Morte – Petrópolis-RJ; conhecido como Raul (1971).
Ubirajara Ribeiro de Souza	Sargento do Exército; foi jogador de basquete em Minas Gerais, cuja seleção chegou a integrar; serviu na Casa da Morte em Petrópolis; conhecido como Zezão e Zé Gomes UBIRAJARA.

Os nomes com a presença do asterisco (*) são citados no livro de Aloy Jupia-ra e Chico Otávio, envolvidos com o esquema do Jogo do Bicho.



Testemunhos prestados à Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis

*“A VERDADE CONSISTE EM EVITAR O
ESQUECIMENTO, PRINCIPALMENTE EM
RELAÇÃO AO QUE DÓI E INCOMODA.”*

Jacques Le Goff

A atuação da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis (CMVP) consistiu em buscar as vozes que não foram ouvidas na história oficial. São os “excluídos da História” que aqui foram transformados em sujeitos. Por este motivo, ao entrar em contato com os possíveis entrevistados, esclarecemos a proposta de construir, por meio das entrevistas, uma parte da história da ditadura militar na cidade de Petrópolis que nunca foi contada.

Desde o início da pesquisa, a CMVP enfrentou algumas dificuldades para conseguir testemunhos sobre o período da ditadura militar. Tanto devido a distância com relação ao tempo, uma condição bastante desfavorável, uma vez que a pesquisa ocorreu quase 50 anos depois de o início do golpe militar no Brasil, quanto pelo fato de que muitos militantes e ativistas da época já morreram ou estão em idade avançada e com a memória comprometida. Outro fator a ser citado é a forma como a Lei de Anistia foi aplicada no Brasil, uma anistia recíproca para agentes da repressão e suas vítimas, gerando uma sensação de impunidade para quem lutou pela democracia e pelos direitos sociais dos trabalhadores. Esses são pontos fundamentais para compreender e analisar os testemunhos em Petrópolis.

Na superação desse silenciamento, que ocorreu seja por medo de retaliação, vergonha, autopreservação ou mesmo devido aos traumas de 21 anos de ditadura militar, a CMVP procurou dialogar com os envolvidos e demonstrar que estava em busca da construção desse outro lado da história de Petrópolis.

O trabalho desenvolvido pela Comissão, referente ao movimento de resistência, contribuiu para a ressignificação da memória de parentes e envolvidos com a história, outrora taxada como subversiva, uma vez que se dava contra a ditadura militar imposta. Com isso, os laços estabelecidos entre a Comissão e os atingidos se fortaleceram, facilitando a elaboração do trabalho. Essa proximidade culminou, entre outras coisas, no reconhecimento, por intermédio da Comissão, da luta desses indivíduos pela democracia.

No início da pesquisa, a maioria das pessoas procuradas informava que “Petrópolis sempre foi calma”. A frase é justificada em um trecho do livro “Pão, Terra e Liberdade na Cidade Imperial” de Paulo Henrique Machado.

“Ao analisarmos a forma como a memória da cidade foi construída, verificamos que sempre houve a preocupação das elites locais em consolidar a imagem de uma cidade tranquila e pacata, habitada por uma população ordeira e trabalhadora, incapaz de subverter a ordem estabelecida”. (MACHADO, 2008, p.96)

Para o autor, tratava-se de reconstruir a história resgatando outras vozes, remetendo às suas lutas: “Resgatar a memória do movimento operário e de suas bandeiras de luta, como o antifascismo, é se reencontrar com uma cidade que ficou esquecida”. (MACHADO, p.97).

Em seu livro, Machado tinha como foco outro momento histórico que ocorreu entre as décadas de 1920 e 1930. Ele fala sobre a disputa entre aliancistas e integralistas e como a elite a silenciou na cidade, com o objetivo de manter essa impressão de uma “Petrópolis pacata”. Assim como ele, percebemos hoje a necessidade de construir a memória dos trabalhadores na cidade, ou seja, a memória dos invisibilizados.

A equipe de pesquisa tentou conseguir número e diversidade razoáveis de testemunhos para a construção desse projeto, com o objetivo de fazer a análise das múltiplas histórias de vida e perceber suas diferenças. Na diversidade dos testemunhos os membros da cidade formam “um mosaico, um *patchwork*, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença.” (PORTELLI, 1997, 16).

Ao obter essas visões múltiplas sobre os acontecimentos antes e após o golpe de 1º de abril de 1964 e sobre a movimentação de resistência na cidade de Petrópolis, notamos que os discursos se complementavam, com a interseção das falas discorrendo sobre os mesmos agentes da repressão, a solidariedade entre os militantes, o isolamento social dos perseguidos, a citação dos mesmos locais de prisão e, principalmente, acerca do clima de denúncia que pairava sobre aquela época. Assim, pessoas das elites intelectual e política, trabalhadores e estudantes, religiosos de Petrópolis, familiares e amigos das vítimas apresentaram sua visão a respeito do que sofreram e como as mais de duas décadas de ditadura mudaram

as relações sociais em Petrópolis. Na presente parte do relatório foram inseridos alguns documentos para reforçar ou exemplificar os acontecimentos narrados por quem foi ouvido pela CMVP.

Famíliares de militantes

BRENO MORONI BARROSO

Testemunho prestado em 10 de dezembro de 2016, em audiência pública na sala da Casa dos Conselhos/ Prefeitura de Petrópolis.

Breno é o quarto filho de Cyrene Moroni Barroso e Benigno Girão Barroso. Ele cresceu em Petrópolis com a família de classe média que veio do Ceará.

O testemunho prestado por Breno teve ênfase nas mudanças ocorridas na vida da família após o desaparecimento de sua irmã, Jana Moroni Barroso, aos 26 anos, na região do Araguaia.

Jana ingressou no curso de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e durante o curso integrou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB), organização de esquerda que atuava na região do Araguaia com vistas a uma posterior resistência armada. O objetivo inicial do grupo era de reconhecer e se aproximar do local e dos moradores. Em 1971, Jana foi destacada para a região, onde passou a viver com o codinome Cristina e era conhecida por sua atuação como professora. Após algumas incursões do exército brasileiro, em 1974, Jana



Girão e Cyrene com Jana ainda bebê (Acervo Pessoal Breno Moroni)

foi presa e assassinada. Sua mãe Cyrene, buscando notícias da filha, fez diversas viagens ao Araguaia, como relatado na página da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos:

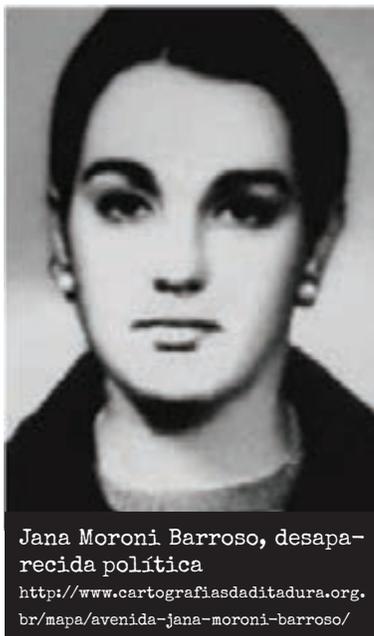
A mãe de Jana, Cyrene Moroni Barroso, visitou várias vezes a região do Araguaia e recorreu aos poderes públicos na busca de informações sobre o paradeiro da filha. Segundo depoimentos colhidos por sua mãe, Jana foi presa e levada para Bacaba, na rodovia Transamazônica, onde operava um centro de torturas. Segundo os moradores da região, na localidade também existe um cemitério clandestino. Conforme o relato de sua mãe, Jana teria sido amarrada praticamente nua e colocada dentro de um saco que foi içado por um helicóptero. Isto teria ocorrido nas proximidades de São Domingos do Araguaia”.

A discrepância entre a data de sua morte em 08/02/1974, indicada no Relatório apresentado pelo Ministério da Marinha, em 1993, ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, e os convergentes depoimentos apontando sua prisão em 02/01/1974 concorre no sentido de confirmar que Jana foi presa viva. Série de matérias publicadas no jornal O Globo em 1996 apresentam como data de sua morte 11/02/1974, três dias depois da apontada pela Marinha.¹

Breno, em um de seus relatos, relembra como era a rotina da família antes do desaparecimento de Jana. Ele disse que de vez em quando todos iam à praia e se divertiam juntos. Porém, após a instauração da ditadura militar, ainda criança, sentia a angústia em ver os pais sofrendo e constantemente preocupados com os filhos que cresciam na conjuntura da ditadura militar.

Segundo ele, o desaparecimento de Jana teve um forte impacto sobre a estrutura da família e, em decorrência disso, Benigno e Cyrene o enviaram, já na idade adulta, para fora do país, buscando sua proteção.

Na incansável busca pela história e pelo corpo da filha, Cyrene esteve diversas vezes na região do Araguaia. Segundo Breno, por conta disso, ela chegou a ser seguida e sofreu um atentado de carro. O pai, Girão Barro-



1. <http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/30>

so, conhecido médico da cidade, também teve que comparecer algumas vezes ao Batalhão para dar explicações, de acordo com Breno.

Ainda segundo ele, a família sempre defendeu a luta pela democracia, pelo reconhecimento do Estado das ações repressivas no Araguaia e pelo direito de sepultar seus mortos. Dona Cyrene manteve-se na luta e tornou-se integrante dos grupos *Tortura Nunca Mais* e *Movimento de Anistia aos presos políticos*. Teve uma vida pautada na busca por Jana.

ELISABETH MARIA DA SILVA MALLER

Entrevista realizada em 1º de setembro de 2016.

Filha de Conceição Pereira da Silva e Genésio Exedito da Silva.

No período do golpe militar, Genésio era funcionário da Estrada de Ferro Leopoldina Railway, empregado na seção de escritório e graduando de Direito na Universidade Católica de Petrópolis (UCP).

Genésio, homem negro, de origem humilde e filho de ferroviário teve a voz de prisão decretada na Universidade em que estudava, ainda que esta tenha sido impedida pelo então reitor da UCP, Arthur de Sá Earp, que manifestou-se contra a prisão dentro da faculdade pela qual era responsável.

Segundo Elisabeth o pai, como havia se comprometido na faculdade, se entregou à polícia após cerca de uma semana, mesmo sem saber o motivo da ordem de prisão contra ele. Elisabeth, por meio das memórias da mãe, atribuiu a prisão do pai a uma foto em que Genésio estava com os sindicalistas da ferrovia. De fato, não era possível para ela, aceitar a motivação da prisão do pai devido a uma fotografia. Contudo encontramos, na documentação da polícia política, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, a fotografia de um jantar no sindicato na qual Genésio aparece ao lado dos ferroviários Saturnino da Silva (dirigente sindical), José Calixto e o vereador José de Araújo Aranha.

Para a CMVP, esta fotografia corrobora a memória de Elisabeth Maller.

Segundo testemunho dela, o reflexo da perseguição ao pai e à rede de solidariedade entre os vizinhos foi sentida por sua família rapidamente, como afirma em seu testemunho:

Os vizinhos nos ajudaram muito, porque a primeira coisa que fica é: “o marido dela é um subversivo”. Isso é uma rede, porque o bairro é pequeno, porque a gente está sempre ali. E aí, infelizmente, a gente só lembra das coisas ruins quando realmente...A gente começa a pegar as fotografias e lembra...Eu lembro que tinha uma padaria, a única padaria no Alto da Serra, se não me engano a Padaria Serrana, e eu comprava a minha merenda ali, porque era um sistema antigo da gente ter um caderno, um na quitanda, um no açougue, um na padaria e pagar no fim do mês. E aí, eu saí de casa e fui comprar a minha merenda – até hoje eu não consigo olhar um pão doce de creme. Eu cheguei para comprar a merenda e aí o funcionário da

restringiram possibilidades e fizeram-na sentir refém ou suspeita de um regime violento diante da sociedade.

Elizabeth lembra que, quando Genésio voltou para suas atividades na ferrovia, os dirigentes responsáveis pela administração da empresa passaram a tratá-lo como “invisível”. Segundo ela, a mesa onde ele trabalhava foi colocada atrás de uma pilastra, para que não pudesse ser visto, excluindo assim a possibilidade de ter até mesmo o contato visual com os companheiros de trabalho.

O relato de Elizabeth foi marcado pelo fato de enfatizar que o pai não era filiado a qualquer partido político e reafirmar que não era subversivo. Tal fala, destacada pela Comissão por ser recorrente entre filhos e filhas de militantes perseguidos pela ditadura, reafirma o quanto os pais eram queridos e bem quistos por todos com quem conviviam ainda que carregassem o estigma das palavras “subversivo” e “comunista”.

Os traumas de criança, hoje adulta, atingida pela ditadura são percebidos em ações cotidianas e durante seu testemunho. Eles se tornam mais evidentes, pois, por ser criança e não poder comprar seu pão doce, ter somente um par de calçados por um longo período, não poder brincar na rua como antes do golpe militar e, principalmente, o trauma de não tirar fotografias, é diretamente associado à memória do pai, perseguido pela repressão devido a uma foto. Esse impacto permanece em uma sociedade que não condenou os algozes do Estado e manteve até agora silenciada a memória da luta dos antigos militantes por democracia.

FAMÍLIA QUADROS

Entrevista realizada em 11 de junho de 2016

A Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis entrevistou João, Marcos, Beatriz e Maria, filhos e filhas de Fabrício Alves de Quadros e Ascensão Rodrigues de Quadros. Eles falaram sobre o golpe militar e a implantação da ditadura militar, procurando resgatar suas lembranças da época em que eram jovens e solteiros. Nos reunimos na casa de Marcos Alves de Quadros para conseguirmos estar num ambiente confortável para a família, visto que o tema a ser tratado era bastante sensível e porque, segundo eles, é um local onde costumam se reunir.

JOÃO ALVES DE QUADROS

Começamos a conversa com João que relatou o que viu no dia 1º de abril de 1964: uma movimentação intensa no sindicato dos ferroviários, sem entender muito bem o que estava ocorrendo, mas sentia a tensão nas ruas. Ele afirmou que foi a primeira vez que ingeriu álcool na vida, tinha 15 anos de idade e disse que, mesmo quando o pai e o irmão Saul estavam escondidos no sítio, não entendia bem o que se passava. Foi compreender melhor o processo que estava ocorrendo quando foi à Embaixada do Uruguai se despedir do pai e do irmão que estavam pedindo asilo para aquele país.

A posição da sociedade perante esses jovens foi insensível. João disse que nas ruas e dentro do ônibus as pessoas falavam que haviam prendido o “barbudo”, seu pai, sem se importar com a presença dele por perto. Na escola, onde havia muitos amigos e filhos de ferroviários, também sofreu com alunos e via com desconfiança o diretor do colégio, até que enfim, por não suportar mais, abandonou a escola: “A revolta cresceu dentro mim. Entrei em parafuso!”.

Numa entrevista de trabalho na empresa Café Solúvel perguntaram sobre sua posição a respeito da “revolução”. Ele deu uma resposta vaga e pensou que, nesse momento, “estava fora”, tinha perdido a vaga de trabalho. Mas ainda assim conseguiu o emprego. Ao falar sobre esse momento João traz à tona a questão de como empresas questionavam a posição ideológica de seus funcionários.

BEATRIZ QUADROS DE SOUZA

No início de seu testemunho Beatriz enfatizou o quanto aquela época foi difícil e contou que na tentativa de viver melhor, buscou o esquecimento.

Naquele período, Beatriz parou de estudar e começou então a fazer curso de costura. Durante uma aula a professora pediu às alunas que fizessem uma oração para que os comunistas fossem abatidos. Nesse momento sofreu ao saber que ela estava falando de seu pai, chorou muito e nunca mais voltou. Nesse sentido, disse como a sociedade era cruel e presenciou o afastamento de vizinhos e colegas, além dos cochichos.

O casamento de Beatriz em dezembro de 1964 foi um momento marcante de angústia para ela. Além da falta do pai, o matrimônio ocorreu em um período em que a família estava sofrendo muito com a repressão do 1º Batalhão, com buscas no sítio e com a mãe muito abalada. O pai, tendo retornado do exílio, estava refugiado no sítio, e não pôde entrar com Beatriz na Igreja. Ela conta que viveu uma constante tensão pela possibilidade da celebração ser interrompida por agentes da repressão na busca por Fabrício ou algum outro integrante da família.

Beatriz ressalta ainda outro momento importante para constar na lista do que a ditadura militar representou para a Família Quadros. Devido à fragilidade emocional em que todos se encontravam, ela disse que houve tentativas de apropriação de seu patrimônio. Ou seja, no momento em que o responsável Fabrício e o filho mais velho Saul estavam ausentes e a família ficou economicamente afetada, isso abriu brechas para pessoas interessadas tanto em comprar o sítio em São José, quanto a mercearia no Centro da cidade de Petrópolis. O assunto é abordado pelo irmão Marcos abaixo.

MARCOS ALVES DE QUADROS

Caçula dos dez filhos da Família Quadros, Marcos relata a reação em casa no dia do golpe. Ele tinha 13 anos e afirma que não entendia o que estava ocorrendo, somente percebia a angústia dos irmãos mais velhos e da mãe. Marcos lembra que Fabrício, por se afirmar comunista e desde o Estado Novo sofrer repressão,

não queria se refugiar, mas a companheira Ascensão pediu para que ele saísse de casa, levando com ele o filho mais velho, Saul Alves de Quadros.

Na época, Marcos lembra que, com um sobrinho de idade próxima a dele, assumiu a responsabilidade de abrir e tocar os negócios da mercearia da família. A família Quadros viveu então a situação de enfrentar “piquetes” defronte a loja, pois se tratava de um estabelecimento grande, com pessoas se manifestando frequentemente. Algumas dessas pessoas eram, inclusive, comerciantes próximos. E os clientes se afastavam por receio de serem vistos comprando na mercearia.

Marcos ressalta a importância da solidariedade dos amigos e de alguns clientes, pois houve quem os protegesse e os apoiasse, como o policial civil Jovelino que tinha afeto pela família e grande admiração por Fabrício.

Enquanto estudante, Marcos disse que foi incomodado por colegas e professores reacionários, o que incentivou a saída precoce da escola.

Economicamente, a família foi muito afetada e, em 1967, teve de fechar a mercearia. Ainda assim continuaram com a clientela do sítio que, no entanto, sofreu boicote de fornecimento de rações para o que era, na época, o maior parque aviário do Estado do Rio de Janeiro. Mesmo com apoio de sitiantes próximos, os Quadros tiveram de arrendar o parque aviário. O boicote inviabilizou a continuidade do negócio. Foi asfixiado até sucumbir.

Por ter passado a sua juventude na cidade, Marcos revela um pouco do cotidiano vivido pelos mais jovens em Petrópolis. Em um momento de muitos bailes, Marcos contou que em todo clube havia membros das forças de repressão, conhecidos como PVE – Polícia Vigilante do Exército, com cerca de quatro, cinco homens. Ele disse que havia abuso de poder desses homens.

Em seu depoimento, Marcos ressalta ainda que Fabrício era preso constantemente em datas festivas, como o Carnaval, por exemplo, e até mesmo em velórios. Ele cita Wilson Madeira como um dos perseguidores do pai. Lembra também o abuso de autoridade das forças policiais, inclusive numa situação em que tiveram a casa arrombada. Após algumas prisões de Fabrício Quadros no Batalhão de Caçadores, em Petrópolis, o capitão responsável pelos casos políticos pediu para que os familiares ligassem em casos como o citado anteriormente. De acordo com João Quadros, o capitão deve ter repreendido os policiais que invadiram a casa.

Marcos serviu ao Batalhão de Guardas (BG) do Exército em 1969 no Rio de Janeiro. A época coincide com a cassação dos direitos políticos de Fabrício e Saul Quadros. Ele afirmou que não passou por uma experiência negativa dentro do BG, pois o capitão a quem sua unidade estava subordinada, mesmo ciente de sua filiação não o perseguiu durante a prestação do serviço militar. No entanto, disse que sofreu por manifestações pontuais de um tenente e um sargento devido a seu sobrenome, tanto no batalhão do RJ, quanto no de Petrópolis. Na cidade, as perseguições vinham do Sargento Mauri, conhecido da família que mantinha uma pressão sobre Marcos, sem obter, no entanto, resultados desse assédio.

Marcos se emocionou ao falar sobre a união da família, de como os laços se mantiveram apesar do abalo sofrido durante o período da ditadura militar e as con-

sequências da perseguição sofrida até a atualidade. É uma família muito emotiva. Marcos disse ter taquicardia ao ouvir o som de sirenes, mas tem muito orgulho do pai e quer contar suas histórias. Informou ainda que a dificuldade de filhos de antigos militantes entrarem em contato a Comissão ocorre pelo medo que ainda os assola.

MARIA ALVES DE QUADROS CAMMAROTA

Maria é também responsável pelo livro “Fabrício: Quadros de uma Existência...” em que narra a vida do pai pela perspectiva de filha e também relata as histórias que Fabrício lhe contava. Dispondo de uma ótima memória e realizado um trabalho de pesquisa para a escrita do livro, Maria revela detalhes da vida da família na época.

No período do golpe, Maria cursava Pedagogia na Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Ela revelou à CMVP os preconceitos sofridos dentro da faculdade, como o afastamento de colegas e disse que “se sentia fora do contexto”. Maria também lembra que, no segundo semestre de 1964, ingressaram no curso de Pedagogia, um militar, que ela não se recorda o nome, e também Paulo Evaristo Arns que, nesse momento, era muito próximo do Bispo Diocesano D. Manuel, que fazia parte da Igreja Católica bastante reacionária.

Durante todo o curso, Maria conta que teve o apoio de dois professores da UCP: Teresinha Barbosa e Eduardo Prado. Ambos, respeitavam o estado emocional de uma filha de militante perseguido e que foi preso muitas vezes durante sua graduação. Apesar de ter concluído o curso universitário em Pedagogia, Maria não conseguiu trabalhar, sofreu assédio e nunca teve a oportunidade de atuar na área em que se graduou.

Sobre a história do pai, contou que ele voltou do Uruguai para Petrópolis de ônibus, seis meses depois de sua partida e seguiu para o sítio da família, em São José do Vale do Rio Preto, para aguardar o fim do prazo legal da prisão preventiva para afinal se apresentar: a data era 6 de janeiro de 1965. Naquele dia então, ele se apresentou ao juiz Paulo Gomes da Silva e, apesar de poder responder ao processo judicial em liberdade, foi sequestrado imediatamente após a saída do fórum, sendo colocado em uma caminhonete. Com isso, sua família ficou sem notícias por meses. Ela conta que só ficou sabendo do paradeiro de Fabrício em março de 1965, por meio da interseção de freiras que foram em busca de Fabrício na 67ª Delegacia, numa ação de solidariedade à família.

Com base nas informações dos familiares e a documentação da 67ª delegacia, pode-se afirmar que Fabrício ficou sequestrado por dois meses. Para a filha Maria, ele disse apenas que foi preso, mas não soube explicar para onde foi levado. Segundo ele, na época, não se dizia onde estava.

A Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis constatou que, de 6 de janeiro de 1965 a 11 de março de 1965, Fabrício Alves de Quadros, junto com Juarez de Azevedo Almeida e Pedro Lopes Neves, estaria sob custódia dos órgãos de repressão do Estado, possivelmente, em um centro secreto de torturas. Fabrício se apresentou saudável à Justiça em 6 de janeiro e foi apresentado no dia 11 de março à 67ª Delegacia muito debilitado. Abaixo está o documento da Delegacia de Polícia afirmando que os presos Fabrício Alves de Quadros, Juarez de Azevedo Almeida e Pedro Lopes Neves

DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DA DECIMA PRIMEIRA ROTEIRO POLICIAL

Ofício nº 319/65-CANTÓRIO.

Petrópolis, 12 de Março de 1965.

Faz solicitação.

M. Juiz,

A Delegacia Regional e a Cadeia Pública não dispõem de acomodações adequadas à permanência de presos políticos, sobretudo dotados de enfermidade grave. Mantê-los em sala especial significa a ocupação de um setor de trabalho normal, o que de imediato se entende impossível.

2. Nesta conformidade, encorajo a V. Exa. e obedeço a determinação de determinar a remoção dos presos antes mencionados a esta Delegacia para o presídio competente em Itaperó. São eles os comunistas e subversivos FERNANDO ALVES DE OLIVEIRA, JUAN DE AZEVEDO ALMEIDA e PEDRO LOPES NEVES.

Renovo a V. Exa. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

João de Oliveira Albuquerque

Delegado Regional

Ao Exmº Sr. Dr. Paulo Gomes da Silva
DD. Juiz de Direito da 3ª. Vara Criminal - Petrópolis.

estavam “dotados de enfermidade grave”. Provavelmente era uma referência ao caso de Juarez, então acometido por tuberculose. O então delegado regional, João de Oliveira Albuquerque, pediu a transferência dos presos para Niterói, pois na delegacia da cidade não havia acomodações adequadas para recebê-los.

Outro momento de sequestro de Fabrício de Quadros aconteceu no sepultamento do senhor Phellipo Gelli². Desta vez, foi interceptado pelo Secretário de Segurança Pública, Homem de Carvalho, e teve que entrar em uma “veraneio” marrom, onde foi vendado, percebeu que ficaram dando voltas e foi levado para uma casa, onde ficou por um ou dois dias e depois teria sido levado para Niterói. A visitação a Fabrício na prisão, em Niterói, pela família, só foi possível em maio, quando Maria Alves foi até o local e percebeu que o pai estava fazendo greve de fome.

Para a CMVP o que corrobora que o sequestro foi utilizado como forma de atuação dos agentes da repressão é o uso de uma casa utilizada como centro de tortura que passou a ser conhecida após a denúncia de Inês Etienne Romeu, considerada a única sobrevivente da Casa da Morte, por onde passou em 1971. A entrevista prestada por Paulo Malhães, agente da repressão responsável pelo Centro Clandestino de torturas em Petrópolis³, confirma que haviam outras casas usadas para os mesmos fins na cidade. Em seu depoimento, ele as chama de “aparelhos de temporada”, ou seja, não eram locais da estrutura oficial.

Percebemos assim, a partir do caso de Fabrício Quadros que, em 1965, ano da prisão dos membros do PCB de Petrópolis, esse tipo de estrutura já estava sendo utilizado pelos órgãos da repressão.

Maria também lembra de Pedro Lopes Neves, ferroviário que foi ao sítio da família algumas vezes para se recuperar após ser vítima de prisões e torturas que o deixaram em frangalhos. Em decorrência desta violência, Pedrinho, como era conhecido pelos amigos, faleceu em 17 de junho de 1966.

Fabrício de Quadros não deixava de pensar nos companheiros que, como ele, estavam presos. Pedia para os seus filhos que não deixassem de enviar cestas básicas para as famílias deles, para ajudar as companheiras que tiveram de assumir o papel de arrimo de família e de cuidar sozinhas de seus filhos que passaram a sofrer diretamente as represálias da sociedade.

Maria fala dos preconceitos antes do golpe na escola e onde morava, o que estimulou a família a mudar para a Rua Sargento Boening.

As coisas nos marcaram muito de perto, nos afetaram muito...Nos marcaram muito, muito... As nossas marcas são visíveis quando nós começamos a falar nelas porque nós procuramos dentro daquilo que fomos. A nossa família era uma família bem estruturada, uma família onde nós tivemos a alegria de fazer parte. Então a nossa alegria é que faz apagar um pouco essa.. Essa mágoa, essa até... a revolta em alguns né?! Daquilo tudo que nós passamos nessa época.

2. Mario Phellipo Gelli, sepultamento dia 31 de maio de 1972.

3. Casa da Morte é reconhecida como o principal centro secreto de torturas e morte da Ditadura Militar, localizada na cidade de Petrópolis.

Nos testemunhos de Breno, Elizabeth e dos irmãos Quadros, constam os nomes de pessoas que desapareceram da cidade após o golpe, como José Carlos Carvalho, estudante de Filosofia e membro do Centro Acadêmico São Tomás de Aquino, além de Eduardo Prado, professor da UCP, que foi afastado por acusação de comunismo.

Os agentes da repressão citados nos testemunhos são: Tião Cachaça, que arrombou a casa da família Quadros e foi um dos policiais retirados da casa pelos jovens; Sargentos Helmar e Pedro Henrique, sendo que este último cuspiu no rosto de Saul, quando ele foi⁴ preso e levado para o BC, conforme relata Maria Alves de Quadros na página 175 de seu livro; Miloski; Wilson Madeira; Homem de Carvalho e Saul Alves.

ENIVALDO GONÇALVES

Entrevista realizada em 28 de abril de 2016.

“Guarda-chuva da ditadura militar” foi o termo cunhado por Enivaldo Gonçalves em sua entrevista para explicitar como o regime conferiu aos policiais civis e militares a sensação de poder e de impunidade para assacar os trabalhadores, em sua maioria os mais pobres e negros da sociedade:

A minha experiência de regime militar é de uma criança, que vai trabalhar aos nove anos de idade – “apesar da economia do país estar bem” como eles diziam – para ajudar a sustentar a família. Estudava à noite, fui emancipado aos treze anos de idade para poder tirar minha carteira de trabalho, que eu aprendi a carregar no bolso traseiro da calça, porque nessa época nós não podíamos ser parados pela polícia sem ter a carteira de trabalho no bolso assinada. Senão era preso, era vadio, preso como vadio, flagrante de vadiagem.

A nossa juventude, a minha juventude, da minha época, viveu esse período sob essas práticas. É o reflexo do que chamei há pouco do grande “guarda-chuva” da ditadura, que dá aos policiais civis e militares uma sensação de poder e de liberdade de fazer o que bem entender. De impunidade contra o povo pobre, carente e trabalhador. Isso foi o que eu vivi, foi o que eu assisti, durante a ditadura.

Se havia carta branca para a tortura e o assassinato de pessoas de classe mais abastada que tinham advogado, tradição, escolaridade, deve-se pensar o que foi para a população mais pobre, que foi entregue aos carrascos da ditadura.

Começamos da forma mais simples, o chamado “flagrante da vadiagem”. A oposição entre o trabalho e a vadiagem que obrigava o trabalhador a andar com carteira de trabalho assinada no bolso, excluía o trabalhador mais pobre que muitas vezes não tinha a carteira de trabalho assinada por fazer serviços autônomos. Bezerra da Silva, sambista e compositor de música afirma no documentário “Onde a Coruja Dorme”, que vez ou outra era levado para o “xadrez” porque não

4. QUADROS, Maria Alves p.175

tinha carteira de trabalho. Lembra: “estava subindo o morro, os canas chegavam e me levavam, sabe como é, tinham que bater a meta”⁵.

Se Bezerra da Silva conta essa história ocorrida na cidade do Rio de Janeiro com humor, Enivaldo Gonçalves apresenta histórias parecidas em Petrópolis como muita dor e medo.

Ele lembrou da carteira de trabalho amassada, com marcas que já abriam na página certa, para evitar maiores problemas.

Mas Enivaldo nos conta também um outro lado da história da sua vida – um menino mais velho, responsável por ajudar no sustento da família, visto que o salário recebido pela mãe, abandonada pelo pai, não bastava.

Ele contou ainda à CMVP sobre a tortura de sua irmã pré-adolescente com 11 anos de idade, que teve seus pequenos seios apertados por um policial que queria saber o destino de seu irmão Vladimir, praticante de pequenos furtos no centro da cidade. Vladimir ficou preso por cerca de sete anos de sua breve vida que foi ceifada por um policial com uma suposta acusação de auto de resistência. Cumpria-se assim a sentença: “Em Petrópolis bandido não se cria”

No período da ditadura militar, a PM ficou responsável tanto pela repressão política, relacionada ao regime ditatorial, como pela repressão da criminalidade urbana a partir da vigilância das ruas. A entrada da PM no policiamento ostensivo nos anos de 1970 marcou a segurança pública brasileira, pois coincidiu com o início do crescimento da letalidade policial no cenário urbano até os dias atuais.⁶

É importante sublinhar que a tortura não é mera violência aleatória e momentânea feita por um agente policial em estado de tensão diante de uma situação de confronto. Trata-se de uma técnica sistemática de uso da violência extrema, atroz e propositalmente pensada para ferir o corpo e a psique do preso.

Sendo um sistema, a tortura não é um ato isolado do torturador, uma decisão de porão, um excesso. Foi aprendida em cursos para militares e policiais selecionados, com a utilização de presos em aulas práticas. As principais técnicas utilizadas no Brasil foram desenvolvidas pelos nazistas, pelos franceses e pelos norte-americanos. Mas a criatividade nacional também contribuiu muito para essa história triste, com a criação, por exemplo, do pau-de-arara para imobilizar e espancar os presos.

A tortura está baseada na combinação de três elementos principais: humilhação, dor extrema e ruptura da sanidade mental dos presos. Com menor ou maior grau de violência física, era uma decisão dos comandos das equipes de interrogatório. Em muitos casos, a humilhação já abalava a força mental do preso. Vale lembrar que a primeira lição das aulas de tortura era deixar o prisioneiro nu durante as sessões, para melhor humilhá-lo e feri-lo em sua dignidade humana.

5. Documentário: “Onde a coruja dorme”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=PK9VmNNEB98>

6. Documentário: “Onde a coruja dorme”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=PK9VmNNEB98>

Testemunhos prestados à Comissão Municipal da Verdade

Testemunho: ENIVALDO GONÇALVES

Data de nascimento: 11/11/1960

Local de nascimento: Petrópolis

Mediadores: Eduardo Stotz, Maria Helena Arrochellas, Rafane Paixão

Data: 28 de abril de 2016

Formato: Audiovisual

Local: CAALL Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade

Testemunho: JOÃO ALVES DE QUADROS

Data de nascimento: 11/11/1960

Local de nascimento: Petrópolis

Mediadores: Eduardo Stotz, Glauber Montes, Rafane Paixão, Roberto Schiffler

Data: 11 de junho de 2016

Formato: Áudio

Local: Estrada de Cascatinha, Petrópolis, RJ

Testemunho: BEATRIZ QUADROS DE SOUZA

Data de nascimento: 20/05/1946

Local de nascimento: Petrópolis

Mediadores: Eduardo Stotz, Glauber Montes, Rafane Paixão, Roberto Schiffler

Data: 11 de junho de 2016

Formato: Áudio

Local: Estrada de Cascatinha, Petrópolis, RJ

Testemunho: MARCOS ALVES DE QUADROS

Data de nascimento: 26/09/1950

Local de nascimento: Petrópolis

Mediadores: Eduardo Stotz, Glauber Montes, Rafane Paixão, Roberto Schiffler

Data: 11 de junho de 2016

Formato: Áudio

Local: Estrada de Cascatinha, Petrópolis, RJ

Testemunho: MARIA ALVES DE QUADROS

Data de nascimento: 09/06/1943

Local de nascimento: Petrópolis

Mediadores: Eduardo Stotz, Glauber Montes, Rafane Paixão, Roberto Schiffler

Data: 11 de junho de 2016

Formato: Áudio

Local: Estrada de Cascatinha, Petrópolis, RJ

Testemunho: JOSÉ LEOCÁDIO GONÇALVES

Data de nascimento: 23/03/1929

Local de nascimento: Itaperuna, RJ

Mediadores: Eduardo Stotz

Data: 30 de agosto de 2016

Formato: Áudio

Local: Petrópolis, RJ

Testemunho: ELISABETH MARIA DA SILVA MALLER

Data de nascimento: 16/09/1956

Local de nascimento: Petrópolis

Mediadores: Eduardo Stotz, Maria Helena Arrochellas, Rafane Paixão

Data: 1 de setembro de 2016

Formato: Áudio

Local: CAALL – Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade

Testemunho: LEONARDO BOFF

Mediador: Rafael Teixeira

Data: 14 de setembro de 2016

Formato: Áudio

Local: Araras, Petrópolis, RJ

Testemunho: JOSÉ BEZERRA DA SILVA

Mediadores: Glauber Montes, Rafane Paixão

Data: 5 de outubro de 2016

Formato: Áudio

Local: Rio de Janeiro, RJ

Testemunho: JOAQUIM ELOY DUARTE DOS SANTOS

Data de nascimento: 10/02/1935

Local de nascimento: Petrópolis

Mediadores: Eduardo Stotz, Maria Helena Arrochellas, Rafane Paixão

Data: 11 de outubro de 2016

Formato: Audiovisual

Local: CAALL Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade

Testemunho: AGENTE DA REPRESSÃO

Data: 13 de novembro de 2016

Testemunho: ARTHUR LEONARDO DE SÁ EARP

Data de nascimento: 06/12/1937

Local de nascimento: Petrópolis

Mediadores: Eduardo Stotz, Maria Helena Arrochellas, Rafane Paixão

Data: 19 de outubro de 2016
Formato: Audiovisual
Local: CAALL Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade

Testemunho: JOSÉ HUGO DE SOUZA
Mediador: Rafael Teixeira
Data: 29 de outubro de 2016
Formato: Áudio
Local: Convento do Sagrado Coração de Jesus, Petrópolis, RJ

Testemunho: JOSÉ LUIS DE CASTRO
Mediador: Rafael Teixeira
Data: 4 de novembro de 2016
Formato: Áudio
Local: Convento do Sagrado Coração de Jesus, Petrópolis, RJ

Testemunho: NÁDIA FRIAÇA
Mediadores: Maria Helena Arrochellas e Rafael Teixeira
Data: 24 de novembro de 2016
Formato: Áudio
Local: Petrópolis, RJ

Testemunho: ALMIR NEUMANN
Data de nascimento: 23/04/1933
Local de nascimento: Petrópolis
Mediadores: Eduardo Stotz, Rafane Paixão
Data: 25 de novembro de 2016
Formato: Áudio
Local: CAALL – Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade

Testemunho: YVES DO AMARAL LESBAUPIN
Mediador: Rafael Teixeira
Data: 28 de novembro de 2016
Formato: Áudio
Local: Instituto Teológico Franciscano, Petrópolis, RJ

Testemunho: CREZIO AZEVEDO DE SOUZA
Local de nascimento: Rio Grande do Norte
Mediadores: Eduardo Stotz, Rafane Paixão
Data: 10 de janeiro de 2017
Formato: Audiovisual
Local: Rua do Imperador, 449, Petrópolis, RJ

Testemunho: NEYLOR JOSÉ TONIN

Mediador: Rafael Teixeira

Data: 19 de janeiro de 2017

Formato: Áudio

Local: Convento do Largo da Carioca, Rio de Janeiro, RJ

Testemunho: JOSÉ ALAMIRO ANDRADE SILVA

Mediador: Rafael Teixeira

Data: 19 de janeiro de 2017

Formato: Áudio

Local: Convento do Largo da Carioca, Rio de Janeiro, RJ

Testemunho: SINVAL ITACARAMBI LEÃO

Mediador: Rafael Teixeira

Data: 17 de fevereiro de 2017

Formato: Audiovisual

Local: Convento de Santo Antônio do Pará, SP

Testemunho: SALVADOR LUÍS GOMES FERNANDES

Mediadores: Eduardo Stotz, Rafane Paixão

Data: 21 de março de 2017

Formato: Audiovisual

Local: Petrópolis, RJ

Testemunho: DENNIS CROSS

Mediadores: Maria Helena Arrochellas, Rachel Wider, Rafane Paixão

Data: 20 de abril de 2017

Formato: Áudio

Local: Petrópolis, RJ

Testemunho: ZELMA ALVES DE AZEVEDO RABELLO

Mediadores: Adriana Fernandes, Rafane Paixão, Roberto Schiffler Neto

Data: 1º de junho de 2017

Formato: Áudio

Local: Leme, RJ

Testemunho: WILSON MADEIRA FILHO

Data de nascimento: 7/02/1961

Mediadores: Rafane Paixão, Roberto Schiffler Neto

Data: 1º de junho de 2017

Formato: Áudio

Local: Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

Testemunho: MARCOS AURÉLIO REIS MADEIRA

Data de nascimento: 15/09/1945

Local de nascimento: Niterói, RJ

Mediadores: Eduardo Stotz, Rafane Paixão, Roberto Schiffler Neto

Data: 14 de junho de 2017

Formato: Audiovisual

Local: Sala da CMV, Petrópolis, RJ

Testemunho: ANA MARIA MARTINS SCORZELLI RATTES

Mediadores: Eduardo Stotz, Maria Helena Arrochellas, Rafane Paixão

Data: 3 de agosto de 2017

Formato: Audiovisual

Local: Sala da CMV, Petrópolis, RJ

Testemunho: ALCEBÍADES LOPES JUNIOR

Data de nascimento: 21/08/1933

Local de nascimento: Petrópolis, RJ

Mediadores: Eduardo Stotz, Rafane Paixão

Data: 5 de agosto de 2017

Formato: Audiovisual

Local: Rua 16 de Março, Petrópolis, RJ

Testemunho: LUIS DE FRANÇA COSTA LIMA FILHO

Data de nascimento: 18/03/1937

Local de nascimento: São Luis, MA

Mediadores: Adriana Fernandes e Eduardo Stotz

Data: 4 de dezembro de 2017

Formato: Audiovisual

Local: Rio de Janeiro, RJ

Testemunho: JOSÉ MARIA DE MORAES

Local de nascimento: Barão de Monte Alto, Muriaé, MG

Mediadores: Eduardo Stotz

Data: 23 de fevereiro de 2018

Formato: Áudio

Local: Petrópolis, RJ

Testemunho: PAULO AMARANTE

Mediadores: Glauber Montes

Data: 15 de junho 2018

Formato: Áudio

Local: Rio de Janeiro, RJ

Testemunho: PAULO MOURA
Mediadores: Eduardo Stotz e Norton Ribeiro
Data: 28 de julho de 2018
Formato: Áudio
Local: Petrópolis, RJ

Testemunho: MARIO DA COSTA SOARES
Local de nascimento: Natividade do Carangola, RJ
Mediadores: Diego Grossi
Data: 31 de julho de 2018
Formato: Áudio
Local: Sala da CMV, Petrópolis, RJ

Testemunho: NEIDE MIRANDA FILHA
Mediadores: Diego Grossi, Roberto Schiffler Neto
Data: 14 de agosto de 2018
Formato: Áudio
Local: Petrópolis, RJ

Testemunho: ANTÔNIO HENRIQUE LAGO
Data de nascimento: 1º/08/1948
Mediadores: Eduardo Stotz e Pedro Leal
Data: 29 de agosto de 2018
Formato: Áudio
Local: Rio de Janeiro, RJ

Livros, artigos e periódicos

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Um relato para a história. Pref. D. Paulo Evaristo Arns. 8ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1985.

BOMTEMPO, Rubens de Castro. *Estação Petrópolis: memórias de um médico que não perdeu o trem da História*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006.

MACHADO, Paulo Henrique. *Pão, terra e liberdade na Cidade Imperial: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935*. Petrópolis: Paulo Henrique Machado, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64: a experiência carioca*. *Lutas Sociais* – Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PUC/SP. São Paulo, 1999.

MESQUITA, Pedro Paulo Aiello. *A formação industrial de Petrópolis: trabalho, sociedade e cultura operária (1870-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros/ seleção de textos e introdução Maria Stella Martins Bresciani: tradução Denise Bottmann*^o – 7ª Ed.– Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral*” In: Projeto História n15:13-69, 1997.

QUADROS, Maria Alves de. *Fabício: Quadros de uma existência*. Petrópolis, ed. da autora, 2011.

RIBEIRO, Norton. *Petrópolis, cidade operária: a trajetória do movimento operário na Indústria Têxtil (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2014.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Documentários e testemunhos

“**Onde a Coruja Dorme**”. Simplício Neto, Márcia Derraik, 2012.

“**Você também pode dar um presunto legal**”. Sérgio Muniz, 1971.

Arquivos

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ

Biblioteca Central Municipal Gabriela Mistral, Centro de Cultura Raul de Leoni, Arquivo Histórico Municipal de Petrópolis.

Centro Alceu Amoroso Lima para Liberdade – CAALL, Arquivo Tristão de Athayde.

Museu Imperial, Arquivo Histórico do Museu Imperial, Arquivo da 67ª Delegacia de Polícia de Petrópolis.

A black and white photograph showing a group of people. On the left, a man in a military uniform with a peaked cap looks towards the center. Next to him is an older man in a suit and glasses, who is gesturing with his right hand towards a young girl in the foreground. The girl has her arms crossed and is looking towards the man in the suit. To the right of the girl, there are several other men in suits, some looking towards the camera and others looking towards the group. The background shows the facade of a building with classical architectural elements like columns and arches.

TEXTOS TEMÁTICOS

1.

Do nazi-fascismo à ditadura militar: os casos Padilha e Ladders (1930-1964)

Coletivo da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis

Durante seus trabalhos, Rosa Cardoso, da Comissão Nacional da Verdade (CNV) chegou a cogitar a existência de uma relação entre o movimento nazista e a “Casa da Morte” de Petrópolis¹, o que nos levou a explorar essa possibilidade por meio da pesquisa descrita na presente parte do relatório e que, é preciso ressaltar, não tenta esgotar as possibilidades em torno do assunto.

A exploração desta possibilidade tem apoio nos estudos sobre as grandes mobilizações de caráter fascista (declaradamente nazista ou o integralismo) ocorridas na cidade nos anos 1930 (ALCÂNTARA, 2013, 2014; MACHADO, 2008) e na identificação de uma linha de continuidade entre alguns traços do movimento integralista e o regime militar (CALIL, 2004). Nesta perspectiva, desenvolveremos um estudo de caso envolvendo dois nomes, cujas identidades e trajetórias políticas, examinadas à luz da documentação pesquisada pela Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, permitem estabelecer uma ligação entre o fascismo e o regime militar em Petrópolis.

São eles: Raymuno Padilha, principal líder integralista de Petrópolis nas décadas de 1930/1940 e Ricardo Ladders, dono originário do imóvel conhecido como “Casa da Morte”, propriedade cedida por seu filho, Mario Ladders, às Forças Armadas no começo dos anos 1970 para ser usada como centro clandestino de torturas e execuções em Petrópolis.

Raymundo Delmiriano Padilha tem um extenso currículo de serviços prestados aos grupos conservadores do país e ao qual reservaremos, aqui, maior atenção. A reconstrução da trajetória política de Padilha permite identificar um elo entre o fascismo brasileiro nos anos 1930 e o regime militar pós-1964. Assim, observa-se na sua trajetória política: sua atuação, desde o início dos anos de 1930, no movimento integralista, centrada em Petrópolis e já como um dos mais destacados líderes fascistas brasileiros, passando pelo período de clandestinidade do movimento após 1938, retornando à legalidade democrática nos anos de 1950 e

1. Possibilidade levantada, em entrevista ao Portal UOL no dia 25 de março de 2014, pela integrante da CNV.

1960 até a derrubada do governo de João Goulart em 1964 e a instauração da ditadura militar no Brasil. Eleito deputado pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), passou a ser o líder do governo Castelo Branco no Congresso e, finalmente, tornou-se, por eleição indireta, governador do Estado do Rio de Janeiro.

Ricardo Lodders, identificado em sua ficha no Dops (fundo Polícia Política, APERJ) como “corretor de cambio e ex-cônsul Honorário do Brasil” possui uma trajetória menos revelada. Além de ser o primeiro proprietário do imóvel que ficou conhecido como “Casa da Morte”, teve a sua casa em Petrópolis depredada e assaltada pela população na onda de ataques contra propriedades alemãs ocorrida na cidade em 1942 por conta da II Guerra Mundial. No mesmo ano foi acusado pela ditadura de Getúlio Vargas por suspeita de espionagem para a Alemanha nazista – acusação feita também a Padilha.

No caso de Padilha a ligação com o fascismo já era explícita. Iniciou sua atuação sendo o “chefe” do movimento integralista na cidade de Petrópolis, tendo expressiva atuação nos embates que ocorreram entre os fascistas e os “aliancistas” em 1935. Tempos depois o líder integralista foi um dos articuladores da resistência às imposições do Estado Novo na cidade, chegando a ter sua prisão decretada após ser descoberto um arsenal que estava sendo reunido para auxiliar na tentativa de golpe contra Getúlio Vargas em 1938. Neste episódio Padilha deixou Petrópolis e só voltaria à cidade alguns anos mais tarde, durante o período de ilegalidade do movimento integralista. Padilha exerceu, a partir daí, seu cargo de funcionário do Banco do Brasil, mas continuando a representar Plínio Salgado no Brasil. Ainda nesse momento foi o responsável pela articulação dos ex-integralistas e pela manutenção do movimento coeso. No auge de sua atuação foi acusado de participar do esquema de colaboração com a espionagem alemã no Brasil.

No período da chamada “experiência democrática” Padilha teve uma atuação marcada pela adesão a partidos de caráter conservador, como o Partido de Representação Popular (PRP) – uma tentativa dos integralistas de participarem do jogo político após o Estado Novo – e a União Democrática Nacional (UDN). Sua plataforma política foi a defesa dos ideais integralistas como a propriedade privada e o latifúndio, os supostos valores cristãos, a família tradicional e o anticomunismo. Sua atuação sempre foi crítica, mas perdia força quando era atacado por seu passado integralista e acusado por seus opositores de espionagem e colaboracionismo.

Durante a ditadura militar, Padilha manteve a defesa de suas pautas, mas sempre se esforçou para estar próximo ao poder. Defendeu as suas crenças na Arena, até que finalmente chegou a seu último posto na vida pública, ao cargo de governador. Mesmo ganhando proeminência nacional, os laços entre Padilha e Petrópolis nunca foram abandonados. Padilha manteve ligações com a cidade quando, por exemplo, foi liberado da acusação de espionagem por Olindo Denys, chefe de polícia e irmão de Odílio Denys, comandante do Batalhão de Caçadores de Petrópolis, ou ainda, quando se reuniu com industriais de Petrópolis na fábrica de tecidos Dona Isabel para discutir o fim da estabilidade e a criação do FGTS. Embora aliado do regime, era acompanhado de perto pelos agentes da ditadura, que fizeram extensos relatórios sobre as atividades do deputado e depois governador.

A ascensão da ameaça fascista

Numa análise mais ampla, não era só no Brasil que o fascismo ganhava terreno. Desde os anos de 1920, o fascismo vinha representando uma força política crescente na Europa. Países como a Romênia e a Hungria já haviam presenciado movimentos semelhantes, mas foi na Itália de Benito Mussolini que o fascismo ganhou sua projeção mundial. Com o discurso de resgate das glórias do antigo Império Romano e de retirar a Itália da situação de humilhação e decadência após a Primeira Guerra Mundial, Mussolini ganhou mentes e corações. Mas para chegar à condição de líder incontestável da Itália, é evidente que Mussolini precisava apresentar resultados práticos de seu discurso. E foi o que aconteceu. A Itália entrou num ciclo de crescimento e de otimismo que dava as credenciais necessárias ao *Duce* pra comandar a arrancada de sucesso de seu país. No entanto, nem só de promessas e ganhos vivia o fascismo italiano. (HOBSBAWN, 2011).

Além das conquistas econômicas, Mussolini acumulava outros “sucessos” aos olhares dos simpatizantes. O fascismo tornava-se um modelo político impressionante para as autoridades estrangeiras que assistiam aos desfiles e discursos do italiano acompanhados por milhares de expectadores inebriados com sua retórica. A disciplina militar também era uma forma de demonstração de controle das massas por Mussolini, o que chamava a atenção principalmente pelo fato de o líder ser um militar (HOBSBAWN, 2011).

Porém mais atraente para as lideranças que acompanhavam de longe o fascismo era a possibilidade de existência de um programa que, de certa forma, surgia como uma alternativa aos modelos políticos existentes na época, como o recentemente “fracassado” capitalismo liberal e o socialismo da Revolução Russa. E foi nesse vácuo que o fascismo cresceu na Europa, assim como foi nesse vácuo que o fascismo se fortaleceu no Brasil também. A crise remanescente da Primeira Guerra Mundial, acentuada ainda mais pela crise de 1929, chegou ao país deixando um quadro difícil de ser resolvido pelas autoridades da época (HOBSBAWN, 2011).

Neste ambiente é que surgiu a Ação Integralista Brasileira (AIB). A associação foi fruto de um curto período de democratização que ocorreu após a instauração da Constituição de 1934, em que a liberdade política momentânea permitiu o estabelecimento de grupos políticos bem organizados e estruturados, tanto com inspirações fascistas (como o caso da AIB) tanto como grupos que se espelhavam na revolução dos trabalhadores que ocorreu na Rússia alguns anos antes. Os integralistas compunham um grupo organizado em torno da liderança do jornalista e intelectual Plínio Salgado. Seus partidários captavam toda a ritualística militar (embora boa parte deles jamais tenham sido militares), principalmente o princípio de hierarquia. Como seus congêneres europeus, a AIB combatia a expansão comunista partindo inclusive para o ataque direto contra os militantes de esquerda. Em Petrópolis, por exemplo, assassinaram o operário Leonardo Candu em 09 de junho de 1935, quando este participava de uma manifestação da Aliança Nacional Libertadora na cidade (MACHADO, 2008). Além dessas características, a associação defendia um nacio-

nalismo de direita e, concomitante a isso, pregava o nativismo, a valorização do passado indígena brasileiro. Moralmente conservadores, a base social que compunha o movimento era de membros das camadas médias da sociedade, muito próximos ao catolicismo e ao espiritualismo. Resumidamente, a AIB era uma associação que atuou no Brasil nos anos de 1930, com forte caráter fascista. Um dos mais ativos membros desse grupo foi o integralista Raymundo Delmiriano Padilha.

Raymundo Padilha nasceu no Rio de Janeiro em 1899. Embora tenha estudado Direito, sua formação deu-se em Economia. Mas foi na política que Padilha encontrou terreno fértil para a construção de sua vida profissional. No início da década de 1930 se juntou ao “Clube 3 de Outubro”, que visava aprofundar as reformas defendidas pelos revolucionários de 1930. Depois manteve contato com as primeiras idéias fascistas vindas da Europa por meio de Plínio Salgado, chegando o momento em que participou da criação da Ação Integralista Brasileira.

Nesse contexto, Raymundo Padilha iniciou forte atuação política em favor do movimento em Petrópolis. Ainda liderou a criação dos núcleos integralistas em Niterói e posteriormente na Guanabara. Padilha atuou militando na AIB desde a sua fundação e foi o principal articulador do movimento no estado do Rio de Janeiro. Utilizou também vários meios de comunicação a que tinha acesso para divulgar a “ideologia integral” em jornais como *A Marcha*, *A Tribuna de Petrópolis*, *O Jornal*, bem como a organização de peças teatrais com temática integralista de cunho didático e panfletário (OLIVEIRA, 2014). Além disso, neste início do movimento, foi responsável pela organização de uma das maiores passeatas integralistas, reunindo em torno de quatro mil pessoas. A adesão de massa obtida pelo movimento em Petrópolis alcançou grande repercussão não só dentro do movimento – que buscou a cidade para sediar o Segundo Congresso Nacional Integralista – como também mobilizou seus oponentes durante a atuação legalizada da AIB. A formação de um bloco de oposição ao crescimento do movimento integralista na cidade (a Aliança Nacional Libertadora) culminou no enfrentamento direto entre integralistas e “aliancistas” nas ruas de Petrópolis. Tais acontecimentos levaram Padilha a galgar rapidamente postos de confiança dentro da AIB. Alcançando ainda mais poder, chegou ao “Conselho Supremo” e tornou-se chefe do então “partido” no Rio de Janeiro, em 1936 (OLIVEIRA, 2014).

Quando Getúlio Vargas desfechou o golpe do “Estado Novo” em 1937, os integralistas entenderam que seu momento de chegada ao poder estava bem próximo. O Estado Novo inicialmente gerou uma sensação de conquista, logo perdida quando todos os partidos políticos, inclusive a AIB, são proibidos e, portanto, colocados na ilegalidade. Com a reviravolta do jogo político, os integralistas optaram pela via golpista, mas as forças do governo de Vargas estavam bem articuladas e impediram a escalada dos golpistas (MAIO e CYTRYNOWICZ, 2003).

O fechamento da AIB representou o início da ação clandestina de diversos integrantes do movimento, que não se conformaram com a decisão do governo de extinguir a entidade. Um exemplo disso foi a continuidade da atuação, de maneira ilegal, do núcleo de Petrópolis. Como destaca Oliveira, houve uma suspeita

de que o núcleo local chefiado por Padilha estaria armazenando armas e munição de vários calibres. A suspeita se concretizou após uma intervenção da polícia que conseguiu destruir o arsenal escondido. A partir daí, as ações da polícia varguista se intensificaram na cidade até a invasão da sede do movimento, que culminou com a apreensão de arquivos e mais armamentos no local. Um destaque deve ser dado a uma chamada “lista negra do movimento integralista”, que seria um dossiê sobre pessoas influentes na sociedade petropolitana que pudessem representar alguma ameaça ao “credo verde”. A lista seria uma ferramenta de manutenção de constante vigilância dos integralistas desta cidade a elementos de destaque e importância (OLIVEIRA, 2014, p. 52). No entanto, Padilha, que era uma das cabeças articuladoras da tentativa de insurreição, foi localizado em uma fazenda em Minas Gerais e preso, ficando detido por aproximadamente três meses.

Com o fracasso do levante, Plínio Salgado exilou-se em Portugal, indicando Raymundo Padilha para substituí-lo na chefia do movimento no Brasil e dando as diretrizes para seu trabalho por meio de uma correspondência, entre 1939 a 1940. Padilha procurou articular-se com os chefes remanescentes, menos atingidos pelas medidas punitivas do governo, particularmente os de São Paulo.

Da II Guerra Mundial ao regime militar

Um relatório da polícia política datado de maio de 1941 demonstra claramente as articulações ainda ativas dos integralistas na cidade da região serrana do Rio de Janeiro. Pelo documento, “os esforços das investigações em Petrópolis estão coroados de êxito”. Existiu, pelo menos até a data do documento, uma ativa organização dos integralistas no município, que possuía o apoio de Padilha. Relatando nomes dos que ainda mantinham ligações com a doutrina, o agente descreve que

...o ambiente em Petrópolis é de sensação porque os integralistas estão se reunindo ali quasi (sic) que ostensivamente, deante da afirmativa que é feita pelos elementos do comitê de que estão agindo com consentimento do Sr. Presidente da República e do Sr. Ministro da Guerra (APERJ. Fundo PPRJ. Assunto Raymundo Padilha. Setor Integralismo. Relatório de 05/12/1941).

Alguns pontos do documento são importantes. O primeiro é a continuidade do movimento, que permanece na virada de 1941/1942. Outra questão que chama a atenção é o fato de que os integralistas, de certa forma, começaram a divulgar a versão de que teriam apoio de Vargas, numa espécie de retomada de suas relações “afetuosas” entre 1935 e 1938. O governo estaria agraciando alguns membros presos com liberdade e os integralistas passaram a divulgar falas elogiosas ao presidente.

O ano de 1942, no entanto, não foi muito favorável ao representante de Plínio no Brasil. Acusado de ser um colaboracionista do regime de Hitler no Brasil, recai sobre Padilha a suspeita de que ele teria recebido uma quantia do governo alemão

para financiar a espionagem da movimentação das tropas estadunidenses pelo Brasil (APERJ. Fundo PPRJ. Assunto Raymundo Padilha. Setor Norte Americano. Relatório de 27/10/1942). Todavia, nos prontuários produzidos pela polícia política alega-se que Padilha foi liberado por “falta de provas” e que a explicação para sua atitude foi “convincente” (Memorandum of The United States Government, 1946²). O delegado Olindo Denys³, irmão de Odílio Denys, ficou convencido da inocência de Padilha e o liberou após prestar seu depoimento, por “falta de provas” (APERJ. Fundo PPRJ. Assunto Raymundo Padilha. Setor Norte Americano. Relatório de 27/10/1942). Tal acusação, embora julgada e retirada após Padilha comprovar a devolução do dinheiro ao governo alemão, resultou na sua saída do cargo público que ocupava no Banco do Brasil e ainda serviu como munição para ser atacado por diversas vezes em sua trajetória política dali em diante (OLIVEIRA, 2014).

O ano de 1942 foi, aliás, muito agitado, em decorrência do ataque militar da Alemanha ao Brasil. Em todo o país eclodiram manifestações patrióticas e anti-germânicas. Petrópolis foi palco de um desses episódios. A edição de 19 de agosto de 1942 da Tribuna de Petrópolis traz a seguinte nota da polícia:

Ontem ao se encerrarem as manifestações em que o povo de Petrópolis, num insopitável desabafo, lavrou o seu protesto publico contra a insolita e covarde agressão que a Nação sofreu, verificaram-se procedimentos isolados visando estabelecimentos comerciais de subditos dos países do eixo, que a ação pronta das autoridades locais logrou restringir ao limite mínimo.

Vários estabelecimentos de alemães foram atacados. Um dos ataques acabou se destacando por atingir o imóvel de uma empresa, Vista Alegre, dirigida por um alemão acusado de espionagem pró-nazismo, Ricardo Lodders.

Lodders, corretor de cambio, havia se mudado do Rio de Janeiro para Petrópolis recentemente e a casa atacada, localizada na Rua Montevidéo, s.n^o (hoje Rua Arthur Barbosa, n^o 120) aconteceu no mesmo ano, 1942. Todavia, o ataque parece ter reforçado as suspeitas contra Lodders, principalmente por dois motivos: a) não houve denúncia do ocorrido por parte do mesmo ou da família para a polícia; b) a polícia, após ir ao local e permanecer ali por conta própria, encontrou materiais que levantaram a suspeita de que teriam potencial para espionagem.

Documentos da repressão policial encontrados no acervo da Polícia Civil do Arquivo Histórico do Museu Imperial trazem detalhes do caso. O Ofício 172/45, de 10 de maio de 1945, da Delegacia de Polícia do Município de Petrópolis, informa que em 18 de agosto de 1942 (ou seja, no dia mesmo do ataque) foi instaurado um inquérito policial liderado por José de Moraes Rattes visando apurar as responsabilidades de Lincoln Soares Pinto, Mario da Silva, José Luiz da Silva e outros no

2; Blue Book on Argentina. Memorandum of the United States Government. Washington, D.C., February 1946.

3. Militar que trabalhou de 1938 a 1940 no 1^o Batalhão de Caçadores de Petrópolis (reduto político e familiar de Padilha), anticomunista e que mais tarde seria atraído para a ala conservadora do exército.

que se refere à depredação da residência de Ricardo Lodders, quando teria havido também o furto de jóias e dinheiro. A Ficha 65251, da Delegacia da Sexta Região Policial, comunica, entretanto, que Ricardo Lodders não apresentou queixa sobre as depredações ou o furto e que, ao saber do episódio (Ofício 394/42, de 22 de dezembro de 1942), a polícia se dirigiu até o local por conta própria, guardando-o até que a família moradora voltasse – o que ocorreu apenas alguns dias depois.

Entretanto, o mesmo Ofício 394/42 informa que nessa guarda policial foram encontrados, entre os materiais rasgados na depredação, um papel cuja forma da escrita levantou suspeitas de ser um código entre espões. Se, em paralelo, alguns dos acusados chegaram a ficar presos algum tempo em Niterói por conta da depredação e dos furtos, por outro, a acusação de espionagem também custou caro a Lodders: de acordo com sua ficha no DOPS, localizada no fundo Polícia Política do APERJ, o alemão também acabou preso em 23 de agosto de 1942. As acusações se avolumavam.

No Ofício 244/42 da Delegacia da Sexta Região Policial, datado de 8 de setembro de 1942, alguns selos de sua propriedade apreendidos passam a figurar no rol dos indícios, pois, segundo consta no documento, os EUA já haviam percebido que espões nazistas vinham se comunicando por meio de selos. Além destes, foram encontrados livros em alemão e um aparelho de rádio possante, receptor, mas que, de acordo com a polícia da época, poderia também ser utilizado como transmissor – ou seja, fazer a comunicação de espionagem. A empresa de Lodders chegou a figurar numa “lista negra” dos EUA por conta de operações financeiras realizadas com a Alemanha nazista, informava o documento “A/39-N/34-S/37-P/39, de 18 de setembro de 1942”, constante no Fundo da Polícia Política do APERJ. De acordo com o documento, milhares de contos de réis foram transferidas da firma Lodeers-Spiegel para a Alemanha, usados para financiar a propaganda nazista no Brasil e transportar mercadorias por via marítima, visando quebrar o bloqueio econômico inglês. Wilhelm Koenig, chefe de propaganda nazista e dirigente das Estradas de Ferro Alemãs no Brasil, teria ido diretamente ao escritório de Walter Spiegel buscar o valor.

De acordo com a ficha de Ricardo Lodders no Tribunal de Segurança Nacional, localizada no Arquivo Nacional, ele foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, denunciado como incurso no art. 38 do Dec. 4.766, recebendo, no dia 22 de dezembro de 1943, a condenação de 10 anos e 5 meses de prisão. Entretanto, após apelação, a pena foi revertida em absolvição no dia 30 de dezembro de 1943. Um estranho caso de absolvição, desta vez por conta do curto prazo de mudança (pouco mais de uma semana). Entretanto, é importante ressaltar que o Brasil vivia sob uma ditadura na época havendo, assim, a necessidade de se aprofundar a pesquisa nessa questão.

Não dispomos de informações relativas a Lodders desde aquela data. Ele faleceu em 1965 e seu filho iria aparecer envolvido em outro *imbróglio*, o da “Casa da Morte”, assunto, de outra parte do presente relatório.

Padilha, em compensação, tem atividades registradas pela polícia política nesse intervalo de tempo. Com o fim do Estado Novo e a reordenação dos atores políticos no Brasil, e seguindo as ordens de Salgado no exterior, Padilha declarou apoio ao general Eurico Gaspar Dutra na eleição que ocorreu em 1945. Aprovei-

tando o momento de conquista da liberdade democrática, a AIB ensaia um retorno à vida pública. Contudo, a tentativa foi rapidamente sufocada, pois se tratava de um movimento em um mundo no qual o fascismo era amplamente hostilizado. Tal hostilidade devia-se a guerra mundial e a todas as atrocidades cometidas pelo nazi-fascismo que iam sendo reveladas. Convencionaram, então, deixar o retorno da AIB para outro momento, o que nunca mais viria a acontecer. A saída encontrada por Plínio Salgado, Padilha e a cúpula da AIB foi buscar uma alternativa democrática para mudar a imagem de autoritarismo do movimento: a criação do Partido de Representação Popular, o PRP (CALIL, 2001).

Valendo-se da novidade democrática que se afirmou no país, Padilha lançou-se como candidato em 1950, conseguindo apenas uma vaga como suplente do PRP, que foi ocupada após a morte do deputado José Monteiro Soares Filho. Em seu mandato, promoveu grande oposição ao governo Getúlio Vargas, juntamente com Carlos Lacerda, no chamado “Clube da Lanterna”, uma agremiação que unia os mais ferrenhos opositores da direita ao governo varguista.

Após a crise instaurada no Brasil pelo episódio do atentado da Rua Tonelero, que tem seu desfecho com o suicídio de Vargas em agosto de 1954, Padilha disputou a eleição para deputado federal em outubro do mesmo ano, desta vez pela UDN, obtendo êxito.

Durante sua atuação como parlamentar, Padilha ficou marcado como um político anticomunista. Atacando colegas do parlamento constantemente, Padilha colocou-se como oposição a Juscelino Kubitschek. No entanto, sempre que elevava o tom de suas críticas, era lembrada a acusação que carregava como uma herança, a de espião nazista (ÚLTIMA HORA, 03 de fevereiro de 1954).

No governo de João Goulart, Raymundo Padilha manteve a sua cruzada anticomunista tendo agora como alvo, além do próprio presidente e de sua política, a exemplo da lei de remessa de lucros, fatos da época como a retomada das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, da qual foi radical opositor.

Após o golpe de 1964, Raymundo Padilha passou a ser um deputado situacionista e líder do governo de Castelo Branco na Câmara dos Deputados (APERJ. Fundo PPRJ. Assunto Raymundo Padilha. Setor Informações. Relatório de 06/08/1971). Com isso, acabou rompendo com seu aliado Carlos Lacerda, que deixou de apoiar a ditadura militar logo após perceber que ficava cada vez mais distante o sonho de chegar à presidência da República. Ainda no governo de Castelo, com a extinção dos partidos políticos e a migração dos políticos do antigo PRP (e, em sua maioria, ex-integralistas) para a Aliança Renovadora Nacional (Arena), Padilha se reelegeu por esta mesma agremiação. Apoiou a criação e promulgação da nova Constituição dos militares, a Constituição de 1967. Durante o governo Castelo Branco, foi líder do governo na Câmara dos Deputados e, no início da década de 1970, assumiu o cargo de governador do Estado do Rio de Janeiro, posto no qual permaneceu até a fusão com o antigo estado da Guanabara.

Raymundo Padilha foi mantido sob constante vigilância da polícia política desde os tempos do integralismo até seu período como deputado e depois gover-

nador. Podemos citar como exemplo um dossiê constando inúmeras fotos, inclusive a de uma recepção para Padilha em Petrópolis que contou com a presença de Dutra. O relatório de um agente policial mostra com detalhes como foi o encontro. Ou seja, embora o encontro fosse público, havia preocupações com o que seria tratado lá. Na qualidade de deputado, Padilha proferiu nesse encontro um discurso defendendo o fim da “lei de estabilidade” e a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A visita contou ainda com uma reunião, promovida pelo “Posto do Ministério do Trabalho e Previdência Social” de Petrópolis, com os proprietários da Fábrica de Tecidos Dona Isabel. Provavelmente por isso, Padilha defendeu o fim da “lei de estabilidade”, algo que beneficiaria diretamente aqueles proprietários. Existe ainda um *book* fotográfico com imagens das reuniões e a descrição de todos os presentes nas fotografias (APERJ. Fundo PPRJ. Assunto Raymundo Padilha. Setor Informações. Relatório de 06/08/1971).

O ocaso político de Raymundo Padilha esteve associado, durante seu governo no Estado do Rio de Janeiro, à construção da Ponte Rio-Niterói, acelerada a partir de 1971. Esta faria avançar o processo de fusão entre o Estado do Rio de Janeiro e o Estado da Guanabara. Ele perderia seu poder político, dado que a capital do Estado passaria a ser a cidade do Rio de Janeiro e não mais Niterói. E, definitivamente, dali para frente Padilha viu seu poder político diminuir até que encerrou sua carreira política, praticamente esquecido.

FONTES

Arquivo Municipal de Rio Claro – Correspondências Plínio Salgado

Arquivo Público de Petrópolis

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – Fundo Polícia Política

Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (sítio).

Museu Imperial

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Priscila. *Imigração germânica e nazismo em Petrópolis nos anos 1930*. In: XIX Encontro Regional de História – ANPUH MG, 2014, Juiz de Fora-MG. **Anais do XIX Encontro Regional de História – ANPUH MG**, v. 1, 2014.

ALCÂNTARA, Priscila; OLIVEIRA, Leandro. *O movimento integralista em Petrópolis (1933-1938)*. **CES Revista**, v. 27, 2013.

BERTONHA, João Fábio. *Integralismo. Problemas, perspectivas e questões historiográficas*. Maringá: EDUEM, 2014.

- BORGES, Bruna. *Ditadura tinha vínculo com nazistas, diz integrante da Comissão da Verdade*. Portal UOL, 25 mar. 2014. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/03/25/ditadura-tinha-vinculoscom-nazistas-diz-integrante-da-comissao-da-verdade.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2014.
- CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP*. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2001.
- _____. *Os Integralistas e o Golpe de 1964*. In: **História & Luta de Classes**, nº 1, ano 1, 2005, p. 55-76.
- HILTON, Stanley E. *Suástica Sobre o Brasil. A História da Espionagem Alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977.
- HOBBSAWN, Eric J. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 2ª ed. 2011.
- MACHADO, Paulo Henrique. *Pão, terra e liberdade na Cidade Imperial: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935*. Petrópolis: Paulo Henrique Machado, 2008.
- MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”: o Anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- OLIVEIRA, Alexandre Luís de. *Do Integralismo ao Udenismo: a trajetória política de Raimundo Padilha*. Dissertação de mestrado. Orientador: Leandro Pereira Gonçalves. Juiz de Fora: PPGH – UFJF, 2014.

2.

O Partido Comunista Brasileiro em Petrópolis (1964 - 1989)

Norton Ribeiro

Durante as eleições de 1960, o PSD e o PTB apresentaram como candidato a presidente o marechal Lott, que havia garantido a posse de Kubitschek em 1956, e como candidato a vice, João Goulart. A UDN lançou como candidato a presidente Jânio Quadros, governador de São Paulo, e como candidato a vice, Milton Campos.

Com uma campanha baseada em slogans contra a corrupção, cujo símbolo era uma vassoura, Jânio Quadros venceu as eleições com 48% dos votos. Naquela época, a legislação permitia que os eleitores votassem em candidatos de chapas diferentes e, assim, o vice-presidente eleito foi João Goulart. Ambos tomaram posse em 31 de janeiro de 1961.

No entanto, Jânio durou pouco tempo na cadeira da presidência. São muitas as interpretações sobre sua renúncia naquele 25 de agosto de 1961, sete meses após sua posse. Os ataques de Carlos Lacerda através da imprensa, do rádio e da televisão teriam desencadeado a atitude de Jânio. Para muitos, ele pretendia com a renúncia obter maiores poderes e se apresentou como vítima de forças “ocultas” que o impediam de governar. Pretendia voltar ao poder, mas o Congresso ratificou imediatamente o pedido de renúncia. Como João Goulart se encontrava em missão econômica especial na China comunista, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente a presidência da República.

Os ministros militares não aceitaram a posse de Goulart e enviaram uma solicitação de impedimento ao Congresso. Porém a Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, cunhado de Goulart, exigia a posse. A comissão formada no Congresso negou o impedimento e ofereceu como solução a instalação do regime parlamentar no país, que foi aprovado, limitando os poderes presidenciais.

Goulart tomou posse em 7 de setembro de 1961. Buscando desarmar seus opositores, formou um gabinete parlamentar intitulado de “união nacional”, integrado por políticos de centro e de esquerda. O primeiro-ministro do gabinete parlamentar foi Tancredo Neves. Entretanto, de setembro de 1961 a janeiro de 1963, Goulart preparou o caminho para retomar os poderes presidenciais. Em 6 de janeiro de 1963 o parlamentarismo seria derrotado em plebiscito no qual 82% dos votos foram favoráveis à volta ao presidencialismo.

Com João Goulart no poder, o partido conseguia ainda manter sua esfera de influências nos sindicatos marcando posição nos interesses do governo pelas reformas que pretendia realizar. E foi justamente o anúncio das Reformas de Base de Jango naquele 13 de março de 64 que se tornaria a gota d'água para a precipitação do golpe civil-militar ocorrido dias depois, deixando o então Partido Comunista Brasileiro na berlinda da avaliação de suas posições e sem saber do futuro incerto que estaria por vir.

Em Petrópolis, nos idos de 64, o PCB era bastante atuante sobre os sindicatos existentes e entre os trabalhadores, principalmente entre os têxteis, os metalúrgicos e os da Estrada de Ferro Leopoldina. No Sindicato dos Ferroviários, havia uma Organização de Base dirigida pelo partido e comandada por nomes conhecidos, como Pedro Lopes Neves, Saturnino da Silva e João Pedro Weckmuller. Assim como esta, havia OBs nas fábricas de tecido, a do Centro e a intenção de se recrutar membros para a criação de OB na prefeitura e no Corpo de Bombeiros.¹

Pouco antes do golpe, eram constantes as reuniões com a presença de importantes dirigentes do PCB na cidade, bem como de diretores de vários sindicatos que tomavam a palavra constantemente, além de aliados políticos. Temas como a Reforma Agrária, Reforma Bancária e Reforma Urbana vinham sempre à tona por conta do direcionamento que estava sendo dado pelo presidente João Goulart a seu governo. Tais reuniões poderiam ocorrer em diversos lugares, como na casa de Saul Quadros, Filho de Fabrício Quadros, onde discutiam questões relacionadas ao comunismo em Petrópolis e a necessidade de se montar um movimento mais intenso no bairro de Cascatinha, muito conhecido pela concentração operária proveniente da Cia. Petropolitana de tecidos.

Na época, os têxteis eram muito influenciados pelos comunistas, principalmente devido à presença de Alencar Thomaz Gonçalves, membro da diretoria têxtil. Na sede do sindicato aconteciam encontros, cursos e reuniões que, conforme depoimentos dados na 67ª DP de Petrópolis, dentre os quais estava o depoimento do operário da Fábrica Santa Irene, José Benedito da Silva, eram “desvirtuadas” para assuntos como Reforma Agrária, Luta dos Camponeses e Padrão de Vida dos Proletariados Cubanos². Na sede dos têxteis durante esses cursos também apareciam outros companheiros, como Juarez Azevedo de Almeida, vice-presidente do sindicato dos metalúrgicos, fazendo referências ao Congresso dos Operários Comunistas, realizado em Budapeste, no qual havia estado presente.

Alguns anos antes, ainda na década de 50, os comunistas já haviam marcado presença na Fábrica Cometa do Alto da Serra, com suas Organizações de Base, em substituição às antigas Células.

Em um desses encontros citados anteriormente, foi registrada a presença de Rubens de Castro Bomtempo, vice-prefeito de Flávio Castrioto entre 1962 e 1966, que tomou a palavra em defesa dos operários e criticando a direção da Estrada de Ferro Leopoldina, para a qual dedicava sua atividade como médico atendendo seus empregados.

1. Wilson Madeira. Resposta ao Pedido de Busca num. 208/DPS/RJ. Prontuário de Saturnino da Silva. APERJ.
2. SSP-67DP, 22/05/1964. Prontuário de Alcebiades Araújo Romão. APERJ.

Nesta mesma Estrada de Ferro Leopoldina, de acordo com depoimentos prestados ao DOPS, havia uma célula comunista chamada de Organização de Base dos Ferroviários, aparecendo os nomes de Pedro Lopes Neves, Saturnino da Silva, João Pedro Weckmuller, além de Dídimo Pereira Macedo, José Pereira Paulino e outros. Os ferroviários, então, seguiam orientações de paralisação e atos de greve através da Organização de Base e recebiam publicações como a revista “Petrobras”, dentre outras, que muitos julgavam como “subversivas”. Uma presença constante entre os ferroviários de Petrópolis era a figura de Demistóclides Batista, o famoso Batistinha, importante líder sindical ferroviário, do CGT e membro do PCB à época.

As Organizações de Base (OB) representavam uma nova orientação do PCB para obter inserção no universo operário da cidade. Assim, em cada indústria os comunistas delegavam aos dirigentes do partido a tarefa de convidar operários, informar sobre a conjuntura nacional, criar cursos e conquistar apoio entre os operários. O Comitê Municipal da época, que funcionava no edifício Santa Ignês 108, era o local de muitas reuniões e aulas a respeito das ideias marxistas, da organização do PCB, debates sobre as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais e urbanos, bem como as possibilidades de avançar politicamente no contexto vivido. Várias vezes, desde as décadas anteriores, funcionários das indústrias que participavam das reuniões no sindicato têxtil e que mostravam-se mais interessados pelas lutas operárias, eram convidados a seguir para a sede do PCB e passarem por uma rápida formação a respeito do *sistema capitalista*, o que eram as *reformas de base, capital espoliativo*, além de receberem orientações para se reunirem em organizações de classe.

Mesmo após o golpe, o PCB continuou com as OBs. Em 1964, a delegacia de polícia apreendeu documentos na sede do partido³ que nos dão uma ideia dessas atividades. Dessa forma, naquele ano em fevereiro, para a OB dos metalúrgicos estavam responsáveis Alencar Thomás e o Dr. Romão; para a OB da Fábrica Dona Isabel, tínhamos como organizadores Nilton Ursula, Nicodemos e outros; Para a OB da Aurora, Alencar e Romão; para a OB de Cascatinha, Efigênio, Joaquim, Saul, Toraldo e o Dr. Romão.

Após o AI-5, assim como ocorreu em todo país, a pressão sobre os comunistas, a grande maioria já conhecida na cidade, aumentava buscando cercar qualquer tentativa de reorganização do PCB. Em 1970, um promotor da Terceira Vara Criminal, Mario Carrilho da Fonseca, indiciou 53 pessoas acusadas de tentarem reorganizar o partido⁴. A denúncia havia sido feita por outra promotora, Lourdes Maria Couto do Valle, incluindo os acusados na Lei de Segurança Nacional. A Maioria foi processada à revelia, sem nenhum direito de defesa, já que o Exército obtivera a competência para julgar civis através de Ato Institucional. Dentre os réus estavam o Dr. Alcebíades Romão, Fabrício Quadros, Francisco Ximenes, Nilo Canela, Saul Quadros, Alencar Thomaz Gonçalves, Pedro Lopes Neves, dentre outros. Ou seja, quase todos que já tiveram alguma relação com o

3. Wilson Madeira. Partes de Serviço, Delegacia de Polícia de Petrópolis, 28/04/1964. Prontuário de Alcebíades Araújo Romão. APERJ.

4. Julgamento 3ª Auditoria. CM 14-05-70. J.Militar. P7. APERJ.

PCB nos anos anteriores estavam na lista. A Justiça Militar pretendia, de fato, tentar acabar com qualquer que fosse a influência do PCB na cidade.

Os anos que se seguiram amargaram na boca de seus militantes o recrudescimento da ditadura militar, principalmente após o AI-5 em 1968. As perseguições foram constantes e, a despeito do partido não ter optado pela luta armada, seus seguidores e simpatizantes tornaram-se um alvo que levaria muitos à morte. A partir de 1979, com a lei de anistia, o Partidão começa a se reorganizar em todo Brasil, mas não sem muita luta interna e divergências, fazendo com que se estagnasse e obtivesse inexpressivos resultados eleitorais.

Principais lideranças na cidade até 1964

Os simpatizantes comunistas sempre estiveram presentes em Petrópolis desde o início do século XX e se constituíam de trabalhadores da indústria têxtil, ferroviários e outros grupos ligados a movimentos grevistas. A partir de 1922, com a fundação do PCB em Niterói, tais simpatizantes tiveram a oportunidade de ingressar num Partido Comunista formal e iniciar o processo de criação de um Diretório Municipal. Não temos ainda a informação de quando realmente fora fundado o Partido em Petrópolis, mas sabemos que militantes já havia desde a década de 20 e há indícios de existência de seu diretório na década de 30. Portanto, entre 1922 e 1989, diversas lideranças passaram pelo PCB em Petrópolis. Alguns muito atuantes e pertencentes aos quadros de formação do partido, outros envolvidos com as atividades mais orgânicas, ou seja, levando as ideias do partido para as ruas, formando opiniões e promovendo discussões relevantes quanto ao mundo do trabalho e suas relações com a sociedade. Houve ainda aqueles que apoiavam e simplesmente simpatizavam com a causa, demonstrando que a cidade esteve sempre inserida num contexto de lutas que chegaram a ter impacto nacional, embora muitos ainda considerem Petrópolis uma província pacata para o veraneio, descartando o conhecimento sobre esta história de embates, conquistas e, por que não, de vitórias dos trabalhadores.

Dentre os que participaram ativamente do PCB em Petrópolis e fizeram história no partido, começaremos por Fabrício Alves de Quadros. Nascido em 16/08/1902, Fabrício era agricultor ou, como aparece em algumas informações, também avicultor. Segundo consta, começou a se envolver com a ideologia comunista em 1923 quando já atuava em atividades relacionadas à política partidária. Originário do então distrito de São José do Rio Preto, Fabrício foi proprietário de um sítio na localidade onde se também atuou em prol dos agricultores da região, trazendo para si a luta de seus companheiros. Ficou também muito conhecido pela alcunha de *O Barbudo*.

Em 1935, quando ocorreu o levante comunista que pretendia derrubar o governo Vargas e instaurar a revolução socialista, Fabrício participou ativamente fato que o levou a ser preso em 1938 sendo transferido para o DOPS do Estado do Rio de Janeiro. Envolveu-se em várias campanhas promovidas pelo partido, sendo considerado um dos principais dirigentes do Diretório Municipal. Em

1964, quando ocorreu o golpe civil-militar, Fabrício promoveu *agitações*, piquetes em porta de fábricas, conseguindo se desvencilhar das ações policiais e fugindo no dia 4 de abril de 64. Permaneceu ainda um bom tempo em seu sítio, no entanto, conseguiu exílio na embaixada do Uruguai, junto com seu filho Saul Alves de Quadros. Segundo depoimentos colhidos pela polícia política da época, Fabrício, o Dr. Alcebíades Araújo Romão e Alencar Thomaz Gonçalves lideraram um piquete na porta da Fábrica Dona Isabel, no dia 1 de abril de 64. Em seguida, Fabrício partiu com seu caminhão para paralisar a fábrica Lanifício Inter-Americano.

De acordo com os documentos, Fabrício já estava sendo processado pela Lei de Segurança Nacional e voltou ao Brasil em dezembro do mesmo ano quando tomou um ônibus do Uruguai para São Paulo, depois para Juiz de Fora, descendo em Três Rios, finalmente chegando ao seu sítio em São José. Dias depois, apresentou-se ao Juiz da I Vara Criminal de Petrópolis. Para os agentes da repressão, Fabrício e seu filho eram de enorme “periculosidade”, sendo o primeiro considerado um mito do comunismo em Petrópolis por seus companheiros e, conforme seu depoimento à polícia, dizia que só faria sua enorme barba no dia em que o PCB vencer, fato que chamava muita atenção das autoridades repressivas da época, já que representava, em muitos casos, simpatia com a Revolução de Fidel e Che.

Alcebíades Araújo Romão, considerado pela polícia um dos principais dirigentes do Partido Comunista na cidade, iniciou sua militância quando ainda cursava a faculdade de medicina nos anos 40. Em 1950, lançou-se como candidato a prefeito de Petrópolis numa frente de candidatos progressistas apoiada por Prestes, conhecida como Frente Democrática de Libertação Nacional⁵. Durante a campanha eleitoral de 1950, em Petrópolis circulava o seguinte panfleto:

“Candidato de Prestes a Prefeito de Petrópolis

O Dr. Alcibíades de Araújo Romão iniciou sua vida política em 26 de agosto de 1947, data da fundação do Diretório Municipal de um partido (PL), que lançaria, dias após, a candidatura de Yeddo Fiúza para prefeito, concorrendo, nesta ocasião, à vereança.

Em seguida, tomou posição consequente, firme e energética na defesa do Petróleo Nacional contra as garras da Standart Oil, participando o Congresso Fluminense e da I Convenção Nacional em Defesa do Petróleo. [...]

É médico, trabalha há 10 anos no Instituto de Proteção e Assistência a Infância e é candidato de Prestes às eleições de 3 de outubro para Prefeito de Petrópolis (PTN). Tem 38 anos de idade.” (Fonte: Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Prontuário de Alcebíades Araújo Romão. APERJ)

Em abril de 64, numa diligência realizada por Wilson Madeira, seu consultório foi invadido onde foram encontrados material do PCB, local que o delegado

5. APERJ. Fundo Polícias Políticas. Prontuário de Alcebíades de Araujo Romão.

considerou uma “Célula Comunista”, onde atas de reuniões do Diretório foram apreendidas. No entanto, era comum nas batidas policiais ser “plantado” “material subversivo” pela própria polícia, como armas e documentos, gerando provas para incriminação posterior, desde décadas passadas. Em outra ocasião, a polícia também conseguiu entrar no próprio Diretório do edifício Santa Ignês, apreendendo documentos diversos e chegando a uma lista de nomes que compunham as diferentes comissões do partido, sendo eles: Dr. Alcebiades de Araújo Romão, Dr. Nelson Correa de Oliveira, Dr. Floreal Garcia, Hercílio Soares de Rezende, José Araújo Aranha, Nilton Ursula, Rubem de Oliveira Xavier, José Geraldo Alves, Luiz Cardoso de Lemos, Luiz Francisco Monteiro, Geraldo Pimentel, João Crispim Pimentel, Saul Alves de Quadros, Fabrício Alves de Quadros, Ismael Galdino, Rubens de Oliveira Xavier, Djalma Cosino, Alencar Thomas Gonçalves, Sebastião Gomes Soares, Pedro Lopes Neves, Saturnino Silva, Francisco Guimarães Ximenes, Paulo Toraldo, Alcides José de Sousa (Cidoca) e Mura de Tal (sindicato dos gráficos).⁶

Em alguns documentos apreendidos, constava que havia sido realizada na sede do Sindicato Têxtil uma conferência do Padre Alípio de Freitas e do Deputado Estadual Aristóteles Miranda Melo, a qual ficou inteiramente lotada principalmente para ouvir o padre Alípio esclarecer sobre as Reformas de Base. Também constava um ato de entrega da carta sindical aos trabalhadores rurais de Petrópolis, feita pelo líder José Pureza. Neste ato, mais de 300 pessoas se reuniram, usando da palavra o prefeito Castrioto, o Deputado Aristóteles Melo, o vereador José Aranha, líderes têxteis, ferroviários, lapidários, intelectuais, metalúrgicos, tornando o evento uma grande festa no final.

Em 12 de junho de 64, o Dr. Romão teve um mandado de prisão preventiva expedido, porém conseguiu evadir e ficou foragido. Em fevereiro de 67 a prisão preventiva foi revogada por um juiz da Auditoria da 1 região militar.

Floreal Garcia, ou Floreal Dias Garcia, natural do Estado da Guanabara, nascido em 16 de junho de 1912 era contador e professor do Liceu Municipal de Petrópolis e se tornou um dos mais ativos quadros do PCB em Petrópolis, considerado um dos responsáveis pelo comunismo em na cidade onde articulava instruções do PCB em vários setores.⁷

Começou sua militância na década de 1930 quando se aproximou da Aliança Nacional Libertadora. Em seu prontuário pesquisado na APERJ consta um termo de declaração para a polícia civil do Estado do Rio de Janeiro feito em 1936 dizendo que não professava ideias comunistas, mas que havia pertencido a Aliança Nacional Libertadora em sua fase legal, deixando-a ao saber que era uma instituição comunista. Provavelmente a declaração feita por ele negando a simpatia ao comunismo tenha surgido em face da intensificação da repressão sobre os movimentos organizados em todo Brasil, anunciando a ditadura de Vargas que estava por vir. Em

6. Documento Parte de Serviço, 67ª DP Petrópolis, 13/04/1964. Prontuário de Alcebiades Araújo Romão, APERJ.

7. Prontuário No documento da Secretaria de Estado de Segurança Pública intitulado DRQ/DGIE, LDA Nº 59686/77, Data de 13-10-77, Referência: Protocolo nº 09/326.014/77, fl 2.

23/3/1940 foi preso pela delegacia de Petrópolis para averiguações e no mesmo ano preso novamente por professar “ideologia extremista”, segundo consta em sua ficha policial. Pouco depois, tornou-se secretário de finanças do Comitê Municipal do PCB e no ano de 1947 foi lançado como candidato a deputado estadual pelo partido. Ainda no fim da década de 1940, solicitou autorização através de vários requerimentos pedindo licença para organizar comícios e festas do PCB sendo visto como fervoroso comunista pela polícia política da época. No início dos anos 50, em sua ficha policial constava que havia participado da “Campanha Conta o Emprego da Bomba Atômica”, demonstrando que o partido na cidade atuava em diferentes atividades, estando na vanguarda das discussões internacionais em prol da vida, como esta crítica que faziam ao emprego de armas nucleares que haviam aterrorizado o mundo poucos anos antes no final da Segunda Guerra. Em 1953 foi presidente do sindicato dos Trabalhadores em Pedreiras, atuando também na reorganização do PCB e em 1955 percorria residências de industriários, principalmente, a fim de arrecadar contribuições para a Campanha do Petróleo e União Nacional Popular.

Assim como outros companheiros, com a deflagração do Golpe de 64 foi denunciado na Lei de Segurança Nacional e já em 3/4/64 foi preso por oficiais do I BC que em seu escritório de contabilidade apreenderam um estatuto do partido e outros documentos considerados subversivos pelos agentes. Foi encaminhado ao DOPS para averiguação de ideologia voltando, em seguida, para a delegacia de Petrópolis. Pouco depois, em junho de 1964, foi novamente recolhido ao xadrez para averiguações sendo posto em liberdade em dois dias depois. No ano de 1965 estava de volta às salas de aula lecionando no Liceu Cordolino Ambrósio constando que fazia críticas ao Governo Federal, sendo alvo de vigilância constante por parte do serviço de informações da polícia.⁸

Os processos e perseguições políticas: O IPM 709 e os efeitos da Operação Radar

Logo após o golpe de 64, a inteligência do exército iniciou a elaboração de um inquérito policial militar chamado de IPM 709, que pudesse investigar as ações dos comunistas no Brasil e, muito mais do que isso, buscar entender toda construção das ideias marxistas, a história do comunismo mundial, trazendo para a realidade brasileira a fim de expor a trajetória do PCB, bem como as ações dos movimentos de esquerda, enquadrando-os como parte de um movimento mundial identificado como “imperialismo” comandado pela União Soviética. O Relatório Geral do IPM 709 em 4 volumes lançado em julho de 66 propunha uma extensa análise do comunismo no Brasil, tentando identificar a *construção e as atividades comunistas, a agitação, a propaganda, a movimentação de massas* e, por fim, a *ação violenta* promovida por militantes e pelo partido. Perceba que esses termos são do

8. SSP, DPPS, RJ, INTERIOR, Fundo Polícias Políticas, Prontuário de Floreal Garcia, APERJ.

próprio relatório que procurou qualificar os comunistas como meros agitadores violentos, seguidores de um credo emanado de Moscou. No entanto, de acordo com o relatório, o inquérito procurou realizar uma cuidadosa investigação para demonstrar ao público que as atividades comunistas eram nocivas à nação e que o IPM faria com que as Forças Armadas mantivessem-se “vigilantes”.

O documento, então, delegava poderes ao Coronel Ferdinando de Carvalho como percebemos na nota a seguir:

Delegação de Poderes nº 709 – O General de Divisão Hugo Panasco Alvim, tendo em vista o decreto s/n de 7 de agosto de 1964, do excelentíssimo Senhor Presidente da República, que o encarregou da instauração do inquérito Policial Militar, a fim de apurar os fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no país, tenham desenvolvido ou estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, resolve, nos termos do art. 1º, letras A e B do ato nº 9 do Comando Supremo da Revolução: a) delegar ao Ten Cel Art 1G-164.254 FERDINANDO DE CARVALHO – poderes para proceder o Inquérito Policial Militar, a fim de apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que nos órgãos dirigentes do extinto PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, tenham desenvolvido atividades capituláveis nas leis que definem os crimes militares contra o Estado e a Ordem Política e Social: b) determinar que ultimados os trabalhos, que deverão obedecer, no que for aplicável, as normas atinentes nos Inquéritos, fixados no Código de Justiça militar, seja remetido a este encarregado apenas o relatório e a solução desse IPM, não devendo, o mesmo, ser remetido à auditoria competente ou a qualquer outro órgão de julgamento, antes da autorização deste Encarregado de IPM. Rio de Janeiro, GB, 21 de setembro de 1964. Ass. General de Exército Hugo Panasco Alvim.⁹

Ainda, segundo a Introdução do Relatório, o IPM tinha o objetivo de “ambientar os julgadores, as autoridades e o público em geral”, alertando para o “problema comunista brasileiro” e sua vinculação externa. A partir dessa orientação, o IPM iniciou seu processo de identificação de possíveis lideranças e simpatizantes do PCB, além de outros grupos considerados subversivos, na intenção de efetuar prisões, colher depoimentos e tentar desestruturar toda atividade vinculada à resistência ao governo militar. A despeito dessas considerações do relatório de que o IPM não pretendia julgar, de fato foi isso o que ocorreu com a instauração do inquérito. O relatório como um todo, procurava esmiuçar as ideias marxistas, os aspectos da formação da União Soviética e o interesse da mesma em apoiar revoluções pelo mundo. Analisava as atividades e ações dos comunistas brasileiros desqualificando-as como um “ataque à propriedade privada e à família” e enquadrando-as como atividades “subversivas” às leis vigentes, a fim de preparar a sociedade para o que seria coloca-

9. Inquérito Policial Militar. O Comunismo no Brasil. Biblioteca do Exército, RJ. 1966. Pag. 7.

do em prática: a identificação, acusação, perseguição e prisão daqueles que tivessem algum envolvimento com o PCB ou fosse simpatizante do comunismo.

Em outro documento¹⁰, um ofício de 2 de novembro de 1965, assinado pelo Coronel Ferdinando de Carvalho a respeito da participação do Partido Comunista nas eleições da Guanabara, este declara que, dentre outros motivos, as atividades comunistas mantiveram-se na ativa mesmo depois de março de 64, pois muitos dirigentes não saíram do país e que “A Justiça, principalmente em suas instâncias mais elevadas, transformou-se em órgão de oposição ao espírito revolucionário, perturbando ou anulando a ação dos Inquéritos Policiais Militares” (Ferdinando de Carvalho. Ofício 340, IPM 709).

Deste trecho podemos analisar algumas questões: No relatório geral do IPM lançado ao público em 66 como propaganda das ações do exército contra o comunismo no Brasil, é destacado que o inquérito apenas pretendia identificar e demonstrar à sociedade os envolvidos e como era a movimentação comunista, sem, no entanto, promover julgamentos arbitrários, mas servindo de base para que a justiça o fizesse posteriormente.

Em nota divulgada à imprensa em outubro de 1966, o Ministério da Guerra, confirma como encarregado o Coronel Ferdinando de Carvalho, tendo por finalidade “apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, nos órgãos dirigentes do extinto Partido Comunista do Brasil, tenham desenvolvido atividades capituláveis nas leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social”. O Inquérito estava a cargo do I Exército, que deveria prosseguir-lo. Após várias críticas na imprensa na última semana de outubro de 66, mencionando o IPM 709 como pré-julgador de pessoas que nada tinham a ver com o Partido, o próprio Ministro da Guerra viria a público esclarecer que o IPM era uma investigação inicial e não uma peça acusatória; e que as pessoas indiciadas poderiam estar sujeitas a investigações posteriores. No boletim ainda constam vários nomes de “indiciados por pertencerem a cúpula do Partido Comunista ou por atividades a ele relacionadas”. Dentre os nomes estão Apolônio de Carvalho, João Amazonas S. Pedroso, Demistóclides Batista, Francisco Guimarães X., Jacob Grender, Leonel Brizola, Juscelino Kubitschek, Luís Carlos Prestes, e outros.

Entretanto, como vimos anteriormente, o Coronel Ferdinando de Carvalho reconhece que a justiça brasileira, de certa forma, atrapalhou ou anulou a ação do IPM já que estava sendo considerada pela ditadura como um “órgão de oposição” e, assim, dificultando que o IPM levasse adiante um processo de acusação unilateral, sem julgamento, de qualquer simpatizante, membro ou apenas um acusado de ter relações com o Partido Comunista. Parece-nos, então, que esta seria uma atividade relevante na execução do IPM 709, ou seja, a acusação e julgamento arbitrário nas próprias instâncias do I Exército.

Iniciado o IPM do PC, como era chamado pela imprensa da época, não tardaram a aparecer as acusações. Em novembro de 1965, através de despacho,

10. Ofício 340, IPM 709, APERJ.

o Cel. Ferdinando de Carvalho, encarregado do IPM 709, publicou no Diário Oficial¹¹ um edital de convocação intimando vários nomes acusados de terem desenvolvido “atividades capituláveis nas leis que definem os crimes contra a Ordem Social e Política” e tinham alguma ligação com o Partido Comunista. Dentre os 119 nomes, estavam Alcebiades de Araújo Romão, Fabrício Alves Quadros, Francisco Guimarães Ximenes, Nilo Canela, Saul Alves Quadros, dentre outros. Estes foram nomes importantes do Partido Comunista em Petrópolis que desde a década de 1930 tinham envolvimento na organização do partido e em atividades de formação de quadros, greves, comícios e influência nos sindicatos.

O PCB passou a ser investigado de várias formas, passando por suas influências sobre os sindicatos, sua estrutura interna, a divisão do partido pelo território nacional, as organizações de base e sendo o Congresso do Partido Comunista o seu organismo supremo, que deveria se reunir de 3 em 3 anos, mesmo que clandestino. O comando do I Exército demonstrava preocupação com relação às atividades do partido e percebia que este não havia optado pela luta armada inicialmente, mas acreditavam que seria uma questão de tempo. Por outro lado, entendiam que a organização das massas e orientação da classe trabalhadora, unida aos sindicatos e movimentos sociais, seria o principal caminho a ser seguido para se consolidar a chagada ao poder pelos comunistas. Contudo, o Departamento de Polícia Política e Social (DPPS), observa de perto as orientações gerais do PCB, chegando a compará-lo com os outros partidos comunistas existentes naquele momento, PC do B e PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista), observando suas diferenças, já que os dois últimos haviam optado pela luta armada, porém, com um pé atrás em relação ao PCB.

De acordo com nota do PCB apreendida na época pela Polícia Política, o partido condenava algumas ações chamadas de terroristas, acreditando não ser este o caminho para a Revolução, pelo menos naquele momento e naquelas circunstâncias, já que a luta armada deveria ser primeiro pensada, organizada detalhadamente em suas diversas formas. Entretanto, isto não era motivo para que a Polícia Política e as demais forças de repressão pudessem afrouxar a corda sobre o PCB. Pelo contrário, a preocupação presente na documentação demonstra que o partido tinha estratégias e saberia esperar o momento certo. Mesmo assim, a polícia não descartava o envolvimento do PCB na luta armada, pois tinha informações a respeito do próximo congresso que se realizaria em 1967 e tinha conhecimento de possíveis divergências internas, o que poderia mudar o direcionamento do partido e assim aceitar, em curto prazo, a opção pela luta armada.

Logo após as eleições de 1965 para o Estado da Guanabara, o Cel. Ferdinando de Carvalho emitiu um ofício ao Comando Geral do I Exército demonstrando apreensão quanto às atividades do partido e reconhecendo que este havia sido relevante no resultado das eleições. Como diz o documento, “o processo e os resultados eleitorais recentes do Estado da Guanabara foram profundamente deturpados pela

11. DOU 04.11.1965, pág. 16.

participação do Partido Comunista Brasileiro, em aliança com os candidatos Francisco Negrão de Lima e Rubens Berardo”.¹² Segundo ele, o partido teve grande influência no pleito através de intervenções no mecanismo eleitoral, já que esteve em funcionamento a propaganda e *agitação* promovida pelo mesmo sobre os vários setores da sociedade. O Cel. Ferdinando se mostra angustiado mais adiante no documento e diz que a delegação de poderes a ele concedida traz limitações, provavelmente porque pretendia anular de vez o PCB através de uma perseguição e condenação sumária de seus pares. O documento ainda relata que o partido não se desorganizou após o 31 de março, devido a uma série de motivos, e que os interesses eleitorais no Brasil também fazem parte de uma orientação do movimento comunista internacional que, através da Resolução de Praga, na qual participaram os partidos comunistas sul-americanos, italiano e francês, ocorrida no ano anterior, estabelecia que a luta eleitoral pelo poder poderia dar aos comunistas um poderoso instrumento que deveria ser utilizado com habilidade. Sendo assim, o PCB soube utilizar toda sua habilidade política nas eleições do Estado da Guanabara.

O IPM do PCB era alimentado por diversas fontes. O SNI vigiava de perto a movimentação dos comunistas na cidade e divulgava internamente os possíveis passos do partido. O I Batalhão de Caçadores, I BC, de Petrópolis passou a interrogar os presos políticos e repassar os depoimentos ao IPM (Informe 32/65, SNI. Brasil Nunca Mais). Dessa maneira, tiveram informações sobre as reuniões e os comunistas petropolitanos, como fizeram no depoimento de Saturnino da Silva, delegado sindical dos funcionários da Leopoldina. Em depoimento prestado na sede do I BC de Petrópolis, no ano de 1965, declarou que entrou para o PCB ao frequentar reuniões do Diretório Municipal e da OB da Leopoldina, sendo convidado pelo Dr. Romão. Relatou que nas reuniões havia aulas sobre o comunismo e debatiam a respeito de greves, passeatas e movimentos populares, além da formação de grupos e associações e fábricas, discutindo também sobre o Grupo dos Onze, liderados por Leonel Brizola.¹³

A organização de Base dos ferroviários se reunia no fundo da sede do sindicato com o objetivo de conseguir mais adeptos para atuar entre os trabalhadores em atividades grevistas. De acordo com Saturnino, o Comitê Municipal do Partido era constituído de Comissão de Organização, Comissão Sindical, Comissão Eleitoral, Comissão de Finanças e Comissão de Propaganda. Era interesse também do partido em criar uma OB na própria prefeitura e já tinham os membros recrutados. Entre os camponeses, quem comandava a OB era Saul Alves de Quadros que organizava grupos em Cascatinha e na localidade Saudade do Sertão.

Saturnino ainda relata no mesmo documento que, em 1960, por orientação do sindicato da Guanabara, deflagrou 13 greves na Leopoldina, auxiliado pelo Dr. Rubens de Castro Bomtempo, que fazia parte do comando de greve dos ferroviários. Naquele período, o PCB se aproximou bastante de Flávio Castrioto que foi novamente eleito em 1963, tendo Rubens de Castro como vice. Sendo assim, haveria um

12. Carvalho, Ferdinando de. Ofício 340, IPM 709. Aliança eleitoral com o PC. Rio de Janeiro, 2/11/1965.

13. Informe 32/65, SNI. Brasil Nunca Mais.

acordo entre Castrioto e o Dr. Romão para que o partido pudesse avançar e criar determinadas associações sindicais e, em troca, o partido daria “o mais amplo e decidido apoio à candidatura do Dr. Flávio Castrioto de Figueira e Melo”¹⁴

Os anos 1968 – 1970

Na década de 70, mais precisamente em janeiro de 74, o exército lança mão da Operação Radar, que pretendia cortar todos os vínculos do PCB com os movimentos populares e dismantelar por completo o partido. De acordo com Paulo Henrique de Almeida Rodrigues, em artigo escrito para esta Comissão da Verdade em novembro de 2016, esclarecendo alguns pontos desta operação, este considera que “o objetivo principal desta era cortar o vínculo do Partido com as massas trabalhadoras, pelo fato deste representar até aquele momento a principal vanguarda destas desde sua criação em março de 1922.” (RODRIGUES, 2016. Pág 1). Ainda segundo Rodrigues, a Ditadura obteve êxito conseguindo criar um vácuo entre o partido e os trabalhadores, principalmente na região do ABC paulista, onde a classe operária foi ao paraíso em época de Milagre Econômico. Ao desfazer o vínculo entre o PCB e a classe trabalhadora, era intenção também da Ditadura em apagar a memória de lutas dos trabalhadores que os levaram a conquistas ao longo do tempo. O autor também acredita na importância política do PCB no pós 64, pois conseguia fazer uma oposição democrática ao regime, bem como organizar politicamente as diversas associações de trabalhadores na intenção de avançar e conquistar mais espaço no cenário que se traçava.

Com relação ao início da Operação Radar e seus responsáveis, ainda há algumas diferenças de opiniões entre os autores mais especializados no assunto. Vale também a pena consultar a análise do site “Documentos Revelados” a respeito da “Operação Radar”¹⁵. Contudo, como demonstra Rodrigues, Para Luís Mir, os responsáveis diretos eram o general Geisel e o coronel Golbery do Couto e Silva, segundo ele a Operação começou em fevereiro de 1974, ao instalar microfones na casa do dirigente comunista Giocondo Dias (2007, p. 321)¹⁶, antes portanto da posse de Geisel em 15 de março do mesmo ano. Para Elio Gaspari, a Operação teria sido de responsabilidade principal do Centro de Informações do Exército, que a teria desencadeado em janeiro de 1975 (2004, p. 24). Independentemente de o general Geisel ainda não ser o presidente no início da Operação, esta continuou ao longo do seu governo, o que mostra sua responsabilidade no caso.¹⁷

14. Comissão Geral de Investigações. SNI. Informe 32/56. Depoimento de Saturnino da Silva ao I BC. Sec. Seg. 1965. Brasil Nunca Mais.

15. Disponível em <https://www.google.com/url?q=https://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forças-armadas/o-apogeu-e-o-declinio-dos-aparelhos-clandestinos-da-repressao/&sa=D&ust=1537797913446000&usg=AFQjCNGUnFze6fWMQW2NG5VkwTFa56OdQw>

16. MIR, Luís. **Partido de Deus: fé, poder e política**. São Paulo: Editora Alaúde, 2007, 679 p.

17. Rodrigues, Paulo Henrique de Almeida. *Informações sobre a Operação Radar da Ditadura Militar contra o Partido Comunista Brasileiro*. Para a Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis – novembro de 2016.

De acordo com a análise de Luís Mir¹⁸, houve uma ofensiva militar contra o PCB em 1974/75, no início da abertura lenta e gradual que exigia inutilizar por completo o partido. O autor acredita que o ódio da Ditadura contra o PCB partia de duas circunstâncias básicas: em primeiro lugar, era a única organização de esquerda que não sofrera grandes baixas até então; em segundo lugar, era a única que poderia desenvolver um combate contra a Ditadura, e já estava demonstrando isso, pois o PCB teve um papel relevante na articulação do MDB para as eleições de 74, quando este último alcançou vitórias importantes em muitos estados.

Da mesma maneira, o partido ainda exercia um papel fundamental no meio sindical do período, que estava prestes a se renovar. Segundo Luís Mir, “O PCB era um partido em movimento, em avanço constante no meio sindical e no meio social. Sindicalmente era hegemônico no coração industrial do país. Mesmo cercada e afligida pela dura clandestinidade, a organização sindical comunista distribuía todo mês, na Volkswagen (maior empresa do país), trezentos exemplares do jornal ‘Voz Operária’, o tabloide clandestino do PCB. Eram 150 militantes em praticamente todas as seções da empresa, além de militantes e dirigentes sindicais nas grandes metalúrgicas da região” (MIR, 2007. p. 319-320).

Em Petrópolis, o PCB local sentiu todo esse movimento de desarticulação em nível nacional, o que se refletiu na sua desorganização desde meados da década de 70 até o início dos anos 80. Muitos comunistas históricos da cidade acabaram se afastando ou se mantendo na clandestinidade, já que a Ditadura escancarava a tortura e não hesitava em executar adeptos de pensamentos de esquerda. Houve um processo de desmonte do partido que gerou um hiato entre os militantes que atuaram por décadas – aqueles que sentiram a repressão de vários governos, desde o Estado Novo (1937-45) até os anos de chumbo pós 68 – e a reorganização do PCB a partir de 1983, já com o governo militar nas últimas. Provavelmente, acreditamos que tal desarticulação tenha ocorrido, em grande parte, pela Operação Radar (1974) que, ao assumir a tarefa de prender as lideranças e quebrar o vínculo entre o PCB e as classes trabalhadoras, acabou obtendo êxito, principalmente nas instâncias superiores do partido, deixando órfãos os Diretórios Municipais que acabaram se sentindo abandonados em meio ao processo de prisões, torturas e mortes desencadeadas por esta operação. Embora o governo militar percebesse o PCB como não adepto da luta armada anos anteriores, não quiseram “pagar para ver” o que ocorreria se a inserção do partido continuasse entre os trabalhadores e sindicatos.

Portanto, ao longo dos anos que se seguiram à Operação Radar, a movimentação dos comunistas na cidade arrefeceu. Com o partido desarticulado, muitos membros estavam se recolhendo à vida pessoal, até mesmo por causa da idade que avançava, outros haviam falecido e o fato de se sentirem sozinhos, devido à intensa repressão sofrida pelo Comitê Central, fez com que as atividades de base, junto às classes trabalhadoras, tão empolgantes de outrora, agora viam-se num refluxo capaz de atordoar até mesmo os mais combativos.

18. O jornalista e historiador Luís Mir (1958-...) foi militante do Partido Comunista durante 25 anos, é autor de mais dois livros, além de “Partido de Deus”: “A Revolução Impossível” (Best Seller, 1994), “Guerra Civil” (Geração, 2004).

A Reorganização do Partido

No entanto, o governo militar caminhava para o seu desfecho final e a abertura política oxigenou os anseios de uma nova geração que reorganizou o PCB na cidade a partir de 1983. Em depoimentos para esta comissão e questionados a respeito deste intervalo desarticulador, a geração de 80 reconhece que não conseguiram muito sucesso em trazer de volta os companheiros do passado. Não por negligência, falta de convite ou diálogo, mas talvez por opção daqueles militantes, ou quem sabe, algum desencanto dos velhos comunistas.

A respeito desta reorganização do partido na cidade, contudo, conseguimos conversar com Lênin Ribeiro, Álvaro Penalva Rodrigues e Paulo Moura, alguns dos militantes que articularam a volta do PCB e tentaram dar-lhe novo fôlego no início da década de 80. Todos concordam que houve uma quebra no elo entre o passado e esta nova fase. De acordo com Lênin Ribeiro, o partido estava sem atividade no final dos anos 70, com alguns movimentos esporádicos, mas estava desorganizado devido à intensa repressão ocorrida tanto em nível nacional quanto local. Tais atividades citadas por ele vinham, inclusive, daqueles que logo depois se uniriam para a criação de um novo Diretório Municipal, como Álvaro Penalva (militante estudantil), Maria Renault (jornalista, conhecida por Chininha), Sérgio Cabral, Paulo Moura (militante do PT à época) e Lourenço Reis, um dos mais antigos.

Segundo Lênin, houve contato com os velhos militantes, porém, acredita que a família, assim como a idade avançada, tenham pesado no momento de tomar tal decisão de continuarem na luta. No entanto, alguns continuaram dando apoio, como Floreal Garcia que contribuía todo mês para a manutenção do Diretório, mas sem maiores funções orgânicas nas atividades. Por outro lado, Lênin comenta que, a não ser pelos comunistas muito conhecidos como Floreal Garcia, Dr. Romão, Fabrício Quadros e Francisco Ximenes, havia certa dificuldade em reconhecer e fazer contato com outros militantes e simpatizantes já que era comum usarem codinomes e assim terem a identidade camuflada.

Militante do movimento estudantil e cursando a faculdade de História na Universidade Católica de Petrópolis no início dos anos 80, Álvaro Penalva Rodrigues integrou o grupo que participou da refundação do PCB. Ao expor sua visão sobre a reorganização do PCB, comenta que conheceu os novos companheiros nos bares e cafés da cidade onde se discutia a política e a situação do país. Ao ingressar no partido, assumiu um trabalho de base junto aos estudantes e trabalhadores na tentativa de construir uma nova malha de atuação. Álvaro também concorda que houve uma descontinuidade entre os velhos militantes e a reorganização do PCB em 83, acreditando que o partido tenha ficado “sozinho” na cidade em fins dos anos 70, sem maiores contatos com o Diretório Estadual, que também passava por uma desarticulação. Foi candidato a deputado estadual pelo partido em 1986 obtendo relevante votação na época.

Álvaro começou a militância em 1980 no movimento estudantil universitário, ligado ao MR-8, quando entrou para a faculdade de História na UCP. Comenta que naquela época o grupo de professores era muito heterogêneo, havia muitos

conservadores, outros ligados ao PT e alguns marxistas, e mesmo com posições divergentes à reitoria, estes últimos eram bons professores e a universidade não podia prescindir deles. O clima político na época, no entanto, era de apreensão: “Tinha uma preocupação de saber quem estava por perto nas conversas dos estudantes, apesar do fim da ditadura, mas ela ainda atuava muito”, relembra.

Embora o processo de abertura política estivesse em curso, os tempos ainda eram complicados. Quando faziam determinadas atividades, como palestras, chegavam a reconhecer pessoas infiltradas que não eram comuns nas atividades. Havia um grupo do NPOR, jovens, que era designado para acompanhar o movimento estudantil e isso fazia com ficassem atentos o tempo todo.

Durante sua atuação no MR-8, foi convidado para o PCB. Assim como Lênin, Álvaro aponta que durante os anos 70 o partido de forma orgânica não atuou, contudo, nessa época, começou a ter contato com a União Estadual de Estudantes e organizou o MR-8 na cidade com Monique Filpo, Leônidas e os irmãos Reinaldo, Jorge e Renato Pitzer. Neste mesmo período, em Petrópolis estava Sergio Murilo Cabral Silva que fazia parte do MDB, sendo o MR-8 ligado à juventude deste partido. Foi quando começou a ter contato com os comunistas da cidade que se reuniam muito na Padaria Comércio, tradicional estabelecimento, cujo proprietário chamava-se Édio. Em 83, um grupo grande dos estudantes universitários do MR-8 se desliga e vai para o PCB, pois viram a necessidade de reconstruir o partido e retomar o contato com os comunistas antigos. O partido havia sido esfacelado em Petrópolis desde a década de 70, muitos da geração anterior ficaram ligados à corrente de Luiz Carlos Prestes, como Luiz Ragon e Milton Santos (genro de Fabrício Quadros) e outros como Cabral, Lourenço Reis, Lênin Ribeiro, Dídimo Quirino, que eram mais velhos que a juventude, porém mais novos que os anteriores, começaram a articular a volta do partido. Entretanto, outros militantes históricos chegaram a entrar no partido como Ismael Galdino (operário da fábrica Cometa) e Miro (da Dona Isabel), mas não tiveram muita atuação. Nesse processo de reconstrução, começaram a considerar que alguns dos velhos militantes com os quais tiveram contato achavam que não valia a pena procurar certas pessoas, porque estas teriam “dedurado” companheiros. Os antigos tinham certo receio disso. No entanto, a nova organização do PCB tentou chamar Floreal Garcia, que preferiu ficar afastado e leal a Prestes, apenas contribuindo mensalmente para a manutenção da sede.

Nessa época, começo dos anos 80, o partido ainda não tinha sede e se reunia na alfaiataria de Milton Santos, na Rua do Imperador, num sobrado. Acabava sendo um comitê informal onde reuniam-se pessoas ligadas diretamente ao PCB e também simpatizantes que começavam a se aproximar. Havia ainda uma relação próxima de vários militantes com o governo de Paulo Rattes, já que muitos deles trabalhavam na prefeitura e a sociedade acabava superestimando o partido, como uma vez disse Sérgio Cabral. Neste primeiro momento, queriam tornar o partido público para Petrópolis, faziam sessões de cinema, reuniões e acabaram ganhando certa projeção. “Não havia mais penetração no movimento operário como antes, mas Lênin atuava muito nas associações de moradores na intenção

de formar bases de atuação”, lembra. Contudo, somente em 1985 conseguem legalizar uma sede no edifício Werneck, muito com a contribuição de simpatizantes e, principalmente, com o apoio do prefeito Paulo Rattes.

Álvaro acredita que no processo de esfacelamento do partido, a pessoa da direção estadual que mais tinha contato com Petrópolis era Antônio Ribeiro Granja. “Na Guanabara ficou Geraldão e Granja era responsável pelo interior do Estado do Rio”, comenta. Granja desapareceu na clandestinidade e isso contribuiu para o hiato ocorrido entre o fim dos anos 70 e início dos 80. Dessa forma, para Álvaro, pode ser que, em função de Granja ser articulador de um partido que estava na ilegalidade, já que ele distribuía o jornal a Voz Operária e fazia o elo entre Petrópolis e a direção estadual, este vazio tenha ocorrido, em parte, pela ausência desse militante, que ficou na clandestinidade. Quando o partido se reorganiza em Petrópolis, Granja volta a atuar. Porém, mesmo assim, o partido perdeu um pouco da penetração social que teve outrora. Não construíram uma base nas fábricas. O PT é que foi ocupando mais este espaço na época. Entretanto, havia uma relação boa entre as direções dos partidos. Muitos tinham laços de amizades antigos, comenta.

Álvaro foi lançado pelo como deputado estadual em 1986 e acreditava que o PCB já vinha tendo problemas. A decisão dos diferentes diretórios era reconstituir uma espécie de “Frente Ampla” no Rio de Janeiro nessas eleições e resolveram apoiar Moreira Franco ao governo do Estado. O partido em Petrópolis fez aliança com Ana Maria Rattes que pleiteava a Câmara Federal e Álvaro teve uma boa votação.

Em seguida, começaram a trabalhar visando as eleições para vereador. Para montar sua base, o partido resolveu indicá-lo para ser professor e assim começou sua carreira no magistério que seria uma alavanca para a candidatura, mas acabou ocorrendo o contrário. Em 1989 começou sua carreira de professor, quando o partido vinha novamente se esfacelando, com muitas divergências internas e por conta dos acontecimentos em nível nacional e mundial. Com a total crise instalada em todos os diretórios do país, mais um racha surge e o fim do PCB chega a ser cogitado quando Roberto Freire cria o Partido Popular Socialista (PPS), levando a filiação automática de muitos comunistas para a nova legenda, que acabou herdando o número do Partidão: 23.

No depoimento a seguir, Paulo Moura nos revelou que vem de uma família aristocrata, barões do café e latifundiários em Paraíba do Sul, tendo seu avô, Procópio Pereira de Moura, vindo para Petrópolis na primeira metade do século XX. O avô Procópio era um dos caciques da UDN na cidade e pretendia que Moura fosse seu sucessor político, fazendo oposição ferrenha aos comunistas. Acompanhado de seu grupo político e na melhor tradição do voto de cabresto, conta que seu avô chegou a montar uma escola em Araras e Vale das Videiras para ensinar aos eleitores do local a escrever o nome e nas eleições iam buscá-los apenas para assinar o voto que já estava pronto.

No início dos anos 70, lembra que em frente sua casa havia o consultório do Dr. Romão e no fim da tarde via uma fila de pessoas pobres esperando atendimento. Um dia, um jipe do exército parou e os soldados que desceram agrediram Romão, e começaram a gritar que ali era uma célula comunista. “Claro que havia alguns livros

e revistas, mas ali era um consultório de medicina popular”, comenta. Assim, ao ver esta cena, Paulo acredita que ali tenha começado sua militância política ao se perguntar como é que alguém que esteja fazendo algo bom, pode ser considerado perigoso? Por que ser comunista seja algo nocivo, já que o estava vendo fazer algo bom?

Após a prisão do Dr. Alcebíades Romão, Paulo tornou-se vice-presidente da Associação Petropolitana dos Estudantes (APE), quando tentou impedir que a direita, representada pelo colégio Werneck, tomasse conta da Associação. Uniu-se ao padre José Augusto Carneiro, conhecido como padre Jac, que também era colunista social, para assumir a APE, porém a estratégia não deu certo porque o presidente acabou assumindo também uma posição de direita. Comenta que um militar vigiava a APE: que chegava ao local sem muito alarde, cumprimentava a todos, sentava e abria o jornal para ouvir as conversas. Nesta época ainda, ao estudar no Liceu, fez amizade com o neto de Fabrício Quadros, o chamado “mito” do comunismo petropolitano, além de conhecer seus filhos mais novos.

Pouco antes do AI-5, em 1968, relembra que os estudantes estavam preparando as passeatas no Rio e esteve presente na missa de Edson Luís, onde apanhou pela primeira vez. Na saída da missa da Candelária, os padres estavam protegendo os principais líderes, mas do lado de fora os fuzileiros navais e a cavalaria agrediram muitos estudantes, principalmente os barbudos, ganhando Paulo Moura uma cicatriz na cabeça que mostrou com orgulho durante essa parte da entrevista.

O entrevistado, contudo, não chegou a participar da passeata organizada por estudantes da escola de engenharia da UCP que houve em Petrópolis no dia seguinte à morte de Edson, porque tinha medo do avô, já que todos se conheciam e poderiam contar que o neto, e possível herdeiro político de Procópio, estava envolvido em “atividades subversivas”. Foi uma passeata sem a participação da APE, mas com o apoio dos secundaristas que vinham na “rabeira”, como contou. Porém, pouco antes esteve na passeata dos Cem Mil e marcou presença no enterro de Edson Luís. Comenta que, durante o cortejo, os militares cortaram a luz e as pessoas começaram a acender velas até chegar no cemitério São João Batista, sendo uma das manifestações mais bonitas que já tinha visto.

Dando um salto em sua trajetória, Paulo disse que durante a reorganização do partido no início dos anos 80, tentaram contato com os militantes antigos, como Lourenço Reis e Dídimo Quirino, porém antigos célebres militantes como o Dr. Romão, Floreal Garcia apenas apoiaram, não chegando a participar organicamente. Acredita que talvez estivessem já cansados da luta e só apareceram na inauguração da nova sede, que contou com a presença do prefeito Paulo Rattes, que tinha pretensão de eleger sua esposa Ana Maria Rattes para a Câmara Federal. Muitos membros do partido apoiaram esta candidatura e o prefeito manteve um forte apoio na manutenção da sede. Chegaram a ter quase cem filiados para um partido que estava recomeçando, inclusive com muitos filhos da burguesia petropolitana, algo que considera um número expressivo. Na época, a direção do comitê estava composta por Álvaro Penalva, presidente, Lênin Ribeiro, Leonidas, Maria Renault (Chininha), Lourenço Reis e Dídimo Quirino.

Na década de 80, portanto, o partido protagonizou diversas ações no sentido de se estabilizar e crescer com uma agenda política capaz de reestruturá-lo na cidade. Lançou candidato próprio ao legislativo estadual, fez alianças que aos olhos de hoje gerariam polêmicas, como a Aliança Popular Democrática que elegeu Moreira Franco para o governo do Rio em 1986. Entretanto, a crise do socialismo e a nova conjuntura política do país no início da década de 1990 fizeram com que o PCB passasse por mais um momento delicado, beirando a extinção. Roberto Freire articulou a substituição do famoso Partidão por uma nova sigla, o PPS (Partido Popular Socialista). Grande parte dos filiados do PCB acabaram migrando automaticamente para o PPS, um novo partido que também passou a reivindicar a grandiosa história do partido mais antigo do Brasil. Evidentemente que a militância histórica não aceitou esta conduta e o PCB, mais uma vez, teve que recomeçar.

FONTES

Brasil Nunca Mais.

Correio da Manhã, 1966-1970. APERJ, RJ, 2017.

Correio da Manhã, 14/04/1970. APERJ, RJ, 2017.

Depoimento de Paulo Moura para a CMVP em 28 de julho de 2018.

<https://atlas.fgv.br/marcos/governo-janio-quadros-1961/mapas/crise-de-agosto-de-1961>

<http://Www.Fgv.Br/Cpdoc/Acervo/Dicionarios/Verbetes-Tematico/Partido-Trabalhista-Nacional-Ptn>

<https://www.documentosrevelados.com.br>

REFERÊNCIAS

IPM 709-1965. APERJ. RJ, 2017.

MIR, Luís. *Partido De Deus: Fé, Poder e Política*. São Paulo: Editora Alaúde, 2007, 679 p.

Museu Imperial. Arquivos da 67ª Delegacia de Polícia. Petrópolis, RJ.

OLIVEIRA, Eduardo de. *Cidade “verde” Ou Cidade “vermelha”: AIB e ANL Em Petrópolis / Tese (doutorado) – Escola De Ciências Sociais Da Fundação Getúlio Vargas, Programa De Pós-Graduação Em História, Política E Bens Culturais*. 2018.

PCB. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. APERJ. RJ, 2017.

Prontuários. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. APERJ. RJ, 2017.

RIBEIRO, Norton. *Petrópolis, Cidade Operária*. Rj, Multifoco. 2011.

SEGATTO, José Antônio e outros. *PCB memória fotográfica 1922 1982*. Brasiliense, 1982.

3.

Ditadura militar: perseguição e resistência de religiosos

Maria Helena Arrochellas, Frei Rafael Teixeira nascimento, OFM
e Rafane Valoura Paixão

A Comissão Municipal da Verdade/CMV Petrópolis decidiu incluir na sua investigação o resgate da memória de pessoas e instituições ligadas a um setor importante da sociedade civil, incorporado, aliás, nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, ou seja, o setor religioso da cidade de Petrópolis.

Este setor sofreu repressão ao longo do período militar (1964-1985), mas também contribuiu para a resistência à ditadura e para a denúncia dos abusos e violações dos direitos humanos e da perda dos direitos civis e políticos.

Houve também neste setor, por conta do viés anticomunista do golpe militar de 1º de abril de 1964, pessoas que colaboraram com o regime na denúncia, sobretudo daqueles taxados de subversivos, gerando repressão interna nas igrejas, comunidades, abrindo caminho para a violenta repressão policial-militar que atingiu essas pessoas e instituições.

Para efeito do levantamento, três grupos foram mais diretamente investigados: a **igreja católica**; as **igrejas evangélicas**, as **religiões de matriz africana**.

O Grupo de Trabalho “Religiões”, da CMV – Petrópolis, representa o esforço para narrar o modo como o regime ditatorial atingiu religiões e religiosos. Católicos e Protestantes, como aparecem no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, mas também Adeptos de Religiões de Matriz Africana (Candomblé e Umbanda), que não foram contemplados naquele relatório.

A primeira aproximação da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis com as instituições religiosas surgiu durante a organização da Primeira Semana pela Memória, Verdade e Justiça em março de 2016. A participação dessas instituições aconteceu no Ato Ecumênico realizado no Palácio de Cristal em 3 de abril do mesmo ano. Mediante esta aproximação percebemos a importância de um espaço de pesquisa, reflexão e diálogo para descobrirmos de que modo a ditadura militar atingiu os praticantes das diversas correntes religiosas em Petrópolis, em suas várias denominações.

Os religiosos contatados e convidados foram: a Igreja Católica – com retorno dos franciscanos; as igrejas evangélicas – no caso, luteranos e metodistas foram procurados, porém não participaram da pesquisa; a Igreja Novos Horizontes, coordenada na época pelo Pastor José Mendes, também presidente da Ordem dos Mi-



Dom Gregório Paixão, OSB
Bispo de Petrópolis

ATO RELIGIOSO EM MEMÓRIA PELOS ATINGIDOS PELA DITADURA

Mensagem de Dom Gregório Paixão, OSB
Bispo de Petrópolis

Nasci em 1964. Nasci sob um império de medo. Nasci sob um regime militar e ditatorial imposto ao povo brasileiro.

Quando criança, nunca tive a compreensão do que significava este terror, mesmo disfrutando de uma paz maquiada, imposta pela tirania daqueles que resolveram nos colocar, a todos, num regime de censura e de silêncio obsequioso.

A compreensão do que era uma ditadura me veio quando, aos doze anos, diante do meu pai, repetindo o que havia ouvido em um grupo de jovens, disse que "o Brasil estava imerso numa ditadura". Estávamos na década de setenta. Meu pai, funcionário público federal, disse-me, com gravidade: "Se você não quiser me ver preso e morto, nunca mais fale isso". Silencie! E só pude entender o que acontecia nos porões da ditadura anos depois, quando o Brasil respirava os primeiros ares da democracia.

O ato que agora se celebra, representa o desejo de que nenhum de nós esqueça a maldade praticada; não porque somos revanchistas, mas porque se foram capazes de matar o Cristo, de torturar os nossos jovens, de desaparecerem com os incontáveis "Amarildos", serão, ainda hoje, capazes de fazer ressurgir a maldade adormecida.

Moro a quatrocentos metros da Casa da Morte de Petrópolis. Silenciosa, ela nos fala das torturas ali empreendidas. É a casa de Anne Frank brasileira. É um sinal visível de que não podemos nos calar frente à tragédia do passado, pelo desejo de vermos sedimentada a democracia brasileira, ainda tão jovem e tão frágil.

Unâmos nossas as vozes! Unâmos os nossos corações! Foi isso o que fez Dr. Alceu. Foi isso o que fez Dom Paulo Evaristo Arns. Foi isso que fizeram incontáveis brasileiros conscientes e desinstalados. É isso que, hoje, fazemos nós.

Que Deus nos abençoe em nossos bons propósitos!

Muito obrigado!

Dom Gregório Paixão, OSB
Bispo de Petrópolis

Rua São Pedro de Alcântara, 11 - Centro
25.685-300 - Petrópolis - Rio de Janeiro
Tel: (24) 2231-5212 E-mail: dg-osb@hotmail.com

nistros Evangélicos no Brasil e no Exterior (OMEBE), contribuiu para os objetivos da Comissão. Muçulmanos não retornaram os contatos; espíritas kardecistas foram representados por Antônio Carlos Eckhardt; este compareceu à primeira reunião, mas não deu continuidade, alegando problemas de organização interna do grupo.

Católicos

A Igreja católica abrigou no seu seio um arco de posicionamentos que variou desde a simpatia ou apoio aberto ao golpe e ao regime militar, ao menos nos seus primórdios, até a resistência e a oposição declaradas.

Na primeira posição, encontram-se os bispos diocesanos Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra (1948-1984) e Dom José Fernandes Veloso (1984-1995) que cooperaram para cercear internamente na igreja diocesana as organizações mais de base, como as Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, as Pastorais Sociais, assim como a Teologia da Libertação, no ensino teológico.

Posteriormente, cabe destacar a figura de Alceu Amoroso Lima, que se inicialmente se posicionava contra as reformas do presidente João Goulart. Após o golpe militar foi considerado uma figura de destaque no meio católico em repúdio à ditadura. Dr. Alceu transcendia a esfera local, pela sua firme atuação de âmbito nacional e mesmo internacional em defesa dos direitos humanos, denúncia dos abusos cometidos pelo regime, decidida defesa das pessoas perseguidas, constante reivindicação de fim do regime militar, retorno ao estado de direito. Publicou apoio às campanhas pela Anistia e pelas Diretas Já, além de inúmeros artigos no JB e na Folha de S. Paulo.

Em pesquisa realizada no Arquivo Tristão de Athayde, do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade/CAALL, verificamos um grande número de correspondências trocadas entre Dr. Alceu com militantes e familiares. Sua inserção na imprensa, tornava-o um importante aliado para denunciar as violações dos direitos humanos perpetrados por agentes da repressão sob a tutela do Estado Brasileiro.

A narrativa apresentada a seguir diz respeito a uma parcela da Igreja Católica em Petrópolis, mais especificamente à Paróquia do Sagrado Coração de Jesus e à Editora Vozes, ambas ligadas às atividades dos Frades Franciscanos, aqui chegados em 1896 (a Editora nasce em 1901).

Estas atividades desdobram-se em duas frentes: uma ligada à Paróquia e Convento e outra, à atividade cultural da Editora Vozes.

Inicialmente, D. Paulo Evaristo Arns, à época Custódio (vice-superior) da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, ainda não ordenado bispo, manifestou apoio a “Revolução”:

“O Padre Custódio, Frei Evaristo P. Arns, abriu a solenidade [...]; ‘diante das necessidades de hoje e diante de um Brasil que se renova, parece providencial esta nossa devoção à Mãe de Deus’”. (Crônica nº 08, 135v).¹

1. Biblioteca do Instituto Teológico Franciscano – ITF – Petrópolis, sala do arquivo.

A posição de Frei Evaristo, diga-se, não era exceção e esse parecia ser o clima comum no Convento. Sua postura mudaria, radicalmente, quando do assassinato, na prisão, em São Paulo, do Jornalista Vladimir Herzog, amigo pessoal de D. Paulo.

Destacamos a figura de D. Paulo Evaristo Arns, após a década de 1970. Como Bispo de São Paulo, prestou apoio aos dominicanos presos no DEOPS em São Paulo, Freis Tito Alencar, Yves Lesbaupin e Betto. A Atuação do Cardeal Arns foi fundamental para a publicação do relatório “Brasil Nunca Mais”.

Mas, fora esse clima inicial, as referências à política praticamente desaparecem das Crônicas nos anos seguintes, reaparecendo só mais tarde, por volta de 1975. Até então, somente uma discreta atividade cultural dos religiosos (só religiosos!) estudantes que imitavam, na época da Festa de São Francisco, em 04 de outubro, o que foram os festivais da música: o FOM, Festival da Ordem dos Menores, em que eram apresentadas composições dos religiosos, muitas delas de conteúdo político, exaltando o “espírito revolucionário do fundador” (São Francisco). Um dos vencedores desse festival (1975) foi o Padre Josimo Moraes Tavares. Depois, em 1986, como Coordenador da Comissão Pastoral da Terra, foi assassinado a mando de fazendeiros da microrregião do Bico do Papagaio (atual estado de Tocantins) por sua defesa dos trabalhadores rurais.

Foi encontrado um ofício-resposta a um pedido de inquirição ao superior do Sagrado sobre um estudante chileno (Ofício 608/65, Acervo da Polícia Civil/Arquivo Histórico do Museu Imperial), companheiro de estudos do Leonardo Boff, que o descreveu como tímido e desinteressado por política – muito provavelmente a suspeita por se tratar de estrangeiro. A mesma insistência com relação a um padre da Congregação dos Padres das Missões (Ofício 175/68, Acervo da Polícia Civil/Arquivo Histórico do Museu Imperial), à época, em 1967, formador e ecônomo no Seminário São Vicente de Paulo em Petrópolis, que disse desconhecer qualquer incidente que fosse com a polícia, sem jamais haver sido consultado ou procurado por isso. Do mesmo modo, sem qualquer razão aparente, outro ofício (Ofício 655/68, Acervo da Polícia Civil/Arquivo Histórico do Museu Imperial) pede esclarecimentos e encaminha lista de alunos e professores do Centro de Formação Intercultural (CenFI) que funcionava em Petrópolis.

As atividades do então Frei Leonardo Boff, como professor de Teologia Sistemática, são o maior destaque entre as atividades políticas dos franciscanos. Preferindo conferências por diversos países, considerado como um dos cérebros da Teologia da Libertação no país, reunia em torno de si, muitas vezes em encontros discretos e não registrados, seu irmão Frei Clodovis Boff, da Ordem dos Servos de Maria/OSM, os dominicanos Frei Betto e o então Frei Yves Lesbaupin (este último preso e torturado em São Paulo e, em 1975, estudante no Instituto Teológico Franciscano, em Petrópolis), e outros religiosos e leigos envolvidos com essa causa. Atividades, embora não se tenha ainda qualquer registro, monitoradas pelo Regime, uma vez que o próprio Leonardo já era conhecido da polícia: ao desembarcar, em 1968, no Brasil, vindo da Alemanha, teve seu passaporte apreendido e fora seriamente advertido por ter defendido naquele país, por ocasião de seu doutoramento, a tese da resistência armada diante da repressão violenta.

Por outro lado, a Editora Vozes teve uma atuação bastante ativa no período – o que lhe valeu também constante vigilância do regime militar.

A Editora destacou-se pela publicação de artigos e livros que traziam análises críticas da conjuntura político-social do país, publicações ligadas à Teologia da Libertação, todas sem muita censura, seja porque estavam contidas em publicações religiosas, como a Revista Eclesiástica Brasileira (REB), seja porque o então advogado da Editora conseguia algum diálogo (como o foi para o “Jesus Cristo Libertador”, do Boff) com representantes do regime encarregados da censura. A Editora correu também risco ao editar a mais importante obra de denúncia do regime militar, o livro prefaciado por Dom Paulo Evaristo, Cardeal Arns, “Brasil Nunca Mais” que já conheceu mais de 40 edições.

Mesmo que com relativa liberdade em suas publicações, isso não impediu diligências da Polícia Federal (cobrando esclarecimentos sobre uma publicação encontrada em Nova Iguaçu com o logotipo da Editora Vozes – mas reconhecida como uma cópia mal-feita – como aliás, já havia acontecido com “O São Paulo”, da Arquidiocese de mesmo nome).

Ao menos um funcionário teve que ser demitido e foi preso em São Paulo. Outros dois, pelo menos, foram escondidos por frades (um desses, dentro do próprio quarto do frade, no Convento) e, oportunamente, fugiram (um desses, com o hábito da Ordem) para outro Estado. Luiz Costa Lima também ficou abrigado um tempo na Editora Vozes, atuando como revisor e tradutor das publicações da editora. Cabe também resgatar o papel desempenhado pelas Vozes, acolhendo no seu catálogo publicações de intelectuais cassados de suas cátedras pelo regime militar, como José Honório Rodrigues, Florestan Fernandes, Otavio Ianni e muitos outros.

A Editora Vozes patrocinou a Coleção Teologia da Libertação, de cunho continental, tendo publicado sempre sob intensa perseguição governamental e eclesial, 28 dos 54 volumes programados.

Finalmente é oportuno lembrar a participação dos franciscanos na criação do Centro de Defesa de Direitos Humanos (CDDH) de Petrópolis, em 1979. Nas próprias palavras da organização:

O CDDH nasceu do movimento de um pequeno grupo de religiosos, que se reunia com o intuito de agregar a fé ao compromisso social. Leonardo Boff, filósofo, escritor e defensor da teologia da libertação é um dos fundadores da organização, da qual hoje é o presidente. A organização atua como multiplicadora de denúncias dos casos de violação de direitos nas sociedades, e seus membros trabalham pela defesa dos que vivem à margem, dos excluídos socioeconômicos.²

Religiões de Matriz Afro-brasileira

O GT “Religiões” conseguiu entrevistar representantes do Centro Espírita Fé e Esperança em Antônio de Pádua, Centro Espiritualista Joanna D'Arc, Tenda Mirim, Templo Evangélico do Amor Divino, Templo Espírita Cabocla Jurema da Mata e Casa de Antônio de Pádua. Foram ainda contatadas as casas Estrela do

2. Texto disponível em <http://www.cddh.org.br/p/nossa-historia/>

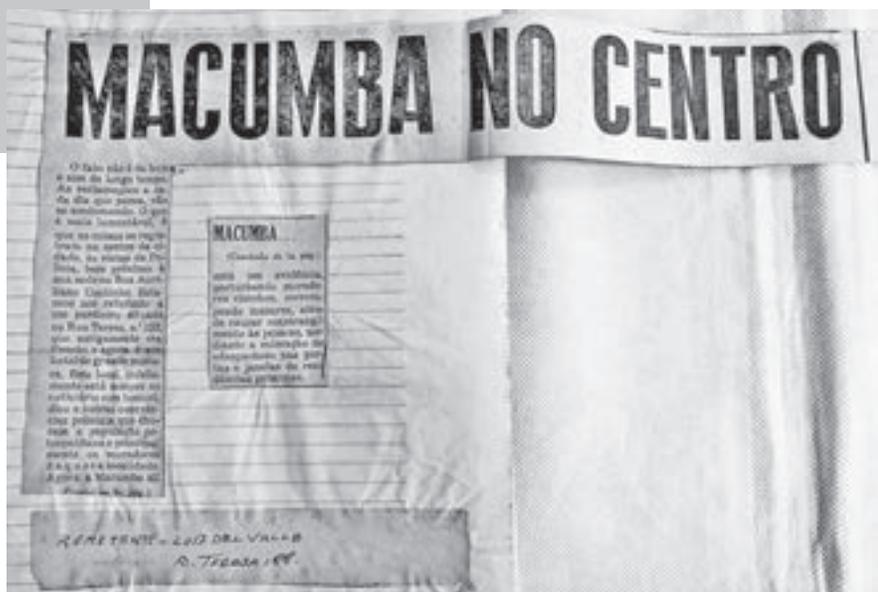
Oriente de 1954, Casa São Francisco de Assis de 1970, mães de santo da Estrada da Saudade, da rua Vila Felipe e a Fraternidade Cósmica, sem retorno.

Inicialmente percebemos que as religiões de matriz africana sofreram perseguições desde sua organização. A manutenção do preconceito se dá até os dias atuais, com a necessidade de terem Alvará para manterem o funcionamento de suas casas religiosas. Registramos que na organização religiosa Amor Divino, por diversas vezes um oficial militar acompanhado de dois a três oficiais assistiram aos ritos.

Ainda assim, durante todo o processo de busca por dados percebemos o medo ainda presente, o medo de falar, de expor a organização e seus membros.

É compreensível. A Tenda Mirim, hoje denominada Amor Divino Centro Evangélico, mudou de nome devido a perseguições. Era frequente a presença do Juizado de Menores e da polícia nas reuniões. Nas sessões era comum, aliás, que os mesmos fossem tomados por um sono profundo. A perseguição mudou a forma depois do fim da ditadura militar, tornou-se religiosa, vinda principalmente das igrejas neopentecostais. Deste modo, o posicionamento político poderia levar a uma segunda perseguição, por isto o receio de falar à CMV.

Por conta de a memória sobre a ditadura militar ser identificada com prisões, torturas e mortes, as pessoas que deram seus testemunhos não percebiam muitas vezes a sutileza da violência sofrida contra elas. A perseguição movida pelo Estado, geralmente em nome de particulares, não tinha a mesma conotação. É o que a reportagem abaixo mostra:



Delegado de Polícia Está Convocando

O Delegado de Polícia Dr. Péricles Gonçalves, está convidando a todos os Presidentes de Centros Espíritas, a comparecerem à Delegacia de Polícia, na rua Auréliano Coutinho.

Diz o seguinte a comunicação:

Título do Rio de Janeiro

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DELEGACIA DA 11a. REGIÃO POLICIAL

DE ORDEN do Sr. Dr. Delegado de Polícia da 11a. Região Policial, deste Município de Petrópolis, conviço todos os Presidentes dos Centros Espíritas desta Cidade, a comparecerem a Delegacia de Polícia, diariamente das 16 as 18 horas, de (Orcel na Sa. Magas)

Delegado Comparece à Câmara e é Sabatinado

Canelas protesta em nome de 30.000 espíritas contra discriminação da polícia-Mendicância—O problema do jogo e dos entorpecentes

Delegado alerta os pais contra filhos libertinos

Pelos Clubes da

Centro Espírita Recebe Título

O Vereador João Varanda Filho apresentou ontem o seguinte Projeto, na Câmara o seguinte Projeto:

"Art. 1.º — Fica concedido o Título de Utilidade Pública ao "Centro Espírita Terreiro de Urubaitã", localizado a

rua João de Paria n. 9.

Art. 2.º — Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1967.

João Varanda Filho"

Contudo, em 1967 o novo delegado da 67ª Delegacia de Polícia, Péricles Gonçalves, resolveu convocar os centros espíritas, denominação que, como vimos, incluía os terreiros de umbanda. É o que se lê na matéria "Delegado de Polícia está convocando", comunicação publicada no Diário de Petrópolis de 3 de agosto de 1967, pág. 1 ao lado reproduzida.

Bastaria a simples convocação para qualificá-la como perseguição do representante do Estado, uma vez que nenhuma outra instituição religiosa fora "convocada". Logo em seguida, quando o delegado de polícia foi sabatinado na Câmara, o vereador José Duarte Canelas falando em nome de 30.000 espíritas, questiona abertamente o delegado nos termos acima expostos, ocasião em que o delegado manifesta os preconceitos e a razão de ser da convocação. Eis a matéria do Diário de Petrópolis de 5 de agosto de 1967, intitulada "Delegado comparece à Câmara e é sabatinado – Canelas protesta em nome de 30.000 espíritas", com a observação de que acompanha outras matérias alvos da ação policial.

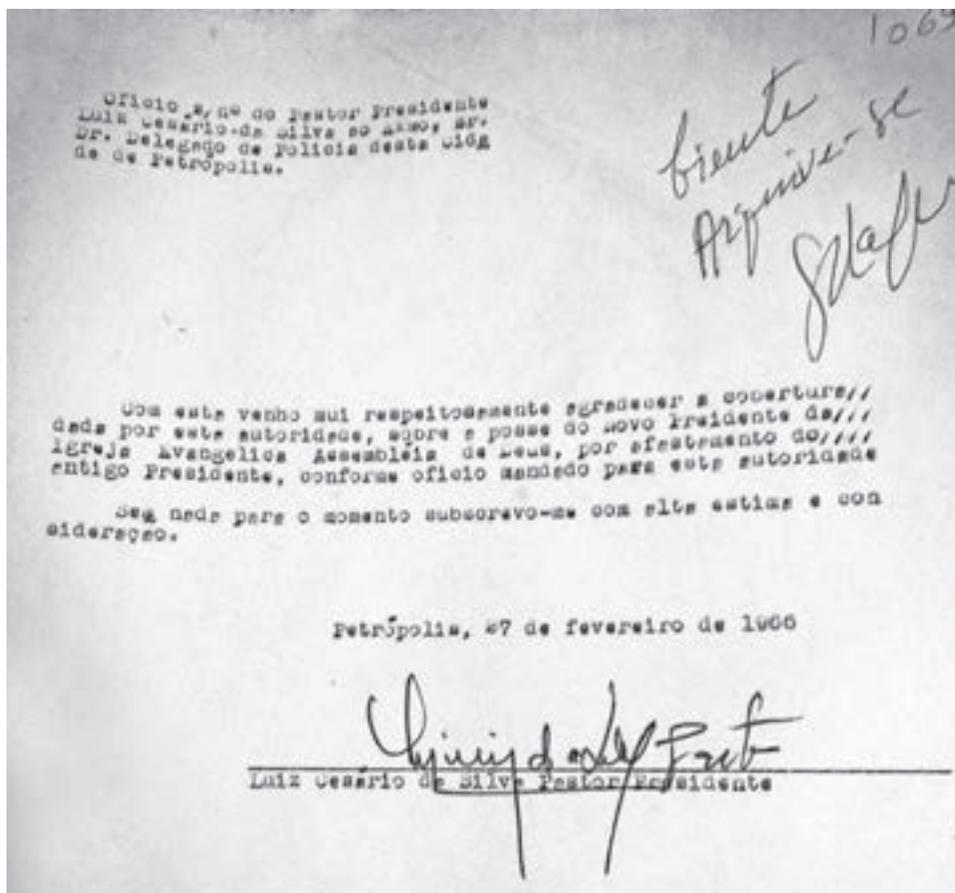
Importante registrar a força política dos centros espíritas/terreiros de umbanda naquele momento, expresso, por exemplo, no encaminhamento de projeto do vereador João Varanda Filho para concessão de título de utilidade pública, tal como publicado no mesmo Diário de Petrópolis de 5 de agosto de 1967 pág. 1.

Evangélicos

Os evangélicos estiveram representados na Comissão pelo Pastor José Mendes, presidente da Ordem dos Ministros Evangélicos no Brasil e no Exterior (OMEBE – Organização) e membro da Igreja Novos Horizontes. O pastor atuou como mediador de pessoas que prestaram testemunhos à Comissão.

Entre a atuação dos evangélicos, vale ressaltar o caso já relatado do vereador José de Araújo Aranha: por meio da atuação de sua esposa, Althair Neumann Aranha, conseguiu o apoio de dois advogados membros da igreja que atuaram a favor de José de Araújo Aranha para a libertação dele, preso no estádio Caio Martins, em Niterói – RJ) no período.

A intervenção policial se fez notar no caso do afastamento e substituição de um presidente da congregação Assembléia de Deus, conforme se constata abaixo em documentação encontrada na Caixa de 1966 do Acervo da 67ª D.P./Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, em ofício sem número dirigido à delegacia de polícia, num caso a merecer pesquisa:



4.

A repressão aos ferroviários em Petrópolis

Glauber de Oliveira Montes

Os ferroviários de Petrópolis: uma categoria esquecida

A imagem histórica comumente retratada de Petrópolis não se destaca pela pluralidade na abordagem de aspectos da vida em sociedade. Pelo contrário, como já tratado no texto de apresentação deste relatório, ela é normalmente muito mais uma caricatura, uma mistificação, do que uma tentativa de demonstrar a complexidade da sociedade local ao longo do tempo, incluída também ela – a sociedade petropolitana – em uma realidade nacional e global igualmente complexa e em constante transformação. Como já falado, essa mistificação elitista ocorre, sobretudo, por meio da construção de um verdadeiro mito, encarnado na noção de “Cidade Imperial”.

Dentro dessa visão mistificada de cidade, não há espaço para a história dos trabalhadores de Petrópolis, de sua vida cotidiana, seus momentos de trabalho e de lazer, mas principalmente de suas contestações, lutas, negociações e enfrentamentos com os poderes econômicos, políticos e com os setores conservadores da sociedade, e mesmo de suas contradições e divergências internas. Quando (não sem algum esforço) se consegue romper o verniz da “cidade imperial” e adentrar na Petrópolis “de carne e osso” das pessoas comuns, de mulheres e homens trabalhadores de nosso passado recente, a imagem que então aparece é a de Petrópolis das fábricas, principalmente das indústrias de tecido, que coloriam – na verdade, poluíam – os rios com suas tinturas e empregavam grande parte do operariado local. Acontece que, na Petrópolis que havia às vésperas do golpe de 1964 e da ditadura militar que se seguiria, outra categoria profissional, hoje praticamente esquecida, se destacava, tanto pelo seu caráter numeroso quanto por sua relevância nos embates políticos da cidade e do país à época: a dos trabalhadores da Estrada de Ferro Leopoldina.

Nos primeiros levantamentos de fontes feitos pela Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis (CMVP), o exame dos jornais petropolitanos do período¹ e da documentação policial disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de

1. A imprensa local do período, aqui referida, são os jornais Diário de Petrópolis, Jornal de Petrópolis, Tribuna de Petrópolis e Jornal de Cascatinha.

Janeiro (APERJ) e no Acervo da 67ª Delegacia de Polícia (a delegacia da cidade à época), apontou para a presença e a importância da categoria dos ferroviários no contexto anterior ao golpe de 1964 na cidade. Posteriormente, levantamentos feitos no acervo digitalizado do Sistema Nacional de Informações (SISNI) do Arquivo Nacional, nos acervos digitais da imprensa da cidade do Rio de Janeiro do período e no acervo *online* do Projeto Brasil Nunca mais, confirmaram essa condição.²

Nacionalmente, os trabalhadores das estradas de ferro eram uma categoria de vanguarda no movimento operário e nas movimentações políticas do período anterior ao golpe de 1964 no Brasil, podendo-se dizer que “Capitaneados pelo Sindicato de Leopoldina, [...] os ferroviários cariocas foram sem dúvida campeões das greves naquela fase”.³ Outro exemplo disso é o protagonismo dos ferroviários na criação de entidades intersindicais e de cúpula de relevância nacional, como – respectivamente – o Pacto de Unidade e Ação (PUA), criado em 1961, e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), de 1962. Isso é demonstrado pelo papel destacado de líderes ferroviários nas direções dessas entidades, como Rafael Martinelli (nas duas) e Demistóclides Batista, o “Batistinha” (nessa última).

As proporções que as greves dos ferroviários atingiam nesse período eram enormes, porque o setor que operavam era essencial para a economia e a vida social – circulação de grandes valores em matérias-primas e produtos, além de milhões de pessoas; ademais, no transporte de pessoas, e portanto de trabalhadores, a paralisação dos trens implicava frequentemente que os movimentos grevistas se estendessem a outros setores. Vale lembrar que, à época, o transporte ferroviário possuía ainda uma proporção muito maior dentro do quadro geral de transportes do que tem hoje. Esse processo seria ainda ampliado pelas atuações grevistas conjuntas com outras categorias, como as que redundaram na criação do PUA e do CGT, ou que foram potencializadas pelo surgimento dessas entidades. Mas e quanto a Petrópolis?

Numa caracterização do movimento sindical da cidade feita por um dos atores políticos daquele período (do qual trataremos neste texto), Rubens de Castro Bomtempo,⁴ que entre 1955 e 1966 foi médico do sindicato dos trabalhadores da Leopoldina em Petrópolis, vereador, vice-prefeito e prefeito cassado pela ditadura,

2. Uma das preocupações da CMVP foi a de levantar o máximo possível de fontes que ainda não estivessem ao alcance dos pesquisadores profissionais ou mesmo do público em geral, seja no caso de fontes escritas ainda não pesquisadas (as quais buscamos digitalizar), seja no de testemunhos e depoimentos orais, dos quais fizemos registros em áudio ou em formato audiovisual. Nesse sentido, a opção por priorizar fontes inéditas refletiu também, por uma questão de tempo, na análise prioritária dessas mesmas fontes. No caso dos ferroviários de Petrópolis, por exemplo, as informações a esse respeito, contidas do banco de dados digital do projeto “Brasil: Nunca Mais”, como as do Inquérito Policial Militar da Estrada de Ferro Leopoldina (ou outras possíveis), não puderam ser analisadas em tempo hábil, carecendo, portanto, de uma maior atenção a ser dada futuramente, em pesquisas complementares ou novas pesquisas.

3. MATTOS, 1999, p. 91-2. Vale a pena destacar que, embora a transferência da capital para Brasília tenha se dado oficialmente em 1960, o Rio de Janeiro ainda se manteria por algum tempo como núcleo de poder político, o que dava relevância nacional aos acontecimentos que ocorriam na cidade do Rio (e eventualmente nos seus arredores).

4. Não confundir com o também médico e político Rubens José França Bomtempo, seu filho, que tem como nome público o mesmo do pai (“Rubens Bomtempo”), e que foi prefeito de Petrópolis por três mandatos, já neste século.



...os ferroviários despontavam como liderança entre os trabalhadores não só do [bairro do] Alto da Serra, mas de toda a cidade. Era uma classe unida, politizada e muito respeitada. Dependendo da reivindicação, quando uma greve parava os trens da Leopoldina, os têxteis também cruzavam os braços em solidariedade e os metalúrgicos faziam o mesmo.⁵

A partir de uma leitura crítica de fontes como essa, confrontadas com outras, como os jornais da época, outros livros de memórias, testemunhos orais, pesquisas acadêmicas, e principalmente documentos da polícia política, buscamos traçar um panorama (o mais próximo que nos foi possível) do que tenha sido a atuação sindical e política dos ferroviários petropolitanos naquele período, bem como as características e o impacto do golpe de 1964 e da ditadura sobre o movimento sindical dos ferroviários e também sobre a existência em si da categoria.

Diferentemente de outras categorias, como a dos operários têxteis, que no caso de Petrópolis de princípios da década de 1960 dividia com os ferroviários o posto de principal categoria de trabalhadores, e que possuía um grande número de mulheres compondo sua força de trabalho, os ferroviários eram uma categoria eminentemente masculina. Em toda a documentação pesquisada relacionada aos ferroviários em Petrópolis, encontramos apenas uma referência a uma única mulher funcionária,⁶ em meio a um contingente na cidade que passaria de mil trabalhadores.⁷

O sindicato dos ferroviários em Petrópolis

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Rio de Janeiro, cuja base territorial no período estudado abrangia os estados da Guanabara (antes de 1960, Distrito Federal), Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, subdividia-se política e administrativamente em delegacias locais. Em Petrópolis, a delegacia do sindicato dos ferroviários localizava-se no bairro do Alto da Serra,⁸ e era ocupada, nos anos anteriores ao golpe de 1964, por Saturnino da Silva, apontado pela documentação repressiva como membro da “Cúpula Comunista” e do Comitê Municipal do PCB (Partido Comunista Brasileiro)⁹.

5. BOMTEMPO, 2006, p. 64

6. Comunicado do Delegado Sindical Saturnino da Silva à funcionária Maria da Conceição Pereira, em 4 de abril de 1962, enviando ficha “para legalização da senhora com o Sindicato”. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Saturnino da Silva.

7. BOMTEMPO, 2006, p. 63; Também em testemunho prestado à CMVP, o ex-operário da E. F. Leopoldina, Almir Neumann afirma também que, no período entre 1948 (quando entrou na empresa) e 1964, havia mais de mil empregados da companhia em Petrópolis, nos seus diversos setores. CMVP: Testemunho de Almir Neumann, 25 de novembro de 2016.

8. O Alto da Serra era o maior núcleo operário da cidade à época. Além das oficinas da Estrada de Ferro Leopoldina e do sindicato dos ferroviários, o bairro e seu entorno abrigava inúmeras fábricas, principalmente de tecidos.

9. Desde agosto de 1961, o PCB, que estava posto na ilegalidade, mudara seu nome de “Partido Comunista do Brasil” (que vinha desde a fundação, em 1922) para “Partido Comunista Brasileiro”, no intuito de facilitar sua legalização.

Negro, nascido em Além Paraíba/MG em 14 de setembro de 1923, músico e carpinteiro,¹⁰ Saturnino da Silva, na qualidade de delegado sindical dos ferroviários, possuía uma liderança que é indicada tanto em testemunhos quanto na extensa documentação oficial produzida contra ele, como no documento de 1969 em que figura a cassação de seus direitos políticos:

... Líder Sindical e agitador. [...] Como Delegado Sindical e líder entre os ferroviários foi o responsável pela agitação reinante na Estrada de Ferro Leopoldina, no período anterior à Revolução, bem como pela paralização [sic] dos trens nos dias da Revolução...¹¹

A seguir, exibimos um documento com fotografia de Saturnino da Silva, anexo ao seu prontuário policial.

Em vários outros documentos policiais constam reafirmações dessa liderança, bem como em testemunhos orais prestados à Comissão Municipal da Verdade, como será retomado mais à frente.



Carteira de Saturnino da Silva emitida pela Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, como representante do “Sindicato da Leopoldina” entre os anos de 1961 e 1963. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Saturnino da Silva

10. Cópia de relatório do Inquérito Policial Militar em que figuram como indiciados HERVAL ARUEIRA e outros (IPM da Estrada de Ferro Leopoldina). Arquivo Nacional. Acervos sobre a Ditadura Militar. Fundo: Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar. Código: BR_AN_BSB_N8_ATA_005_049.
11. Ata do Conselho de Segurança Nacional, p. 100, 1 jul. 1969.

Além de Saturnino, outro ferroviário que se destacava no movimento sindical na cidade à época era o ex-maquinista¹² Pedro Lopes Neves. Segundo a documentação policial, o experiente ativista Pedro Neves chefiava a Organização de Base (OB) do PCB da Estrada de Ferro Leopoldina, juntamente com Saturnino da Silva e auxiliado por João Pedro Bernardo Weckmuller, tesoureiro do sindicato em Petrópolis (e que, para a polícia, também era o caixa da OB dos ferroviários).¹³

Nascido em 1908, Pedrinho, como era também chamado, era um antigo conhecido da polícia política, que vigiava seus passos pelo menos desde o início da década de 50 do século passado, como em ocasião de fins de dezembro de 1950, em que Pedro Neves foi detido e inquirido pela polícia, acusado de ter apedrejado a Fábrica de Tecidos Cometa, do Alto da Serra, em companhia de outro funcionário da ferrovia. No termo de esclarecimentos prestados no dia 28 daquele mês, Pedrinho nega a intenção de danificar a fábrica,¹⁴ e ainda teria informado ter sido preso duas vezes em outras oportunidades, por causa de greves ocorridas anteriormente na Leopoldina, citando ainda uma situação em que fora detido por porte de faca quando angariava “donativos para os operários e suas respectivas famílias daquela Companhia que haviam sido postos fora de serviço, por motivos de greve”. Ainda segundo esse documento, o declarante teria dito ainda “que nunca pertenceu ao extinto P.C.B.”.¹⁵

Essa informação contrasta com relatos que afirmam que Pedro Neves era um dos poucos militantes que, à época do golpe de 1964, declaravam abertamente sua condição de comunista (o que é diferente de se declarar membro do PCB, diga-se), mesmo após a derrubada de João Goulart, e mesmo na presença de autoridades policiais. De toda forma, Pedrinho havia sido eleito para vereador em 3 de outubro daquele ano, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e possivelmente buscasse evitar sua criminalização e o impedimento de seu mandato – dentre outras possíveis explicações –, já que o PCB havia sido posto na ilegalidade em maio de 1947.¹⁶ Em documento elaborado em 9 de junho de 1964, o então chefe do setor da polícia política em Petrópolis, Wilson Madeira, aponta Neves como “Ex-vereador à Câmara Municipal de Petrópolis eleito na legenda do PTB, porém, indicado como candidato de Prestes”.¹⁷

Durante sua atuação como vereador, a partir de 1951, algumas posições e proposições de Pedro Lopes Neves na Câmara Municipal eram vistas pelos agentes da Divisão de Polícia Política e Social como tentativas de “propagar a doutrina comunista”, como por exemplo, uma moção de pesar pela morte do líder soviético Josef Stalin, protestos e proposta de debate contra o Acordo Militar Brasil-Es-

12. BOMTEMPO, 2006, p. 111.

13. A OB dos ferroviários em Petrópolis teria ainda a assistência do médico Alcebíades de Araújo Romão, maior liderança do Partido Comunista na cidade, mas que não era, contudo, funcionário da Leopoldina.

14. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Pedro Lopes Neves.

15. Idem. A suposta negativa de Pedro Neves de pertencer ao PCB é bastante plausível, já que parece pouco possível que a polícia inventasse que um militante, tido por eles, policiais, como comunista, tivesse alegado *não pertencer* a um partido comunista e ainda ilegal à época – o inverso seria muito mais lógico.

16. Idem; BOMTEMPO, 2006, p. 111; CMVP. Testemunho de Almir Neumann, 25 de novembro de 2016.

17. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Saturnino da Silva.

tados Unidos, protesto contra o envio de tropas brasileiras para a Coreia e outras. É interessante notar que não há aqui propostas relacionadas aos ferroviários, ou mesmo à cidade de Petrópolis, mas sim sugestões de ordem mais geral (até mesmo do plano internacional) e de sentido político mais simbólico, ao menos entre as que chamaram a atenção da polícia política.¹⁸

Em princípios de 1953, Pedro Neves ainda trocava o PTB pelo PSP (Partido Social Progressista), e a possibilidade de sua reeleição preocupava o comissário Saul Cunha Carvalho, que via, porém, com esperanças, a existência de uma

...forte corrente do P. T. B. no Alto da Serra, para apresentar a candidatura de José Fernandes, sendo que este senhor tem até o presente demonstrado não concordar com os comunistas e é possível que como candidato a vereador pelo P. T. B. sendo também do Alto da Serra, talvez leve Pedro Lopes Neves a derrota.¹⁹

Também ferroviário, José Fernandes exerceria efetivamente o cargo de vereador entre 1955 e 1958,²⁰ mas, ao contrário do que desejara o comissário Saul, Pedro Lopes Neves também seria – novamente – eleito em 1954, já pela sigla do PSP. Em 1958, enquanto era a vez de Fernandes ser reeleito, Pedro Neves teria sua nova candidatura, já pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), indeferida pela justiça eleitoral, não podendo ao fim concorrer. Ainda naquele ano, os ferroviários ajudariam a lançar na vida política da cidade outro nome já aqui mencionado, o do então jovem médico do sindicato – à época com menos de 30 anos –, Rubens de Castro Bomtempo, dando a maior parte dos votos que o elegeram vereador pelo PTB.²¹

Voltando ao tema da Organização de Base do PC entre os ferroviários, essa seria uma dentre várias OBs existentes na cidade, como as de determinadas fábricas (Dona Isabel, São Pedro de Alcântara, etc.), bairros (Centro, Cascatinha, Indaiá) e outras. Segundo documento que teria sido apreendido após o golpe de abril de 1964 no consultório do médico Alcebíades Romão, dirigente local do Partido, a OB na ferrovia contava com 10 membros e tinha como responsáveis, respectivamente, Pedro Lopes Neves e Saturnino Silva, como já apontamos.²² Outro documento, já aqui mencionado,²³ de junho de 1964, cita novamente, como responsáveis da OB, Saturnino e Pedro Neves, sobre o qual se diz que teria sido “demitido da Leopoldina por atividades comunistas, porém, em outra gestão, voltou e hoje está aposentado”. Além deles, são apontados na intitulada “Relação de elementos comunistas de Petrópolis processados na Lei de Segurança Nacional”,

18. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Pedro Lopes Neves.

19. Idem.

20. Segundo Bomtempo, José Fernandes da Silva era vereador em 1958, mas estava então no Partido Social Democrático (PSD), e não no PTB, como tinha sido imaginado pelos policiais, conforme a documentação citada anteriormente. Naquele ano, pelo mesmo partido, disputou e conquistou a reeleição. BOMTEMPO, 2006, pp. 71-3.

21. Ibidem, pp. 70-3, 111; APERJ. Pol-Pol; Prontuário de Alcebíades de Araújo Romão;

22. Idem.

23. Ver nota 18.

JOÃO ALFREDO PEREIRA DA SILVA, JOÃO PEDRO BERNARDO WECKMULLER e JOSÉ PARADELLA NETO, ferroviários, pertencentes à OB dos Ferroviários e elementos de confiança de Saturnino da Silva, responsáveis pelas finanças da célula comunista e das “senha” [sic] nos casos de greve (recebiam e transmitiam instruções de Arueira e Demistóclides Batista). AMAIR LEITE, OSMAR PEREIRA e NATANAEL BARBOSA DE QUEIROZ, ferroviários pertencentes à célula dos ferroviários, participantes dos piquetes de greve e também “capangas” de Saturnino. [Destaques no original].²⁴

Além destes, o documento traz ainda aos nomes dos ferroviários Dídimo Pereira Macedo, José Pereira Paulino, Laurides Barbosa e José Cardinelli, sob a acusação de que

...pertenciam às células comunistas (OB) de suas categorias e desenvolveram atividades de propaganda, coleta de fundos e confecção de faixas e cartazes para o PC Municipal, todos, militantes ativos e frequentadores da sede do Partido Comunista.²⁵

Já em documento arquivado no prontuário policial de Saturnino da Silva com sua presumida assinatura, uma comunicação sem título, datada de 25 de outubro de 1961, informa ao “Ilmo. Snr. Presidente do Sindicato/Rio”

os nomes dos associados que fazem parte do Conselho Sindical, do Alto da Serra, Amaury Sebastião Lopes Ribeiro, Almir Neumam, João Alexandre, Emiliano Nunes da Silva, Waldemar Miranda da Silva Filho, Laurides Barbosa Reis, Sevanil[?] Romano, Didimo Macedo, João Jacinto, Amair Leite, José Paradella Netto, José Pereira da Silva, Amaury Duarte Citrangulo, Silvio Gonsalves, Osvaldo Lopes Neves, Pedro Lopes Neves, Felix Valóis, João Alfredo Pereira da Silva, Osmar Pereira [...].²⁶

Como se pode ver, alguns dentre esses nomes são citados, nos documentos apontados anteriormente, como membros da alegada OB dos ferroviários no pré-64. Em outro documento assinado por Wilson Madeira como “Chefe do Setor do D. P. P. S.” (Departamento de Polícia Política e Social) na cidade em 14 de agosto de 1965, consta ainda o nome de José Escatabule como membro da Organização de Base. Em depoimento ali imputado ao ferroviário José Cardinelli, este teria dito por vias indiretas não pertencer à tal OB.

Já em termo de declarações²⁷ posterior ao golpe, mas de data exata desconhecida – e também assinado por Madeira –, outro depoente já aqui mencionado,

24. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Saturnino da Silva. Em outro documento do mesmo prontuário, aparece novamente o nome de “João Alfredo (encarregado do código secreto das greves)”.

25. Idem.]]

26. Idem.

27. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de João Pedro Bernardo Weckmuller.

o ajustador mecânico ferroviário João Pedro Weckmuller, confrontado com possíveis depoimentos de outros ferroviários, não teria reconhecido “tal organização como órgão do Partido Comunista, mas sim como agrupamento sindical”, e que ele “realmente, era o Tesoureiro da O. B., sem contudo estar informado de que a O. B. Pertencesse ao Partido Comunista”, embora, ainda segundo o documento, admitisse ter feito certa vez uma arrecadação de dinheiro entre ferroviários e entregue ao médico Alcebíades Romão, dirigente do Partido na cidade. Weckmuller teria ali afirmado ainda ter participado de todas as greves da Leopoldina ocorridas na cidade – “determinadas pelo Sindicato dos Ferroviários de Estado da Guanabara” – mas que não possuiria convicções comunistas, tendo agido sempre “em benefício de seus colegas ferroviários e da coletividade de um modo geral, sem nenhum intuito subversivo”. Chama atenção no documento a suposta declaração do ferroviário de “que presta estas informações livre e espontaneamente, sem qualquer coação”, o que dá a entender justamente o contrário.

Em outro termo de declarações de Weckmuller,²⁸ datado de 15 de maio de 1964, o depoente teria afirmado desconhecer a existência de uma fração sindical do PCB entre os ferroviários. Como aqui Weckmuller supostamente nega a existência da OB e no documento anterior teria admitido sua existência, porém a dissociando do Partido, é provável que esse depoimento tenha sido dado previamente ao que citamos acima.

É importante que seja feita aqui uma ressalva, no sentido de que não tomamos todas essas supostas declarações dos acusados ou dos agentes repressivos, ou mesmo toda informação constante nos documentos policiais/judiciais ou supostamente apreendidos pelo Estado como expressão absoluta de verdade ou como informações integralmente confiáveis e precisas. Sabemos igualmente que essas informações eram muitas das vezes já produzidas com um intuito prévio de incriminar aqueles que eram considerados como infratores da lei e de determinada ordem política que se desejava manter ou impor, não sendo de se descartar a possibilidade de distorção, adulteração ou mesmo fabricação de informações por agentes oficiais.

Além disso, é fato recorrente mais do que conhecido em nosso país – e não só nele – o emprego ancestral da intimidação, violência e tortura pelas instituições e agentes de poder como método de obtenção de informações em depoimentos – ou de *confirmação* daquilo que determinadas autoridades desejam saber ou ouvir. Especificamente no caso da ação dos agentes da Ditadura Militar em Petrópolis, testemunhos, livros de memórias e mesmo documentos policiais afirmam ou indicam o uso de tortura desde os primeiros momentos do regime.²⁹ Por outro lado, os acusados ou suspeitos poderiam também muitas das vezes prestar informações parcial ou totalmente inverídicas, visando frustrar uma possível incriminação própria ou de amigos, companheiros de trabalho e/ou militância e de organizações a que eventualmente pertencessem.

28. Idem.

29. BOMTEMPO 2006; QUADROS, 2011; CMVP. Testemunho de Almir Neumann, 25 de novembro de 2016; e outros.

Por outro lado, é inegável também que a documentação juntada ou produzida no âmbito policial/jurídico pode ter também o intuito de gerar informação para os próprios órgãos investigativos e repressivos, sendo improdutivo, portanto, que nesses casos expressem meras invenções. Em meio ao exame da documentação pesquisada para este relatório, nos deparamos, por exemplo, com acusações políticas feitas por desafetos pessoais contra determinadas pessoas, que foram descartadas pela polícia por serem consideradas falsas, ou seja, aparentemente beiravam a pura invenção e, ao menos nesses casos, não eram levadas em conta.

Todas essas considerações apontam para a necessidade de se tratar sempre com muito cuidado as informações contidas (e escondidas, ou omitidas) nessas fontes.³⁰ Como o caráter deste relatório é mais expositivo, buscamos de maneira geral aqui *apresentar*, de forma sintetizada, os principais dados disponíveis, que poderão ser analisados mais profundamente em possíveis estudos futuros, que venham a fazer uma reflexão mais detida sobre as informações que as fontes apresentam.

Ainda tratando do alegado tesoureiro da OB ferroviária, João Weckmuller, é curiosa a recordação que tem dele o ex-ferroviário Almir Neumann, seu contemporâneo na ferrovia, segundo seu testemunho: “Esse era interessante: esse se dizia comunista. Mas não gostava de frequentar o sindicato, não. Não era, assim, ligado à diretoria, sabe? Não era. Mas ele dizia que era comunista. Gostava do partido. Weckmuller.”³¹

Em outro documento, Weckmuller teria informado pertencer a um conselho sindical dos ferroviários, juntamente com “Oswaldo Lopes Neves, falecido, recentemente, num desastre ferroviário”.³² Este conselho teria sido indicado por Saturnino da Silva e presidido por Pedro Lopes Neves, além de demais nomes indicados em outros documentos como de membros da OB, incluindo o do depoente. O texto traz ainda como membro do conselho o nome de “Almir Neumann, vulgo ‘Nenem Neumann’”,³³ mencionado no parágrafo acima.

Almir Neumann, representante do setor dos ajustadores, dá em seu testemunho sua versão de como se dava a organização sindical dos ferroviários naquela época, e sobre aqueles que se diziam ou não comunistas:

E havia os líderes, né? Os líderes sindicais. Aqui no Alto da Serra era o Saturnino. Eu e outros mais, nós fazíamos parte, vamos dizer assim... não da diretoria. [...] É, por exemplo, ele queria fazer uma paralisação, ele comunicava: “*fulano, fulano, fulano*, comunicar que vai ter uma paralisação, dia tal, tal hora, em protesto disso, assim, assim, assim.” [...] Cada setor da Leopoldina tinha um representante [...]. Tinha o representante da carpintaria, era o Amauri. Amauri Lopes Ribeiro. Amauri... do torneiro... era

30. Como, aliás, deve ser para o trabalho com todos os tipos de fontes históricas, resguardadas as suas especificidades.

31. CMVP. Testemunho de Almir Neumann, 25 de novembro de 2016.

32. APERJ. Prontuário de Dídimo Pereira Macedo.

33. Idem. O documento informa ainda “que esse conselho se reunia, à noite, na sede do próprio Sindicato dos Ferroviários, no Alto da Serra...”.

Valdir... Valdir... da ferraria era o Marçal. Senhor José “não sei o quê” Marçal. Marçal. Da... da pintura, quem era da pintura? Cada setor tinha um representante. Um representante assim: não era efetivo do sindicato não [...]. Se tivesse uma reunião extra, assim, do sindicato, eles passavam logo a notícia pra gente [...]. Agora, existia uns, que gostavam do Partido Comunista *mermo*. Era o... você leu o nome dele aí, *seu* [...] Mas esse dizia *mermo* que: “eu sou comunista”. Pedro Lopes Neves! Esse, esse era considerado no Alto da Serra como um líder *comunista* [ênfase], mas ele... ele não negava a ninguém não, sabe?³⁴

Perguntado se Saturnino também não seria do Partido, ele diz que “O Saturnino era usado por eles, né? Porque o Saturnino era líder sindical. Então o pessoal do Partido...”. E depois de uma interrupção, continua: “Esse Pedro Lopes Neves, esse era... comunista *mermo* declarado [...]. Os outros, não. Saturnino, outros mais, não. Eles não eram... declarados assim: ‘não, eu sou comunista’. Pedro Lopes Neves era.”³⁵ Mais à frente, porém, no mesmo testemunho, o senhor Neumann traz uma outra visão sobre o envolvimento de Saturnino com o PCB, pois, ao ler os nomes de Laurides Barbosa Reis, Amair Leite, José Pereira Paulino, Dídimo Macedo, João Alfredo Pereira da Silva, José Cardinelli e José Paradella Neto, constantes, entre outros, da documentação da polícia política, o ex-ferroviário diz:

Essa turma aqui... acompanhava o *sindicato* [ênfatisa a última palavra]... sabe? Não era esse negócio de... que frequentava, é, é... reuniões *comunista*, não. Quem frequentava mesmo, aqui, frequentava reunião comunista era o Saturnino... e o Pedro Lopes Neves. [...] esses... era líder [...] *gostava* [...] do Partido. Mas os outros, não. Os outros... *tinha* nada a ver, não.³⁶

As lutas dos ferroviários a partir de 1960

Diversas fontes apontam para uma intensificação da luta sindical entre os ferroviários a partir do ano de 1960, e especialmente naquele ano. Uma circular do sindicato central, juntada ao prontuário policial de Saturnino, datada 10 de fevereiro de 1961 e com assinatura que seria do diretor Wander Esquerdo, fala de “sucessivas melhorias salariais, resultantes de lutas intensas em que este sindicato empenhou-se nestes últimos tempos, notadamente em 1960”. Em Petrópolis, o delegado sindical Saturnino da Silva teria admitido ter feito “deflagrar só em 1960, 13 greves na Leopoldina e, posteriormente mais algumas”³⁷. Em um documento da polícia política datado de 7 de outubro de 1964, consta que:

34. CMVP. Testemunho de Almir Neumann, 25 de novembro de 2016.

35. Idem.

36. Idem.

37. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Saturnino da Silva.

O Sindicato dos Ferroviários no Alto da Serra-Petrópolis mantinha ligações com a [sic] CGT. Nos documentos apreendidos e em poder do Exército foram encontradas provas dessa ligação. – Todo o movimento grevista da Leopoldina em Petrópolis era determinado por SATURNINO DA SILVA e muitas greves e movimentos subversivos na Leopoldina, tiveram origem em Petrópolis determinada por Saturnino [...] – A Delegacia do Sindicato dos Ferroviários participou de todas as greves nacionais e municipais [...].³⁸

Em alguns desses episódios de paralisações na Leopoldina, Petrópolis aparece com destaque, como em uma greve ocorrida em setembro de 1960, noticiada pelo jornal carioca *Correio da Manhã*, um dos mais importantes do país à época:

“Os ferroviários da Leopoldina, que entraram em greve segunda e terça-feira, **paralisando os trens no Alto da Serra** em Petrópolis e também em Vitória, Bicas, Ubá e Campos, como protesto contra o atraso no pagamento dos salários correspondentes ao mês de agosto último, voltaram ao trabalho, ontem face à comunicação do superintendente da ferrovia, de que o pagamento será iniciado hoje para completar-se no dia 20 do corrente mês” – declarou ao *Correio da Manhã* o sr. Wander Esquerdo, da direção do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias... [destaque nosso].³⁹

10 de dezembro daquele mesmo ano, o mesmo jornal noticiava uma nova greve, que, “como das vezes anteriores, foi de protesto contra o atraso no pagamento de salários. Atingiu o Estado do Rio, onde foram paralisadas as atividades em Niterói, **Alto da Serra (Petrópolis)**, Rio Bonito, Vila Inhomirim e Cachoeiras de Macacu”.⁴⁰ A notícia informa ainda que no dia 5 daquele mês já havia ocorrido uma paralisação de 40 minutos, encerrada com a liberação parcial de pagamentos atrasados, que não contemplaram, porém, trabalhadores do interior do Estado, o que haveria motivado a nova deflagração, face ainda “à ameaça de extensão da greve a Minas e Espírito Santo” [destaque nosso].⁴¹

No entendimento de Wilson Madeira, toda essa efervescência do movimento sindical na cidade acontecia porque

O referido Sindicato, funcionava como verdadeira sucursal do Partido Comunista, encabeçando todo movimento grevista em Petrópolis. Já é um antigo sistema do Comunismo dar início as greves gerais através a [sic] greve dos ferroviários. [...] Assim era a Delegacia dos Ferroviários de Petrópolis, [...] o núcleo de todas as greves gerais de Petrópolis, ordenada pelo CGT, tendo Saturnino da Silva, como orientador.⁴²

38. Idem.

39. CORREIO DA MANHÃ. 15 set. 1960, p. 7.

40. Ibidem, 10 dez. 1960, p. 2.

41. Idem.

42. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Saturnino da Silva.

Já Bomtempo tinha outra explicação. Para ele, os ferroviários “Eram pessoas humildes, que, como milhões de brasileiros, mal conheciam seus direitos”, e que, portanto,

A força sindical dos ferroviários vinha dessas carências da categoria. O sindicato, que tinha como líder principal o combativo Demisthoclides Batista, o Batistinha, brigava por eles, levantava direitos trabalhistas, corria atrás de benefícios atrasados. Não era raro os trabalhadores receberem por conta de coisas que nem sabiam existir, graças à ação reivindicatória dos líderes sindicais.⁴³

Essa efetividade das lideranças sindicais dos ferroviários quanto às demandas econômicas, parecia credenciá-los, inclusive para efeito de mobilizações por “bandeiras” políticas, mais distantes, portanto, dos interesses econômicos mais imediatos das bases trabalhadoras. É o que diz o historiador Marcelo Badaró Mattos, estudioso do movimento operário do período:

Mesmo que desconfiemos do grau de convencimento das bases em relação à pertinência dessas “bandeiras”, o fato é que, pelo menos no universo aqui estudado, as lideranças tinham consciência dos eventuais questionamentos às demandas mais amplas e ainda assim encaminharam greves políticas que foram bem-sucedidas. O que nos leva a sugerir que a natureza das relações entre demandas econômicas e políticas era mais complexa. **Parece-nos que a eficiência das lideranças no encaminhamento das reivindicações econômicas [...] as legitimava para propor paralisações motivadas por pautas políticas.** Em apenas um ano, o Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, por exemplo, liderou 14 paralisações, 12 das quais motivadas por atraso no pagamento, todas bem-sucedidas [destaques nossos].⁴⁴

E continua:

Assim parece indicar também o relato de Batistinha, em uma outra entrevista: “O salário era baixíssimo, a exploração do trabalho muito grande, a ‘hora de trabalho’ era excessiva e nós conseguimos dar uma virada muito grande em pouco tempo. **Então atingimos o econômico**, o trabalhador ficou satisfeitíssimo com a gente (...). Assim, eles continuavam dizendo: eu não gosto desse negócio de comunista mas não sei o quê, mas este pessoal é um burro de carga de trabalhar para a gente. E éramos mesmo. Nós estávamos com uma responsabilidade muito grande e em curto espaço de tempo a classe sentiu a melhoria das condições de trabalho. [...] E os trabalhadores realmente sentiram bem, **então passaram a ficar predispostos às nossas outras ideias.** O cara dizia: não, não topo, mas o cara trabalha para a gente e tal não sei quê. A coisa era nesse sentido”[destaques nossos].⁴⁵

43. BOMTEMPO, 2006, pp. 64-5.

44. MATTOS, 1999, p. 93-4

45. MATTOS, 1999, p.94

A interpretação de Batistinha, apontada por Mattos, é uma explicação possível para fatos como, por exemplo, a resistência operária contra a tentativa de golpe militar contra a posse do então vice-presidente João Goulart em 1961⁴⁶, após a renúncia do presidente Jânio Quadros: “A exemplo de outras cidades brasileiras, Petrópolis parou por 11 dias, até a posse de Jango, no feriado de 7 de setembro. Cruzaram os braços os têxteis, os metalúrgicos e os ferroviários, líderes da greve de solidariedade”.⁴⁷ A greve, no caso dos ferroviários da Leopoldina, foi encerrada ainda com a circulação, do “Trem Especial da Legalidade”:

Composto de 12 carros, lotados de ferroviários, o comboio veio parando em todas as Estações, rumo à Barão de Mauá. Soltando fogos e dando vivas à legalidade, os trabalhadores foram aplaudidos ao longo de toda a linha, por soldados e civis que confraternizavam, num espetáculo emocionante.⁴⁸



O “Trem Especial da Legalidade”. Última Hora, 07.09.1961, capa

46. Além, é claro, da presumível identificação das próprias bases com João Goulart, dono de grande popularidade entre os trabalhadores à época.

47. BOMTEMPO, 2006, p. 83.

48. ÚLTIMA HORA, 07 set. 1961, p. 3.

Nem todos, porém, pareciam aderir a esses atos de radicalização. Ou assim declararíamos às forças da repressão. O ferroviário Arnaldo Gomes Porto Junior, por exemplo, teria afirmado, segundo termo de declarações,

que quando os ferroviários (Sindicato) fizeram correr o trem “da Legalidade” isto cerca de quatro mezes [sic] atrás, o depoente que estava no exercício de sua função de agente da Estação de Petrópolis [de] passageiros, procurou impedir a circulação do mesmo, dentro de suas possibilidades, isto é, não concedendo a licença para que o trem prosseguisse...⁴⁹

O Trem ‘Manda-Brasa’ e a luta contra a extinção de ramais

A luta contra a extinção dos ramais supostamente deficitários foi outra bandeira dos ferroviários à época, e que somava-se à demanda pela reforma agrária. Em Petrópolis, por exemplo, foi possível observar, através de diversas fontes aqui analisadas, que ferroviários engajados na luta sindical, bem como ativistas de outras categorias e militantes das esquerdas em geral juntaram-se ao incipiente movimento camponês e de sindicalização rural na cidade, especialmente na localidade à época chamada de Sertão da Saudade (atual Sertão do Carangola, ou Vale do Carangola). Na época, paralelamente a uma demanda pela posse da terra por pequenos camponeses, naquela localidade, houve um esforço de sindicalização, chegando a ser criado um sindicato rural em solenidade com a presença de diversos militantes das esquerdas da cidade e do estado, e inclusive do então prefeito, Flávio Castrioto. Até mesmo a pedra fundamental de uma escola teria sido lançada.⁵⁰

Após o golpe de 1964, foi instaurado um Inquérito Policial Militar (IPM) na Estrada de Ferro Leopoldina (bem como vários outros IPMs no período), para apurar a movimentação política na instituição no pré-64, que a Ditadura entendia como sendo um processo de subversão. De acordo com o relatório desse IPM,

a atividade subversiva dos empregados da E F Leopoldina [...] De um modo geral, nos últimos anos, [...] está ligada a dos camponeses. [...] Paralelamente às atividades junto aos camponeses e, principalmente em função das influências políticas que sofreram, os líderes sindicais dos ferroviários da E F Leopoldina se lançaram a uma outra luta. A chamada luta contra a

49. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Saturnino da Silva. Sendo o termo de declarações de 21 de abril de 1964, e o episódio do “trem da legalidade” ocorrido em 1961, o período mencionado para tal ocorrência (cerca quatro meses antes) está certamente incorreto. Esse documento aponta ainda que o “trem da legalidade” não teria circulado apenas entre Duque de Caxias e Rio de Janeiro, como citado na imprensa à época, mas também em Petrópolis. Outra possibilidade é que o ferroviário tenha se referido por engano como “trem da legalidade” ao caso do chamado “trem manda-brasa” (ocorrido cerca de seis meses antes de seu depoimento à polícia).

50. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Alencar Thomaz Gonçalves; APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Alcebiades de Araújo Romão; APERJ. Pol-Pol. Prontuário de José de Araújo Aranha.

extinção dos ramais antieconômicos. Trata-se de uma luta artificial criada apenas para interessar os ferroviários nas eleições. Com essa luta os líderes sindicais conseguiram as suas eleições para vereador, deputado estadual etc, onde iriam defender o restabelecimento do ramal. Ramal que, no caso de já ter sido assinado o decreto da SUPRA, iria produzir novas terras para os camponeses.⁵¹

Percebe-se que na visão dos responsáveis pelo IPM, a luta dos ferroviários organizados, contra as extinções de ramais e pela reforma agrária, tem um sentido bastante pragmático e eleitoreiro, ainda que com fins subversivos, no seu entendimento. Referindo-se a Petrópolis, o relatório prossegue dizendo que

Essa luta culminou com a circulação do “trem misto Manda Brasa”, em 21 de outubro de 1963 entre Petrópolis e Três Rios, sem conhecimento da Direção da Estrada, e teve como principal responsável Saturnino da Silva e como co-responsáveis Herval Arueira e Amauri Silva Nogueira. Saturnino da Silva era Suplente de vereador do Partido Socialista Brasileiro em Petrópolis e não queria perder seus eleitores, o que fatalmente viria ocorrer com a extinção do ramal e consequentemente transferência dos empregados da Estrada.⁵²

Como se vê, é atribuído pelos inquisidores a Saturnino o mesmo padrão de motivação para a “deflagração” do “trem manda-brasa”, um objetivo estritamente eleitoral. E conclui o relatório, sobre o desfecho do caso: no entendimento de seus responsáveis, o ocorrido representou uma vitória (ainda que momentânea) do Sindicato dos Ferroviários:

O episódio do trem misto Manda Brasa representou uma vitória nessa luta porque, em consequência desse fato, o Diretor Superintendente da E F Leopoldina no dia 1º de novembro de 1963 abriu inquérito [...]. Como a Diretoria do Sindicato estava completamente envolvida no episódio, pois seu presidente Herval Arueira e seu diretor Social Amaury Silva Nogueira participaram dele, houve necessidade de encontrar rapidamente uma saída. Assim, no dia 11 de novembro de 1963, Arueira lança manifesto [...] acusando a Direção da E F Leopoldina de corrupção. A Diretoria da E F Leopoldina se demite e é nomeado um interventor federal para a ferrovia: Heber Maranhão. Logo após Heber arquiva, o inquérito [...] e restabelece os ramais.⁵³

51. Arquivo Nacional. Fundo: Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar. Acervos sobre a Ditadura Militar. Código: BR_AN_BSB_N8_ATA_005_049.

52. Idem.

53. Idem.

A ‘Greve do Feijão’

Outro episódio de grande destaque nas lutas sociais do período pré-64 em Petrópolis foi a chamada “Greve do Feijão” (ocorrida em 1963, em data incerta), que colocou em oposição, de um lado, comerciantes de gêneros alimentícios da cidade, e de outro, mais de uma centena de trabalhadores, principalmente ferroviários, sob a liderança de Saturnino da Silva e Manoel Maria Leal Ferreira. Manoel Leal era, à época do ocorrido, além de dirigente sindical da Companhia Telefônica Brasileira em Petrópolis, presidente da Associação dos Amigos do Alto da Serra (entidade que seria acusada de dar apoio a greves dos ferroviários) e suplente do Vereador José de Araújo Aranha pelo PSB, bem como Saturnino.

Mas principalmente, Leal Ferreira é apontado nos relatos como sendo fiscal da COMAP (Comissão Municipal de Abastecimento e Preços), órgão auxiliar da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP⁵⁴), à época já transformada em SUNAB (Superintendência Nacional do Abastecimento). E era essa credencial (juntamente com a grande massa de trabalhadores que lhe acompanhava), que lhe dava autoridade para intervir junto a comerciantes de alimentos que estariam retendo mercadorias e gerando a falta de itens de primeira necessidade, situação que foi muito comum durante o governo João Goulart.

Segundo os relatos que constam na documentação policial,⁵⁵ Saturnino e Leal Ferreira, junto com um enorme grupo de homens, sobretudo ferroviários, percorreram diversas casas comerciais e até mesmo residências de comerciantes da cidade, para fiscalizar e pressionar aqueles que porventura estivessem retendo alimentos, sobretudo feijão (daí o nome da “greve”), e obrigando-os a venderem os itens pelo preço tabelado. Em termo de declarações,⁵⁶ Saturnino aparece como negando ter coagido comerciantes nesse incidente (o que é compreensível), e que teria agido apenas no sentido de usar sua influência junto aos ferroviários para evitar atos violentos por parte destes, o que é negado nas alegadas declarações de comerciantes, que mencionam tanto a liderança de Saturnino quanto de Leal Ferreira.

De acordo com o testemunho do Sr. Almir Neumann, além da “greve do feijão”, existiram, no período, “greves” relativas a outros gêneros, como açúcar e outros, pois faltavam muitos alimentos à época na cidade, sendo comum haver filas nas padarias, por exemplo. Muitos trabalhadores iam ao sindicato, portanto, pedir auxílio pra conseguir alimentos, principalmente o feijão. A greve era porque precisavam ficar na fila por horas e horas para conseguir feijão, e por isso não trabalhavam nesse dia, já que toda a família se mobilizava para esse fim, ou ficava sem o alimento. Além disso, ele confirma que havia comerciantes que retinham as mercadorias, com o intuito

54. Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap): “Órgão executivo da Lei nº 1.522, de 26 de dezembro de 1951, que facultou ao governo federal intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo”. Verbete online Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 21/11/2018.

55. APERJ, Pol-Pol. Prontuário de Rubens de Castro Bomtempo; APERJ, Pol-Pol. Prontuário de Saturnino da Silva.

56. APERJ, Pol-Pol. Prontuário de Saturnino da Silva.

de vendê-las mais caro, e então era preciso que alguém forçasse esses comerciantes a praticar a venda, papel que era cumprido pelo sindicato: “Então eles, o povo que precisava mais, procurava o sindicato, pro sindicato forçar ele a botar pra fora”.⁵⁷

O Golpe de 1964 em Petrópolis e os ferroviários

“Greve Geral no País por Ordem do CGT”. Essa foi uma das manchetes da Tribuna de Petrópolis do dia 1º de abril de 1964.⁵⁸ O subtítulo dizia ainda que “Cerca das 21 horas de ontem [31.03.64], os Sindicatos de Petrópolis receberam determinação do CGT para a deflagração de greve geral, até que sejam postos em liberdade os líderes sindicais presos na Guanabara e Minas Gerais.”⁵⁹ A chamada divulgava ainda nota oficial do Conselho Sindical da cidade, conclamando à greve geral, “Em defesa do mandato popular de que é portador o exmo. sr. presidente da República”. Mais abaixo, na capa do mesmo jornal, lia-se ainda a manchete “GREVE NA LEOPOLDINA”, afirmando que a ferrovia havia entrado em greve no dia anterior, “às 17 horas e 30 minutos”. O Jornal de Petrópolis também trazia nesse dia a informação de que “LEOPOLDINA E CENTRAL PARALIZARAM [sic] SEUS TRENS [...] em toda a linha da Leopoldina e nas linhas suburbanas da Central do Brasil”, em virtude da prisão de líderes sindicais na cidade do Rio, no dia anterior.

De acordo com termo de declarações do ferroviário Licínio Raposo, petropolitano que trabalhava na Administração Central da Leopoldina, na estação Barão de Mauá/Rio, no dia 31 de março de 1964, ele teria saído do serviço por volta das 17h30min, quando subiu para Petrópolis de ônibus, pois os trens estavam paralisados. Naquela noite, teria ido ao sindicato dos ferroviários e depois ao dos têxteis, e de lá seguido para o jornal Diário de Petrópolis, junto com o grupo que fez publicar naquele jornal a nota do Conselho Sindical da cidade, que saiu no dia primeiro. Nesse dia, não teria trabalhado, mas que soube estarem Saturnino e Pedro Neves junto com o dr. Romão e Fabrício Quadros em um piquete paralisando as fábricas. Já no dia seguinte (dia dois) e nos próximos, o trabalho na ferrovia teria sido normal.⁶⁰

Essa informação se aproxima de várias fontes que indicam o protagonismo dos ferroviários no movimento de greve geral levado a cabo em Petrópolis no dia primeiro de abril de 1964, juntamente com os trabalhadores têxteis. Memórias e testemunhos de contemporâneos, entretanto, mencionam que entre essas duas categorias, ambas numerosas e combativas, os ferroviários eram os mais radicalizados e influentes.⁶¹ De acordo com o termo de declarações de Eduardo Pomim,⁶² o piquete de greve que o fez fechar sua fábrica no dia primeiro continha

57. CMVP. Testemunho de Almir Neumann, 25 de novembro de 2016.

58. TRIBUNA DE PETRÓPOLIS, 1 abr. 1964.

59. Idem.

60. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Alcebiades de Araujo Romão.

61. BOMTEMPO, 2006; CMVP, entrevista com a família Quadros, realizada em 11 de junho de 2016.

62. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Alcebiades de Araujo Romão.

vários ferroviários, o que aparece também em outros documentos. O documento “MOVIMENTO NA CIDADE DE PETRÓPOLIS-E. DO RIO”, redigido pelo agente “SS-W-13”, menciona, entre outros nomes que “o Delegado do Sindicato dos Ferroviários [...] mais Pedro Lopes Neves, José Geraldês (Chefe do Posto da Cooperativa [sic] da Leopoldina), chefiavam os piquetes que obrigavam as Fábricas a greve.”⁶³ O agente diz ainda, exagerando ou não, que “José Geraldês, condisia [sic] nos caminhões de piquetes uma bandeira vermelha.”⁶⁴

Já no termo de declarações de Saturnino da Silva, de 17 de julho de 1964, o sindicalista teria dito

que para as greves haviam [sic] senhas com os dizeres: “Joana Faleceu”, “Doutor Novaes está muito ruim”, que significava paralisação dos trens, ordens essas que vinham pelo telégrafo da Leopoldina ou por telefone público e, no dia trinta e um de março próximo passado, o depoente recebeu um telefonema da diretoria do Sindicato, com os dizeres: “A ORDEM DA DIRETORIA É PARAR TUDO”, com a recomendação de que “MAIS TARDE O VIGÁRIO (senha) VOLTA A FALAR”.⁶⁵

Saturnino teria ainda participado da reunião ocorrida no dia 31 no sindicato dos têxteis de Petrópolis, convocada pelo diretor daquele sindicato, Alencar Thomaz Gonçalves. Ao menos é o que informa o termo de declarações de Luiz Rodrigues Marcello, empregado da Fábrica São Pedro de Alcântara, com data de 2 de maio de 1964, que diz que – além de Saturnino, membros do sindicato dos têxteis e membros do PCB, como o Dr. Romão e Saul Quadros – fez parte da reunião um membro do CGT da Guanabara, de nome Mario Mets(?), o qual recebeu um telefonema informando “que ‘os gorilas estava [sic] prendendo membros do C.G.T. do Estado da Guanabara’, ocasião em que Saturnino da Silva disse que era ordem parar o serviço no dia seguinte, [e que] estas palavras foram confirmadas por MARIO METS”.⁶⁶ Ainda com base nesse documento, o declarante teria retornado à fábrica no dia 2 de abril, “lá encontrando um piquete de greve”.⁶⁷

Aliás, as fontes consultadas em toda essa pesquisa coincidem em apontar que era prática comum que membros de diferentes categorias do movimento sindical da cidade comparecessem a assembléias uns dos outros e reuniões e atos em comum, que eram também frequentados por certos militantes e políticos de esquerda. Assim, por exemplo, é apontado no documento sem data “ATIVIDADES SUBVERSIVAS DE MANOEL MARIA LEAL FERREIRA (PETROPOLIS)”, em que o agente “RJ 36”, do Serviço Secreto, acusa o dirigente sindical da Companhia Telefônica Brasileira em Petrópolis de ter dirigido

63. Idem.

64. Idem.

65. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Saturnino da Silva.

66. Idem.

67. Idem.

piquetes de greves de Fábricas de Tecidos e da E. Ferro Leopoldina, no Alto da Serra. Dia 31 de março, esteve a frente dos movimentos subversivos [sic] na cidade, junto com SATURNINO SILVA, ALCEBIADES DE ARAÚJO ROMÃO? FABRICIO ALVES DE QUADROS e outros.⁶⁸

O documento diz ainda que Leal Ferreira

Estava em todas reuniões do Sindicato dos Ferroviários, tomando parte na mesa. Era e é presidente da sociedade dos Amigos do Alto da Serra, que funcionava no centro da cidade. Local onde foi apreendido material subversivos [sic] e livros do PCB. [...] No sindicato dos ferroviários foram apreendidos inúmeros documentos de MANOEL MARIA LEAL FERREIRA, dando apoio e solidariedade as [sic] greves em papel timbrado da Associação dos Amigos do Alto da Serra e do Sindicato da Telefônica, todos assinados por Leal.⁶⁹

Outro que é apontado como participante “de todos os movimentos grevistas dos têxteis e ferroviários”⁷⁰ era o presidente da Frente de Mobilização Popular (FMP) na cidade e vereador pelo PSB, José de Araújo Aranha, o que é confirmado pelo já citado testemunho de Almir Neumann, ex-ferroviário que era também seu cunhado:

“Agora”, o Zé Aranha foi [preso], porque ele era vereador. E eles atacaram mais ele por ser vereador e participar das reuniões que tinha nos sindicatos. Ele participava de todas as *reunião*. O Aranha gostava de reunião. Se tivesse uma reunião na tua casa e tu chamasse, ele ia lá.⁷¹

As próprias reuniões da FMP na cidade ocorriam no Sindicato dos Têxteis, conforme indicam algumas fontes.⁷² A assembleia geral de trabalhadores de Petrópolis, que decidiria pela paralisação total na cidade no dia 1º de abril de 1964, ocorreu na noite anterior, naquele sindicato, como já mencionado em outra parte deste relatório.⁷³ Em “INFORME PARA O COMANDO DO 1º BC” de 17 de agosto de 1965, Wilson Madeira, com base em alegadas declarações de ferroviários, afirma que, em determinada assembleia dos ferroviários, “o Vereador ARANHA teria apresentado um Manifesto defendendo o pedido de permanência dos Ramais e defendendo a Reforma Agrária, [e] o Sindicato dos Camponeses [sic] e que o comércio serrou [sic] suas portas em sinal de protesto”.⁷⁴ Diversas outras referências a depoimentos⁷⁵ indicam a presença de Aranha nas assembleias dos ferroviários no período anterior ao golpe.

68. Idem.

69. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Saturnino da Silva.

70. Idem.

71. CMVP. Testemunho de Almir Neumann, 25 de novembro de 2016.

72. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Alcebiades de Araújo Romão.

73. Cf. DIÁRIO DE PETRÓPOLIS, 31 mar.1964.

74. APERJ. Pol-Pol. Prontuário Ferroviários.

75. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Osmar Pereira.

Também na Câmara Municipal, na condição de vereador, José Aranha demonstrava seu alinhamento com as pautas dos ferroviários, como a manutenção de ramais ferroviários e da Reforma Agrária de terras adjacentes a esses mesmos ramais, como em uma de suas proposições à Câmara, de um “Requerimento ao Presidente da República e ao Diretor da Estrada de Ferro Leopoldina para lotear e vender, a longo prazo, as áreas de terras existentes junto ao Pátio e Oficinas da Leopoldina no bairro do Alto da Serra”, ou de outro “Requerimento ao Presidente da República para que não seja extinto o trecho de linha férrea de Vila Inhomirim a Três Rios”.⁷⁶

Não por acaso, o delegado sindical dos ferroviários, Saturnino, era um dos suplentes de Aranha a Vereador. Outros dirigentes sindicais eram igualmente seus suplentes, como Manoel Leal Ferreira (primeiro suplente), que mencionamos há pouco, e Alencar Thomaz Gonçalves, dirigente do Sindicato dos Têxteis. Outros suplentes de Aranha identificados à esquerda eram Saul Quadros e Francisco Guimarães Ximenes, membros do PCB, e Rubens de Oliveira Xavier que seria da Organização de Base “Candu”, do bairro Morin, também acusado de ser comunista. Após o golpe, tanto Aranha quanto estes suplentes seriam cassados pela Câmara Municipal, à exceção de Leal Ferreira, que teve o mandato suspenso pelo mesmo ato.

Em seu auto de qualificação e interrogatório,⁷⁷ José Aranha teria negado participação nos piquetes de greve do dia primeiro de abril, e também ter estado presente em nova assembléia dos ferroviários no dia 2, em que, segundo as acusações, teria afirmado que estava em marcha um “golpe dos gorilas do Exército”.

Essa mesma afirmação, nos mesmos termos, teria sido feita na referida assembléia do dia dois pelo vice-prefeito Rubens de Castro Bomtempo, que ainda era médico do sindicato e outra importante liderança entre os ferroviários. Nessa mesma ocasião, segundo as acusações contidas em seu prontuário da polícia política,⁷⁸ o vice-prefeito teria feito elogios a Leonel Brizola, e dito que o líder gaúcho viria com tropas do Sul para enfrentar os golpistas. Dois dias antes, em 31 de março, segundo essa documentação, Bomtempo teria falado em nome dos ferroviários, dando apoio ao Comando Geral dos Trabalhadores, e no dia primeiro, em reunião dos líderes sindicalistas com o Prefeito, no gabinete de Castrioto, afirmado que os ferroviários obedeciam ao seu comando. Bomtempo também seria acusado de fazer parte do comando de greve da Leopoldina, de defender o CGT, o direito de greve, etc. Em suas memórias,⁷⁹ o médico e político confirma que participava das greves e assembléias junto com os ferroviários e se mantinha “na linha de frente” junto aos mesmos.

Certamente isso foi determinante para que ele efetivamente disputasse a liderança dos ferroviários com Saturnino da Silva, o que é apontado na documentação policial e também por ele próprio em seu livro, deixando claro que havia profundas

76. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de José de Araújo Aranha.

77. Idem.

78. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Rubens de Castro Bomtempo.

79. BOMTEMPO, 2006, p. 64, entre outras.

divergências entre os dois. Isso não impediria, porém, de acordo com um “Informe do Serviço Secreto” e outros documentos contidos no mencionado prontuário, que no dia 3 de abril, com o golpe já consolidado e as tentativas de resistência frustradas, Bomtempo escondesse Saturnino em sua residência, à qual compareceu também o prefeito Flávio Castrioto, que teria conferido um documento a Saturnino, qualificando-o de democrata, caso eventualmente fosse preso. Tal documento teria sido apreendido pelo Capitão Vassimon, do 1º. Batalhão de Caçadores, após prender o ferroviário. O próprio Bomtempo confirma seu acolhimento a Saturnino, que teria ocorrido porém, segundo suas memórias, no dia anterior, e sem mencionar a suposta reunião com Castrioto em sua casa, e o citado documento. Nessa passagem, narra ainda como teria sido a prisão do líder sindical:

Saturnino foi preso por excesso de confiança, depois de ter ficado escondido durante uma semana. Embora não tivéssemos afinidades políticas, por eu discordar da maneira como conduzia a delegacia sindical, ele me procurou na manhã chuvosa de 2 de abril, pedindo ajuda para escapar da prisão. Havia sido encaminhado a minha casa por Flávio Castrioto. Recorri a um advogado amigo, que levou para sua residência o sindicalista e o instalou no sótão.⁸⁰

Ainda segundo suas lembranças, conforme o cerco ao esconderijo se apertava, devido à gana dos agentes novo regime em prender Saturnino,

Combinamos que o advogado se responsabilizaria pela condução de Saturnino até o Morro da Oficina, no Alto da Serra, onde ele poderia contar com seus companheiros para proteger-se [...] Mas Saturnino não resistiu às saudades. Um belo dia, deixou pra trás a casa do ferroviário que o alojara e desceu o morro para ver a família. Assim que pisou na esquina da Rua Chile com a Rua Teresa, foi agarrado por agentes da repressão que espreitavam o conjunto havia quase duas semanas.⁸¹

A prisão de Saturnino da Silva mereceu ênfase em notícia do Jornal do Brasil de 17 de abril de 1964, sob o título “Polícia Prende 20 em território fluminense”. Entre outras prisões de destaque, o jornal dizia que

Em nota oficial distribuída ontem pela Secretaria de Segurança do Estado do Rio, o Secretário de Segurança, Coronel Sá Campelo, disse que “depois de autêntica caçada por todo o Estado, a DPS conseguiu, finalmente, localizar e prender o conhecido líder ferroviário Saturnino da Silva, que estava escondido em Petrópolis”.⁸²

80. BOMTEMPO, 2006, p. 112.

81. Idem.

82. JORNAL DO BRASIL, 17 abr.1964, p. 5.

A prisão de Saturnino é informada oficialmente, portanto, no dia 16 de abril de 64. Seu Boletim de Preso, entretanto, diz que foi preso às 12 horas do dia 22 de abril de 1964, para “averiguação ideológica”. Ainda de acordo com Bomtempo, “Pelas notícias que tive de sua permanência na prisão, Saturnino da Silva foi muito maltratado”.⁸³ Almir Neumann confirma em seu testemunho à CMVP que Saturnino da Silva foi mandado para Niterói, assim como seu cunhado José Aranha e outros e que, pelos relatos, teriam sido torturados. Também preso e interrogado tempos após o golpe, o senhor Neumann afirma que não sofreu violência física,⁸⁴ “só ameaça”, mas perguntado se outros presos à ocasião haviam sofrido tortura, ele responde: “Ah, nós sabíamos!... nós sabíamos inclusive que eles foram transferidos pra Niterói... e eu fiquei com medo de ir pra Niterói, porque Niterói... a coisa lá era violenta”.⁸⁵

Saturnino da Silva foi ainda destituído de sua função de delegado sindical, “sendo substituído por uma junta governativa nomeada pelo Ministro do Trabalho”,⁸⁶ e processado com base na Lei de Segurança Nacional. De acordo com um telegrama de Wilson Madeira “Às seções competentes da Delegacia de Política Social...”, em 21-6-64, estavam “sendo processados na LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, nos artigos dois vg número terceiro e artigos sete vg nove e dez [...] Pedro Lopes Neves, Saturnino da Silva; e processados nos artigos nove vg dez e onze os seguintes [...] Osmar Pereira, [João] Alfredo Pereira da Silva, Amair Leite, João Pedro Bernardo Weckmuller, José Paradella Neto [...] pt Todos presos qualificados e identificados...”.⁸⁷

Em 23 de julho de 1964, a lista de ferroviários indiciados no Processo da Lei de Segurança Nacional era composta por: Saturnino da Silva, Amair Leite, Dídimo Pereira da Silva, João Alfredo Pereira da Silva, João Pedro Bernardo Weckmuller, José Pereira Paulino, José Paradella Netto, José Cardinelli, Laurides Barbosa dos Reis e Osmar Pereira. Além disso, haviam prestado depoimento sem terem sido indiciados: Almir Neumann, João Jacintho da Silva, José Jacintho da Silva, José Geraldo Lopes, Lafayette Rapozo, Arnaldo Gomes Porto Jr. e Genezio Expedito da Silva. “Quanto aos demais não estiveram em contato com esta Delegacia”.⁸⁸

Seguindo a lista de punições às lideranças sindicais dos ferroviários, o Diário Oficial da União de 9 outubro 1964, na página 9.215, publicava:

83. BOMTEMPO, 2006, p. 112.

84. Embora, em outra conversa com a Comissão, sua esposa o tenha lembrado de ter recebido um tapa no rosto durante a prisão.

85. CMVP. Testemunho de Almir Neumann, 25 de novembro de 2016.

86. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Saturnino da Silva.

87. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Osmar Pereira. (Por uma questão de foco, foram exibidos apenas os ferroviários nesta citação parcial do documento, cujo original contém mais vítimas relacionadas).

88. Documento sem título. De Wilson Madeira ao Delegado-Adjunto do DPS. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Saturnino da Silva.

“O Presidente da República [...] resolve

Demitir:

Saturnino da Silva, matrícula, número 36.893, e Jacy da Silva Barbedo,⁸⁹ matrícula 36.920, ambos artífices, funcionários da Rede Ferroviária Federal S. A. – Estrada de Ferro Leopoldina.

Brasília, 9 de outubro de 1964; 143° da Independência e 76° da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora”.⁹⁰

Ao que parece, Saturnino teria sido readmitido na E. F. Leopoldina, pois em documento do Setor de Segurança da empresa, de 12 de outubro de 1966, é informado o nome de “SATURNINO DA SILVA, comunista **afastado** da EFL pelo AI/1”⁹¹ (e não **demitido**). Isso poderia parecer apenas uma questão de escolha de palavras, porém, em informe do Serviço Secreto da 11ª Região Policial, de 9 de julho de 1966, por exemplo, é comunicado que

o Sr. SATURNINO SILVA [...] o ex-líder sindical membro implicado em IPM do PC, **funcionário da EF Leopoldina em serviço pelo interior de Minas** (ora em Porto Novo, ora Portela e até mesmo Três Rios,⁹² já que **exerce cargo ligado às oficinas**), [...] foi visto em companhia de Osmar Pereira, seu braço direito dos tempos passados e também implicado, e de vários outros amigos seus, conversando em barbearias, alfaiate, jornaleiro etc [destaques nossos].⁹³

Esses dois documentos, como vários outros presentes em prontuários aqui apresentados, mostram ainda que a vigilância sobre ferroviários e ex-ferroviários acusados ou suspeitos de subversão (bem como sobre outros militantes do período) permanecia mesmo após as prisões e punições ocorridas em 1964 e 1965, e o primeiro deles dois mostra ainda a existência, em pleno funcionamento, de um setor de segurança sofisticado dentro da Leopoldina em 1966, que contava inclusive com uma “Seção de Informações e Contra-Informações”, como mostra o timbre do documento.

Esse tipo de ação dentro da ferrovia já era comum no início da década de quarenta, como demonstra um documento da Delegacia Especial de Segurança Política e Social da Polícia Civil do Distrito Federal, de 21 de agosto 1943, que informa que

89. Jacy Barbedo era líder sindical dos ferroviários em Campos dos Goytacazes (RJ).

90. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. 9 out. 1964, p. 9.215.

91. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Saturnino da Silva [destaque nosso].

92. Na verdade, apenas a localidade de Porto Novo (do Cunha), no município de Além Paraíba, faz parte de Minas Gerais. Os outros dois locais mencionados no documento pertencem ao estado do Rio de Janeiro: (Governador) Portela, no município de Miguel Pereira, e a cidade de Três Rios.

93. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Saturnino da Silva.

Continuam, todavia, infiltrados, como operários, na “The Leopoldina Railway Company Limited”, em vigilância constante, os Investigadores n.ºs. 1.283 – 1.664 e 1.773, lotados nesta Secção, os quais têm a missão de prenderem em flagrante qualquer sabotador.⁹⁴

É bem provável, porém, devido à importância estratégica das estradas de ferro, que a vigilância e a infiltração policial na Leopoldina e em outras ferrovias seja ainda mais antiga, mas isso é um assunto que extrapola as pretensões deste trabalho.

Como falado, os documentos policiais mostram que o bairro do Alto da Serra e os ferroviários continuaram sendo intensamente vigiados nos anos seguintes ao golpe de 1964, mesmo com o fechamento do ramal ferroviário de Petrópolis pela Ditadura Militar, ainda em 5 de novembro de 1964, e também da oficina da Leopoldina no Alto da Serra.⁹⁵

E não apenas vigiados, como mostra o caso extremo do ferroviário Pedro Lopes Neves, cuja morte deu-se em decorrência das torturas sofridas quando estava sob a guarda das autoridades (conforme mostrado em outra parte deste relatório), embora tenha falecido quando já estivesse em casa, em 17 de junho de 1966. O caso é contado também por Maria Alves de Quadros, filha do líder comunista Fabrício Quadros, já mencionado nesse texto, e que conheceu pessoalmente o ferroviário:

O líder sindical, Pedrinho Neves, segundo se soube através de companheiros e parentes, duramente espancado e seviciado das formas mais infames usadas na época, não aguentou tamanho sofrimento e morreu logo depois. Poucos amigos compareceram para o último adeus a ele, receosos de serem presos, mas meu pai estava lá prestando solidariedade ao companheiro de lutas... e não deu outra: foi preso pelo DOPS, a fim de justificar sua presença à cerimônia fúnebre.⁹⁶

De acordo com a autora, essa não era a primeira vez que Pedro Neves passava por torturas ao ser preso:

No tempo em que estive no sítio [de seu pai, Fabrício], fiquei conhecendo o líder sindical ferroviário, Pedrinho Neves (Pedro Lopes Neves), que sempre era barbaramente torturado a cada prisão e lá ficou algum tempo, para se curar de várias lesões. Antes, em tempos de normalidade democrática, elegera-se vereador, à Câmara Municipal de Petrópolis.⁹⁷

94. APERJ. Pol-Pol. Prontuário Estrada de Ferro Leopoldina.

95. BOMTEMPO, 2006, pp. 113-4; 145. Ainda segundo o autor, a oficina da estrada de ferro foi derrubada em 1966, para dar lugar a um conjunto habitacional que ainda existe no local. Não foi possível precisar, porém, a data exata do encerramento das atividades da oficina.

96. QUADROS, 2011, p. 177.

97. QUADROS, 2011, p. 144.

Maria Quadros resumiu assim o episódio que culminou com a morte de Pedro Neves, em seu testemunho à CMVP: “Bom, não sei se foi em casa, ou em hospital, não sei, mas ele foi triturado!”⁹⁸

A própria extinção de ramais ferroviários, da qual Petrópolis foi vítima ainda em fins de 1964, foi também um duro golpe para os ferroviários da cidade. Segundo Bomtempo, muitos ferroviários de Petrópolis foram realocados

na Central do Brasil e na oficina da Rede na Francisco Bicalho. Eles subiam e desciam a serra todos os dias [...]. Aos poucos, nossa turma foi se juntando de novo. O jugo do governo sobre os ferroviários nos fez alvo de todas as perseguições possíveis, para que não restabelecêssemos o relacionamento de camaradagem que tínhamos em Petrópolis. Uma das armas da Rede Ferroviária para impedir a reaproximação de velhos companheiros era a transferência.⁹⁹

Após a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, seguiu-se uma nova leva de perseguições políticas em todo o país. No ano seguinte, em sessão do Conselho de Segurança Nacional, o ditador-presidente ArtCosta e Silva resolveu cassar os direitos políticos de Saturnino da Silva, dentre outros atingidos, “por dez anos, de acordo com os atos institucionais nº 1, de 9 de abril de 1964, nº 2, de 27 de outubro de 1965, e N. 5, de 13 de dezembro de 1968”,¹⁰⁰ como publicou o Diário Oficial de 01.06.1969.

O caso de Saturnino é emblemático, no que diz respeito à perseguição aos ferroviários em Petrópolis. Nesse sentido, Costa e Silva certamente teria ficado satisfeito caso tivesse tido contato com o documento do DOPS/RJ, de 19 de março de 1974, em resposta a dois pedidos de busca, um do Serviço Nacional de Informação (SNI), e outro do I Exército, que informava sobre Saturnino da Silva: “MUSICO, vivendo atualmente da profissão ministrando aulas a particulares a domicílio”; “Não mantém nenhuma atividade política”; Não possui nenhuma ligações políticas [*sic*].¹⁰¹ O velho ditador, porém, havia morrido poucos meses após cassar Saturnino.

98. CMVP. Testemunho de Maria Alves de Quadros, 11 de junho de 2016.

99. BOMTEMPO, 2006, p. 145.

100. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Rubens de Castro Bomtempo.

101. APERJ. Pol-Pol. Prontuário de Saturnino da Silva.

FONTES

APERJ. Fundo: Polícia Política

Arquivo Nacional. Acervos sobre a Ditadura Militar. Fundo: Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar

Atas do Conselho de Segurança Nacional

Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis (testemunhos)

Jornais – Correio da Manhã, Diário de Petrópolis, Diário Oficial da União, Jornal de Cascati-
nha, Jornal de Petrópolis, Jornal do Brasil e Tribuna de Petrópolis

REFERÊNCIAS

BOMTEMPO, Rubens de Castro. *Estação Petrópolis: memórias de um médico que não perdeu o trem da História*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006.

CARVALHO, Meynardo Rocha de. *Relatório da comissão da verdade de Macaé*. Macaé: Câmara Municipal de Macaé, 2016.

COSTA, Isabel Jovita da. *Ombro a ombro: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeiras de Macacu (1954-1964)*. 135 f. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores, 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

FITTIPALDI, Marta Lúcia Lopes. *Um golpe e duas cidades: memórias dos moradores de Carmo e Além Paraíba sobre o golpe civil-militar de 1964*. 128 fl. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64: a experiência carioca*. **Lutas Sociais – Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)** – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PUC/SP. São Paulo, 1999.

PAULA, Dilma Andrade de. *Fim de Linha: a extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina/ Dilma Andrade de Paula*. – Niterói: [s.n.º], 2000. 356 p. Tese (Doutoramento em História) – Universidade Federal Fluminense, 2000.

QUADROS, Maria Alves de. *Fabrizio: quadros de uma existência*. Petrópolis, ed. da autora, 2011.

5.

O papel da imprensa em Petrópolis: entre o apoio e a contestação legal da ditadura

Adriana Fernandes e Eduardo Stotz

A imprensa periódica petropolitana foi dominada, ao longo dos anos 1964-1985, por três jornais: o Diário de Petrópolis, o Jornal de Petrópolis e a Tribuna de Petrópolis.

Ao lançar-se em um estudo sobre o jornalismo local é necessário considerar o peso da publicação diária, paga pelo governo, dos atos do poder executivo¹. Daí, em decorrência do monopólio desse tipo de publicação, verifica-se o caráter oficioso de O Diário de Petrópolis; já o Jornal de Petrópolis, um órgão marcadamente ideológico, alinhava-se na oposição. A Tribuna de Petrópolis definia-se em um posicionamento em favor da relação com a família imperial.

O “oficialismo” não era caso isolado, do interior. Sustenta-o Nelson Werneck Sodré em seu monumental estudo sobre a história da imprensa no Brasil. Durante o período republicano, jornal *O País* destacava-se pelo seu servilismo, ao passo que o *Correio da Manhã*, pela oposição (Sodré, 1966).

A corrupção na mídia impressa (pois era exatamente isso!) permitia paradoxos: “Com a segurança da cobertura dos cofres públicos, *O País* possuía um grupo de excelentes colaboradores e sua redação estava cheia de bons profissionais.” (p.383). Paradoxo esclarecido quando se lembra do caráter empresarial da imprensa, dependente de publicidade, para o qual o poder público era fundamental.

Em Petrópolis as coisas não funcionavam de forma diferente, como indica o estudo de Paulo César dos Santos sobre a trajetória do primeiro governo de Paulo Gratacós. O modo direto de colocar a questão do apoio do poder à imprensa esclarece a observação de Sodré acima mencionada sobre a “compra” de editoriais dos jornais.

Indagado a respeito dos motivos da oposição ferrenha que lhe fazia o empresário da comunicação Wilson Carneiro Malta (Jornal de Petrópolis e Petrópolis Radio Difusora ou PRD-3), Gratacós respondeu:

1. Decretos, portarias, etc.

Eu não conhecia os bastidores do poder e a sua relação, às vezes desvirtuada, com a imprensa. O rompimento com Wilson Carneiro Malta, pessoa com quem eu mantinha boas relações até as eleições (...) me trouxe um constrangimento muito grande. Num determinado momento da minha administração, Carneiro fez uma visita ao meu gabinete e resolveu colocar o problema do apoio do “Jornal de Petrópolis” e da “Petrópolis Rádio Difusora” ao governo do município.

Solicitado a expor com clareza os termos do apoio, Malta teria respondido que “o apoio era dado na totalidade ou então era negativo, em função do maior ou menor apoio financeiro que o Executivo viesse a dar aos seus órgãos de imprensa.” (SANTOS, 1988, p.91)

No período 1964-1969, o Diário pautou-se pelas notícias, em âmbito local, nacional e internacional, enquanto a cobertura local era uma característica do Jornal de Petrópolis. A Tribuna, à parte de sua página inicial sempre de caráter editorial, compunha-se praticamente de páginas de anúncios.²

No quesito de informação, o Diário era mais importante que os demais jornais. Daí privilegiarmos a análise deste órgão para as pesquisas da CMV.

O Diário surgiu em 1954, sendo Antônio Carlos Noronha Portella seu proprietário. Na memória do jornal, uma face crítica se destaca desde o início: “Em sua primeira edição, o Diário de Petrópolis denunciava a Estrada de Ferro Leopoldina por cobrar altos aluguéis aos seus operários, que habitavam as moradias da empresa.” (CURIONI, 2018).

Este posicionamento apareceu nas edições de 1961 com a frase “Força e ação a serviço do povo” abaixo do título do jornal.

Em 1961, o proprietário era José Crescêncio da Costa, A. Cesar Nunes o diretor-responsável, enquanto José Augusto Costa chefiava a redação. No ano seguinte, acontecia uma mudança na composição: ao lado de Cesar Nunes, agora presidente, aparecia João Laureano (ou Lauriano) Sorsonas, assinando como vice-presidente. Sorsonas passara, então, a ser proprietário do jornal.

No período que antecipou o golpe militar, marcado pelo agravamento das condições de vida dos trabalhadores e a intensificação da luta de classes, o Diário de Petrópolis respaldava o governo Goulart. Vejamos como se posicionou no desfecho deste processo registrando a manchete principal nos últimos dias de março de 1964.

Em 29 de março, o Diário destacava na manchete principal: “Tubarões desafiavam as autoridades!” No dia 31, parecia que estava tudo normal: “Concurso de Miss Petrópolis empolga a Cidade”. Mas no canto direito, em letras miúdas, vinha a notícia “Trabalhadores em assembléia” informando que a Frente de Mo-

2. Ressalte-se a relevância da coluna “Política fluminense” que acompanhava a intervenção militar na capital e nos municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, pelo menos no ano de 1964.

bilização Popular estava convocando reunião para discutir o Manifesto do CGT.

Em 1º de abril o jornal ainda apostava as fichas no governo Goulart e na legalidade: “Governo federal reagiu contra rebelião mineira”, enquanto a nota “Aos trabalhadores de Petrópolis” emitida pelo Conselho Sindical, convocava à paralisação e concentração na sede dos sindicatos às 8 horas da manhã.

Ao virar a página da história e a casaca, no dia 2 de abril, a redação do Diário apropriou-se rapidamente e sem hesitação (ou consciência da linguagem) dos novos senhores da ordem. No editorial publicado naquele dia, sob o título “Agora é cinza ‘seu’ Jurema”, abordando o descontrole do governo Goulart, o Diário lançava mão, para tal análise, da figura “mais excêntrica e quixotesca da República: a do Sr. Abelardo Jurema”.

A par da escolha controversa do alvo para combater o governo deposto, o editorial distorce propositalmente o decreto de que o ex-ministro da Justiça lançara mão, a saber, uma forma de congelamento dos aluguéis, fazendo-o crer que atingia os pobres quando afetava na verdade os ricos, isto é, a pequena- burguesia proprietária de imóveis. E logo, naquela linguagem brutal e sem razoabilidade do novo domínio, previa-se que, se aplicado, o resultado do tabelamento seria a residência “em um quarto, ou numa casa em conjunto com inúmeras outras famílias, como acontece na União Soviética”.

Contrapondo-se a tal viés ideológico de direita, Marco Antonio Villa, ao examinar a mesma medida disse que não resolvia o problema da escassez e dos aluguéis abusivos, uma vez que os proprietários simplesmente recorreriam contra o tabelamento na Justiça, salvaguardados pelo artigo 141 da Constituição. O decreto fazia parte do jogo de Goulart: adotar uma medida para obter dividendos políticos, sem resolver a questão.

A partir de então, o jornal assumiu a posição dos vencedores de abril, com elogios às autoridades, divulgação de eventos sociais e publicação de notas oficiais. Quando tratava dos vencidos, publicava notícias com o jargão acusatório (“subversivos”), sem observar para o leitor a ausência do direito de defesa dos acusados. As informações para compor as notícias advinham de Wilson Madeira, da Delegacia de Ordem Política e Social local e eram de conhecimento de outros membros da polícia civil, a exemplo do comissário Sylvio de Carvalho, então chefe da Rádio Patrulha e também conhecido como jornalista na cidade. O colaboracionismo entre a polícia e a imprensa era reforçado com o crescente número de jornalistas-policiais que integravam as redações. Sobre o tema, vale citar o estudo de tese de doutoramento de Beatriz Kushnir (2001).

Essa relação, aliás, expressava-se até em colunas semanais como “Página 7”, assinada por Paulo Ribeiro (investigador policial) e “Na Sociedade”, por Célio Salim Thomaz (policial do setor de Censura e Diversões Públicas), ambas no Jornal de Petrópolis. Célio S. Tomaz era também o diretor da Revista Social, com matérias pagas pelos interessados em obter destaque na sociedade. O próprio Wilson Madeira assinava nessa publicação a coluna “De Niterói”. A coluna, ao destacar o certame “Senhorita do Estado do Rio”, aproveitava para repassar informações da

Secretaria de Segurança e as dele próprio enquanto comissário de polícia.

A imprensa cumpria, portanto, um papel de apoio à ditadura com a promoção pública de seus apoiadores. A autopromoção chegava ao ponto de divulgar em órgãos da imprensa (Diário de Petrópolis, Jornal de Petrópolis, Revista Social) a realização de cursos nas escolas de polícia mantida pelo convênio entre o governo do Estado do Rio de Janeiro e a USAID (*United States Agency for International Development*).

Um exemplo é a notícia “Policial de Petrópolis Prof. da E. de Polícia” (DIÁRIO de PETRÓPOLIS, 21.08.66): Wilson Madeira, chefe do DOPS fora convidado a lecionar na Escola de Polícia, assumindo a cadeira de “Segurança Interna”. Em decorrência, deixaria o cargo exercido até então. No início de 1967 iria aos Estados Unidos fazer cursos no FBI durante seis meses. Cursos de “Controle de tumultos” e de “Investigações criminais”, apoiados pela USAID, como informa ainda o jornal.

A importância da imprensa tinha também outro sentido, o de proteção. Em 17 de abril de 1964, o nome de João Laureano (Lauriano) Sorsonas apareceu como presidente do Diário de Petrópolis. Aliás, pouco interferia nos editoriais, ainda que estimulasse campanhas em favor da legalização do jogo do bicho. De acordo com Douglas Prado de Oliveira, Sorsonas acreditava que ser dono de um jornal de prestígio servia para protegê-lo.³ Isso lhe valeu até a edição do Ato Institucional nº5. Conhecido “bicheiro” na cidade e no Estado do Rio de Janeiro, Sorsonas seria, ao lado de outros companheiros de “contravenção”, vítima de prisão em 1969.

A prisão deve ter ocorrido em janeiro, pois aos 4 dias de fevereiro de 1969, a Delegacia de Costumes encaminhava, mediante o Ofício 126/69-C (APER, Secreto, 41, fls 149-151) ao Secretário de segurança Pública a

...relação nominal dos banqueiros de jogos de azar que se encontravam detidos, por ordem superior. De Petrópolis constam: Heitor Nunes da Costa, Genaro Honorato Americano Faraca [sic] (Naná), Oswaldo Adelino Faraco, Diamantino de Alemida Couto, João Lauriano Sorsonas (Joãosinho) e Hercio Pereira Manhães.

Em março, os presos estavam à disposição do 1º Exército (2ª seção). O Correio da Manhã de 04.04.69, sob o título “Bicheiros ainda presos no Rio de Janeiro”, informava que alguns ainda estavam recolhidos aos xadrezes da polícia fluminense à disposição das autoridades militares, embora não constassem os nomes de Sorsonas e outros de Petrópolis. Em 19 de abril, o mesmo periódico informava sobre o pedido de habeas-corpus em favor de Castor de Andrade.

Na denúncia contra Sorsonas havia, na ficha de referência policial, a informação de seu envolvimento “na pretensa caixinha dos 90 milhões, usando indevidamente o nome do então Sr. Major Paulo Biar, juntamente com um coronel do Exército.” Mas a essa altura, os militares referidos já haviam sido inocentados e o processo arquivado em 1965. (APERJ. Pront.-RJ 24.941, relativo a Sorsonas)

Quanto à propriedade do jornal, o nome dele se manteve no expediente até junho

3. Entrevista informal. Petrópolis, em 1º de maio de 2018.

de 1969. Em 08 de agosto, seu nome desapareceu e deu lugar à nova composição editorial constituída por Carlos Machado Medeiros, diretor-presidente, Marcelo Machado Medeiros, diretor-superintendente e o ministro Carlos Medeiros Silva, conselheiro fiscal. A redação do órgão de imprensa tornava-se um empreendimento familiar. Mas o dono já era Arinos Affonso Botelho, que aparecia no expediente do jornal na condição de diretor-tesoureiro. De acordo com Paulo César dos Santos, em meados de 1969 Botelho havia adquirido o controle acionário do Diário (SANTOS, 1988).

Carlos e Marcelo Medeiros eram filhos de Carlos Medeiros Silva. Ministro do Supremo Tribunal Federal e em seguida da Justiça e Negócios Interiores, nomeado pelo general-presidente Carlos Castelo Brando, foi um dos autores do Ato Institucional nº 1, de 9 de janeiro de 1964 da nova constituição outorgada pela ditadura em 1967, da Lei de Imprensa e da Lei de Segurança Nacional, afastando-se da atividade pública em 1973.

Quase certamente foi da lavra do ministro o editorial do Diário de Petrópolis, de 26 de agosto de 1969, intitulado “*Somos um país de homens livres*”, no qual se informava estar em exame, pelo governo, a Nova Constituição. Na verdade, a Constituição estava sofrendo uma emenda para incorporar o mais recente dos instrumentos ditatoriais, ou seja, o Ato institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968. Contraditoriamente o editorial fazia a defesa dos direitos individuais contidos na nova Constituição, “expurgada de vícios funestos, corrigida de erros palmares”.

Em 7 de março de 1970, Arinos Affonso Botelho passou a ser o do diretor-responsável do Diário de Petrópolis e, de acordo com Douglas Prado, acima citado, comprou o jornal de Sorsonas. A linha do jornal não sofreu grandes alterações.

No ano de 1971, um grupo de jornalistas composto por Diógenes Dagoberto Costa Filho, Raul Azedo Neto e Douglas Prado de Oliveira, demitidos do Correio da Manhã e da Última Hora, foi convidado a trabalhar no Diário de Petrópolis.⁴

Em 1972, nova mudança societária afastou Botelho e colocou em cena Paulo Antonio Carneiro Dias. Seu nome constava da edição de 20 de julho de 1972. No dia 23 do mesmo mês e ano, anunciava-se que o Diário de Petrópolis passara a imprimir suas edições em oficinas próprias. Nesse dia, esclarece seus objetivos, deixando claro que o papel da imprensa vai além de noticiar:

Acreditamos que à Imprensa, pela informação honesta e crítica superior, compete colaborar com o poder público na orientação cada vez mais difícil das sociedades humanas e que o Jornalista, no desempenho dessa missão – acompanhando as forças que se contratam em torno do indivíduo, da coletividade e do Estado – é o companheiro inseparável das liberdades humanas, tendo por lema o respeito à verdade e por princípio um ideal de justiça.

Com esta “linha de orientação” democrática num contexto ditatorial, o Diário de Petrópolis assumia o lugar de oposição ao regime, sem declará-lo aberta-

4. A este grupo somaram-se depois Stenka do Amaral Calado e Regina Guerra.

mente. A partir de 1973, o Diário envolve-se no plano nacional e mais fortemente após 1974, quando uma votação surpreendente conferiu ao MDB o papel de oposição de fato, quer dizer, com respaldo popular, à ditadura. Tornou-se então alvo do serviço secreto (S-2) da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada.

A 1ª Brigada era a sede da Vila Militar do Rio de Janeiro. Foi instalada em 1972, mas transferida para Petrópolis apenas em 1975, conforme a matéria publicada no “Histórico da 1ª Brigada de Infantaria de Selva”.⁵

A instalação permitiu à Brigada agir como órgão de repressão antes mesmo de sua transferência para Petrópolis. Assim, oficiais dessa unidade denunciaram Diógenes Dagoberto e Sepúlveda Diniz à Justiça Militar embora eles, alguns meses depois, tenham sido absolvidos.

O acompanhamento da coluna “Diálogo” do jornal Diário de Petrópolis foi uma atribuição a que se dedicou a 2ª seção (S-2) da Brigada e sobre o qual, em 1974, produziu um Relatório. Paulo Antonio Carneiro Dias mereceu, da parte daquela seção, o Prontuário nº 280, como se pode ler em trecho do documento

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
 1º Exército - 1ª DE
 1ª BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA
 E M G - 2ª SEÇÃO

PRONTUÁRIO Nº 280



NOME:- PAULO ANTONIO CARNEIRO DIAS CODINOME:-
 PROFISSÃO:- Advogado IDT:-
 RESIDÊNCIA:- Av. 15 de Novembro, 436 Aptº 1004 - Petrópolis
 NASCIMENTO:- 03 Jul 45 NATURALIDADE:-
 ESTADO CIVIL:- Casado ALTURA:- COR:-
 CABELOS:- SINAIS PARTICULARES:-
 FILIAÇÃO:- José Carneiro Dias e Dês de Lourdes Carneiro Dias

DATA	HISTÓRICO	FONTE INFORMAÇÃO
15 Jan 73	Foi remetida à 1ª DE cópia da coluna jornalística do marginado, assinada por DOUGLAS PRADO, redator substituto, do jornal "Diário de Petrópolis", onde se procura evidenciar a pressão do Executivo sobre o Legislativo.	Info 27/73 à 1ª DE
17 Jan 73	O marginado, na coluna "Documentário Político", do Diário de Petrópolis vem expondo uma série de artigos com críticas a situação vigente no país, sobre a situação política em PETRÓPOLIS e contra o AI-5. Quanto a situação vigente, declara que não há liberdade de imprensa e que "o controle a imprensa é próprio dos países subdesenvolvidos".	Info 33/73 à 1ª DE

5. Disponível em <http://www.1bdainfsl.eb.mil.br/2015-09-23-17-19-00/galeria-dos-ex-comandantes.html>



abaixo reproduzido:

Apesar de ser chamado a prestar esclarecimentos na DOPS/RJ em 1973, Paulo dispunha de influências na área governamental e uma delas era a do senador Paulo Torres, presidente do Congresso Nacional e da ARENA, ex-governador do Estado do Rio de Janeiro entre 1964 e 1966.

As pressões políticas não demoveram o Diário de sua linha política.

Em 12 de julho de 1975, o Diário divulgava o VII Encontro Científico dos Estudantes de Medicina (VII ECEM), cujos objetivos eram os de estimular a pesquisa científica e levantar os problemas médico-sociais do país. No editorial “Presença da Juventude”, situado no pé da página principal do Diário de 15 de julho de 1975, lemos que aproximadamente 2.000 rapazes e moças participaram do evento ocorrido no Hotel Quitandinha. Mais ou menos 200 trabalhos foram selecionados para exame e debate, informava a matéria, apesar da ausência de ajuda oficial. O estudo dos problemas médico-sociais do Brasil denunciava a persistência das endemias no Norte e Nordeste, enquanto a mortalidade infantil no poderoso e rico Estado de São Paulo tinha um dos mais elevados índices do mundo. E concluía com insinuação do uso de tortura contra os opositores de esquerda, fazendo eco às críticas da chamada Operação Radar desencadeada pela ditadura militar contra o PCB, e ainda o rechaço de que crescimento econômico era sinônimo de bem-estar social:

O VII ECEM é uma prova concreta de que os nossos jovens patrícios não renunciaram a seus deveres políticos, apesar da pressão exercida – e frequentemente de modo violento e cruel – por setores que não desejam o debate e a renovação. Assim, malgrado as barreiras que lhes são criadas, os jovens estão presentes no equacionamento dos problemas do Brasil. Isto é um indício seguro de que a batalha está perdida para os carcomidos que pretendem fazer de suas “verdades” empresariais a verdade política do país – protelando o advento do dia em que todos os brasileiros terão saúde, educação, segurança, alegria e liberdade.

O advento desse dia de direitos sociais para a maioria permanece, sabemos, como uma promessa de futuro sempre adiado. Entretanto, era uma expectativa, principalmente contida nas duas últimas palavras, na época em que a equipe de redação do Diário de Petrópolis escrevia seus editoriais. Mesmo então, a ditadura militar estava longe do fim e a batalha com os “carcomidos” se arrastaria por muitos dias, meses e anos a fio. Assim, no final da campanha eleitoral de 1976, o reacionário juiz Paulo Gomes da Silva mandava, por determinação da Justiça Eleitoral, apreender a edição matutina do Diário de Petrópolis, fechar o Correio Metropolitano e prender o vereador Lauro Barreto, do MDB. (O Globo, 14.11.1976, recorte de jornal do Departamento Geral de Investigações Especiais – DGIE, constante do prontuário de Paulo Antonio Carneiro Dias). Contudo em épocas como esta é

6. Poesia de Thiago de Mello, que foi interpretada por Nara Leão.

que fazem sentido os versos: *faz escuro, mas eu canto, porque a manhã vai chegar.*⁶

REFERÊNCIAS

CURIONI, Daniela. *De jornal impresso à era digital: são 64 anos de tradição e informação*. Matéria especial para o Diário, em 17.09.2018. Disponível em <http://diariodepetropolis.com.br/integra/de-jornal-impresso-a-era-digital-sao-64-anos-de-tradicao-e-informacao-155527>

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*. Unicamp, 2001.

SANTOS, Paulo César dos. *Gratacós: missão quase cumprida*. Petrópolis: Pirilampo, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

VILLA, Marco Antonio. *Jango, um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

6.

VII Encontro Científico dos Estudantes de Medicina do Brasil

Breves anotações de pesquisa sobre um evento na época da ditadura militar realizado em Petrópolis no ano de 1975¹

Eduardo Stotz

Em levantamento de pesquisa procedida por membros da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis em 6 de março de 2016 no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) sobre o tema “Movimento estudantil” e o termo de busca “Universidade Católica de Petrópolis”, foram encontrados diversos documentos relativos ao VII Encontro Científico dos Estudantes de Medicina do Brasil, realizado sob os auspícios da Faculdade de Medicina de Petrópolis, denominado VII ECEM-Brasil, e instalado no Santapaula Quitandinha Clube, de 13 a 20 de julho de 1975.



Diário de Petrópolis, 15 de julho de 1975.

1. Publicado na revista Intervezes– trabalho, saúde, cultura, vol. 2, nº 2, novembro 2017/abril 2018, pp. 85-88.

Os documentos estão organizados por meio do Encaminhamento 062, da Seção de Buscas Especiais da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, datada de 29 de julho de 1975, o qual inclui um relatório “decorrente da observação por parte dos integrantes desta seção, em colaboração junto à 32ª BI/MTz”. Fazem parte desse dossiê os documentos: Estatutos e Regimento Geral do evento; “Poucas palavras”, escritas pelo acadêmico Rubens Apointia a propósito do supracitado estatuto; croquis do centro da cidade de Petrópolis com as vias públicas de acesso; “Do VII ECEM-Brasil”, datado de 19 de julho de 1975, escrito pela delegação do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina de Vitória (ES); “Boletim ‘Da necessidade e importância do VII ECEM-Brasil’”, assinado pelos Diretórios Acadêmicos das Faculdades de Medicina de Petrópolis e Teresópolis; “III Encontro de Escolas Médicas do Estado de São Paulo – relatório final”, com informações a respeito das perspectivas atuais do mercado de trabalho; e “Programação Científico-Social do VII ECEM-Brasil”.

É importante observar que o nome do evento “encontro científico” tem por objetivo descaracterizar qualquer intenção política, sendo uma imposição do Ministério da Educação, quer dizer, de sua Divisão de Segurança e Informações. Note-se também a exigência da elaboração de Estatuto e Regimento.

A despolitização pretendida pelas autoridades é, contudo, posta em questão pelos estudantes. Assim, os estudantes de Vitória fazem críticas à organização do evento no qual apontam a anarquia reinante e as divisões políticas sectárias, ressaltando, em contrapartida, a infra-estrutura de recepção dos estudantes, o bom nível dos debates e dos cursos paralelos, assim como a importância dos grupos de discussão. Destacam a necessidade de uma organização mais democrática do Encontro e de que, a par do apoio dos órgãos governamentais, os estudantes devam manter sua autonomia.

Participação política e autonomia são os temas do documento dos diretórios dos estudantes de Petrópolis e de Teresópolis. O boletim assinado pelos diretórios começa por ressaltar a necessidade de o estudante brasileiro vir a discutir os problemas da sociedade brasileira e opina não se poder “negar ao estudante o dever de participação ativa na sociedade sobre a qual vai atuar como profissional”. Critica também o divisionismo político, apela contra o “fechamento” das discussões e das votações, de modo a tirar um saldo positivo do encontro. Protesta veementemente contra a retirada da programação do ECEM do painel “Vida Universitária”. Assinala, como parte da vida universitária, as seguintes manifestações:

USP entra em greve
FMBA entra em greve
FEFIEG faz luto por causa do seu hospital
Bragança (SP) sofre intervenção federal
EMESCAM pede continuação da intervenção federal
FM Petrópolis boicota pagamento (6º Ano)
Insatisfação geral no meio estudantil

Pergunta: “A Universidade está em crise?”

A retirada do tema aparentemente devido à ação do Ministro da Educação – que, aliás, recusa-se a participar do evento – leva à afirmação de que se removeu “um dos alicerces do evento”, despolitizando abertamente o ECEM. A alternativa é, na visão dos dois diretórios, uma discussão mais aprofundada e “mastigada” do temário científico.

Façamos, então, um parêntese para saber o conteúdo do documento sobre o temário do ECEM.

A programação científica está estruturada a contemplar mesas-redondas, temas livres científicos e cursos paralelos (Atualização em Pediatria, Parasitoses e Métodos e Sistemas de Tratamento Intensivo e Choque).

Os temas das quatro mesas foram: **O ensino médico**, organizado pelo Prof. Dr. Aloysio Salles, presidente da Associação Panamericana de Escolas Médicas, com as questões “O ensino médico e a realidade nacional de saúde”, “Qual o tipo de médico está se formando?” e “Que tipo exige a realidade nacional de saúde?”; **Currículo Médico**, coordenado pelo Prof. Dr. José de Paula Lopes Pontes (Clínica Médica da UFRJ); **Residência Médica**, com a participação do Prof. Dr. Eduardo Marcondes (Clínica Pediátrica da US) e representante da Associação Nacional de Médicos Residentes; **INPS e mercado de trabalho**, com a participação dos Profs, Drs. Hugo Batista (Secretário de Serviços Médicos do MPAS) e Hesio Cordeiro (UERJ); Saúde Pública, subdividido nos subtemas “Desnutrição e sua conseqüência” e “Doenças epidêmicas – Dados epidemiológicos da Meningite”, dos quais participaram os Profs. Drs. Fernando José de Nóbrega (Pediatria de Botucatu, SP) e José da Silva Guedes Assessor Técnico da SES-SP, Prof. da Faculdade de Saúde Pública da USP e da Santa Casa de São Paulo) e “Doenças Endêmicas” e “Situação da Saúde Pública no Brasil”, com a participação dos Profs. Drs. José Rodrigues Coura (Doenças Infecciosas e Parasitárias da UFRJ) e Bichat de Almeida Rodrigues (Coordenador de Saúde do Ministério da Saúde).

Participam dos cursos paralelos os profs. Drs. Aderbal Sabrá (Clínica Pediátrica), Ottilio Leite Machado (Parasitologia) e Milton Madruga (Microbiologia e Imunologia) da Faculdade de Medicina de Petrópolis.

Não há informação a respeito dos temas científicos livres.

Fechemos o parêntese e retornemos ao documento dos diretórios acadêmicos de Petrópolis e Teresópolis. O “Boletim ‘Da necessidade e importância do VII ECEM-Brasil’ termina por esperar que a *distensão*” [a política de abertura política do governo Geisel] chegasse à Universidade e permitisse o debate dos seus problemas.

Uma análise política dos documentos das entidades supõe a contextualização do movimento estudantil da época, algo fora do propósito deste relato. Uma observação precisa, contudo, ser feita quanto a impressão acerca das divisões políticas partilhada pelos estudantes que assinam aqueles documentos, deixando-a sob a forma de perguntas ao leitor(a): é possível evitá-las pelo chamamento à unidade? As divisões parecem ser inevitáveis quando concepções políticas distintas da luta contra a ditadura estão em pauta nos debates; não é paradoxal, portanto, após criticar o divisionismo, acreditar na possibilidade da “distensão” chegar à Universidade?

Ou seja, não se tem aí a aceitação de um caminho de luta, por dentro da estratégia governamental de “abertura política”, com a pretensão de alargá-lo?

Damos estas notícias do passado e fazemos estas reflexões na esperança de que venham interessar a juventude estudantil da Medicina, principalmente da FMP, de modo a incluir em sua formação a relevância dos temas então abordados.

7.

O desaparecimento dos corpos dos militantes assassinados e o caso da documentação reservada do acervo da 67ª Delegacia de Polícia de Petrópolis

Os crimes e graves violações de direitos humanos caracterizados por prisões, torturas, seqüestros, assassinatos e desaparecimento de corpos tem sido acompanhados da sonegação ou alegada destruição dos documentos comprobatórios de tais atos cometidos pelos agentes da ditadura militar.

No caso da atuação da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis há que se assinalar o destino de parte do acervo da 67ª Delegacia de Polícia, classificado como “reservado” e guardado pela Delegacia de Polícia Administrativa da região serrana na 5ª CIRETRAN. A documentação assim classificada refere-se aos anos da primeira metade da década de 1970.

É importante fazer um breve histórico da trajetória desta documentação.

A fusão entre os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1975 levou à criação da Secretaria de Segurança Pública. Nesta, a polícia política foi assumida pelo Serviço Regional de Investigações Especiais (S.R.I.E.), no qual o antigo Departamento de Polícia Política e Social (DPPS) foi inserido como uma Seção. (PEREIRA e REZNIK, 1996). A novidade estava no estabelecimento de uma Divisão destinada às atividades no interior fluminense. Por volta de 1981 tal divisão estava, por sua vez, incluída no Departamento Geral de Polícia Civil à qual estavam subordinadas coordenações de segurança pública organizadas por regiões. Petrópolis pertencia à 3ª Coordenação de Segurança Pública (CSP) – Serrana Oeste. A eleição para o governo do Estado do Rio de Janeiro ocorrida em 1982 levou os serviços de informação considerar a possibilidade da extinção da polícia política no nível estadual.

Tal como no caso do APERJ (PEREIRA, 1996) uma década depois, a entrega da documentação para uma entidade arquivística de caráter público passou por uma seleção política. Graças ao processo de doação e à intervenção da chefia do Arquivo Histórico do Museu Imperial podemos ter hoje uma razoável idéia de como ocorreu o ato de seleção acima indicado.

O processo instaurado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública sob o número E-09/02.567/067-82, organizado em 13 de abril de 1982, com cópia feita para o Museu Imperial, traz as atas de cinco reuniões da citada Comissão e os encaminhamentos subseqüentes à decisão tomada.

Em 28 de setembro de 1981, por um ato do diretor geral do Departamento Geral de Polícia Civil, Affonso Alves Gomes da Costa, publicado no boletim de Serviço nº 183, constitui-se uma comissão para sugerir o destino dos documentos encontrados no sótão da 67ª D.P.

A ata da primeira reunião informa que a Comissão foi composta pelos delegados Ronaldo Alvaro Lopes Martins (substituto, da 67ª DP Petrópolis), Rogerio Marchesini Franco (titular da 101ª DP Teresópolis) e Edson Mattos de Mesquita (titular da 102ª DP Sumidouro), sob a presidência do primeiro e secretariado pelo detetive de 1ª Categoria Edemir da Silva Cunha (Matricula nº 0010.360-6), com a responsabilidade de proceder ao levantamento geral de toda a documentação “encontrada no sótão da antiga sala de Pericia Fotográfica, relacionando-se por motivo e ano”.

Na segunda reunião, realizada em 19.11.1982, os membros da Comissão constataram a existência de documentos datados de 1890 a 1980, “perfazendo desse modo, um volume grande de papéis a serem examinados”; considerando uma enorme quantidade de documentos imprestáveis devido a água da chuva que teria inundado o sótão da 67ª D.P. decidiram a destruição dos mesmos para limpeza do local. A separação dos documentos “continuariam a ser feitos classificando-se por décadas para posterior exame”, numa mudança no critério adotado na primeira reunião.

Importa registrar, na 3ª reunião (10.12.1982), a indicação de um contato com o chefe do Arquivo Histórico do Museu Imperial, Áurea Maria de Freitas Carvalho, por ter sido aventada a possibilidade de aproveitamento da documentação que remontava ao final do século XIX por “algum órgão de natureza histórica”. O registro policial jamais admitirá visão alternativa, parte de uma história não oficial contada pelos arquivistas: um policial, ao ter informado a Sra. Áurea da iminente destruição do acervo, levou-a a envolver Lourenço Luiz Lacombe, então diretor do Museu Imperial, e apresentar o interesse da instituição em receber, aguardar e tratar a documentação.

Na última reunião, realizada em 27 de fevereiro de 1982, o presidente encaminha o relatório final, informando que a documentação foi organizada em 29 volumes.

Aproveitando as informações contidas na ata, eis a distribuição documental:

Documentos administrativos _____	Volume 01
Antes de 1940 _____	Volume 12
1940 _____	Volumes 10,19 e 20
1940 e 1950 _____	Volume 16
1950 _____	Volumes 03 e 13
1960 _____	Volumes 02 e 09
1970 _____	Volume 21
Fichas de hospedagem em hotéis e similares _____	Volumes 05, 06, 07 e 11
Fichas de registro de armas “ano 1946” _____	Volume 24
Livros de hospedagem de hotéis e similares _____ “anos diversos”	Volumes 14, 23 e 27
Livros de registros de presos anteriores _____ ao ano de 1900 [em] “precário estado de conservação”	Volume 26
Livros de termos de compromisso de autoridade ____	Volume 22
Livros diversos anteriores ao ano de 1970 _____ “quatorze livros”	Volume 25
Livros de protocolo _____	Volume 04
Boletins individuais _____	Volumes 28 e 29
Documentos administrativos deteriorados _____	Volumes 08, 17 e 18
Livro de registro de estatutos de sociedades _____ (1919-1926) _____	Separado por seu tamanho não se adaptar à embalagem

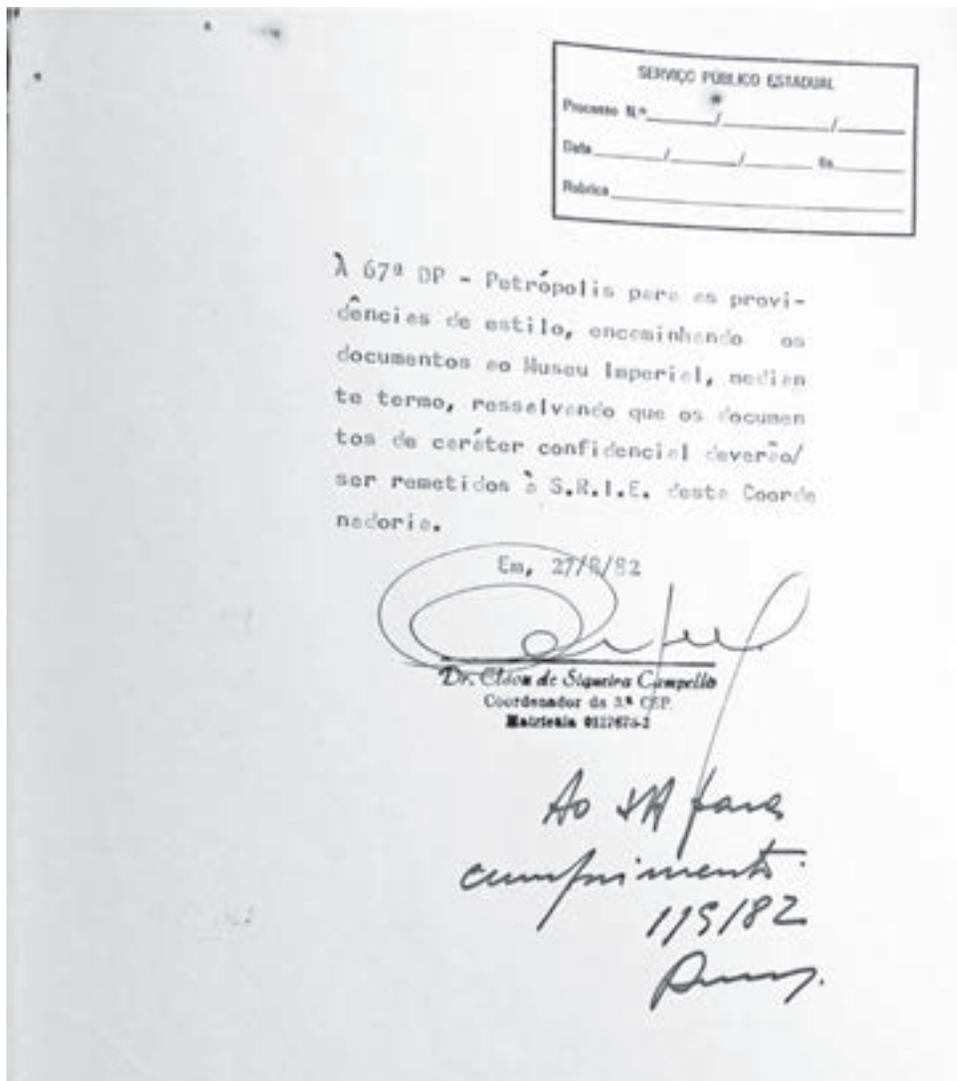
Vale registrar a observação contida na ata:

Alguns documentos classificados como reservados, datados da década de 1950, os quais não passam de boletins informativos sobre atividades de elementos suspeitos de se dedicarem a ideologia marxista, encontrados também **junto aos demais**, ficaram acautelados nesta delegacia. (grifos nossos).

O processo tem curso, recebendo o número 014.64.000039/1982-0 do lado da instituição a qual o Museu estava subordinado (Serviço Público Federal, IPHAN, 1982). Em 17 de fevereiro de 1982, o diretor do Museu formaliza junto ao delegado substituto da 67ª D.P. e presidente da Comissão do B.S. nº 183, Ronaldo Lopes Martins, o interesse da instituição em receber a documentação.

O caráter político da “reserva” ficou explicitado no memorando sem número, datado de 25 de março de 1982, do presidente da Comissão, Ronaldo Martins,

ao Departamento Geral de Polícia Civil, dando ciência do encaminhamento dos volumes documentais ao Museu Imperial com a ressalva de “alguns expedientes classificados como reservados, tratando de assuntos políticos, que deverão ser remetidos pelo titular da 67ª Delegacia Policial – Petrópolis ao órgão do D. G.I.E. instalado na 3ª C.S.P. Serrana Oeste, conforme já ficou determinado pelo referido titular, Delegado Affonso A.Gomes da Costa.” (Secretaria de Segurança Pública, Processo E-09/02.567/067-82, fl 02.) O instrumento abaixo, assinado por Elson de Siqueira Campello, coordenador da 3ª C.S.P., formaliza o encaminhamento da parte reservada da documentação à S.R.I.E., em 27 de agosto de 1982 e o arquivamento da mesma.



Finalmente, no ofício 198, de 28.08.1982, o diretor do Museu Imperial, ao solicitar a contratação de serviços de tratamento da documentação recebida, indica o recolhimento da documentação da 67ª D.P. no mês de julho, encerrando-se o processo examinado quanto à doação. O destino da parte denominada “reservada”, “sigilosa” ou “confidencial” em diversos documentos do processo policial é outra parte de uma história que conclui, décadas depois, em sua aparente destruição pelas forças da natureza.

Ao se analisar a listagem da documentação do acervo da 67ª D.P. elaborada pelo Arquivo Histórico do Museu Imperial, constata-se praticamente a inexistência de documentação relativa aos anos 1970-1980 que digam respeito à ação repressiva da polícia. Praticamente concessão de alvarás para realização de atividades de diversões públicas. O número de documentos diminui conforme os anos: na caixa relativa à década de 1970, 2.250 documentos, dos quais 1748 alvarás; na caixa de 1970-1971 um total de 51 documentos, idem; na caixa 1971, com 475 documentos da mesma natureza; na caixa 1971-72, com 123, idem; na caixa 1972-1973, com 9, idem; caixa 1974 (ausente); na caixa 1975, apenas um, com um bloco de guias; caixas 1976, 1977 e 1978, ausentes; na caixa 1979, dois mandados de prisão; na caixa de 1980, duas autorizações.

Fato é que, em novembro de 2011, dando seqüência aos processos vinculados aos presos políticos torturados, mortos e desaparecidos da chamada Casa da Morte, representante do Ministério Público Federal encontrou um conjunto de livros de registro policial na 5ª CIRETRAN (Circunscrição Regional de Trânsito), órgão vinculado ao DETRAN-RJ. Registrou em foto a página de um dos livros, relativo a 1972, como se constata abaixo.

REGISTRO DE INQUÉRITOS							FEITOS			
Filiação dos Acusados	Nº	ESTADO CIVIL	NATURA LOCALIDADE	GRUPO DE INSTRUÇÃO	PROFISSÃO	DATA DO INQUÉRITO			LOCAL DO INQUÉRITO	Nº DO INQUÉRITO
						DIÁ	MÊS	ANO		
						29	6	70		
Indivíduo de Lourenço - 2004	23		Carriés RJ	primária	funcionário	27	1	70		
Indivíduo de Lourenço - 2004	27		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	32		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	39		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	44		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	49		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	54		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	59		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	64		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	69		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	74		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	79		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	84		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	89		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	94		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	99		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	104		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	109		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	114		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	119		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	124		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	129		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	134		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	139		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	144		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	149		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	154		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	159		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	164		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	169		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	174		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	179		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	184		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	189		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	194		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	199		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	204		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	209		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	214		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	219		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	224		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	229		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	234		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	239		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	244		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	249		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	254		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	259		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	264		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	269		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	274		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	279		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	284		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	289		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	294		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	299		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	304		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	309		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	314		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	319		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	324		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	329		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	334		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	339		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	344		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	349		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	354		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	359		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	364		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	369		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	374		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	379		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	384		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	389		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	394		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	399		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	404		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	409		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	414		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	419		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	424		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	429		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	434		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	439		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	444		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	449		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	454		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	459		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	464		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	469		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	474		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	479		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	484		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	489		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	494		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	499		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	504		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	509		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	514		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	519		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	524		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	529		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	534		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	539		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	544		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	549		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	554		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	559		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	564		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	569		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	574		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	579		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	584		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	589		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	594		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	599		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	604		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	609		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	614		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	619		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	624		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	629		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	634		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	639		Carriés RJ	primária	funcionário					
Indivíduo de Lourenço - 2004	644		Carriés RJ							

Cinco anos mais tarde, o Dr. Marcus São Thiago, procurador geral do município de Petrópolis na gestão de Rubens Bomtempo fez saber à CMVP da existência de documentos na 5ª CIRETRAN. A Comissão enviou, em setembro de 2016, ofício para a chefe do gabinete do Prefeito a fim de formalizar a transferência dos livros da 5ª CIRETRAN para a Comissão. O processo, acertado verbalmente entre aquele procurador e o delegado da 7ª DPA (Região Serrana), Alexandre Ziehe, estava certo para acontecer no final de 2016. Contudo, o governo de transição entre Rubens Bomtempo e Bernardo Rossi não aconteceu. A Comissão somente conseguiu entrar em contato com o gabinete do novo Prefeito em fevereiro de 2016. Durante outra reunião mantida com o chefe do gabinete, Renan Campos, no dia 28 de março de 2017, fomos informados, após conversa telefônica mantida por ele com o delegado Alexandre Ziehe por nós presenciada, de que o acervo guardado na 5ª CIRETRAN estava danificado e fora descartado. Por dever de ofício, enviamos carta ao delegado solicitando informação a esse respeito em 13 de junho. Apesar da confirmação de recebimento da carta, a 7ª DPA não deu resposta.

O acesso à documentação guardada na 5ª CIRETRAN franqueado pelo delegado Alexandre Ziehe somente ocorreu em 11 de outubro de 2017, depois de comunicação oficial da PGM e da PGR-Petrópolis com a 7ª DPA. A visita de membros da CMVP aconteceu já com a informação, passada por telefone pelo delegado, de que “pouca coisa havia sobrado”, devido a ação da chuva e dos ratos. Em armário numa sala, estavam empilhados em várias prateleiras, livros de registro de 1976 a 1980. Curiosamente, a ação da natureza afetou apenas os livros do período anterior, provavelmente de 1968 a 1973. Foi-nos, contudo, apresentada uma justificativa formal, pouco depois da visita. Em anexo a um ofício expedido em 31 de outubro de 2017 pelo Dr Sebastião Médici, procurador geral do município, recebemos o Laudo da 7ª. DPA 021/17, de 9 de janeiro de 2017, notificando a destruição de parte do acervo guardado na 5ª CIRETRAN e formalizando a alegada destruição do acervo.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA - SESEG
CHEFIA DE POLÍCIA CIVIL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
PRPTC - PETRÓPOLIS

LAUDO DE EXAME EM LOCAL

Referência: R.O.: 105-00170/2017

Lauda N° 021/17

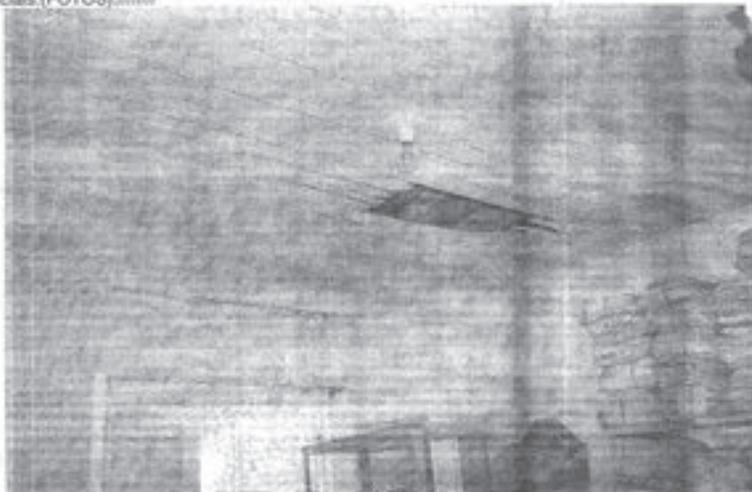
CL: 001971-1105/2017

Destino: 105ª Delegacia Policial

Aos NOVE (09) dias do mês de JANEIRO do ano de 2017, neste Estado do Rio de Janeiro e no DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA, da Secretaria de Estado de Segurança, da Chefia de Polícia Civil, de acordo com a legislação em vigor, o Diretor do POSTO DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DE PETRÓPOLIS designou o Perito Criminal LUIZ AUGUSTUS GONÇALVES NEVES para proceder a Exame em Local de Constatação de Vestígios, atendendo a requisição da Autoridade Policial da 105ª Delegacia Policial, descrevendo com a verdade e com todas as circunstâncias o que encontrar de acordo com a Comunicação Interna 001971-1105/2017 de 09/01/2017.

HISTÓRICO: Às 12h00min do dia 09/01/17, o Perito supra assinalado compareceu a rua Dom Pedro I 226, Segundo piso (antiga SEAC) do prédio onde atualmente funciona o 5º CIRETRAN (DETRAN PETRÓPOLIS), CENTRO, município de Petrópolis-RJ, a fim de realizar Exame em Local.

DO LOCAL: Trata-se de salas no segundo pavimento, utilizadas como arquivo de inquéritos policiais.(FOTOS)



L. Neves
Luiz Augustus Neves
Perito Criminal
Mat. 963.079-9

PROCURADORIA GERAL
MOR V° 326412
FOLHA N° 22
Luiz
PERITO CIENTÍFICO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA - SESEG
CHIEFA DE POLÍCIA CIVIL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
PRPTC - PETRÓPOLIS

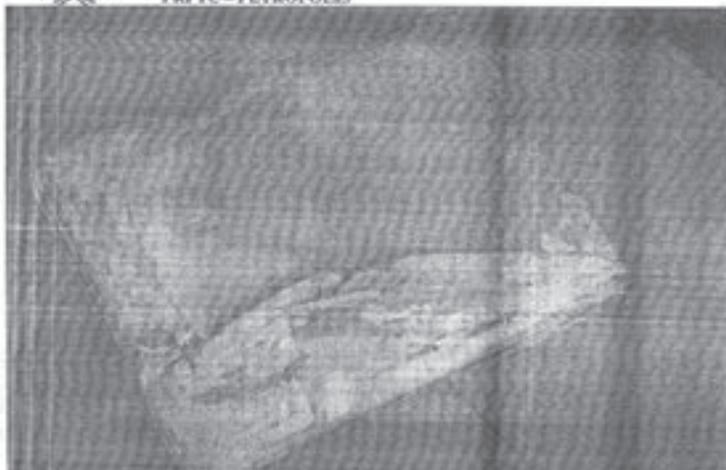


Luiz Alberto Neves
Luiz Alberto Neves
Perito Criminal
Mat. 963.079-9

PROCURADORIA GERAL
PRCE Nº 5264/12
FOLHA Nº 12
- 2012 -



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA - SESEG
CHEFIA DE POLÍCIA CIVIL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
PRPTC - PETRÓPOLIS



DAS CONSTATAÇÕES: Nos exames procedidos, pôde ser verificado que:

- A) Havia fraturas nas telhas e avarias no teto das salas de arquivo o que permitia a passagem de água em dias de chuva deixando o ambiente úmido e causando dano aos documentos.
- B) Os documentos lá arquivados apresentavam péssimo estado de conservação estando em sua maioria parcialmente ou totalmente danificados e ilegíveis. (FOTOS)

CONCLUSÃO: Diante do exposto, limita-se o perito a reportar as informações descritas no presente laudo pericial. Fica a cargo da investigação policial maiores esclarecimentos sobre o fato.

Nada mais havendo a acrescentar, encerra-se o presente Laudo.


Luiz Augusto Soares
Perito Criminal
Mat. 943.079-8

PROCURADORIA GERAL
PROC. Nº 23.641/17
FOLHA Nº 19

PROCURADOR



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CHEFIA DE POLÍCIA CIVIL
COINPOL - CORREGEDORIA INTERNA DA POLÍCIA CIVIL
2ª CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA - SERRANA

13

ATA CORRECCIONAL

PROCURADORIA GERAL
PROF. Nº 24941-13
FOLHA Nº 30
Doutor
SERRANA/RJ

DATA: 05 DE MAIO DE 2016.

UNIDADE CORRECCIONADA - SEAC/10ª DP - PETRÓPOLIS

Na data acima mencionada, compareceu o Corregedor Regional da 2ª CRP - SERRANA, o Delegado de Polícia Dr. HENRIQUE OLIVEIRA VIANNA, sendo como assistentes, o Comissário de Polícia LUIZ FRAZÃO JUNIOR, e, o Inspetor de Polícia JEFFERSON PEREIRA DA SILVA para procedermos à Correição Ordinária neste Setor de Acervo Cartório, sediado na Avenida Presidente Costa e Silva, nº 1501 - Vila Nova - Nova Friburgo, a contar da última correição de 16 de FEVEREIRO de 2016, o qual se encontra em último estado de conservação. O SEAC não obedece ao sistema do programa de Delegacia Legat. Sendo Delegado Titular da 10ª DP - Petrópolis Del Pol ALEXANDRE ZIEHE, que por motivo de FÉRIAS está ausente, se encontra representado pelo Del Pol Assistente CLÁUDIO BATISTA TEIXEIRA e, tendo que o Chefe do SEAC - Petrópolis Comissário de Polícia FRANCISCO PAULO LIMA JUNIOR se aposentou, ficando responsável o Inspetor de Polícia ALMIR NASCIMENTO DE LIMA. Iniciados os trabalhos correccionais, foi constatado que todos os procedimentos foram relatados e enviados ao MPERJ, ou restituídos no SCO, na data de 03/05/2016. Dessa forma, as atividades do SEAC foram finalizadas. Cabe informar, que todo o mobiliário já foi baixado, restando apenas dar destino a procedimentos já arquivados de longa data.

Henrique Oliveira Vianna
Delegado de Polícia
10/05/2016

ANEXO 01: Inquéritos Policiais em andamento - 00;

ANEXO 02: Inquéritos Policiais devolvidos-baixados - 00; Flagrantes devolvidos pela Justiça - 00; Inquéritos Policiais devolvidos fora do prazo - 00; APF's devolvidos fora do prazo - 00;

ANEXO 03: APF - 00 / AAAPAI - 00;

ANEXO 04: Inquéritos Policiais remetidos a outros órgãos - 00;

ANEXO 05: CARTA PRECATÓRIA - 00;

ANEXO 06: SINDICÂNCIAS SUMÁRIAS - 00;

ANEXO 07: BENS E VALORES - 00;

ANEXO 08: VPI's apresentadas - 00;

24941-13
24941-2

Henrique Oliveira Vianna
Delegado de Polícia - 10ª Classe
Mat. 815.852-1 / Cel. 3850.798-4

Almir Nascimento
Inspetor de Polícia
Mat. 788.415-1





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CHEFIA DE POLÍCIA CIVIL
COINPOL - CORREGEDORIA INTERNA DA POLÍCIA CIVIL
2ª CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA - SERRANA

ANEXO 09: PRESOS A CAUTELADOS - 00;

ANEXO 10: Inquiritos Policiais instaurados no período - 00.

NÃO FORAM CONSTATADAS IRREGULARIDADES

Nada mais havendo, foi lavrada a presente Ata Correcional, que lida e achada conforme, vai por todos assinada, com cópia para Autoridade Titular. Eu, Comissário de Polícia LUIZ FRAZÃO JUNIOR, matrícula 257.358-2/ED Nº 3003316-0, a digitei.

- 01 -  Henrique de Faria Vianna
Delegado de Polícia 1ª Classe
Mat. 815.859-4 / 257.430.288-9 Corregedor Regional da 2ª CRP
- 02 -  Comissário de Polícia da 2ª CI-P
- 03 -  Inspetor de Polícia da 2ª CRP
- 04 -  Inspetor de Polícia da 2ª CRP
- 05 -  Del. Pol. Titular - 105ª DP Petrópolis
- 06 -  SEAC - Petrópolis

Impossível não estabelecer uma comparação deste caso com a explicação dada ao desaparecimento dos livros do IML pelo perito Marino Fernandes de Souza em 5 de maio de 2013:

arquivada em pasta juntamente com cada laudo e gráficos respectivos; que a sala onde ficavam os documentos costumava ficar aberta, com livre acesso a todos os servidores do IML; que não havia correção no IML; que houve um registro de ocorrência referente a porta arrombada dessa sala e outro quanto à inutilização de documentos devido ao alagamento ocorrido nessa sala em decorrência de chuvas, que ocasionaram o escorregamento de terras em rua aos fundos da Delegacia, atingindo referida sala; que esse incidente ocorreu por volta do ano de 1988; que nessa ocasião fez um relatório sobre a perda de diversos documentos, atingidos pela lama que adentrou à sala; que esse relatório foi arquivado com os demais documentos no próprio IML, atualmente funcionando em Correias; que os laudos

Ministério Público Federal – Petrópolis. Termo de Declarações. Procedimento criminal 1.30.007000165/2012-79

Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, 03 de novembro de 2018.

REFERÊNCIAS

- PEDREIRA, Waldecy Catharina Magalhães. *Recolhimento do Acervo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, APERJ, 1996.
- PEREIRA, Márcia Guerra & REZNIK, Luís. *De Polícia Federal a Departamento estadual: o DOPS – Evolução Administrativa, 1955 a 1983*. In: **APERJ. DOPS: a lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro, APERJ, 1996.

As oitivas do Ministério Público Federal – Petrópolis

O Ministério Público Federal tem estruturado um grupo denominado Justiça de Transição, dedicado a responsabilizar criminalmente os agentes de Estado envolvidos em graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar. A denominação “Justiça de Transição” decorre do entendimento de que os atos ilícitos não podem ser afetados por leis de anistia como a lei brasileira de 1979 e que, em decorrência, a atuação do MPF no âmbito do direito à verdade e à memória baseia-se “em sentença da Corte Americana de Direitos Humanos, a cuja jurisdição o Brasil se submete, em razão da adesão expressa do nosso país”. (Brasil. Ministério Público Federal. Crimes da ditadura militar/2ª Câmara de Ordenação e Revisão, Criminal.Brasília: MPF, 2017, p.15-16)

É importante destacar que a Dra Vanessa Seguezzi integra o Grupo de Justiça de Transição do Ministério Público e o representa em Petrópolis.

As atividades nas quais a Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis e o MPF – Petrópolis participaram tem uma relação com processos de inquéritos civis datados desde 2011. A cooperação entre a Comissão e o MPF – Petrópolis iniciou-se no dia 1º de julho de 2016, quando representantes da Comissão, do Procurador Geral do Município e da Procuradora Geral da República encontraram-se e ficou definido o apoio destas procuradorias aos trabalhos da Comissão “no que tange à apuração relativa aos centros clandestinos da época da ditadura militar em Petrópolis”, assunto relacionado ao inquérito civil nº 1.30.007.000166/2012-13.

Na reunião de 3 de outubro de 2017 foram tratados os assuntos do pedido de intervenção da PGR junto à 7ª Delegacia Administrativa (DPA) para conseguir acesso a parte do acervo da extinta 67ª D.P. localizada na 5ª CIRETRAN; e, junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica, para ter acesso à cópia do processo de tombamento do imóvel denominado “Casa da Morte”. Por sua vez, a Comissão Municipal da Verdade, tendo em vista a realização de oitiva de Sylvio de Carvalho, comprometeu-se a encaminhar relatório sobre os atos já apurados acerca da atuação deste jornalista e ex-comissário da polícia civil.

No dia 4 de outubro de 2017, a procuradora geral da República, Dra. Vanessa Seguezzi enviou ofício ao delegado da 7ª DPA, Alexandre Ziehe, referente ao acesso, pela Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, do acervo da extinta 67ª Delegacia de Polícias de Petrópolis. A visita à 5ª CIRETRAN, onde se encontrava parte do acervo da 67ª D.P. aconteceu em 11 de outubro de 2017, uma vez franqueado o acesso pelo referido delegado da DPA. Por fim, na carta que encaminhava o relatório da visita técnica enviada à Dra. Vanessa Seguezzi em 12 de outubro de 2017, a Comissão observou a inexistência de livros de registro policial anteriores a 1976 e também a inexistência do livro identificado pela procuradora em visita realizada naquele local em novembro de 2011, ocasião em que fez o registro fotográfico do citado livro.

A CMVP participou das oitavas de Roberta de Oliveira Correa Cavaco e de Sylvio de Carvalho, que prestaram depoimentos a respeito dos fatos em apuração no Inquérito Civil nº 1.30.007.000166/2012-13.

Roberta Cavaco, em 19 de junho de 2017, fez menção à relação de amizade mantida pelos pais com Mario e Magdalena Ladders e que, por ocasião da divulgação da “Casa da Morte” em programa televisivo, soube pelo pai que “Mario Ladders confessou ter cedido a casa para os militares e que sabia de tudo e ocorria na casa”. Os termos da oitiva prestada por Roberta Cavaco estão referidos no capítulo 2 do presente relatório, no tópico dedicado à Casa da Morte.

Sylvio de Carvalho prestou depoimento ao MPF-Petrópolis em 22 de novembro de 2017, acompanhado de seu advogado e cunhado, Alcebíades Lopes Junior e seu filho, Geraldo Carvalho. Manifestando dificuldade em articular a fala, reconheceu fatos que lhe eram imputados, mas alegou não se lembrar de mais nada.

Para a oitiva de Sylvio de Carvalho, realizada aos 22.11.2017, a Comissão Municipal da Verdade enviou subsídios para as perguntas feitas pela Dra. Vanessa Seguezzi, que aqui reproduzimos.

Sylvio de Carvalho: traços da trajetória profissional de um agente da repressão especializado em informação

1. De acordo com a matéria “Sylvio de Carvalho: um ícone da imprensa”, publicada na Tribuna de Petrópolis de 5 de junho de 2016, Sylvio de Carvalho é considerado por pessoas da elite local como “ícone da imprensa”, pessoa “carismática e agregadora”. Nascido em 7 de junho de 1926, tem uma longa carreira na qual a atuação no jornalismo (Jornal de Petrópolis, Tribuna de Petrópolis, assessor de imprensa da Universidade Católica de Petrópolis) e no rádio-jornalismo (UCP e Tribuna) combina-se com a de comissário da polícia civil e a participação da política municipal (governos Gratacós e João Caldara). Alcebíades Lopes, advogado, em testemunho prestado a esta Comissão por e cunhado de Sylvio, afirmou que, na condição de membro da polícia civil, ele era uma pessoa da “área da informação”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria na República no Município de Petrópolis
Av. D. Pedro I, nº 775, Centro, Petrópolis-RJ, CEP 25680-600, tel: (24) 2245-6376

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de 2017, às 13.00 horas, atendendo à notificação do Ministério Público Federal para prestar esclarecimentos a respeito dos fatos em apuração no inquérito Civil nº 1.30.007.000166/2012-13, compareceu a Procuradoria da República no Município de Petrópolis o Senhor **SYLVIO CARVALHO DA SILVA**, brasileiro, casado, jornalista, inscrito no CPF nº 187.500.387-00, com endereço na Rua Dr. Nelson de Sá Esp. nº 271, apto 60, Centro, CEP 25.680-105 - Petrópolis RJ, o qual, na presença de seu filho, Sr. Gerson Carvalho e do Advogado, Dr. Alcebiades Lopes Junior, OAB/RJ 2067-C, de representantes da Comissão Municipal da Verdade, após ser informado de seu dever legal de falar a verdade sob pena de incorrer em crime de falso testemunho, prestou a seguinte declaração: que o depoente é jornalista em Petrópolis há mais de 50 anos; Que foi Inspetor Geral do Serviço de Segurança do Estado; Que foi designado Comandante-Chefe em Petrópolis do serviço de Rádio Patrulha no município; Que comandava todos os setores de Rádio Patrulha na cidade; Que trabalhou nos Estados Unidos, que possui documentação e fotografias de época, tendo estado em diversos estados daquele país; Que pertenceu à Polícia de Petrópolis, tendo ido aos Estados Unidos para realizar cursos, tendo por lá permanecido pelo período de dois anos; Que não se recorda especificamente de ter sido vítima, é donos, de local atualmente denominado Casa de Monte; Que trabalhou com a Polícia e com o exército; Que conheceu **LUIZ CLÁUDIO DE AZEVEDO VIANA**, não se recorda de ter trabalhado com o mesmo, visto que trabalhou em outros períodos ao longo de sua carreira; Que não se recorda quem realizou o depoimento para realização de cursos nos Estados Unidos; Que promoveu uma conferência do professor Daniel Miriano na Misericórdia, acerca de atividades policiais; Que conheceu Daniel Miriano no Brasil em virtude do trabalho de depoente; Que a proposta de central de operações especiais foi implementada na Polícia de Petrópolis; Que possui fotos

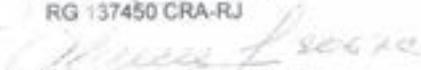


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Petrópolis
Av. D. Pedro I, nº 275, Centro, Petrópolis-RJ, CEP 25.610-030, tel.: (24) 2245-6370

e documentos relacionados à central de operações especiais da Polícia de Petrópolis, se comprometendo a apresentar oportunamente; Que não se recorda ao certo se participava da edição da coluna "atropelamentos do dia", publicada pela Tribuna e Diário de Petrópolis; Que não se recorda da pessoa conhecida como CAXIAS; Que se recorda de ter conhecido de passagem o Capitão TENÓRIO, não sabendo, no entanto, se este era relações públicas do 1º Batalhão do Exército; Que, exibida foto pelos representantes da CMV, o depoente não reconheceu qualquer pessoa; Que sempre participou da ação católica, ligada aos franciscanos; Que o depoente não assinava nenhuma coluna nos jornais de Petrópolis, tendo sido editor da Tribuna de Petrópolis. Nada mais havendo a declarar, eu, Pedro Paulo Ferreira Filho, matrícula 283576,  lavrei o presente termo de declarações.


SYLVIO CARVALHO DA SILVA
Declarante

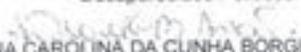

GERALDO CARVALHO
RG 137450 CRA-RJ


DR. ALCEBIADES LOPES JUNIOR
OAB/RJ 2067-C


VANESSA SEGUEZZI
Procuradora da República


EDUARDO CAVALCANTI SCHNOOR
Professor Doutor


EDUARDO NAVARRO STOTZ
Presidente - Comissão Municipal da Verdade
Desaparecidos Políticos


ANA CAROLINA DA CUNHA BORGES ANTÃO
Coordenadora por Memória e Verdade

2. A pesquisa realizada pela Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis permite traçar a trajetória desta pessoa que também assinava artigos ou se fazia representar pelos nomes de Sylvio Carvalho da Silva, Sylvio de Carvalho, Silvio de Carvalho ou Silvio de Carvalho da Silva, cujos elementos essenciais destacamos aqui. A documentação que serve de base para a trajetória deste agente especial da repressão foi entregue ao MPF na reunião da CMVP, representada por Eduardo Stotz e Rafane Paixão, realizada em 03 de outubro de 2017.

3. A informação mais antiga disponível aponta Silvio de Carvalho, como ilustrado no texto escrito por Oazinguito Ferreira, historiador local e amigo pessoal dele desde 1981, na condição de organizador da Rádio Patrulha: “Silvio de Carvalho, inspetor geral do Serviço de Segurança do Estado foi designado comandante-chefe em Petrópolis do então criado, serviço de Rádio Patrulha no município. (...) Em Petrópolis, o serviço efetivo ocorreu durante os anos 50 e a organização de vigilância efetiva da cidade foi um dos pontos de maior destaque na solução de inúmeros casos policiais de repercussão no país. O efetivo policiamento das vias de entrada e saída do município eram bem planejado pelo conhecimento em exercício da função impedindo principalmente as tentativas de assalto às instituições bancárias da cidade.” De acordo com matérias publicadas na imprensa petropolitana, a Rádio Patrulha começou a operar em 1957, sendo Silvio de Carvalho seu comandante.

4. A participação de Silvio Carvalho da Silva na implantação da ditadura militar em Petrópolis é narrada na matéria “Material subversivo está exposto na delegacia de polícia” publicada na primeira página da Tribuna de Petrópolis de 14 de abril de 1964. A exposição com o material apreendido pela polícia até aquela data foi organizada, a mando do delegado Oriovaldo Serra, pelo comissário de polícia. Ressalte-se tratar-se de uma exposição aberta ao público.

5. Contudo, o nome de Silvio Carvalho da Silva é citado na matéria “Política fluminense”, publicada pela Tribuna de Petrópolis de 30 de maio de 1964, como um dos 88 funcionários estaduais, dos quais 17 delegados, 14 comissários e 16 investigadores, indiciados em crime de corrupção e contra a Segurança Nacional. Destacamos, dentre estes, os nomes dos delegados Mauro Fernando Magalhães, Oriovaldo Serra e Leo da Gama Moret e dos comissários Luiz Claudio Azevedo Vianna e Milton Campos de Moraes. Não encontramos referências adicionais ao processo instaurado por uma Comissão de Investigações Sumárias da Secretaria de Segurança Pública. Pelo que se pode deduzir, a colaboração prestada na consolidação do golpe de 1964 e o papel desempenhado no município deixou em suspenso tal processo, com o provável arquivamento tempos depois.

6. Em 1965, a Rádio Patrulha, sob o comando do comissário Sylvio de Carvalho, colaborou na detenção de Alcides de Araujo Romão, irmão de Alcebíades de Araujo Romão, membro do Comitê Municipal do PCB, até então foragido.

7. Em 9 de junho de 1965 a imprensa noticia que o comissário Silvio de Carvalho toma a iniciativa de promover uma conferência de Dan Mitrione, “professor de polícia”, sob os auspícios do Ponto IV, no auditório do Museu Imperial. A iniciativa, conforme ofício enviado pelo comissário Silvio Carvalho da Silva na qualidade de chefe da Rádio Patrulha em 11 de maio de 1965, a Francisco Marques dos Santos, Diretor do Museu Imperial, fazia parte das comemorações relativas ao 8º aniversário da R.P. de Petrópolis. A conferência, intitulada “Atividades policiais”, seria pronunciada no dia 22 de maio de 1965. No ofício Silvio de Carvalho faz referência a Dan Mitrione como membro da Escola Norte-Americana do Ponto IV.

8. De acordo com verbete do Dicionário do CPDOC, o Ponto IV era um “Programa de cooperação técnica internacional entre os Estados Unidos e os países latino-americanos proposto pelo presidente norte-americano Harry Truman em seu discurso de posse, em janeiro de 1949. Recebeu esse nome por ser o quarto ponto do discurso presidencial.” Dez anos depois foi organizado o Escritório Técnico de Coordenação dos Projetos e Ajustes Administrativos do Ponto IV com sede na cidade da Guanabara, tudo indica como anexo de uma delegacia de polícia civil no bairro de Benfica, conhecida como Ponto Chic por manter presos de nível superior. Era a dimensão de segurança pública incluída na assistência técnica prestada pelo governo norte-americano por meio da *USAID – United States Agency for international Development*. Na Revista Social – que tinha por editor o jornalista Celio Salim Thomaz, também funcionário da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro destacado para o setor de Censura de Diversões Públicas – encontram-se referência escritas pelo comissário Wilson Madeira, chefe do DOPS em Petrópolis sobre o treinamento de policiais civis pelo Ponto IV durante o ano de 1965.

O texto “Modernizando a repressão: a USAID e a polícia brasileira”, do historiador Rodrigo Patto Sá Motta, traz uma contextualização do Ponto IV e informa sobre quem e qual era a atuação de Daniel (Dan) Mitrione no Brasil e no Uruguai.

9. Em 18 de maio de 1967, em matéria “Completa 10 anos a Rádio Patrulha”, fica-se a saber que o comissário Silvio Carvalho, “único funcionário da Secretaria de Segurança que ocupa cargo de chefia, contínua, por mais de dez anos” tinha retornado recentemente dos Estados Unidos onde concluíra, na condição de bolsista do governo daquele país, cursos de aperfeiçoamento, dentre outras instituições, na Academia Internacional de Polícia, do Departamento de Estado – que lhe conferiu o diploma de instrutor de polícia – e na Escola Especial de Guerra John Kennedy, do Exército dos EUA em Fort Bragg.

10. O vínculo de Sylvio de Carvalho com Dan Mitrione é destacado em matérias publicadas pelo Diário de Petrópolis quando do seqüestro e subsequente execução do agente americano pelos tupamaros em Montevideo (dias 2 e 11 de agosto). Faz-se menção à estada de Mitrione em Petrópolis, ocasião em que teria

feito “palestra no auditório do Museu Imperial convidado por Sylvio de Carvalho quando falou às classes produtoras em uma promoção da ACIP.” Trata-se da conferência realizada em 22 de maio de 1965, referida no tópico 7. Mas o envolvimento maior aparece na divulgação da missa por intenção de Mitrione realizada na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em 18 de agosto do mesmo ano. Ambos eram católicos praticantes.

11. Em 1968, Silvio Carvalho da Silva é nomeado Secretário de Serviços Públicos do governo municipal de Paulo Gratacós, colocado à disposição pelo governador Geremias de Mattos Fontes (Tribuna de Petrópolis, 30 de abril de 1968). Após a cassação daquele prefeito, em 1969, ocupa um cargo no governo de João Caldara (1971-73) e no segundo governo de Gratacós (1989-1992).

12. A possível colaboração de Sylvio/Silvio com o funcionamento da Casa da Morte estaria na divulgação dos “Atropelamentos do dia”, coluna publicada regularmente nos jornais petropolitanos nos anos 1970-1974.

13. Um projeto importante formulado por ele é o da Central de Operações Policiais apresentado em matérias dos jornais Diário de Petrópolis, Jornal de Petrópolis e Revista Social. A informação mais detalhada consta na edição do Diário de 29 de setembro de 1971, sob o título “Secretário de Segurança aprova plano da polícia em Petrópolis” (p.1 e 4). O plano, apresentado pelo delegado da 11ª Região Policial, Mauro Magalhães, foi projetado pelo comissário Silvio de Carvalho. A experiência piloto da instalação de uma Central de Operações Policiais é descrita na matéria em seus detalhes técnicos, com destaque para a visualização do mapa urbano de Petrópolis.

Na mesma data o Jornal de Petrópolis acrescenta a informação:

Subordinação

A Central ficará subordinada ao Delegado Regional, funcionando com pessoal altamente preparado.

O Delegado Regional dr. Mauro Magalhães que vem se desdobrando para a concretização da obra manteve na última segunda-feira durante conferência com o secretário de segurança. O comissário Silvio Carvalho, autor do projeto e que instalou a Rádio Patrulha, comandando-o durante 10 anos, será o responsável direto pela nova “Central de Operações Policiais” da Delegacia Regional de Polícia.

Uma comparação com o sistema funcionando em Montevideo sugerido nas imagens dos primeiros seis minutos do filme *Estado de Sítio*, de Costa Gavras, de 1972, deixa entrever como poderia ser usado para controlar o trânsito numa operação de cerco. Nos seis primeiros minutos, o filme apresenta o gigantesco aparato de segurança militar-policial desencadeado para libertar Dan Mitrione e

o cônsul brasileiro Aloysio Gomide, seqüestrados pelo *Movimiento de Libertación Nacional – Tupamaros* com o intuito de libertar os seus militantes, presos políticos pelo governo de Jorge Pacheco Areco.

14. Em 6 de novembro de 1981, Sylvio Carvalho da Silva faz a aquisição da Rádio Tribuna de Petrópolis, tendo por sócios Francisco de Orleans e Bragança, Afonso de Bourbon de Orleans e Bragança, Pedro Carlos Bourbon de Orleans e Bragança e Helmut Lauterjung. De acordo com a matéria biográfica (tópico 1), o Francisco de Orleans e Bragança conhece Sylvio de Carvalho desde 1961.

Publicações e acervo digital

A CMVP manteve dois instrumentos de comunicação na internet, uma página no facebook e um portal sob a denominação <www.facebook.com/cmvp Petrópolis> e <cmvp Petrópolis.org> respectivamente, criados e mantidos com recursos próprios ao longo dos três anos de funcionamento.

Apresentamos, a seguir, imagens desses instrumentos:





A Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis

Vale destacar, dentre as iniciativas publicadas no portal, o “Projeto Petrópolis e o regime militar: 1964-1985”, uma proposta didática para escolas da cidade Petrópolis sobre o período do regime militar no Brasil (1964-1985), particularmente em Petrópolis. As pesquisas da CMVP serviriam como subsídio a professores e alunos, por meio da prévia disponibilização de alguns de seus resultados e fontes de pesquisa.

Em 2016 a Comissão conseguiu publicar a série “Memória e Verdade” no blog <Acontece em Petrópolis>. Os artigos, escritos por Eduardo Stotz, presidente da CMV, assim como as coletâneas de *clipagem* de outros meios de comunicação. O *clipping* de jornais impressos e *online* entre 2015-2016 traz as notícias sobre Memória, Verdade e Justiça nas quais a Comissão tomou parte.

Quanto às postagens no blog <Acontece em Petrópolis>, 25 artigos contemplam as raízes do golpe e a implantação, consolidação e crise da ditadura militar (1964-185), tendo como foco Petrópolis. A idéia foi a de escrever de textos curtos para viabilizar o uso por professores e outras pessoas interessadas no estudo do período. O último texto intitula-se “A ditadura militar na perspectiva histórica: memória, verdade e justiça”, uma síntese dos principais aspectos da ditadura militar contidos nos ensaios publicados no blog.

A partir das postagens no blog, tivemos a oportunidade de receber e trocar uma correspondência com Fernando Gomes, irmão de Fabiano Gomes, liderança política e candidato a vice-prefeito pela oposição a propósito do suicídio dele, incriminado pela polícia política nos eventos do processo eleitoral de outubro de 1966. Respeitamos o ponto de vista pessoal de Fernando Gomes de encerrar o

assunto, mas deixamos claro o nosso ponto de vista de se tratar de uma questão política em aberto para a história de Petrópolis.

As publicações acadêmicas incluíram:

– **“As faces do moderno Leviatã”**

Sob Médici, a ditadura enquanto forma de um Estado autoritário configurou-se como o moderno Leviatã. Tal como no projeto intelectual de Hobbes, foi no Estado autoritário militar que os interesses privados conheceram o seu mais perfeito desenvolvimento.

– **Relatório parcial do grupo pró-Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis (2015)**
Uma voz que não quer calar

– **“Memória coletiva dos militantes de esquerda”**

Existe uma história que recupere a memória coletiva dos militantes de esquerda que se opuseram à ditadura militar? Afinal, as concepções elaboradas para a fase da luta, agora que o regime militar acabou, podem ser consideradas vitoriosas?

– **“A questão democrática entre os paradigmas liberais e a proposta marxista”**
Dilemas ideológicos da historiografia brasileira sobre o Golpe de 1964 e a Ditadura empresarial-militar

– **“A espada de ferro na balança e a resistência: o movimento sindical e político dos trabalhadores em Petrópolis sob a ditadura militar no período de 1964 a 1968”. Comunicação ao 56º Congresso de Americanistas em Salamanca, Espanha – julho/2018.**

Sessão 14/18 Ditaduras e Mundos do Trabalho no Cone Sul.

– **“Pão, terra e liberdade na Cidade Imperial: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935”. (Autor: Paulo Henrique Machado)**

Estudo sobre a Aliança Nacional Libertadora na cidade de Petrópolis no ano de 1935. A ANL foi criada no Brasil em 1935 com o objetivo de combater o integralismo, o imperialismo, o latifúndio e lutar pela reforma agrária. No município de Petrópolis, a ANL possuía algumas particularidades, como a liderança do movimento operário, além de ter se tornado uma reação contra os privilégios dos descendentes da família real na cidade, contra o conservadorismo católico e contra a atuação dos partidos fascistas e nazistas.

O portal da Comissão também divulgou *teasers* de algumas entrevistas, como os testemunho de Enivaldo Gonçalves, de Marcos Aurélio Madeira, de filhas e filhos de Fabrício Alves de Quadros, de Arthur Leonardo de Sá Earp e de Crézio Chaves e depois entrevistas completas disponíveis em canal da Comissão no Youtube.

O acesso público ao portal também se fazia por meio da página dedicada aos Conselhos no portal da Prefeitura de Petrópolis:

Coordenadoria da Casa dos Conselhos

Conselhos

Conferências, Audiências Públicas e Fóruns

Calendário de Reuniões dos Conselhos





CASA dos CONSELHOS
Augusta Angela Zanatta

Justos, construindo nossa cidade

SEMPRE COM A VERDADE
PETROPOLIS

Mais de 300 pessoas participam das comemorações de Dia das Crianças na Praça de Liberdade

ABCCM - Publicado em 15/10/2018



A Praça da Liberdade virou um grande espaço recreativo neste sexta-feira (12.10), feriado em que se comemora o Dia das Crianças. Balões coloridos, bolinhas de sabão, muita brincadeira, pipoca, bolo, DJ Mr.Jam e o show do grupo "BFF Girls", com a participação da Valentina Francisco animaram o dia da garotada. Mais de 300 pessoas participaram das atrações recreativas oferecidas [...] Leia Mais.

Cerca de 150 crianças comemoram Dia das Crianças no Sesc de Hogueira

ABCCM - Publicado em 15/10/2018



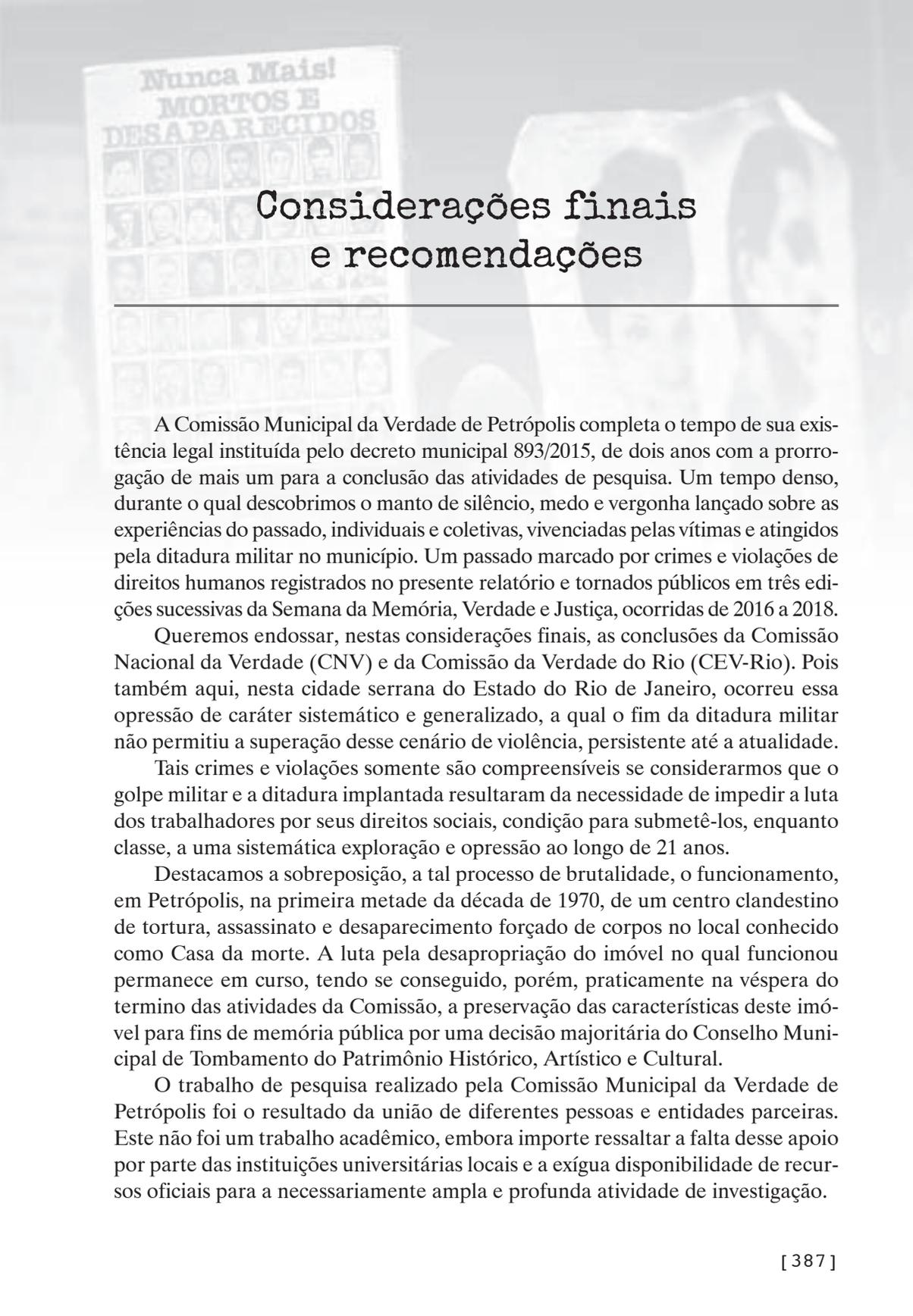
Espaço recebeu meninas e meninos atendidos por instituições ligadas ao Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes Alegria, diversão, brincadeiras - um dia de lazer foi proporcionado para cerca de 150 crianças de instituições ligadas ao Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA) neste Dia das Crianças (12.10) [...]

Acervo digital ou Repositório

A organização de um acervo digital orientado para a pesquisa ou repositório, disponível no portal <cmvpetropolis.org>, foi um dos objetivos pretendidos pela CMVP, dada a massa documental levantada em diferentes arquivos públicos. Infelizmente, devido a falta de recursos, tivemos de nos limitar ao arranjo da documentação pesquisada no APERJ e, dentre o material, aos prontuários policiais. Este trabalho foi realizado por Lays Corrêa, sob orientação de Fernanda R. Abreu Silva.

O quadro de arranjo do fundo CMVP está estruturado inicialmente em cinco séries: Depoimentos e Testemunhos; Estrutura da Repressão (er); Documentos Administrativos CMVP (da); Grupos Religiosos (gr); Movimentos Sindicais e Políticos (sp). Por sua vez, são divididas em subséries:

- Estrutura da Repressão: Centros oficiais (co); Centros secretos (cs) e Agentes (ag);
- Documentos Administrativos CMV: Textos de Apoio (ta), Publicações (pb) e Administrativos (ad);
- Grupos Religiosos: Prisão (pr) e Intervenção (in);
- Movimentos sindicais e políticos: Vigilância (vi); Prisão (pr); Intervenção (in); Greve (gr) e Monitoramento (mo).



Nunca Mais!
MORTOS E
DESAPARECIDOS

Considerações finais e recomendações

A Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis completa o tempo de sua existência legal instituída pelo decreto municipal 893/2015, de dois anos com a prorrogação de mais um para a conclusão das atividades de pesquisa. Um tempo denso, durante o qual descobrimos o manto de silêncio, medo e vergonha lançado sobre as experiências do passado, individuais e coletivas, vivenciadas pelas vítimas e atingidos pela ditadura militar no município. Um passado marcado por crimes e violações de direitos humanos registrados no presente relatório e tornados públicos em três edições sucessivas da Semana da Memória, Verdade e Justiça, ocorridas de 2016 a 2018.

Queremos endossar, nestas considerações finais, as conclusões da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio). Pois também aqui, nesta cidade serrana do Estado do Rio de Janeiro, ocorreu essa opressão de caráter sistemático e generalizado, a qual o fim da ditadura militar não permitiu a superação desse cenário de violência, persistente até a atualidade.

Tais crimes e violações somente são compreensíveis se considerarmos que o golpe militar e a ditadura implantada resultaram da necessidade de impedir a luta dos trabalhadores por seus direitos sociais, condição para submetê-los, enquanto classe, a uma sistemática exploração e opressão ao longo de 21 anos.

Destacamos a sobreposição, a tal processo de brutalidade, o funcionamento, em Petrópolis, na primeira metade da década de 1970, de um centro clandestino de tortura, assassinato e desaparecimento forçado de corpos no local conhecido como Casa da morte. A luta pela desapropriação do imóvel no qual funcionou permanece em curso, tendo se conseguido, porém, praticamente na véspera do término das atividades da Comissão, a preservação das características deste imóvel para fins de memória pública por uma decisão majoritária do Conselho Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.

O trabalho de pesquisa realizado pela Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis foi o resultado da união de diferentes pessoas e entidades parceiras. Este não foi um trabalho acadêmico, embora importe ressaltar a falta desse apoio por parte das instituições universitárias locais e a exígua disponibilidade de recursos oficiais para a necessariamente ampla e profunda atividade de investigação.

Em consequência deste trabalho, uma nova realidade apareceu reconstruída ao lado da representação de uma cidade tranqüila, ordeira, imperial. A invisibilidade das vítimas e atingidos deixou de ser um fator de opressão a mais com o resgate de sua memória, trazendo à tona as perseguições e o isolamento social a que foram submetidas.

A descoberta do manto de silêncio, medo e vergonha começou com a devolução simbólica dos mandatos dos vereadores cassados pela própria Câmara Municipal, transformada em instrumento político dos novos senhores no poder, no dia 3 de maio de 1964 – devolução realizada naquela casa legislativa em 12 de dezembro de 2015. O ato de violência, praticado contra os vereadores identificados com os interesses dos trabalhadores foi reconhecido como ato antidemocrático pela Câmara na Resolução 72, de 07 de abril de 2016.

Ao descobrir os eventos e processos do passado – nos quais identificamos crimes e violações de direitos, pondo por terra a afirmação de que aqui não se praticou a tortura e que mortes não decorreram deste crime de lesa-humanidade – foi possível também identificar as fontes de acesso às informações disponíveis nos arquivos públicos. Ainda incompletas, contudo, por outro motivo que não os limites de qualquer pesquisa histórica: a verdade não revelada por imposição de silêncio das instituições militares, com sua recusa em abrir seus próprios arquivos à investigação, como apontada no relatório final da CEV-Rio, aqui também registrada.

A parte do passado aqui revelada, embora parcial e aproximativa da realidade dos anos da ditadura militar em Petrópolis (1964 – 1985), deve instigar, assim esperamos, à escavação metódica desse passado, incluindo a fase histórica precedente sem a qual este período é incompreensível. Tarefa difícil, árdua mesma, quando assistimos à tentativa oficial de rever positivamente este passado de violência de crimes, na conjuntura política adversa na qual desenvolvemos nosso trabalho.

As recomendações dirigidas à sociedade e ao poder público no nosso município, mas também no plano estadual e federal, constituem um convite a todos os que se pautam pela defesa dos direitos sociais, humanos e da democracia envolvam-se como encaminhamento das medidas sugeridas. E que as lacunas deixadas em aberto pela Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis possam ser preenchidas; que novas descobertas e outras narrativas sejam construídas.

Recomendações da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis para a sociedade e o Poder Público

1. Substituir as homenagens feitas na cidade em logradouros e monumentos públicos a figuras ligadas ao golpe de 1964 e à repressão na Ditadura Militar por outras, voltadas para as vítimas e atingidos por aquele regime político.
2. Transformar o dia 09 de Junho, data de assassinato de Leonardo Candu em 1935, em "Dia Municipal da Classe Trabalhadora Petropolitana", considerando a relevância da luta contra o fascismo, pelos direitos sociais e pela democracia simbolizada na data.
3. Erigir um marco em homenagem a Leonardo Candu, no encontro entre a Rua do Imperador e a Rua Dr. Nelson de Sá Earp, com uma placa indicando o local onde Leonardo Candu foi assassinato pelos fascistas.
4. Desapropriar a chamada Casa da Morte e criação, nela, de um Centro de Memória e Referência das Lutas contra a Ditadura Militar.
5. Inclusão de conteúdo histórico relativo às lutas dos trabalhadores no início do século XX e sobre os acontecimentos relativos ao regime militar na disciplina de HGTP do currículo escolar municipal (Ensino Fundamental II).
6. Inclusão dos estudos sobre o período da ditadura militar sob a forma de linhas de ensino para a redação de monografias de conclusão de curso em escolas de ensino técnico e nas instituições de ensino superior existentes na cidade.
7. Dotação de recursos orçamentários anuais e apoio do poder público para a efetivação da Semana da Memória, Verdade e Justiça, aprovada na Lei Municipal nº 7.398, de 26 de fevereiro de 2016.
8. Abertura dos arquivos do 32º Batalhão de Infantaria Motorizada e da antiga 1ª Brigada de Infantaria Motorizada, atual 4ª BIL, subordinadas ao Comando Militar do Leste, à pesquisa sobre o período do regime militar.
9. Desenvolvimento de novas investigações relacionadas à Casa da Morte, tendo em vista inclusive testemunhos a respeito de Mario Lodders.
10. Desenvolvimento de novas investigações relacionadas à localização de possíveis casas utilizadas por agentes da repressão ditatorial no nível local, considerando, inclusive, testemunho sobre seqüestro de Fabrício Alves de Quadros ocorrido entre janeiro e março de 1965.

11. Desenvolvimento de investigação sobre a documentação considerada sigilosa e retirada da doação feita pela então 67ª D.P. (atual 105ª D.P.) ao Museu Imperial.
12. Desenvolvimento de investigação acerca da atuação, em Petrópolis e cidades vizinhas, de órgãos de segurança norte-americanos vinculadas à *United States Agency for International Development* (USAID) sob o programa conhecido como “Ponto IV”, adotado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e manifesta na presença do agente Dan Mitriane em Petrópolis.
13. Melhoria na conservação dos arquivos públicos em Petrópolis, com dotação de recursos financeiros, técnicos e de pessoal para garantir a preservação, o acesso e a pesquisa dos acervos do Arquivo Público Municipal, do Arquivo da Câmara e do Arquivo Histórico do Museu Imperial.
14. Criação de um Conselho Municipal de Direitos Humanos para enfrentar o persistente do quadro de violações de direitos humanos, articulando-o às iniciativas do poder público e da sociedade civil existentes.
15. Implementação, com a participação da sociedade civil e de arquivos públicos, de políticas de memória e de reparação, a serem assumidas por Coordenadorias de Memória e Verdade e instituições congêneres nos três níveis de governo.

PARA QUE NÃO SE ESQUEÇA.

PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA.

A correspondência com o antigo 1º Batalhão de Caçadores, atual 32º Batalhão de Infantaria Leve, o Arquivo Histórico do Exército e o Comando Militar do Leste foi trocada entre 7 de março e 2 de setembro de 2018. A partir desta data não recebemos mais nenhuma comunicação até a redação do relatório final das atividades da Comissão Municipal da Verdade. Eis a correspondência:

Fwd: pesquisa em acervo do 1 Batalhão de Caçadores

CMV Petrópolis <cmv@petropolis.rj.gov.br>
12 de mar de 2018 09:32

Para conhecimento.
Abraços,
Eduardo

De: "Comissao da Verdade" <cmv@petropolis.rj.gov.br>
Para: "nossobatalhao" <nossobatalhao@gmail.com>
Enviadas: Segunda-feira, 12 de março de 2018 9:28:48
Assunto: pesquisa em acervo do 1 Batalhão de Caçadores

Prezado Tenente-Coronel Ronald Alexandre Mandim de Oliveira:

No dia 7 de março do corrente entrei em contato com a assessoria de comunicação do 32º Batalhão, oportunidade em que conversei por telefone com o Tenente Pinheiro. Esta mensagem formaliza o pedido de pesquisa sobre o acervo documental do 1º Batalhão de Caçadores ou Batalhão Pedro II, relativo ao período de 1964-1985, por meio desta unidade do Exército que assumiu a continuidade da função militar daquele batalhão.

A Comissão encontrou documentos do 1º B.C. junto a prontuários policiais localizados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e em outras fontes pesquisadas e será importante ter acesso aos demais. Trata-se de uma demanda da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, instituída pela lei municipal 7.207 de 23 de julho 2014 e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 893, de 11 de dezembro de 2015.

Na expectativa de contar com a sua colaboração, firmo-me

Atenciosamente,

Eduardo Stotz
Presidente da CMVP

CMV Petrópolis <cmv@petropolis.rj.gov.br>

26 de mar de 2018 10:05

De: "nossobatalhao" <nossobatalhao@gmail.com>

Para: "Comissao da Verdade" <cmv@petropolis.rj.gov.br>

Enviadas: Quarta-feira, 21 de março de 2018 20:27:16

Assunto: Re: pesquisa em acervo do 1 Batalhão de Caçadores

BOA NOITE,

ACUSO RECEBIMENTO INFORMANDO QUE SUA SOLICITAÇÃO DEVERÁ SER ENCAMINHADA AO COMANDO MILITAR DO LESTE.

MAIORES INFORMAÇÕES:

E-mail: rp@cml.eb.mil.br

Telefones: (21) 2519-5214 | (21) 2519-6114 | (21) 2519-5224

ATT,

SGT MEDEIROS – AUX COM SOC – 32º BIL

De: "Comissao da Verdade" <cmv@petropolis.rj.gov.br>

Para: "rp" <rp@cml.eb.mil.br>

Enviadas: Segunda-feira, 18 de junho de 2018 9:57:12

Assunto: Fwd: pesquisa em acervo do 1 Batalhão de Caçadores

Ao Comando Militar do Leste:

Encaminho mensagem abaixo, conforme orientação da assessoria de comunicação do 32º BIL.

Atenciosamente,

Eduardo Stotz

Presidente da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis

De: "Comissao da Verdade" <cmv@petropolis.rj.gov.br>
Para: "imprensa" <imprensa@cml.eb.mil.br>
Enviadas: Segunda-feira, 18 de junho de 2018 10:11:22
Assunto: Fwd: pesquisa em acervo do 1 Batalhão de Caçadores

Encaminho mensagem abaixo por que o servidor devolveu como não recebida.
Solicito entregar ao setor responsável do Comando Militar do Leste.

Att

Eduardo Stotz

resposta ao email: "pesquisa em acervo do 1 Batalhão de Caçadores"

Relações Públicas do Cmdo CML <rp@cml.eb.mil.br>
25 de junho de 2018 11:08
Para: Eduardo Stotz <eduardostotz@gmail.com>

Prezado senhor,
Agradecemos o seu contato e informamos que o Comando Militar do Leste não possui a documentação a qual o senhor pleiteia.
O senhor poderá verificar com o Arquivo Histórico do Exército se há algo acerca de sua demanda.

Contatos do Arquivo Histórico do Exército
Endereço: Praça Duque de Caxias, número 25 – 6º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP 20221-260 Telefone: (21) 2519 – 5602 / 2519 – 5113
Endereço eletrônico: <http://www.ahex.eb.mil.br>

Atenciosamente,

Subseção de Relações Públicas e Cerimonial do CML
www.cml.eb.mil.br

Arquivo Histórico do Exército

AHEx – DDA PESQUISA <dda.pesquisa@ahex.eb.mil.br>
ter, 3 de jul 08:07

Sr Eduardo Stotz, bom dia.

O 1º Batalhão de Caçadores, foi transformado em 32º Batalhão de Infantaria, pela Port Res nº 37, de 07 Nov 1972.

O acervo encontra-se sob a guarda do atual 32º batalhão de Infantaria Leve, em Petrópolis-RJ.

O acervo é de 1955 a 1972 (referente ao 1ºBC), a partir desse ano, 1972, o acervo existente é o do 32ºBI e do 32ºBIL (atual denominação).

Atenciosamente,

Mauro – Cap QAO
Ch Sec Pesq Inst

De: "Eduardo Stotz" <eduardostotz@gmail.com>

Para: "dda pesquisa" <dda.pesquisa@ahex.eb.mil.br>

Enviadas: Domingo, 1 de julho de 2018 17:06:19

Assunto: Fwd: resposta ao email: "pesquisa em acervo do 1 Batalhão de Caçadores"

À Divisão de Difusão e Acesso

Encaminhado, em nome da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, mensagem do setor de Relações Públicas do Comando Militar do Leste com orientação acerca de pesquisa do acervo do antigo Batalhão de Caçadores, 1o. BC, atual 32o. Batalhão, relativa ao período histórico compreendido entre 1964 e 1985.

Atenciosamente,

Eduardo Stotz
Presidente da CMVP

De: Relações Públicas do Cmdo CML <rp@cml.eb.mil.br>

Data: 25 de junho de 2018 11:08

Assunto: resposta ao email: "pesquisa em acervo do 1 Batalhão de Caçadores"

Para: Eduardo Stotz <eduardostotz@gmail.com>

Prezado senhor,

Agradecemos o seu contato e informamos que o Comando Militar do Leste não possui a documentação a qual o senhor pleiteia.

O senhor poderá verificar com o Arquivo Histórico do Exército se há algo acerca de sua demanda.

Contatos do Arquivo Histórico do Exército

Endereço: Praça Duque de Caxias, número 25 – 6º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP 20221-260

Telefone: (21) 2519 – 5602 / 2519 – 5113

Endereço eletrônico: <http://www.ahex.eb.mil.br>

Atenciosamente,

Subseção de Relações Públicas e Cerimonial do CML

www.cml.eb.mil.br

Eduardo Stotz <eduardostotz@gmail.com>

2 de set de 2018 11:19

Reenvio a mensagem abaixo, pois talvez tenha passado despercebida. Aguardo atualização do contato com orientação para atividade de pesquisa.

Atenciosamente,

Eduardo Stotz

Presidente da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis

Em seg, 13 de ago de 2018 às 10:22, Eduardo Stotz <eduardostotz@gmail.com> escreveu:

Atenciosamente,

Eduardo Stotz

Presidente da CMVP

Em 12 de julho de 2018 15:36, 32º BIL – Petrópolis, RJ

<nossobatalhao@gmail.com> escreveu:

BOA TARDE EDUARDO,

INFORMO QUE O COMANDANTE DO BATALHÃO ESTÁ DE FÉRIAS E SÓ PODEREMOS DESPACHAR O SEU EMAIL APÓS O DIA 01/AGO/18. SOLICITO QUE ENTRE EM CTT APÓS A REFERIDA DATA PARA QUE POSSAMOS RESPONDE-LO.

ATT,

SGT MEDEIROS – AUX COM SOC – 32º BIL

Cartas e Ofícios

- Ofício CMV 01/16, de 08.07.16, ao Dr. Marcus Vinicius São Thiago, Procurador Geral do Município, solicitando apoio para ter acesso à documentação da antiga 67ª D.P. que se encontrava nas dependências do 5ª CIRETRAN.
- Ofício CMV 02/16, de 13.09.16, para Thaís Martins, Chefe do Gabinete do Prefeito, solicitando transferência do acervo do 5ª CIRETRAN para a Prefeitura, agendado para iniciar no dia 26.09.16.
- Carta a Alexandre Ziehe, Delegado da 7ª Delegacia de Polícia Administrativa – Região Serrana, de 13.06.2017, solicitando acesso à parte da documentação do acervo da antiga 67ª Delegacia Civil de Petrópolis que se encontra guardada na 5ª CIRETRAN, sito à Rua D, Pedro, 226, Petrópolis.
- Carta a Dra Vanessa Seguezzi, Procuradora Geral da República no município de Petrópolis, de 12.10.17, apresentando relatório de visita técnica ao 5ª CIRETRAN.
- Carta aberta a Nilma Lino Gomes, Ministra do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, de 07.04.16, solicitando empenho para viabilizar a desapropriação da Casa da Morte.
- Carta à Exma Sra. Presidente da República, Dilma Rousseff, em 03.08.16, formulando a posição da Comissão Municipal da Verdade e colaboradores sobre o processo de desapropriação da Casa da Morte e sua relação com o cenário político daquele momento.
- Carta ao presidente da Câmara Municipal de Petrópolis, Paulo Igor, solicitando correções de erros históricos contidos na Resolução nº 72, de 07.04.16, relativa ao reconhecimento do ato de cassação dos vereadores em 1964 como antidemocrático, e a devolução simbólica de seus mandatos.
- Carta ao Sr. Christino Áureo da Silva, Secretário de Estado da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, ressaltando, em 29.05.17, a importância da reabertura do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro fechado desde abril daquele ano, devido a problemas de fornecimento de energia elétrica. (O fechamento do APERJ foi uma das manifestações da crise financeira e política em que se encontrava o governo estadual na época).



**PREFEITURA DE
PETRÓPOLIS**

BERNARDO ROSSI
Prefeito

ALBANO BATISTA FILHO
Vice-Prefeito

RENAN SOUSA CAMPOS
Secretário-Chefe de Gabinete

SEBASTIÃO MEDICI
Procurador-Geral

MARCUS WILSON von SEEHAUSEN
Secretário de Administração e de Recursos Humanos

FÁBIO ALVES FERREIRA
Controlador-Geral

ELAINE CRISTINA SILVA DO NASCIMENTO
Secretária de Fazenda

DENISE MARIA RESPEITA QUINTELLA COELHO
Secretária de Assistência Social

PAULO RENATO MARTINS VAZ
Secretário de Defesa Civil e Ações Voluntárias

MARCELO FIORINI
Secretário de Desenvolvimento Econômico

MÁRCIA PALMA PINHEIRO
Secretária de Educação

RONALDO CARLOS DE MEDEIROS JÚNIOR
Secretário de Obras, Habitação e Regularização Fundiária

DJALMA GONÇALO E SILVA JANUZZI
Secretário de Serviços, Segurança e Ordem Pública

RENATO COUTO DE CARVALHO
Secretário de Meio Ambiente

FÁBIO HECK
Secretária de Saúde

DALMIR CAETANO
Coordenador de Planejamento e Gestão Estratégica

ROBERTO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
Coordenador Especial de Articulação Institucional

MARCELO VALENTE
Secretário de Turismo

LEONARDO RANDOLFO
Diretor-Presidente do Instituto Municipal de Cultura e Esportes

ESTELA SIQUEIRA
Coordenadora de Comunicação Social/Editora do D.O.

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

WAGNER LUIZ FERREIRA DA SILVA

Diretor-Presidente da COMDEP

JAIRO DA CUNHA PEREIRA

Diretor-Presidente da CPTRANS

FERNANDO LEITE FORTES

Diretor-Presidente do INPAS

D.O.
DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS

Criado pelo Decreto nº 192 de 11/04/1990 e regulamentado pelo Decreto nº 361 de 20/02/1991

Os textos para publicação deverão ser enviados em arquivo digital para gapdo@petropolis.rj.gov.br e entregues com cópia em papel, até as 16h, à Chefe do Núcleo Administrativo do Gabinete do Prefeito de Petrópolis, na Avenida Koeler, 260, Centro. Tel/fax: 2246.9354/2246.9356.

Preços – Exemplar avulso: R\$ 0,30. Assinatura semestral: R\$ 30,00. Exemplar atrasado: R\$ 0,60.

Preços para publicações – Centímetro por coluna para publicações de Atas, Balanços e Editais: R\$ 5,00.

Coordenação – Coordenadoria de Comunicação Social.

Assinaturas – Informações 2246.9352.

Venda: Banca do Marchese
Banca do Amaral (em frente ao HSBC)
Banca Imperador 1080 (ao lado Itaú)

www.petropolis.rj.gov.br

D.O.

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS

internet!
Reprodução

ANO XXVII – Nº 5583

Sexta-feira, 14 de dezembro de 2018



PODER EXECUTIVO

Atos do Prefeito

DECRETO Nº 610 de 13 de dezembro de 2018

Efetiva o tombamento do imóvel conhecido como "Casa da Morte", situado na Rua Arthur Barbosa, nº 50.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS, no uso de suas atribuições legais, com amparo no que dispõe o Art. 34, I, da Lei Orgânica do Município de Petrópolis,

CONSIDERANDO a Recomendação nº 20/2018, expedida pelo Ministério Público Federal, em 13 de dezembro de 2018;

CONSIDERANDO que o pedido de tombamento do imóvel situado na Rua Arthur Barbosa, nº 50, possui o objetivo de evitar a descaracterização do bem;

CONSIDERANDO que nos atos do processo nº 1999.61.00.027857-6 (0027857-69.1999.4.03.6100), que tramitou perante a 17ª Vara Federal Cível de São Paulo, tendo como parte autora Inês Etienne Romeu e parte ré a União, foi julgado "procedente o pedido para o fim de declarar a existência de relação jurídica entre Inês Etienne Romeu e União Federal, por conta dos atos ilícitos de cárcere privado e de tortura praticados por servidores militares no período compreendido entre os dias 05 de maio e 11 de agosto do ano de 1971, na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro";

CONSIDERANDO o valor histórico que envolve o imóvel conhecido como "Casa da Morte", situado na Rua Arthur Barbosa, nº 50;

CONSIDERANDO que se trata de local simbólico de violação dos Direitos Humanos durante o período da Ditadura Civil-Militar;

CONSIDERANDO que o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH – 3), instituído pelo Decreto 7.037/2009 e atualizado pelo Decreto 7.177/2010, estabelece em sua Diretriz 24 a necessidade de preservação da memória histórica e a construção pública da verdade, através da identificação e divulgação pública das estruturas, locais, instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº29394/2017;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Tombamento Histórico, Cultural e Artístico, na reunião ordinária do dia 21 de novembro de 2018, após análise da proposta de tombamento do imóvel situado a Rua Arthur Barbosa, nº 50, constante do Processo Administrativo nº 29394/2017,

DECRETA

Art. 1º – Fica homologada a Resolução Deliberativa nº 02/2018 do Conselho Municipal de Tombamento Histórico, Cultural e Artístico, de 21 de novembro de 2018, efetivando-se o tombamento do imóvel conhecido como "Casa da Morte", situado na Rua Arthur Barbosa, nº 50, Quarteirão Suíço, passando a ser considerado um bem histórico da Cidade de Petrópolis.

Parágrafo Único – O imóvel tombado possui as seguintes características: Predio nº 50 da Rua Arthur Barbosa, edificado no Domínio útil do prazo de terras nº 3.227-L, situado no Quarteirão Suíço, dentro do perímetro urbano do 1º Distrito, foreiro à Cia. Imobiliária de Petrópolis, com superfície de 1.772,71m², fazendo testada para a Rua Arthur Barbosa, onde mede 3,35m 60°18'20"NE; 11,66m 87°13'40"SE; 10,12m 76°28'40"SE e 17,75m 56°15'40"SE; confronta de um lado com o prazo nº 3.226, onde mede 34,80m 33°44'20"SW; dá fundos para a Rua Arthur Barbosa, onde mede 8,26m 55°33'20"SW; 20,63m 82°52'20"SW; 7,26m 68°11'40"NW e 12,28m 82°25'20"NE; do lado restante confronta também com a Rua Arthur Barbosa, onde mede 29,91m 26°44'20"NE. Cadastrado na PMP como Log. 0121 – Insc. 15.871, matrícula nº 7.977, livro nº 02, 14/03/1983 junto ao Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição.

Art. 2º – Qualquer projeto ou intervenção no imóvel tombado relacionado neste Decreto deverá ser previamente analisado pelo CMTHCA.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Petrópolis, em 13 de dezembro de 2018.

BERNARDO ROSSI
Prefeito

DECRETO Nº 611 de 13 de dezembro de 2018

Abre Crédito Suplementar e altera o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD.

Este livro foi composto na tipografia
Dutch801 Rm BT em corpo 10,5/13,1
e impresso em papel 75g/m2



Em 1981, o Brasil tomou conhecimento da existência da chamada **Casa da Morte**, apresentada aos meios de comunicação por Inês Etienne Romeu – a única sobrevivente daquele centro clandestino de tortura e aniquilamento de presos políticos. Como foi possível o funcionamento daquele aparato na cidade de Petrópolis, durante vários anos da década de 1970? Dificilmente a operação desse aparato em imóvel cedido pelo seu proprietário ao DOI-CODI seria factível sem a sustentação de forças locais, particularmente de agentes repressivos do Estado e de pessoas identificadas com o integralismo, o nazismo, enfim, o anticomunismo cultivado ao longo de décadas e reforçado a partir do golpe militar de 1º de abril de 1964. Não por acaso o comando do 1º Exército escolheu a cidade para sediar a “*Casa das Torturas*”, como inicialmente tornou-se conhecida na imprensa petropolitana.

Esta é uma parte significativa da narrativa histórica que compõe o relatório final das atividades da Comissão Municipal da Verdade. Um livro de combate pela História que traz a escrita de novos fatos e processos relacionados aos crimes e graves violações de direitos ocorridas sob a ditadura militar em Petrópolis. A exigir outros estudos, para escavar metodicamente o passado. Porque a luta continua.

